

TEMPOS DE "SOZINHEZ" EM PASÁRGADA

Estratégias identitárias de estudantes dos PALOP em Portugal

Volume I

Natércia Alves Pacheco

TE-284

Porto, 1996

23/2

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO

TEMPOS DE "SOZINHEZ" EM
PASÁRGADA

Estratégias identitárias de estudantes dos PALOP em Portugal

TE - 284

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Psicologia
e de Ciências da Educação
N.º de Entrada 8033
Data 97/05/02

Natércia Alves Pacheco

Tese de doutoramento em Ciências da Educação
realizada sob a orientação do Professor Doutor
Agostinho Ribeiro

1996

*"Um livro é coisa pouca; e, no entanto, a minha
ambição é abrir janelas na habitação do silêncio,
da indiferença e do medo."*

Tahar Ben Jelloun (1984), *Hospitalité Française*,
Paris, Seuil, p.16

Agradecimentos

- aos estudantes que se dispuseram a ser, em parte, tema deste trabalho e a quem o dedico com a amizade de uma conterrânea.

Em primeiro lugar, duas pessoas foram fundamentais para mim, embora de formas opostas:

- o professor Agostinho Ribeiro, meu orientador, rigoroso, minucioso, incentivador, sempre disponível para ler e discutir o que eu ia produzindo, paciente, tranquilizador, e, mais do que um orientador, um amigo com quem sempre pude contar.

- a minha filha Catarina, impaciente com um interminável trabalho, que me obrigou a manter-me "gente", pelo seu carinho e pelo seu apelo à minha presença, que não me permitiu enclausurar-me numa redoma solitária.

Um muito carinhoso agradecimento ao sociólogo Sérgio Lopes que desde o início do meu trabalho discutiu comigo, de forma crítica, temas que nos interessavam mutuamente, fazendo-me sugestões, fornecendo-me informações e bibliografia essenciais.

E ainda...um especial agradecimento a Laurindo Vieira pela sua ajuda, sugestões e participação a diversos níveis; aos meus amigos da InterPovos que comigo iniciaram um percurso de intervenção;

- ao Felizardo Bouene, que leu e comentou algumas das partes deste trabalho e me forneceu bibliografia, que dificilmente encontraria nas livrarias; ao José Caldas pelos seus próprios trabalhos, pelas suas questões, pelas suas críticas e por um dos livros mais poéticos sobre a imigração em França.

- À minha amiga Margarida Teixeira que leu e comentou e criticou este trabalho; aos companheiros de velhos debates Alice e António Bastos pelo seu apoio constante; ao Rui Santiago e aos seus amigos que possibilitaram a distribuição dos questionários em Coimbra; ao Steve Stoer que, pelos seus incentivos e pelas suas intervenções no Projecto de Educação e Diversidade Cultural foi essencial no arranque deste trabalho; ao José Alberto Correia pelas primeiras ajudas, pela leitura rápida de um dos meus textos e, pela impaciência em ver a tese terminada; à Estela Rodrigues pelas ajudas em Aveiro; à Manuela Malpique pelas sugestões devidas à sua recente experiência; à Marielle Gros

pelas suas sugestões no âmbito da Sociologia. À Angela Silva, que foi um "pombo correio" essencial nas minhas horas de clausura.

Às minhas colegas e amigas:

- Amélia Lopes, que me poupou o mais possível, substituindo-me durante um ano, em boa parte das minhas tarefas, para além das solidárias sugestões bibliográficas; Carlinda Leite pela solidariedade, pela prontidão e eficácia das suas ajudas, pelos anos de trabalho em comum, nomeadamente nos projectos de Educação Multicultural/Intercultural; Manuela Ferreira que me proporcionou e apoiou nas primeiras entrevistas de grupo com jovens estudantes em Aveiro; Cristina Rocha, que, para além das suas sugestões sempre adequadas, se lembrou de mim, nos seus "passeios" pelas livrarias e bibliotecas; Fernanda Martins que foi de ajuda preciosa na descoberta, pelas bibliotecas de Lisboa, de material que me era necessário. Conceição Rocha pelas palavras amigas e confortantes.

- Manuela Terraseca sempre disponível para largar o seu próprio trabalho e comentar comigo os malabarismos da linguagem, sugerindo e criticando, e sobretudo, porque, sem ela, a solidão dos últimos meses de trabalho teria sido insuportável; Irene e Leonor Terraseca, as mais novinhas desta lista, que, sendo minhas amigas, não são (ainda) minhas colegas, pacientemente perderam uma tarde de domingo a verificar se os meus quadros estavam alinhados.

- Helena Araújo que, para além da sua compreensão, da sua amizade, das suas sugestões, das suas críticas conseguiu - eu sei que não foi sozinha, que não posso esquecer (nem esqueço) os colegas do Directivo, nem o aval e empenhamento do Senhor Reitor e dos seus colaboradores - mas é certo que conseguiu, lutando convicta por um espaço condigno para que os docentes desta Faculdade pudessem trabalhar. E, sem este espaço, sem as suas condições a última guinada deste trabalho teria muito menos possibilidades de se desenvolver convenientemente.

Finalmente, aos meus alunos e ex-alunos, que se interessaram pelo tema desta tese, me ajudaram de muitas formas e contribuíram também para que ela acontecesse.

Na verdade, se uma tese é um trabalho isolado, é também um momento de solidariedades inesquecíveis.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	9
MULTIDIMENSIONALIDADE DOS CONCEITOS.....	9
I - Do saber sobre si à relação com o Outro	10
1. Ego, si, conceito de si ou representação de si ?.....	12
1.1 Os precursores.....	14
1.2 Contribuição da psicoterapia à abordagem do self fenomenal.....	19
2. Papel do Outro na consciência de si	21
3. A teoria construtivo-desenvolvimentalista.....	23
4. O self como sistema complexo.....	25
5. A multidimensionalidade do conceito de si algumas questões.....	27
II. Da "perda" à "descoberta" da Identidade	29
1. O Conceito de Identificação	30
2. Identidade pessoal e identidade do Ego.....	32
3. Conceitos Fundamentais na Teoria da Formação da Identidade.....	35
4. O Estatuto de Identidade.....	38
5. O Self e a identidade	41

III. Identidade Social: dos contributos da sociologia e da psicologia à psicologia social.....	44
1. Homogeneidade e Heterogeneidade sociais	44
2. A introdução da noção de conflito	49
3. As pontes possíveis entre a análise social e a análise psicológica.....	51
4. A teoria sociológica da Identidade	57
5. Superar a distinção entre a identidade pessoal e social.....	60

CAPÍTULO II

IDENTIDADES CULTURAIS.....63

I. A relação com o Outro

um debate em aberto.....	64
1. Construções da História entre o Mesmo e o Outro	64
2. O "Bom Selvagem" e a Europa.....	65
3. Antropologia Moderna e Relativismo Cultural	69
4. Polissemia do conceito de Cultura.....	78

II. AS REPRESENTAÇÕES E A CONSTRUÇÃO CULTURAL

DAS MENTALIDADES.....84

1. Representações sociais, representações culturais e ideologia.....	84
2. Personalidade colectiva e História.....	88
4. Espaços culturais em sociedades pluralistas.....	104
4.1 Espaços Culturais Múltiplos	
4.2 Espaço Cultural Comum	108
4.3 Espaço cívico comum	110
4.4 Critérios de comparação das três concepções de	

integração	114
4.5 Limites de uma leitura global	119
5. Heterogeneidade social e cultural.....	120

CAPÍTULO III

DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA ÀS ESTRATÉGIAS IDENTITÁRIAS.....129

I. O Conceito de Estratégia.....	130
1.Estratégias e finalidades identitárias.....	133
2. Imigração e Estratégias identitárias.....	139
3. Estratégias identitárias de Jovens no quadro da imigração	150
3.1 Etapas de desenvolvimento da identidade étnica ou diferentes estratégias ?.....	154
II. O ponto de vista dos próprios sujeitos	165
1 A situação específica dos estudantes do ensino superior.....	171
2 A inserção dos estudantes estrangeiros uma tarefa das universidades hospedeiras.....	181

CAPÍTULO IV

TRAJECTÓRIAS E OPÇÕES DE PESQUISA 184

I. Que olhares sobre a imigração ?	185
II. Aproximações metodológicas	188
1. Os grupos de discussão e a intervenção.....	192
2. A pesquisa documental	195
3. O recurso ao questionário como instrumento-síntese.....	198
4 As entrevistas	199

CAPÍTULO V

OS PAÍSES DE REFERÊNCIA 200

I. ELOS E GRILHETAS: PERCURSOS AUTÓNOMOS DA DOMINAÇÃO COLONIALISTA À INDEPENDÊNCIA 201

1. Os PALOP.....201
2. Diferentes histórias que da História se contam.....202
3. Angola.....210
4. Cabo Verde.....216
5. Guiné-Bissau 223
6. Moçambique.....227
7. S. Tomé e Príncipe 233

II. Da necessária Desconstrução dos mitos.....238

- 1.O mito dos "descobrimentos" 243
- 2.O mito dos "quinhentos anos de missão civilizadora" de
Portugal em África.....245
- 3.O mito da acção evangelizadora.....249
- 4.Os mitos relativos à miscigenação.....251
- 5.O mito dos "brandos costumes" 254

CAPÍTULO VI

PASÁRGADA ?.....257

I. A SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO.....258

1. Portugal, sociedade de acolhimento, sociedade
multicultural 258
2. Políticas de Imigração ?.....262
 - 2.1 Das dimensões da cidadania às lógicas da exclusão 263
 - 2.2 Da Constituição à legislação.....267

II. Retratos do imigrante.....	270
1. Portugal país de emigração/imigração.....	270
2. A constituição do "perfil" do imigrante.....	273
3. Comunicação Social e opinião pública.....	279
4. Comunicação social e imigração na Comunidade Europeia.....	281
4.1 Comunicação social e imigração em Portugal.....	283
5. Representações sociais da categoria dominada "imigrantes".....	293

CAPÍTULO VII

ANÁLISE DE CONTEÚDO/"DIÁLOGOS".....299

I. Conhecer de Outra forma... ..	300
1. Uma escuta/leitura necessária	300
2. Análise das respostas ao questionário	302
2.1 Respostas às questões fechadas	302
2.2 Respostas às questões abertas	303
II. A Análise de Conteúdo	304
1. Características e opções	304
2. Definição das unidades de classificação.....	310

CAPÍTULO VIII

AQUELES PARA QUEM SOMOS "OUTRO".....342

I. Estudantes dos PALOP em Portugal.....	343
1. Alguns dados sobre a população da amostra abrangida pelo questionário	343
2. Condições de vida	349

3. Uma opção ? Ou "qualquer coisa, desde que possa partir"?	353
II O Sistema de Ensino Português: Avaliações	358
1. Avaliação e comparação com os sistemas dos países de origem	363
2. As condições de sucesso e o ensino superior	368
3. Atribuição de causas de sucesso nos estudos	370
CAPÍTULO IX	
OS ENGANOS DE PASÁRGADA	373
I. Processos de reactualização da Identidade Cultural	374
1. Noções de Identidade Cultural	374
2. Representações "anteriores" e actuais da sociedade portuguesa: de passagem pelo "purgatório"?	379
3. Fases e graus de inserção	386
II. Representações de Si e do "Outro"	393
1. Da "percepção de si" à "apresentação de si como um "si-para-o-Outro"	393
2. Sentimentos relativos à semelhança e à diferença	403
3. Representações acerca da cultura portuguesa e seu confronto com as representações das culturas de origem	419
3.1 Características da Cultura Portuguesa	425
3.2 Características dos conterrâneos	433
4. Objectivação do Outro e Objectivação de Si: a comunicação, um encontro possível?	440

III. Quando "a realidade não se compadece com o sonho..."	443
1. Socialidade: a procura de "laços de ser a ser"	443
2. "Prisioneiros da passagem": projectos de agência diferida	448
3. Estratégias de inserção em Portugal	453
4. Estratégias identitárias: "flutuamento entre o ser e o não ser"	458

IN-CONCLUSÕES	461

BIBLIOGRAFIA	471

ANEXOS (2º Vol)

INTRODUÇÃO

"Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
lá a existência é uma aventura"

Manuel Bandeira, 1956, Obras
Poéticas, Lisboa, Minerva

"Gritarei
Berrarei
Matarei
Não vou para Pasárgada"

Ovídio Martins, Anti-evasão

Pasárgada, antiga capital da Pérsia, é a cidade mítica de Manuel Bandeira. Durante o período colonialista, poetas caboverdianos entre a evasão ("*Em Pasárgada eu saberia londe é que Deus tinha depositado o meu destino*", Oswaldo de Alcântara) e a anti-evasão ("*Esta é a geração que não vai para Pasárgada*", Onésimo da Silveira) retomaram a metáfora, exprimindo o conflito entre o desejo de imigrar e a necessidade de lutar no terreno. Portugal, após o 25 de Abril, como sociedade democrática em construção, fez crer que era lá que estavam depositados, pelo menos em parte, os destinos de muitos ... Mas porque o mito não se concretizou, alguns dos jovens representados neste estudo traçam-nos percursos de solidão, de saudade, de "sozinhez"...

Foi a articulação deste conjunto de sentimentos que nos inspirou o título deste trabalho : *Tempos de "sozinhez" em Pasárgada*.

A segunda parte do título insere-se no quadro teórico em que nos situamos, procurando descrever, identificar e entender "as estratégias identitárias dos estudantes dos PALOP em Portugal".

Em Portugal, embora exista, desde os anos oitenta, um crescente número de estudos no âmbito da Identidade, é recente o interesse pelo campo das estratégias identitárias. É sobretudo no terreno da imigração, que tem envolvido muitos investigadores de outros países, que se verifica neste domínio um vazio, parcamente preenchido por alguns estudos portugueses.

Com efeito, a imigração tem sido abordada, no nosso país, particularmente por sociólogos e economistas. Indirectamente, as Ciências da Educação têm apontado as suas pesquisas para o domínio da Educação Intercultural, em particular no que se refere à educação escolar e ao insucesso da escola na sua relação com diversas culturas, nomeadamente quando se trata de comunicar com ciganos ou filhos de imigrantes. Este envolvimento das Ciências da Educação - de que, sem dúvida, a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto tem sido pioneira através de diversos projectos de pesquisa e/ou de intervenção, - introduziu o debate em torno das relações inter/multiculturais.

Tendo em conta a nossa implicação em alguns destes projectos, participando de um corpo profissional, que tem responsabilidades para com os seus estudantes - onde se incluem os dos PALOP - e desenvolvendo uma orientação crescente no quadro teórico da Psicologia Social, o nível do sistema em que poderíamos intervir, para além do ensino pré-universitário (no âmbito da formação de profissionais da educação), demarcou-se claramente como o do sub-sistema estruturo-profissional em que nos integramos, ou seja, o Ensino Superior.

Para tal os nossos recursos, as nossas informações e conhecimentos, os nossos saberes encontravam-se ainda num grau muito reduzido.

A docência trouxe-nos o contacto com estudantes estrangeiros (sobretudo africanos e brasileiros), perplexos perante a diferença, passando por situações de sub-avaliação, de indiferença ou de excesso de atenção. A sua perplexidade era também nossa, na medida em que a Universidade, sendo o espaço profissional a que pertencemos e com o qual nos identificamos, não correspondia às nossas próprias expectativas de abertura, de investimento na troca de saberes, de implicação em outras formas de comunicar, etc.

A ausência de informação a propósito de países aos quais não se deixou de chamar "países irmãos" leva por vezes a uma massificação e à incapacidade de re-conhecer estes estudantes como pessoas com iguais direitos, embora as suas formações e interesses possam ser diferentes.

Por outro lado, os imigrantes-trabalhadores e estudantes dos PALOP têm sido alvo dos meios de comunicação social, suscitando debates à volta do tema das condições de vida precárias, da importância do controle de entradas, da legalização, do racismo, etc, envolvendo-os numa trama miserabilista.

Assim, paralelamente, a nossa intervenção num espaço extra-universitário lançou-nos no "militantismo intelectual" (mas não só) da luta contra o racismo, que, embora lhe reconheçêssemos certas vantagens, foi objecto de algumas (auto)críticas, tendo por referência a nossa experiência¹, e a consulta de diversos autores (incluídos na primeira parte deste estudo).

Mas a nossa implicação é ainda mais pessoal, mais subjectiva, na medida em que é a nossa própria trajectória de vida que tem segmentos

¹ Ver Pacheco (1996).

paralelos aos destes estudantes: desde o nascimento e juventude em Angola, ao convívio em Portugal com alguns daqueles que constituíram a "Casa dos Estudantes do Império", à luta pelo dia a dia em Paris como estudante estrangeira...

Com efeito, ao longo deste trabalho questionámos frequentemente a nossa própria identidade, identificámo-nos ora com as dúvidas e hesitações e distanciamento dos portugueses, ora com os modos de agir e sentimentos dos estudantes dos PALOP, vivendo de forma complexa memórias que eram também nossas, construindo projectos comuns, compartilhando desenganos...

A nossa escolha está assim marcada por uma implicação a diversos níveis: psico-afectivo, histórico-existencial e estrutura profissional²

As nossas motivações vão assim, ao encontro da problemática da imigração que tem redobrado interesse, simultaneamente, pela sua actualidade em termos sociais e pelo recente envolvimento dos investigadores portugueses neste terreno. É ainda de salientar que a nossa abordagem, situada no quadro da Psicologia Social, traça os seus percursos sob uma perspectiva que permite alargar e aprofundar aquela problemática. Com efeito, as estratégias identitárias desenvolvidas por estudantes, na sua maior parte, universitários, que enfrentam, no seu quotidiano, uma "sociedade de destino" (que não aprendeu ainda a ser uma "sociedade de acolhimento"), permitem um estudo praticamente inexplorado em Portugal. Tentar entender "por dentro" o que têm para nos dizer das suas reflexões acerca dos espaços de vida em que se inserem, das suas decepções e dos seus projectos, muito embora estes estudantes se encontrem numa situação de "imigração temporária", rompe com o discurso miserabilista.

² Ver, por exemplo, Barbier R. (1977).

A especificidade das situações e dos seus contextos sociais e históricos permite abordar os conceitos de identidade e de estratégias identitárias, de forma a aprofundá-los tendo em vista uma clarificação necessária, tanto mais que a maior parte dos estudos que consultámos, sendo situados (em tempos e espaços diferentes), exigem um processo de re-contextualização, na construção de uma leitura heurística das situações, sentimentos e práticas que estes estudantes vivem no nosso país.

A complexidade da problemática escolhida exigiu que recorressemos a autores de diversos campos disciplinares cientes de que, apesar das nossas falhas de formação em algumas áreas, a sua complementaridade era essencial se queríamos evitar um estrabismo vulgar e mistificador. Daí que para além das nossas incursões na Psicologia do Desenvolvimento e na Psicologia Social tenhamos recorrido à Antropologia, à Sociologia e à História, à Filosofia e à Literatura.

Assim, na Primeira Parte deste trabalho percorremos diversas abordagens no âmbito do enquadramento teórico, retomando no Capítulo I a multidimensionalidade e rede de articulações entre os conceitos de *Self*, Identidade e Identidade Social, essenciais para a compreensão dos fenómenos que nos propúnhamos explorar.

No Capítulo II recorremos a alguns dos muitos autores que orientaram os seus estudos para o questionamento dos conceitos de Identidade Cultural e Personalidade Étnica, optando, maioritariamente, por aqueles que, como ideia subjacente ou projecto expresso, trabalham a pluralidade cultural, a comunicação e as relações interculturais e multiculturais. Abordam-se já aqui noções como integração, assimilação e acomodação, que serão posteriormente revistas do ponto de vista do sujeito (estratégias identitárias). Neste capítulo tem ainda especial relevo o

enquadramento teórico do conceito de "representação social" e das suas relações com os conceitos de "representação cultural" e "ideologia".

No Capítulo III, trabalhamos o conceito de Estratégia sob diversas perspectivas, para nos centrarmos seguidamente nos estudos sobre as estratégias identárias em situação intercultural, nomeadamente as que são delineadas por jovens. Neste sentido são relevantes os estudos relativos aos estudantes estrangeiros em universidades "hospedeiras".

Na Segunda Parte é a reflexão, no quadro da pesquisa psico-sociológica, sobre as trajectórias de pesquisa e os seus instrumentos que se torna prioritária. No Capítulo IV, dá-se uma visão crítica relativamente aos diferentes olhares "sobre" a imigração. Ainda neste capítulo, apresenta-se a descrição e fundamentação da nossa opção por um estudo exploratório, numa posição "implicada" e prioritariamente qualitativa, articulando diversas lógicas, num percurso de charneira entre o "passado e o presente", o "dentro e fora", "o social e o individual", recorrendo à experiência da intervenção, ao trabalho com grupos, à análise documental, ao diálogo e à utilização de um questionário-síntese.

Na Terceira Parte inicia-se a pesquisa documental, com base sobretudo em documentos, históricos, legais, comunicação social e pesquisa sobre a imigração em Portugal, abordando o interface entre os países de referência da relação PALOP/Portugal. Assim, o Capítulo V centra-se nas "diferentes histórias que da História se contam" a propósito dos percursos comuns e incomuns entre Portugal e países africanos que estiveram sob o colonialismo. Trabalha-se, em seguida, a "desconstrução dos mitos" que ao longo do período do domínio colonial se foram impregnando ideologicamente, de tal forma que muitos são um produto presente do passado. No Capítulo VI é a "sociedade de acolhimento" que

é questionada, no "aqui e agora" dos seus percursos identitários, das suas contradições, como a ausência de políticas de imigração, as dimensões da cidadania face às lógicas de exclusão e, finalmente a construção de representações sociais do imigrante como "categoria dominada".

A Quarta Parte concentra-se naqueles para quem somos "Outro". Em primeiro lugar é descrito no Capítulo VII, de forma tão detalhada quanto possível, o tratamento do Questionário e o recurso à análise de conteúdo em confronto com aquilo a que chamamos "diálogos" (entrevistas, conversas, trabalho com grupos). O Capítulo VIII inicia a análise do questionário pela descrição da amostra, seguindo-se a avaliação que os estudantes fazem do Sistema de Ensino em Portugal e das suas condições de sucesso. O Capítulo IX retoma Pasárgada e os seus enganos, iniciando-se pela noção de Identidade Cultural expressa pelos estudantes, a descrição das suas expectativas, representação actual e graus de inserção na sociedade portuguesa. Finalmente, as representações de si e do Outro, da semelhança e da diferença, vão-nos permitir entender as estratégias de inserção propostas e questionarmo-nos quanto ao papel da Objectivação de si e do Outro.

As estratégias identitárias surgem como um percurso complexo, articulando a redescoberta situada de abordagens teóricas inicialmente referidas em confluência com a palavra dos próprios sujeitos. Por outro lado, a constituição destes estudantes como "*prisioneiros da passagem*", situando as suas estratégias de inserção num presente "in-significante", exigiu-nos uma leitura transversal das suas produções a fim de retomar e articular as significações configurando estratégias identitárias que se encontram em plena mudança.

Não tivemos intenções de dar respostas ou apontar de soluções, pois inserimo-nos ao nível das problemáticas e não dos problemas. O nosso estudo constitui-se dentro de um quadro teórico complexo que se projecta em práticas de intervenção em curso, pretendendo alargar-se pela reinvenção de espaços interculturais actuates. Daí que em In-Conclusões retomemos apenas algumas reflexões-síntese, questionando o presente, salientando o papel da sociedade portuguesa, particularmente das Universidades, numa efectiva cooperação que afaste um pouco menos Portugal de ... Pasárgada.

CAPÍTULO I

MULTIDIMENSIONALIDADE DOS CONCEITOS

I - Do saber sobre si à relação com o Outro

Agindo, sentindo, observando, vivendo as experiências do seu quotidiano, cada indivíduo reconhece-se como pessoa, diferente das outras, e constrói sobre si próprio um conhecimento que lhe permite situar-se no presente, tendo em conta o seu passado e projectando-se no futuro.

Este "saber sobre si próprio" acompanha e cresce com o indivíduo durante todo o percurso da sua vida. Ele é mesclado pela sua afectividade, pela sua relação com os outros, pelos seus esquemas cognitivos, pelas suas memórias como pela sua capacidade de antecipação do futuro...

Neste crescimento, as mudanças são integradas, sem que o indivíduo perca o sentimento de que se mantém o mesmo, guardando de si uma imagem coerente, constante no tempo e no espaço, que lhe devolve a sua unidade. Procurando no outro as suas semelhanças e a sua diferença, recolhendo, a partir das suas acções e das acções dos outros, informações sobre si, o indivíduo atribui-se valores, concebe-se como capaz de dominar, pelo menos até certo ponto, os acontecimentos de que participa. Esta construção de um saber sobre si não se faz sem contradições e sem conflitos. O meio social reenvia-lhe imagens contraditórias, o seu próprio corpo muda, os seus afectos diferenciam-se, as suas formas de pensar afinam-se e reestruturam-se constantemente. Daí que se torne necessário um constante esforço de equilíbrio a fim de não perder o sentimento de coerência e de unidade que lhe permitem reconhecer-se como pessoa distinta de todas as outras e garantir a sua autonomia e o seu compromisso

nas acções que desenvolve, a sua responsabilidade pelos efeitos provocados.

Estudar a construção deste saber sobre si envolve a necessidade de entender a dinâmica complexa da relação, sempre em transformação, do indivíduo consigo próprio e com os outros, em tempos e espaços que evoluem.

Os olhares de diferentes perspectivas teóricas têm procurado este entendimento partindo dos seus próprios instrumentos conceptuais e produzindo uma extensa literatura sobre este tema.

Daí que encontremos, no campo da Psicologia Social, a preocupação de compreender a influência do meio social na construção da representação de si; no campo da Psicologia do Desenvolvimento a incidência nos percursos dessa representação através das fases de crescimento do indivíduo ; no âmbito da Psicanálise, o estudo dos processos intrapsíquicos, uma focalização nas dinâmicas primárias procurando discernir a origem da consciência de si e o impacto das experiências precoces na dinâmica do auto-conceito.

Daí também a separação entre si fenomenal (a percepção que o indivíduo tem de si) e si não fenomenal (constituído pela dinâmica do inconsciente), ou ainda a separação entre si-como-sujeito e si-como-objecto.

Pode-se dizer que, aos poucos, fomos assistindo a um cruzamento de olhares, produto do diálogo entre estas diversas abordagens, mais próximo da abordagem do conceito de si na sua complexidade.

Assim, tentaremos, numa primeira parte, esclarecer (com o apoio de L'Écuyer, 1978) a questão da terminologia utilizada nas diversas perspectivas, recorrendo, em seguida, a uma revisão de autores considerados significativos neste domínio.

1. Ego, si, conceito de si ou representação de si ?

A questão relativa ao termo a utilizar quando se trata do fenómeno pelo qual o sujeito cognoscente é o seu próprio objecto de conhecimento tem merecido particular atenção de inúmeros autores. No entanto, é ainda confusa a terminologia utilizada. Esta confusão deve-se, não só à riqueza e complexidade do fenómeno, como à sua abordagem a partir de diferentes perspectivas teóricas que, ora se sobrepõem, ora se afastam ou se contradizem. Além disso, mesmo quando existe acordo relativamente ao conceito, a necessidade de o operacionalizar com vista a estudos empíricos leva muitos investigadores a isolarem variáveis intrinsecamente ligadas.

Daí uma dissecação linearizante de aspectos considerados independentes, roubando-lhe significação e dificultando a sua compreensão.

Se Allport se lamentava em 1943 pela forma como, estranhamente, o "eu" tinha sido perdido de vista pela psicologia moderna, actualmente existem, segundo L'Écuyer (1990), mais de 20.000 documentos ligados ao estudo do conceito de si. No entanto, a profusão dos estudos nem sempre ajudou à clarificação do conceito. Este efectivamente aparece, muitas vezes, como *"uma espécie de conceito utilitário que se aprendeu a medir, a quantificar para a pesquisa e para a prática quotidiana, sem que se levantassem demasiadas questões nem sobre a natureza real e hierarquização das suas dimensões, nem sobre a natureza das suas dimensões experienciais, e ainda menos sobre a sua evolução durante toda a vida"* (L'Écuyer, 1990, p.130).

L'Écuyer (1978) questiona-se sobre as múltiplas distinções entre "concept de soi" (*self*) e "ego", entre o si percebido como objecto ou como processo, ou mesmo entre o si como "percepção" ou como "conceito". *"Enfim, deve-se falar de conceito de si, de percepção de si, de representação de si ou de consciência de si, de conceito de si simples ou multidimensional?"* (p. 16). Procura, assim, desenredar a confusão terminológica, situando as duas dimensões (ver Quadro I) que mais frequentemente aparecem como pontos de partida para a distinção entre Ego (dimensão acção) e Self (dimensão percepção), embora refira autores que se baseiam numa distinção inversa (Ego=dimensão percepção) e Self=dimensão acção) e outros ainda que as utilizam indistintamente.

QUADRO 1.3 - Distinções ego e self associadas aos seus equivalentes habituais

Dimensão acção	Dimensão percepção
"EGO" O "je" (the "I") = o "moi" da Psicanálise O si-enquanto-agente (<i>self-as-doer</i>) O si-enquanto-processo (<i>self-as-process</i>) Refere-se aos processos activos: pensamento, memorização, percepção, selecção, etc. - as funções do Ego da psicanálise. O que a pessoa <i>faz</i> para manter e promover a sua adaptação.	"SELF" O "moi" (the "me") = o "moi" experiencial O si, conceito de si Imagem, percepção ou representação de si O si-enquanto-objecto (<i>self-as-object</i>) O si-enquanto-percebido ou percebido (<i>self-as-perceived</i> ou <i>perceiver</i>) refere-se ao aspecto perceptual: atitudes, sentimentos, percepções e avaliações da pessoa sobre si-própria. O que a pessoa <i>pensa</i> dela própria e formula a respeito de si.

(L'Écuyer, 1978, p. 21)

³ L'Écuyer, 1978, p.21. Na tradução deste quadro, foi necessário manter os termos "Je", "Moi", self, etc para não sobrecarregar o texto, com novas equivalências da língua portuguesa.

Com efeito, estas duas dimensões já se reconheciam, desde finais do século XIX, no que separava as duas vias que se abriam para o estudo do "conceito de si" : a psicanalítica, centrada na dinâmica do inconsciente e nas funções cognitivas da personalidade na sua relação com a realidade; e a fenomenológica, abordando o domínio dos fenómenos conscientes da experiência, do "eu" experiencial.

Hoje, estas vias têm vários pontos de encontro e são exploradas, questionadas e enriquecidas por outras abordagens que se situam no campo do interaccionismo, no domínio da psicologia social, nas teorias piagetianas, nas teorias sistémicas, nas teorias humanistas, etc.

1.1 Os precursores

Uma das referências "obrigatórias" dos diversos autores ao tratarem o *conceito de si* é William James. Este já em 1890 definia a *consciência de si* como "*a soma total de tudo o que o indivíduo pode chamar seu, não só o seu corpo e as suas capacidades físicas, mas o seu vestuário, a sua casa, o seu cônjuge, os seus filhos, os seus antepassados, os seus amigos, a sua reputação, o seu trabalho, as suas terras e cavalos, o seu iate e a sua conta bancária.*" (cit. in L'Écuyer, 1978, p.17.)

James considera dois aspectos do *self*, intimamente ligados, o *I-self* e o *Me-self* :

"(...) o *I-self* era o *si-como-sujeito* ou conhecedor (*knower*), em contraste com o *Me-self*, que representava "um agregado empírico de coisas objectivamente conhecidas" (1892, p.197). Assim, o *I-self* é o processador da informação, enquanto que o *Me-self* é o produto, nomeadamente o que se sabe sobre si próprio." (cit. in Harter S., 1988, p.44). O *I-self* compara a sua hierarquia de sucessos percebidos numa

hierarquia de sucessos pretendidos o que lhe permite chegar a um juízo sobre si-próprio. Este juízo de si-próprio é relacionado com a auto-estima, provocando reacções emocionais que, por sua vez, se traduzem em mudanças de comportamento.

Quanto ao *Me-self* seria constituído, segundo James, por vários elementos:

o self-material, representado pelo próprio corpo e pelo conjunto dos seus bens materiais e pessoais, sejam eles a sua casa, o seu carro ou o seu filho, a sua mulher, etc. Numa escala hierárquica, poderia ser considerado como o nível inferior, dentro do qual a representação do corpo seria a de grau mais elevado;

o self-social, ou seja, a reputação tal como o sujeito a percebe, o sentimento de ser ou não reconhecido e aceite pelas pessoas significativas que o rodeiam (daí que considerasse que podiam existir tantos *self* sociais como pessoas significativas); *"praticamente, pode-se dizer que cada um tem tantas personalidades diferentes como existem grupos sociais distintos, cuja opinião conte a seus olhos. Cada um mostra geralmente, um aspecto diferente dele próprio a cada um destes diferentes grupos."* (cit. in Goffman, 1973, p. 52);

o self espiritual, compreendendo aptidões, disposições, capacidades, interesses, etc., seria, em termos organizacionais, o elemento central, unificador das tendências discordantes;

o self puro ou o "puro ego", que aparece como elemento de articulação dos diferentes self, dando-lhes sentido e unidade.

A abordagem de James é considerada por L'Écuyer como perfeitamente actual na medida em que já se encontram nela o carácter multidimensional do conceito de si, a proposta de uma organização hierárquica numa perspectiva dinâmica, tendo em conta as relações

conflituosas das diferentes componentes do si. James dá ainda uma visão do self social que, de certa forma, é uma antecipação do carácter eminentemente social do si, que Mead virá a pôr em relevo. Questões estudadas actualmente como as transformações do self e a continuidade e consistência no tempo e entre as diferentes componentes do self são já abordadas com profundidade por James.

Cooley (1902, 1911) tem, também ele, uma perspectiva psicosocial. Para ele o *self* é resultado de um processo a que chama "*looking-glass self*", ou seja, de uma construção social realizada a partir das nossas percepções do olhar que os outros significantes fazem sobre nós. A relação entre o indivíduo e a sociedade configura-se num todo indissociável, em que a comunicação tem um papel fundamental pois é através dela que as "*relações humanas existem e se transformam*." (Cooley, 1909).

Cooley critica tanto a Psicologia como a Sociologia por terem cometido o erro de considerarem isoladamente, por um lado, o indivíduo e, por outro, as instituições e os mecanismos sociais. Assim, no seu livro Human nature and the social order (1902), mostra como a família produz, através das relações interpessoais próximas que nela se desenvolvem, hábitos e atitudes de base que orientarão, no futuro, escolhas e comportamentos em geral. As ideias e valores não são resultado de reflexão, mas da experiência vivida nos grupos primários. A personalidade é também influenciada, mais tarde, pelas relações secundárias experimentadas na "vida industrial".

George Herbert Mead (1863-1931) deixou-nos uma obra a que frequentemente se recorre nos trabalhos actuais sobre o *self* e sobre a identidade, servindo de base e orientação para muitos dos estudos

empíricos de investigadores como Sarbin, Gordon, Zavalloni, Ziller, Tajfel, Codol, Rodriguez-Tomé, que referiremos mais adiante.

Para Mead a construção do *conceito de si* só acontece graças à interacção social. "*O significado de um gesto, para um indivíduo, é a reacção adaptativa de outrem, pois ela indica o resultado do acto social que ele começa e a reacção adaptativa é dirigida no sentido da realização desse acto.*" (Mead, 1963, p.69). O indivíduo transforma-se em objecto social através da sua própria conduta. Pela experiência social, situando-se no ponto de vista do outro, o seu olhar sobre si faz de si um objecto e a sua percepção de si socializa-se.

Mead considera a existência de dois estádios no desenvolvimento completo do *self* :

- no primeiro estágio "*o self individual constitui-se simplesmente por uma organização das atitudes particulares dos outros indivíduos para com ele e de uns para com os outros, em actos específicos em que participa com eles (...).*"

- no segundo estágio, quando se pode considerar já completo o desenvolvimento do si individual, para além da organização das atitudes particulares o *self* é também constituído "*por uma organização das atitudes sociais do outro generalizado, ou do grupo social na sua totalidade, ao qual pertence... (...)*"

- "*O self atinge o seu pleno desenvolvimento organizando estas atitudes individuais dos outros, produzindo atitudes sociais ou do grupo, e tornando-se assim um reflexo individual do sistema geral do comportamento social ou do grupo, no qual ele e os outros estão implicados: sistema que se incorpora como um todo na experiência do indivíduo*" (Op. cit. p. 158).

O processo de "*looking-glass self*", que Cooley descrevia, não nos parece afastado do "mirroring" psicanalítico, pelo menos na concepção de "espelho biológico" que Winnicott lhe dá. Mas, mais do que isso, o que Winnicott sublinha é que a emergência do self e o seu desenvolvimento dependem do papel fundamental da pessoa que se ocupa da criança nos seus primeiros anos de vida e que confirma e facilita o *self* subjectivo da criança.

Através do segurar (1), do manejar (2) e da apresentação de objectos (3), o bebé vai gradualmente fazendo a diferença entre o eu e o não-eu. Numa primeira fase, o bebé, quando olha para o rosto da mãe vê-se a si próprio : "*a mãe olha para o bebé e o que o seu rosto exprime relaciona-se directamente com o que vê*" (Winnicott, 1983, p.155). O *self* só emergirá quando, por volta dos dois anos, a criança se reconhecer no espelho.

O "espelho", na abordagem de Winnicott, pode entender-se como uma metáfora, de um "espelho biológico", a mãe ou pessoa significativa, (respostas sociais de outros à criança), com a função de criar as condições para a organização e coerência de que emergirá não só a distinção entre o self e o outro, como também a consciência das relações entre o self e o outro. Quando estas condições são "qualitativamente boas" a integração harmoniosa entre o corpo e o psiquismo garantem a constituição do "*verdadeiro self*"; pelo contrário, o que acontece quando estas condições não são satisfatórias, a relação mãe-filho é "qualitativamente insuficiente" e a criança ao ser forçada a submeter-se às necessidades maternas constitui um "falso self" cortado do "verdadeiro self", correspondendo a um sentimento de identidade distorcida, fragilizada, que se prolonga na idade adulta. "*Sentir-se real é mais do que existir; é descobrir um modo de existir como si próprio, para se relacionar com os objectos enquanto*

si mesmo e ter um si onde se refugiar para se descomprimir." (id., p.161)

Na Escola Francesa, nomeadamente em Lacan (1978), serão as respostas que a criança dá à sua imagem no espelho, a "*imagem especular*" que servirão de base para estudar o encontro com o "*self objectivo*". Vários autores, não psicanalistas, retomarão a abordagem de Lacan para estudar o processo de diferenciação entre self e o outro, a partir das fases da "imagem especular" (Wallon, Zazzo, etc.).

1.2 Contribuição da psicoterapia à abordagem do self fenomenal

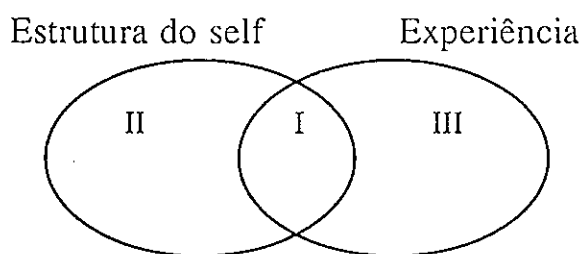
Porque Rogers orienta os seus trabalhos em função da Psicoterapia, nem sempre é considerado como um precursor. No entanto, é retomado na revisão de Willye (1974), tendo em conta trabalhos a que deu origem. Com efeito, na abordagem de Rogers (1974) o conceito de *self* é central. "*(...) O conceito de self, ou a estrutura do self, pode considerar-se como uma configuração organizada de percepções do self acessíveis à consciência. É formado por elementos tais como as percepções das características e das capacidades próprias; os conteúdos de percepção e os conceitos do self em relação com os outros e com o ambiente; os valores que se captam como estando associados a experiências e a objectos; os objectivos e os ideais captados como tendo valor positivo ou negativo.*" (p. 143)

Segundo ele existe no indivíduo uma certa configuração, fluída e em mudança constante, constituída por percepções do self e do self-em-relação com os outros e com o ambiente. Representa assim, esquematicamente, a "Personalidade total" através de dois círculos parcialmente sobrepostos, delimitando 3 áreas :

A área I (campo em que se sobrepõem os círculos) - simboliza o sector do campo fenomenal em que o *"conceito do self e o self-em-relação estão de acordo com os dados fornecidos pela experiência visceral e sensorial."*;

A área II (zona não sobreposta do círculo do lado esquerdo) - simboliza o *"sector do campo fenomenal em que a experiência social ou de outro tipo foi simbolizada de uma forma distorcida e é captada como uma parte da experiência do próprio indivíduo."*;

A área III (zona não sobreposta do círculo do lado direito) - representa *"as experiências viscerais e sensoriais rejeitadas da consciência porque são inconsistentes com a estrutura do self"*.



(Rogers, 1951, pp. 506-508)

Apesar da sua fluidez, esta configuração funciona como um quadro de referência, acessível à consciência, com alguma estabilidade, permitindo ao indivíduo fazer opções, tomar decisões. *"A conduta é coerente com as hipóteses organizadas e com os conceitos da estrutura do self."* (p. 193)

A existência de uma grande distância ou incongruência, entre as percepções que o indivíduo tem das suas capacidades e relações e a realidade social captada, torna-o vulnerável.

2. Papel do Outro na consciência de si

Wallon (1979) aborda o desenvolvimento da criança através do jogo de relação entre o si e o outro. Inicialmente a criança vive um "estado de indivisão" entre si própria e o mundo exterior. É na vivência de jogos de alternância que os seus parceiros começarão a distinguir-se, embora haja ainda entre eles uma "espécie de equivalência essencial". *"O eu ainda não adquiriu em relação ao outro essa espécie de estabilidade e de constância que nos parece indispensável à consciência de si, que nos parece ser constitutiva da pessoa"* (Wallon, 1979, p. 153).

Na fase seguinte vão desaparecer estes jogos de alternância e a criança começa a afirmar-se, opondo-se ao outro, usando o "eu mim". *"O eu e o outro continuam a ser complementares, mas à alternância de papéis sucede a fixação obstinada a um dos termos em presença."* (op. cit. p. 154). Os objectos ganham importância como objectos possuídos, e a diferença entre o eu e o outro começa a sublinhar-se na distinção entre o "meu" e o "teu". É uma fase combativa que se vai pacificando *"à medida que se fortalecem e estabilizam os limites do seu conteúdo, tanto no plano material das coisas exteriores, como, mais tarde, no dos motivos e da conduta, dos pensamentos e da reflexão."* Daí que o indivíduo comece a considerar o seu eu íntegro e diferente do outro, agora julgado totalmente exterior.

No entanto, mesmo no estado adulto, o indivíduo pode sentir-se conduzido, dominado pelo outro. Este sentimento exprime a relação que *"parece ter por intermediário o fantasma de outrem que cada um traz em si. São as variações de intensidade que este fantasma sofre, que regulam o nível das nossas relações com outrem."* (op. cit. p.155).

Assim, ao longo da vida, mantém-se a complementariedade entre o si e o outro. A sua distinção *"resulta de uma bipartição mais íntima entre dois termos que não poderiam existir um sem o outro, apesar de ou porque antagónicos, um que é a afirmação da identidade consigo mesmo e o outro que resume o que é preciso expulsar desta identidade para a conservar."* (op. cit. p.156).

Rodriguez-Tomé situa os seus trabalhos numa Psicologia Genética e Comparativa e é fortemente influenciado por autores europeus (Janet, Wallon e Zazzo) e americanos (Baldwin, Cooley, James e Mead). Daí que encontremos nele a incidência nos processos ontogenéticos da formação do self e a procura das origens sociais do self. Situa-se na articulação *"das teorias que ligam a concepção de si ao outro e procura estudar a participação e o significado dos outros na génese e na natureza da autoconsciência."* (Tomé, 1972, p. 7).

O outro, *"parceiro perpétuo do eu na vida psíquica"* (Wallon, 1946) condiciona a representação ou consciência de si. Assim, a representação de si subentende uma "imagem própria", a consciência de si para si, e uma "imagem social", o ser para o outro, que se constitui a partir das imagens que o outro lhe comunica sobre si. A consciência de si vai definir-se como *"um sistema em que todas as referências pessoais e personalizadas se encontram organizadas"* (Rodriguez-Tomé, 1980, p. 179).

As modalidades de apresentação do Ego (Ego estado, Ego activo, Ego corpo, Ego possessões, Ego ligações, Ego objecto e Ego ausente) constituem a forma como o indivíduo apresenta a sua própria consciência de si. A imagem social constitui-se a partir daquilo que se julga que as pessoas significativas (pais, amigos, etc.) pensam, ou seja, a partir de imagens comunicadas pelo outro e interiorizadas pelo indivíduo. Estes

dois tipos de representação são por sua vez cruzados com o *sujeito apercebido* (o que os outros dizem pensar do indivíduo) e com o *sujeito suposto* (o que os outros julgam que ele pensa dele próprio).

Segundo l'Écuyer, a profunda dependência entre o Eu e o Outro na abordagem de Rodriguez-Tomé aponta para a consciência de si como um produto social.

Nos seus trabalhos mais recentes Rodriguez-Tomé tem-se centrado na comparação entre o sentimento de identidade de adolescentes de nacionalidades diferentes, apontando para um modelo multidimensional do Conceito de si, numa perspectiva desenvolvimental e intercultural.

3. A teoria construtivo-desenvolvimentalista

Noam (1988) procura integrar as teorias neo-piagetianas, psico-socio-cognitivas e as neo-psicanalíticas, num modelo compreensivo do *self*.

A sua abordagem passa por uma crítica a Piaget e à Psicanálise. O primeiro assenta fundamentalmente o seu modelo no estudo das idades mais precoces, deixando de lado o desenvolvimento adulto. Além disso, a sua noção de todo estrutural, sem flexibilidade, não tem em conta as discrepâncias e descontinuidades do desenvolvimento⁴. Por seu lado, a Psicanálise centra o seu trabalho nos conflitos não resolvidos da infância e aborda o *ego* como um conjunto de funções separadas.

Noam põe em relevo Erikson que influencia, segundo ele, todos os trabalhos actuais sobre a idade adulta.

⁴ Tema que foi objecto de debate entre Piaget e Wallon, in Piaget, 1978).

As relações integração / desintegração, progressão / regressão, *self* unificado / *self* dividido são entendidas de uma forma sistemática.

Entende assim que a sua teoria é *"uma teoria construtivo - desenvolvimentalista, estabelecendo relações sistemáticas entre as actividades biográficas e transformacionais do self."* (p. 8) Este, através do percurso da sua vida, tem oportunidades para reconstruir o passado, por cada nova compreensão de si e dos outros. *"O conjunto das estruturas do self pode continuar a desenvolver-se mesmo quando alguns dos seus aspectos continuam sob o controle da infância precoce."* (id) É através deste conjunto de estruturas que o self enfrenta a realidade social.

"Em condições ideais as estruturas mais precoces transformam-se em conteúdos, sendo guardadas e sustentando imagens da história de relações importantes." Esta "armazenagem" faz-se através de sínteses, sempre renovadas, constituindo uma espécie de quadro referencial, uma "gramática das relações do self com os outros". Nem sempre esta integração se realiza e os *self-sistemas* precoces coexistem com os tardios, constituindo aquilo a que Noam chama as "encapsulações".

É ainda necessário distinguir a "complexidade do self", que representa "o estágio de maior maturidade estrutural do self", da "força do self" que se refere ao "estatuto de integração estrutural."

Supõe-se que as actividades do self envolvem sempre *"role taking"*, (isto é, uma compreensão de que o outro é, de certa forma, semelhante e diverso do self e que o outro conhece ou é sensível (respondente) ao self num sistema de expectativas complementares." (p.9). Esta concepção da natureza interpessoal do self sofre a influência das perspectivas de Vigotsky, na sua abordagem da intersubjectividade.

Existe uma *"categoria da perspectiva interna, (...) a vida interiorizada das relações interpessoais com as suas manifestações na auto-*

reflexão, a distinção entre os processos de consciência e inconsciência e a experiência do diálogo interior" (p.10).

4. O self como sistema complexo

A abordagem do self de Guidano (1987) é sistêmica. O self tem uma propriedade chave que lhe permite, a partir de qualquer acontecimento ou perturbação, interna ou externa, situar-se relativamente a uma "ordem de referência do self (self-referent)" (Princípio da ordem a partir do ruído).

A evolução do percurso do conhecimento humano não é linear, possui antes uma direccionalidade generativa, com o surgimento descontínuo de níveis mais complexos e integrados da identidade do si e da consciência do si (Princípio da ordem através das flutuações). *"A característica crucial do sistema de estabilização do self encontra-se, não tanto na preservação do equilíbrio homeostático e circular, mas antes na manutenção da coerência de um processo de ordenação por significações de contínua reestruturação do equilíbrio"* (p. 11).

Daí entende Guidano que existe uma constante tensão rítmica entre processos de manutenção e mudança. Trata-se de processos de regulação, opostos mas simultâneos.

"A progressão ortogenética do sistema de organização do self desdobra-se abrangendo uma direcção temporal irreversível. A percepção desta irreversibilidade do tempo é essencial à estruturação da experiência humana.

Se considerarmos um ser humano não só como um sistema de conhecimento, mas também como um sistema de conhecimento histórico, a imediata consequência metodológica é que uma abordagem sistêmica

deve empregar uma perspectiva de desenvolvimento do percurso de vida." (p. 12)

A informação recebida do mundo exterior corresponde a uma informação sobre si e "o desenvolvimento do auto-conhecimento é paralelo ao processo pelo qual o indivíduo chega a entender a realidade exterior." Trata-se portanto de um processo unitário, que se constrói a partir de um jogo dinâmico entre o si e o mundo.

A relação pais/filhos é a base do desenvolvimento da identidade e da atitude consigo próprio assim como do desenvolvimento do comportamento interpessoal e atitude para com a realidade. Esta relação tem características específicas, necessárias para o desempenho destas funções:

1. *"o mundo que a criança internaliza não é um dos possíveis, mas o mundo, o único que existe e o único concebível."* Ou seja, este mundo é específico das relações Pais/Filhos que, para cada criança, são diferentes, desenvolvendo qualidades cognitivas diferentes de todas as outras.

2. Nas interações Pais/Filhos existe um grau muito maior de mudança do que em quaisquer outras relações humanas. Os níveis semânticos do processamento da informação e os modelos interactivos mudam incessantemente.

Através da organização do "referente do self" o indivíduo realiza uma coerência sistémica, que lhe permite apreender as transformações do outro e de si próprio, sem perder o sentido de uma unidade própria.

5. A multidimensionalidade do conceito de si: algumas questões

Através destas diversas abordagens podemos tentar configurar o conceito de self, sublinhando características relevantes e levantando ainda algumas questões em áreas que se mantêm - pelo menos para nós - nebulosas.

A primeira característica que parece não levantar dúvidas actualmente é a sua multidimensionalidade: de James a Mead, de Rogers a Giddens, Guidano ou Noam, ela aparece-nos como adquirida. O que já não é sem discussão é a organização das suas múltiplas dimensões e a interacção entre elas. De uma estrutura mais ou menos rígida e hierarquizada, como apontam James e Cooley, ao sistema complexo de Guidano ou de Noam, vão diferenças claras de perspectiva. Nos últimos, a característica da temporalidade do self, apresentado como um sistema de conhecimento histórico, pressupõe uma dinâmica interactiva constante entre sistemas de si precoces, sistemas de si actualizados e sistemas de si actuais, numa abordagem que nos aproxima de uma maior compreensão do conceito embora - e porque - o situa na sua complexidade.

A distanciação, considerada necessária, do si de si (produtor/produto) para se conhecer, parece ser inextrincável e sugerir contradições conceptuais como as que nos aponta Giddens. Na mesma linha, a relação do self com o outro levanta-nos a questão do self como objecto social, como produto social. Se para Mead a interacção social domina a construção do self, talvez tal não tenha que significar forçosamente que o self seja um produto social, na medida em que o outro é percebido e simbolizado pelo sujeito, que constrói a realidade não só a partir do meio mas também do "referente de self" (Guidano), que lhe

permite manter o sentido da sua unidade própria e a especificidade da sua natureza interpessoal.

É em pleno domínio da interacção que o conceito de si se constrói e delimitá-lo reenvia-nos para a conclusão de Sève (1990): "*o que é realmente insecável na matéria não é uma partícula mas uma interacção*" (p.138).

II. Da "perda" à "descoberta" da Identidade

O conceito de identidade foi introduzido, em Psicologia, por Erikson. No acompanhamento clínico de soldados perturbados pela guerra tornara-se evidente que estes homens tinham uma incapacidade de se conceberem como pessoas distintas das outras e de se situarem relativamente à sua própria história. Foi a ideia de perda de identidade que, em primeiro lugar, se apresentou a Erikson, podendo assim dizer-se que a origem do conceito está na constatação da ausência do fenómeno em determinadas situações-crise. Este facto não é apenas um detalhe. Ele vai ser central tanto na teoria de Erikson como de alguns dos seus seguidores (ver, mais adiante, Marcia).

Erikson tem uma formação interdisciplinar, que lhe permite uma abordagem dinâmica, partindo da Psicanálise, da Antropologia, da Psicologia Genética e da Psicologia Social.

Apoia-se na noção de identificação, utilizada por Freud, para construir o conceito de identidade. Para Freud a identificação era constituída pelos laços afectivos mais primitivos⁵ entre um indivíduo e um objecto, passando, mais tarde, a representar um substituto desses laços através da interiorização do objecto. Assim, a identificação surgiria sempre que com alguém, que não fosse objecto de pulsões sexuais, se estabelecesse algo de comum. Este processo permitiria a interiorização de várias pessoas unidas por elos comuns (Freud, 1973).

⁵ O narcisismo configuraria a forma mais primitiva da identificação.

1. O Conceito de Identificação

De facto, Freud utiliza a palavra Identificação em duas acepções : a identificação do outro (reconhecimento da existência do Outro, categorização do Outro) e a identificação ao outro (reconhecimento de que *si próprio* é idêntico ao Outro, situando-se na mesma classe ou categoria).

Na identificação do Outro existe uma utilização de estruturas cognitivas que nos permitem situá-lo relativamente às suas características e classificá-lo em função de categorias cognitivas significativas e numa relação psicológica connosco.

A Identificação ao Outro seria o *"processo pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma total ou parcialmente a partir do modelo deste. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações"* (Laplanche e Pontalis, 1967, pp.187).

Mas é no sentido de se identificar ao outro que Freud utiliza o termo na maior parte da sua obra.

As duas acepções são importantes na Teoria da formação da Identidade pois são processos intimamente ligados na medida em que identificar-se ao Outro é também procurar situar-se na mesma categorização em que se situa o Outro, processo que é sempre posterior à própria identificação do Outro, enquanto Outro (diferente de Si)

A identificação tem um papel essencial na construção do sentimento de identidade. Wallon (1979) considerava a identificação como uma "necessidade íntima". Não se é pessoa sem essa procura do outro em si, sem um sentimento de filiação, de pertença, de aceitação social. O

indivíduo especifica-se, individualiza-se num processo constante de procura de coesão e consenso, que lhe permite a autonomização e a consciência da singularidade própria. Trata-se de uma dinâmica conflitual em que o desejo se confronta com as exigências do meio. Daí que Tap (1980) afirme que a identificação tem uma função defensiva, pois permite ao indivíduo suportar e ultrapassar a experiência desses conflitos, ao mesmo tempo que tem uma função construtiva, na medida em que a interiorização do outro é também a mudança na construção de si.

Freud utilizara já o termo "identidade", numa acepção étnica, ao escrever sobre a sua própria identidade como judeu, não pressupondo uma aplicação consciente de preceitos judaicos, mas uma "*construção mental comum*" [carta de Freud, citada por Erikson]. Não se entende muito bem o que é para Freud esta *construção mental comum*, que não aprofunda na sua obra. Sublinhou, muitas vezes, o papel do outro, como modelo ou como adversário, mas, na sua perspectiva, a construção do *ego* é autónoma relativamente ao meio. Aliás, uma das críticas de Erikson a Freud é relativa à pouca importância que este dá ao peso dos factores sociais na construção do indivíduo. Embora o *outro* surja, em Freud, como um modelo de identificação, como um objecto de desejo ou como um objecto de repúdio, embora entenda a própria Psicologia como uma Psicologia social em sentido lato, o mundo exterior aparece-nos, na sua obra, como uma componente de um *ego* isolado, autónomo, não condicionado historicamente e socialmente. Para Erikson a identidade não é apenas um processo intrapsíquico, é também um processo de inter-relação com o exterior. O indivíduo exprime as suas pulsões e os seus desejos através das condutas, mas estas são condicionadas pela sua relação com o *outro*.

A "acepção étnica" de identidade é, talvez, mais conforme com a concepção de Erikson, que defende que a comunidade, seja ela inserida num mundo tradicional ou moderno, dá significado às experiências do indivíduo, e que as necessárias contradições que surgem na organização das comunidades são resolvidas em função de uma normatividade, de regras e saberes comuns, que permitem manter o sentimento de identidade e de coerência com o mundo exterior.

Erikson faz uma ligação constante entre o psicológico e o social, considerando que a identidade se constrói numa simultaneidade não só no juízo que o indivíduo faz de si próprio, tendo como referência os seus julgamentos sobre os outros, e os julgamentos dos outros sobre ele próprio, como ainda da cultura colectiva em que se insere.

Assim, a construção da identidade é atravessada pelas relações entre o psicológico e o social, entre o desenvolvimento pessoal do indivíduo e a história da comunidade. O conceito de meio não se reduz a um espaço envolvente-exterior, mas concebe-se na dinâmica da internalização/externalização. O indivíduo situa-se em termos de espaço-tempo pessoais e colectivos, inserindo-se em projectos de vida colectiva.

2. Identidade pessoal e identidade do Ego

Erikson distingue entre identidade pessoal, - histórica e situada (num tempo e num espaço), processo dependente de múltiplas identificações, na procura de coerência, continuidade e coesão com o meio - e identidade do ego - processo de síntese, permitindo a

diferenciação relativamente ao meio e procurando um sentimento de unidade e de continuidade intrínsecas - que interagem numa dinâmica movida por conflitos.⁶

A identidade não pode ser vista como uma coisa fixa, como algo de realizado, estático. A identidade é um processo em contínua construção, que se vai diferenciando desde "*o primeiro encontro verdadeiro da mãe e do bebé*". A noção de identidade como um processo é central em Erikson, que concebe, no seu diagrama epigenético, oito etapas de vida, em que se desenvolvem simultaneamente, através da resolução de conflitos, a identidade interior e a identidade social. A resolução destes conflitos passa pelo domínio ora de uma identidade positiva, ora de uma identidade negativa.

A diferenciação não significa um percurso linear no sentido da perfeição. Ela é sempre atravessada pelas mudanças nas relações dos indivíduos com os outros e com a história do grupo a que pertence e, mesmo, com o mundo em que se situa. Daí que o período da adolescência, momento crucial na construção da identidade, etapa de crise normativa, seja visto como um período de "*guerra no íntimo de si próprio*", por analogia com as perturbações da identidade provocadas pela guerra em que os soldados, que observou, participaram.

A construção da Identidade supõe, segundo Erikson, um conjunto de sentimentos e de processos que constituem o sentimento de identidade. Para Erikson não há Identidade sem sentimento de Identidade. Embora

⁶ Daí a importância do conceito de crise em toda a sua perspectiva.

com denominações por vezes diferentes a maior parte dos autores refere-se, a este propósito, fundamentalmente :

- ao sentimento de unidade : constitui-se progressivamente a partir de todas as experiências (afectivas, relacionais, cognitivas, etc.); Codol (1980) liga o sentimento de unidade ao sentimento de coerência, na medida em que o indivíduo se sente único e idêntico a si próprio. O sentimento de unidade constrói-se na consciência da singularidade;
- aos sentimentos de continuidade e de permanência: ao longo dos diferentes períodos da vida o indivíduo sente-se o mesmo , num percurso contínuo. Para Codol os sentimentos de unidade e de permanência são as duas componentes mais importantes da Identidade;
- ao sentimento de pertença : do ponto de vista individual, é a interiorização dos papéis sociais. Erikson refere-se à participação afectiva, à impregnação do meio envolvente, afectivo e social, pelo indivíduo. Mas é também o sentimento que permite ao indivíduo a noção de NÓS, de partilhar com os seus grupos, sentimentos, valores e acções;
- ao sentimento de diferença : para Codol, está ligado ao sentimento de singularidade e de unidade. Tomar consciência de si passa pela comparação com o outro e pela distanciação relativamente a este; é, ao mesmo tempo, uma diferenciação cognitiva e uma oposição afectiva, necessárias ao desenvolvimento da autonomia;
- ao sentimento de originalidade : ligado ao sentimento de diferença, equilibrando-se dinamicamente com o sentimento de pertença, opondo-se às múltiplas identificações, permite ao indivíduo "não se parecer com ninguém";
- ao sentimento de confiança ontológica : essencial desde os primeiros momentos da vida, ganha forma em termos de consciência de se existir para os outros e para si próprio, permitindo projectar o futuro;

- ao sentimento de autonomia : capacidade de se conceber como sujeito das suas próprias acções, "*fonte de efeitos particulares*". A consciência da autonomia é a contrapartida do sentimento de pertença e liga-se à ideia que o indivíduo tem de poder controlar as suas próprias acções;
- aos processos de avaliação relativamente ao Outro: todo o desenvolvimento da identidade passa por uma contínua avaliação de si relativamente ao Outro. Avaliam-se as nossas acções e os efeitos dessas acções sobre os outros. Neste processo entra a estima de si e de procura de visibilidade social, supondo a necessidade de se ser reconhecido, amado, aceite, de ser alguém que conta para os outros. Esta avaliação conduz a processos de identidade positiva e negativa;
- aos processos de integração de valores e de identificação que se ligam à construção do sentimento de pertença.

3. Conceitos Fundamentais na Teoria da Formação da Identidade

James E. Côté e Charles G. Levine (1989) consideram como conceitos fundamentais na teoria eriksoniana da formação da identidade, a crise, a moratória institucionalizada, a luta entre o Ego e o Superego para o domínio da personalidade e os estádios de orientação de valores.

Sendo cada estágio psicossocial caracterizado por um tipo de crise, o estágio da identidade é marcado pela tensão entre a identidade do ego e a confusão da identidade. Esta tensão associa-se aos papéis esperados (não só os que o indivíduo espera de si próprio, como aqueles que a sociedade lhe designa) e desempenhados pelo indivíduo assim como à sua concepção do mundo e da vida.

A sociedade prevê, de forma institucionalizada, uma moratória, um tempo em que o adolescente e o jovem podem desenvolver uma identidade adulta.

Partindo desta abordagem de Erikson, Tamar Rapoport (1988) desmonta a moratória em cinco componentes, constituindo padrões de socialização em que coexistem a permissividade e a severidade, relativamente às acções do adolescente e do jovem :

1. *Obrigações suspensas*: o jovem não é submetido às mesmas obrigações que o adulto, podendo fazer opções e mudar posteriormente as suas escolhas em função dos resultados obtidos.
2. *Controlo indulgente*: os actos mais ou menos correctos do jovem não são submetidos ao mesmo controlo e às mesmas sanções que os do adulto, o que reduz a ansiedade do jovem perante a necessidade de tomar decisões.
3. *Experimentação livre*: tendo a possibilidade de experimentar toda uma série de comportamentos, o jovem aprende por tentativas e erros.
4. *Direitos alargados*: a sociedade investe no jovem sem lhe exigir compensações imediatas. Espera-se que, no futuro, como adulto, cumpra as obrigações que lhe estarão definidas.
5. *Quase-responsabilidade*: aceita-se que o jovem se mostre responsável, não responsável e irresponsável. Ele pode experimentar papéis de quase-adulto conservando os seus comportamentos infantis.

Trata-se, evidentemente, de uma visão idealizada da sociedade, que não tem em conta, por um lado, a estratificação social que caracteriza as sociedades do nosso tempo e que, por outro lado, esquece a contrapartida

em termos de menor respeito pelo jovem, pelas suas opções e pelos seus direitos que, em muitos campos, são mais reduzidos que os dos adultos. No entanto, poderemos considerar que a sociedade tem de facto institucionalizadas certas medidas que permitiriam, se fossem concretizadas, um tempo de espera ao jovem.

Erikson refere-se a dois sistemas de valores orientando duas moratórias distintas : o ethos tecnológico, com forte orientação para a experiência tecnológica e provocando, segundo ele, uma crise de identidade de menor severidade, e um ethos humanístico, baseado em papéis e valores que, numa sociedade dominada tecnologicamente, são, de certo modo, marginalizados.

A luta entre o Ego e o Superego para o domínio da personalidade marca a crise da identidade. Quanto mais severa for mais forte é a crise. A identidade dominada pelo Ego seria a mais desejável, na sociedade actual.

Erikson considera três estádios na orientação de valores, que poderão ser articulados com os estádios descritos por Piaget ou ainda com os propostos por Kohlberg.

Eles desenvolvem-se hierarquicamente, partindo do estágio moral, próprio da infância, - em que a criança se submete à autoridade adulta, - passando pelo estágio ideológico, próprio da adolescência, - em que o adolescente questiona as "verdades", que guiam o indivíduo no sentido da justiça e no percurso da sua vida, pondo em causa as fontes da autoridade - e, por último, um estágio ético, próprio da idade adulta, - em que o indivíduo assume a responsabilidade das suas acções e, até certo ponto, as da sua espécie.

Embora a sua visão tenha sido muito criticada pela sua complexidade, caindo por vezes na confusão e em contradição, Erikson continua a ser ponto de referência para inúmeros trabalhos de investigação no âmbito da identidade. A complexidade do constructo torna difícil a sua operacionalização e grande parte dos estudos que consultamos submetem-se a um reducionismo pragmático, que empobrece a perspectiva eriksoniana, sem que, em contrapartida, ela ganhe em clarificação.

No entanto, o próprio Erikson não evita certos reducionismos, o que se deve, pelo menos em parte, a uma visão menos crítica da sociedade a que pertence e que nos aparece, por vezes, como um todo harmonioso e ideal, ao mesmo tempo que transparecem preconceitos próprios da época, impregnados de moralismo ou de uma ideologia cheia de ambiguidades (ver, por exemplo, a sua concepção da feminilidade).

4. O Estatuto de Identidade

James E. Marcia baseia as suas pesquisas na teoria psicanalítica do Ego. Considerando que a abordagem de Erikson supõe um modelo de desenvolvimento mais complexo que a psicanálise tradicional, realça a importância de se considerar o desenvolvimento através dos oito estádios, marcados por crises, ao longo da vida. Por outro lado, a perspectiva de Erikson, ao jogar mais com comportamentos adaptativos conscientes, permite o estudo através de hipóteses mais estáveis.

Para Marcia a identidade é o mais central dos estádios de Erikson e surge como uma capacidade de tomar decisões e investir na sua realização efectiva. Propõe, assim, dois critérios psicossociais para identificar os

níveis de aquisição do Ego: a exploração de alternativas e o grau de investimento em algumas dessas alternativas.

A exploração é vista como uma prontidão para ter em conta orientações diferentes daquelas que foram propostas pela família, envolvendo, portanto, um assumir da separação e um reconhecimento activo das necessidades e habilidades próprias.

O investimento supõe a decisão e a adesão à acção em função daquela.

A partir do estágio Identidade/Confusão, proposto por Erikson, põe a hipótese de quatro estatutos de Identidade, definidos a partir dos critérios propostos, no final da adolescência.

Para situar o desenvolvimento do adolescente sugere a identificação de períodos de crise (questionamento e exploração perante a necessidade de tomadas de decisão e escolhas) ou de investimento (empenhamento claro e firme em acções orientadas pelas opções) em áreas como a escolha ocupacional, a ideologia política e religiosa e os valores sexuais/interpessoais. Nesse sentido supõe quatro **estatutos da identidade** :

- a) Aquisição da Identidade - estatuto em que, após um período de questionamento, se dá a consolidação da identidade e o indivíduo investe em acções orientadas por opções firmes;
- b) Moratória da Identidade - estatuto de crise, de exploração activa de alternativas em função de futuras tomadas de decisão;
- c) Identidade Outorgada - neste estatuto o investimento em projectos não depende de escolhas pessoais, mas da submissão à escolha de outros. Não existe uma construção individual da identidade mas de uma estrutura demasiado rígida que é reflexo dos planos parentais;

d) Difusão da Identidade - estrutura demasiado amorfa em que não há nem exploração, nem investimento.

As tomadas de decisão e o empenhamento claro nas opções definidas não significam que o desenvolvimento da identidade não passe por um processo de mudança ao longo da vida.

A estrutura da identidade vai sendo reformulada, através de novas explorações e de novos investimentos, desde que se parta de uma estrutura da identidade própria e não já dos projectos de outros.

No caso do estatuto de identidade outorgada e de difusão da identidade passa-se aquilo a que Marcia chama uma espécie de "encalhamento", que não permite quer a formulação de uma estrutura da identidade própria, quer a sua posterior reformulação.

Berzonsky, Rice e Neimeyer (1990), partindo do princípio de que a Identidade do *self* pode ser conceptualizada como uma teoria do *self*, procuram articular a sua abordagem com a de Marcia.

Segundo eles a investigação aponta para formas diferentes de processar a informação conforme os estatutos da identidade.

Indivíduos com o estatuto de Difusão evitariam enfrentar problemas e teriam dificuldades em concentrar a atenção; com o estatuto de Identidade Outorgada teriam crenças rígidas e seriam intolerantes frente à ambiguidade; indivíduos com o estatuto de Aquisição e Moratória teriam uma maior capacidade de abordar problemas na sua complexidade. Diferentes teorias do *self* corresponderiam a diferentes estatutos. Assim, na Aquisição e Moratória os sujeitos seriam orientados para a informação, (teóricos-cientistas) e capazes de procurar, processar, avaliar

a informação antes de tomarem decisões, enquanto que os que se situassem no estatuto de Identidade Outorgada seriam orientados para as normas, (teóricos dogmáticos) esperando de outros significantes expectativas e prescrições; por seu lado, no estatuto de Difusão os indivíduos aparentariam uma fuga à orientação, (teóricos ad-hoc) adiando, o mais possível, as tomadas de decisão.

5. O *Self* e a identidade

Embora reconhecendo que o conceito de Identidade de Erikson é demasiado complexo e de difícil operacionalização, A. Blasi (1988) critica a tendência da investigação tradicional para transformar conceitos em cálculos numéricos. Marcia, nomeadamente, é criticado pelo tratamento quantitativo e isolado de dimensões da identidade que constituem uma unidade.

Blasi considera que certos estudos, ao procurarem a objectividade, trivializam os conceitos e fragmentam o *self* em diversos domínios, quando o que é próprio da identidade é o sentimento de unidade do *self*. O conceito de crise perde o seu sentido profundo de questionamento relativamente às percepções e expectativas da cultura a que o indivíduo pertence, perde o seu papel no desenvolvimento em termos de autonomia e transforma-se em qualquer coisa que apenas supõe uma reflexão sobre alternativas. Do mesmo modo, o compromisso perde o seu sentido de empenhamento pessoal em projectos próprios a longo termo, passando a ser puramente uma decisão firme.

O que seria fundamental na teoria de Erikson seria a *relação da pessoa consigo própria e a sua experiência de si próprio como uma identidade individual e unificada*.

Na descrição da Identidade há que distinguir condições, que dizem respeito a factores e processos, de consequências funcionais.

O que permitiria uma visão da Identidade seria a descrição do sujeito fundamentada na forma específica que ele tem de se sentir agente a partir de uma entidade individual e una. Esta visão poderia ser abrangida pelo *self-as-subject*. A sua definição de *self-as-subject* é diferente daquela que nos foi deixada por James. Para Blasi o *self-as-subject* é o sentimento de uma relação embebida em cada acção e experiência. O *self* é pensado de imediato, em e através da acção, ele não é uma reflexão sobre si. Daí que entenda como dimensões do *self*:

- a agência: apropriação imediata da acção;
- a Identidade consigo próprio: realização imediata de si próprio;
- a experiência da unidade: mesmo através de acções muito diferentes o indivíduo tem o sentimento da sua unidade;
- a Alteridade (*Otherness*): sentimento de que se é uma agente separado, diferente dos outros.

Blasi define três aspectos da acção intencional⁷ que devem ser tratados de forma inter-relacionada:

- os **produtos**, que são os resultados intencionais da actividade humana e podem ser externos e concretos ou internos; são o objecto de estudo preferencial das abordagens comportamentalistas;

- os **operadores**, que são os processos e instrumentos da construção dos produtos, cujas sub-categorias, como os *self-esquemas* e

7. Também para Tap o sentimento de identidade se enraiza na acção e na produção de obras, naquilo que seria um sentimento de "ser causa de" efeitos no mundo exterior.

teorias do si, interessam especialmente a abordagens cognitivistas da identidade;

- as posições, que exprimem a intencionalidade da acção. Esta não é uma componente entre outras, ela está presente em cada aspecto da acção e dá-lhe unidade. Cognitivistas e comportamentalistas não têm em conta este aspecto, o que os faz perder, segundo Blasi, a noção de unidade fundamental na abordagem da identidade.

As posições ocorrem na consciência e exprimem a relação do sujeito com a acção, a relação de agência, o domínio das suas próprias acções.

III. Identidade Social : dos contributos da sociologia e da psicologia à psicologia social

1. Homogeneidade e Heterogeneidade sociais

Ao tratar o conceito de Si e o conceito de identidade procurámos distingui-los, referindo, sobretudo, autores que não utilizam de forma indiscriminada estes conceitos. Já no início deste trabalho, demos relevo à dificuldade desta tarefa. Ela agudiza-se quando trabalhamos o conceito de identidade social. Na verdade, o ser humano é um ser em relação e é na sua interacção com o meio que o indivíduo encontra resposta às suas potencialidades para o crescimento e mudança. Nesse sentido, identidade individual e identidade social desenvolvem-se simultaneamente, numa relação intrincada, se é que não podemos afirmar que se trata de uma mesma realidade construída sob perspectivas diferentes

Muitos autores têm preferido distinguir identidade pessoal e identidade social para uma melhor clarificação dos conceitos e uma mais fácil pesquisa empírica. Frequentemente, esta facilitação resulta numa maior necessidade de isolar, desmontar, desmultiplicar e classificar fenómenos, que não se arrumam sem resistência e que perdem, neste percurso, muito do significado que faz deles um todo complexo.

Apesar disso, e porque se trata, nesta fase, de distinguir os olhares e não tanto realidades, continuamos o percurso que nos propusemos, arrumando os diferentes autores, segundo o enfoque que os caracteriza neste domínio.

Durkheim (1984), sociólogo francês, criticado por uns e defendido por outros, marcou e marca ainda as ciências sociais não só da França, como do Ocidente em geral.

Diferentes abordagens da identidade social são tributárias da sua concepção de sociedade e de socialização. Segundo este, as sociedades "**primitivas**", para sobreviverem, mantinham os indivíduos ligados por uma forte *consciência colectiva*, que impedia a diferença e a originalidade. Assim, os seus membros encontravam-se solidamente unidos por uma "**solidariedade mecânica**", "*sistema de segmentos homogêneos e semelhantes entre si*" (p.211).

Nas sociedades **modernas**, com a divisão do trabalho, a necessidade de se chegar a fins comuns permitiu e, mesmo, exigiu, através de tarefas complementares (da cooperação), a criação de uma "**solidariedade orgânica**". "*É portanto uma lei da história que a solidariedade mecânica, inicialmente única ou quase, perca progressivamente terreno, e que a solidariedade orgânica se torne pouco a pouco preponderante*" (p. 203). Esta assenta na diversidade, mantendo os indivíduos interdependentes em função da organização social e limitando a sua liberdade, submetida a normas morais. Estas normas, aceites pela maioria dos membros da sociedade, constituem as "**representações colectivas**", exteriores ao indivíduo (transmitidas de geração em geração) e obrigatórias (o indivíduo é objecto de sanções).

A consciência moral constroi-se através do **espírito de disciplina** (formado pelo sentimento de dever, submetido às regras, regularidades e limitações da sociedade), do **espírito de abnegação** (resultado dos elos criados com os grupos de pertença, enriquecedores pela superação de si próprio) e da **autonomia da vontade** (entendida como a capacidade de se dominar e de cumprir o seu dever).

O **indivíduo** seria constituído por um *ser individual*, - configurando um universo privado, enraizado nos traços da herança genética e nas experiências e memória da história pessoal de cada um - e por um *ser social* - representado pelos hábitos, ideias, sentimentos dos seus grupos de pertença e produto das tarefas destinadas à educação.

A acção social não seria, portanto, resultado de uma consciência individual, mas sim de um conjunto de formas de agir que, obrigatoriamente, o indivíduo assimilaria e aprenderia a distinguir. Nesta concepção a criança é um indivíduo passivo, submetido à autoridade moral do adulto, (que tem sobre ela o ascendente que a experiência e cultura lhe dão), inclinado à imitação. São estes os "traços" que lhe permitem crescer e tornar-se um ser verdadeiramente humano, ou seja, dominar a sua **natureza animal** (com os seus desejos e egoísmo natural) e conquistar a sua **natureza social**. Os pais e, particularmente, os educadores, são os intermediários entre a criança e a sociedade.

Assim, através da educação, entendida como uma socialização metódica, a criança, de forma irresistível, faz a aprendizagem das representações colectivas e interioriza-as, o que garante uma homogeneização dos membros da sociedade e, por conseguinte, a perpetuação desta. A **educação**, respondendo à necessidade de perpetuação das condições de existência da sociedade, diversifica-se e especializa-se de forma a garantir também as diferenças exigidas pela cooperação.

Piaget (1985)⁸ tem pontos em comum com Durkheim na sua concepção de educação. Também ele a considera como uma "socialização

⁸ As posições de Durkheim e de Piaget face ao conceito de socialização são objecto de análise em P. Tap (1988) e em C. Dubar (1991), aos quais reenviamos o leitor para uma abordagem mais aprofundada da socialização.

metódica" da criança e do jovem, reconhece a existência de uma solidariedade mecânica, através da imitação, da qual se passa a uma solidariedade orgânica, pela cooperação e complementaridade. No entanto, opõe-se-lhe quanto ao papel do indivíduo, que ele considera agente da sua própria socialização. Nesse sentido enquanto a educação moral é para Durkheim uma transmissão, pela coacção, de regras e valores comuns aos grupos sociais de pertença, para Piaget trata-se de uma construção em que a criança, autonomizando-se, substitui as regras impostas por regras de cooperação. Para Durkheim os objectivos e os efeitos da coacção externa são equivalentes, enquanto que para Piaget é o próprio fundamento deste tipo de relações que as opõe diametralmente. As relações de coacção baseiam-se na submissão à autoridade e no sentimento do sagrado (próprio das sociedades tradicionais) e as relações de cooperação baseiam-se no respeito mútuo e na autonomia da vontade (sociedades modernas).

Tap (1988), embora não negue que a ideologia do dever, a fascinação educativa e a perpetuação da ordem social não estão ausentes - e bem longe disso - dos processos modernos de socialização, considera que o carácter contestável da teoria durkheimiana provém :

"- da apresentação de uma sociedade homogênea, e mesmo monolítica sob certos aspectos.(...) ;

- de uma concepção muito limitada do processo de socialização, reduzida ao domínio de si e ao sentido do dever, através da confiança na autoridade moral do adulto" (p.102)⁹.

A própria diversidade de papéis sociais é concebida no sentido de perpetuar e reforçar a ordem social. Nesta existe uma hierarquia que

⁹ P. Tap (1988).

prevê estratos diferentes com papéis diferentes. A socialização imprimiria em cada indivíduo o sentido do seu lugar e dos seus deveres na hierarquia social.

Os sociólogos funcionalistas, na sequência do conceito durkheimiano de socialização, que submete o indivíduo à sociedade, como objecto de uma influência conformizadora produto-reprodutor do consenso social, vêem a identidade como resultado desse consenso e dessa conformização. É a internalização das normas e valores sociais que vai permitir ao indivíduo integrar-se e reconhecer-se como idêntico aos outros. "A norma não é simplesmente um aspecto de um modelo imposto por um objecto externo, mas torna-se parte integrante de um mecanismo de regulação do próprio sistema da personalidade" (p.657)¹⁰. Assim, identidade pessoal e identidade social exprimir-se-iam através deste consenso de valores. No seu paradigma funcional da acção, Parsons acrescenta às três instâncias propostas por Freud, uma quarta, a **identidade**. Esta representa um conjunto de modelos e sistemas de significações, articulados a símbolos, valores, ideais e ideologias. Trata-se do sistema latente a que o actor social recorre para o controle e legitimação dos seus projectos e tomadas de decisão.

De um outro ponto de vista, mas mantendo-se numa perspectiva funcionalista, A. Mucchielli (1986) considera a identidade social como uma identidade atribuída, ou seja, ela aparece como algo de exterior ao indivíduo, fornecida pelo consenso dos outros indivíduos e grupos. "É a identidade consensual dada por uma grande parte dos outros indivíduos e grupos da sociedade (sendo isto um dos sinais da coesão da identidade cultural)" (p75).

¹⁰ Parsons (1959).

2. A introdução da noção de conflito

Identidade social como interiorização de normas pelo indivíduo ou identidade social como avaliação externa, são linhas do debate que se mantêm, ao longo de todos os trabalhos neste domínio. No entanto, certos autores abordam-no numa perspectiva dialéctica que, quanto a nós, só é conseguida efectivamente, dando ao indivíduo o seu espaço de actor/agente social, sujeito da construção da sua própria identidade.

A. Touraine (1982,1986a,1986b), de uma perspectiva macro-social, entra no debate retomando Durkheim, mas introduzindo a noção de conflito, que lhe permite encontrar explicações coerentes com o seu posicionamento marxista.

A sua concepção de socialização é muito próxima da de Durkheim que influencia, em parte, a sua abordagem do conceito de identidade social. Esta "*não é mais do que a interiorização de valores e estes são inseparáveis da ideologia dominante*" (1982, p.157), é uma falsa identidade, ou seja, compõe-se de "ilusões" de identidade, de alienação, é uma consciência confusa que o actor tem da realidade.

Através da socialização, o actor aprende as regras do jogo que lhe permitirão adaptar-se o melhor possível, identificando o seu lugar definido socialmente. A explicação do social só pode fazer-se pelo social e, nesse sentido, a consciência dos actores é apenas um reflexo da ordem social estabelecida.

O apelo à identidade social apoia-se normalmente no que há de menos social no homem, ou seja, no que diz respeito ao inconsciente das relações interpessoais, ao desejo, ao corpo. Daí que haja neste apelo um carácter defensivo relativamente à dominação social. Para que o indivíduo se torne realmente um actor social é necessário que ultrapasse esta fase

defensiva e assuma uma posição contra-ofensiva. "*A identidade constrói-se, neste caso, não em referência ao ser, mas à acção e ao domínio das escolhas para a acção*" (1986, p. 199).

Na cena social e política contemporânea, temos que pôr de lado a ideia de sociedade, assumindo que a realidade social é o resultado de redes de relações sociais em constante movimento e, por isso, de uma coerência fragilizada pela presença do conflito.

A verdadeira identidade social só é conseguida através da luta, "*como obra dos homens, como projecção das relações sociais*" (1982, p. 160), numa conjunção entre estas, o modelo cultural e as leis da natureza.

É o conflito que está na origem da procura e emergência da identidade que, por sua vez, pode permitir o surgimento de um movimento social. Daí que seja necessária não só a "consciência das contradições" como também a "procura do controlo da mudança social".

O conflito ganha em Crozier uma configuração mais próxima da luta pelo poder, que se joga em negociações e estratégias múltiplas e quotidianas.

Crozier e Friedberg (1977) põem, também eles, em causa a existência de uma harmonia social, em que conjuntos e mecanismos sociais interagem coerentemente. A própria necessidade de existência de mecanismos integradores subentende os conflitos presentes no sistema social.

É em função dos conflitos que os actores sociais, para sobreviverem, são constantemente forçados a negociar as bases das suas interações com os outros. Nestas negociações criam-se permanentemente *zonas de incerteza* que permitem manter uma certa autonomia nas relações de poder.

Nesse sentido, os indivíduos têm comportamentos estratégicos dentro de negociações em que sopesam possibilidades, recursos e limites. *"Reflectem, portanto, a sua escolha de uma orientação da acção face aos riscos e oportunidades dos jogos em que participam nos seus universos sociais"* (p.406). Ao contrário do que muitos investigadores, nomeadamente na psicologia social e sociologia, julgam, as atitudes não exprimem o sistema de valores do actor, mas os meios que utiliza nas suas orientações estratégicas.

É através destas que se constrói a identidade. *"O acesso a fontes de poder, isto é, as possibilidades alternativas de comportamento, e a utilização efectiva destas possibilidades, revelam-se assim como pré-condição não só de toda a relação com o outro, mas também de todo o processo de personalização, de acesso à identidade"* (p.58).

Esta abordagem revelou-se ser extremamente rica na conceptualização e análise das "estratégias identitárias", que aprofundaremos noutro capítulo.

3. As pontes possíveis entre a análise social e a análise psicológica

Sarbin e Scheibe (1983), numa abordagem micro-social, defendem a necessidade de construir uma ponte entre a análise social e a psicológica. Daí a sua "Teoria dos Papéis" que assumem como interactiva.

Consideram que os indivíduos vivem e interagem em diferentes ecologias e a sua sobrevivência depende de saberem situar-se em relação a elas. Dão especial relevo à ecologia social ou sistema de papéis. É assim que definem identidade social como *"o produto múltiplo das tentativas de uma pessoa se situar no sistema de papéis"* (p.8).

Os diferentes grupos de referência têm um efeito modelador na avaliação que cada indivíduo faz de si e dos outros. O self situa-se num sistema de papéis e, através de um processo social, infere os papéis dos outros e os próprios. Estes podem ser opostos, levando a uma identidade conflitual.

O desenvolvimento do indivíduo faz-se num contexto tendo em conta as suas condições sociais e culturais específicas.

Partindo desta concepção, Sarbin e Sheibe apresentam um modelo tridimensional que, segundo eles, permite conceber o processo de trans-avaliação social. Este processo desenvolve-se assim em três dimensões, o estatuto, o envolvimento e a avaliação:

1. Estatuto é definido como posição numa estrutura social.

A identidade social de uma pessoa compõe-se de um variado número de papéis¹¹ que se situam em diferentes pontos da dimensão estatuto. Os estatutos devem ser entendidos como estatutos designados (*granted*), - como o de mãe, mulher, pai, filho, etc. - e estatutos adquiridos ou escolhidos - como o de professor, médico, presidente, etc.-. A análise da escolha deve ter em conta o número de alternativas disponíveis para o actor e o seu grau de opção. Os papéis designados são menos diferenciados e abrangem um maior número de membros de uma sociedade. Eles têm a ver com direitos humanos considerados dentro de uma cultura, não dependem de habilidades ou de realizações individuais, que são necessárias nos estatutos adquiridos.

¹¹ Papel é definido como "um conjunto de comportamentos produzidos por um indivíduo a fim de melhorar a sua situação num determinado estatuto". Trata-se de uma unidade de conduta caracterizada por acções manifestas, sendo o estatuto "uma abstracção definida pelas expectativas de membros da sociedade relevante".

2. Envolvimento é definido como intensidade com que um papel é agido. Varia com o tempo (maior ou menor tempo dedicado ao papel) e com a situação.

3. Avaliação é definida como um composto contínuo, cujos componentes têm diferentes significações e importâncias em tempos diferentes.

A identidade social de uma pessoa é composta por um conjunto de estatutos validados, que determinam as avaliações sociais aplicadas à pessoa. A validação social pode imprimir um processo de degradação ou de promoção conforme o percurso para um estatuto é reconhecido publicamente como de descida ou de subida.

As três dimensões estão inter-relacionadas. Assim, no estatuto designado há menos a ganhar e mais a perder em termos de avaliação. Ou seja, desempenhar os papéis esperados é avaliado como natural, mas o seu não desempenho é muito desvalorizado. Esta validação depende de condições históricas e sociais. Certos estatutos perderam o seu valor social enquanto outros são actualmente mais valorizados. Do mesmo modo, conforme as épocas certos estatutos são designados para determinadas pessoas e não se espera que outras possam alcançá-los. (Por exemplo, certas profissões ou responsabilidades são de tal modo designadas socialmente para os homens, que a própria linguagem não utiliza os termos no feminino).

Esta análise dos estatutos e papéis e da sua relação com o actor social é grandemente determinada pela concepção dos autores centrada na ideia de que os valores da sociedade ocidental são universais e, por isso, incontestáveis. Quanto a nós a valorização pessoal e social não tem que passar pela referência única dos valores ocidentais, que aliás, evoluem e são constantemente postos em causa.

C. Gordon (1968) considera a identidade como um processo complexo. O sujeito situa-se sempre em relação ao Outro através de um sistema de percepções e representações. Estas associam-se a papéis sociais e em função do sentido de pertença ou exclusão relativamente ao Outro assim o indivíduo se situa e define.

Gordon concebeu um modelo que lhe permite construir perfis, identificar níveis de tensão do si, valorização pessoal e ainda a importância que têm, para cada um, as suas diferentes representações. Este modelo é dividido em oito rubricas, subdivididas em categorias :

I. Características atributivas: esta rubrica compreenderia cinco categorias que, segundo o autor, seriam aquelas em que a identidade e os papéis sociais estão definidos independentemente do indivíduo:

1. *sexo ;*
2. *idade ;*
3. *nome ;*
4. *herança étnica ou nacional ;*
5. *religião ;*

II. Papéis e pertenças: é uma rubrica subdividida em sete categorias, correspondendo a identidades sociais e de papéis que, até certo ponto, o sujeito pode controlar :

6. *papéis parentais ;*
7. *papéis ocupacionais ;*
8. *papéis de estudantes ;*
9. *filiações políticas ;*
10. *estatuto social ;*
11. *referências à cidadania ou à territorialidade ;*
12. *pertença a um grupo;*

III. Identificações abstractas: compreende identificações que dizem respeito ao próprio indivíduo e são expressas de forma muito abstracta.

13. As referências individualizantes ou existenciais ;

14. Pertença a uma categoria abstracta ;

15. Referências a uma ideologia ou um sistema de pensamento;

IV. Interesses e actividades:

16. Juízos (feitos sobre si próprio) e gostos

17. Preocupações intelectuais, enquanto interesses e actividades realizadas pelo próprio.

18. Actividades artísticas

19. Outras actividades (no sentido de actividades por que se interessa)

V. Referências materiais:

20. Posses e recursos ;

21. Si físico e imagem corporal ;

VI. Quatro sensações sistémicas do si: compreendem a avaliação que o indivíduo faz da sua integração social e da sua acção.

22. Sensação de competência , auto-estima;

23. Determinação de si, perseverança em atingir os seus fins ;

24. Sensação de unidade, coerência, continuidade ;

25. O valor moral ;

VII. Características Pessoais: correspondem ao estilo do indivíduo:

26. *Estilo interpessoal, ou seja, a sua forma de se relacionar com os outros;*

27. *Estilo psíquico ou personalidade, ou seja, as suas formas de pensar e de agir;*

VIII. **Significações externas:**

28. *Juizos imputados aos outros, o que o sujeito pensa que os outros pensam dele;*

29. *Referências situacionais, que dizem respeito momentos ou formas de estar mais ligadas aos contextos do momento ;*

30. *Respostas não codificáveis.*

Miller (1983) tem uma perspectiva cognitiva e constructivista, que se integra na concepção de uma sociedade "harmoniosa" e equilibrada. A sociedade é como uma colónia de pólipos de coral, na medida em que "*o indivíduo humano não pode prosperar senão como parte do sistema colectivo*" (p.322).

A **identidade** pode ser compreendida a partir de dois pontos de vista: (1) como **modelo de atributos** permitindo ao indivíduo identificar-se a si próprio ou ser identificado por outros, através da observação ou por inferência; (2) como um **objecto** socialmente definido e avaliado quer pela pessoa, quer pelos outros.

A noção de identidade social distingue-se da noção de papel na medida em que os mesmos papéis podem ser atribuídos a pessoas diferentes, enquanto que a identidade é específica a cada pessoa. No entanto, existe uma articulação entre papéis e identidade "*na medida em que as normas de um papel estabelecem muitos modelos pelos quais a identidade é avaliada*" (p.323).

Pode considerar-se uma identidade privada (para si próprio), que alimenta a auto-estima do indivíduo, e uma identidade pública (como os outros o vêem), em função da qual a pessoa merece maior ou menor estima pública. Esta influencia e, por vezes, determina o grau de auto-estima de cada um. No entanto, graças aos grupos de referência, há um certo grau de autonomia relativamente aos grupos de pertença. As normas deste podem ser avaliadas, aceites, modificadas ou rejeitadas em função daqueles.

A identidade social é constituída por constructos cognitivos. Miller utiliza os conceitos de esquemas e de guiões (*scripts*). Os esquemas são construídos e modificados a partir das experiências vividas e permitem ao indivíduo ter uma compreensão daquilo que percebe. Os guiões são esquemas inter-relacionados, construídos a partir de eventos que se sucedem. Através deles, perante um determinado acontecimento, é possível inferir a sua sequência.

As interacções sociais convencionais desenvolvem, em cada indivíduo, esquemas e guiões, que ele utiliza nas suas relações com os outros. Do "treino" adequado ou inadequado resultam comportamentos que permitem aos outros avaliar a identidade social da pessoa. Esta pode, assim, sofrer degradações ou segregações de tipo social, terapêutico ou correcional.

4. A teoria sociológica da Identidade

A teoria sociológica da Identidade, proposta por Dubar (1991), distingue-se da perspectiva macro-social (grupo, classe, categoria) e da perspectiva micro-social (papel, estatuto) tentando introduzir na abordagem a dimensão subjectiva, vivida, psíquica. Integra as concepções de Freud, relativas ao Ego, como instância conflitual, e a abordagem de

Erikson da identidade, como unidade pessoal construída numa continuidade temporal.

QUADRO II - Categorias de análise da identidade

Processo Relacional * Identidade para o outro * Actos de Atribuição "Que tipo de homem ou mulher você é" = diz-se que você é. * Identidade numérica (nome atribuído) - genérica (género atribuído) * Identidade social virtual * Transacção objectiva entre - identidades atribuídas/propostas - identidades assumidas / incorporadas * Alternativa entre - cooperação - reconhecimentos - conflitos - não-reconhecimentos * "Experiência relacional e social do PODER" * Identificação a Instituições julgadas estruturantes ou legítimas	Processo Biográfico * Identidade para si * Actos de Pertença "Que tipo de homem ou mulher você quer ser" = diga que você é * Identidade predicativa de si (pertença reivindicada) * Identidade social real * Transacção subjectiva entre - identidades herdadas - identidades visadas * Alternativa entre - continuidades - reprodução - rupturas - produção * "Experiências das estratificações, discriminações e desigualdades sociais" * Identificação a categorias julgadas atractivas ou protectoras
Identidade social marcada pela dualidade	

Dubar, 1991, p.118

Para Dubar(1991) a *"identidade social não é outra coisa senão o resultado, ao mesmo tempo estável e provisório, individual e colectivo,*



subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições" (p.113).

Há na teoria sociológica da identidade uma recusa de distinguir identidade colectiva e identidade individual. É a própria identidade que é marcada pela dualidade, que se articula através da identidade social. Esta vive-se numa interacção constante entre uma «transacção "interna" ao indivíduo e uma transacção "externa" entre o indivíduo e as instituições com as quais interage » (p.110).

O quadro II permite-nos entender as categorias de análise da identidade, que se definem através de um processo relacional, sistémico e comunicacional. A própria comunicação depende não só das informações recebidas como da interpretação que o sujeito faz dessas mesmas informações.

Assim, a identidade para o outro constrói-se a partir das categorias sociais disponíveis, dos actos de atribuição que definem a representação que o outro faz do indivíduo, que é também inferida da sua apresentação de si, daquilo que quer ser e julga que é, dos seus actos de pertença. Mas estes são também construídos a partir da sua história individual vivida.

A identidade social virtual (aquela que é atribuída pelo outro) não coincide necessariamente com a identidade social real (aquela que o indivíduo se atribui a si próprio). Da tentativa de reduzir a distância entre uma e outra desenvolvem-se "estratégias identitárias" que são configuradas por transacções "externas ("objectivas") articuladas com transacções "internas" ("subjectivas"). O indivíduo procura acomodar-se às identidades atribuídas/propostas salvaguardando, tanto quanto possível,

as suas trajectórias vividas¹² e identificações anteriores, visando identidades futuras.

Encontramos em Dubar conceitos já anteriormente referidos por outros autores, mas que exprimem, desta feita, uma visão mais claramente interactiva, mantendo a unidade e continuidade do conceito de identidade, compreendendo a sua dualidade e conflitualidade e supondo sempre uma relativa autonomia da parte do indivíduo, actor/agente social.

5. Superar a distinção entre a identidade pessoal e social...

Procurando ultrapassar a distinção tradicional entre identidade pessoal e social, Zavalloni (1984) situa-se no campo da Psicologia Social, na medida em que este se abre a um entendimento satisfatório da identidade psico-social.

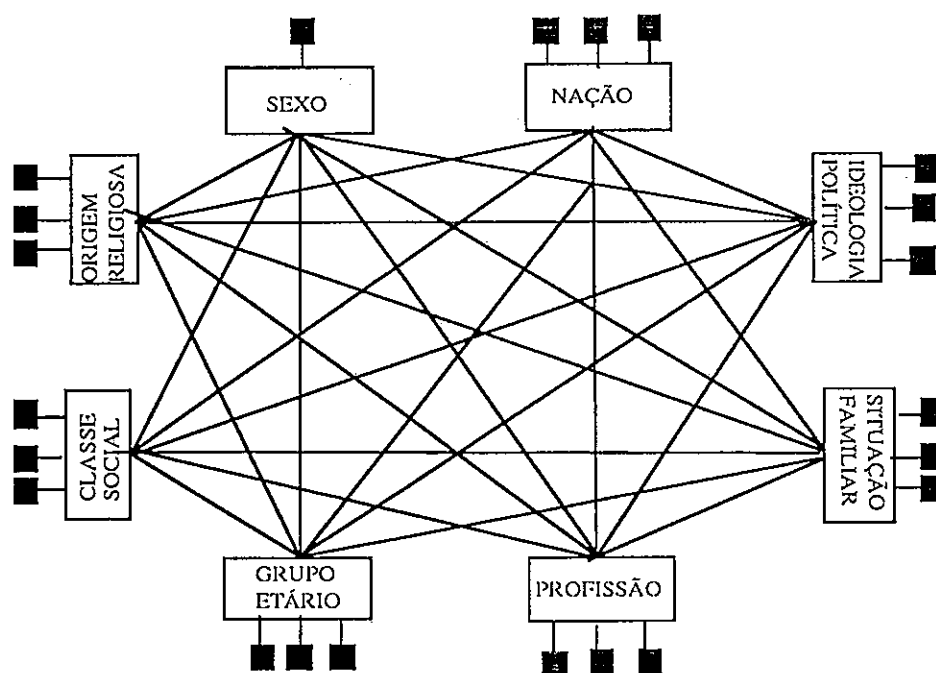
Opõe-se à ideia de que existe uma realidade objectiva, o mundo da experiência, percebido com um mínimo de deformação perceptiva e uma "validação consensual máxima".

Pelo contrário, a matriz social em que o indivíduo se situa tem uma contrapartida subjectiva constituída pelas representações. A percepção funciona a partir de estímulos do mundo exterior, que se articulam com os estímulos provenientes da memória. Por seu lado, a memória, como mecanismo integrador de informações e experiências, é investida emocionalmente. Trata-se de uma memória *e-mocional* que, articulando motivação e cognição, constrói o "meio interior operatório", dirigido para a acção. A micro-estrutura do si, conteúdo estável e organizado da memória a longo prazo, é um dos elementos desse mundo interior.

¹² As "trajectórias vividas", segundo o autor, constituem "*a forma como os indivíduos reconstróem subjectivamente os acontecimentos que julgam significativos na sua biografia social.*" (op.cit. p. 118).

A identidade pode, assim, ser concebida como "*uma estrutura cognitiva ligada ao pensamento representacional*" (p.251). Este permite ao sujeito construir a realidade social e a organização dinâmica de uma rede representacional, identificando o seu lugar no mundo. Assim, é no quadro geral da organização das representações (representação de si, dos grupos a que pertence e dos outros) que a identidade se constrói como um "meio interior operatório", constituído por imagens, conceitos e juízos relativamente à relação si/outro e mundo social.

QUADRO III - Modelo da Identidade Social : A interdependência entre os elementos



Zavalloni, 1980, p.111

No âmbito da Psicologia Social, a ego-ecologia, "*ciência empírica da subjectividade*", permite o estudo da identidade social, na medida em

que o seu campo de observação incide nas modalidades que permitem ao Si, ao Alter e à Sociedade tornarem-se elementos constitutivos da consciência, enquanto representações. Identidade social subjectiva e meio interior operatório são indissociáveis, no que se refere ao seu conteúdo. *"A identidade de um indivíduo, na perspectiva ego-ecológica, seria constituída pelo conteúdo, a estrutura, a organização dinâmica do meio interior subjectivo, enquanto meio de controlo e de antecipação e, ao mesmo tempo, reflexo das acções quotidianas."* (pp. 11-12).

A matriz social elementar em que o indivíduo se situa é parte integrante do próprio sujeito, enquanto actor, e, simultaneamente, representa o eco-sistema em que se move.

A partir dessa matriz podemos considerar interligadas uma identidade social objectiva do si (grupos de pertença, como membros de uma sociedade e cultura : nacionalidade, etnia e/ou região de origem, sexo, classe social, preferência política, etc.) e uma identidade social objectiva do Alter (grupos com os quais se mantêm relações (família, amigos, indivíduos ou grupos de outras culturas, etc.)

Estas relações, reais ou simbólicas, estabelecidas entre o si e o Alter, são relações de identificação, de diferenciação positiva ou negativa, de oposição, de ameaça. Conforme o Alter é percebido e representado, em função das interacções existentes, como amigável ou ameaçador, assim se estabelecem estratégias e respostas.

CAPÍTULO II

IDENTIDADES CULTURAIS

I. A relação com o Outro : um debate em aberto

"Os homens nascem para desobedecer aos mapas e desinventar bússolas, sua vocação é a de desordenar paisagens."

Mia Couto, Cronicando.

1. Construções da História entre o Mesmo e o Outro

Na História da História o tema do Outro, - um Outro que, de longínquo nos primeiros tempos, hoje passou a vizinho - encontra-se em todas as épocas. As diferentes interrogações submeteram o conceito de cultura a metamorfoses, que precisamos de desmontar, se quisermos situar o conceito de identidade cultural.

Por sua vez, este, intrinsecamente ligado ao conceito de cultura, constrói-se pela confluência de várias disciplinas, mesmo se cada uma delas entende, em determinados momentos, virar as costas a todas as outras, na defesa da sua própria identidade. A sua configuração vai surgindo à volta do debate entre a questão dos universais e a questão da diversidade, ou seja, entre o Mesmo e o Outro.

O debate não está fechado, o conceito é uma construção inacabada, lutando contra a impregnação ideológica, sofrendo, na sua trajectória, desvios que as próprias identidades culturais das diferentes abordagens disciplinares imprimem, na sua dificuldade de comunicar, ignorando interesses, motivações e dependências orientadoras da pesquisa.

Com efeito, do etnógrafo ao etnólogo e deste ao Antropólogo, os percursos, semeados de conflitos e de enriquecimentos mútuos, trazem

consigo, a história dos "descobrimentos", do iluminismo, do colonialismo, das independências, do terceiro mundismo, das imigrações ...

Qualquer semelhança entre as estratégias de investigação e as ideias e práticas políticas de uma época pode parecer pura coincidência, mas não é. A investigação é limitada, muitas vezes enclausurada, pelas relações de poder e, ao mesmo tempo que orienta e justifica políticas sociais, é também o seu reflexo, seja em termos de confirmação ou de crítica.

Assim, os primeiros passos da antropologia em Portugal são marcados por discursos legitimadores do colonialismo. Referindo-se a autores portugueses como José Redinha, Mesquitela Lima e António Rita Ferreira, Margarido (1988) afirma que se inscrevem "*numa prática antropológica que não pode manter-se fiel a um 'saber', na medida em que o seu discurso é provocado, estruturado e organizado em função da defesa e da ilustração da superioridade dos brancos, e dos portugueses em especial, perante a horda 'bestial' dos africanos*" (p.11).

2. O "Bom Selvagem" e a Europa

Desde o tempo das "grandes" viagens, por mares e por terras, a continentes até aí ignorados ou quase desconhecidos pela Europa, o Outro impõe-se como (e é pretexto de) referência às questões levantadas pelos intelectuais europeus à sua própria sociedade.

A invenção do "bom selvagem" pelos missionários serve de modelo ao homem europeu "corrompido". Por seu lado, os humanistas e libertinos descobrem nesses povos, que as narrativas lhes apresentam como gente sem lei nem grei, a resposta aos seus desejos mais recônditos : a felicidade, fundada no instinto e na razão, livre dos sentimentos de

culpabilidade judaico-cristãos. Outros ainda, põem em evidência a distância "intransponível" entre o mundo "civilizado e o "selvagem".

Nestas visões, o "bom selvagem" é aquele que não tem : não tem história, não tem religião, não tem escrita, não tem polícia, etc. Estas negações correspondiam a outras tantas afirmações de uma sociedade que se questionava quanto aos seus próprios valores.

Paralelamente, vai-se impondo uma visão ambígua, confrontada com uma realidade contraditória: esses povos, "bons e hospitaleiros" eram também capazes de realizar sacrifícios humanos e de serem terríveis com os seus inimigos.

Afirmações de diferença, elogiando o "bom selvagem" e criticando o "mundo civilizado" ou inversamente, trazem também consigo, como uma dúvida, a questão da semelhança. Esses povos "tão atrasados", não seriam o espelho das próprias origens da espécie humana? *"Esta ambiguidade do mundo que se diz selvagem não reenvia a uma natureza humana, sem dúvida perfectível, mas partilhada entre o Bem e o Mal e capaz das piores regressões? Se não é certo que o homem civil seja mais feliz que o homem selvagem, é ainda menos certo que seja melhor."*

Haveria uma única espécie de homens ou várias?

Haveria uma natureza humana, configurando a semelhança universal entre os homens, única espécie capaz de reflectir, de falar, de inventar e de se aperfeiçoar?

Haveria valores Universais ou todos seriam relativos?

Delineavam-se assim os grandes debates que haviam de empolgar Rousseau, Diderot, Montaigne, Helvetius, entre outros. Eram também questões que deixariam por resolver e chegariam ao século XX, ainda mais ambíguas e complexas.

Todorov (1989) refere duas facetas do etnocentrismo : a pretensão universal e o conteúdo particular que, na maior parte das vezes, é nacional.

O Homem (no singular, porque universal) não mudaria senão superficialmente, seria o mesmo em todas as épocas e em todas as partes. Para o conhecimento desse Homem universal bastaria a observação do homem próximo, da mesma nacionalidade, do mesmo grupo.

O etnocentrismo constitui-se através de um raciocínio circular *"definem-se em primeiro lugar os valores absolutos a partir dos valores pessoais e, em seguida, faz-se de conta que se julga o próprio mundo com a ajuda deste falso absoluto."* (Todorov, 1989, p.26). Para um universalismo coerente com esta posição, é suficiente identificar os seus próprios valores com os valores.

Daí que o etnocentrismo consista em considerar os valores de uma sociedade como valores universais, passando estes a ser a medida de todas as coisas.

Uma longa série de narrativas e de estudos etnográficos alimentam não só os debates científicos como a curiosidade, a imaginação e o gosto pelo exotismo dos europeus.

Realizam-se listagens de comportamentos culturais, desenham-se atlas, cartas políticas, administrativas e étnicas. Morgan (América, 1818-1881), Frazer (Inglaterra, 1854-1941), Tylor (Inglaterra, 1832-1917), Rivers (Inglaterra,), são considerados entre os primeiros etnólogos. As suas pesquisas, fundamentadas em documentos de viagem, orientavam-se no sentido de detectar uma linha para a evolução das civilizações. Morgan dividia esta evolução em três períodos : Selvajaria, Barbárie e Civilização. Por seu lado, Frazer descrevia este percurso através de três fases : a magia, a religião e a ciência, na primeira das quais o "homem

primitivo" se caracterizaria pela sua "mentalidade infantil", enquanto que, na última fase, o homem ocidental representaria o homem evoluído.

Tylor (Primitive society, 1865) que defendia, contra os teólogos da época, a "unidade psíquica" da humanidade, desenvolve os seus métodos de interpretação, pela proposta da "doutrina das sobrevivências" e pela doutrina do animismo. A primeira defendia que nas sociedades modernas se encontram "vestígios", sobrevivências, das sociedades que as precederam, dos estádios inferiores e, nesses estádios é que esses vestígios teriam significação. Os vestígios seriam "verdadeiras minas de informações históricas". Os mitos e as lendas, por exemplo, dariam acesso à filosofia primitiva da natureza e da vida.

A doutrina animista, analisava, através de diversos estádios, as formas racionais utilizadas pelo homem para explicar o mundo, a morte, as relações com a natureza. Tylor serviu-se de uma "aritmética social" procurando descobrir as relações de causalidade entre as diferentes características da sociedade.

Embora a maior parte das críticas ao etnocentrismo seja feita por referência a autores europeus e americanos, trata-se de um fenómeno conhecido desde a mais cosmopolita das cidades à aldeia mais isolada. Lévi-Strauss (1952, p. 14) refere este fenómeno como o "paradoxo do etnocentrismo", e cita exemplos de povos que nomeando-se a si próprios de "homens", utilizam para os estrangeiros designações como "fantasma", "aparição", "macacos da terra". O sentimento de pertença a um determinado grupo socio-cultural provoca reacções espontâneas de defesa perante qualquer estranho, que poderão ser enquadradas no etnocentrismo. Certos autores consideram que o etnocentrismo é assim um *"traço cultural universalmente espalhado e um fenómeno psicológico de natureza projectiva e discriminativa."* (Ladmiral e Lipiansky, p. 136).

Já Rousseau criticava o etnocentrismo, embora mantendo a sua faceta universalista. Segundo ele, para entender a especificidade de cada povo, era necessário livrar-se dos seus próprios preconceitos nacionais :

"Quando se quer estudar os homens é preciso olhar perto de si; mas para estudar o homem, é preciso apontar o olhar para mais longe; para descobrir as propriedades é preciso ver, em primeiro lugar, as diferenças" (Rousseau, 1754, p.89)¹³.

Embora frequentemente identificada com o etnocentrismo, a etnografia contribui para demonstrar que *"não há actividade humana, mesmo a mais humilde, que não seja ordenada, interpretada, por vezes de forma meticulosa, por regras culturais"* (Sperber, 1974, p. 26).

3. Antropologia Moderna e Relativismo Cultural

"o corte epistemológico dos sécs. XV-XVI introduz a diversidade do Outro : uma problemática que as sociedades europeias ainda não conseguiram integrar nem superar",
Margarido A. (1988)

Radcliffe-Brown (1881-1955) e Malinowski (1884-1942) são representantes da moderna Antropologia social inglesa. Situando-se ambos por referência a um quadro teórico funcionalista, procurando estudar as sociedades ditas primitivas como um todo, cada uma das partes integrando-se nesse todo, têm, no entanto, perspectivas diferentes. O primeiro, defensor de uma Antropologia Social, distante da abordagem psicológica e da histórica, propõe o *estudo objectivo* das sociedades humanas pelos métodos da ciência natural, ou seja, o estudo comparativo

¹³ Citado por Todorov (1989, p. 33)

das estruturas sociais, enquanto sistemas actuais de instituições. A sua finalidade é "*a descoberta dos caracteres universais e essenciais que pertencem a todas as sociedades humanas passadas, presentes e futuras.*" (Radcliffe-Brown A.R., 1940, Prefácio).

Malinowski, que influenciou fortemente a Antropologia Cultural Americana, aborda as instituições tendo como referência as perspectivas psicológicas da época sobre as motivações e as necessidades. Tenta articular o funcionalismo social com as perspectivas de Pavlov, Wundt e Freud. Por outro lado, a ideia durkheimiana de que os símbolos institucionalizados da sociedade escondem as realidades sociais está sempre presente na sua obra. A Psicanálise serve Malinowski, que se mantém comportamentalista, como um instrumento de interpretação das relações sociais. Põe em questão a universalidade do complexo de Édipo, que entende, tal como os culturalistas mais tarde, como um "sistema de atitudes típicas", de carácter afectivo.

As diferentes instituições - sistemas económicos, sistemas políticos, estruturas familiares, educação, leis, religião, ciência - constituem a sociedade e dependem das necessidades orgânicas, ou seja, da adaptação do homem à sociedade. Assim, qualquer crença, costume ou objecto tem, na sociedade, uma função vital. Através de um condicionamento colectivo o indivíduo é transformado numa personalidade social. A reconstituição histórica é pois, secundária, o fundamental é estudar essas instituições e as relações que o homem estabelece com elas, no presente, e não no passado, como julga a "teoria das sobrevivências".

Malinowski afirma que a melhor forma de estudar o comportamento de um povo e as suas instituições é partilhando,

subjectivamente, a sua forma de viver, ou seja, através da observação participante¹⁴.

Evans-Pritchard, discípulo de Radcliffe-Brown, defende que o antropólogo, para além de "*observar e descobrir a vida social de um povo primitivo, procura revelar a sua ordem estrutural fundamental, os padrões que, uma vez estabelecidos o capacitam para a ver como um todo, como um conjunto de abstracções inter-relacionadas*" (Evans-Pritchard, 1985, pp. 64-65). No estudo de Evans-Pritchard e Fortes, sobre as sociedades africanas, os autores afirmam que os membros destas sociedades aderem a símbolos que constituem a coesão, a unidade e continuidade das suas sociedades. Para explicar estes símbolos seria necessário traduzi-los "em termos de função social e da estrutura social que eles ajudam a manter." (Fortes e Evans-Pritchard E. E., 1981, p. 52).

Para a Antropologia Cultural Americana as estruturas sociais fundamentam-se na própria cultura, cada instituição é constituída por um sistema de comportamentos, delimitando aprendizagens que o indivíduo deve fazer para se integrar; daí a importância da enculturação¹⁵. Todos os comportamentos, crenças ou instituições têm um sentido. A cultura é significação comum àqueles que vivem em conformidade com ela. Entender a cultura exige uma abordagem compreensiva, porque os factos culturais só podem ser entendidos através do vivido e agido dos homens.

Assim, de uma concepção objectivista proposta pela Antropologia social, considerando a cultura como "coisa em si" (sob influência de Durkheim), passa-se a uma concepção subjectivista, abordando-se a

¹⁴ O que é uma inovação em termos metodológicos.

¹⁵ A Enculturação é, para estes autores, o principal mecanismo de estabilidade cultural nos primeiros anos de vida da criança.

cultura como vivido. Nesse sentido, a variação entre culturas explica-se por dois tipos de factores : históricos (cada cultura situa-se na trajectória das que a antecederam), e ecológicos (adapta-se e transforma-se em função das respostas escolhidas perante as necessidades de sobrevivência).

Ruth Benedict, autora de uma obra fundamental da Escola Culturalista Americana, *The Patterns of Culture* (1934), defende que os traços culturais de uma sociedade não são justapostos, têm um sentido, uma configuração cultural, um **padrão**, que define o seu carácter nacional. A variedade das culturas é quase infinita. Desta forma, "*os hábitos de qualquer sociedade se ajustam como luvas ao povo que aprende a servir-se deles.*" (Benedict R., 1982, p.236). Cada cultura tem um tipo de personalidade predominante aceite e seguida pela maioria. É nesse sentido que analisa os tipos dionisíaco e apolíneo, em que os indivíduos se reflectiriam em diferentes sociedades.

Margaret Mead, conjugando a análise socio-etnológica e a psicológica, a partir dos critérios de cooperação e competição, realiza diversos estudos, articulando estes critérios aos valores do Eu e à segurança pessoal.

Kardiner defende cinco princípios fundamentais :

- 1º) Cada sociedade deve ser estudada individualmente, na medida em que o percurso da evolução não é linear;
- 2º) É necessário entender os problemas de adaptação e as diferentes formas de os resolver, se se quer compreender as instituições de cada sociedade;
- 3º) As instituições sociais são constituídas pelas relações de adaptação entre os indivíduos e o seu meio;

4º) A validade das instituições não é inquestionável, ao contrário do que imaginam os relativistas radicais. As consequências de formas mal concebidas são graves para a própria sociedade.

5º) As relações entre os indivíduos, a sua herança genética e as instituições sociais podem ser entendidas pela Psicanálise¹⁶. Estas relações são limitadas pela personalidade, que pode favorecer a cooperação (instituições de maior sucesso) ou a ansiedade e a cólera.

A Psicodinâmica pode permitir novos conhecimentos, como a *"descrição de processos de homeostase social, a descrição da "personalidade de base", resultante dos modelos homeostáticos particulares de uma dada sociedade e a descrição da dinâmica das transformações da sociedade."* (Kardiner A. e Preble E., 1966, p. 342/343).

Kardiner caracteriza a "personalidade de base" como um núcleo, complexo e profundo, constituído pelas técnicas de pensamento (como o indivíduo pensa a realidade e age sobre ela), pelos sistemas de segurança (formas de defesa que permitem ao indivíduo resistir às frustrações e ansiedade provocadas pela realidade) e pelo superego (assente na necessidade de ser aceite e estimado pelo outro) e ainda pelas atitudes religiosas. É a personalidade de base que permite aos indivíduos integrar-se, viver em equilíbrio com a sociedade, pela aceitação de normas e ideologias dos seus grupos de pertença. Ela reflecte a cultura e é também a garantia da sua manutenção e equilíbrio. Os elementos fundamentais da cultura constituem-se através da sua "projectão" nas diferentes

¹⁶Note-se que Kardiner faz uma revisão dos conceitos freudianos, a fim de os adaptar, por um lado à sua experiência clínica com traumatizados pela guerra e, por outro lado, ao relativismo cultural.

instituições sociais. Seguindo a perspectiva comportamentalista, a socialização é reduzida a um processo de enculturação.

Por seu lado, Linton (1968) concebe a "personalidade de base" configurada por elementos produzidos por modelos culturais de uma dada sociedade. É através da personalidade de base que os membros de cada sociedade adquirem processos cognitivos e valores comuns podendo assim ter comportamentos idênticos em situações que interessam a todos. Linton tem em conta a existência de estatutos diferentes segundo os grupos sociais, com respostas diferenciadas. Assim, chama às configurações destas respostas "personalidades estatutárias". A perspectiva de Linton não foge às concepções da psicologia comportamentalista da época. Daí a sua insistência na ideia de aquisição, de modelagem, de aprendizagem. A cultura é uma organização estruturada de condutas, de que o indivíduo interioriza os modelos. Partilhando a cultura no seu conjunto, cada indivíduo participa apenas numa parte dos seus elementos, o que explica a existência de sub-grupos. A sua concepção da sociedade é funcionalista e topográfica, dando relevo à personalidade estatutária.

Para explicar a "singularidade" Linton baseia-se na hereditariedade psicológica e na contingência das experiências vividas pelos indivíduos, retirando à história o seu papel fundamental na constituição das sociedades e nos percursos de vida dos indivíduos.

L. Sève (1974) critica em Linton o seu naturalismo antropológico, a sua crença no inatismo, a sua construção de um homem abstracto e o papel dado ao acaso, que transformam a singularidade em algo de inessencial.

Com Lévi-Strauss há um regresso à noção de natureza humana, considerando que a diversidade entre as sociedades, graças à qual existe

progresso, se deve às determinações e potencialidades do homem, entendidas como "*matrizes universais*".

Lévi-Strauss baseia-se na linguística estruturalista considerando que as operações de combinação e selecção não são específicas da linguagem, mas de um "*dispositivo intelectual não especializado*".

Criticando o evolucionismo, afirma que o que é importante conhecer são os sistemas de diferenças e não as diferenças culturais em si, pois a diversidade entre os homens é superficial. Ela corresponde às diferentes formas encontradas pelo homem para dominar o meio. A sua unidade, a universalidade da natureza humana está no que há de mais profundo no homem.

Insiste no primado do todo social sobre os sujeitos. Nesse sentido, as culturas só podem ser entendidas em função de critérios próprios, sendo essencial analisar as suas estruturas "inconscientes". Através de um relativismo ético considera absurdo hierarquizar as culturas.

Segundo Todorov, Levi-Strauss "*professa o relativismo mas pratica o primitivismo*" (Todorov, 1989, p.100), pois apesar de considerar que não há que fazer juízos de valor sobre as diferentes culturas, faz a crítica das sociedades modernas, elogiando as tradicionais.

Esta crítica das sociedades modernas passa pela crítica ao humanismo judaico-cristão, às ideias do Renascimento e ao cartesianismo. As sociedades modernas provocaram um cada vez maior afastamento entre o homem e a natureza, que é dominada por aquele. O estruturalismo de Levi-Strauss intenta devolver ao homem a sua unidade com a natureza.

Sève considera a antropologia de Lévi-Strauss, profundamente naturalista, com uma "*representação fixista, pré-dialéctica do homem ou das estruturas de que ele seria o efeito*" (Sève L., 1974, 299).

Certos autores criticam no culturalismo a forma como vai ao encontro do gosto popular pelos retratos, pelas classificações e pela psicologia moral, esquecendo que o homem vive num mundo de relações sociais e afectivas e não apenas em "caldos de cultura" (Ortigues, 1973, p. 354).

Para Sartre a "personalidade de base" ou é uma noção inútil ou um fétiche. Inútil se sugere apenas *"uma certa forma da pessoa totalizar a sociedade nela e por ela"* e fétiche pois entendendo-a como uma realidade objectiva imposta aos membros de um grupo, sem ser como "base da sua personalidade", põe o homem antes do homem e restabelece uma relação de causalidade. *"Kardiner situa a sua personalidade de base a meio caminho entre as instituições primárias (que exprimem a acção do meio sobre o indivíduo) e secundárias (que exprimem a reacção do indivíduo ao meio). (...) A personalidade de base oscila entre a universalidade abstracta a posteriori e a substância concreta como totalidade acabada. Se a tomarmos como conjunto pré-existente àquele que vai nascer, ou ela pára a História e a reduz a uma descontinuidade de tipos e de estilos de vida ou então é a História que a estilhaça pelo seu movimento contínuo"* (Sartre, 1960, p. 52).

Amselle (1990) opõe à "razão etnológica" - descontinuísta e classificatória, fundamentando o "domínio europeu sobre o resto do mundo" - uma "lógica mestiça" - continuísta, baseando-se no sincretismo original, que seria a resposta ao debate universalismo/relativismo cultural.

A tipificação das sociedades dissolve a cultura, retirando-lhe o seu carácter de mudança, a constante renegociação da identidade dos seus actores sociais, subordinando-a a uma visão essencialista que, na sua forma mais "pura", é uma forma moderna de racismo. *"O privilégio dado*

pela etnologia à noção de diferença poderia muito bem mascarar, sob pretexto de relativismo cultural, um etnocentrismo fundamental" (Amselle, 1990, p.18).

O universalismo do direito natural, parecendo opor-se a esta perspectiva, em última análise, serve de base à justificação de práticas de dominação : *"A etnologia no sentido moderno do termo só se constituiu no recalçamento do facto político, isto é, na ideia de que as espécies sociais e humanas poderiam ser objecto de uma comparação no interior de um esquema ordenado de evolução da humanidade"* (id, p.21).

Normalmente separa-se o evolucionismo de Morgan e de Tylor do funcionalismo, do difusionismo, do culturalismo e estruturalismo. Mas, segundo Amselle, o conjunto do pensamento antropológico está ligado por um naturalismo comparatista e evolucionista. Os antropólogos, com a sua tendência para separar, comparar, classificar, transformaram as sociedades em peças de museu.

O relativismo, ao defender a igualdade, num mesmo plano, do conjunto das sociedades, esquece que *"a noção de cultura é o efeito de um desenvolvimento desigual ou de uma relação de forças assimétricas entre formações políticas diferentes"* (id, p.47).

Mohanty (1989), numa posição próxima, critica o relativismo cultural pela sua ingenuidade política e por levar a uma certa simplificação histórica. A tese relativista foi uma proposta política válida inicialmente e, em termos gerais, pela sua chamada de atenção a uma maior sensibilidade aos contextos de produção das ideias culturais e pela sua reacção ao colonialismo. É no exame mais aprofundado dos seus pressupostos e das suas implicações que se levantam questões, sobretudo, quando se procuram levar às suas consequências múltiplas, conduzindo à

criação de "*espaços insulares debilitados*" (Mohanty S.P., 1989, p.14), impossibilitando a construção de histórias que se entrelaçam, mutuamente implicadas, e impedindo um "*genuíno diálogo*" entre culturas.

Sperber (1974) aponta aos relativistas quatro erros :

- 1º julgarem que podem considerar "inatos" órgãos ou comportamentos, quando afinal só uma informação é transmitida geneticamente;
- 2º tratarem os conceitos de "inato" e "adquirido", como se cada um deles excluísse o outro, quando são complementares;
- 3º oporem os conceitos de aquisição e adquirido, quando, em última análise, a aquisição depende de um dispositivo geneticamente adquirido.
- 4º suporem, na mesma linha de raciocínio, que quanto maior for a dimensão do inato, menor é a parte do adquirido, quando, afinal toda a riqueza da aquisição humana supõe igualmente "*uma riqueza comparável da natureza humana*" (p.29).

4. Polissemia do conceito de Cultura

Fruto de certezas constantemente questionadas o conceito de cultura encontra-se assim atravessado por múltiplas significações que convém retomar.

A palavra cultura, no senso comum, é a cultura das produções sábias, letradas de cada indivíduo ou sociedade. No dicionário Larousse (1971), encontramos duas definições, sugeridas pelo senso comum :

"1) *enriquecimento do espírito; estado de um espírito enriquecido por conhecimentos variados e alargados;*

2) conjunto da produção literária, artística, espiritual de uma comunidade humana (sin. de civilização)."

A comunidade científica dá-lhe, em geral, um sentido, ao mesmo tempo mais alargado e mais específico. Assim, no Dicionário de Ciências Sociais (Birou, 1980) a cultura é *"tudo o que, numa dada sociedade, é adquirido, apreendido e pode ser transmitido. A cultura visa, portanto, todo o conjunto da vida social, desde os aspectos tecnológicos e as organizações institucionais até às formas de expressão da vida do espírito, considerando a totalidade como uma ordem de valores que dá ao grupo uma certa qualidade humana."*

Kant utilizava a palavra **Kultur**, como definidora de um conjunto de formações espirituais, ideologias, criações artísticas e literárias, que embora sendo universais, podiam ser transmitidas por outras nações, superiores culturalmente, como, por exemplo, a França, julgada por muitos como o símbolo da Civilização. Contrariamente aos anglo-saxões, os autores alemães distinguem Cultura de Civilização, a que dão um significado mais material, de realizações técnicas e de formas de organização social.

A designação de Civilização tem, com efeito, estado ligada à ideia de progresso, numa só direcção, de que as sociedades ocidentais seriam o modelo, por oposição à *barbárie*, subentendendo-se aqui juízos de valor criticados justamente pelos relativistas.

Tylor (1871, p. 1) em *Primitive Culture*, afirma que a cultura *"é um conjunto complexo que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e todas as outras aptidões ou hábitos adquiridos pelo homem, enquanto membro da sociedade"* (citado por Amselle, p.47). Esta aquisição que se faz através da enculturação, parece hoje, ser ponto assente entre os diversos autores. Ela marca a separação

entre a Natureza e a Cultura. A Natureza diz respeito ao património genético do indivíduo, ao que é inato, hereditariamente transmitido, enquanto a cultura é adquirida, deve-se à acção do homem, como reprodutor e produtor de mudança do seu meio envolvente e de si próprio.

O debate sobre o "inato e o adquirido" foi até aos anos setenta um debate aceso, que interessou não só a Antropologia e a Sociologia, como muito especialmente a Psicologia, à volta das características psicológicas em geral e, nomeadamente, da construção do conceito de inteligência.

Neste contexto, a própria ideia de transmissão da cultura pela hereditariedade justificaria, aos olhos dos etnocentristas, a diferença entre as culturas e a existência de culturas mais desenvolvidas do que outras.

Para Hall (1984) são características fundamentais dos sistemas culturais a continuidade com o passado, tendo "*por raiz a actividade biológica*" e a possibilidade de serem analisados cada um por si, reflectindo o resto da cultura que, por sua vez, deveria reflectir cada um destes sistemas. A comunicação incide em três níveis da vida humana - o formal, o informal e o técnico - que proporcionam outros tantos tipos de experiência emocional.

Neste domínio, Hall distingue dez categorias de actividades humanas, designadas como "*Sistemas de Comunicação Primários*" (SCP), que se exprimem em cada um daqueles três níveis :

- 1º A Interacção, da qual tudo decorre, situa-se no centro do universo cultural. Há interacção desde as formas mais simples de vida e, ao longo da escala filogenética, desenvolve-se no sentido de uma cada vez maior complexificação. É o único sistema que recorre à linguagem.

- 2º A Associação, que começa no momento em que duas células se reúnem. Compreende esquemas de associação, hierarquias, etc.
- 3º A Subsistência, abrangendo não só a alimentação, como sistemas económicos, o trabalho, etc.
- 4º A Bissexualidade, sistemas relativos à reprodução e à diferenciação, que variam de cultura para cultura em termos de conceitos de masculinidade e feminilidade (o que é considerado feminino, numa determinada sociedade, pode ser visto como masculino noutra).
- 5º A Territorialidade, compreendendo a demarcação, tomada de posse, uso e defesa de um território por organismos vivos.
- 6º A Temporalidade, presente nos ciclos e ritmos da vida, uns directamente biológicos, outros também sociais, dividindo a sociedade em grupos de idade, demarcando tempos para determinadas actividades, etc.
- 7º A Aquisição de conhecimentos, que se tornou cada vez mais importante, como mecanismo de adaptação e que é variável de cultura para cultura.
- 8º O Jogo, que é um processo relativamente recente, na escala filogenética. Observam-se jogos entre mamíferos, mas raramente entre as aves. O jogo está profundamente articulado com as outras actividades da vida social, tendo também os seus tempos e os seus espaços demarcados socialmente.
- 9º A Defesa, que é uma actividade específica, de importância fundamental, estando presente na guerra, mas também na medicina, nas leis, na religião.
- 10º A Exploração, que compreende a utilização da matéria e, ao mesmo tempo exige um treino do corpo, em função das condições

específicas do meio exterior, levando à criação de "extensões" do corpo como a enxada, as armas, a roupa, etc.

Assim, a cultura seria constituída por este conjunto de actividades cada vez mais complexas e articuladas entre si de diversas formas, sendo necessário "*procurar as suas raízes numa época em que nem o homem nem a cultura existiam.*" (Hall, 1984, p. 77).

Camilleri considera que muitas das definições de cultura são pouco satisfatórias pois supõem listagens de conteúdos da cultura, forçosamente incompletas, não sendo nunca suficientes para constituírem o conceito. Assim sendo, deveria antes procurar-se unidades de sentido ou significações nestes conteúdos, capazes de configurar a cultura. Assume que se trata de significações construídas e adquiridas, que têm a característica de serem colectivas, partilhadas por um grupo e dependendo da pertença a esse grupo, o que explica a uniformização diferencial das culturas.

Mas ao contrário dos culturalistas para quem "*a cultura não existe senão na medida em que reenvia a uma configuração 'integrada', isto é, em que a coerência é mais importante que a contradição, o acordo que o conflito*", Camilleri (1985, p.11) sustenta que este continente de significações varia consoante as sociedades e "*vai do quase sistema muito fortemente coerente à articulação mais ou menos lassa e atravessada por contradições*" (id).

Nesse sentido, define cultura como "*o conjunto, com uma ligação mais ou menos forte, das significações mais persistentes e mais partilhadas, que os membros de um grupo, pela sua filiação a esse grupo, são levados a distribuir, de forma prevalente, sobre os estímulos vindos do meio e de si próprios, induzindo, relativamente a estes estímulos,*

atitudes, representações e comportamentos comuns, valorizados, cuja reprodução eles tendem a garantir por vias não genéticas." (Camilleri C., 1989, p. 27). O carácter de imprecisão inegável entre o "cultural" e o "social" aparece precisamente nestas "*significações mais persistentes e partilhadas*" que fazem parte e mudam consoante as condições históricas.

II. As Representações e a construção cultural das mentalidades

1. Representações sociais, representações culturais e ideologia

O entendimento da Cultura como um conjunto de representações culturais, integradas no conjunto mais lato das representações sociais é, em nosso entender, heurístico, permitindo-nos situar de forma mais clarificadora o próprio sentimento de identidade cultural.

Tentaremos distinguir as representações culturais das restantes representações sociais, e também da ideologia, em função do que consideramos mais específico de cada uma delas. Não é tarefa fácil, na medida em que certos autores tratam as representações culturais e a ideologia como se fossem fenómenos de natureza completamente diferente. Outros (Moscovici, 1976; Bourdieu e Boltanski, 1976) entendem as representações sociais como um sub-sistema da ideologia, que teria um campo próprio e mais vasto.

A ideologia, para Marx, é uma "representação invertida", na medida em que oculta o carácter histórico das relações sociais e as apresenta como relações naturais.

Por outro lado, Mannheim considera a ideologia como uma "representação deformada" porque assenta em afectos, que legitimam e racionalizam interesses e aspirações, deformando as concepções sobre as relações sociais.

Embora ideologia e cultura não sejam sobreponíveis, existe uma mútua impregnação entre elas.

Segundo Fougereyrollas (1985) o cultural e o ideológico estariam confundidos em "*sociedades anteriores ao aparecimento das classes e à*

formação do Estado " (p.41) enquanto que, nas sociedades modernas, um ou outro predomina em função da estabilidade social; ou seja, em épocas de maior estabilidade, a ideologia tornar-se-ia menos dominante, e, em períodos de crise, tenderia a ganhar um papel orientador da mudança social.

Embora a cultura não seja estática e sofra mudanças progressivas e mais ou menos rápidas, a mudança social exprime-se com maior evidência na novação ideológica, pois a cultura mantém laços de continuidade com as memórias, construídas e reconstruídas, do passado, que não permitem uma consciência imediata da mudança. É de notar que, nesta reconstrução das memórias, a ideologia tem também um papel estruturador e orientador, que se verifica, por exemplo, nos movimentos de regresso às origens e de afirmação das identidades culturais.

Cada sociedade engendra representações, partilhadas pelos indivíduos, que "explicam" a ordem existente e permitem fazer uma certa antecipação do futuro. " *Pode-se pensar que é precisamente uma das funções de uma representação social permitir a comunicação e uma correspondência entre as estruturas sociais e as estruturas psíquicas, entre o que obedece à lógica das relações sociais e aquilo que se inscreve na dinâmica da psicologia individual*" (Lipiansky E.M., 1978, p.64).

Estes fenómenos têm determinadas características que se especificam quando as perspectivas da análise estão mais centradas em relações sociais quotidianas (representações sociais), em relações culturais (representações culturais) ou em relações de poder (ideologias)¹⁷.

¹⁷Embora, mais uma vez, as relações culturais sejam atravessadas por relações de poder, e vice-versa.

QUADRO IV - Características diferenciadoras de Representação Social, Representação Cultural e Ideologia

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Produtos da acção e comunicação humana;

"Têm uma existência real, da mesma ordem que a linguagem, o dinheiro, os estados psíquicos do bem estar e do sofrimento" (Palmonari e Doise)

Constituem pontes entre saberes abstractos e crenças e a vida concreta dos indivíduos; racionalizam interesses e aspirações;

Permitem a antecipação das relações sociais;

"Domesticam o estranho" (Moscovici)

Não têm uma estrutura sistemática, são constituídas por diferentes blocos conceptuais articulados entre si; não são conscientes.

São difusas e caracterizadas por uma grande mobilidade.

IDEOLOGIAS

São sistemas afectivo-teóricos, com uma forte componente teórica;

Estão directamente articuladas com as relações de poder;

São representações "invertidas" (Marx); ou então, são representações "deformadas" (Manheim);

Regulam o "imaginário social"

Direccionam as relações sociais (poder estruturante);

Condicionam o conteúdo das Representações sociais.

Marginalizam o estranho.

Estão apoiadas em sistemas conceptuais coesos, que as legitimam;

Exprimem concepções estáveis e coisificadas do mundo.

REPRESENTAÇÕES CULTURAIS

São significações partilhadas por grupos alargados e construídas a partir do vivido dos grupos de pertença;

Mantêm uma relação de continuidade com o passado;

Constituem e são facilitadoras da comunicação;

Tendem a reproduzir-se através da enculturação;

Definem regras e ritmos às relações sociais;

Distinguem o estranho do idêntico (factor de uniformização diferencial);

Permitem a antecipação das relações culturais.

Têm um equilíbrio instável e evolutivo.

Este tipo de "explicação" cria, com as representações sociais, uma coesão fluída da ordem existente, enquanto que as ideologias cimentam uma ordem interna e as representações culturais procuram a coesão no idêntico e numa certa continuidade com o passado.

O estudo das representações culturais e sociais leva-nos à especificidade de cada cultura, que se situa no entroncamento entre o individual e o colectivo, ou seja, conduz-nos à identidade cultural.

A reflexão sobre a identidade cultural faz-se a dois níveis

- a) a construção teórica de configurações culturais, em termos globais;
- b) a consciência e o sentimento de identidade, ou seja, do vivido cultural;

A construção teórica das configurações culturais levanta questões a diversos níveis. Trata-se de questões complexas a que não se pode dar respostas lineares. Por um lado, as características culturais atribuídas a um grupo por um observador (um Outro, seja ele um investigador ou um grupo de cultura diferente) não configuram efectivamente a cultura desse grupo, mas a representação social dessa cultura. É pois necessário ter em conta as implicações do observador, a sua ideologia, as pressões e os limites da própria pesquisa, etc.

Daí que Zacot (1986) considere o conceito de identidade cultural demasiado fluído, inconsistente e mistificador. Segundo ele, a grelha científica de interpretação deveria permitir-nos responder a três questões:

" 1ª O que participa na identidade de cada grupo etno-cultural?

2ª O que é a identidade de um grupo cujo passado é diferente do nosso, isto é, do observador?

3ª O que é a minha identidade ?"

As respostas deveriam sugerir uma nova questão : "*Com que direito se define a identidade de um grupo ?*" (p.52)

Com efeito, o conceito é polissêmico, ideologicamente impregnado, reenviando para as problemáticas do etnocentrismo, do relativismo cultural, dos universalismos e dos particularismos.

Embora se possa, com razão, criticar a atribuição de uma identidade cultural a determinada colectividade, tendo em conta que essa atribuição constitui um olhar exterior que impõe traços que não são forçosamente significativos para a colectividade em questão, na verdade existe uma outra razão para que essa identidade seja construída, cavando a diferença relativamente a outras colectividades. Essa razão advém do próprio grupo que necessita de ver reconhecida a sua história, de se definir como uma personalidade, de se constituir como um sistema cultural único e diferente dos outros, tanto mais que, frequentemente, lhe é imposta uma falsa identidade, parcial e negativa.

2. Personalidade colectiva e História

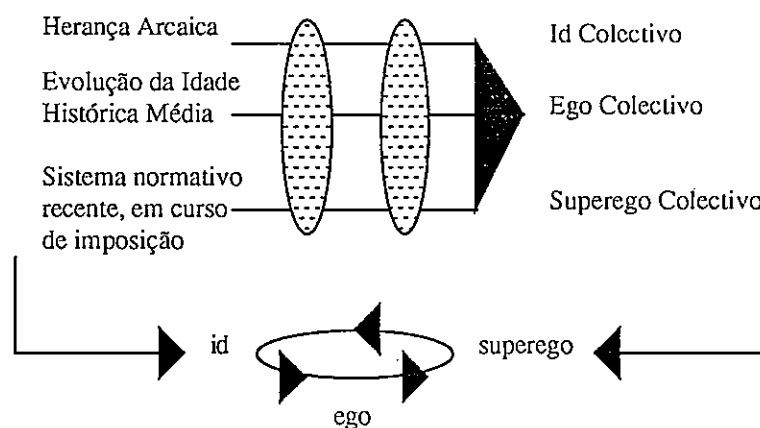
A importância da História na constituição da "personalidade colectiva" é posta em relevo por Fougeyrollas (1985) que constrói uma hipótese interessante apoiada na Psicodinâmica. Recorrendo ao tríptico freudiano do *id*, *ego* e *superego*, sugere que estes podem articular-se com outros tantos níveis da personalidade colectiva. Mas o *id colectivo* não deverá ser considerado como anterior ao homem, mas sim o seu estrato mais antigo, fazendo já parte da sua História e dos seus antepassados; o *ego* seria a instância mais consciente da personalidade, embora não totalmente consciente; o *superego*, neste domínio, teria interiorizado valores e normas culturais, e seria uma instância sempre em mudança. A partir desta descrição Fougeyrollas identifica três níveis ou estratos da

identidade colectiva : o da herança arcaica, menos consciente, que o homem controlaria menos e que teria sofrido um processo de desideologização; o de uma idade histórica média, constituído numa fase histórica de estabelecimento do Estado e de desenvolvimento das grandes religiões de vocação ou pretensão universal; finalmente, o estrato actual, constituído pelo sistema normativo a que o grupo se submete.

Fougeyrollas (1985) considera que a "*cultura consiste em práticas, em sentimentos e ideias que são estruturadas ao nível dos diferentes meios sociais e, mais profundamente, ao nível das relações constitutivas da sociedade por uma força que é a da ideologia*" (p.37).

Em quadro, sintetizamos esta perspectiva interactiva:

QUADRO V - Perspectiva interactiva da Personalidade cultural



Esta construção permite a Fougeyrollas uma análise em termos históricos, caracterizando diferentes egos colectivos, em função da sua maior ou menor submissão ao id ou ao superego colectivo. Assim um ego demasiado submetido ao *id colectivo* teria tendência para o tradicionalismo, enquanto que o *ego* demasiado submetido ao *superego* sofreria com a ausência de sentimento de continuidade.

3. Distinção entre personalidade étnica e identidade étnica

Embora, em situações concretas, personalidade étnica e identidade étnica quase sempre se sobreponham, convém distinguir os conceitos pois, em termos epistemológicos, têm significados diferentes.

A personalidade étnica é um "*esquema conceptual construído através de generalizações indutivas a partir de dados concretos*" (Devereux, 1985, p. 170) relativos a comportamentos directa ou indirectamente observáveis.

Em geral, nestes comportamentos a personalidade étnica é actualizada sem que os indivíduos tenham consciência disso. No entanto, em certas situações ela é "exibida" de forma consciente, como uma afirmação de uma identidade, que aparece como um modelo ideal, impregnada de juízos de valor.

Por seu lado, a identidade étnica é vivida de forma subjectiva pelos membros de um grupo, resultando da relação entre o sentimento de pertença a esse grupo e a oposição relativamente a outros, estipulando a diferença. Esta relação constrói um conjunto de representações de si e do outro, que desenham traços positivos (constituintes de uma identidade étnica ideal) e traços negativos, que, em princípio, se evitam, mas podem também ser assumidos como características "típicas" que o grupo tem prazer ou necessidade de "exibir".

Este modelo idealizado, articulando-se com normas de atitudes e comportamentos, é, portanto, construído em função de representações sociais da identidade étnica constituindo um núcleo que informa e orienta os comportamentos e no qual, os grupos se apoiam, frequentemente,

para definir as suas estratégias no confronto com grupos culturalmente diferentes.

Este conjunto de representações exprime-se muitas vezes através de um discurso ideológico que pode ser objecto de uma análise objectiva.

Lipiansky (1978), defendendo uma abordagem etnopsicológica, considera que, tendo em conta a complementaridade dinâmica existente entre a personalidade étnica e a identidade étnica, o seu estudo pode seguir duas vias : *"se se visa a personalidade étnica, é-se conduzido a adoptar uma perspectiva sobretudo sociológica, na qual o psicológico é referido à totalidade social e histórica em que se inscreve; mas se se visa a identidade, então a perspectiva é invertida : o social é apreendido na sua refacção psicológica."* (p.61).

Em qualquer destas vias, situar os fenómenos no seu percurso histórico é essencial. Só assim se torna possível apreender, de forma dinâmica, realidades e fenómenos que, no seu desenvolvimento, não estão alheios ao conflito e que, mesmo quando se reproduzem, o fazem de forma criativa. Tratando-se de realidades transformadas e transformáveis é necessário encarar diacronicamente os diferentes equilíbrios de forças consoante os períodos de existência de indivíduos e grupos. Com efeito, o *"estatuto do indivíduo transformou-se progressivamente em função da evolução das condições de existência e de uma ligação constante com crenças, mitos e práticas religiosas e sociais"* (Tap, 1988, p.70).

A própria História, como construção, altera-se consoante os contextos sociais e políticos. Como diz Wallerstein (1988), *"as múltiplas 'comunidades' a que pertencemos todos, das quais tiramos os nossos 'valores' , relativamente às quais sentimos 'lealdades', são todas construções históricas"* (p. 303). Esta reconstrução contínua constitui assim a ideologia do presente, que ao mesmo tempo que assenta no sentido

do passado, o altera constantemente em função "*da manutenção das solidariedades de grupo, do estabelecimento ou da contestação da legitimação social.*" (Wallerstein, 1988, p.105). Tal como o presente, o passado é social.

A utilização do termo étnico provoca, pela sua origem e pela sua história, ambiguidades e críticas a que é necessário fazer face (ver Thomas L.V., 1978, Amselle J.-L., 1990, Simon P.-J., 1993, entre outros).

Os gregos designavam por *ethnos* colectividades tribais que, sendo unidas por laços de origens comuns, tinham uma organização social inferior à *Polis*. Posteriormente, a Igreja Católica utilizava a mesma designação (grega) para referir os povos considerados idólatras, por não serem nem cristãos nem judeus. De um modo geral, e mesmo actualmente, a referência a grupos étnicos assenta na diferença relativamente a uma cultura considerada norma. Pode-se dizer que tem sido uma noção etnocêntrica referida aos "outros", sendo, por isso, ainda frequentemente conotada com a designação de raça.

O debate à volta deste conceito, as variações a que foi sujeito em contextos e condições diferentes, a própria "inversão do estigma" por grupos assumindo uma determinada identidade étnica e lutando pela sua revalorização, permitem o seu uso, desde que se esclareça o seu conteúdo.

Morin F. (1986), apresenta uma análise crítica relativa aos trabalhos anglo-saxões sobre a identidade étnica¹⁸, situando-os em função de quatro tendências fundamentais: primordialista, da relação etnicidade- desigualdade, instrumentalista e situacional.

¹⁸ Os autores anglo-saxões utilizam preferencialmente a designação de identidade étnica, enquanto a designação de identidade cultural é mais vulgar entre os franceses. Ver crítica de Amselle (1990).

A tendência **primordialista**, de que Morin cita como representantes Francis, Harrol, Isaacs, Glazer e Moynihan, situa-se numa perspectiva etnocêntrica, a que já anteriormente nos referimos. O grupo étnico é considerado uma unidade cultural com determinadas características objectivas, como a língua, o território, o fenótipo, as formas de organização política ou religiosa. A etnicidade constitui o carácter e a qualidade do grupo, tratando-se de uma relação de tipo universal. A identidade étnica é, segundo estes autores, inata e primordial, manifestando-se através do sentimento de pertença ao grupo.

Trata-se de uma visão rígida, hierarquizante, em que a etnicidade surge como um dado à partida, inerente ao grupo e incapaz de mudança.

A tendência da **relação etnicidade-desigualdade**, de que Morin cita como representantes Stavenhagen, Van Den Berghe e Rioux, assenta a definição de grupo étnico na dimensão cultural, ou seja, em factores culturais, como a língua, a religião e o estilo de vida (que são os mais evidentes) e critérios de moralidade e de excelência que permitem, dentro de cada grupo, avaliar os comportamentos. Estes critérios são considerados objectivos; na medida em que ou se tem estas características e se pertence a determinado grupo étnico, ou se não tem e se é excluído desse grupo.

A dimensão estrutural é também útil no estudo dos grupos étnicos, através dos conceitos de "completude" institucional (determinação da fronteiras do grupo) e de capacidade de organização (capacidade de um grupo atingir os seus objectivos).

Os autores desta tendência sublinharam o tipo de relações assimétricas existentes entre diferentes grupos étnicos dentro de uma mesma sociedade, mantendo territórios distintos e estatutos jurídicos desiguais. A etnicidade é, nesta tendência, o produto de uma consciência

étnica, engendrada por um "colonialismo interno", ou seja, por uma partilha desigual de recursos levando a sentimentos de frustração económica. Esta perspectiva sobrepõe identidade de classe e identidade étnica, concebendo a existência de identidades negativas ou parciais que, em função da consciência das desigualdades, poderão resultar em identidades reivindicativas.

Embora seja pertinente a descrição de mecanismos socio-políticos subjacentes a relações entre grupos dominantes e grupos dominados, não nos parece que seja de sobrepor identidade étnica e identidade de classe. Com efeito, se na realidade esta sobreposição acontece frequentemente, ela não é automática, tratando-se de conceitos diferentes e dependendo dos contextos sociais e históricos em que se desenvolvem. Por outro lado, a passagem de identidades negativas ou parciais a identidades reivindicativas não é óbvia, como analisaremos mais adiante.

A tendência **instrumentalista**, de que Morin cita como representantes Cohen, Bell e Desprès, considera o grupo étnico como um grupo de interesse político, definindo a etnicidade como uma estratégia adaptativa de certos grupos, que utilizam a identidade étnica como meio de pressão na preservação ou conquista de poderes e privilégios. Assim, a identidade étnica surge, para estes autores como uma escolha individual de carácter instrumental. Também aqui existe uma confusão entre grupos étnicos e classes sociais e, por conseguinte, uma sobreposição entre etnicidade e estratégias de classe.

Tanto a tendência da **relação etnicidade-desigualdade** como a **instrumentalista** são abordagens particularistas¹⁹, que poderão ser adequadas em determinadas situações, mas que, ao identificarem

¹⁹ "O particularismo apresenta-se, na maior parte dos casos, como uma ideologia dinamizando um grupo social particular e determinando-o a uma acção reivindicativa." (Maestri R., 1986, p. 53).

diferenças culturais com desigualdades sociais, correm o risco de naturalização dos conflitos de classe.

A tendência **situacional**, de que Morin cita como representantes Barth, Isajiw e De Vos, parte de um conceito de identidade em que se articulam o sentimento subjectivo de identidade e a interacção com a sociedade. Assim, um grupo existe quando os seus membros se consideram subjectivamente como seus elementos e são assim entendidos pelos outros. Os grupos étnicos são estudados, não em função de um conteúdo cultural, mas em função das "fronteiras" que cada grupo se define e lhe são designadas pelo outro, tendo em conta as situações em que se encontra. A etnicidade é, nesta tendência, uma forma de organização social, resultante da interacção das identificações do grupo e do meio. Estes autores fundamentam-se no estudo da etnicidade a partir de um plano diacrónico e vendo-a como um processo de mudança. Certas mudanças servem de catalizadores a uma tomada de consciência, tornando-se a etnicidade numa afirmação e reivindicação de identidade.

Esta abordagem aparece como mais operacional, pela análise em termos de processo, permitindo compreender a imposição de "fronteiras" por um grupo dominante a outros grupos de menor poder e ainda o surgimento de identidades parciais ou negativas. Sugere algumas respostas possíveis às questões levantadas por Zacot (1986)²⁰. Com efeito, valorizando a história dos grupos, a sua relação com a mudança e as suas estratégias identitárias, não lhes designa conteúdos culturais.

Embora se possa, com razão, criticar a atribuição de uma identidade cultural a determinada colectividade, tendo em conta que essa atribuição constitui um olhar exterior, que impõe traços que não são

²⁰ Ver capítulo anterior.

forçosamente significativos para a colectividade em questão, na verdade existe uma outra razão para que essa identidade seja construída, cavando a diferença relativamente a outras colectividades. Essa razão advém do próprio grupo que necessita de ver reconhecida a sua história, de se definir como uma personalidade, de se constituir como um sistema cultural único e diferente dos outros, tanto mais que, frequentemente, lhe é imposta uma falsa identidade, parcial e negativa.

As três tendências (Etnicidade - desigualdade, instrumentalista e situacional) têm em comum uma certa interioridade aos grupos culturais, procurando estudar as suas estratégias, quando se situam em confronto com outras culturas, nomeadamente sob uma situação de dominação ou na condição de "minoría".

No entanto, a confusão entre grupo étnico e identidade étnica, a sobreposição entre classe social e grupo étnico levam a erros que impedem a compreensão dos fenómenos na sua evolução e na sua complexidade.

Com efeito, pode-se ter uma certa etnicidade, ou seja, antepassados comuns, partilhando uma mesma cultura, as mesmas formas de linguagem e de comportamento, sem se pertencer ao mesmo grupo étnico, pois este exige o sentimento de pertença e a manutenção de interacções significativas com o grupo. Por outro lado, pessoas da mesma classe social podem pertencer a grupos étnicos diferentes e, no mesmo grupo, existem, quase sempre, diferentes classes sociais.

Para Lee e Lapointe (1980) é necessário ter em conta, de forma articulada, três dimensões:

Em primeiro lugar a **dimensão da etnicidade**, demarcada em função dos antepassados comuns, que permite, traçando um primeiro contorno, incluir ou excluir determinados indivíduos;

Em segundo lugar, a **dimensão que tem em conta critérios culturais e critérios estruturais**. É necessário identificar as instituições culturais, religiosas, jurídicas, políticas, económicas de cada grupo, o que possibilitará o estabelecimento de fronteiras;

Em terceiro lugar, a **dimensão subjectiva**, que diz respeito à identidade, procurando identificar os factores facilitadores ou não do desenvolvimento da identidade, assim como aqueles que levam a flutuações da sua intensidade.

Nesta perspectiva, a etnicidade, como um dado à partida, constitui a base na qual se vão constituir a identidade étnica e os grupos étnicos, analisados em função de critérios culturais e estruturais, aos quais corresponderão uma identidade cultural e uma identidade estrutural.

Actualmente, para as ciências sociais, o "grupo étnico" é uma *"colectividade cujos membros partilham, mais ou menos uma mesma cultura (no sentido antropológico : modos de vida, de sentir, de pensar e de agir, mais ou menos comuns) e partilham, também mais ou menos, um sentimento de pertença, de identificação (em certas situações), sentimento mais ou menos ligado à ideia de uma origem comum, a um mito genealógico, assim como, na maior parte das vezes, à representação de uma relação real ou simbólica, a um território"* (Simon P.-J., 1993, p.57).

A família, transmitindo a sua língua e inculcando normas e regras específicas do seu grupo, aos filhos, participa na reprodução e manutenção da sua cultura, tal como participa na sua transformação, pela forma original dessa transmissão e pelas mudanças do contexto social em que se situa. Nesse sentido, ela mantém a tradição mas partilha das transformações constantes do período em que vive. Daí que Wallerstein

(1988) considere que *"o que define um grupo étnico é o facto de que pratica uma forma particular de socialização"* (p. 114).

Em síntese, o que define um "grupo étnico" é, de um modo geral, uma língua comum, (embora grupos étnicos diferentes possam falar a mesma língua), um território (certos grupos, como por exemplo, os ciganos, tendo uma prolongada história de nomadismo, podem, no entanto, não se circunscrever a um território), uma cultura (no sentido antropológico), a consciência de pertença (etnicidade) desenvolvida, especialmente pelo viver em comum e pelo confronto com outros grupos e uma vontade de viver em conjunto. (ver Michaud, 1978).

A percepção que o sujeito tem de si próprio como identidade individual que se integra numa identidade colectiva na qual partilha com outros semelhantes a construção de uma cultura tem, assim, sido designada por identidade cultural ou étnica, mentalidade ou carácter nacional, personalidade de base ou etnotipo.

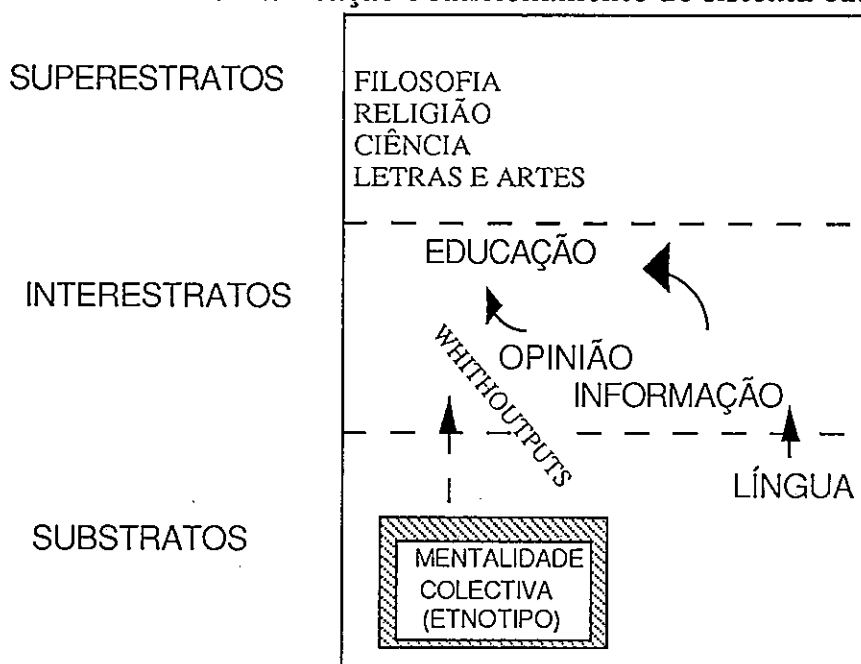
Para Michaud (1978) estas designações enfermam de uma confusão entre identidade colectiva (sujeito de cultura) e etnotipo (objecto). Com efeito, o etnotipo seria mais uma *"trama, um suporte abstracto"* (id., p. 116) da identidade colectiva, comungando com ela de uma mesma tridimensionalidade histórica, psicológica e sociológica. Nesse sentido, o conceito de etnotipo, como fenómeno inscrevendo-se numa cultura, tendo as suas raízes num território e num passado comuns, partilha de uma realidade dinâmica e em evolução. Não deve, portanto, ser analisado sob uma concepção fixista e estática que lhe retiraria toda a riqueza da sua operacionalidade, impedindo a sua utilização como *"modelo descritivo e explicativo dos traços, atitudes de um grupo"* (Michaud, 1978, p. 116).

Partindo do princípio que o Sistema cultural se caracteriza pela produção e troca de mensagens, Michaud (1978) admite que, numa

perspectiva sistémica, ele possa configurar "um conjunto, ao mesmo tempo estratificado e dinâmico, apto a funcionar, até certo ponto, em circuito fechado, sendo os seus diversos elementos conectados segundo um jogo de laços e feed-backs." (id., p. 23).

O etnotipo situa-se nos sistemas cultural e societário de que recebe informações que intervêm na sua evolução, construída ao longo da história dos grupos sociais. É, deste modo, "produto de uma estratificação" que se vai realizando lentamente, através da dinâmica entre as mentalidades já criadas e as novas informações produtoras de transformações, que quase sempre não são conscientes. Tal como a língua, ele é um dos substractos do sistema cultural e, recebendo informações dos sistemas político, económico e social, o etnotipo é um "produto das classes e dos grupos sociais que, ao longo das épocas, constituíram a comunidade étnica (ou nacional)" (id., p. 118).

QUADRO VII - Estratificação e funcionamento do sistema cultural



(Michaud, 1978, p. 25)

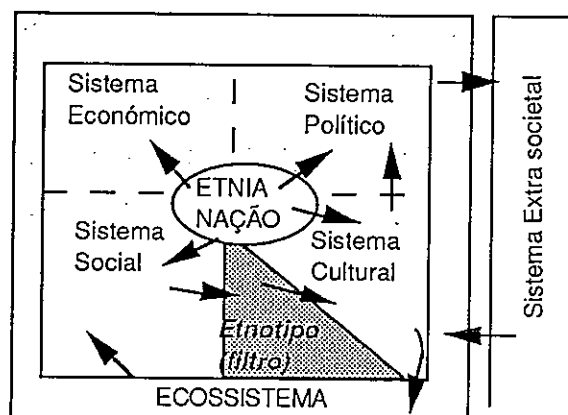
Neste contexto, o etnotipo, entendido como um sistema de significações, pode ser submetido a uma abordagem sistémica (ver Quadros VI e VII), que necessita de ser completada por uma análise semiótica.

- a) Em termos sistémicos, o etnotipo pode ser entendido como um sistema, definido por limites, mantendo trocas (inputs e outputs) com o meio envolvente, tendo um papel de filtro seleccionador das diferentes entradas (inputs) no sistema cultural.

Esta filtragem faz-se a três níveis diferentes :

- 1) Ao nível interno do próprio sistema cultural - neste nível a educação e a informação desenvolvem uma influência dinâmica sobre o etnotipo, ao mesmo tempo que são modeladas e orientadas pela acção directa daquele. Os diferentes elementos do sistema cultural (informação, opinião, educação, filosofia, ciência, etc.) sofrem assim, na sua constituição, o impacto do etnotipo.
- 2) Ao nível do quadro global do sistema intra-societal e dos diferentes sub-sistemas que o compõem, ou seja, as diversas instituições que informam o sistema cultural (withinputs). Aqui o etnotipo selecciona as informações que atravessam estas instituições.
- 3) Ao nível do sistema extra-societal, no qual as informações vindas de outras colectividades são apreendidas numa visão largamente etnocêntrica.

QUADRO VIII - A etnia e o etnotipo no sistema societal



(Michaud, 1978, p. 25)

O mesmo papel lhe é atribuído no que diz respeito às saídas (outputs) do sistema cultural, que interage com os sistemas político, social e económico assim como com outros sistemas culturais de colectividades exteriores (*withoutputs*). Estabelece-se aqui um "*jogo de auto e hetero representações colectivas*" (Michaud, 1978, p.26) actuando sobre outros etnotipos.

- b) Uma análise semiótica permite, segundo Michaud, entender a estrutura mental de etnotipo, dando significação aos comportamentos.

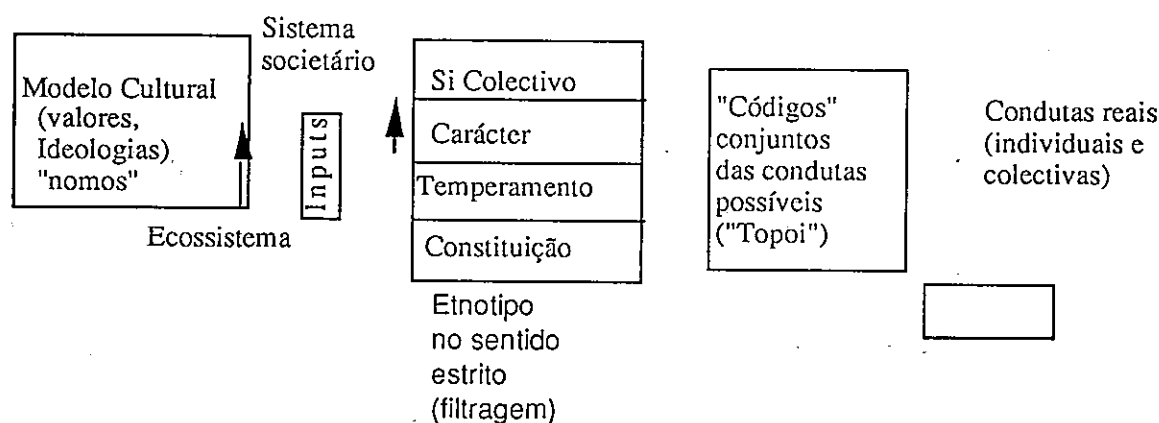
No sistema cultural realiza-se uma "*convertibilidade*" constante entre o nível das técnicas e da prática (nível energético) e o nível informacional, lugar de produção e troca de mensagens.

Os dados concretos, os factos, são convertidos em signos que alimentam a informação e a comunicação, através de códigos. O etnotipo poderia ser entendido como produtor de códigos "*ao nível de um jogo de conotações em que é posto em ressonância com todos os elementos do sistema societário e, mais particularmente com o modelo cultural e o*

sistema de valores implícitos que os comanda e que confere às condutas, individuais e colectivas, a sua significação" (Michaud, 1978, p.30).

Para caracterizar o etnotipo (em sentido estrito) como uma estrutura mental susceptível de uma análise semiótica, Michaud utiliza o seu modelo de personalidade (em sentido lato), propondo a sua transposição para o de identidade colectiva (ver Quadro IX), recorrendo à conceptualização formulada por Lipiansky. Assim, a personalidade estratifica-se em quatro níveis: constituição física, temperamento psico-fisiológico, carácter, personalidade (no sentido estrito do Si). A identidade individual é constituída por vários núcleos ou sub-estruturas que se integram no si, momento de síntese (em contínua evolução e equilibração).

QUADRO IX - O etnotipo como sub-sistema



(Michaud, 1978, p. 32)

Considerando que a personalidade (em sentido lato) é polinuclear, ou seja, constituída por diferentes núcleos ou subestruturas em que se ligam traços e factores, integrados e sintetizados pelo Si (personalidade em sentido estrito), Michaud admite a possibilidade da decodificação destes traços e factores, a partir de comportamentos que são significantes

em função de diversos sistemas semióticos (morfologia do rosto, grafismo, gestual, etc.).

A transposição de um modelo da Psicologia individual para a Psicologia colectiva levanta, como é óbvio, muitas dúvidas. Temos presentes as críticas de Devereux à concepção de "personalidade de base" de Kardiner e as suas reflexões a propósito do exemplo do "francês típico" de Russel²¹. A personalidade do indivíduo é epistemologicamente anterior à *personalidade modal*.

4. Espaços culturais em sociedades pluralistas

Uma das questões que tem chamado a atenção de diversos autores é a que se refere às mudanças da identidade étnica pelo contacto com outros grupos étnicos. Com efeito, se o desenvolvimento e a mudança dos diferentes grupos se fazem internamente, dependendo das inter-relações dentro do grupo e de uma adaptação construtiva às condições do meio, também acontecem, em maior ou menor grau, quando diversos grupos partilham um mesmo território e estabelecem relações, mais ou menos profundas, submetendo-se a normas que, muitas vezes, são contraditórias com as definidas pela sua cultura. É o caso de nómadas, como os ciganos, de imigrantes e de exilados.

²¹ Devereux cita Russel : " *Como definirei o francês típico? Podemos defini-lo como aquele que possui todas as qualidades da maior parte dos franceses. Mas, a menos que limitemos todas as qualidades àquelas que não implicam nenhuma referência a uma totalidade de qualidades, somos forçados a reconhecer que os franceses, na sua maior parte, não são típicos neste sentido. Isto não é uma contradição lógica, porque não há nenhuma razão para que haja necessariamente franceses típicos - mas (esta observação) exemplifica a necessidade de separar as qualidades que implicam uma referência a uma totalidade de qualidades das que não a implicam.* " (p.121)

As relações entre grupos diversos supõem formas de integração diversificadas em que cada grupo procura, por um lado, conservar a sua própria identidade cultural e, por outro lado, estabelecer relações positivas com os grupos do país de acolhimento.

Boski (1994) cruzando a dimensão identidade cultural/identidade social com a dimensão atributos "criteriais"/atributos "correlativos"²² põe em relêvo o investimento do indivíduo na diferenciação relativamente aos outros próximos (formando a categoria "Nós" em que o sujeito se inclui) e refere que *"Paradoxalmente, parece que os seus atributos 'correlacionados' compreendem categorias universais de descrição psicológica (os tipos físicos, as aptidões ou traços de temperamento são igualmente aplicáveis a todo o tipo de Homo Sapiens pelo mundo)"* (Boski, 1994, p.55). Estes atributos "correlacionados" aparecem em casos excepcionais, quando se consideram de um grau muito elevado ou baixo, como elementos da identidade individual.

Boski considera que a identidade "criterial" tem na base da sua aquisição o processo de enculturação, no qual a escola, a educação religiosa e a *"vontade pessoal de participação cultural ou mesmo pela utilização dos símbolos culturais no quadro de actividades políticas"* (p.57) têm uma influência primordial. Nesse sentido, um jovem tendo realizado os seus estudos de nível secundário no seu país de origem, *"deveria ter uma sólida componente de identidade criterial"* (idem) com o seu próprio país. Por seu lado, a "identidade correlativa" definir-se-ia

²² Segundo o autor, os atributos "criteriais" seriam: a imagem física de si, a memória autobiográfica, os símbolos da cultura nacional, a pertença ao grupo; os atributos "correlativos" seriam: a concepção de si segundo dimensões universais de personalidade, esquemas de si, valores culturais, personalidade cultural.

como sendo um grau de similaridade de valores entre Si e um prototipo²³ nacional.

QUADRO X - Distância cultural :
consequências sobre a aculturação "criterial" e "correlativa"
(segundo Boski, 1994, p.59)

		ATRIBUTOS	
		"CRITERIAIS"	"CORRELATIVOS"
D i s t â n c i a	V	Leque de símbolos comuns ↓ Avaliações diferentes ↓ Conflito de aculturação (identidade)	Similaridade de valores ↓ Aculturação sem conflito (pouco custosa) ↓
	C	Falta de símbolos comuns ↓ Neutralidade ↓ Aculturação sem conflito	Valores incompatíveis ↓ Stress de aculturação conflito de identidade

Partindo desta perspectiva o autor aborda as mudanças provocadas pela emigração, nomeadamente em termos de aculturação, articulando-as com a "distância cultural". Esta é concebida como "*um grau de*

²³ Protótipo que nos reenvia às reflexões de Devereux relativamente à personalidade individual e modal.

imbricação ou de repartição de elementos comuns entre as culturas A e B."(p.59) e poderia, nesta linha, ter efeitos diferentes nos "*dois domínios ligados à identidade : simbólico 'criterial' e o valor 'correlado' "* (id.). As relações entre "*vizinhos*" e "*distantes*" processar-se-iam segundo esta proposta como o autor mostra no quadro IX.

A noção de "distância cultural" parece-nos interessante e com o mérito de nos conduzir a um questionamento enriquecedor relativamente a grupos concretos em situação de imigração, mas, apesar do cruzamento das dimensões relativas aos atributos "criteriais" e "correlativos", aparece-nos como redutora, isolando a problemática do conflito identitário das condições sociais em que se processa. Por outro lado, proximidade e distância cultural não são exclusivas, como acontece por exemplo, nas relações entre povos ex-colonizados e colonizadores.²⁴

Pagé (1991), numa abordagem que podemos considerar meso-social, tendo por referência o Quebeque, descreve três concepções de integração, baseadas em noções diferentes de espaço cultural²⁵ numa sociedade pluri-étnica.

Estas concepções constroem-se a partir das representações e percepções que as pessoas têm dos seus modos de vida e das formas de se inserirem numa sociedade pluri-étnica. Distanciando-se da análise das políticas de integração do Estado e das tomadas de posição de chefes políticos das comunidades étnicas, pois considera que uns e outros deturpam a realidade em função de interesses particulares, Pagé considera

²⁴ Voltaremos a esta reflexão no último capítulo, a propósito das representações dos estudantes dos Palop sobre Portugal.

²⁵ Segundo Pagé um "*espaço cultural é constituído por domínios da vida em que as acções são reguladas por normas*" (1991, p.121).

clarificador privilegiar a utilização de "etiquetas apolíticas", mais próximas da realidade tal como ela é sentida pelo cidadão comum. Quanto a nós, consideramos que não é possível alienarmo-nos de uma perspectiva que define relações de poder e delimita as fronteiras da liberdade do cidadão comum. De facto, parece-nos que se trata de abordagens complementares, e Pagé não escapa à referência às políticas de integração.

Assim, as três concepções, **Espaços culturais múltiplos**, **Espaço cultural comum** e **Espaço cívico comum**, definem-se de acordo com os princípios das Cartas Canadana e Quebequense dos Direitos e Liberdades e com a Lei sobre o Multiculturalismo :

- "- O direito dos grupos étnicos à conservação da sua cultura e da sua língua ancestrais;*
- a oposição a toda a forma de discriminação e de segregação pelo reconhecimento da cidadania de pleno direito às pessoas de todas as origens étnicas;*
- a incitação aos cidadãos de todas as origens para que participem no desenvolvimento de uma sociedade harmoniosa e produtiva."* (p. 124, 125).

Baseiam-se ainda em princípios relativistas, com algumas diferenças que especificam relações distintas.

4.1 Espaços Culturais Múltiplos:

Nesta concepção relativista, (ver Quadro XI) defende-se que as diferentes culturas têm direito a ser reconhecidas e que cada grupo deve submeter-se às suas próprias normas.

A identidade de cada grupo étnico desenvolve-se sob a responsabilidade de se manter fiel à cultura ancestral e os alvos de identificação de cada indivíduo situam-se no interior do seu próprio

grupo. A submissão às normas do grupo dominante é resultado das relações de força e não subentende uma apropriação dessas normas pelo seu sistema identitário. Cada indivíduo continua a privilegiar os domínios da vida em que pode agir consoante os seus costumes e normas.

4.2 Espaço Cultural Comum:

Esta concepção relativista recusa a imposição de normas de certos grupos culturais a outros, considerando, no entanto, que estes são livres de se apropriarem delas, não havendo assim espaços exclusivos.

A identidade étnica é vivida como empenhamento na criação de uma policultura²⁶ comum; a primeira responsabilidade continua a ser a manutenção da cultura ancestral, que não é ameaçada, mas confirmada pelos contributos enriquecedores das outras culturas.

Existem movimentos de identificação à policultura, constituída pela contribuição das diferentes culturas em presença.

A representação figurativa (Quadro XII) permite entender melhor esta concepção:

O grupo étnico maioritário (1) tem o espaço dominante, que é distribuído, para além do seu próprio espaço privado, por domínios públicos, como os mass-media, espectáculos, desportos profissionais, negócios, política, etc. Para os grupos minoritários resta um espaço delimitado, que é maior ou menor em função do seu próprio investimento nos domínios da sua cultura. Alguns grupos (8 e 10) mantêm-se distantes do grupo dominante, enquanto outros se aproximam. Certos grupos permitem que a cultura dominante invada um espaço em que poderiam

²⁶ Assim, Pagé define policultura como "*uma cultura que reflecte toda a diversidade das culturas étnicas que coabitam numa sociedade*" (p. 126).

investir a sua própria cultura (3,5,7), enquanto outros exercem uma certa dominação sobre aquela, dominação essa que pode ser de maior (2, 6) ou menor (4,9) extensão. Na medida em que o valor principal é a conservação da integridade da sua cultura no confronto com o grupo dominante, os diferentes grupos minoritários mantêm-se alheios uns aos outros.

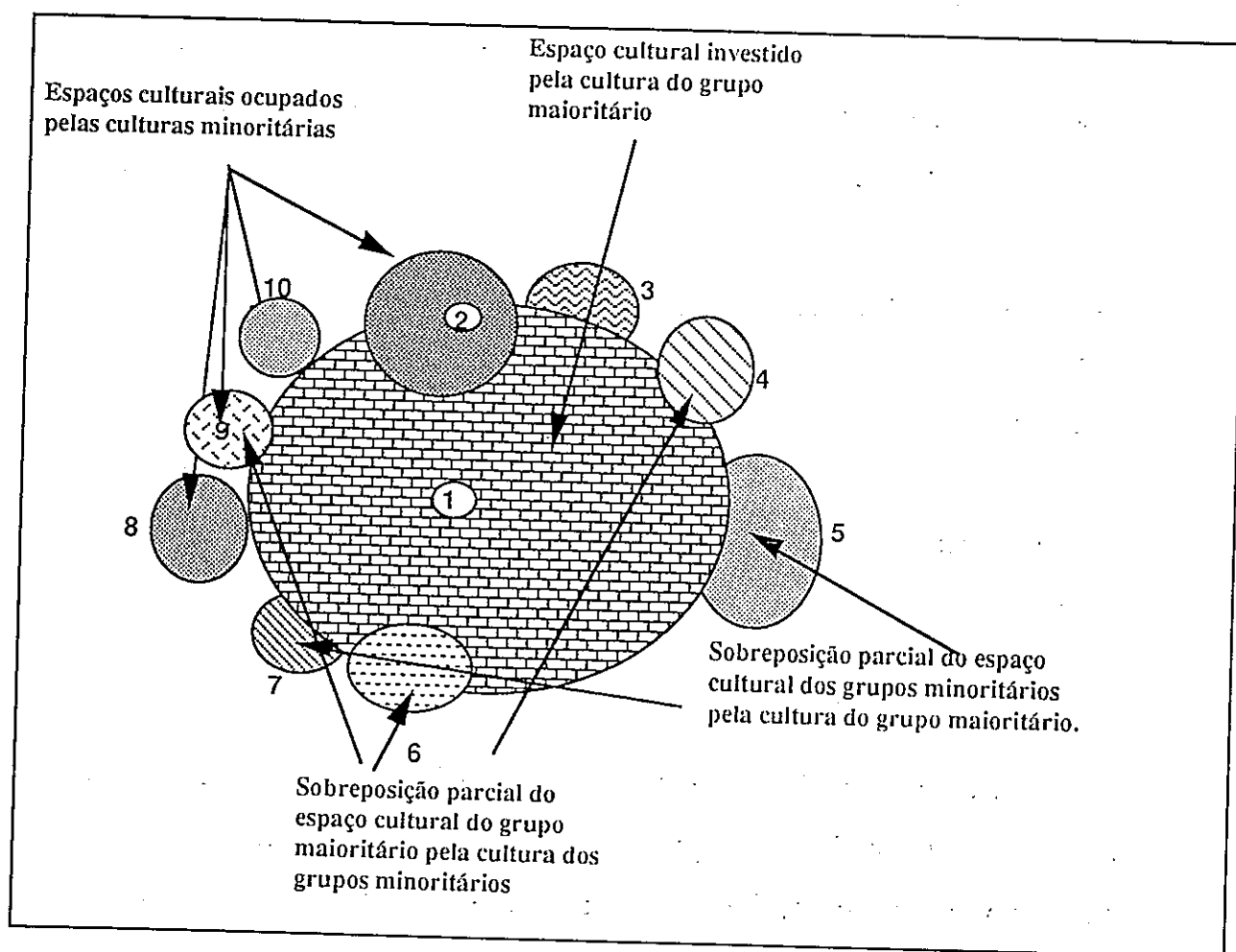
No espaço cultural comum o contacto entre as diversas etnias é sempre muito próximo e, investindo em conjunto nos domínios da vida, as suas trocas são constantes. No entanto, estas trocas não acontecem com todos da mesma forma. Certos grupos desenvolvem um maior conjunto de interacções (7, 8, 9, 10), sem por isso terem relações directas com outras comunidades étnicas (3, 4). Embora a cultura maioritária possa ocupar um maior espaço na vida pública, pela sua história mais antiga nessa sociedade e por corresponder ao maior número de cidadãos, tal não se deve a uma posição de direito e, com o tempo, o seu espaço deveria reduzir-se. Pelas trocas desenvolvidas existe nas culturas minoritárias uma absorção de características dos outros, que se verifica em graus variáveis.

4.3 Espaço cívico comum:

Nesta concepção relativista, não se considera a existência de espaços reservados na medida em que, ao contrário das concepções anteriores, aqui, não existem domínios em que se apliquem exclusivamente as normas específicas a cada grupo. Quaisquer que sejam as acções elas têm sempre um aspecto privado, específico ao grupo cultural, e um aspecto público, em que se aplicam as normas de uma cultura cívica, abrangendo todas as pessoas da sociedade global.

Aqui, a identidade é vivida como um projecto pessoal. O indivíduo conserva uma margem de liberdade que lhe permite optar pelas normas culturais do seu grupo étnico ou por outras que digam mais respeito aos seus diferentes grupos de pertença. *"A continuidade da experiência pessoal de vida do indivíduo é a base primeira da sua identidade"* (id., p.128). Pelas suas escolhas o indivíduo deve ter a possibilidade de se reconhecer a si próprio.

QUADRO XI - Representação da sociedade pluralista na concepção dos espaços culturais múltiplos

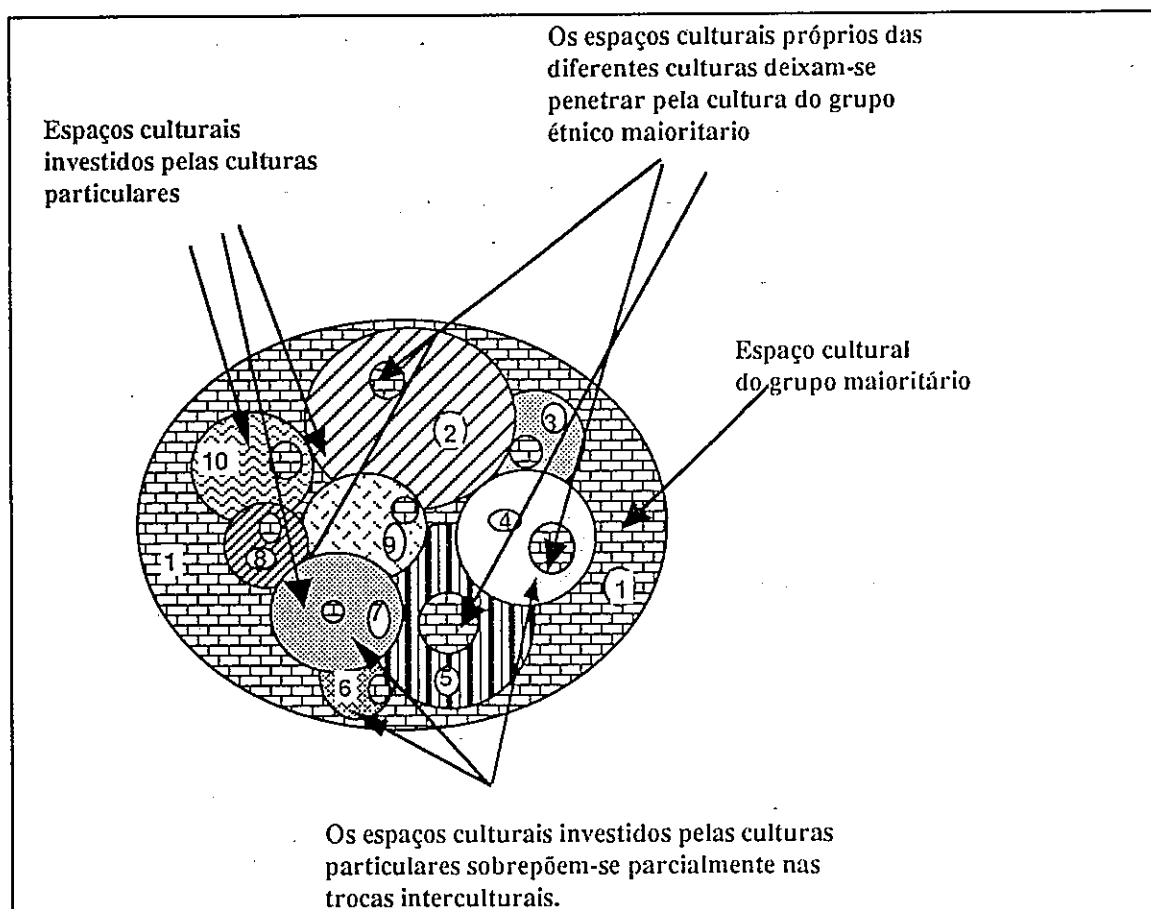


(Pagé, p.132)

Está-se perante *"a cultura em diálogo com os outros e consigo próprio e, portanto, susceptível de se transformar"* (Camilleri, 1993, p. 50). Existe

uma fórmula cultural pessoal que é constituída pelas normas culturais do grupo de origem, pelas normas de outros grupos e pelas normas cívicas.

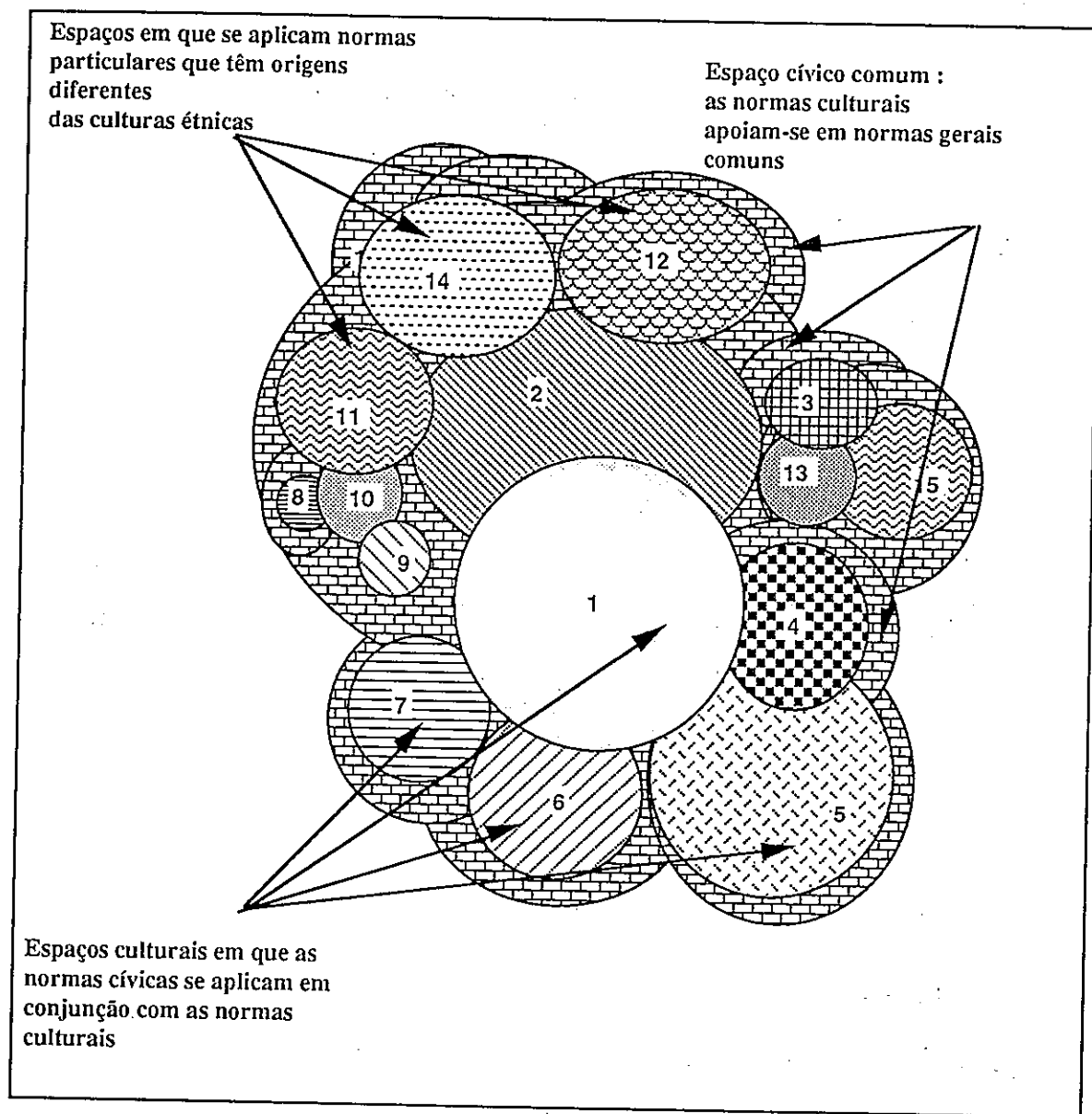
QUADRO XII - Representação da sociedade pluralista na concepção do espaço cultural comum



(Pagé, p. 133)

A identificação à sociedade global e à sociedade civil acontece porque existe uma identificação distanciada ao seu grupo étnico. Não se espera uma assimilação uniformizadora, mas uma conjugação dialéctica em que *"a aceitação de um mínimo de uniformidade nas representações/valores e de constrangimentos nas regras a observar é a condição para obter o contrário : o máximo de diversidade nas representações valores e de liberdade nos comportamentos"* (Camilleri, 1993, p.50).

QUADRO XIII- Representação da sociedade pluralista na concepção do espaço cívico comum



(Pagé, p. 134)

A representação figurativa (ver Quadro XIII) apresenta as diferentes características desta concepção:

Tal como nos quadros anteriores, há aqui espaços de aplicação das normas das culturas étnicas (1 a 10). Mas todos estes espaços são rodeados por um mesmo fundo que representa as normas cívicas, conjugadas com

as normas das culturas particulares em quase todos os domínios da vida. Há culturas mais próximas do que outras, mas o seu principal ponto de contacto é baseado nas normas que representam a cultura global. Há espaços (11 a 14) constituídos por normas que não são específicas aos grupos culturais, mas dependem de códigos relativos a interesses definidos, como as normas de sindicatos ou partidos políticos.

4.4 Critérios de comparação das três concepções de integração

Pagé avalia estas três concepções em função de 4 aspectos :

a) A natureza das relações do indivíduo com a cultura do seu próprio grupo:

O autor analisa esta relação através dos sentimentos de dever do indivíduo para com o seu grupo e, como consequência, a maior ou menor exibição das suas "marcas distintivas" (a língua, o vestuário, a alimentação, etc.).

Na concepção dos Espaços culturais múltiplos existe o sentimento de dever exclusivo perante o seu grupo e daí as marcas distintivas são um meio de exibir essa pertença única.

Na concepção do Espaço cultural comum o sentimento do dever é partilhado entre o grupo próprio e a sociedade global em que o grupo se insere. As marcas distintivas aparecem como uma forma de participar na criação da policultura.

Na concepção do Espaço cívico comum o sentimento do dever depende dos valores pessoais e a utilização das marcas distintivas é uma opção individual, aliando-se à participação nos valores da sociedade civil.

b) A natureza do contacto entre as diferentes culturas:

O contacto com outros grupos, na concepção dos Espaços múltiplos depende, antes de mais, da existência de interesses associados. Dá-se relevo às diferenças e ao respeito por estas. Mantêm-se as identificações dentro do grupo próprio, correndo-se o risco do isolamento e da construção de preconceitos profundos tanto sobre o grupo de pertença como dos outros grupos em presença.

Na concepção do Espaço cultural comum, favorece-se a interpenetração, existe uma procura de maior conhecimento das outras culturas, que na associação de interesses se valoriza pela atracção que essas culturas representam, sem que as particularidades de cada grupo deixem de se evidenciar. O espaço cultural comum permite a cada um enriquecer o seu núcleo identitário, através da apropriação de características de culturas diferentes, embora se procure manter a especificidade de cada grupo. Pagé considera que apesar das intenções há ainda o risco de sublinhar preconceitos tanto sobre o grupo de pertença como sobre os outros.

Na concepção do Espaço cívico comum as relações entre os diferentes grupos dependem das fórmulas culturais de cada um que, simultâneamente, se vão modificando e desenvolvendo em função dos contactos. A obrigação de contribuir para o respeito das normas cívicas e para a sua adequação ao conjunto da sociedade é o traço fundamental destas relações. Não é a identidade cultural que ganha relevo mas a identidade social com as suas múltiplas afiliações (profissionais, de género, idade,

etc.) e crenças. Os valores cívicos comuns constituem a base para considerar a realidade em função de representações construídas conjuntamente em termos de uma complementaridade de olhares.

c) A base sobre a qual se propõem assegurar a coesão social necessária ao funcionamento da sociedade:

Na concepção dos Espaços múltiplos a base da coesão é a cultura étnica dominante. O grupo maioritário domina todo o campo da cultura, em todas as suas instituições, nomeadamente nos meios de comunicação social, podendo assim ditar as práticas culturais aceites como normais na sociedade civil e, ao mesmo tempo, manter o equilíbrio da sociedade civil. Os grupos minoritários estão isolados entre eles e, quando se constituem como grupos de pressão, é na defesa e promoção dos seus interesses respectivos.

Na concepção do Espaço cultural comum a base da coesão assenta apenas na importância dada à existência de uma língua comum. Os grupos étnicos minoritários, entendidos como "comunidades culturais", contribuem para as deliberações da sociedade civil, de forma a que os seus interesses particulares possam ter representação na policultura.

As normas cívicas comuns constituem a base da coesão social na concepção do Espaço cívico comum. A gestão democrática do pluralismo, supondo o exercício moderado da democracia, procura o mais largo consenso possível o que implica a adesão das minorias.

O Estado abstém-se de intervir na vida privada dos cidadãos, que têm direito ao controlo da sua liberdade individual, apenas limitado pela coesão social em que assenta a Lei.

d) Os objectivos da educação:

A análise assenta aqui não só nos objectivos da educação como nas formas de os concretizar em função da finalidade mais global de preparar os jovens para viverem numa sociedade multi-étnica "harmoniosa e produtiva". As diferentes concepções têm em comum a vontade de que os alunos recebam uma instrução que lhes dê competências técnicas, profissionais e outras, que os tornem aptos a ocupar funções remuneradas na sociedade, e a atribuição de um papel de primeiro plano à Escola pública na educação para os direitos da pessoa.

Na concepção dos espaços culturais múltiplos a educação deve, em primeiro lugar, criar as condições para que os jovens conheçam e desenvolvam a sua afiliação à sua cultura ancestral. Embora o Estado possa tomar iniciativas neste campo, ele é da responsabilidade dos grupos étnicos. No caso específico da língua do grupo étnico o seu ensino está também reservado aos membros do grupo. Se a Escola Pública assumir esse ensino, ele deverá processar-se fora do horário normal.

Na concepção do Espaço cultural comum a educação deve, antes de mais, implementar o conhecimento das outras culturas no sentido do desenvolvimento da interculturalidade. Daí o investimento na produção de trabalhos que expressem essas

trocas e as realidades específicas de cada grupo de forma a que as suas significações sejam entendidas em função dos olhares de cada grupo.

A Escola, pela sua própria população, pelo material didáctico usado e pelas classes de línguas ancestrais, é um lugar privilegiado de contacto entre as diferentes etnias. Funcionando como segunda ou terceira língua, as línguas de origem são ensinadas a todos, em horário regular.

Na concepção do Espaço cívico comum, no âmbito de dois grandes objectivos que são o desenvolvimento das habilidades de cooperação e a formação cívica, a Educação privilegia a realização de experiências para a construção da representação das realidades actuais. O ensino não se ocupa das características étnicas e culturais dos alunos, que são invocadas apenas como fonte de diferenças.

4.5 Limites de uma leitura global

Se estas concepções são uma leitura global e possível das formas de estar numa sociedade multicultural, elas não podem mascarar :

- o facto de que, como vimos, o processo de comunicação assenta em aspectos estruturais distintos. Como sugere Michaud, a comunicação é filtrada por etnotipos diferentes, que levam a interpretar a mesma situação de formas diversificadas.

- o peso de políticas que intervêm em função de interesses particulares, dependentes de relações e acordos entre Estados (como é o caso do investimento numa Comunidade Europeia, deixando de lado acordos anteriores com países não-europeus) e vontades económicas e sociais internas a cada Estado, em que se jogam relações de poder ultrapassando as vontades do cidadão comum;
- o facto de que as relações entre diferentes culturas não dependem simplesmente de intenções, claramente definidas. Elas põem em jogo um imaginário construído ao longo do tempo, concepções da vida, do mundo e do outro, enraizadas no inconsciente, que entram, muitas vezes, em conflito com os discursos e acções dos indivíduos.
- que as relações entre grupos majoritários e minorias são complexas dependendo de múltiplos factores e baseando-se em estratégias individuais e colectivas, frequentemente contraditórias.

5. Heterogeneidade social e cultural

A heterogeneidade cultural articula-se com a heterogeneidade social em contextos definidos por uma estratificação social em que grupos dominantes e grupos subordinados são também grupos de culturas diferentes.

Neste âmbito, a Teoria da Comparação social e a Teoria da Identidade social têm propostas significativas, que outras abordagens complementam, nas suas lacunas.

Festinger (1965) estabeleceu que para a construção da identidade social a comparação social é fulcral. Os indivíduos procuram comparar-se com outros, que se lhes assemelhem ou que sejam ligeiramente melhores, para poderem auto-avaliar-se positivamente em função de dimensões relevantes como habilidades, opiniões, experiência, etc. No mesmo sentido, existe uma atracção por situações e grupos em que os sujeitos sentem proximidade. Há pois, uma tentativa de redução das divergências. A uniformidade define-se em função das relações de poder de tal modo que se procura influenciar os que têm menos poder para se aproximarem dos valores e atitudes dos que têm mais poder.

Tajfel (1982, 1984), baseia-se na Teoria da Comparação Social de Festinger, mas não se centrando apenas nas relações interindividuais, analisa os comportamentos entre grupos, tendo em conta que, em geral, a comparação faz-se, não só no interior de um grupo, mas relativamente a grupos exteriores. Quando um grupo se compara com outro, privilegia as diferenças que o favorecem, já que todos os indivíduos sentem necessidade de uma identidade positiva. Para Tajfel a categorização é um processo cognitivo de adaptação, orientando o indivíduo na criação e definição do seu lugar na sociedade. Dividindo o mundo em unidades compreensíveis, permite acentuar as semelhanças dos indivíduos ou grupos da mesma categoria, dando, ao mesmo tempo, relevo às diferenças entre indivíduos ou grupos de categorias diferentes. Este duplo processo é orientado pela procura de uma identidade social positiva e, nas relações sociais competitivas, leva frequentemente à discriminação de grupos exteriores. A distinção entre "Nós" e "Eles" assenta na diversidade de valores articulada com "mecanismos" cognitivos da categorização. Para Tajfel este é *"um dos pilares cognitivos e comportamentais do etnocentrismo"* (1982, p.290).

Tajfel (1982), na Teoria da Identidade Social (TIS), concebe um continuum entre a polaridade social inter-individual e a polaridade social inter-grupal. Na primeira, estão presentes as relações entre indivíduos, determinadas, fundamentalmente, pelas suas características psicológicas e pela história do seu relacionamento anterior. Cada um age em função da sua identidade pessoal, procurando traços que o distinguem dos outros. Na polaridade social inter-grupal estão presentes os comportamentos inter-grupos, determinados pelas categorias sociais em que se incluem, tendo em conta o significado emocional e o valor implicados nesta inclusão.. Esta separação é puramente imaginária e descritiva pois nenhuma destas polaridades é determinada, em absoluto, quer pelas características pessoais, quer pelas características do grupo de pertença. Conforme os momentos da vida (e, simultaneamente, contextos em que se situam) dá-se maior relevo ora à identidade pessoal ora à identidade social. Assim, em função dessa relevância, a afirmação da identidade pessoal orientará o indivíduo para a diferenciação relativamente aos elementos do(s) seu(s) grupo(s), fugindo à conformização e à despersonalização. Pelo contrário, a maior ênfase na identidade social orienta os indivíduos para a afiliação, para a homogeneização do grupo, submetendo-se à conformização, sublinhando traços que mantenham uma clara distinção de grupos exteriores. Daí que, segundo o esquema de Tajfel, na polaridade inter-individual exista uma maior variabilidade entre os indivíduos e um menor grau de estereótipos. Por seu lado, na polaridade inter-grupal existe uma maior uniformidade e uma maior tendência ao desenvolvimento de estereótipos. Estes permitem a construção de imagens simplificadoras do outro, ignorando as diferenças individuais, evacuando a realidade histórica e sociológica em que cada grupo se enraíza, perdendo de vista a complexidade para se

enredar à volta de traços considerados típicos e definidores do grupo exterior na sua globalidade.

Sendo as sociedades estratificadas, determinados grupos têm mais poder e mais recursos que outros. Os indivíduos têm concepções próprias sobre as estruturas sociais e sobre o seu lugar nessas estruturas. Através de ideologias e sistemas de valores justificativos do *status quo*, os grupos com mais poder e recursos procuram manter-se como dominantes, reforçando as barreiras existentes de forma a impedirem que outros adquiram os mesmos privilégios. Por seu lado, os grupos subordinados, quando aderem aos valores dominantes, correm o risco de se auto-perceberem sob identidades sociais negativas.

Em princípio, quando um sujeito pertence a um grupo reconhecido socialmente procura manter essa afiliação, tendo tendência a aderir apenas a novos grupos que sejam relevantes para os aspectos positivos da sua identidade social. Por outro lado, os elementos de grupos não reconhecidos socialmente - se tal for possível e não se opuser a valores essenciais da sua própria identidade - desertarão desses grupos. Quando a deserção não é viável, os elementos do grupo podem tentar reinterpretar as suas características tornando-as justificáveis e aceitáveis, ou ainda lutar por uma mudança da situação, desafiando a pretensa superioridade do grupo dominante e as características e valores que legitimam o seu poder. De qualquer forma, é sempre na interacção e pela comparação com outros que estes processos se desenvolvem.

Para conseguirem manter uma identidade social positiva constroem estruturas subjectivas de crença na mobilidade social ou na mudança social.

Na estrutura de crença na mobilidade social as fronteiras entre os grupos são consideradas permeáveis; ou seja, julga-se possível mudar de uma categoria para outra, por opção e esforço próprio. Esta crença mobiliza as identificações dos indivíduos em função do grupo dominante, reduzindo a solidariedade ao grupo de origem, sem, no entanto, pôr em causa o *status quo*.

Nas sociedades modernas, competitivas e individualistas, é o próprio poder que defende uma ideologia do *self made man*²⁷, investindo nesta crença de modo a melhor impor os seus valores, sem que por isso seja posto em causa, na medida em que, embora as fronteiras entre as diferentes classes pareçam flexíveis, as condições que permitiriam a mobilidade, não são dadas à partida. Deste modo reduz-se a solidariedade entre os grupos dominados, mantendo-se o *status quo*.

A estrutura de crença na mudança social supõe que as fronteiras entre as diferentes categorias sociais são impermeáveis e, assim, os elementos do grupo, para conservarem uma identidade positiva, constroem novas avaliações do grupo como um todo, comparando-se com novas dimensões do grupo dominante ou com outros grupos.

Os primeiros trabalhos relativos à influência social eram de carácter experimental e, através de situações laboratoriais fizeram-se análises sobretudo centradas na normalização e na conformização. Assim, são postos em relevo mecanismos, como a tendência para o conformismo,

²⁷ Merton faz, a propósito da sociedade americana, uma interessante análise pondo em relevo três axiomas: 1º todos devem tender a atingir os fins elevados, porque estes podem ser atingidos por todos; 2º O insucesso aparente e momentâneo não passa de um estímulo para o sucesso final; 3º o verdadeiro insucesso consiste em restringir as suas ambições (p.175).

em que se demonstra que os elementos dos grupos se deixam influenciar pelas normas dominantes, a submissão à autoridade e ao estatuto do agente de influência, e factores como as técnicas de manipulação, a fuga à dissonância cognitiva, a procura de coerência e o compromisso, que levam os indivíduos a procurar manter uma mesma linha de acção a partir das primeiras opções, apesar de sentimentos contraditórios terem entretanto surgido.

A perspectiva é, inicialmente, linear. A maioria é sistematicamente representada como "fonte" de influência, sendo a minoria o seu "alvo", a fim de garantir o controle social. O poder da maioria, assentando num máximo de recursos considerados relevantes, encontra um terreno aberto à pressão do grupo para a uniformidade, pela necessidade que todos os indivíduos têm de redução das incertezas, ou seja, quanto mais inseguro for um indivíduo, maior será o seu conformismo. A manifestação de divergências reduz os sentimentos de segurança levando a uma maior pressão do grupo para a uniformidade. A dependência aparece, nesta abordagem, como determinante dos processos de influência.

S. Moscovici e P. Ricateau (1972) propõem um modelo interaccionista, considerando os membros dos grupos simultaneamente "emissores" e "receptores" de influência, que é, assim, abordada como um processo de reciprocidade, como uma forma de negociação. Os sistemas sociais não se apresentam como um dado à partida, mas são produções históricas resultantes de múltiplos confrontos e negociações entre os agentes sociais. A sua sobrevivência depende da sua capacidade de mudança. O desvio (anteriormente visto como disfunção do sistema) pode ser produtor de inovação e de difusão da inovação, constituindo-se como agente catalizador da mudança. Assim, o controle social não aparece como única finalidade da influência. Esta *"exerce-se para*

modificar o meio ou a organização e permite ao grupo a prossecução dos seus objectivos ou a sua transformação apelando para os recursos de todos os seus membros, incluindo os desviantes (...)." (Moscovici S., 1984, p. 54).

Na mesma linha, Perez e Mugny (1990) questionam as abordagens que apontam para a ideia de que a influência de elementos internos a um grupo seria superior à influência de elementos de grupos externos. Segundo estes autores existe um efeito paradoxal da discriminação: ao mesmo tempo que a minoria é discriminada, ela provoca mudanças significativas no grupo que a exclui. No entanto, segundo Moscovici, a possível influência de grupos minoritários exige sempre consistência da parte destes e também uma maior flexibilidade no estilo de negociação, permitindo aceitar a existência de espaços comuns de identidade. Assim, a influência não vai depender apenas das propostas de um dos grupos e do acordo ou desacordo com o seu conteúdo, ela situa-se também na capacidade de aceitar, como suas, características estereotipadas que se referem ao grupo exterior. Portanto, a influência manifesta tem subjacente um processo de comparação social inter-grupos, com as concomitantes identificações e conflitos de identificação. Tratando-se de grupos minoritários claramente, seria então de supor que estes não poderiam nunca exercer qualquer influência sobre grupos majoritários, mas, na realidade, existe um fenómeno de "influência latente", ou "impacto escondido das minorias", que pode ser mais forte do que a influência manifesta, podendo ainda não se expressar no imediato, mas após um certo período de tempo. Este fenómeno é explicado por Moscovici em termos de conversão, ou seja, a influência de uma fonte minoritária sobre um alvo majoritário, manifestada publicamente como

negativa, converte-se, em termos latentes, numa influência positiva privada, indirecta ou adiada. Fenómeno que se relaciona com os efeitos paradoxais da identificação. Com efeito, ao assumir características que são específicas de um grupo exterior, existe uma identificação que pode levar a prejuízos sociais. *"Quanto mais a identificação com a fonte é enfatizada, mais os sujeitos podem sentir-se, em certas circunstâncias, compelidos a diferenciar-se da fonte, a fim de evitarem ser confundidos de qualquer forma com a categoria a que a minoria pertence"* (Perez & Mugny, 1990, p. 156).

Na situação de influência indirecta, os grupos maioritários estão, em primeiro lugar, centrados numa referência normativa maioritária e, para entrarem no processo cognitivo de validação dos pontos de vista da minoria, é necessário que procedam a uma descentração. É assim que os autores defendem que a *"influência indirecta da minoria sugere um processo de construtivismo social baseado na descentração."*

Numa primeira fase, de **rejeição**, as propostas minoritárias são comparadas com a visão maioritária, situadas em termos de desvio, reprovadas e rejeitadas por prejudicarem o consenso social existente.

Em seguida, inicia-se uma fase de **incubação** em que se deixa de avaliar as propostas minoritárias em função do sistema normativo da maioria para se passar à análise da fonte e do conteúdo da proposta. Ou seja, a fonte é objecto de uma reconstrução cognitiva em que, mantendo-se como objecto desviante, é também um sujeito independente e não conformista, o que faz ganhar à sua mensagem, aos poucos, um estatuto de mensagem significativa e original, podendo representar uma alternativa.

O processo deixa de ser exclusivamente centrado na maioria, passa a centrar-se também na minoria, que é aqui objecto de reconhecimento social, e constroi assim uma representação ambivalente. Em termos cognitivos passa-se de um pensamento convergente para um pensamento divergente. A validação permite assim dar às propostas da minoria um valor alternativo. No entanto, este processo é, em grande parte, inconsciente, pois a intenção de resistir mantém-se, ao mesmo tempo que os estereótipos iniciais sobre o grupo exterior se vão reduzindo simultaneamente com um processo de apropriação das ideias deste grupo sem que, de forma expressa, se situe a sua origem de forma exterior ao grupo maioritário.

Para que haja influência indirecta é necessário que os sujeitos-alvo, por um lado, sejam capazes de comparar, sem conflito, as propostas da minoria com as suas próprias respostas, e, por outro lado, sejam capazes de validar aquelas alternativas.

Além disso, o resultado paradoxal da influência da minoria depende do conflito induzido por esta, especialmente através da sua consistência, e da natureza dos processos desenvolvidos entre maioria/minoria, e, em primeiro lugar, centrados na maioria e depois na minoria. Contextos caracterizados por conflitos persistentes encorajam o juízo independente e daí favorecerem a influência da minoria.

As significações atribuídas à minoria alteram-se, envolvendo a inferência de um princípio organizador abrangendo a posição da minoria. A noção de dissociação permite-nos, segundo os autores, realizar a articulação psico-sociológica entre a discriminação e os seus efeitos paradoxais. Pode-se discriminar, reforçar o *status quo* e, no entanto, a mudança acontecer. Para tal, o conflito inter-grupo deve processar-se

duplamente, ultrapassando a comparação social, centrada na maioria, através de uma nova actividade de validação, centrada na minoria.

Hinkle J. e Brown R. (1990), considerando que a identidade social tem, pelo menos, três aspectos intimamente ligados, ou seja, a consciência de afiliação ao grupo, a avaliação desta afiliação e o afecto associado, reconhecem na Teoria da Identidade Social (TIS) certas lacunas e erros de avaliação.

Assim, embora haja, em geral, tendência a valorizar o grupo próprio, esta visão positiva também aparece em relação a grupos exteriores, o que contraria a ideia de que os elementos do grupo, para manterem uma identidade positiva, necessitam de privilegiar o seu grupo em detrimento dos outros.

O estatuto e o poder dos grupos influencia a comparação de tal forma que, entre os de menor poder e estatuto, alguns, além de reconhecerem a sua situação diminuída, dão maior relevo aos de estatuto superior. Esta posição dificilmente confirmaria a ideia de que o processo de comparação social permite a criação e manutenção de identidades sociais positivas. Além disso, também não se confirmaria a asserção da TIS de que os membros de grupos de estatuto inferior fortaleceriam a sua visão positiva do grupo de pertença, através de um maior empenhamento no desenvolvimento das suas identidades sociais. A própria ideia de que a comparação se faz com grupos relevantes, esquece que esta relevância não é um dado à partida, mas depende das perspectivas e de múltiplas opções de cada um. As comparações fazem-se em múltiplas dimensões e em algumas valoriza-se o grupo de pertença, enquanto noutras se valorizam grupos externos. No que se refere às minorias é de

considerar que estas se caracterizam a si próprias por uma maior homogeneidade, o que lhes permite manter uma maior coesão. Daí que as dimensões relativas à solidariedade e coesão de grupo sejam relevantes para estes grupos.

Para a TIS os grupos são capazes de criatividade social, inventando novas dimensões sempre que a comparação os deixar em situação de inferioridade.

Hinkle e Brown (1990) lembram que é necessário ter em conta que há realidades objectivas, constrangimentos estruturais, que levam à desvalorização do grupo de afiliação, e que a consciência desses limites permite que a construção da identidade social não seja posta em causa.

CAPÍTULO III

DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA ÀS ESTRATÉGIAS IDENTITÁRIAS

I. O Conceito de Estratégia

O conceito de estratégia (termo do vocabulário militar) entra nas ciências sociais, a partir das doutrinas económicas utilitaristas (fins do séc.XIX, início do séc.XX), através da Teoria dos Jogos. Von Neumann (matemático) e Morgenstern (economista) procuraram dar à análise de situações de interacção uma configuração matemática através de teoremas. Os psico-sociólogos, que se basearam nesta teoria, construíram definições "rigorosas" de situações de conflito, determinando estratégias optimais que um indivíduo, perante as contingências da vida, deverá empreender, se for racional, ou seja, antecipando situações, calculando os resultados das possíveis acções, optando pela direcção que lhe garantirá maior lucro.

Esta abordagem prevê três tipos de situações conflituais com base em critérios de convergência (ou divergência) das preferências dos parceiros deste jogo de ganhar ou perder que é, neste quadro, a situação de conflito. O modelo de **jogos de soma nula**, enquadra o grau de convergência nula, no qual as preferências dos contentores são totalmente opostas; o segundo tipo é o da **convergência total**, em que a questão do conflito e da negociação não se põe, e no qual se trata de organizar e coordenar racionalmente os meios para atingir fins comuns. Em terceiro lugar, o tipo de **jogos de soma não nula**, com convergências e divergências simultâneas, supondo que o que é perdido por um não é forçosamente ganho pelo outro. As opções em função do maior lucro são tomadas individualmente, sem que se tenha em conta uma comunicação inter-pessoal. O conflito é latente e pode evitar-se a sua emergência. É o modelo típico das situações de negociação.

A noção de racionalidade defendida pressupõe que as situações são fixas e transparentes. Ou seja, "os dados estão lançados", cada um dos parceiros tem a totalidade da informação sobre o que se joga, estando portanto apto a listar as suas opções e a ordená-las em função das suas preferências. Segue-se um processo de avaliação probabilística cruzando as preferências e as possibilidades de realização. Matematicamente, prova-se que a preferência que tem maiores probabilidades de se realizar é a de maior utilidade, mesmo que não seja a preferência absoluta.

O uso do conceito de estratégia aplicado à psicologia e à sociologia é, portanto, recente. Encontramo-lo no quadro do tratamento de fenómenos relacionais quer digam respeito às relações familiares, económicas, de poder, quer no que diz respeito às escolhas que cada indivíduo faz nas suas relações com o meio. Permite uma maior flexibilidade, ultrapassando a dicotomia estruturalista entre estrutura e agência (Giddens, 1987). No entanto, levanta alguns problemas quanto ao seu conteúdo específico, na medida em que, tendo em conta a sua origem e algumas premissas da Teoria dos Jogos, deveria apenas usar-se no tratamento de acções conscientes, racionais, articuladas com situações previsíveis a longo prazo. No entanto, as relações entre estratégias e agência e entre estratégias e racionalidade não são claras, exigindo abordagens que não se fiquem pela exterioridade das situações.

Goffman (1973), que inspira muitos autores, embora trabalhe com base na analogia entre as interacções estratégicas e o jogo, considera que as analogias têm limites e que não se aplicam com igual adequação em todos os âmbitos.

A exigência da racionalidade parece pôr em causa a utilização do conceito de estratégia no que diz respeito a acções espontâneas ou que

parecem impensadas. A racionalidade de um acto pode não ser óbvia, mas sim escondida.

Plon (1972) põe em relevo os dois principais paradoxos dos psico-sociólogos defensores da Teoria dos jogos : em primeiro lugar, ao estudarem interacções conflituais, analisando-as como se fossem imutáveis, implicam variáveis exteriores a essas interacções; em segundo lugar, a analogia com o jogo deixa perder a sua característica mais interessante, a de que existem, determinando as condutas e os resultados, factores internos à interacção, processos simbólicos em presença, como as representações de cada um dos parceiros relativamente ao outro. Os elementos objectivos de cada situação distinguem-se da significação que os sujeitos lhes dão e nesta entram em jogo a auto-estima de cada um dos indivíduos, a sua aptidão para tomar decisões, as representações que tem sobre as identidades dos parceiros, e relativamente às mudanças da situação... Ou seja, não se podem analisar as situações de interacção apenas seguindo o modelo de exterioridade proposto pela Teoria dos Jogos. É necessário ter em conta a interioridade das interacções, remetendo-nos para o campo da intersubjectividade.

Por outro lado, a focagem nas acções impede muitas vezes de dar conta dos constrangimentos estruturais, tanto mais que as situações são dinâmicas. (Crow G., 1989). A opção por uma estratégia é, muitas vezes, submetida, não aos interesses do indivíduo, mas aos constrangimentos estruturais. Mas para além destes, segundo Morgan (1989), há que ter em conta os recursos na análise de situações históricas e sociais. Os recursos são a base do poder, e sem recursos não há estratégias.

1. Estratégias e finalidades identitárias

Para Kastersztein (1990) não são apenas as conjunturas que determinam as estratégias dos indivíduos, mas também as suas finalidades identitárias, muito embora estas dependam e se diversifiquem em função das finalidades e estratégias daqueles com quem interagem.

A primeira finalidade, e a mais geral, é a necessidade de ser reconhecido como pessoa com uma determinada pertença e lugar específico no sistema social. Em seguida, Kastersztein refere finalidades intermediárias, orientadas para a procura de semelhança, de diferenciação e singularização.

As finalidades orientadas para a procura de semelhança são aquelas que mais convêm ao sistema social dominante, ao qual o indivíduo (ou grupo) tenta provar a sua pertença ou empenhamento em integrar-se. Em função da história, características de cada indivíduo e das condições de integração podem exprimir-se pela conformização, submetendo-se à pressão social, pelo anonimato ou ainda pela assimilação.

Na conformização, quanto mais o indivíduo (ou grupo) se julgar (e for julgado) distante do padrão do grupo dominante, mais procurará ajustar a este os seus comportamentos, atitudes, valores e motivações. Estes ajustamentos podem entrar em contradição com sentimentos mais profundos provocando confusão e crise. Algumas respostas integrativas podem situar-se nos "espaços culturais múltiplos" descritos por Pagé.

No anonimato o indivíduo (ou grupo) procura "fazer-se esquecer", sem que a sua integração seja efectiva; a preocupação é manter a aparência de tal forma que o "anonimato" lhe garanta uma certa segurança.

Na assimilação há uma procura efectiva de semelhança, tendendo a apagar os traços históricos e culturais que marcavam a diferença, e uma interiorização dos valores e normas do quadro social dominante. Certos indivíduos conseguem, assim, evitar ou reduzir a discriminação de que são alvo, embora a contrapartida seja, frequentemente, de um isolamento relativamente ao seu grupo de pertença, que se sente traído.

As finalidades orientadas para a diferenciação e singularização são aquelas em que o indivíduo (ou grupo) procura assumir-se e fazer-se reconhecer como diferente do outro, tendo em conta um sentimento de apagamento, de ausência de originalidade, de redução da sua identidade pessoal. Estas finalidades exprimem-se pela diferenciação, em que se dá relevo ao que é particular e específico do indivíduo (ou do grupo); a visibilidade social, fazendo reconhecer o seu valor pela aceitação subjectiva e objectiva da sua diferença; a singularização, através da valorização de si próprio, a par de uma reduzida influência do seu próprio meio. Esta última finalidade raramente é confirmada pelo sistema social, a menos que se trate de artistas ou de pessoas de estatuto social muito elevado.

Como se verá em seguida, as finalidades orientadas para a similarização e as orientadas para a diferenciação parecem ter sempre, nesta perspectiva, uma articulação profunda, na medida em que procurar assemelhar-se a outro grupo é também diferenciar-se do próprio grupo de origem e, quanto mais se assume a diferença relativamente ao grupo exterior, mais os particularismos do grupo próprio são postos em relevo. No entanto, este grupo próprio pode não se identificar totalmente com o grupo de origem, como sugere Kastersztejn (1990) ao referir o exemplo de jovens imigrantes, vivendo em França, que assumem uma dupla estratégia de diferenciação, relativamente aos membros da sua cultura de

origem e relativamente aos grupos da cultura dominante, para se identificarem aos grupos de jovens.

Apoiando-se na definição de Lemaine (1974), que considera a diferenciação social como *"um conjunto de fenómenos pelos quais as pessoas se deslocam para novas condutas, novos espaços de vida; inventam novas dimensões de juízos e de avaliação relativos aos modos de fazer e estar com o outro"*²⁸, Kastersztein (1986) refere os motores de carácter psico-social que conduzem as pessoas a esta procura: a necessidade de manter um valor diferencial positivo na sua comparação com grupos significativos, a competição, especialmente nas sociedades modernas, a saturação levando à necessidade de criação de espaços novos, a visibilidade social e o pôr em causa da identidade pelo sentimento de perda de singularidade.

A diferenciação social pode surgir em condições de semelhança e de diferença.

Em condições de semelhança a diferenciação configura:

- um percurso de aproximação no sentido de um grupo com o qual existe identificação, reforçando esta com outros aspectos valorizados positivamente;
- um percurso de afastamento no sentido de evitar aspectos de semelhança desvalorizados;
- uma fuga a uma semelhança excessiva, que ponha em risco a identidade.

²⁸ citado por Kastersztein, 1986, p.507.

- Em condições de **diferença** a diferenciação configura:
- um percurso de discriminação e de uma rigidificação das suas concepções por parte de um grupo dominante, cuja superioridade, relativamente a grupos exteriores, é posta em causa;
 - uma conformização, por parte de grupos subordinados, à desvalorização atribuída pelo grupo dominante ;
 - uma fuga à desvalorização evitando a comparação com grupos considerados superiores;
 - um percurso de superação das barreiras que separam um grupo de outro mais valorizado socialmente;
 - estratégias de compensação intra-psíquica desenvolvendo capacidades relacionadas com os aspectos desvalorizados; como existe dificuldade em fazer aceitar socialmente as estratégias de compensação, o percurso pode configurar a procura de novas dimensões ou critérios de comparação;
 - uma "inversão do estigma", assumindo características desvalorizadas como valorizadoras, ou seja, a passagem de uma "identidade estigma" a uma "identidade emblema"..
 - um percurso no sentido da impossibilidade de comparação pela articulação próxima de características desvalorizadas com outras valorizadas.

Tal como Hinkle e Brown, Kastersztein põe em relevo a influência dos afectos e a implicação psicológica e sociológica nas relações produtoras de diferenciação social. Esta passa por um processo de **construção** que exige um tempo de maturação, e a sua manutenção requer, não só uma consolidação, mas também uma definição de fronteiras que delimitem a diferença, permitindo assim o confronto com o

outro. Este confronto tem como finalidade o fazer-se reconhecer como "*um dos possíveis no campo social*" (Kastersztein, 1986., p.512) o que depende da pertinência do seu comportamento e da imagem positiva que puder fornecer ao outro. Trata-se de uma fase de afirmação que, como a anterior, é essencialmente "*defensiva*". Os fenómenos de influência social directa e indirecta são aqui significativos na medida em que servem de reforço quantitativo e qualitativo à afirmação do grupo. Finalmente, Kastersztein aponta, nas sociedades ocidentais, uma fase "*ofensiva*" cujas características competitivas, conduzem os grupos a uma luta pela dominação.

As finalidades, descritas por Kastersztein, permitem-nos abordar o conceito de estratégia identitária, tendo em conta um certo consenso entre disciplinas e domínios diversos. Neste consenso possível, defendido por certos autores (ver Camilleri e outros, 1990), assume-se uma perspectiva dinâmica e uma análise interaccional, considerando a identidade na sua multidimensionalidade e na conjugação de uma dialéctica entre a permanência e o processo evolutivo. Assim, Lipiansky, Taboada-Leonetti e Vasquez (1990), entendem as estratégias identitárias como "*procedimentos postos em prática (de forma consciente ou inconsciente) por um actor (individual ou colectivo) para atingir uma ou várias finalidades (definidas explicitamente ou situando-se ao nível do inconsciente), procedimentos esses elaborados em função das diferentes determinações (socio-históricas, culturais, psicológicas) desta situação.*" (p. 24).

Como veremos, alguns darão maior peso às determinações individuais, enquanto outros porão em relevo as determinações sociais, sem que no entanto seja esquecida a complementaridade entre estes aspectos.

Trabalhos de uma orientação mais psicológica ou psicanalítica (Camilleri, Malewska-Peyre) preferem uma abordagem das estratégias identitárias tendo em conta a função integradora da identidade, ou função ontológica, no seu aspecto de síntese, ou seja, estratégias condicionadas pelas características idiossincrásicas dos indivíduos, as suas variações pessoais e intersubjectivas, na sua procura de permanência e unidade.

Trabalhos de uma orientação mais situacional (Taboada-Leonetti, Kastersztejn) preferem uma abordagem das estratégias identitárias tendo em conta a função adaptativa da identidade, ou função pragmática, no seu aspecto sincrético, ou seja, estratégias condicionadas pelas necessidades de adaptação dos indivíduos às situações relacionais.

Segundo Taboada-Leonetti (1990), as estratégias identitárias compreendem três elementos : indivíduos e/ou grupos que são os actores, sujeitos das estratégias; a situação em que estão implicados e os seus efeitos dinâmicos; as finalidades definidas pelos próprios actores. Estes elaboram individual e colectivamente, no seu quotidiano, estratégias que dependem dos seus recursos, da variação das situações e das suas finalidades.

As situações supõem interacções entre dois ou mais actores sociais, que se exprimem a partir de diferentes níveis, por vezes contraditórios, como o das representações, das relações inter-pessoais e das relações entre grupos. Embora as representações possam ser identificadas, especialmente a partir do discurso dos actores; as relações inter-pessoais são as mais evidentes e são socialmente condicionadas. Com efeito, "as significações são elementos das situações" (Berger G., 1992, p. 34). Estas devem ser apreendidas na sua complexidade pois, num espaço e num tempo significantes, representam a conjugação das diferentes

significações investidas pelos actores em presença e em interacção contextualizada.

Quanto às **finalidades**, propondo uma classificação semelhante à de Kastersztejn, Leonetti fá-las depender do nível de consciência dos sujeitos. Refere a procura de visibilidade, a assimilação e a diferenciação, a *valorização* (ou a revalorização), pela qual (como sublinhámos a propósito da Teoria da Identidade Social e da Teoria da Comparação Social) os indivíduos e os grupos procuram avaliar-se positivamente e valorizar-se, tendo tanto mais relevo quanto mais os grupos se encontram em situação de subordinados relativamente a outros grupos dominantes. Outras finalidades apontadas por Leonetti são a *temporalidade*, pela qual a realidade presente dos grupos se constrói numa intrincada relação entre o passado e a projecção do futuro; os *interesses sociais*, configurados, por vezes, por interesses económicos e políticos, e levando, frequentemente, os grupos minoritários à instrumentalização da etnicidade; os *benefícios psicológicos*, que permitem aos grupos, tal como aos indivíduos, afirmar-se, ultrapassando as frustrações, desviando os sentimentos de culpa, etc., mas com o risco de optarem por posições que os enfraquecem.

2. Imigração e Estratégias identitárias

Pela própria especificidade do nossa problemática, centrar-nos-emos apenas em abordagens das estratégias identitárias que tenham por referência o confronto entre culturas, com especial relevo para a imigração, que é uma situação claramente susceptível de múltiplos conflitos, tanto intrapsíquicos como sociais.

São condições específicas em que o próprio acto de emigrar faz parte de uma estratégia, em que as situações encontradas, na maior parte das vezes, não correspondem às previsões. Daí que cada indivíduo seja forçado a gizar constantemente novas estratégias identitárias, que lhe permitam reconhecer-se e fazer-se reconhecer como pessoa, com uma história própria, ou seja, mantendo-se a ligação com apostas anteriores mas sem deixar de dar resposta a novos desafios. Mudando as situações e o contexto, muitas das referências aparecem como inadequadas aos novos papéis sociais, ao mesmo tempo que a realidade presente não condiz com os projectos e perspectivas anteriores. O país de destino nem sempre é, de facto, um país de "acolhimento", embora seja esse o termo genérico que lhe é aplicado. Para além de representar um conjunto de mudanças rápidas, a imigração confronta os indivíduos e grupos com processos de categorização em que identidades minoritárias lhes são prescritas pelo grupo social maioritário da sociedade de destino.

A abordagem da diferença tem aqui especial relevo. Frequentemente esta enferma de erros que relevam, segundo Camilleri (1991), de dois grandes aspectos, ou seja, a ausência de tomada em consideração da diferença ou a sua tomada em consideração de forma defeituosa:

A - "*A ausência de tomada em consideração da diferença*" é própria de uma atitude etnocêntrica, mas também de uma ignorância sobre os códigos culturais com os quais se entra em contacto, ou então, apesar de um conhecimento abstracto destes códigos, exprime um desconhecimento da especificidade da ligação ao seu campo pelo estrangeiro :

- "*A ignorância dos códigos culturais*", que diz respeito ao desconhecimento das representações e valores que orientam as acções do estrangeiro, tal como este ignora as representações e valores dos membros da sociedade de acolhimento.
- "*A ignorância do campo de referência do estrangeiro*", que não diz respeito especificamente aos "conteúdos", mas às estruturas de significação subjacentes à leitura desses conteúdos e, de um modo geral, à organização das formas de vida. O campo simbólico sendo diferente, supõe causalidades diferentes, visões sacralizadas de objectos não coincidentes²⁹, dando-se importância a questões que, para outros, são meros pormenores (o que, aliás, também acontece entre sujeitos da mesma cultura, mas esta é uma situação de mais fácil clarificação, graças a outros elementos comuns.)

Também o campo social se define de formas diferentes, embora o imigrante procure, quase sempre, submeter-se, pelo menos na aparência, aos modelos da sociedade em que vive. Camilleri dá, como exemplo, o modelo de família conjugal ocidental (pais e filhos solteiros) e o modelo de família alargada de muitos imigrantes, que, sujeitando-se ao primeiro, até por causa dos limites de alojamento urbano e pelas separações a que a imigração os obrigou, sempre que se torna necessário tomar uma decisão importante recorrem ao grupo familiar alargado (ascendentes e colaterais), que é objectivamente para eles a família.³⁰

²⁹ Camilleri dá relevo à forma como muito imigrantes privilegiam a causalidade teológica e têm assim uma visão sacralizada das coisas. De facto, a causalidade teológica não está ausente das formas de estar dos membros dos países de acolhimento. E o autor de Papalagui perguntar-lhe-ia, certamente, porque é que os europeus sacralizam o dinheiro (entre outras coisas).

³⁰ Veremos mais adiante como a própria Lei de legalização dos imigrantes nos países europeus, nomeadamente em Portugal, restringe a concepção de família.

O que acontece é que *"a ignorância do autóctone (...) não equivale a um "vazio". De facto, quando ele não sabe como o estrangeiro ordena o seu meio, ou não se preocupa com isso (...) substitui pelo seu próprio campo de referência o dele"* (Camilleri, 1991, p.366). Daí que o imigrante seja integrado numa tipologia simbólica, socio-económica e política que é o campo de referência do autóctone. Daí interpretações erradas, identificando o imigrante com a classe social mais desfavorecida, considerando-o "alienado" por não participar em lutas sindicais, ou seja *"evacuam nos factos o seu relativismo cultural de princípio"*.

- *"A ignorância da forma específica do estrangeiro se ligar ao seu campo"*, pois enquanto o autóctone tem a possibilidade de maior autonomia (e em países de maior desenvolvimento económico existe mesmo um reforço do individualismo), o estrangeiro vive mais dependente do seu campo social e relacional, quer, como diz Camilleri, por características culturais, existindo uma maior diluição do sujeito no seu grupo (o que, evidentemente, não acontece com todos os imigrantes, mas áqueles que se mantêm sob uma maior influência da tradição), quer por necessidade de defesa, na sua situação de estrangeiro para quem a comunidade que o precedeu é recurso e da qual se aproxima, muitas vezes mais do que no seu próprio país de origem.

B - *"A tomada em consideração defeituosa da diferença"*, ou seja, a atitude daqueles que, procurando conscientemente ter em conta a diferença, o fazem de forma errada, quer pelo sentido qualitativo atribuído à diferença, quer pela projecção de um conteúdo ilegítimo na diferença :

- Pelo "*sentido qualitativo atribuído à diferença*", na medida em que esta é sempre expressa numa dimensão que compreende o binómio inclusão/exclusão. A pertença a um mesmo grupo pressupõe semelhança, enquanto a diferença exclui. Mas a diversidade das afiliações numa mesma sociedade permite que, como já vimos, particularmente em Zavalloni (1980), a semelhança nunca seja total, de tal forma que num mesmo grupo, o Nós pode transformar-se em Eles, Outros diferentes, pertencentes, noutras situações, a outros sub-grupos. "*Situar o estrangeiro na diferença-exclusão é pôr nele a totalidade da dissemelhança, por oposição ao autóctone que monopolizaria a totalidade da semelhança. Mas então fabrica-se um estrangeiro abstracto, face a um nacional que também o é.*" (Camilleri, 1991, p.370).

Efectivamente, entre um estrangeiro e um nacional pode haver, em determinadas situações, mais semelhança do que entre nacionais, o que não impede que cada um tenha objectiva e subjectivamente referências diferentes.

- Pela "*projecção de um conteúdo ilegítimo na diferença*", porque existe a tendência de categorizar os imigrantes em retratos-tipo, que poderão corresponder ao seu grupo cultural em geral, mas negando os particularismos de cada indivíduo.³¹ "*Cada cultura deve ser considerada como um "horizonte" (...) à volta do qual os sujeitos concretos efectuam variações (...)*" (idem, p. 373).

Na realidade, as categorizações e os estereótipos multiplicam-se, interligam-se e confirmam-se mutuamente, abrangendo uma grande

³¹ Questão que nos reenvia para as reflexões de Devereux, atrás referidas, sobre a *personalidade modal*.

parte, se não a totalidade dos domínios da vida, desde o estatuto profissional, o género, a instrução, a religião às convicções ideológicas.

Perante estas situações, o imigrante, cujas formas de estar são também filtradas pelas suas próprias categorizações, por etnotipos construídos ao longo da sua história, mobiliza da sua identidade aspectos que julga adequados à manutenção de um sentimento de identidade positiva, que depende em grande parte de ser aceite. No entanto, as suas estratégias não são sempre no sentido da adaptação às categorizações do outro, tanto mais que estas procuram, frequentemente, conformá-lo com uma visão de si negativa.

O imigrante é assim introduzido numa situação marcada pela desigualdade social, vendo limitada, como sugere Camilleri, a sua capacidade de definição da sua própria identidade. Ele poderá aceitar, rejeitar ou então negociar a identidade atribuída através de estratégias podendo exprimir-se nos domínios cultural, institucional e político.

Dependendo das perspectivas são diversas as tipologias de estratégias identitárias, mas para além do seu interesse hermenêutico, elas não podem ser objecto de leituras simplificadoras. Estratégias individuais integram-se em estratégias colectivas, dependem das relações de poder estabelecidas, dos recursos do grupo minoritário, da sua memória, das situações e contextos em que se desenvolvem. Cada actor social emprega diversas estratégias em função das suas características pessoais, da sua análise da situação, da maior ou menor consciência das relações sociais em que se move.

Em situações de conflito cultural, segundo Camilleri (1989), as estratégias orientam-se quer para o seu **evitamento**, quer para a sua **moderação**.

O evitamento passa por estratégias de coerência simples e de coerência complexa. Camilleri divide as estratégias de coerência simples em função de duas dimensões : ontológica e pragmática.

- A sobrevalorização da dimensão ontológica levaria os indivíduos e grupos a procurarem manter um máximo de unidade identitária, preservando os seus códigos tradicionais e ignorando as contradições presentes na situação. Tal é possível nos espaços privados, como a família e comunidade, embora as incursões das normas e valores do grupo maioritário não sejam raras.
- A sobrevalorização da dimensão pragmática permitiria comportamentos e atitudes variáveis em função das conveniências de adaptação ao meio.

No primeiro caso, os indivíduos opôr-se-ão fortemente a outros próximos que cedam perante a premência das exigências do meio, considerando-os como traidores. É o que acontece, frequentemente, com uma geração de imigrantes ligada à sua cultura de origem de uma forma estática e recusando-se a aceitar as mudanças originadas nos seus próprios filhos pela aculturação exercida pela sociedade em que crescem. Assim, embora os conflitos com o meio social mais global sejam evitados, eles não deixam de estar presentes e, por vezes, com maior sofrimento, nas relações mais próximas.

No segundo caso, as estratégias de evitamento são possíveis apenas em situações em que os actores sociais não se sintam profundamente implicados, pois as atitudes contraditórias podem levar a conflitos intrapsíquicos de difícil resolução.

Quanto às estratégias de coerência complexa, elas pressupõem um esforço para garantir uma adaptação ao novo meio e ao tempo presente,

procurando articular as significações e valores da cultura de origem com as da cultura da sociedade de acolhimento. Este tipo de articulação pode ser, segundo Camilleri, "não lógico", na medida em que é construído subjectivamente em função de uma *"manipulação egocêntrica dos códigos"*, retirando-se de cada um os valores que mais benefícios trazem ao sujeito. É a opção daqueles que procuram conservar os direitos que lhes garante a sua cultura de origem, acumulando-os com os novos direitos (facilidades) atribuídos pelos valores da sociedade em que se encontram. É também a opção de ter em conta determinados valores "modernos" para uma parte dos elementos do grupo, mantendo os outros sob os valores tradicionais. Camilleri considera que uma certa contravenção aos códigos ancestrais provoca uma espécie de *"hesitação fundamental"*, que exige, em contrapartida, que haja quem assegure a manutenção daqueles códigos. Certas culturas patriarcais dariam, assim, à mulher um papel especializado de *"securização estrutural"* e a sua fidelidade ao património cultural *"seria percebida como a contrapartida, a garantia da inocuidade da mobilidade cultural dos homens"* (p.67), perdendo-se uma parte importante da própria lógica do sistema patriarcal³². Diferentes destas *"construções culturais e identitárias 'sincréticas'"* são as *"formações culturais e identitárias 'sintéticas'"*, em que se faz um esforço de articulação lógica, como as estratégias de *"reapropriação"*, assumindo certos traços considerados estrangeiros como pertencentes à própria cultura ancestral, considerando que teriam sido esquecidos ou ocultos; as estratégias de *"dissociação"*, distinguindo, por exemplo, os antigos valores abandonados, do respeito devido a quem os aplicava, na medida em que a própria evolução dos tempos e saberes

³² De resto, este fenómeno reflecte-se, ainda, em numerosos exemplos da sociedade portuguesa.

teria permitido demonstrar os erros, sem responsabilizar as pessoas; as estratégias de "*articulação orgânica dos constrangimentos*", procurando uma articulação lógica entre itens contraditórios de forma a constituí-los numa síntese; as estratégias de "*manipulação da ligação entre a representação valor à qual se declara aderir e a sua prática*" (p.69), aceitando determinados valores, mas considerando-os impraticáveis ou procurando destacar a significação de determinados valores da sua aplicação rígida.

As estratégias de moderação dos conflitos de valor, segundo Camilleri, parecem procurar " '*desrealizar*' o mais possível os itens *antitéticos menos suportáveis*" (p.69), quer através de uma hierarquização dos valores contraditórios de tal modo que aqueles que garantem a unidade do grupo não sejam substituídos por novas concepções de vida, quer limitando, em termos de tempo ou de espaço de aplicação, os novos ou antigos valores.

Quaisquer que sejam as estratégias de moderação dos conflitos em situação de aculturação parece existir sempre recurso aos processos de construção do sentimento de identidade com especial relevo para as dimensões da unidade e da continuidade, que permitem manter a identidade através da mudança.

As estratégias descritas por Camilleri são fortemente dependentes das características da personalidade dos indivíduos. Elas variam em função da predominância da dimensão ontológica ou da pragmática, da maior ou menor sensibilidade a sentimentos de culpabilidade, das exigências de coerência, da maior ou menor necessidade de uma síntese intrínseca e da maior ou menor plasticidade e criatividade identitárias de cada sujeito. Taboada-Leonetti (1991), numa perspectiva sociológica,

embora identificando as estratégias identitárias predominantemente individuais situa-as, em termos de expressão colectiva.

Assim, Taboada-Leonetti descreve a interiorização como estratégia individual em que as representações da identidade étnica atribuída são aceites como verdadeiras e legítimas. Este tipo de estratégias, tendo em conta que a identidade étnica atribuída fecha o indivíduo e o grupo num círculo da categorizações que quase sempre não correspondem à definição que o sujeito fez de si e do seu grupo, levanta conflitos intrapsíquicos fortes, que são ainda mais profundos quando os traços atribuídos são desvalorizantes. A identidade interiorizada vai competir com a necessidade de uma imagem de si positiva. O sujeito poderá desolidarizar-se do seu grupo utilizando uma estratégia de assimilação, assente na crença na mobilidade social, utilizando o percurso de identificação ao grupo maioritário. Neste âmbito, surgem ainda estratégias de denegação, também individuais, em que se recusa a atribuição de forma irrealista, com base em traços individuais, idênticos aos do grupo dominante e considerando a discriminação inexistente. Leonetti vê esta estratégia como irrealista, pois as relações de poder não permitem que cada um enuncie os princípios da categorização.

Em situações em que o estigma é sobrevalorizado (*surenchère*), existe um reforço do estigma de tal modo que é assumido e exibido como no caso da "delinquência". São estratégias que supõem uma "incompreensão da natureza social da situação pessoal", que permite uma auto-culpabilização acumulada com um sentimento de incapacidade de mudar.

A tomada de consciência das determinações sociais das situações em que se encontram produz a estratégia de reconversão semântica ("retournement sémantique") em que o estigma se transforma em

emblema ou seja traços desvalorizados pelo grupo dominante são assumidos como traços positivos pelo grupo dominado. Pela consciência dos constrangimentos em jogo e por uma valorização da dimensão pragmática da identidade, certos actores sociais socorrem-se de estratégias de instrumentalização da identidade atribuída, da qual se retiram benefícios secundários, sobretudo no domínio institucional.

Leonetti descreve ainda estratégias de evitamento, como estratégias de contorno (contournement), tornadas possíveis por uma existência de constrangimentos fracos da parte do grupo dominante e de recursos fortes no grupo minoritário, desenvolvendo-se dois espaços paralelos, mutuamente ignorados : um espaço público, em que as estratégias de invisibilidade são regra e - voluntariamente "esquecido" pelo grupo dominante - um espaço privado, em que se exprime a cultura própria.

Numa dimensão entre o cultural e o político, parece situar-se a estratégia de recomposição identitária, pela qual se desenvolve a produção de uma nova identidade colectiva, frequentemente agrupando outros grupos minoritários com semelhanças culturais, que são valorizadas pelo seu aspecto mobilizador e por constituírem uma visibilidade positiva.

Por último, Leonetti refere, situada no domínio político, a acção colectiva, estratégia construída na base de uma dinâmica entre o individual e o colectivo e na consciência de que os conflitos, sendo de carácter social, só poderão resolver-se através de uma mudança da natureza das relações que estão subjacentes aos princípios categorizadores.

3. Estratégias identitárias de Jovens no quadro da imigração

*"O que é que eu terei de perder para ser integrada?
Eu rio como a minha avó... e preferia morrer a deixar de
rir como ela."*

in Erikson, 1976, p.310

O conceito de **juventude** está imbuído de uma certa indefinição. Apesar de recente (Ariès, 1986; Perrot, 1989), tem sofrido, ao longo da história, elaborações sucessivas. Diferentes significações lhe estão ligadas, conforme se trata de abordagens políticas, científicas ou de senso comum (Mauger G., 1989). Só a partir do séc. XX constitui uma categoria à parte, compreendida como actor social e político e, nessa medida, como objecto da intervenção do Estado.

O termo **jovens** tanto designa um indivíduo como um grupo social. Referindo-se a uma idade física, entre a infância e a idade adulta, tem um carácter "universal", mas os seus limites são fluídos e reflectem o contexto socio-histórico que os determina. Os jovens são objecto de representações contraditórias, ora como garante da continuidade de uma dada sociedade, como esperança do futuro, ora como sendo responsáveis por transformações pondo em risco valores e normas estabelecidos. O enquadramento político, social e institucional da juventude surge como uma estratégia cada vez mais defendida por sociedades "desenvolvidas" (Bailleau F., 1989), ciosas de uma mudança na continuidade..

No âmbito do nosso trabalho, articulam-se com o conceito de juventude várias qualificações por referência a grupos de pertença, assumidos ou atribuídos. Estas designações são, também elas,

frequentemente, fruto de indefinição, quer por redução quer por generalização abusiva.

Zerahoui (1992), entre outros, critica a noção de "segunda geração", considerando-a evolucionista por se referir aos filhos dos imigrantes *"sem distinção de nacionalidade, de sexo, de estatutos socio-profissionais, de classes de idade ou de lugares de residência."* (p. 9). De facto, embora esteja muito vulgarizada, não só nos meios de comunicação social como em produções de carácter científico, esta designação diz muito pouco acerca daqueles a quem se refere, permitindo a construção de estereótipos que ignoram histórias e situações completamente diferentes, colando-os a imagens por um lado demasiado abrangentes, em que cabe qualquer jovem filho de imigrante e, por outro lado, demasiado restritivas por passarem sob silêncio a diversidade social e cultural e os percursos distintos que constituem a realidade de cada grupo. A própria experiência de emigrar é alheia a uma grande parte de jovens, já nascidos no país de residência de seus pais, sendo muitos deles binacionais ou tendo pura e simplesmente a nacionalidade determinada pelo local de nascimento, o que faz deles cidadãos de pleno direito.

O uso extensivo da noção de "cultura de origem", encarcerando grupos distintos, de migração recente ou antiga, ignorando mudanças históricas produtoras de uma "cultura actual", reduzindo linearmente as dinâmicas próprias a cada cultura, de que a troca é uma componente importante, é simplificador e estático. Zerahoui distingue "cultura de origem" e "cultura actual" sendo esta resultante dos contactos daquela com outros sistemas culturais e da aquisição de novas normas e valores, através de processos de desculturação e aculturação.

Recentemente, temos assistido a uma maior generalização do uso do termo **migrante** que se usava preferencialmente³³ por referência aos movimentos migratórios dentro de um país, e passou a aplicar-se ao conjunto dos países da Comunidade Europeia. Os cidadãos de cada um dos países que a constituem são agora "cidadãos europeus". Só os nacionais de "países terceiros" são estrangeiros e, neste contexto, só estes são passíveis de ser designados como imigrantes.

Como já referimos também as noções de **integração e inserção** são vulgarmente confundidas. Certos autores preferem o termo **inserção** sempre que se supõe uma mudança não só de quem é introduzido num determinado grupo ou sociedade, mas também desse grupo ou sociedade, que sofre assim uma reestruturação e uma renovação. A **integração** (ver também, neste trabalho, *Espaços culturais em sociedades pluralistas*) supõe, para estes autores, uma acção correctora no elemento introduzido para que possa adaptar-se ao terreno de recepção que se mantém inalterável. Outros autores usam indistintamente qualquer destas designações ou apenas a de integração para qualquer das situações.

Quanto a nós, parece-nos importante esta distinção, tanto mais que muitos estudos abordam as problemáticas de inserção dos imigrantes e dos seus filhos, em função do conceito de integração, centrando-se preferencialmente em problemas sociais como o insucesso escolar, a delinquência, a prostituição, e outros, analisando-os em termos de dificuldades de adaptação e ignorando ou minorizando os contextos em que estes problemas sociais se geram, ou seja, como afirma Leca (1990), constituindo-se como "problemas sociais burocraticamente definidos".

33 Embora esta noção abranja globalmente os grupos que se deslocam de um território para outro, nacional ou estrangeiro.

Tais estudos, reflectindo visões assentes numa causalidade linear, contribuem para uma imagem negativa, mesmo miserabilista das populações-objecto de estudo, ao mesmo tempo que justificam políticas discriminatórias das sociedades de acolhimento, permitindo-lhes a desculpabilização e poupando-as a uma saudável auto-crítica.

Segundo Sayad (1990) a abordagem da imigração como um "problema social" submete-se a um determinismo imbuído de diversos discursos (institucional, administrativo, político, científico). Para ele a questão é complexa na medida em que *"se trata de um objecto socialmente dominado e talvez o mais dominado dos objectos, porque é dominado politicamente; mais do que isso, é negado politicamente (...)"*, o que conduz ao *"flutuamento entre o ser e o não-ser que caracteriza o imigrante"* (p.7), pois esta negação conduz a uma "mudez" política.

Noiriel (1989) contesta as abordagens "substancialistas" da imigração que permitem, por muito bem intencionadas que sejam, a discriminação de grupos em função das suas origens, levando à sua estigmatização, sem sequer resolverem os problemas que dizem respeito às suas categorias sociais e às relações sociais em que são inseridos pela situação de imigração. Paradoxalmente, a visibilidade dos "jovens de origem imigrante" deve-se hoje (em França) mais aos múltiplos olhares, movidos pela "ajuda social" que, ao analisarem e diagnosticarem problemas, designaram como "geração problema" aqueles que, em outras fases da história, se teriam integrado na indiferença, como os italianos, os polacos, etc. Simultaneamente ignoram-se os problemas específicos devidos à mudança de universo social e cultural, situando as questões apenas em termos de classes sociais desfavorecidas (ver Malewska-Peyre, 1991a). A estes olhares objectivantes juntar-se-iam os próprios problemas de crise de desenvolvimento vividos pela sociedade de

acolhimento, que atingem os jovens mesmo antes de eles tomarem disso consciência. " *A crise da juventude é também a crise de uma geração e da solidez ideológica da sua sociedade* " (Erikson, 1976, p.316). Os jovens pertencentes a minorias são linearmente apontados como causa de crise pelo senso comum, que não tendo resposta mais imediata, os transforma em "bodes expiatórios".

Não duvidamos de que, actualmente, "*a investigação científica não tem motivações arbitrárias de puro diletantismo: estudam-se de preferência os problemas a que se reconhece importância primordial, gravidade, óbvio valor acrescentado*" (Trindade, 1993, p. 422). Mas esta implicação necessária exige uma especial atenção na manipulação de conceitos, construídos ou a construir e uma atenta abordagem das questões na sua complexidade.

3.1 Etapas de desenvolvimento da identidade étnica ou diferentes estratégias ?

Erikson (1976) dedica à problemática da identidade étnica um interessante capítulo, sublinhando a importância das realidades históricas que envolvem uma identidade em desenvolvimento e referindo a interiorização de estereótipos da sociedade dominante. As biografias de autores negro-africanos apresentam, segundo Erikson, um predomínio de elementos de identidade negativa. É a referência à inaudibilidade, à invisibilidade, ao anonimato, à gente sem rosto, que a minoria negra representa na sociedade americana. Mas ao mesmo tempo, esta afirmação da negatividade dá forma a uma "identidade atormentada", que afinal seria preferível às águas paradas das identidades pequeno-burguesas. Assumir uma identidade é também superá-la, através da acção. "*quando*

uma pessoa parece "encontrar-se" é também quando se "perde" "em novas tarefas e afiliações": ela transcende a consciência da sua identidade. " (p. 302).

A identidade contém em si positividade e negatividade, ela constroi-se em conflito. Mas estas noções têm que ser questionadas. Para um jovem de uma minoria as suas escolhas não passam simplesmente entre o que é positivo e negativo, que resultam de representações sociais, e têm que ser confrontados com as realidades históricas actuais. O que é positivo para a sociedade dominante pode ser negativo para si e para o seu grupo. Daí que muitas vezes as análises de investigadores neste âmbito corram o risco de fazer uma leitura inadequada dos comportamentos em função da grelha ético-social que a sociedade dominante lhes fornece.

O estudo do desenvolvimento da identidade destes jovens deveria ser contextualizado, situando as suas possibilidades de manter um papel activo, de iniciativa, de escolha essenciais *"como continuidade entre o passado vivo e o futuro previsto"* (Erikson, 1976, p. 310).

Erikson dá-nos assim a ponte entre desenvolvimento da identidade, estratégias identitárias e estratégias sociais. Como veremos, grande parte dos estudos neste âmbito orienta-se a jusante ou a montante, mas raramente se situam em função da articulação que Erikson sugere.

Seguindo mais de perto o esquema dos Estatutos do Desenvolvimento da Identidade, proposto por Marcia (ver Cap I), vários autores elaboraram modelos de desenvolvimento da identidade étnica que Phinney (1989) retoma e confronta com estudos empíricos.

Assim, Phinney (1989) expõe, em síntese, os seguintes momentos :

1. Difusão da Identidade - apresentado como um período com pouca ou mesmo nenhuma exploração da etnicidade própria e uma compreensão pouco clara das saídas. Esta fase caracterizar-se-ia por uma

assimilação dos valores e atitudes da cultura dominante de tal forma que a visão do grupo de pertença seria informada pela representação reenviada pela sociedade dominante. (estádio da conformidade para Atkinson e outros)

2. Identidade Outorgada - momento em que, consoante as experiências de socialização e, portanto, mantendo-se numa base conformista, a etnicidade aparece com alguma clareza em termos de sentimentos positivos ou negativos.

3. Moratória da Identidade - fase em que a exploração surgiria ainda com alguma confusão quanto ao significado da sua própria etnicidade e que, para certos autores corresponderia a uma "inversão" dos valores e representações interiorizados. Neste processo a exploração é fundamental na clarificação das implicações pessoais nos grupos de pertença étnica.

4. Aquisição da Identidade - último período durante o qual a exploração seria acompanhada por uma clara e segura compreensão e aceitação da sua própria etnicidade. Considera-se que os indivíduos desenvolvem sentimentos de auto-confiança e a identidade étnica é adquirida ultrapassando positivamente a emotividade e conflitos anteriores.

Phinney (1989) procura aplicar este modelo a 91 jovens, entre 15 e 17 anos, de diferentes grupos étnicos (hispânicos, asiáticos, negros), nascidos na América, comparando-os entre si e com Americanos "brancos". Tenta determinar a relação entre a identidade étnica, a identidade pessoal e o seu ajustamento à sociedade.

Com base nos resultados obtidos Phinney conclui, relativamente aos jovens pertencentes a "minorias", pela possível existência de um único estágio antes da moratória, dada a dificuldade em distinguir respostas a

situar na fase de Difusão ou na fase de Identidade Outorgada. Apenas um quinto dos sujeitos situados neste primeiro estágio evidenciavam uma interiorização de imagens negativas relativamente aos seus grupos de pertença. Um quarto dos sujeitos, com respostas mostrando um aumento da consciência da necessidade de conhecer e assumir a sua identidade étnica, poderiam situar-se no estágio da Moratória. Phinney realça que não parece que este se tenha iniciado através de um choque ou encontro cultural sentido como uma experiência dramática, como sugerem alguns autores. Os dados obtidos relativamente a um outro quarto de sujeitos apontam para a aquisição da Identidade étnica, revelando um sentimento de auto-confiança na sua qualidade de membros de minorias étnicas.

Os jovens da cultura dominante, para além de se considerarem americanos, não mostram consciência de que numa sociedade pluralista como a americana a exploração da etnicidade pode ser ou tornar-se numa necessidade, o que, para Phinney, pode ler-se como uma posição etnocêntrica.

Phinney encontrou uma relação significativa entre o estágio da identidade étnica e a medida global da realização da identidade do ego. No domínio do seu ajustamento os jovens que se encontravam no estágio da aquisição da identidade étnica, nos questionários relativos à auto-avaliação, ao sentido da maestria, às interações sociais e com pares e às relações familiares, atingiram pontuações mais altas do que aqueles que se encontravam no primeiro estágio.

Dentro do mesmo programa de pesquisa Phinney e Alipuria (1991) alargam este estudo a 196 jovens (entre 17 e 23 anos), com as mesmas categorias de origem, partindo das seguintes hipóteses:

- a procura e o empenhamento na identidade étnica seriam maiores entre os grupos minoritários do que na amostra de estudantes brancos;

- a etnicidade seria percebida como um domínio da identidade tão ou mais importante do que outros domínios estudados (ocupação, política, religião, papéis sexuais), especialmente entre os sujeitos de grupos minoritários;

- a procura e o compromisso relativamente à identidade étnica estariam relacionados com a auto-estima.

Neste estudo, os resultados apontaram para a importância do domínio da etnicidade para todos os sujeitos, embora com maior peso para os membros de grupos minoritários. A ocupação e os papéis sexuais eram tão importantes para brancos como para as minorias, mas, para estas, a política tinha menos peso que a etnicidade que estava acima ou próxima do domínio religioso.

Assim, estes autores confirmam a hipótese de que a etnicidade é, entre os jovens dos grupos minoritários, uma área tão importante para o desenvolvimento da sua identidade, como são as áreas da ocupação e do sexo, para os jovens "brancos da classe média". Um período de exploração para a compreensão da etnicidade é central no desenvolvimento da identidade étnica. Quanto à relação com a auto-estima, os autores confirmam os resultados já obtidos no estudo de 1989. Tanto no primeiro como no segundo estudo as diferenças de género e de "background" não aparecem como significativas.

A sociedade americana, "multicultural" desde os primeiros passos da sua construção, tem uma longa história de discriminação "racial", duramente combatida por movimentos anti-racistas. A ausência de "situações dramáticas de choque cultural" que levassem à tomada de consciência da necessidade de exploração da etnicidade própria, poderia explicar-se pela quotidianidade da consciência das discriminações sociais e culturais que roubaria ao encontro cultural o seu aspecto dramático, a



não ser em momentos de forte conflito. Estas questões tornam-se mais evidentes quando se trata de jovens americanos negros. Parece provável que numa idade em que devem assumir-se tomadas de decisão relativas à carreira e ao futuro, a consciência das relações de poder subjacentes à discriminação "racial" tornem urgente uma definição da etnicidade própria, que se coadune com a necessidade de manter um auto-conceito positivo (como se viu atrás em Tajfel e outros).

Sob uma uma visão sequencial e linear do desenvolvimento da identidade³⁴, a identidade étnica aparece como algo de fixo que se assume numa fase final, remetendo-nos para as críticas acima referidas de Zerahoui (1992) relativamente aos conceitos de "cultura de origem" e "cultura actual". Ou seja, quanto a nós, a própria etnicidade deverá ser fruto das transformações que constituem uma "cultura actual".

De facto, os estudos realizados por Phinney parecem apontar mais para uma constatação de diferentes estratégias identitárias, que poderão ser contraditórias e mesmo paradoxais em função das relações de poder e das situações de discriminação vividas. Assim, o "conformismo" pode não ser entendido como uma fase de desenvolvimento, mas como uma estratégia definida pela consciência das relações de poder; paralelamente, a exploração da etnicidade pode ser feita, em simultâneo, num espaço cultural próprio.

É assim que, muito embora se possa dizer que a mesma problemática é tratada por Lapassade (1983), difícil se torna entender quais os pontos de contacto, pois a perspectiva de abordagem põe em

34 Aliás, como vimos atrás, a própria concepção linear e sequencial dos "estatutos da identidade" é criticada por diversos autores, que em cada fase do desenvolvimento da identidade consideram que diferentes percursos podem ser delineados.

relevo não uma concepção de etnicidade rígida, mas uma construção que se actualiza na vivência conflitual de uma identidade cultural ambígua.

O cenário da análise de Lapassade não é já a sociedade americana, mas a francesa, pondo em jogo migrações mais recentes. Situando a problemática da identidade cultural num contexto ambivalente em que os jovens são de origem magrebina, mas de dupla socialização, pelo seu crescimento e educação na sociedade de residência dos pais, Lapassade põe em relevo a vivência e a consciência de um conflito identitário assumido na sua ambiguidade, que não parece, assim, poder submeter-se ao percurso apontado por Phinney.

O estudo de Lapassade não é extensivo a qualquer grupo de filhos de imigrantes magrebinos, mas centra-se naqueles que dão voz a esta problemática, enquanto minorias activas e contestatárias. Analisando várias formas de expressão pública destes grupos, como a Rádio Beur, o conjunto musical Carte de Séjour, o grupo gai Lahzem, o festival Beur, Lapassade mostra como a questão já não se põe para eles em termos de escolha entre a cultura "tradicional" e a cultura "moderna", entre uma identidade étnica assumida em termos de origem e uma identidade assimilada à cultura do país de residência, mas muito mais como um movimento e uma procura de uma nova identidade que corresponda "à fusão criadora das componentes culturais" em presença.

A exploração da identidade faz-se numa dupla dinâmica,

1 - de reivindicação de uma autonomia relativamente às organizações e movimentos franceses, procurando novas definições políticas, reinventando espaços de actuação próprios e repensando os debates à volta do "terceiro mundo";

- de reivindicação cultural, assumindo uma diferença e uma autonomia relativamente às organizações e movimentos franceses,

investindo na revitalização da cultura de origem dos seus pais, adoptando deliberadamente movimentos culturais como o jazz, blues, reggae, rock, definidos em termos de produto de uma "mestiçagem histórica" numa cultura jovem internacional, mas de raízes assumidamente africanas;

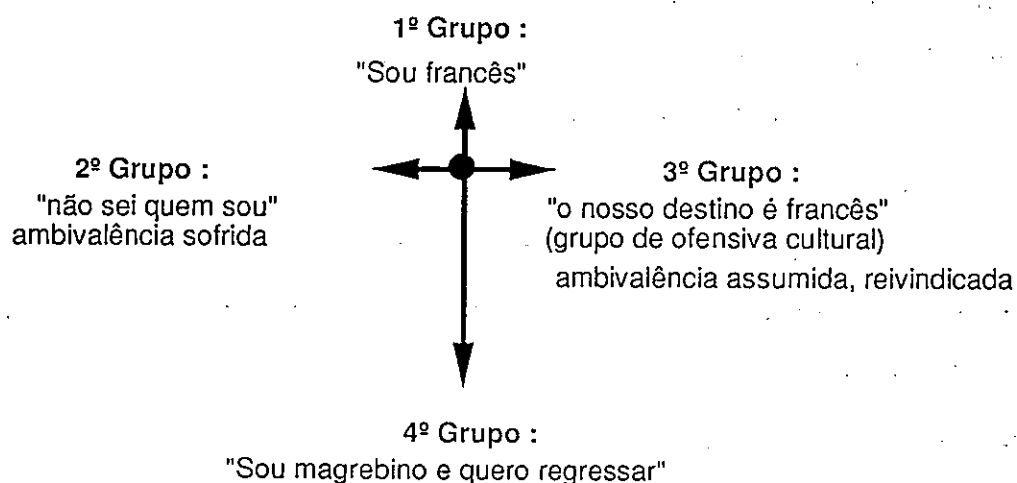
2. - de recusa "de tudo o que nas duas culturas é sentido como fonte de opressão e de marginalização".

Mas esta duplicidade assumida é uma duplicidade que se deseja ultrapassar pela produção de uma simbiose intercultural.

Lapassade situa, em esquema (ver quadro XII), os diferentes sentimentos de identidade expressos pelos jovens filhos de imigrantes. O eixo vertical opõe a posição de **assimilação** - na procura de fusão com a cultura do país de residência (1º grupo: "*sou français*"), que o autor considera ser mais comum entre os jovens universitários - com a posição de **retraimento** relativamente à sociedade de residência e identificação à cultura de origem dos seus pais, (4º grupo: "*sou magrebino e quero regressar*"). O eixo horizontal é o da ambivalência : À esquerda, a **confusão**, a **difusão**, o desconhecimento da identidade própria (2º grupo: "*não sei quem sou*"); à direita, o assumir da necessidade de uma **exploração** e **reinvenção** de uma identidade cultural (3º grupo: "*o nosso destino é français*"). É neste grupo que se situam as minorias activas e reivindicativas que Lapassade descreve.

Concretamente, o que pode acontecer é que o jovem passe por estes diferentes tipos em fases sucessivas ou que os acumule num mesmo tempo. Para Lapassade, os grupos que estudou, defensores de uma cultura *beur*, situam-se provavelmente, não exactamente à direita (3º grupo) do eixo horizontal, mas na sua intersecção com o eixo perpendicular. "*Este ponto de intersecção dos dois eixos, este entroncamento é precisamente o elo ainda enigmático da procura intercultural*" (p.100).

QUADRO XIV : Escolhas Identitárias dos jovens filhos de imigrantes



in Lapassade (1983). p.100

Retomando este esquema, Ollivier (1988) refere-se a três tipos de "estratégias paradoxais" dos imigrantes, ou seja, estratégias caracterizadas por uma duplicidade que, reunindo pares antitéticos, é percebida como compatível:

- o **compromisso** situar-se-ia no ponto de intersecção, referido por Lapassade, marcado pela ambiguidade e pela ambivalência. A reestruturação permanente da identidade do imigrante faz-se em simultâneo com o sentimento de atracção e de ameaça frente à assimilação e numa posição de defesa e recuo;
- a **compartimentação** pela qual duas ou mais estratégias se justapõem mantendo uma aparente independência entre elas. Perante as situações e os espaços de actuação, a sua coexistência é pacífica ou conflitual, em função do equilíbrio entre a necessidade de fazer opções e a recusa de as efectuar;

- o "double bind", caracterizado por sucessivas escolhas contraditórias, a que Ollivier, inspirando-se em Lewis Carrol, chama uma "*estragédia*".

As contradições aparentes ou reais das estratégias dos jovens filhos de imigrantes são também analisadas por Lapeyronnie (1989). Este autor concluiu de um estudo realizado sobre "jovens imigrantes", vivendo em bairros da periferia de Paris, que não havia diferenças significativas nos comportamentos destes jovens relativamente aos jovens franceses "de raiz", habitando nos mesmos bairros, para além de uma recusa em se deixarem manietar no seu campo de acção pelos estereótipos, que os encerravam numa "cultura de origem". Esta, pelo menos em parte, era-lhes desconhecida, entendendo-a como uma "invenção discriminatória", "*destinada a disfarçar uma hostilidade mais profunda e mais vergonhosa*" da parte da sociedade de residência (e, em muitos casos, de nascimento).

Para o autor, as "*dinâmicas autónomas de integração*" dos jovens filhos de imigrantes partem tanto desse sentimento de serem excluídos e estigmatizados como da reivindicação do direito à igualdade. E é através desta que se desenvolve uma insistência nas semelhanças entre jovens franceses e "imigrantes"; pondo em destaque a dimensão social da sua condição de jovens de bairros periféricos. Simultaneamente, numa lógica dificilmente conciliável com esta, defendem a dignificação do imigrante face às discriminações de que são vítimas, combatendo o racismo e a xenofobia.

Lapeyronnie sistematiza as diferentes estratégias de integração dos jovens em quatro grandes grupos :

1. Estratégia de integração pela "privatização" da identidade que se define por uma separação entre o espaço privado, que diz respeito a uma herança cultural, pessoal e privada e aquilo que diz respeito ao espaço cívico. A identidade cultural é "invisível" aos olhos da sociedade de residência. O jovem investe na mobilidade social participando activamente nos espaços cívicos. Pode permitir uma lenta integração e mais tarde uma assimilação, se tiver sucesso nas suas expectativas de mobilidade social. Caso contrário, tenderá a fechar-se no seu grupo étnico. Este primeiro tipo de estratégia reenvia-nos à "concepção dos espaços culturais múltiplos" analisada por Pagé (ver p.) e, como se viu, não é exclusiva dos jovens.
2. Estratégia de integração pela acção local, que se exprime pela organização e participação em associações de bairro, reunindo pessoas do mesmo grupo cultural com a finalidade de criar serviços de inter-ajuda, sem se definirem forçosamente em termos culturais, mas mantendo laços afectivos entre vizinhos e cooperando na mútua integração económica e social. Por vezes os jovens participam em associações organizadas pelos pais, outras vezes têm os seus próprios espaços. A maior ou menor tendência em participar em associações inter-geracionais reflecte formas distintas de se inserir na sociedade de residência.
3. Estratégia de integração pela constituição de um movimento autónomo pela qual os jovens imigrantes se afirmam como actores sociais e políticos autónomos, recusando a exclusão, contestando as instituições e a sociedade francesa em geral.
4. Estratégia de integração pela constituição de um grupo de pressão modernizador, que se exprime pelo investimento dos jovens numa

integração plena, exigindo o "direito à semelhança" e procurando apoiar-se em grupos de pressão. Apela aos valores democráticos que constituem a bandeira da sociedade francesa.

II. O ponto de vista dos próprios sujeitos

Numa abordagem mais centrada no ponto de vista dos próprios sujeitos, existe uma série de trabalhos, a que nos referiremos com maior detalhe, sobre a identidade étnica ou cultural, identidade pessoal e social e ainda as estratégias identitárias dos jovens descendentes de imigrantes.

A abordagem da problemática da identidade de jovens descendentes de imigrantes em França (Vinsonneau, 1985; Malewska-Peyre, 1985, 1991) põe em relevo que muitos destes jovens não só nasceram em França, como não conhecem o país de origem dos seus pais, distinguindo-se destes em várias dimensões, pela sua experiência histórica e cultural diferente. As suas diferenças abrangem a ideologia, projectos de futuro e *"os seus respectivos modelos de existência são na maior parte das vezes violentamente conflituais"* (Vinsonneau 1985, p.). Sendo a sociedade francesa uma sociedade post-industrial (ver a análise feita por Camilleri, 1991), estes jovens socializaram-se através dos valores mais homogêneos das suas famílias e através dos valores da sociedade de residência, de maior heterogeneidade, mais assente nos valores individuais, na competição, etc. *"(...) é uma singularidade dos filhos de migrantes encontrarem modelos de comportamentos muito diferentes e terem que negociar estas diferenças no seu quotidiano.* (Malewska-Peyre, 1985, p.28).

A desvalorização da imagem de si destes jovens é função, em grande parte, não só das situações de desvalorização social legitimadas

política e juridicamente, como das representações sociais construídas, quer com base em imagens miserabilistas e caritativas da imigração quer com base no discurso racista e xenófobo.

Comparativamente aos jovens franceses, os jovens imigrantes ou filhos de imigrantes têm um estatuto jurídico diferente, que lhes confere menos direitos; encontram-se, em grande parte, situados numa camada socio-económica desfavorecida; os "visíveis"³⁵ têm, além disso, que enfrentar com maior frequência a discriminação. Se é verdade que entre pais e filhos há diferenças que dizem respeito, não só às mudanças devidas ao crescimento e às novas responsabilidades que daí advêm, como às mudanças da própria sociedade em geral, estas diferenças são muito mais pronunciadas quando se trata de filhos de migrantes.

São jovens que, frequentemente, se confrontam com obstáculos à sua inserção, presentes na sociedade francesa, ao mesmo tempo que, psicologicamente, para manterem a estima de si, se vêem forçados a manipular códigos culturais, em grande parte discordantes, e as desvalorizações reenviadas pelo meio.

Eles têm assim que definir estratégias identitárias, mais ou menos conscientes, que não são escolhas totalmente livres, pois dependem da sua forma de se situar relativamente às origens, são definidas em função do seu estatuto social, orientadas pelos seus projectos de futuro e pelo espaço, mais ou menos reduzido, que a sociedade prevê para a realização desses projectos.

35 Embora a "visibilidade" seja muito enganadora, dizem-se "visíveis" aqueles que, pelas suas características físicas ou traços culturais "exibidos" (vestuário, por exemplo), são mais facilmente identificados como estrangeiros.

Malewska-Peyre (1991) caracteriza as estratégias utilizadas por jovens filhos de imigrantes perante uma imagem negativa, reenviada pela sociedade de residência, a fim de evitarem a angústia e a desvalorização. É nesta óptica que define identidade negativa como "*sentimento de ser mal considerado pelos outros, de dominar mal o meio, de não poder influenciar as coisas e os seres, de fazer comparações desfavoráveis para si, de ter um conjunto de representações de si predominantemente negativas.*" (Malewska-Peyre, 1991b, p.122)

As estratégias são caracterizadas pela sua **interioridade**, implicando mecanismos psicológicos de defesa, e pela sua **exterioridade**, procurando uma mudança do meio em que se inserem. Pode-se considerar que segundo estas características certos conjuntos de acções e comportamentos serão orientados predominantemente pela interioridade, outros pela exterioridade e que outros ainda se situarão num campo intermédio entre a interioridade e a exterioridade.

Nas estratégias "interiores" a autora inclui

- o recalcamento, estratégia de des-realização, procura a supressão da angústia provocada pela vivência de experiências de racismo e exclusão, tentando apagá-las, ignorá-las ou minimizá-las para evitar o sofrimento;
- a interiorização da imagem negativa, desvalorizada, que implica sentimentos de culpa e submissão, expressos através de condutas de invisibilidade e de aparente identificação aos nacionais conduzindo muitas vezes à assimilação a estes em detrimento da sua própria comunidade; esta estratégia põe em jogo sentimentos

contraditórios muito profundos, pondo em risco a construção da identidade pessoal;

- a agressividade, já num campo intermédio entre as estratégias interiores e as exteriores, na medida em que os indivíduos podem ser auto-agressivos ou hetero-agressivos; a auto-agressividade conduz, como se sabe, a problemas de foro psiquiátrico, ao passo que as reacções agressivas exteriorizadas podem permitir um maior equilíbrio interno, embora provoquem da parte do meio a repressão e a exclusão, e daí, por vezes, uma escalada sem tréguas.

No quadro das estratégias exteriores, que podem ser individuais ou colectivas, usando o critério da atitude face à sua própria diferença, Malewska-Peyre divide as estratégias individuais em três grupos :

- assimilação na procura de uma semelhança física e cultural com os nacionais; as estratégias de assimilação podem ser instrumentais, reduzindo-se a mudanças pouco profundas, exteriores ou chegarem à renúncia à própria identidade, com mudança de nome, de valores e crenças e fuga aos contactos com os familiares e outros próximos (*passing*).
- a revalorização da sua singularidade, em que a própria cultura é assumida e se procura preservar, quer em termos individuais, quer colectivos. Daí o empenhamento em movimentos defendendo a igualdade na diferença, ou seja, o direito às suas especificidades culturais e a uma igualdade de oportunidades na sociedade em que se insere. Neste âmbito, certos movimentos orientam-se para a emergência de novos valores que podem ir no sentido de uma nova cidadania ao quadro mais alargado das trocas entre nações.

As **estratégias intermédias** seriam orientadas pela procura de semelhança com grupos majoritários, sem se deixar de assumir a própria diferença. As diferenças com uma imagem negativa seriam minoradas pelo relevo dado a características comuns como as relativas aos grupos etários, à comunhão de ideologias e crenças, à inserção no mesmo estatuto social, constituindo **estratégias integrativas**. Certos valores supranacionais orientados para o pacifismo, a igualdade de oportunidades, os direitos do homem são partilhados por jovens de diversas culturas, sendo assim elementos para a constituição de uma identidade "jovem".

Malewska-Peyre refere ainda as **estratégias de compensação** utilizadas por jovens que, acumulando a sua situação de imigrantes ou filhos de imigrantes com uma ausência de competências exigidas pela sociedade de acolhimento (profissionais e escolares), procuram evidenciar-se através do desporto ou do mundo do espectáculo, compensando assim, com estas qualidades aceites, a ausência de outras. Ainda como estratégia de compensação é apontada a delinquência que garante uma imagem de si aceite por pequenos grupos, embora marginalizada pela sociedade global.

Malewska-Peyre (1984, 1985) cita estudos que realizou sobre a imagem de si de jovens delinquentes "post-migrantes". Partindo das hipóteses de que (1) a normal crise de identidade por que passam os adolescentes é agravada quando as mensagens enviadas pelo meio social são contraditórias ou incoerentes e de que (2) a imagem de si é ameaçada pela desvalorização quando a maior parte dessas "mensagens" tem um carácter negativo, Malewska-Peyre compara jovens delinquentes que compareceram na justiça por um qualquer delito com jovens que nunca passaram por essa situação. Utiliza indicadores empíricos da imagem de

si, como entrevistas, um teste de trinta e duas frases a completar, o teste "Quem sou eu?" (adaptado por Leonetti-Taboada), lista de adjectivos para escolha de atributos negativos.

Certos autores levantam a questão da existência de diferentes fases na integração dos estrangeiros, que corresponderiam a diferentes estratégias. Seria, assim, necessário fazer uma leitura das estratégias não só em termos das origens ou das idades dos estrangeiros, como também do período em que se encontram da sua estadia. P. Lew- Fai e A. Vasquez (1985) consideram três etapas principais relacionando-as com as estratégias mais prováveis :

1ª seria a fase da chegada e da instalação, caracterizada pelos primeiros embates com a sociedade de acolhimento, de reacções de desorientação, de medo e de recusa que levariam a estratégias de retraimento, de recurso ao apoio da comunidade de origem já instalada, que lhes permitiria uma maior segurança e um maior sentimento de continuidade relativamente à sua cultura;

2ª seria a fase de transculturação, em que, passados os primeiros confrontos, seria possível comparar as normas da sociedade de origem com as da sociedade de residência e optar pelas normas possíveis desta última;

3ª seria a fase de maior distanciação relativamente ao país de origem e ao de acolhimento, permitindo o questionamento de mitos anteriormente construídos.

Este é, de facto, um dos percursos possíveis, mas eles dependem, entre outros condicionalismos, da idade do estrangeiro, das suas

características pessoais, dos seus projectos de vida, das razões que o levaram a migrar, das suas intenções de estabelecimento ou de regresso a curto ou a longo prazo e das condições que encontra na sociedade de destino.

1. A situação específica dos estudantes do ensino superior

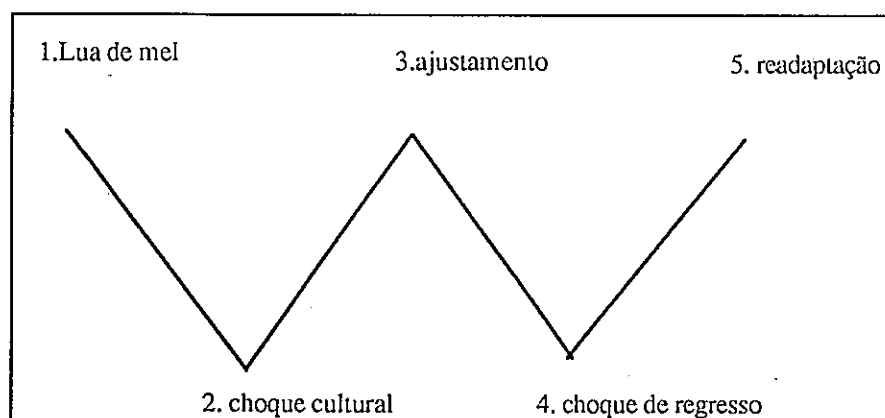
Como vimos, a maior parte dos autores estudando as problemáticas da identidade cultural e das relações entre culturas, particularmente entre uma cultura dominante e diversas culturas minoritárias, é no quadro da imigração, da situação de exílio e das minorias nacionais que realiza as suas pesquisas. Quase sempre, as questões do confronto entre culturas são, nestes casos, atravessadas por problemas económico-sociais. Assim nas estratégias de integração, como nas estratégias identitárias, misturam-se orientações de afirmação ou negação da cultura própria com as exigências de inserção no mundo laboral, tornando-se difícil distinguir percursos identitários de percursos de classe, não só porque identidade social e identidade cultural são aspectos de uma mesma realidade, mas porque esta realidade está fortemente condicionada pelas condições sociais de existência, de sobrevivência. Daí que, frequentemente, problemas sociais apareçam confundidos com problemáticas sociais.

Mais raros são os trabalhos realizados no âmbito de uma população mais circunscrita, pertencente, na maior parte das vezes a uma elite dos países de origem, ou seja, os estudantes universitários que, em grande número, procuram completar a sua formação em países economicamente mais desenvolvidos e que são, simultaneamente, aqueles em que os seus compatriotas procuram trabalho. No entanto, também os estudantes sofrem o embate dos seus valores e costumes com os da sociedade de

acolhimento, tendo que ultrapassar as suas próprias dificuldades na leitura dos códigos culturais diferentes que se lhes apresentam, com os quais vão ser formados e que, de regresso ao seu país de origem, vão constituir, muitas vezes, uma grelha de leitura inoperante que deve voltar a ser reelaborada³⁶.

Oberg (1958) defende que, os estudantes estrangeiros, numa primeira fase vivem uma sensação de encantamento, de "lua de mel" com o novo meio, a que se segue um período de confronto entre valores e costumes, ou seja, de **choque cultural**. (O choque cultural exprime-se por uma incapacidade de leitura dos códigos culturais diferentes, impedindo a previsão correcta dos acontecimentos e das consequências das suas próprias acções). Num terceiro tempo, processa-se o ajustamento gradual à sociedade em que realizam os seus estudos.

QUADRO XV - Fases de inserção



O regresso ao país de origem provoca um novo choque que exige um novo trabalho de readaptação. Poderíamos representar este percurso pelo esquema do quadro XV

36 Na verdade, o regresso ao país não levanta problemas de adaptação apenas aos estudantes. Os trabalhadores passam também por um novo confronto.

Com efeito, este é um dos percursos possíveis. Mas é muito frequente que a insegurança, as dificuldades com a língua, a nostalgia do país de origem e uma incapacidade de acolhimento da parte do país de destino, levem a reacções de choque logo à partida. Estas podem manifestar-se através de angústia, insónia, depressão, retraimento e isolamento.

Como vimos em Camilleri (1991), existe uma dificuldade em entender os novos símbolos constituintes da sociedade de acolhimento, ao mesmo tempo que aqueles que são familiares se tornam inoperantes. Os estudantes estrangeiros passam muitas vezes por períodos de insónia e depressão, assim como perturbações psico-somáticas de maior ou menor gravidade. São frequentes os sentimentos de impotência, de incapacidade de se relacionar, de estudar, o medo de ser enganado pelos outros, passando por vezes por períodos de esgotamento em que o único desejo é regressar ao seu próprio país.

Paralelamente, segundo Oberg, processa-se uma rejeição do país de acolhimento, de crítica constante, de pessimismo; ou então, o indivíduo desenvolve sentimentos de auto-responsabilização pelas dificuldades encontradas, evitando os contactos com os nacionais do país de residência e, posteriormente, com os seus próprios conterrâneos. Nesta situação de retraimento é frequente surgirem "fugas" como o álcool ou a toxicodependência. Certos estudantes superam estas situações por uma assimilação, em maior ou menor grau, à sociedade onde realizam os seus estudos.

Como se vê, reencontramos aqui, em síntese, alguns dos comportamentos e atitudes já referidos relativamente aos imigrantes.

Habimana e Cazabon (1991) referem quatro níveis em que se processa o choque cultural:

- (1) Meio, por exemplo, com reacções relativamente ao tipo de habitação, à maior densidade urbana e ao clima;
- (2) Escolaridade, supondo o confronto com as regras e com a lógica do ensino superior a que é necessário ajustar-se, a incompreensão dos sistemas burocráticos presentes, os problemas com as equivalências, as exigências dos horários, das matérias a estudar (muitas vezes, numa língua que não é a sua), as relações com os professores e com os colegas, etc.;
- (3) Social, que compreende não só os problemas de relação com os professores e colegas, mas também com as pessoas da sociedade em geral, em que se evidenciam as dificuldades da comunicação intercultural, o confronto com estereótipos e com os olhares etnocêntricos de que o estudante estrangeiro é alvo; se as novas relações estão dificultadas, as anteriores estão cortadas, com maior ou menor profundidade, pela distância e pela mudança de estilos de vida;
- (4) Pessoal, incluindo problemas financeiros, não só pela dificuldade inicial em controlar um orçamento próprio enquanto não se interiorizou o valor do dinheiro em curso no país, como pelo atraso das bolsas, a dificuldade de transferência destas, as flutuações dos valores da moeda, levando à redução do seu poder de compra, o aumento do custo de vida, que se reflecte na sobrevivência quotidiana e no material necessário aos estudos, etc.;
- (5) Político, que, à distância, interfere em toda a sua vida, não só pelas suas próprias convicções neste âmbito, mas também porque as guerras e os golpes de estado põem em risco familiares e amigos

e podem alterar a própria situação de bolsheiros, as transferências de dinheiros, os acordos entre o país de residência e país de origem (pondo em causa equivalências, obtenção de documentos, facilidades a vários níveis etc.), e mesmo, as suas relações com os compatriotas, criando climas de desconfiança e conflito (a possibilidade de existência de "informadores" entre os colegas, tensões relativamente às embaixadas, etc.)

Estes diferentes níveis têm impacto uns nos outros, interferem no equilíbrio emocional, na motivação para o estudo, nos projectos de futuro... O risco de isolamento é grande e o sentimento de não poder contar com mais ninguém senão consigo próprio é, muitas vezes, fonte de insegurança e ansiedade.

Habimana e Cazabon referem uma certa semelhança entre os sentimentos provocados pelo choque cultural e o "luto" : há uma perda de estatuto social, de referências culturais e sociais, de intimidade e cumplicidade... Revelar os seus problemas a estranhos não é sentido como desejável, quer por características específicas da própria cultura quer por dificuldades de comunicação.

Como é óbvio, estes problemas não acontecem igualmente a todo o estudante estrangeiro. Eles dependem da distanciação entre as culturas, da ligação mantida com o país de origem como da recepção do país de acolhimento, da maturidade socio-afectiva do estudante (um adolescente terá tendência a acumular a crise da adolescência³⁷ com a crise provocada pelo choque cultural), do conhecimento anterior da cultura do país em que vai realizar os seus estudos, dos apoios que aí encontrar da parte dos seus

37 Embora na crise de adolescência nem todas as características sejam universais, pois elas dependem do meio social em que o adolescente se desenvolveu e das exigências que o tornar-se adulto implica.

conterrâneos, dos contactos anteriores com outras culturas, e das características culturais mais ou menos abertas do seu país de origem em confronto com a maior ou menor abertura do país de acolhimento.

A rede de relações é assim importante para a boa inserção do estudante. Ela pode ser monocultural, centrando-se na relação com os seus conterrâneos, permitindo expressar os seus valores, desenvolver um maior sentimento de segurança dentro do quadro da sua cultura, mantendo a positividade da sua auto-imagem; ou bicultural, alargada aos colegas e professores ou outros parceiros sociais da sociedade de residência, permitindo-lhe uma melhor adaptação, através de um confronto aberto entre as diferenças a par de uma constatação das semelhanças; num país que recebe estudantes estrangeiros de várias origens há também redes multiculturais, assentes na maior semelhança das suas culturas ou das condições.

Partindo da hipótese de que a *"identidade étnica ou nacional se actualiza de forma privilegiada numa situação em que é confrontada com outras identidades"* (1989, p.186), Ladmiral e Lipiansky (1989)³⁸ animaram vários grupos restritos pluri-nacionais de estudantes interessados em relações interculturais, centrados no debate sobre as identidades étnicas ou nacionais. Tratando-se de uma animação não-directiva de grupos, as reflexões permitiram analisar os comportamentos de inter-relação, a verbalização das representações e a simbólica que lhes estava subjacente.

Desta análise concluíram por uma identificação de vários momentos importantes no percurso da comunicação intercultural.

³⁸ Ver também Lipiansky E.-M. (1991, 1992, 1994).

Num primeiro momento, os elementos destes grupos tinham tendência a negar a importância e mesmo a existência de uma identidade nacional. Por um lado, sendo todos estudantes, tinham em comum a sua pertença a uma sub-cultura orientada por uma ideologia universalista e internacionalista, ligando o conceito de identidade nacional a um enclausuramento em determinadas características concebidas em termos de preconceitos e com efeitos discriminatórios. Por outro lado, o medo que as diferenças nacionais levassem a tensões no grupo, que já por si constitui, numa primeira fase uma ameaça palpável para a identidade pessoal.

Num segundo momento, a identidade nacional era reconhecida como característica dos "outros", como uma forma de categorizar e de "domesticar o desconhecido". Processa-se então uma troca de "imagens-feitas" sobre os "outros", sem que cada um destes possa reconhecer-se inteiramente em representações estereotipadas e rígidas que não dão conta da identidade pessoal de cada um.

Só num terceiro momento surge a afirmação da identidade nacional na primeira pessoa, distinguindo-se entre identidades atribuídas, subentendendo avaliações etnocêntricas, com tendência a desvalorizar o outro, o desconhecido, e identidades assumidas, que surgem quase sempre idealizadas, na procura de uma imagem positiva de si e do seu grupo. As reflexões levam à relativização do conceito de identidade nacional pondo em relevo outras identidades, como as regionais, profissionais, de género, de geração, etc.

Ladmiral e Lipiansky (1989) identificaram ainda um último momento em que os participantes dos grupos tendiam a pôr em relevo as relações mais pessoais, tendo em conta que o fechamento numa identidade nacional poderia ser impeditivo da expressão das identidades individuais;

"enquanto no princípio a identidade se apresentava sobretudo como um elo afectivo profundo a qualquer coisa que falta, quando se está no estrangeiro, elo que já não se traduz em representações ou em escolhas ideológicas mas que o indivíduo percebe como uma vinculação íntima a uma comunidade que de certa forma lhe é interior" (p.87).

Numa pesquisa realizada durante os anos 1978-79, em Paris, relativamente ao discurso sobre a identidade cultural de estudantes estrangeiros, Camilleri (1986) trata temas de relevância para o nosso próprio estudo. Partindo de entrevistas a 100 estudantes estrangeiros, escolhidos dentro de uma área cultural abrangendo o Magrebe, a África Negra, as Caraíbas, o Médio Oriente, a América Central e do Sul e distinguindo países anteriormente colonizados pela França dos não colonizados, países francófonos e não francófonos, a idade e o sexo dos estudantes, Camilleri procura identificar a partir do seu discurso sobre a identidade cultural, as suas representações e conflitos à volta desta problemática.

Os temas das entrevistas centraram-se nas noções de "identidade" e "autenticidade" culturais, questionando o momento da tomada de consciência destas realidades, as relações entre identidade e mudança e identidade e desenvolvimento, a forma como entendiam ser possível preservar a sua identidade cultural, o papel da língua nacional nessa preservação, a noção de "colonialismo cultural" e o efeito da estadia em França sobre as ideias que tinham anteriormente construído tanto sobre a cultura ocidental como sobre a sua própria cultura.

Em termos globais o discurso sobre a identidade é, para a maioria dos entrevistados, um discurso "essencialista" ou estático, surgindo como uma "coisa" adquirida, o que, aparentemente, sugere uma maior

necessidade de segurança. A par deste discurso, mas em menor número, aparecem elementos que apontam a identidade como uma construção do próprio sujeito, numa visão optimista, enquanto que outros ainda demonstram hesitação e sentimentos divididos. De notar que os estudantes da África Negra, onde existe uma forte actividade de múltiplos grupos étnicos, referem mais a afiliação a uma cultura Africana do que a esses grupos infra-nacionais.

Os estudantes dividem-se entre aqueles que consideram que tomaram consciência desta problemática através de uma reflexão sobre sua própria experiência de vida e uma maioria que considera que foi o confronto com o outro culturalmente diferente que os fez tomar consciência das suas especificidades. Este confronto aparece, em alguns, como produtor de reacções de defesa contra o racismo e a exclusão.

O direito a uma "igualdade na diferença" investindo numa identidade reivindicativa constroi-se para uns (especialmente nas raparigas) através de factores psicológicos, enquanto outros (em particular os homens, menos jovens, com uma memória viva das lutas pela independência nas antigas colónias) consideram terem sido os factores políticos a incentivar a consciência e construção pessoal da sua identidade cultural.

Na sequência destas diferentes representações a própria identidade aparece, predominantemente, como uma identidade-participação, definida pelo sentimento de afiliação ao grupo de origem, que lhes daria uma maior segurança. Este tipo de identidade pode configurar uma procura de singularização por distinção, pelo confronto com o outro-diferente, ou de singularização por construção, assente num percurso

peçoal, assente em tomadas de decisão individuais perante as diferentes culturas.

Em função da representação do outro e das suas atitudes de maior ou menor rejeição, Camilleri aponta a identidade defesa (outro ameaçador), a identidade polémica (reacção ao outro) que se distingue de discursos em que o outro está praticamente ausente ou não aparece como importante, e as identidades simbólicas, cuja mensagem procura dar existência a si próprio perante o outro, mas também perante si mesmo.

A preservação da identidade, que corresponde, para metade dos estudantes, a uma salvaguarda dos valores tradicionais, exige, para um terço deles, não só uma vivência individualizada dos valores "autênticos", como ainda o recurso a meios económicos e políticos: "não se pode preservar a identidade se se está dominado nos modos e relações de produção". Para a maioria existe uma identidade abstracta que se adquire à partida, ou então uma confusão entre identidade cultural e identidade pessoal. Para outros há que questionar as origens da identidade e a articulação entre a cultura e as estruturas e dinamismo da sociedade.

A língua não aparece como uma problemática consciente na questão da preservação da identidade. As respostas à questão do papel da língua variam em função da história de cada país de origem e da própria origem social dos estudantes. A valorização da língua nacional levanta problemas de difícil resolução. O bilinguismo, aparecendo como resultado da colonização, tem, no entanto, um papel de defesa perante a multiplicidade de dialectos na África Negra, dominação das línguas berberes pelo árabe, etc.

Para uma grande maioria a questão da identidade-mudança é uma questão embaraçosa, contraditória. A mudança tem, nos seus países de

origem, uma significação de imposição estrangeira, a que seria necessário opor uma identidade "imutável", garante de uma maior segurança. Para alguns, a mudança surge como inevitável e mesmo necessária, sendo no entanto essencial que ela seja fruto da própria sociedade de origem. A noção de desenvolvimento, mais ligada a uma imagem de crescimento económico e tecnológico à ocidental, reenviando para os problemas de dominação.

A reacção mais geral, no que respeita à mudança das representações sobre a cultura ocidental tendo em conta a estadia em França, é de desmistificação da imagem normativa que até aí se lhes apresentara. O contacto directo com a cultura francesa e ocidental levou a uma "banalização", permitindo desocultar aspectos negativos : materialismo, individualismo, competição. A cultura ocidental deixa de se apresentar como um bloco, mas surge na sua diversidade e na sua relatividade. O reencontro com pessoas dos seus países, o seu reagrupamento, permite reviver a sua cultura de origem e revalorizá-la.

Numa posição mais elaborada, alguns são capazes de manter uma distância relativamente às suas origens e ao país de residência, apercebendo-se de características positivas e negativas em ambos.

2. A inserção dos estudantes estrangeiros: uma tarefa das universidades hospedeiras

Sendo pessoas que vivem transitoriamente num país estrangeiro, não existe da parte da maior parte dos países uma preocupação em constituir estruturas de apoio adequadas. Na realidade, este aspecto de transitoriedade não é uma justificação suficiente, pois os turistas que visitam os diversos países fazem-no por um menor período de tempo e,

apesar disso, particulares e estado investem no seu atendimento. Não nos atardaremos a justificar esta diferença, porque os interesses económicos são por demais óbvios.

Os próprios estados que conferem bolsas aos seus jovens-cidadãos para que frequentem universidades com especialidades para que ainda não têm formação ou com uma qualidade superior (ou se espera que seja superior), vivem com alguma ambiguidade a facilitação das condições de vida desses jovens, pois como uma ameaça, as estatísticas comprovam que uma grande percentagem não regressa aos seus países de origem. É talvez um erro supor que a facilitação das condições de vida prende estes jovens aos países em que realizam os seus estudos. Muito provavelmente a decisão de continuar a viver no país estrangeiro diz respeito à falta de perspectivas no seu país de origem.

Como vimos os estudantes estrangeiros sofrem problemas de adaptação, mais ou menos graves, que podem exprimir-se por um choque cultural ou por perturbações psicopatológicas. As diferenças de língua, de clima, de hábitos alimentares e outros são enfrentadas com maior ou menor à vontade em função da personalidade dos indivíduos, mas também em função das condições de vida, em que o isolamento é muitas vezes paradigmático.

É nesse sentido que certos autores defendem uma intervenção junto dos estudantes estrangeiros de forma a permitir-lhes uma inserção na sociedade de acolhimento que lhes garanta a construção dos seus projectos de futuro.

Habimana e Cazabon (1991) consideram que esta intervenção deveria começar por uma informação adequada que permitisse aos estudantes fazer as escolhas mais interessantes para si e para as

necessidades dos seus países ainda antes de deixarem estes. O que nos sugere que nos acordos de cooperação entre os diversos países deveria constar a exigência de uma documentação completa que não só garantisse aquela informação, como a relativa à documentação necessária, aos trâmites legais e de equivalências e ainda alguma informação (não idealizada) sobre as características do país de acolhimento : a sua história, clima, costumes, etc.

Habimana e Cazabon propõem ainda uma sensibilização à comunicação intercultural tanto dos estudantes estrangeiros, como dos professores, de funcionários responsáveis por serviços administrativos, de estudantes do país de residência e outros. Os estudantes estrangeiros mais antigos são pessoas-recurso: têm a experiência dos obstáculos que enfrentaram, das condições facilitadoras e podem ainda transmitir informações sobre a história e cultura dos seus países de origem.

Embora exista um número restrito de estudantes que recorrem aos serviços de apoio psicológico, estes deveriam rever as suas concepções de diagnóstico e de acompanhamento na medida em que as situações de crise vividas por estes estudantes estão impregnadas culturalmente e porque a comunicação intercultural é fundamental nestas situações.

CAPÍTULO IV

TRAJECTÓRIAS E OPÇÕES DE PESQUISA

I. Que olhares sobre a imigração ?

"Que importa que avances lentamente, se avanças"

Sabedoria chinesa

A dispersão dos estudos relativos à imigração, quer enquanto processo, quer enquanto população, trabalhada em termos de estruturas ou de realidades parciais, permite-nos ver que todos os domínios da sociedade são atravessados e agidos por este fenómeno. Das questões económicas às sociais, das religiosas às políticas, das educacionais às culturais, a imigração tem o condão de tocar qualquer sociedade na sua historicidade e na sua globalidade nacional e transnacional. Daí que possamos situá-la como um "fenómeno social total" questionando o "aspecto vivo, o instante fugitivo" (Mauss M., 1985, p.275) na dinâmica complexa das suas relações com o todo.

No entanto, a sua abordagem centra-se, em geral, na caracterização da população imigrante ou no processo de imigração. Para além de ser necessário articular estas duas perspectivas, a própria sociedade de acolhimento tem que ser questionada enquanto tal.

Em geral, a caracterização da população imigrante desenha-se, segundo Ollivier (1993), em função de três olhares:

a) O imigrante percebido como objecto : visão que o autor define como uma "*obsessão da quantidade*", representada por todo o discurso assente em números e percentagens, limites de admissão, limiares de tolerância, etc. Esta visão centra-se no argumento da utilidade ou não utilidade do trabalho do imigrante no desenvolvimento económico do país de acolhimento. Surge quer em defesa do imigrante, quer para justificar medidas legais em seu desfavor. Assim, muitos dos nossos sociólogos e

economistas põem em relevo, e com razão, o lugar que cabe aos imigrantes no crescimento económico de Portugal, ao mesmo tempo que demonstram, com base em números, que a sua percentagem está longe dos limiares de tolerância. São, no entanto, argumentos insuficientes, sobretudo perante a desqualificação profissional do imigrante e em fases de crise de emprego, durante as quais os trabalhos menos qualificados são também procurados pelos nacionais, que sentem então a existência de competição por parte dos imigrantes. Por outro lado, opõem-se a um discurso estatal, legitimador das restrições à entrada de imigrantes dos Países de Leste e do Brasil, das expulsões, etc. Este discurso tem um impacto maior porque, para além de ter o poder de utilizar os meios de comunicação social, se cola ao senso comum e aviva medos, manipulando a construção social da categoria "imigrante", como uma categoria dominada.

Por exemplo, durante o "período de legalização extraordinária"³⁹ e na fase em que se divulgou o impedimento de entrada no país de um certo número de imigrantes africanos e brasileiros, foram frequentes os discursos de representantes do governo, nos meios de comunicação social, sobre a "invasão dos imigrantes". Tomando o particular pelo geral, utilizava-se o seu número significativamente elevado na zona de Lisboa, para dar a imagem do "país invadido". O imigrante é quase sempre designado por categorias nacionais (ou mais gerais, quase sempre sob um aspecto massificador como é o caso dos africanos em Portugal ou dos magrebinos em França) e a sua relação com o "país de destino" é tratada em função dos problemas que "levanta" na sociedade de acolhimento. Na sua visão mais rígida, a sociedade de acolhimento seria um quadro

³⁹ Referimo-nos, nomeadamente, aos discursos do governo de Cavaco. O novo governo tem exprimido uma maior abertura que nos deixa na expectativa de uma possível "política da imigração", tendo-se iniciado um novo período de legalização extraordinária.

perfeito em que um objecto estranho se introduziria provocando "disfunções" diversas.

b) O imigrante percebido como sujeito: visão marcada pela obsessão da diferenciação que se exprime através da defesa do direito à diferença e que, como aponta Ollivier, sendo uma reivindicação justa, pode ter efeitos perversos, fechando os imigrantes nos seus grupos culturais e sociais. Aliás, como Taguieff (1987) demonstra, esse passou a ser um dos argumentos do racismo nos anos oitenta, justificando a sua mixofobia e as suas pretensões à expulsão dos imigrantes : "*O núcleo duro da ideologia neo-racista está aqui : fobia da mestiçagem, ou imperativo incondicional de preservação de uma identidade bio-cultural suposta própria e original. O que está no centro do fantasma não é a inferioridade do outro, é a identidade absolutamente diferente de si. O fulcro da obsessão é menos a perda do seu lugar do que o desaparecimento do próprio*" (p.336).

c) O imigrante percebido como actor : visão que é centrada na participação activa do imigrante nas várias instâncias da vida da sociedade de acolhimento. Nesta perspectiva, é possível situar a dupla dinâmica imigrante/imigração no contexto mais global da sociedade de acolhimento, nomeadamente no que diz respeito aos processos e aos contextos de construção da cidadania. Esta implica necessariamente entender a natureza política do fenómeno migratório que, em geral, é silenciada. Esta omissão permite que emigração e imigração "*se perpetuem sem contrariarem demasiado, sem romperem o equilíbrio nacional e o equilíbrio estadual do 'clube'*⁴⁰, *de cada um dos 'clubes'; o clube de onde se emigra e o clube para qual se imigra*" (Sayad, 1990,

⁴⁰ Referência à metáfora do "clube-nação" de Norbert Elias e à dinâmica entre os "instalados-dentro" e os que entram e têm que se submeter às condições daqueles.

p.13). A denegação desta dimensão tem como efeito desejado a redução da imigração à ordem do trabalho, dando-lhe existência apenas no domínio da economia. "*Trata-se de um fenómeno fundamentalmente político, mas convém ignorá-lo como político para que possa produzir-se e continuar (...)*" (Sayad, 1990, p.13).

Sayad (1990) critica ainda uma certa tendência das Ciências Sociais em universalizarem a categoria "imigrante". Esta universalização reflecte-se nas "*comparações selvagens, a que se procede, entre as condições de imigração nos diferentes países de imigração*" (p.15), sem se ter em conta a história da constituição de cada um destes países.

II. Aproximações metodológicas

A abordagem da imigração como processo poderia delinear-se através da análise proposta por Leca (1990) em função de quatro espaços: o espaço nacional (país de acolhimento), o espaço transnacional (relações do país de acolhimento com outros países), o espaço dos países de referência implícita da imigração (que são, em princípio, os países de origem) e o espaço da interface entre os três primeiros. No que se refere a Portugal, como "país de acolhimento" a tarefa é complexa pois a sua situação de país semi-periférico exige que a interface entre o espaço nacional, o espaço transnacional e o espaço de referência implícita esteja sempre presente na análise de cada um deles, dificultando uma distinção operacional.

A nossa opção foi assim de abordar a problemática da imigração sob três lógicas:

Em primeiro lugar, abordam-se os percursos de cada país de referência nas suas relações históricas com Portugal, focando a luta pela

sobrevivência de identidades culturais destacando-se da pressão lusotropicalista e apontando para a reconstrução de identidades nacionais, desenvolvidas após as independências.

Em segundo lugar, procura-se reflectir Portugal como sociedade de acolhimento, confrontando imaginário histórico e História, na desconstrução necessária dos mitos que envolvem as relações com os Países. Estes mitos constituem uma das fatias mais retrógradas de uma "identidade nacional" portuguesa, saudosista e visionária, incompatível com uma sociedade democrática, na qual encontramos, no entanto, linhas de continuidade. Daí o questionamento da "identidade nacional" portuguesa em confronto com a sua semi-perifericidade, que nos reenvia para a interface entre espaço nacional/transnacional. A articulação destas dimensões com o enquadramento legal e social do imigrante e com a ausência de uma política de imigração põe em jogo o conceito de cidadania. Este, sendo um conceito caro às sociedades democráticas, apresenta-se, na sociedade portuguesa, como um avaliador consistente das suas práticas.

Ainda neste quadro, a identificação de "retratos do imigrante" dar-nos-á uma visão - mais próxima e mais quotidiana - quer dos estudos que se têm orientado para o contexto geral português da imigração, marcado pela relação emigração/imigração, quer para as condições de vida de grupos particulares de imigrantes, desenhando as linhas de um "perfil" do imigrante-tipo. Neste âmbito, situam-se também as representações sociais construídas a partir dos meios de comunicação social. Conjugando estas abordagens é possível entender o processo de constituição dos "retratos" do imigrante como categoria social dominada.

As duas lógicas que presidem a esta abordagem são caracterizadas por uma alternância e por um cruzamento que se evidenciam

particularmente nos percursos históricos (que conjugam passado/presente) e nos sujeitos/actores (africanos/portugueses) desses percursos. Esta alternância e este cruzamento - na procura de uma racionalidade dialectica - têm subjacente uma lógica de aproximação da complexidade, mais abrangente e directora, partindo do pressuposto de que a constituição do imigrante como categoria social dominada, a construção de identidades culturais específicas, os mitos que envolvem as relações com os Palop e os mitos sobre a identidade portuguesa não só impregnam o enquadramento legal e social da imigração, como desempenham um papel importante, embora de forma mais ou menos consciente, nas estratégias identitárias dos estudantes africanos em Portugal.

É relativamente aos estudantes africanos em Portugal que ganha relevo uma terceira lógica que, interpelando os sujeitos, se submete às suas próprias lógicas ao mesmo tempo que procura entendê-las nas suas relações entre eles e na sua relação com as lógicas anteriores, nomeadamente no que se refere à "Sociedade de Acolhimento".

Ou seja, no quadro da pesquisa psico-sociológica foi-nos necessário interrogar o "aqui e agora" que intervém nas relações que estudamos, mas este "aqui e agora" só é inteligível porque re-situado no diálogo com a História e com o Social. *"O estudo diacrónico é assim directamente útil ao estudo sincrónico. A dimensão histórica de toda a situação é nisto uma evidência que talvez seja preciso ter em conta para poder re-introduzir o tempo social. A perspectiva comparativa da mudança vivida, por exemplo, não pode reduzir-se à observação hic et nunc, quando o estudo longitudinalmente é impossível - e é quase sempre esse o caso da psicologia social - , é preciso, quanto a nós, multiplicar os diálogos entre o tempo e os Homens através dos documentos exógenos à pesquisa"*(Clapier-Valladon S., 1980, p.151).

Os percursos da pesquisa num domínio como aquele que abordamos, desenrolando-se num período particularmente rico de acontecimentos - tendo em conta que se trata de caminhos pouco desbravados pela investigação em Portugal e, sobretudo, porque a realidade, além de complexa, não se compadece da nossa lentidão reflexiva nem com os nossos objectivos de pesquisa, movendo-se num ritmo diferente do nosso e em direcções muitas vezes inesperadas - não se pautaram pela linearidade, nem pelas certezas.

A nossa pesquisa tem um carácter claramente exploratório, sem hipóteses formuladas à priori, sem uma estrutura de trabalho definida e organizada à partida. Isto não significa uma ausência de reflexão nem de opções em função de "crenças e implicações pessoais". Por diversas razões preferimos conservar-lhes um estatuto de "quase-hipóteses":

- por um lado, pela certeza de que o nosso terreno não era idêntico ao dos autores que constituíram o nosso quadro teórico de abordagem;

- por outro lado, na medida em que as relações que nos interessavam se desenvolviam em contextos cujos agentes (governo, imigrantes, etc.) não se identificavam com os estudados por aqueles autores.

Assim, as nossas aproximações metodológicas tinham forçosamente que ser mais questionadoras do que comprovativas e, sobretudo, suficientemente atentas e modestas para sabermos recuar quando tal fosse necessário.

Na realidade, pode-se mesmo afirmar que alguns dos nossos primeiros passos, assentes numa previsão organizativa da pesquisa, sofreram alterações significativas. Certas escolhas, orientadas em função de objectivos no âmbito do "conhecer", foram alargadas, atingindo outros

objectivos para além dos previstos, nomeadamente no domínio do "intervir".

1. Os grupos de discussão e a intervenção

A opção por um dispositivo de pesquisa baseado no "grupo de discussão" é particularmente significativa deste tipo de mudança:

Pensávamos utilizar o "grupo de discussão", com base numa discussão estruturada, tendo em conta as vantagens que certos autores lhe apontam (ver p. ex. Geoffrion, 1992), de uma flexibilidade maior do que outros instrumentos, partindo de questões abertas e submetendo-se ao mesmo tempo a um certo controle do animador e desenvolvendo uma grande riqueza de dados, em função do interesse do tema para os participantes. Por outro lado, o contacto directo com os participantes e com as trocas que realizam sugere uma maior capacidade de verificação do seu grau de compreensão e aprofundamento das questões, ao mesmo tempo que o próprio investigador desenvolve uma maior acuidade para a compreensão das respostas fornecidas. Geoffrion (1992) sugere ainda a possibilidade de criar um clima favorável para trabalhar temas delicados.

No entanto, ao mesmo tempo que nos decidimos pelos "grupos de discussão" e estabelecemos os necessários contactos para a sua realização, fomos confrontados com alguns acontecimentos de impacto no espaço da imigração - início do processo de legalização dos imigrantes, sucessivos actos de violência racista, insegurança das pessoas implicadas - que nos levaram a considerar que o dispositivo deixara de ser adequado e necessitava de alterações profundas.

Com efeito, a disponibilidade dos estudantes para o debate de questões que nos importavam em termos de pesquisa reduziu-se e alterara-se em função de exigências urgentes da sua vida pessoal e social.

A nossa presença era requerida num terreno de intervenção: abrangia não só estudantes universitários, como jovens trabalhadores, desempregados ou em situação de trabalho subterrâneo. Perante o contexto "correctivo" das políticas de controle da imigração, emergia a necessidade de um espaço de aproximação, de solidariedade e, sobretudo, de informação e recurso.

Foi assim que participámos em sessões abertas que contaram, regularmente (uma vez por semana, durante 3 meses), com a presença mais numerosa de jovens (e alguns menos jovens) angolanos e guineenses, mais reduzida e descontínua de moçambicanos e brasileiros, excepcional de um santomense. Os grupos variaram entre 15 e 20 pessoas.

A animação das sessões passou a depender de membros de uma Associação⁴¹ e variou em função dos problemas:

- questões da legalização com recurso a advogados, sindicatos e representantes de associações que em Lisboa realizavam um trabalho semelhante.
- questões relativas ao alojamento com recurso aos amigos, a pessoas disponíveis, etc.
- questões relativas ao trabalho e à formação com recurso a responsáveis do GETAP, contactos com técnicos do Serviço de Emprego e Formação, da Formação de Adultos, Serviço Social, etc.
- questões relativas a equivalências, continuação de estudos, recorrendo a responsáveis e funcionários de instituições;

⁴¹ A então nascente "Inter-Povos".

- questões relativas à possibilidade e aos meios para criar associações próprias, com a colaboração de associativistas, incluso de associações africanas de Lisboa;
- debates sobre o racismo e a xenofobia, por iniciativa de diversas associações e instituições do país⁴².

Apesar de se tratar de um aparente "atalho" na pesquisa garantiu-nos uma maior dinâmica das relações e apontou para percursos qualitativos de maior profundidade, particularmente no entendimento de preconceitos mútuos e no esclarecimento de atitudes que os estudantes adoptavam de desconfiança/exigência para com os portugueses⁴³.

A intervenção, limitada no tempo e desviando-se dos objectivos que anteriormente nos tínhamos proposto, querendo constituir-se então como "observação participante", foi na realidade mais "participante" que "observadora", tendo em conta a nossa implicação a nível subjectivo e ideológico. Simultâneamente, não assentando num "olhar de fora", a intervenção foi uma escuta e uma relação próxima. Como diz Berger (1992), *"Ao contrário da observação cujo ideal é o espelho transparente que permite ver sem ser visto, a escuta não existe sem uma relação, sem uma ligação entre dois sujeitos."* (p. 34).

⁴² Nomeadamente a Associação "Olho Vivo", a Associação "Interpovos", o Sindicato de Professores do Norte a Câmara da Amadora em colaboração com associações da região de Lisboa, etc. (ver Pacheco, 1996).

⁴³ Note-se que, tendo em conta a nossa própria condição de estudante-imigrante em França, nos anos sessenta - época em que os portugueses "invadiam" a França, com o seu linguajar, a sua ignorância dos costumes franceses e as suas mãos calejadas prontas para trabalhos que não atraíam os franceses, tivemos relativamente a estas reacções de desconfiança e revolta contra atitudes discriminatórias e xenófobas, que identificamos e revivemos nos nossos contactos actuais com os jovens africanos.

As finalidades da pesquisa foram assim enriquecidas, vendo alargadas as perspectivas iniciais e prometendo-nos uma mais adequada contextualização dos fenómenos em estudo e das suas transformações.

Daí um maior aprofundamento da caracterização da sociedade de acolhimento e uma leitura da legislação relativa à imigração baseada num mais crítico conhecimento dos seus efeitos e dos sentimentos com que eram vividos estes efeitos.

Daí também que o trabalho de análise dos questionários, que posteriormente realizámos, tenha passado por um relacionar-se, por um aprender a estar com, por um olhar no mesmo sentido...um pensar na primeira pessoa...

2. A pesquisa documental

Nos dizeres de Clappier-Valladon (1980), duas orientações metodológicas parecem ser indispensáveis na pesquisa psico-sociológica: "*a atitude quase-clínica de escuta e a exploração paralela do contexto social*" (p 150).

Se os contactos, a diversos níveis - da entrevista de grupo à reunião de formação, da festa ao debate sobre o racismo, da entrevista aberta à conversa sobre interesses comuns - nos permitiram essa *atitude quase-clínica*, levaram-nos também à consciência da necessidade de uma pesquisa no âmbito do contexto, que não podia reduzir-se ao momento actual, mas devia permitir o reconhecimento (e o reviver) de mudanças que atravessaram a história das relações entre os países dos estudantes africanos e Portugal. Com efeito, as suas diferentes nacionalidades apontavam para diferentes percursos históricos que constituíam as trajectórias e as memórias destes jovens que procurávamos conhecer.

As lógicas que apontámos anteriormente só poderiam reconhecer-se uma mútua legibilidade através das configurações do contexto social num quadro que englobasse o tempo, a mudança e os sistemas actuais em que se localizam as relações e sentimentos que estudamos.

A pesquisa documental deu bases à construção e interpretação de outros materiais que fomos recolhendo, entre o previsto, o organizado e o inesperado. Para além disso, como afirma Cartwright (1978) a pesquisa documental *"permite abordar o estudo do conteúdo da pesquisa, não a fechando em si mesma, mas alcançando os autores das respostas a fim de representar alguns traços da sua natureza e, de forma geral, determinar as causas do material simbólico"*(p.490).

a) O recurso à História das relações entre os países de referência

Sem dúvida que corremos o risco de ignorar autores essenciais, na medida em que a nossa formação nesse âmbito é limitada.

Optámos por autores portugueses ou estrangeiros, que conhecíamos pela sua consciência crítica, com publicações tanto contemporâneas como posteriores ao colonialismo. É de notar que intencionalmente não nos limitámos a historiadores com obras de maior profundidade. Neste âmbito, existe um grande desnível, entre estudos aprofundados, como a **Histoire Générale de l'Afrique** de Boahen (dir, 1989) e manuais utilizados durante o período de pré e pós independência como a **História de Moçambique** publicada pela Frelimo. Na verdade, os nossos objectivos apontavam também para um conhecer "por dentro" (na medida do possível) os discursos das re-construções das identidades nacionais, para melhor os identificar nos discursos actuais, se fosse caso disso.

Nesse sentido, a nossa leitura foi sobretudo centrada em documentos nos quais poderíamos recolher dados sobre as identidades culturais e os seus conflitos, preferindo aqueles que nos ajudavam, evitando visões eurocêntricas, a distinguir países que durante muito tempo foram considerados como resultado "homogéneo" dos "descobrimentos" e da colonização, repondo dentro dos limites do nosso saber e das nossas escolhas (certamente ideológicas) uma possível aproximação da verdade histórica e desconstruindo mitos ainda impregnados no quotidiano português.

A leitura da literatura africana, nomeadamente da obra de Hamilton (1983) e das importantes Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império⁴⁴, foi para nós essencial na medida em que nos permitiu uma recolha dos sentires identitários de épocas em que dificilmente a escrita lhes dava expressão, devido ao controle do sistema português.

Não quisemos, assim, fazer história, que não temos tal arte, mas interrogar a História com as questões que ora nos preocupavam na sua relação com as estratégias identitárias dos estudantes africanos em Portugal.

b) O recurso aos estudos e publicações sobre as características da "sociedade de acolhimento"

Este recurso poderá ser subdividido em três partes : a recolha da literatura científica no âmbito das características de Portugal (como sociedade multicultural em confronto com os seus próprios processos de construção da(s) sua(s) identidade(s) nacional (ais) e como país de emigração/imigração); a recolha de material científico e legal sobre as

⁴⁴ Que, felizmente, voltaram a ser publicadas em 1994.

políticas de imigração, o direito de cidadania e legislação correspondente; e, finalmente, uma recolha de artigos dos meios de comunicação social, permitindo delinear transformações de representações sociais sobre o imigrante e uma construção social do imigrante como "categoria dominada".

3. O recurso ao questionário como instrumento-síntese

A consciência da existência de grandes diferenças nas formas de estar dos estudantes dos diferentes países e do nosso insuficiente conhecimento das suas culturas conduziu-nos a grandes dúvidas quanto à utilização de instrumentos já trabalhados com outras populações, em outros países e em condições diferentes. Por outro lado, o objectivo de realizar um estudo exploratório impediu-nos de cair na "tentação comparativa", pelo menos em termos de resultados. Com efeito, após a leitura de muitos estudos estrangeiros abordando a mesma problemática ou problemáticas afins, a comparação esteve presente em diversos momentos e, em termos globais, muitas das reflexões de percurso, além de questões com que finalizaremos este trabalho, reenviam-nos para esses estudos, identificando prováveis semelhanças e diferenças. cremos, no entanto, não nos termos deixado desviar da preocupação de re-contextualizar os dados que nos induziam a tais reflexões e questões.

Assim, a decisão de realizar um questionário, correndo o risco de abranger um número reduzido de pessoas - se tivermos em conta que se trata de pessoas de diferentes nacionalidades - foi uma decisão conscientemente assumida.

Ele era já o produto de todo o conjunto de acções que atrás referimos e que, para além da sua maior ou menor eficácia no terreno, configuram um trabalho de pré-inquérito extremamente útil. Do mesmo

modo, a recolha documental é também base de construção e produto impregnado na sua leitura e interpretação.

A análise de conteúdo será descrita em detalhe, assim como as referências teóricas que lhe serviram de base, nas páginas que antecedem o tratamento do questionário.

4 As entrevistas

Realizámos algumas "tentativas" de entrevistas formais, (abertas a partir de um guião), mas, como atrás dissemos, a maior parte dos testemunhos directos são resultado de conversas informais ou de debate após as respostas aos questionários. Nestas situações, quase sempre, as trajetórias de vida e as posições relativamente às suas estratégias identitárias em Portugal e às suas relações com os portugueses foram mais enriquecedoras para o nosso trabalho.

Quando dizemos "tentativas" referimo-nos à situação mais comum de, após termos explicado os objectivos do nosso trabalho, termos feito um esforço por orientar as questões sobre a própria pessoa ou sobre o seu presente em Portugal e as respostas serem quase obsessivamente desviadas para os problemas concretos (sobretudo políticos e económicos) dos seus países. As referências a estas entrevistas estão presentes ao longo do tratamento do questionário, como corroboração ou questionamento.

CAPÍTULO V

OS PAÍSES DE REFERÊNCIA

I. Elos e grilhetas: percursos autónomos da dominação colonialista à independência

1. Os PALOP

Apesar da mudança que se vai verificando nas representações relativas aos imigrantes, para uma grande parte dos portugueses o imigrante angolano, caboverdiano, guineense, moçambicano ou santomense é ainda alguém originário de uma das ex-colónias de Portugal em África. Com efeito, trata-se de um facto tão inegável como os lusitanos terem sido colonizados pelos romanos ou como Portugal ter estado sob o domínio de Espanha. Mas, no que se refere aos portugueses, a marca de "colonizados", perdeu-se na memória dos tempos.

Para os africanos o tempo ainda não fez esse trabalho. A memória está viva para uns e outros. Os interesses em jogo reavivam-na constantemente.

Tem-se preferido, desde os anos 80, o uso genérico de países africanos de língua oficial portuguesa, ou seja, PALOP⁴⁵. Na verdade, a referência mantém-se portuguesa.

A antiga potência colonizadora, nos dizeres de Margarido (1994), "*continua desta forma a tentar manter uma relação hegemónica com as antigas colónias e não já com países independentes.*" (Vol 1, p.16). A fórmula não é convincente, é sobretudo redutora, arrumando num mesmo bloco países em que se falam línguas diferentes da oficial e entre si, países cujos percursos históricos não se sobrepõem, nem nos séculos que precederam o colonialismo, nem durante este, nem após as

⁴⁵ Da autoria de Carmo Vaz.

independências. As relações estabelecidas durante a colonização entre Portugal e cada um destes países dependeram grandemente das riquezas de cada um dos territórios, dos interesses e da capacidade de Portugal na sua ocupação e exploração, da resistência mais ou menos violenta que enfrentou, e ainda, dos múltiplos acordos realizados com outros países, igualmente empenhados na partilha de África.

A designação obscurece também as relações actuais, na medida em que para além de manter pregnant (que mais não seja em termos simbólicos) a hegemonia portuguesa, esconde as relações diferenciadas, os acordos políticos e económicos que não abrangem igualmente estes países. O tempo permitirá certamente a diluição desta designação e a construção de outra ou outras mais adequadas⁴⁶.

2. Diferentes histórias que da História se contam

Se o século XV surge na História que os portugueses se contam como o século dos "descobrimentos", em África eles apenas descobriram os Arquipélagos desertos de Cabo Verde e de S.Tomé e Príncipe. Para estes a colonização, apesar de lenta, iniciou-se ainda nesse século. Os primeiros contactos com a África Ocidental e Oriental, embora se situem no mesmo século, limitaram-se a acordos com os soberanos e chefes dos estados e povoações dessas regiões. A colonização foi aqui muito mais tardia. O que interessava aos portugueses era o comércio de especiarias e metais

⁴⁶ Se a Comunidade Europeia não inclui todos os países europeus, uma Comunidade Afro-lusa ou Afro-luso-brasileira poderia incluir os países com relações específicas como são aquelas que aliam Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné, Moçambique, Portugal, S.Tomé e Príncipe. Entretanto, apesar das nossas dúvidas, também neste estudo é utilizado o termo PALOP sempre que é necessário considerar em bloco os países que subentende, embora tenhamos consciência dos seus limites. Note-se que, entretanto, se organiza a Comunidade dos países de língua portuguesa...

preciosos e, sobretudo, o tráfico de escravos, pelo que foram instalando feitorias no litoral africano.

Os escravos constituíram, até ao século XIX, a mercadoria mais avidamente procurada, para substituir, em outras regiões do mundo, os braços que escasseavam.

A escravatura era prática antiga e adoptada por todos ou quase todos os povos do mundo, sendo, em grande parte, resultado das guerras, ficando os povos vencidos como escravos dos vencedores. O escravo era uma pessoa que tinha muitas vezes funções importantes no seio das famílias e das comunidades. *"Numa palavra, a escravatura africana existia e, de certo modo, fazia parte dos usos e costumes. Nunca porém, como já muitos autores sublinharam, à mesma escala do tráfico atlântico e da escravatura praticada segundo os modelos coloniais introduzidos pelos europeus, aos quais aderiram posteriormente, por motivos venais, muitos sobas africanos"* (Torres A., 1991, p. 216). A triste originalidade do século XV, em especial dos europeus, foi a da coisificação da pessoa escravizada através do tráfico negreiro. Este quebrou o ritmo de desenvolvimento do continente africano. Regiões como as costas da Guiné, de Angola e Moçambique foram despovoadas e homens, mulheres e crianças retirados das suas comunidades, para serem vendidos, principalmente para as Américas, mas também para Portugal, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Espanha, etc.

Com ironia, Montesquieu (Esprit des Lois, 1748) sintetizava a acção dos europeus neste domínio : *"Os povos da Europa, tendo exterminado os da América, tiveram que escravizar os de África, a fim de se servirem deles para desbravar tanta terra."* A consciência da necessidade moral de abolir o tráfico de escravos e a escravatura não foi alheia aos intelectuais do século XVIII, mas com excepção da Dinamarca, que aboliu a

escravatura em 1792, foi preciso esperar pelo fim do século seguinte para que as ideias abolicionistas ganhassem força. A França, no fulgor da revolução, proclamou a liberdade universal e aboliu o tráfico de escravos e a escravatura em 1794, mas Napoleão restabeleceu o tráfico em 1802, pois os interesses económicos falavam mais alto. Em 1844 1.505 trabalhadores franceses apresentavam à Câmara de Paris uma petição a favor da abolição da escravatura. Mas as hesitações do poder, o peso da burguesia colonial nas decisões, só podem produzir, em 1845, leis que não serão nem de transição nem de transacção, mas puro escárnio⁴⁷.

Em Inglaterra, os movimentos abolicionistas conseguiram finalmente em 1807 a sua condenação moral. A partir de 1811 o tráfico foi considerado um crime e a Inglaterra passou a pressionar fortemente os outros países europeus, especialmente Portugal e Espanha. Com efeito, para além da actividade própria destes países, as suas bandeiras serviam de capa a navios americanos, ingleses e franceses. Entre 1807 e 1814, ao invés de diminuir, o tráfico aumenta : *"o estabelecimento Português de Bissau (...) em lugar de fornecer como anualmente outrora um pequeno número de escravos ao Brasil, está agora tornando-se o empório da escravatura nesta parte de África. (...) Mas a grande cena da escravatura é na costa de Whydah (Ajudá na terminologia portuguesa), nos cabos de Benim, Gabão e nos estabelecimentos Portugueses do Congo e Angola"* ⁴⁸.

A realização do Congresso de Viena em 1814-1815 é dominada por um discurso de boas intenções e termina com uma *"Declaração das potências sobre a abolição do tráfico dos Negros"* (8 de Fevereiro de

⁴⁷ Seguimos de perto Césaire (1948) : *"Discutiu-se muito para saber se as leis de 1845 eram de transição ou de transacção. Nem uma coisa nem outra. Eram leis de escárnio."* (p.12).

⁴⁸ in O Investigador Português, nº 15, Setembro de 1812, p.397-98. Citado por Alexandre V., 1993, p.272.

1815) que deixa a cada nação autonomia para de definir os prazos em que se tornará efectiva.

A legislação portuguesa neste quadro altera-se lentamente. Sá da Bandeira produz diversos decretos a partir de 1836, que vão encontrar da parte da burguesia colonial uma forte resistência. Até à primeira metade do século XX continuarão a ser exportados homens de Angola para S.Tomé e Príncipe, tal como o foram para o Brasil até 1850, data em que o o governo brasileiro impediu o seu desembarque.

Para além das estratégias encontradas para a manutenção de um tráfico camuflado, também a extinção da escravatura (1869) permitiu a passagem para formas de exploração que consentiam discursos paternalistas, sem alterarem as situações de facto. Como diz Torres (1991)⁴⁹, "*O que caracteriza as colónias portuguesas, do século XIX a princípios do século XX, é a utilização do trabalho escravo ou semi-escravo, seja qual for a denominação jurídica que se lhe dê ou o subterfúgio linguístico ou jurídico que se utilize*" (p. 153).

Após a abolição do comércio de escravos, o século XIX marca a "corrida para África", entrando na competição um bom número de nações europeias que decidiram investir na ocupação formal de territórios cujos solos e subsolos representavam novas fontes de riqueza.

Foi a partir de 1870, após a guerra franco-prussiana, que os países da Europa começaram a disputar avidamente a posse de territórios em África.

⁴⁹ Este autor faz uma análise da "legislação do trabalho da abolição do tráfico à abolição da escravatura" (p.153-179) que nos permite entender porque está tão viva ainda a memória da escravatura, na medida em que apesar dos esforços de homens como Sá da Bandeira, a própria legislação deixou abertas alternativas de sobre-exploração, ao mesmo tempo que a Administração Pública se mostrava impotente para fazer cumprir algumas das Leis que limitavam a violência da situação.

Convocada, em 1876, pelo futuro rei Leopoldo I, a Conferência de Geografia de Bruxelas criou a "Associação Internacional Africana" que procedeu ao envio de H. M. Stanley para a exploração do Congo. A partir de 1879, também a França enviou S. de Brazza para o Congo, investiu no condomínio franco-inglês do Egipto e ainda na Tunísia e Madagascar. Na mesma época, a Grã-Bretanha e a Alemanha anexavam territórios no Sul do continente, assim como a leste e a oeste. Multiplicaram-se os tratados euro-africanos - em que chefes de estados africanos cediam a soberania a estados europeus ou se consideravam sob a sua "protecção" - e tratados europeus, acordando zonas de exploração.

Portugal, que não tinha sido convocado para a Conferência de Bruxelas, iniciou também um período de expedições importantes. Não se tratava apenas de uma demarcação de territórios, mas de uma necessidade de reconverter o mercado de escravos investindo noutro tipo de trocas.

A abolição do tráfico de escravos e a fraqueza da administração portuguesa no exercício do controle das estratégias que a burguesia colonial encontrou para a sua manutenção, deu argumento a várias disputas com os ingleses. Assim, quando, em 1855, os portugueses ocuparam os portos de Ambriz, Molembo e Cabinda, a fim de evitarem o embarque de escravos, a Inglaterra sentindo-se lesada nos seus interesses, especialmente no que dizia respeito aos territórios próximos da foz do Zaire, protestou (Questão do Ambriz) e conseguiu de Portugal a promessa de não alargar as suas ocupações na área.

Em 1880, foram anexados territórios de Moçambique, que eram explorados por afro-portugueses⁵⁰. Quando em 1884 se realizou o Tratado do Zaire que conferia a Portugal a soberania das margens do

⁵⁰ O termo afro-português designava não só os mestiços como também os portugueses (ditos "cafrealizados") que se tinham integrado nas culturas locais e dependiam dos chefes dessas regiões.

Zaire e à Inglaterra privilégios na sua navegação relativamente aos outros países, estes protestaram e o tratado não foi ratificado. Daí que, temendo ser ultrapassado, Portugal tenha proposto uma Conferência Internacional, cuja convocação foi posteriormente assumida por Bismark, o que levou à sua realização em Berlim, entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885. A corrida para África intensificou-se no período que antecedeu a Conferência, já que cada país lutava então por delimitar o máximo de territórios a fim de estar numa posição de força na Conferência. Nesta estiveram presentes representantes não só de Portugal e da Alemanha, como da França, da Inglaterra, da Austria, da Dinamarca, da Espanha, da Itália, da Holanda, da Suécia, da Noruega, da Turquia e dos Estados Unidos. Embora tenha ficado conhecida como a Conferência em que se fez a "partilha de África", as grandes decisões tiveram mais a ver com a confirmação das ocupações declaradas e com o estabelecimento de regras de "ocupação efectiva", além de se ter chegado a acordo relativamente à exigência de que a ocupação de novos territórios deveria ser comunicada aos signatários do Acto de Berlim. Note-se que, pela primeira vez, foi levantada pelo representante dos Estados Unidos a questão do "direito das raças indígenas a dispor de si próprias e do seu solo hereditário" (cit. in Saraiva H., 1978, p. 316). Como era de prever tal questão não foi considerada para o debate. Mas foi de facto relevante para os estados africanos e para as suas populações, que resistiram duramente à exploração europeia e demonstraram que a partilha confirmada em Berlim era muito mais uma partilha no papel do que um real poder.

Tomando os seus desejos por realidades, Portugal e a Alemanha assinaram um tratado em 1886 garantindo àquele os territórios, assinalados no "Mapa cor de rosa", entre Angola e Moçambique. As

aspirações portuguesas opunham-se aos interesses do governo Inglês, que em 1890 exigiu de Portugal a retirada do Vale do Chire. Esta exigência, conhecida como Ultimato Inglês, provocou entre os portugueses fortes polémicas, de que é exemplo a Ode a Inglaterra de Guerra Junqueiro :

*Ó bêbada Inglaterra, ó cínica impudente,
Que tens levado tu ao negro e à escravidão?
Chitas e hipocrisia, evangelho e aguardente,
repartindo por todo o escuro continente
a mortalha do Cristo em tangas de algodão.*

Apesar da evidente convicção de que a razão moral estava do lado português, a verdade é que Portugal e os outros países europeus, entre o século XIX e meados do século XX, espartilharam e retalharam um continente de 28 milhões de quilómetros, desarticulando Estados, dividindo etnias, que não se submeteram sem uma luta persistente. Afinal, o grande continente que o colonialismo dividiu, o colonialismo uniu num profundo sentimento de identidade africana. Se a constituição dos Estados-Nações no mundo Ocidental individualizou territórios e procurou homogeneizar (aliás, nem sempre com sucesso) as suas populações, em torno de tradições, que se iam definindo na construção de culturas próprias, em África este processo foi abalado, perturbado. A partilha dos territórios, indiferente aos Estados, às etnias e aos traços linguísticos, o tráfico de escravos, desventrando Mãe-África, lançando os seus filhos em "terras longe", não conseguiram quebrar os elos, cortar as raízes. As marcas da violência guardaram na sua memória colectiva identidades culturais diferentes mas unidas á "Mãe-África! Mãe forte da floresta e do

deserto"⁵¹, que tanta importância teve na construção das identidades nacionais e nas lutas pela independência.

Ao mesmo tempo que o controle político do regime aumentava, as ideias do pan-africanismo, a defesa da negritude, o aceno à esperança dos países recém independentes, deram novo sentido a uma militância permitindo ultrapassar o derrotismo e a frustração.

Neste campo, o recurso à literatura é heurístico, pois permite identificar os percursos da identidade cultural e das suas reconstruções. Com efeito, não sendo a única expressão da cultura, são uma voz que conseguiu passar as malhas da indiferença, do menosprezo e do controle da sociedade colonizadora.

A partir dos anos 50, as universidades portuguesas, especialmente a de Lisboa, passaram a ser, de forma significativa, o ponto de encontro de jovens nascidos nas colónias, que re-descobriam renovados elementos de identificação, assentes nas raízes africanas. Eles não eram os primeiros, mas ao contrário dos que os antecederam, quebraram o seu isolamento, reunindo-se em torno da Casa dos Estudantes do Império. Espaço de convívio, de reencontro e também de um novo começo, uma nova visão, na procura das suas identidades culturais, reconstruindo-se, à volta dos debates, da discussão sobre as últimas notícias, da constituição de uma expressão própria...

Mas os percursos históricos destas identidades estão também marcados pelos diferentes percursos do colonialismo português. Como dissemos, as relações estabelecidas entre Portugal e Angola, Cabo-Verde, Guiné, Moçambique e S.Tomé e Príncipe foram relações diversificadas, que se pautaram pela maior ou menor resistência oposta ao colonialismo e

⁵¹ Alda Lara, Presença.

pela conjugação dos interesses deste com as riquezas de cada um daqueles países e a capacidade de exploração dos portugueses, que variou em função da conjuntura política e social interna, - nomeadamente a luta de interesses contraditórios entre a burguesia metropolitana e as burguesias coloniais⁵² - e relativamente aos outros países europeus.

3. Angola

*"Aos brancos não darei água
Não lhes darei na minha cabacinha,
Eles mataram o nosso rei,
Trucidaram o soberano!
O soba a quem se estendiam os tapetes de couro,
O andrajoso irmão de Meludo"*

(poesia cuanhama, recolhida por Carlos Eastermann)

Apesar do contributo importante de geógrafos, viajantes e historiadores muçulmanos, a insuficiência dos estudos arqueológicos, linguísticos e etnográficos limita-nos a uma visão superficial e deturpada da realidade vivida antes da chegada dos europeus aos territórios que hoje se incluem na República de Angola.

Chegados à Foz do Zaire em 1482, os portugueses estavam sobretudo interessados no comércio da costa africana, que se encontrava em pleno desenvolvimento graças aos muçulmanos. Estes detinham as principais rotas de produtos alimentares, especiarias e metais preciosos. O grande desafio foi, pois, retirar-lhes este quase monopólio, através de acordos e tratados com os reis e senhores do litoral.

A ilha de Luanda, domínio do Mani Luanda, estava sob a dependência de Bamba, uma das seis províncias do reino do Congo. Era, já

⁵² Neste âmbito o trabalho de Torres A. (1991) é extremamente esclarecedor.

então, um centro de grande actividade económica, o que justifica a concentração dos portugueses nesta zona, embora fizessem incursões mais a norte e mais a sul, sem que procurassem, antes do século XIX, explorar o interior.

Tal como em Moçambique, a colonização de Angola passou por dois processos : o primeiro, mais longo e mais violento, de despovoamento; e o segundo, de povoamento, lento e difícil, enfrentando uma resistência que se manteve, embora com estratégias diversificadas, do século XV ao século XX.

Iniciado no século XV, o despovoamento constituiu-se através do tráfico de escravos até ao século XIX, época em que foi imposta a abolição da escravatura, e, em seguida, através do trabalho forçado de "contratados", que eram enviados para outras regiões.

Dos quase 18 milhões de pessoas que se calculava habitarem a região de Angola, no século XV, mais de quatro milhões foram capturadas e vendidas.

Com a abolição da escravatura, nos finais do século XIX, sob pressão da burguesia colonial constituíram-se subterfúgios legais que mantinham a situação, desde a obrigação do "liberto" de trabalhar mais um determinado período (que foi de 10 anos, no início, e dois anos mais tarde), à imposição aos filhos "livres" de mulheres escravas de trabalharem até aos vinte anos para o proprietário daquelas. A Carta de Lei de 29 de Abril de 1875 (1º Código do trabalho indígena) extingue a condição de "liberto". Surge então a figura do "contratado", para manterem angolanos e moçambicanos sob um regime de trabalhos forçados. " (...) Angola será, ao longo do século XIX, o grande reservatório em homens, não somente do Brasil, mas igualmente de S.

Tomé e Príncipe. Este tipo de ligação manter-se-á ainda com S. Tomé durante a primeira metade do século XX" (Torres A., 1991, p.156)⁵³.

Já no século XX, primeiro em 1926 e depois em 1934 Portugal compromete-se a enviar 160.000 trabalhadores anualmente para as minas da República Sul-Africana e para a Rodésia do Sul, garantindo a substituição gratuita daqueles que morressem no percurso ou durante o trabalho. (ver Ziegler, 1963). A emigração legal e ilegal, em números que rondam os quinhentos mil, constituiu uma outra forma de despovoamento. Acrescentando a esta desertificação humana as mortes provocadas pelas guerras, a fome e por outras razões, em 1962, Angola contava apenas com quatro milhões e oitocentos mil habitantes, dos quais cento e setenta mil eram europeus.

O "povoamento", no sentido do envio de colonos, concentrou-se tal como nas outras colónias, no litoral, especialmente na região de Luanda, sendo a população portuguesa constituída, até ao século XX, fundamentalmente pelo clero, pessoal administrativo e militar. Torres (1991) assinala que, até ao fim do século XIX, a burguesia mestiça, enriquecida pelo tráfico de escravos, é "*um elemento preponderante da sociedade urbana de Angola*" (p.60). É a partir de 1928 que Angola se torna numa colónia penal e, aos poucos, refúgio de muitos descontentes com o regime.

Embora certos senhores africanos se tivessem tornado especialistas na captura de indivíduos para serem vendidos como escravos, a resistência dos estados africanos foi longa e continuada.

⁵³ Torres A. (1991) é uma referência obrigatória neste domínio. À sua análise da legislação acrescenta-se o estudo feito sobre os processos existentes no Tribunal da Relação de Luanda entre 1904 e 1913, comprovando "uma prática societal escravagista ou semi-escravagista" (p.203).

Logo em 1491 iniciou-se a rebelião comandada por Panza-a-Nginga, que lutou durante trinta e seis anos; até 1940-41, os focos de revolta sucederam-se. *"A violência, embora não seja inexplicável nem unilateral, nem permanente é, quer queiramos quer não, uma característica de Angola"* (Pélissier, 1986, p.19).

Culturalmente, a incursão europeia foi lenta e não deixou de ser fecundada pelas culturas que contactava. É provavelmente Luanda que mais exprime este encontro de culturas, de tal modo que chegou a ser considerada como "ilha crioula". A preocupação de defender as culturas autóctones está presente, desde 1890, em Cordeiro da Mata que advogava a necessidade de aprender a ler e a escrever na própria língua antes de o fazer numa língua estrangeira, como o português. - Oliveira (1990) afirma que Cordeiro Mata foi o primeiro a assumir-se como poeta negro do rio Cuanza e que a "Cartilha Maternal para se aprender a ler o kimbundu escripta segundo a cartilha maternal de João de Deus" foi um dos primeiros livros escritos por um angolano em kimbundu. É de notar a inspiração portuguesa da construção da cartilha. Esta vai ser uma ambiguidade que marcará os intelectuais angolanos : a europeização através da escola portuguesa e o desejo fundo de conservar as suas raízes.

O primeiro Liceu, denominado Salvador Correia, é criado em Luanda em 1919, sendo frequentado maioritariamente por filhos de europeus. Assim, já em 1960, apenas 3% da população Africana era escolarizada. Mesmo o ensino profissional elementar contava com menos de 500 alunos africanos e as Escola Normal para monitores tinha aproximadamente 300 alunos. Os filhos de africanos que conseguiam inscrever-se na Universidade em Portugal eram raros, pertencendo a

grupos economicamente mais favorecidos⁵⁴. De resto, como se sabe, as percentagens de universitários, filhos de trabalhadores portugueses, também eram muito baixas na mesma época.

A expressão das diferentes culturas presentes em Angola foi, devido ao etnocentrismo português - agudizado durante o "Estado Novo"-, ignorada e menosprezada. No entanto, ela manteve-se viva até aos nossos dias, guardando uma memória colectiva que sofreu, especialmente na região de Luanda, uma criouliização pelo cruzamento da cultura portuguesa com a kimbundu, sendo também atravessada, a nível musical, por influências latino-americanas. Onde o impacto português era menor, a mestiçagem cultural aparece como um produto de diferentes grupos étnicos africanos.

A literatura escrita em língua portuguesa tem, em Angola, um percurso que expressa claramente a procura de uma identidade cultural angolana. Tal não aconteceu sem ambiguidades. Estas não se deviam apenas a uma moderação necessária, perante o controle português, embora evidentemente este fosse determinante, especialmente pela acção da Censura conjugada com a PIDE, mas também à própria dificuldade em distinguir a literatura "colonial" da literatura "africana" (ver Margarido, 1984).

Com efeito, desde o século XIX, há autores europeus que escrevem sobre Angola a partir de uma abordagem etnográfica, caindo mesmo no folclorismo, como há autores africanos presos à alienação lusotropicalista, deslizando muitas vezes para um "primitivismo" próprio de um olhar europeu sobre culturas cujas racionalidades não entende. No contexto da problemática da identidade trata-se de uma dualidade constituída pela

⁵⁴ Aqueles a quem Guerra (1979) chama de "semiburguesia africana".

coexistência conflitual entre uma cultura letrada europeia (macroétnica) e uma cultura de pertença étnica. É-se Eu e é-se Outro, é-se o mesmo que o seu grupo de pertença, mas é-se também um Outro que se opõe a esse grupo.

Este antagonismo em si-mesmo é também vivido pelo europeu quando se sente angolano. É esse um dos sentidos do Poema da Alienação de António Jacinto, que identificando-se com o colonizado termina sublinhando a dualidade "eu-branco/mim-preto" :

*"Mas o meu poema não é fatalista
o meu poema é um poema que já quer
e já sabe
o meu poema sou eu-branco
montado em mim-preto
a cavalgar pela vida. "*

Na década de 50, valores culturais e projecto político de luta pela independência estão no centro de muitos debates e da produção literária, embora muitas vezes de forma mais idealizada do que realista. Num tempo de forte imposição ideológica do regime salazarista se, por um lado, era necessário ser prudente, também importava ultrapassar a fase de uma estética fechada nos formalismos europeus, submetida ao ritmo e à sintaxe da língua portuguesa e distanciada do vivido, da praxis do povo angolano. Importava não só fazer a "*denúncia da negação social permanente do homem angolano*" (id., vol.1, p. 80), mas assentar num projecto de construção da angolanidade, recusando a alienação.

As soluções são diversas. É a africanização da escrita em português, pela inclusão de palavras das línguas autóctones, pelo ritmo que lhe é dado e pelo seu conteúdo ; é a negritude que não deixou de marcar poetas como Agostinho Neto, mas é também a dura vida quotidiana, a vida dos

musseques, nos campos; é o isolamento do contratado que nem a própria miséria pode dividir com os seus⁵⁵, mas é também o projecto político da construção da nacionalidade e a esperança na vitória.

A independência formal foi adquirida, mas a unidade nacional é ainda um projecto que nem todos partilham e que a guerra tem adiado. A guerra tem também avivado separações étnicas, que são, talvez, o princípio que a conduz e o fim para onde caminha. Subjacentes têm estado não só os conflitos entre angolanos, mas também os interesses de potências estrangeiras, empenhadas, desde os primeiros anos da independência, em salvaguardar investimentos, criar novos mercados, novas dependências.

A identidade nacional é assim um processo adiado, enquanto identidades culturais aparecem confundidas com identidades políticas.

4. Cabo Verde

*Trinta ano di São Tomé
Leva'm família
Dixa'm mi sô
Cu nha tristeza e nha
Sodade
Nha câncera katem medida,
(Pedro Rodrigues, 1994)*

Cabo Verde tem, na História do colonialismo português, um espaço de excepção que explica, pelo menos em parte, a ambiguidade e ambivalência das primeiras expressões eruditas da sua identidade cultural. Com efeito, quando na década de 1450-1460, foi re-descoberto⁵⁶ por

⁵⁵ Parafraseamos Margarido (1994), a propósito do poema "Regresso" de Costa Andrade.

⁵⁶ Nessa época, a ilha do Sal já constava, com este nome, nos mapas e era aportada pelos árabes que aí recolhiam sal.

portugueses e genoveses, o arquipélago encontrava-se desabitado. O seu povoamento, que se iniciou na ilha de Santiago, foi muito lento. Embora as ilhas do Fogo, Maio e, mais tarde da Boavista, recebessem colonos, estes, sempre que lhes era possível, procuravam outros rumos menos laboriosos e mais atractivos pelas suas riquezas em ouro e especiarias. As outras ilhas, embora nelas se criasse gado e produzissem sal, mantiveram-se praticamente despovoadas até fins do séc. XVII e mesmo XVIII.

Logo a partir de 1466 os colonos passaram a ter o privilégio do tráfico livre dos escravos, que se tornou uma das suas fontes de riqueza, ao mesmo tempo que a costa da Guiné era desventrada de homens, mulheres e crianças.

A ilha de Santiago, única com condições para a agricultura latifundiária com base no algodão e na cana-de-açúcar, concentrava a maior percentagem de colonos, ao mesmo tempo que a sua riqueza (particularmente da Ribeira Grande e Praia) dependia, em grande parte, do número de escalas que aí faziam os navios nas suas rotas entre a Península Ibérica e o Golfo da Guiné, Angola, Índia, Brasil e Índias Ocidentais. A ilha de Santiago transformou-se num "armazém" de escravos que esperavam aí o seu envio para outras terras ou a sua compra para o trabalho no arquipélago.

Assim, quase simultaneamente, colonos e escravos tiveram que se adaptar a espaços de vida diferentes dos seus. Se, em termos socio-económicos a população europeia, sobretudo portuguesa, era heterogénea, constituída por alguns nobres, artesãos, soldados, degredados e também pelo clero, estes tinham em comum a sua situação de colonos, uma cultura dominante, com uma língua e instituições que impunham aos outros grupos. Pelo contrário, os escravos, apesar de virem, na sua maior parte, da costa da Guiné, pertenciam a grupos etnolinguísticos diversos,

sofrendo pois um desenraizamento muito mais profundo, sublinhado por condições de vida precárias. O crioulo foi assim construído como um traço de comunicação, conjugando palavras e símbolos das suas próprias línguas e do português e marcando para sempre a especificidade na formação da caboverdianidade.

Em meados do século XVII a crise económica do arquipélago começou a fazer-se sentir, quer porque o tráfico de escravos era transferido para outros portos, quer pelos períodos prolongados de seca e o constante surto de epidemias. Por seu lado, Portugal recolhia a maior parte das suas riquezas primeiro do Brasil e mais tarde das outras colónias, ao mesmo tempo que enfrentava a sua vulnerabilidade assediado pela França e Inglaterra, nem sequer servindo de recurso a Cabo Verde.

Data do século XIX a revolta de Bombolom de Melo, no interior de Santa Catarina, reagindo ao "recrutamento" de homens para os regimentos que eram em seguida utilizados para dominar qualquer revolta.

Tendo já acompanhado, como marinheiros, os navios das rotas de África, os caboverdianos iniciaram muito cedo a sua diáspora, principalmente para os Estados Unidos da América (onde o seu número e dos seus descendentes é hoje superior à população de Cabo Verde), para o Brasil, Senegal e também para a Europa. Muitos seguiam para as outras colónias portuguesas, primeiro forçados a trabalhar sobretudo na agricultura e, mais tarde, como burocratas.

Após a abolição da escravatura em 1878, os escravos, confrontados com uma "liberdade" muito fictícia, passam a participar na luta pela sobrevivência económica e social do arquipélago, não apenas como objectos de exploração, mas como sujeitos, adquirindo a cidadania portuguesa em 1914. Evidentemente, as dissimetrias sociais e económicas

eram enormes, pois passou-se da escravatura à servidão de que o "contratado" foi, até à independência, um exemplo tortuoso. De resto, é sempre necessário fazer uma demarcação entre a Ilha de Santiago e as outras ilhas, pois aí fortes barreiras sociais e culturais se mantiveram até à independência, de tal modo que embora 90% da sua população vivess da agricultura, as terras estavam nas mãos de apenas três famílias proprietárias. O primeiro liceu criado nas colónias africanas foi o da cidade da Praia, em 1860 e com o liceu de S.Vicente, criado mais tarde, o número de alunos apenas representava, nos últimos anos do colonialismo, 1% da população total de Cabo Verde. Apesar das diferenças sociais, ou precisamente por causa delas, este sentimento de ter participado na construção da sua terra vem a constituir, como diz Hamilton (1984), uma das bases da caboverdianidade.

A mestiçagem é também uma das constituintes principais da **caboverdianidade**. A estratificação social acompanha a par e passo as classificações com base na origem étnica de tal forma que Teixeira de Sousa, em 1919 (citado por Hamilton, 1984) refere quatro "classes": os *brancos*, os *mulatos* (mestiços, filhos de pai branco e mãe negra ou mulata), os *verdadeiros mulatos* (filhos de pais mestiços) e o *povo* (constituído na sua quase totalidade por negros, que eram também a classe mais pobre). Os chamados "verdadeiros mulatos" tinham mais condições de mobilidade social que os mestiços, filhos ilegítimos e abandonados pelo pai branco e empurrados frequentemente para a marginalidade.

Portanto, ao mesmo tempo que o número de europeus se foi reduzindo, desenvolvia-se uma população mestiça, cada vez mais numerosa. Em 1960 o censo contava 70% de mestiços, 20% de negros e 10% de brancos.

Também a miscigenação se não desenvolveu igualmente por todo o arquipélago. Ela aconteceu principalmente no "meio pequeno", onde os colonos mais pobres, para garantirem a sobrevivência das suas hortas, foram partilhando com o resto da população, a vida dura e as pequenas alegrias. É assim que a homogeneização cultural, tão grata aos defensores do lusotropicalismo, é hoje referida mais como uma integração do pequeno colono na cultura que a população africana re-inventou a partir das suas culturas de origem e das novas experiências de vida.

Evidentemente, a questão é complexa, pois misturam-se problemas de etnia e de classe. O poder mantinha-se branco e a ideologia colonialista tinha instituições que lhe permitiam ir criando, aos poucos, uma pequena-burguesia constituída principalmente por brancos e mestiços que desempenhavam cargos na burocracia colonial, no clero, no comércio e no exército, não só no arquipélago como nas outras colónias, nomeadamente na Guiné e em Angola. A alienação desta pequena burguesia começava já nos bancos da escola onde aprendia a conhecer os "seus" lusitanos antepassados, a acreditar na "maravilhosa epopeia dos descobrimentos", e na "missão civilizadora dos portugueses em África".

Ainda no século XIX, começaram a ser criadas sociedades dramáticas, grémios culturais e literários e, segundo Hamilton (1984), havia uma imprensa controlada por membros da elite autóctone. Ou seja, mais do que em qualquer outra colónia africana, pôde desenvolver-se uma elite autóctone e um espaço de cultura erudita produzindo um etnotipo capaz de marcar certas diferenças com a cultura dominante.

Como diz Santos (1993) as identidades culturais *"escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância*

pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades" (p.11).

Com efeito, as transformações nos meios culturais em Cabo Verde vão configurando uma identidade cultural que parte de uma originalidade absorvida pelo campo das ideias do lusotropicalismo, para atingir, nos últimos anos do colonialismo português, uma afirmação da africanidade.

É nesse sentido que o primeiro período da revista *Claridade*, nos anos trinta, representa o primeiro movimento cultural de afirmação caboverdiana, ao mesmo tempo que, no contexto do domínio português, se integra na mitificação lusotropicalista.

O crioulo, então caracterizado como a primeira "*experiência românica nos trópicos*"⁵⁷ é, mesmo assim, a marca de uma diferença em que a africanidade está subjacente, como negação da semelhança. A identificação à cultura dominante constrói-se á volta da interiorização de sentimentos de inferioridade, de anonimato, sublinhando os traços da insularidade, do isolamento, da resignação melancólica às condições de vida que tornam a emigração uma evasão necessária, dividida entre o querer partir e o querer ficar. A exigência de uma representação de si positiva tem como único recurso a especificidade que deve às suas raízes africanas. Se estas se exprimem através de uma "*lírica sensual e predominantemente feminina*" (Hamilton, 1984, p. 101), no contexto socio-político dos anos trinta elas constituem provavelmente a leitura possível. Após a Segunda Grande Guerra, a nova geração exprime uma maior consciência social, que se vai aprofundar, já no fim da década de 50, com a participação de jovens que virão a ser motores da luta pela independência.

⁵⁷ Referência ao artigo de Baltasar Lopes da Silva, in *Claridade*, nº1, 1932, citado por Hamilton (1984).

Foi esta especificidade que fez com que os portugueses e muitos caboverdianos acreditassem que Cabo Verde era o exemplo mais acabado do lusotropicalismo. Daí o debate à volta da ideia de que o crioulo era um dialecto regional português ou de que a morna era de origem essencialmente portuguesa. Mas o substractum africano presente em qualquer deles, ao mesmo tempo que demarcava a sua originalidade, marcava também a ambiguidade. Outras expressões culturais como a coladera e o batuque não levantavam dúvidas quanto à sua origem. Nem tal podia acontecer pois estão ainda presentes em todos os espaços por onde o rasto dos escravos africanos deixou o seu sulco.

Porque o lusotropicalismo convinha ao domínio português, foi possível um debate "aberto"⁵⁸, que ora sublinhava uma visão eurocêntrica, temendo as influências do pan-africanismo e do internacionalismo, ora assumia as raízes que configuravam a especificidade africana da caboverdianidade.

Mas a realidade, a falta de empregos, para os mais instruídos como para os desfavorecidos a todos os níveis, levava à evasão.

Em suma, pode-se dizer que a especificidade de Cabo Verde se explicava, até aqui, pelo seu povoamento, constituindo-se a partir de uma população transplantada de diversas origens, numa mais rápida e profunda miscigenação, que em primeiro lugar, relativamente às outras colónias, adquiriu o estatuto de "civilizada" e que conjugou os esforços dos diferentes grupos para enfrentar as dificuldades de sobrevivência devidas ao clima, ao isolamento e ao abandono a que o arquipélago foi votado por Portugal, ao longo dos séculos, apesar de este manter o seu controle político-militar.

⁵⁸ Na verdade, a "abertura" deste debate estava sujeita às interferências do domínio político português, nomeadamente da censura, de que são testemunho as interrupções de publicações.

5. Guiné-Bissau

Sel...

N'haiê w K'ssundé

de pé continuam caminhando"

(Helder Proença, *Reconstrução Sel...*, 1979)

Situado entre as Repúblicas do Senegal e da Guiné Conakry, este pequeno país de 36.125 Km² é constituído por planícies marítimas, numa costa extremamente recortada, e, no interior, por planaltos pouco elevados. Pertence-lhe também o arquipélago de Bijagós. A sua população é constituída por uma grande diversidade de grupos étnicos, dos quais se distinguem, em termos numéricos, os Balanta e os Manjaco (no litoral) e os Mandingas e os Fulas (no interior, tendo vindo também a ocupar zonas próximas do litoral). No litoral, estes povos viviam em regime comunitário, sem Estado. Vindos do Alto-Niger, os Mandingas estabeleceram-se na Guiné, principalmente no Gabú, no século XIII. Eram já então uma sociedade hierarquizada, muçulmana e o seu rei dependia do Imperador do Mali. Por seu lado, os Fulas⁵⁹, povo nómada e animista, foram-se instalando no interior, sobretudo a partir do século XV. Enquanto certos grupos mantiveram as suas tradições, outros converteram-se ao islamismo. Fundam, no século XVIII, Estados Teocráticos no maciço de Futa-Djalón, no Futa-Toro e no Noundou. Em 1867, tendo El Hadj Omar como soberano, derrotam os Mandingas. É sobretudo com os Fulas que os portugueses irão estabelecer acordos.

Zona de competição entre os portugueses, os ingleses e os franceses, a ocupação dos territórios que constituem hoje a Guiné-Bissau inicia-se

⁵⁹ Os Fulas vieram, ao que se supõe, da Mesopotâmia para o Egipto por volta do século VI da era cristã.

também no século XIX. Até aí mantivera-se apenas uma relação assente em alguns entrepostos e fortes assim como alianças com as comunidades e estados locais. Os ingleses tinham um posto em Bolama, reivindicavam a posse do arquipélago de Bijagós e os franceses estavam em Casamansa e em Boké. Com a Conferência de Berlim foram traçadas as fronteiras da "posse" portuguesa. Mas como o interior era quase desconhecido - o que deu lugar a erros de localização - foi necessário rectificá-las em 1905, dando a região de Kadé aos franceses.

Para além do minimamente necessário aos seus interesses os portugueses nunca investiram na Guiné. Até 1870, os entrepostos portugueses aí existentes estavam ligados administrativamente a Cabo Verde.

Como vimos, a costa da Guiné foi, desde o século XV o "melhor mercado de escravos", de tal forma que no século XVII havia no Golfo da Guiné à volta de doze feitorias. Mesmo no início do nosso século, a implantação portuguesa era muito reduzida, pois para uma população de 87.448 habitantes apenas mil eram europeus. Os caboverdianos constituíram uma parte significativa da população não-guineense, ocupando postos de trabalho privilegiados em relação aos autóctones, especialmente em áreas administrativas.

A diversidade das etnias existentes no território exigiu da parte da coroa portuguesa estratégias de dominação adaptadas às suas estruturas sociais. Os chefes Fulas que tinham uma organização semi-feudal aliaram-se aos portugueses de forma a manterem os seus privilégios. No entanto em 1907 revoltam-se e são vencidos. Balantas, Beafadas, Oincas, Papeis ofereceram sempre uma mais forte resistência ao colonialismo. O investimento na ocupação do território data de 1913-1915 com a chamada

"pacificação" chefiada por Teixeira Pinto. Mas ainda em 1936 haverá revoltas em Bijagós, nomeadamente, contra o "imposto de palhota".

Do ponto de vista religioso muitos grupos étnicos, especialmente no litoral, tinham práticas animistas e foram sendo progressivamente influenciados pela religião islâmica praticada pelos Mandingas e, posteriormente, pelos Fulas. Mas também estes conservaram e introduziram nas suas práticas islâmicas muitos dos rituais animistas. Esta interpenetração foi um elemento de unidade importante na resistência à influência cultural europeia.

A diversidade étnica levou também a que o crioulo caboverdiano, usado como língua franca, sofrendo a influência de outras línguas étnicas, viesse a transformar-se numa segunda língua permitindo uma maior facilidade na comunicação entre os povos autóctones e entre estes e os europeus que circulavam por estas terras nos seus diversos comércios.

Hoje é uma língua falada em todo o território e serviu, na primeira fase após a independência, "*para integrar objectivos práticos (a campanha de alfabetização) com componentes emocional-ideológicos (o nacionalismo) e etnoculturais (a prática literária)*" (Hamilton, 1984; p.225).

Apesar de o crioulo ser um produto de diversas línguas com o português, a influência cultural portuguesa, tal como nos outros domínios, é reduzida. Com efeito, o investimento de Portugal na Educação da população guineense limitou-se à entrega, em 1940, do ensino às Missões Católicas. A intervenção destas, marcada pela religião, enfrentou a forte resistência da religião islâmica e das animistas. Por outro lado, só em 1958 foi criado o primeiro liceu em Bissau. Aliás, mais de metade dos seus quase quatrocentos alunos era constituída por filhos de

européus. Os estudos superiores⁶⁰ eram uma hipótese afastada da realidade, para a quase totalidade. Até 1961, só 14 guineenses tinham obtido um diploma universitário.

Tal como nos outros países africanos, a constituição de associações em que participam activamente jovens intelectuais, alguns deles tendo realizado estudos em Portugal, é um elemento significativo na construção de um pensamento anticolonialista. É de referir a Liga Guineense, em Bissau, criada em 1911, e dissolvida quatro anos depois, sob a acusação de ter incentivado à revolta. Mas é em 1953 que a Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos constitui o "primeiro núcleo da unidade nacional". O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde é criado em Setembro de 1956.

Também entre os intelectuais da Guiné se verifica a ambivalência entre a identificação a uma cultura popular africana e uma cultura importada e imposta ao "assimilado". *"Num país emergente, cuja história foi usurpada e transformada no passado, a tensão entre o saber tradicional, o saber colonial e o saber revolucionário coexiste num ambiente de tensão inevitável e de compromisso necessário. A dignificação do saber tradicional, por meio da transcrição da oralidade, contribui para a possibilidade de uma literatura nacional em que os elementos populares e eruditos se misturam"* (Hamilton, 1984, p.230). Daí o importante investimento na recolha de tradições orais após a independência.

País pequeno, apesar da diversidade de etnias, adquiriu ao longo da luta anti-colonial uma consciência da necessidade de uma unidade nacional

⁶⁰ Note-se que entre 1833 e 1857 o governo português escolheu estudantes das colónias para realizarem estudos em Portugal. A única colónia não representada é a Guiné.

hoje importante na lenta conquista de uma autonomia económica e cultural.

6. Moçambique

*Ah tornamos a zangar-nos! É sempre a mesma história
As raparigas mais velhas têm que pagar imposto
Natanele, fala ao homem branco para me deixar ficar
Natanele, fala ao homem branco para me deixar ficar*
(Comucomo, 1942, in Rocha I., 1988)

Embora os portugueses tivessem chegado à ilha de Moçambique em 1498 e ao porto de Sofala em 1505, até 1884 o controle do Vale do Zambeze foi nominal. Aqueles que se foram estabelecendo entre Tete e Sofala dependeram do vice-rei da Índia até 1752, altura em que foi criada a figura do Governador Geral de Moçambique. As fronteiras de Moçambique, tal como o conhecemos hoje, datam de 1891.

A Ilha de Moçambique tinha uma posição estratégica relativamente ao caminho marítimo para a Índia e os portugueses conseguiram substituir os árabes que então controlavam o comércio da costa oriental de África. A primeira expedição missionária enviada por Portugal em 1560 tinha como objectivo, para além da conversão das populações autóctones, abrir caminho para as minas de ouro e prata do grande reino do Monomotapa, que eram então a grande atracção. Mas o fracasso foi total e o mesmo aconteceu em 1572 com a expedição militar que ali tentou a sua sorte, sob o pretexto de uma acção punitiva pelo desaparecimento do missionário Gonçalo da Silveira. Mais tarde, a coroa portuguesa estabeleceu acordos comerciais e de apoio com o Monomotapa, sem lograr atingir as tão desejadas minas.

Ao longo do tempo, firmaram-se vários tratados de amizade, de auxílio e de comércio. Os conflitos entre os estados africanos foram

sendo não só aproveitados como incentivados, invertendo-se por vezes as situações de dependência que os portugueses tinham relativamente às autoridades africanas. A substituição dos reis locais por chefes "fantoques" foi uma estratégia usada pelos portugueses, permitindo-lhes ir constituindo um "império informal" perante o resto da Europa. No entanto, os povos das regiões que constituem hoje Moçambique ofereceram uma continuada resistência armada às ocupações portuguesas (ver, por exemplo, Isaacman, 1979). Pouco a pouco, soldados e administradores foram-se estabelecendo por conta própria em grandes territórios. Para poder controlar estas situações, a coroa portuguesa criou, na região do Zambeze, entre Tete e Sofala, o sistema de "prazos", constituídos por propriedades que considerava suas e que eram exploradas pelos "prazeiros", com o dever de pagarem impostos a Portugal e responsabilizando-se pela defesa militar dos territórios que lhes eram designados. Esta defesa era, em grande parte, assente em escravos, que tinham regalias especiais e, mais tarde, perante a ameaça de serem vendidos e exportados, constituíram verdadeiros bandos armados⁶¹. *"A transmissão dos 'prazos' fazia-se por via materna, para manter a integridade racial da comunidade portuguesa"* (Isaacman, p.30). Apesar disso e de os prazeiros, a partir de 1755, só poderem casar-se com portuguesas, já nesta época a sua grande maioria *"tinha sofrido uma profunda alteração na sua identidade cultural e racial"* (Isaacman, 1979, pp. 30-31). Ou seja, no século XVIII, representando Portugal, muitos dos prazeiros eram mestiços ou eram portugueses que tinham adoptado alguns dos costumes da região, ignorando as obrigações que Portugal lhes impunha. Para além da coroa, começaram também a surgir proprietários

⁶¹ Entre 1820 e 1850 mantiveram-se activos e independentes.

que residiam na ilha de Moçambique ou noutras zonas mais distantes e arrendavam as "suas" terras a prazeiros delegados. Mas a principal riqueza não era a agricultura, nem a exploração das minas, mas o tráfico de escravos⁶². Este ignorava os acordos com os chefes locais e destruiu em grande parte o sector agrícola, pelo despovoamento das terras até aí cultivadas.

Já no século XIX, a rede administrativa portuguesa circunscrevia-se apenas às cidades de Tete e Sena e ao porto de Quelimane. Mesmo os responsáveis pela extinção do tráfico de escravos, governadores e militares, estavam entre os "traficantes mais bem sucedidos" (id., p.43). É assim que Isaacman afirma que *"Em meados do século dezanove a administração civil e militar portuguesa encontrava-se totalmente desorganizada, a produção agrícola no vale do Zambeze tinha declinado dramaticamente e o comércio não relacionado com a escravatura encontrava-se praticamente extinto"* (p.43). Calcula-se que, entre 1735 e 1850, foram exportados mais de 20.000 escravos por ano. Terminada teoricamente a escravatura, tal como em Angola, passou a imperar o sistema das requisições para trabalhos forçados. Só em 1907 foram enviados, nestas condições, entre 10.000 e 15.000 moçambicanos para S. Tomé. Mas seguiram também durante muito tempo para o Brasil, ilhas francesas, etc. O envio de homens para as minas de África do Sul e da Rodésia trazia a Portugal proventos significativos, pois era pago em ouro.

Fugindo destas condições muitos moçambicanos emigravam, especialmente para o Transval e Rodésia do Sul (658.000 entre 1958 e 1962 registados como mão de obra emigrada só para o Transval e

⁶² Ver, por exemplo, o quadro de Exportação legal de escravos do Zambeze, entre 1794 e 1832, in Isaacman, 1979, p.32.

Rodésia do Sul), onde eram, apesar das duras condições de vida, mais bem pagos.

Vários são os exemplos de resistência cultural. Entre estes, Rocha põe em relevo o povo chope. Habitando o litoral sul de Moçambique e sendo constituídos por vários grupos étnicos, os chope eram descritos pelos missionários e viajantes portugueses como um povo pacífico e bem humorado. Em 1560, o missionário André Fernandes considerava-os "gente afortunada" *"pela sua sensibilidade e propensão para a música, o canto e a dança"* (Rocha I., 1988, p.16). Quatro séculos mais tarde, nos anos 40, Hugh Tracey celebrizou a sua música na Europa (Chopi Musicians : Their Music, Poetry and instruments⁶³), pelo seu nível, pelos instrumentos fabricados⁶⁴ e pelo conteúdo crítico dos seus cantares. Para além da crítica social relativa à vida quotidiana das suas aldeias, os músicos não deixaram de fazer referências aos "brancos" que os oneravam com impostos, lhes impunham "contratos" ou substituíam os seus chefes por "fantoques". A sua celebridade na Europa não passou despercebida às autoridades portuguesas. Nos anos 50 a sua poesia começa a ser censurada e deturpada. *"Em 1958, a Administração de Zavala faz editar em Lisboa, por conta do seu orçamento, uma colectânea de pretensos poemas chope verdadeiramente espantosa. O primeiro desses poemas, depois da exclamação Salazar, Ó Juiz!, cita o Governador -Geral dez vezes e o menos que lhe chama é grande Governador e Governador pai. (...) e nem uma crítica, nem uma nota discordante, só hosanas."*

⁶³ Publicado em Londres pelo International African Institute. A Casa dos Estudantes do Império, na sua Antologia de Poetas de Moçambique de 1962, publicou um excerto do texto de Tracey e alguns poemas chope.

⁶⁴ A timbila e o xilofone que com os escravos percorreram os mares e influenciaram a música da América do Sul e da América Central. Segundo Rocha, estes instrumentos "estiveram na base de músicas famosas de Cuba e do Brasil, tais como a rumba, a conga e o samba" (p.19).

(Rocha I., 1988, p. 27). Embora existissem poemas autênticos, recolhidos nos anos quarenta, grande parte era mais um dos muitos exemplos de produtos para "inglês ver" usados durante o colonialismo e, em especial, nos seus últimos estertores. Daí que o povo chope tenha pura e simplesmente abandonado esta rica expressão cultural. Rocha aponta outras razões como o desrespeito pelos costumes, a emigração forçada e voluntária, o desaparecimento das florestas (onde cortavam a madeira necessária aos seus instrumentos) arrasadas pela ocupação europeia. Mas a principal razão terá sido esta "recuperação portuguesa : *"Assim, o povo chope cometeu, por vergonha, resistindo a tão dolorosas violações, uma espécie de hara-quiri cultural. "* (p.30).

Durante o colonialismo Moçambique foi uma sociedade marcada por uma nítida segregação. A comunidade branca mantinha-se distante de negros e mestiços e entre estes, nomeadamente no que se refere à pequena burguesia, os conflitos eram frequentes. É assim que apesar de haver, até certo ponto, sentimentos comuns de defesa frente à chamada "metrópole", estes sentimentos tinham razões de ser diferentes que não facilitavam solidariedades entre os diferentes grupos. Com efeito, o estatuto de "portugueses de 2ª" levava a comunidade branca a lutar por uma igualdade tanto em termos políticos como económicos. Foram essas as finalidades da Associação dos Naturais de Moçambique, criada em 1935 e não aceitando, até 1960, nem negros nem mestiços. Estes, tendo formado o Grémio Africano nos anos vinte, separaram-se em 1932. Desta separação surgiu o Instituto Negrófilo, mais tarde chamado Centro Associativo dos Negros da Colónia, reunindo apenas negros, e a Associação Africana, constituída por mestiços. Já nos anos 60 surge o Núcleo dos estudantes do Secundário do centro Associativo de Negros, reunindo negros e mestiços, sob a presidência de Eduardo Mondlane e a

participação de Samora Machel, Chissano, José Craveirinha, Honwana, entre outros.

Os conflitos aparecem também aqui entre a preocupação de uma literatura submetida aos cânones estéticos da época, mais colada à literatura portuguesa, e a sua função didactico social, exprimindo as problemáticas sociais, a praxis do moçambicano. *"A problemática do homem negro é, afinal de contas, o elemento essencial em qualquer consideração honesta da realidade de Moçambique colonial. As inter-relações económicas, sociais e culturais entre os colonizadores e os colonizados constituem o ónus da prova de toda a produção literária, situe-se ela ou não na problemática específica do Homem negro, porque, em última análise, tal problemática era também a do homem branco"* (Hamilton, 1984, p. 19).

Segundo Hamilton, na literatura moçambicana aculturada, até à independência, houve uma primeira fase, de "reivindicação cultural e racial", que era caracterizada pela sensibilidade às questões ráticas e de identificação a uma África explorada, diminuída, anónima. Era, sobretudo, nativista, defensiva e romântica. A sua poesia exprime *"uma fidelidade atavística à raça, povo, mãe, avó e língua que simboliza a sua identidade"* (Hamilton, p.43). Sucedeu-lhe uma fase, de protesto contra as situações vividas, de consciência da alienação. É a reacção ao processo de assimilação, na procura das raízes e na valorização da cultura africana, bebendo inspiração na literatura afro-americana e nos representantes do movimento da Negritude, como Aimé Césaire, Léopold Senghor e Léon Damas. Por último, numa 3ª fase, produz-se uma literatura política e combativa, em grande parte clandestina, assente numa concepção da arte revolucionária como uma arma política. Com efeito, na luta pela

independência teve um papel importante e, após a independência, foi legitimada e exaltada.

Por percursos diversos, os grupos étnicos defendendo a sobrevivência e a autenticidade das suas tradições, e aqueles que, pela sua formação aculturada (ou pela sua origem), deles se tinham distanciado e a eles regressavam na procura de raízes fizeram frente a um insustentável presente. Lançaram os alicerces de uma identidade cultural que hoje, transpondo o sobressalto das guerras, se afirma na sua historicidade.

7. S. Tomé e Príncipe

Bembom, Nicolás Guillén,

Nicolás Guillén, bembom

*Tu não conheces a ilha mestiça
dos filhos sem pais
que os filhos sem pais passeiam
na rua?*

(Tomás Medeiros, Um socopé para Nicolás Guillén)

As ilhas de S. Tomé e Príncipe estavam desabitadas quando em 1470 ou 71 foram aportadas pelos navios portugueses. O povoamento fez-se primeiro com portugueses (entre os quais madeirenses), espanhóis e genoveses. Em 1492 eram ainda enviadas para S. Tomé duas mil crianças portuguesas judias. Também é assinalada a prática de deportação de criminosos para este arquipélago. De forma continuada, escravos vindos da costa ocidental africana (Angola, Daomé, Gabão, Serra Leoa, Gana, etc.), virão a constituir a mão de obra dos engenhos de açúcar, das roças do café, etc. Após a abolição do tráfico de escravos, os "libertos" enviados de Angola, sob "contrato", eram marcados num braço com um símbolo da liberdade...

A primeira fase de ocupação limita-se a uma exploração de sobrevivência baseada nas riquezas agrícolas do solo e na pesca.

A segunda fase (séc. XVI), ciclo do açúcar, caracteriza-se pela introdução da cana sacarina, por volta de 1530 e pela transformação do arquipélago num entreposto de escravos, que eram vendidos, especialmente aos grandes proprietários do Brasil. Os escravos eram também utilizados nos cerca de oitenta engenhos de açúcar (similares aos existentes no Brasil) que então se desenvolveram. É neste período que um navio trazendo, ao que parece, escravos de Angola, naufraga junto às ilhas. Os naufragados concentraram-se no sul da ilha onde ficaram a viver da pesca, mantendo-se isolados, e constituindo o grupo dos angolares, conhecido pela sua resistência ao controle português.

A terceira fase (séc. XVII e XVIII) é, segundo alguns autores, uma fase de "pousio", pois os engenhos foram sendo abandonados, devido às fugas e revoltas constantes dos escravos e conflitos entre os senhores das terras. A ilha foi diversas vezes atacada por franceses e esteve ocupada pelos holandeses, entre 1641 e 1648. Aos poucos tinha-se criado uma classe de proprietários mestiços que constituiu uma elite, a que, mais tarde, se chamou os "filhos da terra", pois eram descendentes dos primeiros habitantes da Ilha. Assim, embora os europeus deixassem durante um largo período de investir na agricultura, esta foi-se mantendo graças a esta nova classe que tinha também o seu espaço nos poderes locais : na Igreja, como cónegos, e no Senado da Câmara, para o qual eram elegíveis. Por outro lado, os escravos fugidos constituíam aldeias onde se dedicavam a uma policultura de sobrevivência.

Os negócios europeus incidem no tráfico de escravos, que se mantém a grande fonte de riqueza, daí a designação deste período também como ciclo da escravatura.

A quarta fase, logo no início do século XIX, compreende dois ciclos : o ciclo do café, introduzido em 1800 e o ciclo do cacau, que a partir de 1822, constituiu uma cultura intensiva, prolongando-se pelo século XX, embora tivesse que enfrentar o boicote dos chocolateiros ingleses.

Estas fases constituíram em termos de estratificação etno-social grupos diferentes, que se mantiveram distantes ao longo dos séculos. Para além do reduzido número de europeus (o clima tropical não só não atraía as europeias, como a mortalidade dos homens europeus era muito alta) estes grupos eram os angolares, os tongas, os forros (escravos alforriados em 1876) e os chamados "filhos da terra". Estes, no fim do colonialismo, eram à volta de 30.000 e detinham 7% das terras cultiváveis. Paralelamente, 93% do território era propriedade de perto de 300 roceiros europeus. Estes, dirigindo os negócios de Lisboa, onde viviam todo ano, deixavam as roças a cargo de administradores. Preferindo trabalhar como serviçais, os forros sobreviviam, na sua grande maioria, de pequenos trabalhos, que lhes davam alguma autonomia, e do que a própria natureza da floresta tropical lhes ia garantindo⁶⁵. A alternativa encontrada pelos roceiros foi a de continuar a fazer vir homens de Angola, Moçambique, Guiné, para o trabalho forçado; os contratados.

Como diz Margarido (1994) "*os ciclos económicos por que passou o arquipélago - escravatura - açúcar - café - cacau - correspondem à*

⁶⁵ Margarido A. (1994) conta que os roceiros mandaram derrubar as árvores de fruta-pão a fim de obrigarem os forros a trabalhar nas suas terras.

negação total do homem" (vol. 1, p. 260). Esta negação parece ter tido nas primeiras obras escritas por são tomenses o efeito de construir identidades negativas, fortemente marcadas pelo conflito entre os modelos europeus, - constituintes de estereótipos marcadores de uma pretensa superioridade de uma pretensa "raça" branca - e a imagem de si do santomense.

Estudante universitário em Lisboa, então atravessada pelos ideais da revolução liberal, Costa Alegre (1864-1890) é o primeiro "filho-da-terra" a publicar, em 1890, poemas que manifestam esse sentimento de identidade negativa . "A minha cor é negra/ indica luto e pena" (As rolas, in Freudenthal A. e outros, org.,1994, p.282-284). No entanto, se era mais a mágoa do que a revolta o que expressava, as contradições da sua "negra lusitanidade" não deixam de sobressair através do humor, que será também a arma utilizada, mais tarde, por outros seus conterrâneos, como Francisco José Tenreiro. *"O período que decorre entre Costa Alegre e Francisco Tenreiro é o necessário para que amadureça a revolta, não uma revolta inconsciente, irracional, mas sobretudo uma revolta que se fundamenta no exame do fatalismo e das formas de mistificação que a sociedade colonizadora descobre para negar às sociedades colonizadas os fundamentos da sua própria razão : a inferioridade, a culpabilidade e a ilegitimidade, a que se acrescenta a cor"* (Margarido A., 1994, vol. 1, p.260).

A partir de 1935 a influência do movimento poético da negritude faz-se sentir entre os intelectuais africanos lutando pela sua afirmação, pelo seu reconhecimento como pessoas. Ou seja, as suas expressões literárias aparecem mais como reivindicações individuais, embora fazendo claramente o percurso de regresso às suas raízes, do que como um grupo cultural. *"A poesia de Tenreiro serve como medianeira entre a*

especificidade etnocultural do 'filho-da-terra' é o pan-africanismo de um indivíduo emaranhado nas teias do supracolonialismo e da macroetnicidade do estado português" (Hamilton, op. cit., p. 249).

A contradição sentida entre uma educação ocidentalizada e as raízes africanas que a cada passo afirmam é uma marca de uma época em que o lusotropicalismo se debate para se legitimar frente a uma realidade cultural que o nega. Esta negação é também obra da repressão, que evidencia a discriminação e a diferença.

O esmagamento de centenas de são-tomenses, em Fevereiro de 1953, na chamada "guerra de Batepá" (1953), sob pretexto de uma conspiração africana, vai ser um dos marcos importantes para uma expressão literária de uma identidade cultural colectiva, distanciando-se da impregnação europeia.

A revolta é então uma revolta consciente, procurando em África o futuro de África.

II. Da necessária desconstrução dos mitos

Se os angolanos, os caboverdianos, os guineenses, os moçambicanos e os são-tomenses não são mais povos colonizados, também os portugueses - perante a inevitabilidade das independências e tendo em conta a constituição de Portugal como sociedade democrática - deixaram para trás a pretensão colonizadora.

No entanto, do ponto de vista português, os imigrantes não são outros senão aqueles sobre os quais assentaram as bases do "império colonial português", não são outros senão aqueles a quem se quis "mesmificar" ao mesmo tempo que, contraditoriamente, se procurou retirar-lhes o direito de ser.

O eurocentrismo impediu uma visão histórica das sociedades africanas, constituindo em seu lugar um imaginário da História, que não era mais do que a construção da História dos europeus em África, impondo uma lógica assente na ignorância do Outro. "(...) *o colonizador projectou no colonizado uma imagem arbitrariamente deformada, identificou-o com ela, e reduziu o homem africano à condição uniforme e culturalmente amorfa, por assim dizer, de 'indígena'. Negando o direito à identidade (na diferença específica própria) o colonialismo "mostrou", mas não demonstrou*" (Torres A., 1991, p. 134).

A história mítica resultante de uma ignorância etnocêntrica ganhou laivos de pretensa cientificidade, particularmente após a segunda grande guerra. Este fenómeno teve ainda maior saliência em Portugal que procedia, já desde os anos vinte, a uma elaboração ideologicamente orientada de uma história justificadora das suas relações com as colónias.

Adelino Torres levanta a questão de "*Como explicar a contradição entre o imaginário de um projecto imperial, ambicioso e visionário e a*

transfiguração desse projecto num real sem a grandeza da retórica que o sustentava, apesar de cinco séculos de contacto entre portugueses e africanos ?" (Torres, 1991, p. 36).

As suas respostas situam-se no âmbito da sociologia, particularmente, no tratamento das contradições entre a burguesia metropolitana e as burguesias coloniais, permitindo-nos detectar e entender os factos e os interesses que marcaram grande parte da dimensão imaginária da História formulada pelos portugueses, constituindo um "etnotipo" em que muitos se reconhecem ainda nos dias de hoje.

A comunicação estabelecida hoje entre uns e outros é uma comunicação que reactualiza mitos que constituíram o etnotipo⁶⁶ português no período salazarista. Trata-se de uma reactualização conflitual, em que a interiorização de valores do passado colide com os valores assumidos hoje. Não se apaga magicamente meio século de inculcação ideológica.

Vimos atrás como "*cada sociedade engendra representações, partilhadas pelos indivíduos, que 'explicam' a ordem existente*" e como a sua impregnação ideológica cimenta essa ordem (ver neste trabalho, pp.85-86). Estas representações, ideologicamente impregnadas, podem constituir-se em modelos de formas de pensar a realidade a que chamamos mitos. Estes, ao contrário das representações sociais, são caracterizados por uma certa imobilidade; sendo regulados pela ideologia, carecem da sua componente teórica e não têm a sua coerência. Os mitos inserem-se na construção das identidades culturais, fazem parte da memória de uma sociedade, são partilhados pela colectividade tal como as representações culturais. Mas, ao invés destas, não têm em conta a

⁶⁶ Definimos atrás conceito de etnotipo, segundo Michaud.

experiência da realidade, que contradizem frequentemente, embora paradoxalmente constituam modelos de formas de pensar e agir de veracidade incontestável para quem os partilha. *"Lançando, ao mesmo tempo, as bases da significação e da comunicação, estes modelos servem para constituir e inscrever no espírito sistemas de categorias em que se enraizam simultaneamente as dimensões do cultural, do social e do psicológico"* (Smith P., 1974, p. 259).

Os mitos têm um papel importante na instituição e manutenção da *"etnicidade fictícia"*. Como diz Balibar (1988), *"Nenhuma nação possui naturalmente uma base étnica, mas à medida que as formações sociais se nacionalizam, as populações que incluem, que repartem ou que dominam são "etnicizadas", ou seja representadas no passado e no futuro com se formassem uma comunidade natural, possuindo por ela própria uma identidade de origem, de cultura, de interesses, que transcende os indivíduos e as condições sociais"* (p.130-131).

A naturalização da etnicidade passa pela língua e pela *"ficção de uma identidade racial"*, processo que vai representar simbolicamente *"a unidade da raça como a origem ou a causa da continuidade histórica de um povo"* (idem, p.135).

A escolarização é um dos principais meios na constituição desta etnicidade fictícia, não só pelo ensino da *"língua materna"* como também através do ensino da História. Fenómeno particularmente presente na Escola portuguesa que antecedeu o 25 de Abril (ver, nomeadamente, M.F. Bivar, 1975; M.C. Radich, 1979; S.C. Matos, 1990). C. Franco e A. Magno (1930) são apenas um exemplo entre muitos outros, quando afirmam : *"O ensino da história nas escolas primárias é entre todos os outros, o mais profícuo e o mais profundo para desenvolver e frutificar*

no espírito das crianças os altos sentimentos do dever, da liberdade, do patriotismo e da crença ardente e moralizadora no porvir da nacionalidade" (cit. in Radich M.C., 1979).

Este processo de etnicização e mitologização veio a ser posto em causa na década de setenta. A negação dos mitos construídos desde o século XVII, reafirmados e poderosamente impostos nos cinquenta anos do período salazarista, provocou uma espécie de amnésia no conjunto da sociedade. A recusa em se identificarem com o seu passado levou os portugueses, pelo menos, a "ausências" na sua memória, devido a recalçamento de "verdades" que não podiam mais assumir como suas. Como em outros domínios, torna-se necessária a desconstrução dos mitos, que alimentam estereótipos presentes nas relações com o Brasil e com os países africanos, como nas relações com os seus emigrantes. Embora revestidos de roupagens democráticas, eles podem ser identificados em todos os níveis da sociedade de "acolhimento", da legislação portuguesa aos locais de habitação e de trabalho, da escola básica à Universidade.

No que se refere ao encontro dos europeus com outros continentes e outros povos, a sua reformulação em termos de "descobrimientos", permitiu que o Ocidente construísse, para seu próprio uso, um *mito da origem* desses outros "mundos" apreendidos enquanto "novos mundos" que passavam a integrar a História Europeia, como se a sua origem e vida dela dependessem e não tivessem direito a uma História própria e desligada da Europa.

Desta forma, a imagem dos colonizados foi construída permitindo à Europa justificar como um "*dever histórico*" de protecção a longa interferência nos seus destinos. "*Considerando e tratando os colonizados*

como sub-homens, os colonizadores afirmavam ao mesmo tempo a sua sobre-humanidade" (Memmi, 1993, p.37).

Tal como no resto da Europa, este discurso legitimador teve em Portugal a mediação de mitos que o alimentavam e eram alimentados por ele. Esses mitos construídos de longa data sobre as "conquistas" e "descobertas" dos portugueses, retomados e reinventados durante o salazarismo, configurando ideologicamente o lusotropicalismo, que deles impregnou os "saberes" aprendidos na Escola, deixaram, apesar das mudanças de Abril de 74, traços que ainda hoje perduram na mentalidade portuguesa.⁶⁷ Eles mostram bem como *"através do mecanismo gerador da ideologia, as relações sociais fundamentais, longe de serem apreendidas como históricas, tomam as aparências de relações naturais e, por assim dizer, eternas"* (Fougeyrollas, 1985, p. 34).

Tendo em conta a construção das identidades, estes traços parecem mover-se à volta de cinco conjuntos míticos principais, confirmando-se mutuamente:

- (1) o mito dos "descobrimentos";
- (2) o mito dos "quinhentos anos de missão civilizadora" de Portugal em África;
- (3) o mito da acção evangelizadora;
- (4) o mito da miscigenação;
- (5) o mito dos "brandos costumes" dos portugueses.

O seu confronto com a História - embora retomando apenas algumas linhas gerais e limitando-nos à intervenção em África - permite-nos

⁶⁷ Mais do que se poderia imaginar, os jovens africanos mostram também alguns destes traços como se verá mais adiante (análise de questionários).

verificar que a construção destes mitos parte de situações ou fenómenos reais que foram interpretados e propagados de forma distorcida, quase sempre através de generalizações abusivas, mas ganhando no seu conjunto, através das épocas, uma coerência aparente. Esta coerência, no período salazarista, é apoiada pelo silenciamento das dissonâncias e pelo empolamento das concordâncias, cimentada pelos ensinamentos da Escola, pelas produções científicas, - limitadas pelo positivismo, mas sobretudo manietadas ideologicamente, - sublinhada pelos meios de comunicação social, sob o olhar atento da Censura. O sistema mítico assim estabelecido constitui um etnotipo, que, fazendo acreditar na "*harmonia pré-estabelecida*" (como diz ironicamente Memmi, a propósito da ideologia colonialista), participa de um sentimento de identidade nacional portuguesa, cuja desmontagem tem sido problemática nas duas últimas décadas e chamado a atenção de investigadores de diversas áreas do saber.

1. O mito dos "descobrimentos"

O que poderia ter sido o grande orgulho dos portugueses nos séculos XV e XVI situou-se de facto no âmbito da Navegação, da Astronomia, da Geografia e também das Ciências Naturais, através da "revolução da experiência" (ver, por exemplo, Marques A. H. O., 1973; Godinho V. M., 1983). "*A desocultação do oculto, a ligação do desligado, exigiram uma nova ferramenta mental e uma nova prática que a palavra 'experiência' consubstancia (...)*" (Godinho, 1983, p. 9). Às verdades impostas pelas ciências clássicas europeias opuseram os resultados das suas observações e experiências, abrindo o caminho para novos métodos e novas concepções da realidade, modificando assim a ciência e o conhecimento geral. Provou-se então, ao contrário do que se julgava, que

era possível navegar no Atlântico, longe da costa, aperfeiçoou-se a orientação através do Sol e das estrelas, descobriu-se o caminho marítimo para a Índia, identificaram-se as Américas como um só continente, desenharam-se mapas do céu e da terra, etc. Graças aos portugueses (mas não só) a Europa foi ao encontro de povos e territórios que até aí ignorara.

Mas os "descobrimentos" transformaram-se num mito quando apontaram para a ideia de que antes deles nada existia. Quando Kwane Nkrumah afirmava que "*O mito central da mitologia que rodeia a África é a negação da nossa qualidade de povo histórico*"⁶⁸, reenviava-nos para o facto de que os povos contactados foram vistos como seres sem humanidade, sem alma, sem cultura, sem história, que nada mais representavam para além da sua utilidade como mão de obra, usada na sua própria terra ou exportada para zonas longínquas.

Como diz Santos (1993), "*existe uma diferença radical entre descobrir uma coisa e descobrir um ser humano : descobrir um ser humano implica reciprocidade*" (p.6). E foi esta reciprocidade que os "descobrimentos" ignoraram. "*Os descobrimentos de Quinhentos são como que a metáfora fundadora da negação moderna da reciprocidade. São pois tão decisivos como descobrimentos quanto como encobrimentos*" (id., p. 7).

Na realidade, o encontro com o outro, a troca aconteceram, desde as gramáticas elaboradas pelos portugueses nos séculos XVI e XVII para conhecimento de línguas não-europeias, as descrições dos modos de vida que inspiraram a reconstrução de mitos-passado em mitos-projecto, como

⁶⁸ Kwane Nkrumah, "Adress delivered to mark the opening of the first International Congress of Africanists... in Proceeding of the first International Congress of Africanists, publ por Lagage Brown e Michael Crowder, Londres, 1954, p. 8, citado in LUCA M^a.M. & PIRES E.B. (1988) .

a Utopia de Thomas Morus (1516) (ver Godinho, 1983). Os "encobrimentos", a negação da troca datam provavelmente de períodos posteriores consumando-se numa ideologia da justificação colonialista.

Embora já antes outras vozes se tenham levantado contra a concepção mítica dos descobrimentos, de tal modo que alguns autores considerem ser "uma palavra a banir", as recentes Comemorações dos Descobrimentos têm constantemente vivido o conflito entre uma concepção ultrapassada e um discurso crítico que retoma a História dos povos nas suas raízes, retirando ao eurocentrismo a sua razão de ser.

Não é pois empobrecer a memória colectiva portuguesa reenviá-la para um passado livre de um "excesso de mitificação" e situado no seu tempo. Um tempo em que a Europa desenvolvia um etnocentrismo que se poderia justificar pela ignorância e pasmo perante a "revolução da experiência" que tanto deve a Portugal. Era também o tempo em que, afinal, os próprios portugueses eram estranhos selvagens aos olhos dos europeus.

2. O mito dos "quinhentos anos de missão civilizadora" de Portugal em África

Este mito insere-se no paradigma que Torres (1991) designa de paradigma multi-secular, defendido por duas teorias contraditórias que padecem de uma mesma "percepção linear e mono-racional". Ou seja, por um lado, uma teoria elaborada em torno do conceito de "civilização", *"assentando no pressuposto de que as colónias e as populações africanas (e a portuguesa) beneficiaram amplamente de um "encontro" que mudou o rumo da sua história"* (p.33); e, por outro lado, uma teoria que *"faz o processo da "dominação imperialista" que submeteu os povos africanos aos objectivos da acumulação da metrópole colonial, através do*

tráfico escravagista, da exploração social e cultural, da violência e da opressão" (p.33). Embora contraditórias, estas teorias, situando-se quer no elogio da interferência europeia em África, quer na sua abominação, mantêm o mito articulado da influência durante quinhentos anos e da imagem do africano como objecto passivo dessa influência.

Com efeito, neste conjunto de mitos há dois motes principais : o tempo e a acção. No que se refere ao tempo, há quinhentos anos atrás os "caminhos marítimos" alargaram e facilitaram de facto os contactos com outros continentes. Mas daí a deduzir uma acção civilizadora (tendo como sujeito da acção Portugal e os povos africanos como objectos passivos dessa acção), mesmo julgando-a embrionária nessa época, é uma extrapolação sem validade. Desbotada que foi a acção civilizadora dos árabes na península ibérica, as cores tornaram-se fortes quando se tratou de pôr em relevo a intervenção ibérica nos chamados "novos mundos". mas, na realidade, apesar da inegável introdução de novas técnicas, de novos conhecimentos e outros hábitos, nem os anos de influência foram quinhentos, nem a acção foi sempre "civilizadora".

Que D. Manuel I se assumisse como "senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia", graças às concessões que os Papas se julgavam no direito de fazer, ou que Salazar se vangloriasse dos "princípios da civilização que nós levamos às populações que em todos os sentidos estavam aquém de nós", não passam de sobre-realizações que podiam responder aos seus respectivos interesses políticos, mas sem assentarem em factos históricos.

Como vimos, se exceptuarmos as ilhas, o "povoamento" português ao longo da Costa de África no século XVI ainda não conseguira ultrapassar os duzentos homens. Estes eram, na sua maior parte, aventureiros, motivados pela cobiça que as riquezas reais e imaginárias

alentavam. Na Costa Alta da Guiné, muitos deles eram os chamados *tangos-maos* ou *lançados*, servindo, durante muito tempo, de intermediários nas trocas com os europeus, especialmente no tráfico de escravos. Adoptavam muitos dos costumes e línguas locais e acabaram por ser perseguidos e condenados à morte (de resto sem grande eficácia) pela coroa portuguesa, por se recusarem a pagar impostos.

Os "princípios da civilização", durante o período que antecede a "partilha de África", tiveram algum impacto no Congo e, mesmo assim, foi uma influência superficial, que atingiu o rei e a sua corte, não se generalizando aos seus súbditos. Em 1491 o rei português enviou uma embaixada com franciscanos, carpinteiros, criadores de gado e pedreiros. O rei Nzinga a Nkuwu foi baptizado, mas tendo anos depois que escolher entre a fé católica e a poligamia, preferiu a segunda. Mais tarde, seu filho Nzinga Mvemba, tomando o nome de Afonso I governou de 1506 a 1543, tendo sido um bom amigo dos portugueses, "*figura dramática de chefe africano, meio destribalizado, meio europeu e de mentalidade portuguesa, genuinamente católico, completamente frustrado nas suas acções e realizações*" (A. H. O. Marques, 1973, 337) ⁶⁹. Mas o Congo deixou de interessar os portugueses pois a sua maior riqueza, aos olhos destes, era o tráfico de escravos que, à razão de 4 a 5.000 pessoas por ano, se foi esgotando. Assim, a "missão civilizacional" alastrou até Angola.

Relembre-se que o poder português em África, até à Conferência de Berlim (1884), se limitava a negociações com os poderes locais, em faixas

⁶⁹ Esta é uma imagem que se há-de repetir durante todo o período de resistência dos povos africanos ao imperialismo europeu e, mesmo mais tarde, na ambivalência em graus e aspectos diferentes de muitos chefes "fantoques", de intelectuais, burocratas e militares que, "europeizados", nem adquiriam um estatuto de igualdade relativamente aos europeus, nem tão pouco eram aceites pelo seu próprio povo.

costeiras onde se iam estabelecendo feitorias e edificando fortalezas assentando particularmente no tráfico de escravos em troca do apoio àqueles poderes. Havia territórios explorados por plantadores afro-portugueses e portugueses, com a obrigação de pagarem impostos à Coroa portuguesa, mas, muitas vezes, para sua maior segurança, preferiam pagá-los às autoridades africanas.

A revolução industrial na Europa e os progressos técnicos que trouxe conduziram os europeus a uma política de expansão que já não se limitava às anteriores trocas, submetidas aos princípios da soberania existentes em cada região com que negociavam, mas investia numa efectiva ocupação militar. Portugal, para impor uma ocupação militar nos territórios africanos que "obtivera" na "partilha de África", na Conferência de Berlim (1884-85), confrontou-se com uma resistência que se prolongou até quase meados do século XX.

Até à 1ª grande guerra a resistência ao colonialismo, para além dos aspectos de luta violenta, exprime-se também pela sobrevivência e renovação dos valores e usos das populações autóctones. A partir de 1910 surgem manifestações do nacionalismo político africano, que se reforça no período que vai entre a 1ª Grande Guerra e 1935.

Assim, o encobrimento da resistência serviu de suporte ao mito dos quinhentos anos de acção civilizadora, enquanto Portugal dava os primeiros passos para o que viria a ser a sua originalidade, ou seja, o seu carácter semi-periférico. Como vimos, a capacidade dos portugueses de se deixarem influenciar simultaneamente pelas culturas das nações que Portugal colonizou e pelas culturas europeias não é a dimensão de menor importância.

3. O mito da acção evangelizadora

O colonialismo baseava-se na ideia de que os europeus eram os legítimos representantes do progresso e que para a sua implantação em África era necessário transformar a cultura africana. *"E como a cultura africana estava intimamente ligada à religião, é fácil de ver que a política colonial europeia podia opor-se violentamente a certos princípios e práticas da religião tradicional que constituíam as próprias bases da sociedade em África."* (Boahen, 1989, p.351).

Convictos da sua superioridade religiosa e civilizacional, ignoraram e desprezaram por completo a importância de culturas radicadas de longa data. Confrontavam-se religiões étnicas, delimitadas a determinados grupos étnicos ou próximos e as religiões de pretensão universalista, islâmicas e cristãs. O europeu procurou substituir as primeiras pelos cultos cristãos. Assim, Portugal, com maior ou menor sucesso, conforme as regiões e a sua própria capacidade de implantação, principalmente através das missões, investiu na propagação da religião católica. *"O Islame é colocado no mesmo plano civilizacional da Cristandade, se não mesmo acima, mas é o inimigo do império, a sua expansão roubou terras aos cristãos, o seu poderio ameaça-os, os muçulmanos não se convertem - e muitos cristãos renegados passam para o seu lado"* (Godinho, 1983, p.22). Deste modo, enquanto os cultos tradicionais eram reprimidos, a religião islamita era considerada pelos europeus como mais esclarecida e, na medida em que tinha a capacidade para integrar sem destruir as religiões étnicas, podia servir de ponte com estas. Era, assim, mais tolerada e, por vezes encorajada. Mas opondo-se ao colonialismo europeu, era também frequentemente identificada com a resistência à dominação europeia e, também por isso combatida.

Até 1622, data em que Roma criou a Congregação da Propagação da Fé (*Congregatio de Propaganda Fide*), Portugal teve, perante a Igreja Católica, o monopólio da "evangelização" em África. Mas os representantes do clero, para além de dificilmente sobreviverem nos trópicos, "*eram mais activos no comércio de escravos do que a dizer missa*" (C.R. Boxer, 1988, p.13). Note-se que a Congregação da Propagação da Fé proibia claramente estes procedimentos : "*Se virem um de entre vós cair numa tal absurdidade, tirem-no imediatamente da missão, até mesmo ao ponto de o fazer sair do país, porque não se pode imaginar nada mais perigoso para vós e de maior prejuízo para a causa de Deus, que repousa nas vossas mãos*" (cit. in Merle, 1969, p.65)⁷⁰. Proibição que não impedia, por exemplo, os jesuitas de ensinar ofícios aos escravos de Angola, de forma a lucrarem mais na sua posterior venda no Brasil (ver Venâncio J. C., 1993).

Este é talvez um dos mitos que maior impacto tem hoje nos estereótipos que se exprimem no terreno da comunicação entre a sociedade de acolhimento e os imigrantes. Sendo a religião católica dominante em Portugal, - o que é cada vez menos coincidente com maioritária, não só devido às inúmeras seitas que vão surgindo, como também porque o baptismo católico é, para uma população de número não identificável, mais uma prática social⁷¹ do que cultural - confronta-se com a diversidade religiosa dos imigrantes : religiões animistas, protestantes, islâmicas, etc. Mas este confronto é quase sempre ignorado.

⁷⁰ Merle reproduz diversos documentos, entre eles esta "instrução" de 1659, de forma a mostrar as "boas intenções, mas também os limites" da política da Santa Sé para com os povos colonizados.

⁷¹ Queremos dizer, com esta distinção, que, para certos grupos, o próprio acto do baptismo implica mais uma decisão que evita a crítica social do que a expressão de uma crença, não sendo portanto acompanhado por qualquer educação religiosa que constitua um sentimento de pertença.

Por exemplo, o regresso da religião católica à escola laica portuguesa, através de diversas estratégias de colaboração entre as direcções das escolas, docentes e paróquias, sendo uma prática que se entende da parte da Igreja, é no que se refere à Escola, um atentado aos direitos dos cidadãos. Ou seja, para além de a escola não dar visibilidade a outras religiões, não respeita o direito dos alunos e das suas famílias de não participarem numa religião que não é a sua ou de comunicarem com outros grupos numa relação igualitária. Trata-se de uma evidente manutenção deste mito, através da saliência imposta pela religião dominante em espaços de socialização institucionalizada.

4. Os mitos relativos à miscigenação

Tal como aconteceu com os outros mitos, alguma coisa aconteceu para que este fosse alimentado de forma a manter-se até hoje. Com efeito, a miscigenação é inegável. O que não deve é ser vista como um fenómeno vivido de forma semelhante em todas as colónias sob o domínio português. O que não deve é deduzir-se daí que as relações entre os diferentes grupos foram sempre amistosas e abertas. O que não deve é pautar-se um fenómeno situado no passado pelos usos, costumes e discursos morais do presente.

As mulheres portuguesas não acompanhavam, em geral, os homens nas suas viagens, nem se sentiam atraídas pela vida nas terras africanas, cujo clima era mal suportado pelos europeus, e onde as condições materiais eram extremamente duras e perigosas. A Coroa portuguesa destinava a cada homem solteiro uma negra para a procriação. Mas mesmo os homens casados tomavam, muitas vezes pela força, mulheres negras. Em S. Tomé, " (...) o mais comum, para um português recém-chegado, era assegurar-se dos serviços de uma lavadeira, simultaneamente

amante e governanta, que também lhe assegurava a descendência" (Boxer, 1977, p.116). Ainda no século XV, foram enviadas, para povoamento da ilha, cerca de duas mil crianças judias, separadas dos pais. Anos mais tarde, tinham-se ligado, na sua maioria a homens negros, o que parece confirmar a discriminação relativa aos judeus naquela época. Também para Angola, já no século XVI, seguiram, para o mesmo efeito, meninas órfãs e ciganas (separadas das famílias).

A Coroa portuguesa, não encorajando as portuguesas a viverem em Angola, acabou por legislar sobre a obrigação de os homens casados regressarem a Portugal para viverem maritalmente com suas mulheres, o que apesar de tudo não teve grandes efeitos concretos.

A posição de responsáveis portugueses sobre esta questão é por demais evidente : "*A miscigenação é uma espécie de reversão do homem civilizado à selvajaria e o seu principal agente é a negra. Os africanos confiaram à negra a sua vingança dos europeus, e é ela, a horrivelmente feia - pois não há negra que não seja horrível- que faz com que os orgulhosos conquistadores do continente negro caiam vítimas da sensualidade do acaso, das práticas vis e desumanas dos traficantes de escravos, do delírio do alcoolismo, da brutalização de uma raça inferior e mesmo dos dentes das hienas escavando nos cemitérios*" (António Enes⁷², cit. por Isaacman, 1979, p. 303).

A miscigenação foi muito superior na costa da Alta Guiné, em São Tomé e Cabo Verde, onde rapidamente se desenvolveu uma população mestiça, particularmente nas zonas mais litorais das ilhas. Aliás o litoral aparece sempre como um exemplo deste fenómeno já que soldados,

⁷² António Enes foi Comissário Régio em Moçambique em 1891 e presidiu mais tarde, a Comissão que elaborou o Código de Trabalho de 1899.

marinheiros e outros viajantes tinham frequentemente relações transitórias com mulheres destas regiões.

Se, por um lado, a miscigenação variou de colónia para colónia, por outro lado, a relação com o mestiço foi marcada pelo abandono, pela desconfiança e, frequentemente, por um sentimento de culpa por ele ser a prova da alteração da "pureza" da "raça branca". Também a aceitação deste tipo de relações por parte dos africanos variava em função das regiões. Há, por exemplo, referências a mulheres negras de Mina que abortavam ou tiravam a vida aos recém-nascidos quando eram fruto de violações por parte de brancos.

Mesmo quando existiu, a aceitação da miscigenação foi, em grande parte, desnaturada pelo machismo português. Era - e ainda é em certos meios - mais aceite a relação homem branco/mulher negra do que a inversa. Ou seja, sendo a mulher considerada um objecto de uso para o prazer e para a procriação, não seria problema a utilização de mulheres africanas para o efeito. Em compensação, a relação das mulheres portuguesas com africanos punha em causa os direitos de propriedade do homem português. Sendo uma forma simplista de abordar esta questão, a verdade é que ela faz parte do senso comum, não podendo ser ignorada. Evidentemente que o etnocentrismo, a defesa das características culturais de um grupo, que assentam numa socialização de que a mulher é o principal motor (na família e na escola), entram em jogo de uma forma complexa nas representações sociais que estão subjacentes à percepção destes fenómenos. Hoje, verificamos posições simétricas da parte dos africanos, sem que possamos afirmar que se trata da impregnação do machismo (português ou outro) por aculturação ou de etnocentrismo.

Embora as ciências antropológicas tenham provado que o contacto entre as culturas é um dos motores do seu enriquecimento e evolução, tal

como as ciências biológicas comprovam o fortalecimento e enriquecimento dos grupos humanos pelo seu cruzamento, vivem-se ainda hoje situações paradoxais neste domínio. O elogio da miscigenação portuguesa d'antanho acompanha-se de uma reacção à miscigenação actual, tal como a afirmação dos "brandos costumes" se confronta com actos de violência que têm marcado manifestações racistas recentes.

5. O mito dos "brandos costumes"

Abrangendo todas os outros, este é, provavelmente, o mais arreigado dos mitos portugueses.

No entanto, é difícil conceber "brandos costumes" nos mercadores e marinheiros dos navios negreiros ou nos criminosos degredados que fizeram os primeiros passos no "povoamento"⁷³ das colónias. E, mesmo em épocas posteriores, não aponta na defesa desta tese a própria manutenção do tráfico de escravos, após a abolição da escravatura (que foi decretada, em primeiro lugar, pela Inglaterra⁷⁴), nem a legitimação da servidão através da figura do "contratado".

A violência dos europeus - e os portugueses não foram certamente uma excepção - é bem demarcada por Bohaen (1989), quando se refere aos africanos no início do século XX : *"eram os primeiros africanos a conhecer a crise da identidade provocada pelo traçado das fronteiras coloniais artificiais que fragmentavam antigas unidades culturais, linguísticas, históricas e devida igualmente aos traumatismos culturais*

⁷³ De facto, só se pode falar de povoamento no que se refere a São Tomé e Cabo Verde. Nos outros territórios africanos houve, sobretudo, despovoamento através do tráfico de escravos e do esmagamento das lutas de resistência.

⁷⁴ O que, aliás, aconteceu após um longo processo de debate público e se situa no contexto da industrialização e da menor necessidade de escravos, pois é então que mulheres e crianças passam a ser usadas, em Inglaterra e noutros países, como mão de obra barata.

sofridos em dormitórios nas minas e quintas, nas casas dos Brancos, nas igrejas e escolas cristãs no mundo dominado por colonos" (Bohaen, 1989, p. 185).

Evidentemente, todo o silêncio que sempre envolveu as lutas de resistência e mesmo a forma como as guerras de independência eram apresentadas aos portugueses, sob aspectos parcelares e considerando-as como o resultado de manipulações estrangeiras, eram de molde a fazer crer, pelo menos àqueles que não tinham ou não procuravam outros meios de informação, que as "províncias ultramarinas" se "civilizavam" pacificamente. Todo este silêncio era contrabalançado pelo relevo dado às reformas apressadas de última hora e pelos discursos inflamados de elogio ao poder de que os períodos salazarista e marcelista foram pródigos.

A impregnação do lusotropicalismo e dos mitos que o constituíram foi tão forte que, sob outras formas, salpica ainda o discurso de muitos responsáveis a propósito dos PALOP. Aliás, raro é o Encontro sobre imigração em Portugal que não debata esta questão, tanto no que se refere ao passado como aos nossos dias.

Embora opondo-se à crença dos "brandos costumes" a deputada Maria Belo afirma "*A especificidade dos portugueses não esteve pois na mansidão, mas na naturalidade em reconhecer e educar os filhos das indígenas violentadas, casar com as escravas, estabelecer relações de afectividade e companheirismo com os escravos, desenvolver a vontade de perceber e fazer-se perceber pelo 'outro' a que se juntava uma grande capacidade de assimilar climas, costumes, hábitos e alimentos diferentes.*" (1991, p.1). Pode-se dizer que se trata de uma síntese surpreendente, pois numa só frase a autora atravessa todo um campo complexo, permitindo a formulação de uma identidade nacional (portuguesa) positiva, apesar dos erros confessados. Mas lamentavelmente é de uma linearidade inaceitável,

na medida em que parte de generalizações abusivas e de interpretações que ignoram conflitos evidentes. Referir "afectividade e companheirismo" a propósito da escravatura e de violentações é, pondo de lado quaisquer outros comentários, passar uma esponja sobre a violência física, simbólica, social e cultural que estas expressões do colonialismo representam.

Temos que admitir que os "bons costumes" portugueses são uma reminiscência mítica da tríade Deus/Pátria/Família tão grata à ideologia do Estado Novo, mas inaplicável ao projecto democrático do 25 de Abril.

Não é, como veremos, a construção de uma "identidade nacional" assente num discurso mitificado e mistificador que permitirá uma imagem de marca positiva de Portugal, mas a capacidade de se assumir como um país semi-periférico que pode construir o futuro no seu encontro com o Outro.

CAPÍTULO VI

PASÁRGADA ?

I. A Sociedade de acolhimento

"A leveza da zona fronteiriça torna-a muito sensível aos ventos. É uma porta de vai-vem, e, como tal, nem nunca está escancarada, nem nunca está fechada "

(Santos, 1993^a, p.36)

1. Portugal, sociedade de acolhimento, sociedade multicultural

Entender Portugal como sociedade de acolhimento é, quanto a nós, apercebermo-nos de que não se trata de um quadro rígido, definido legalmente, mas de uma sociedade que, como qualquer outra, vive conflitos internos e externos e sofre constantes transformações a nível político, social, económico e cultural. Em Portugal, nas últimas três décadas, estas mudanças têm sido particularmente sensíveis, desde os processos de independência das colónias, da passagem, a partir de 75, para um regime democrático, do re-povoamento⁷⁵ e do esforço de desenvolvimento, à recente integração na Comunidade Europeia.

Reportando-nos à proposta de análise de Leca (1990), atrás referida, talvez mais do que em qualquer outro "país de destino" europeu, em Portugal a pregnância entre o espaço nacional, o espaço transnacional e o espaço de referência da imigração reenvia-nos constantemente para a

⁷⁵ Re-povoamento que se deve ao regresso de emigrantes, de portugueses que viviam nas antigas colónias, à chegada de cidadãos portugueses delas originários ou de Macau e Timor e ao número crescente de imigrantes.



interface entre eles, prejudicando a possibilidade de os distinguir, mesmo em termos operacionais.

A situação semi-periférica de Portugal coloca-nos numa referência constante aos países centrais, com os quais manteve e mantém cadeias de dependência económica e política, com reflexos nos domínios cultural e social; e as suas relações com a periferia são pautadas por uma história de colonização, que, como vimos, foi também dependente das estratégias de dominação política e económica dos países do centro, que ainda orientam os laços mantidos com as ex-colónias.

O que afirmamos está bem patente na caracterização da cultura portuguesa feita por Santos (1993a, 1994). Este autor defende que o elemento básico da existência colectiva portuguesa está no "*facto de Portugal ter sido, durante muitos séculos simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa*" (1994, p. 59). Partindo da hipótese de trabalho de que o Estado português nunca cumpriu as funções de diferenciar "*a cultura do território nacional face ao exterior*" (1993a, p. 32) e de promover "*a homogeneidade cultural no interior do território nacional*" (id.), conclui que a cultura portuguesa é uma "*cultura de fronteira*". O "*defice de identidade pela diferenciação*" e o "*defice de identidade pela homogeneidade*" ao mesmo tempo que criam um "*vazio substantivo*", são produtores do acentrismo, cosmopolitismo, dramatização e carnavaalização das formas caracterizadores desta "cultura fronteiriça". O acentrismo expressa-se "*na voracidade das apropriações e incorporações, na mimesis cultural, no sincretismo e no translocalismo (...)*" (1993a, p.33).

Com efeito, os "esforços" do Estado português no sentido da homogeneização interna foram ambíguos, tardios e ineficazes. Nomeadamente a partir da década de 50, toda a propaganda investida no

mito da unidade tinha subjacente o interesse em manter as colónias e em calar as vozes portuguesas que se opunham ao regime. Tanto estas como os movimentos de independência eram apelidados de estrangeiros ou de renegados ao serviço do comunismo estrangeiro. Ao mesmo tempo que se procurava fixar a imagem de uma ruralidade passiva, pacífica e católica, com incursões num folclorismo de exportação, através de um discurso assimilacionista, incluía-se o "além mar", que até aí fora excluído do direito a ser sujeito/actor de cultura. Em contrapartida, enquanto uns emigravam - absorvendo em maior ou menor grau outras culturas - outros investiam na re-construção/re-invenção das suas identidades nacionais - diferenciando-se da sociedade colonizadora e da pretensa extensão do lusotropicalismo - como estratégias de reforço às lutas pela independência.

Com o advento da democracia, a "identidade cultural", que o salazarismo e os seus seguidores tinham fabricado, viu-se questionada, negada e abalada a diversos níveis, tanto mais que o 25 de Abril veio desocultar outras formas de estar e ser, de que a vontade de participar activamente na reconstrução da sociedade portuguesa, não foi o aspecto menos importante, pelo menos nos primeiros tempos, enquanto a "normalização" não veio minar essa vontade. *"Não se tratava apenas de mudar as instituições; o desejo de mudança ia muito mais fundo e implicava uma exigência cultural, mal definida; é certo, mas que, para ser cumprida, obrigava a uma redefinição radical das regras de ocupação do espaço público, subvertidas agora pelos novos dizeres e fazeres que nele começavam a procurar um lugar"*(Ribeiro A.S., 1986, p.13).

De sociedade refractária à mudança, Portugal passou a investir em mudanças rápidas, nem sempre suficientemente assumidas para além do discurso. Como afirma Santos (1994), a um processo de

desterritorialização colonial (pela perda das colónias e redução de Portugal ao seu espaço geográfico), recentemente, com a integração na Comunidade Europeia, sucedeu-se um novo processo de desterritorialização. Ambos têm imprimido na vida portuguesa dinâmicas complexas que se espelham em novas formas culturais. Assim, se o processo de desterritorialização colonial foi acompanhado por uma maior proximidade de facto com os modos de ser e pensar das pessoas que viviam nas antigas colónias⁷⁶, só muito recentemente começou a ganhar visibilidade o seu impacto na cultura portuguesa, que além de ter absorvido novas características através dos emigrantes, lhes acrescentou a contribuição de africanos e brasileiros, ao mesmo tempo que recorre cada vez mais a modelos europeus, ganhando nítidas facetas multiculturais. Esta apropriação de novas formas culturais, embora possa ser, como diz Santos, uma apropriação superficial, ou talvez por isso mesmo, cria representações conflituais da "identidade nacional" portuguesa.

Grupos mais tradicionais continuam a debater-se pela preservação de uma "identidade nacional", que tem, por vezes, semelhanças aparentemente paradoxais com a que era defendida anteriormente à instauração da democracia. *"Os discursos convencionais sobre a "identidade nacional" ou sobre o "caracter nacional" têm sido construídos a partir de um genius loci mitificado, abstracto e mistificador e os mais recentes têm-nos glosado (ou pouco mais) (...)"* (B.S. Santos, 1994). Com efeito, visões inseridas na dinâmica do processo democrático numa *"mítica busca da identidade"* perdiam-se na ignorância da *"complexidade dinâmica dessa identidade em termos da prática, como algo que permanentemente se estava a fazer e a desfazer por entre as profundas*

⁷⁶ Esta maior proximidade podendo parecer paradoxal, não o é. Ela justifica-se pelas características do colonialismo e pela forma como se desenvolveu o processo dito de descolonização.

alterações que atravessavam a sociedade portuguesa, já bem antes do 25 de Abril" (A.S. Ribeiro, 1986, pp. 20-21)

Enquanto isso, os discursos estatais alimentavam e alimentam a necessidade de construção de uma identidade europeia, a que Santos chama a "imaginação do centro". As relações simbólicas (e não só) com uma Europa prenhe de promessas, são atravessadas pelo desejo de identificação a Centro. Para além do reflexo na vida económica, política e social do país, permitindo sustentar, pelo menos a breve prazo, os sentimentos de identificação em termos de desenvolvimento, os acordos comunitários transportam consigo fantasmas, nomeadamente no que se refere à imigração, reproduzidos em Portugal pela necessidade de fazer passar uma legislação que põe em causa princípios, relações e acordos que Portugal ainda recentemente respeitava. Estas questões, no contexto da problemática em que incidimos, reflectem-se, evidentemente, na configuração de Portugal como sociedade de acolhimento.

2. Políticas de Imigração ?

O facto de ter sido (e ser ainda) fornecedor de mão de obra para aqueles países tem servido de base ao argumento (do senso comum) de que Portugal deveria estar em melhores condições para elaborar as suas políticas de imigração. Com efeito, pode mesmo dizer-se que um número significativo de responsáveis políticos, desde o 25 de Abril, passou anteriormente pela condição de refugiado ou de imigrante, conhecendo de perto as dificuldades e o sentimento de ser objecto da projecção de estereótipos que os países de acolhimento foram construindo sobre os imigrantes em geral e sobre os portugueses em particular. No entanto, supor que essa experiência foi vivida de forma semelhante por todos é, claramente, um erro de generalização abusiva e, para além disso, a

vivência de determinados problemas, para além de ser pessoal, faz muitas vezes acreditar que são inerentes à situação e, por isso, inevitáveis. O que é um facto é que essa experiência não tem suficiente peso nas tomadas de decisão, face a questões de poder mais complexas em que entram em jogo interesses pessoais, nacionais e internacionais. A "imaginação de centro" do Estado português tem neste domínio a sua expressão mais evidente e explica "(...) *a arrogância em tentar fechar o mar aos brasileiros e aos africanos, erguendo estupidamente uma parede contra a história, para além de descurar desavisadamente a eventualidade de no futuro ter de vir a trepá-la*" (Santos, 1993a, p.36), para manter o seu papel de ponte entre o centro e a periferia.

Mas as políticas de imigração não se desenvolvem apenas no domínio das "entradas", embora seja esse aspecto que mais parece preocupar, actualmente, a maior parte dos países da União Europeia. Elas envolvem uma planificação e uma coordenação da instalação dos imigrantes e a sua inserção enquanto cidadãos na sociedade de acolhimento. E é a concepção da cidadania que se encontra neste domínio mais prejudicada pela sua ambiguidade, pela forma contraditória como tem sido tratada.

2.1 Das dimensões da cidadania às lógicas da exclusão

A cidadania tem sido vista, na sua dimensão privada, como uma troca de direitos e obrigações entre o Estado e o indivíduo, comprometendo-se este a cumprir a lei e aquele a protegê-lo. Na sua dimensão política, põe-se o acento na participação do indivíduo nas actividades políticas, o que garante, idealmente, a inteligibilidade do Estado e o controle da sua arbitrariedade.

A cidadania supõe relações de crescente complexidade entre o indivíduo e a comunidade. Por um lado, o indivíduo é cada vez mais um sujeito abstracto, cujas particularidades vão sendo igualizadas e universalizadas, "*de modo a facilitar controle social das suas actividades e, consequentemente, a regulação social*" (Santos, 1994, p. 207). Ora igualização perante a lei não significa o fim da desigualdade de classes. Por outro lado, o próprio sentido de comunidade foi-se sobrepondo ao de comunidade cultural e, nos Estados modernos Europeus, ao de comunidade global política, configurando o Estado-Nação. Ou seja, o indivíduo, como cidadão, foi sendo cada vez mais despojado da sua subjectividade enquanto a comunidade perdia os laços de proximidade e de afectividade que Tönnies identificava com a *Gemeinschaft*. A vontade orgânica é submergida na abstracção das relações sociais, cuja racionalidade é cada vez menos inteligível para o cidadão comum. Daí que a sua participação se torne acomodatória e os seus sentimentos de pertença e afiliação se instrumentalizem, ao mesmo tempo que a sua capacidade de controle da arbitrariedade do Estado se vai reduzindo ao voto, ele próprio submetido aos mecanismos de manipulação ideológica.

Duas lógicas diferentes se degladiam no interior do conceito de Estado-Nação. Por um lado, a "*nacionalidade reenvia à ideia de um indivíduo que é construído por uma comunidade pré-existente*" (Leca, 1990, p.15). Trata-se de uma comunidade territorializada, com limites fixos, culturalmente demarcada. A nacionalidade supõe a semelhança, a homogeneização fabricada pela comunidade, exclui a diferença. Por outro lado, a cidadania reenvia "*à ideia do indivíduo construindo artificialmente uma colectividade, ela própria em mudança*" (idem, p. 15). Os seus limites não são rígidos, é evolutiva, sendo potencialmente inclusiva do Outro, em função dos laços que se vão criando com base na própria

mudança. Daí que Leca afirme que *"A nacionalidade é um conceito sempre potencialmente exclusionário e a cidadania, na sua lógica social, é um conceito potencialmente inclusionário"* (idem, p. 15). A articulação paradoxal entre estes dois modelos apoia-se na redução das desigualdades pela solidariedade interna e na exclusão do não-nacional. A inclusão deste só aparece possível através de uma naturalização, produto da assimilação, embora o discurso relativo ao respeito pela diferença possa estar presente: *"O acesso aos direitos políticos é acompanhado, não pelo desaparecimento de símbolos culturais não nacionais, mas pelo seu recalcamento no estatuto de símbolos 'folclóricos', insuficientes para fundar elos políticos legítimos"* (Leca, 1992, pp. 314-315).

A cidadania não atinge todos de igual modo. Na história de cada país, a aquisição da cidadania é um campo de luta. Determinados grupos excluídos (mulheres, analfabetos, grupos étnicos) foram progressivamente conquistando o seu espaço neste domínio, tal como há direitos e deveres que foram sendo acrescentados ou retirados.

O estatuto jurídico da cidadania compreende três níveis de direitos:

- Os direitos cívicos, mais universais, respondem à necessidade de liberdade individual, de expressão, pensamento, crenças, à propriedade privada e à justiça legal. São direitos garantidos pelo Direito moderno e pelo Direito judicial.

- Os direitos políticos possibilitam a participação no exercício do poder político, quer pela escolha de representantes na constituição de órgãos políticos, quer pela participação nestes órgãos.

- Os direitos sociais, constituídos pelo direito ao bem estar económico e à segurança social, assentam em instituições que conferem ao Estado o seu aspecto de Estado-Providência.

Ao contrário dos Estados Unidos e do Canadá, a lógica de atribuição do estatuto jurídico de cidadania nos países da Europa ocidental tem sido de sobrepor cidadania e nacionalidade. Deste modo, os direitos políticos plenos abrangem apenas o cidadão nacional, embora a participação de residentes estrangeiros na vida política das municipalidades se tenha vindo a alargar. De um modo geral, os direitos cívicos e sociais aparecem formalmente como abrangendo nacionais e não nacionais. Sob determinadas condições, que variam consoante o país e a época, os residentes estrangeiros têm a possibilidade de se "naturalizarem" (assimilarem) e adquirirem estatuto pleno de cidadão.

Com a constituição da União Europeia surge uma figura nova, transnacional, dentro das fronteiras da Comunidade, designada como "cidadão comunitário".

Se em outros países da Europa se tem assistido a uma regressão em matéria de direitos dos imigrantes, nomeadamente no que se refere às entradas e a reagrupamento familiar, não há dúvida de que certos direitos sociais e mesmo políticos são coisa adquirida (ver Wiewiorka, 1994). Embora não se possa afirmar que assumem políticas de imigração, estes países têm, apesar de tudo, uma longa história de legislação proibindo a discriminação e, sob concepções mais ou menos assimilacionistas, com melhores ou piores resultados, conceberam estruturas de integração dos imigrantes.

Comparativamente com os outros países da União Europeia Portugal é, como vimos, o que tem menos experiência no domínio da imigração. A entrada para a Comunidade Europeia teoricamente poderia ter levado a que alguns dos direitos já conquistados pelos imigrantes noutros países europeus viessem a reflectir-se em Portugal. No entanto, os constrangimentos aumentaram.

2.2 Da Constituição à legislação

Através da sua Constituição a República Portuguesa assume-se como um Estado de direito democrático (art. 2º). A sua leitura aponta-nos para uma significação universalista do conceito de cidadania, tendo em conta que os "preceitos constitucionais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem" (Art. 16º, nº2). Assim sendo, os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal aparecem com direitos e deveres iguais aos dos cidadãos portugueses (Art. 15º, nº 1). No entanto, são exceptuados "os direitos políticos", o "exercício das funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela Constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses" (Art. 15º, nº2). De facto, este segundo artigo parece possibilitar a existência de leis como o Decreto-Lei 797/76, de 6 de Novembro, que determina a exclusividade dos cidadãos portugueses nos concursos à habitação social. Este Decreto-Lei entra, assim, em contradição com a Declaração Universal dos Direitos do Homem na qual, como se disse, se integram os princípios da CRP. Ou seja, encontra-se aqui a lógica da separação entre nacional e não nacional que referimos atrás: o cidadão nacional, com direitos políticos, civis e sociais e o cidadão estrangeiro, excluído dos primeiros e com a possibilidade constitucional de exclusão de parte indeterminada dos segundos e terceiros. Assim, para protecção dos trabalhadores portugueses, há ainda uma Lei que impede as empresas de empregarem mais do que 1% de estrangeiros. Este tipo de "protecção" só se justifica face à ineficiência do controle da aplicação das Leis do Trabalho, permitindo situações de subterraneidade laboral de que são vítimas imigrantes e portugueses, com

todos os prejuízos afins, como sobrecarga de horários, não pagamento de salários, impossibilidade de gozarem férias, sonegação dos direitos à Segurança Social, etc.

Com efeito, também neste quadro a CRP inclui "todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, convicções políticas ou ideológicas" nos direitos à retribuição do trabalho, a condições dignificantes, de higiene e de segurança, ao descanso e às férias pagas, etc. Mas, como se verifica pelos estudos anteriormente citados (Perista e Pimenta), tal não acontece. De facto, se nem todos os cidadãos portugueses têm a capacidade de exercer os seus direitos, se o falhanço do Estado-Providência é cada vez mais evidente em Portugal, é provavelmente no plano das políticas de imigração que a sua incapacidade é mais óbvia. Paralelamente, a Sociedade-Providência, tal como a descreve Santos (1993b, 1994), no domínio da imigração dá ainda os seus primeiros passos, se não falarmos das redes de solidariedade criadas entre os próprios imigrantes.

O estado português fez surgir, num terreno aparentemente sem história, uma legislação limitada e colando-se apressadamente aos acordos europeus.

É o caso da legislação relativa à legalização dos imigrantes que, nos seus próprios dizeres, acontece como um enquadramento necessário a uma situação de facto : "*A manutenção de situações de ilegalidade dos imigrantes em Portugal é tão ofensiva em termos de juízo de valor sobre o próprio ordenamento jurídico e a sua eficácia como o é face à propensão à marginalidade que acarreta*" (Decreto-Lei nº 212/92 de 12 de Outubro).

A celeridade do processo, evidenciada por um prazo excessivamente curto, o quase nulo investimento numa informação

adequada daqueles a quem se dirigia, reenviam-nos mais para as conveniências e interesses em acatar formalmente os acordos comunitários do que em redefinir e alterar uma situação que se agravava. Este processo despertou a opinião pública e está na origem do aparecimento e desenvolvimento de grande número de grupos e associações de solidariedade (ver anexo).

Seguiu-se a publicação simultânea de dois Decretos-lei. O primeiro destinado a responder "*às novas exigências que a Portugal se colocam como país de imigração situado num espaço comunitário*" (Decreto-Lei nº 59/93, de 3 de Março); o segundo, definindo "*condições relativas à entrada, permanência e saída do território nacional específicas para os nacionais dos Estados membros*" da Comunidade Europeia (Decreto-Lei nº 60/93 de 3 de Março).

As diferenças entre o tratamento do cidadão comunitário e do cidadão estrangeiro de países terceiros reenviam evidentemente para os acordos celebrados, mas realçam sobretudo as opções da "imaginação de centro" do governo português, já que as condições concretas dos imigrantes e as relações com os países africanos, aparentemente privilegiadas, foram aqui ignoradas.

A reduzida legislação e a ausência total de uma política de imigração caracterizam o papel do Estado português neste domínio, ou seja a demissão, a incapacidade e a tentativa de dar forma "*après coup*".

Receber trabalhadores estrangeiros é não só assumir o seu papel no desenvolvimento económico do país como aceitar a sua participação social e cultural, o exercício da sua cidadania, sem que tal constitua uma ameaça, mas antes um processo de enriquecimento em diversas vertentes.

Sem um quadro legal que providencie este processo, sem uma reconversão das mentalidades que dê sentido à palavra "acolhimento"⁷⁷, as estratégias de inserção dos imigrantes estão votadas, em grande parte, ao fracasso.

Em suma, é este o contexto do contexto da integração dos estudantes africanos que no quadro desta "sociedade de acolhimento" procuram, consciente ou inconscientemente, elaborar estratégias identitárias que lhes permitam confrontar-se, de forma mais ou menos positiva, com esse tempo longo de imigração temporária.

II. Retratos do imigrante

1. Portugal país de emigração/imigração

Conhecido como país de emigração, Portugal tem também atraído estrangeiros, desde os escravos (se é que se pode falar de atracção forçada) a refugiados da Guerra de Espanha ou ainda, durante a segunda Grande Guerra, muitos daqueles que fugiam ao nazismo, assim como, posteriormente, aqueles que sentiam no Portugal de Salazar a possibilidade de fazer esquecer o seu passado nazi. Apesar disso, estes tipos de imigração não tiveram o significado, quer quantitativo, quer qualitativo, que lhe encontramos hoje.

No período anterior ao 25 de Abril, as correntes migratórias articulam-se com as características do funcionamento do mercado de trabalho assistindo-se a uma compensação entre emigração e imigração: o espaço esvaziado pela primeira é preenchido pela segunda. Este fenómeno traduz o *"lugar semi-periférico que Portugal ocupa face ao processo de acumulação capitalista à escala mundial, numa dupla relação*

⁷⁷ "Acolhimento" em Portugal parece limitar-se a um slogan turístico.

de dependência-dominação (colonial) com predominância da primeira" (França, 1992, p. 103).

Com efeito, a partir dos anos 60, a fim de fazer frente às guerras pelas independências, e para manter a sua imagem de "ultimo baluarte do colonialismo", o governo português investiu numa estratégia de povoamento dos territórios africanos sob o seu domínio⁷⁸. Este investimento, acrescido pelos efectivos de militares implicados naquelas guerras (à volta de 140 mil homens) e pelo aumento de emigrantes, especialmente com destino a países europeus, (700 mil pessoas, trabalhadores, em grande parte do sector da agricultura, e jovens, evadindo-se do serviço militar), provocava uma enorme hemorragia de braços. Por outro lado, o aumento de investimentos estrangeiros em Portugal e nas colónias⁷⁹, transferindo o poder de decisão da economia portuguesa para o capital financeiro internacional, trouxe europeus e americanos às principais regiões económicas do país. Embora estes investimentos se centrassem em indústrias transformadoras (permitindo reduzir a utilização de homens, substituindo-os por máquinas) e exigissem técnicos especializados fornecidos pelo estrangeiro, levaram, pelo menos aparentemente, a uma regressão da taxa de desemprego.

Entretanto, as novas empresas requeriam novas construções e meios de comunicação adequados; é neste período que arranca a construção do metropolitano de Lisboa, o Algarve - que começara a atrair os turistas e o

⁷⁸ Ver, por exemplo, as tentativas frustradas de Cabora Bassa em Moçambique e os colunatos em Angola (Ferreira, 1974).

⁷⁹ Ferreira (1974) faz uma análise destes capitais que, só em 1969, somavam à volta de 1,8 biliões de contos, dos quais 66% eram investidos nas colónias. Enquanto que a Bélgica (principal investidor) e a África do Sul investiam unicamente nas colónias, a Espanha e a França concentravam-se em Portugal. Os capitais dos Estados Unidos da América iam preferencialmente para África enquanto que os da República Federal Alemã eram mais significativos em Portugal.

capitalismo europeu- inicia uma fase de construção de habitações, hotéis, estradas, etc.

Todo este investimento na construção civil e obras públicas cria a necessidade de mão de obra (barata). Paralelamente, as dificuldades opostas à emigração portuguesa não eram suficientes na medida em que os salários na Europa eram mais motivantes para os portugueses. Para preencher este vazio contrataram-se naturais das colónias, sobretudo caboverdianos.

Esteves (1991) põe em relevo dois movimentos significativos na vinda de naturais das ex-colónias:

- os estudantes africanos, que vinham frequentar as Universidades portuguesas, sem significado estatístico, mas ocupando *"um lugar social que irá ser fundamental na configuração das relações com os PALOPs após a independência, em todos os domínios (incluindo o dos movimentos da população)"* (p. 20);

- os trabalhadores sem qualificação profissional, na sua grande generalidade caboverdianos, que vinham preencher o vazio de mão de obra deixado não só pelas guerras coloniais, como pelos emigrantes portugueses. Se as estatísticas os identificassem sem ambiguidades⁸⁰, estes trabalhadores africanos corresponderiam já então a um número significativo. Criaram bases de contacto e de apoio que permitiram, após as independências dos seus países de origem, o crescimento (e não só) dos fluxos migratórios dos PALOP.

⁸⁰ Note-se que em 1981 46% dos caboverdianos residentes em Portugal tinham chegado entre 60 e 70.

Após 1974 (ver Pires e outros, 1984) iniciou-se um percurso de retorno de emigrantes portugueses, seguido do retorno dos portugueses residentes nos países africanos. Num primeiro tempo, um número não identificado de naturais das ex-colónias foi também considerado administrativamente como "retornado", embora a designação fosse totalmente inadequada, pois a sua maioria, não só não era natural de Portugal, como nem conhecia este país. Entre 1975 e 1977 usou-se a designação de "transferidos", para caboverdianos que foram transportados gratuitamente de Cabo Verde para Lisboa, tendo como único documento obrigatório o Bilhete de Identidade. Embora neste grupo se encontrassem professores, regentes, técnicos e mão de obra sem qualificação, nem uns nem outros tiveram um acolhimento minimamente organizado.

Finalmente, num número que foi engrossando, Portugal recebeu refugiados políticos, especialmente de Angola e Moçambique. No entanto, a grande maioria consta oficialmente como imigrante, não tendo as facilidades que, em princípio⁸¹, são previstas para refugiados.

2. A constituição do "perfil" do imigrante

Tratando-se de domínios que só muito recentemente chamaram a atenção dos investigadores em Portugal e tendo estes que trabalhar constantemente sobre dados ora incompletos, ora contraditórios, e sofrendo actualizações constantes, a dispersão dos trabalhos a que pudemos recorrer não permite análises com o mesmo nível de rigor relativamente a cada uma das comunidades culturais. Esta dificuldade tem

⁸¹ Dizemos, "em princípio", já que, de facto, nem mesmo aqueles que têm esse estatuto parecem gozar de um enquadramento eficiente (ver, por exemplo, a imprensa sobre timorenses, zairenses, e refugiados dos "países de Leste").

muito a ver com o próprio processo da imigração, que é diversificado e sempre em transformação. Como diz Sayad (1990). "*é um dos raros objectos que se transformam individual e colectivamente a uma velocidade que se tem a impressão de que a ciência está condenada a correr sempre atrás dele, a estar sempre em atraso relativamente às suas transformações*" (p.12).

Estas dificuldades estão presentes na tentativa de caracterização estatística dos diferentes grupos de imigrantes. Trata-se, tendo em conta a informação insuficiente e com alterações rápidas, de uma tarefa árdua e frustrante (ver, por exemplo, estudos de Pires R.P., 1993; França L., 1992; Esteves M.C., 1991 e Matos A.M., 1994).

Os dados disponíveis dos censos de 1960-1981-1991 (INE) não correspondem aos que são obtidos através do Serviço Nacional de Estrangeiros, que apenas refere os indivíduos em situação regular. Ora, em 1991 as estimativas de imigrantes em situação irregular variavam entre 70 e 100 mil, incluindo pessoas das mais diversas nacionalidades.

Quanto aos censos, as informações são por vezes falseadas quer por ignorância, quer por estratégias de defesa, quer porque as lógicas das respostas são diferentes das que presidem às questões.

Assim, nos anos 60 houve (i)migrantes dos territórios africanos sob a colonização portuguesa, que foram identificados oficialmente como portugueses. Após a independência de cada uma dessas colónias, o Decreto 308 A/75, que vigorou até 1988, pôs limites à sua faculdade de conservar a nacionalidade portuguesa. Com efeito, uns mantiveram a nacionalidade portuguesa, assumindo-se como tal; outros, apesar de a terem readquirido, talvez por ser mais funcional e lhes garantir uma maior segurança, declararam-se estrangeiros no inquérito censitário de 81; outros ainda optaram pela nacionalidade de origem, inserindo-se desse

modo na percentagem charneira dos que, avolumando os quantitativos relativos aos estrangeiros, apesar disso já viviam em Portugal desde os anos 60.

As análises mais recentes das estatísticas referentes aos imigrantes (incluindo os estudantes) dos PALOP referem-se a 1988, embora existam já dados do Censo de 1991 e mesmo, em constante actualização, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Em 1988 havia em Portugal 94.980 estrangeiros, dos quais 38 900 vinham dos PALOP. Em 1991 o Serviço Nacional de Estrangeiros registava 113.978 estrangeiros residentes em Portugal. Os indivíduos incluídos na categoria PALOP constituíam 40% do total (45.795). No entanto, um ano depois a CGTP calculava em 50.000 aqueles que se encontravam ainda em situação irregular.

Encontramos estudos sobre a imigração em geral, mais especificamente sobre a dos PALOP ou então sobre os caboverdianos. Estes constituem a comunidade mais antiga, a mais numerosa e a mais activa em termos associativos, tendo portanto uma maior visibilidade. Tentar apanhar as pistas que dizem respeito a cada uma das outras comunidades não é tarefa fácil. Mesmo cientes das limitações e da falta de equilíbrio entre as análises dos diferentes contextos específicos a cada um dos grupos, algumas referências nos parecem necessárias para melhor entender e situar as construções e estratégias identitárias dos estudantes africanos em Portugal.

Esteves (1991) caracteriza a imigração vinda de Angola e Moçambique como sendo constituída por uma população jovem, tendo um maior número de solteiros comparativamente com os imigrantes vindos de Cabo Verde e de S.Tomé, que agregam uma maior percentagem de famílias. Os indivíduos vindos da Guiné, tendo um número equilibrado

entre menores de vinte anos e idades entre 20 e 40 anos, aproximam-se de Angola e de Moçambique no que se refere ao número de solteiros. A Guiné é o país que congrega a maior percentagem de estudantes e de indivíduos tendo o curso liceal ou o 12º ano, sendo os imigrantes Caboverdianos aqueles que percentualmente menos estudos têm.

Em países com um desenvolvimento assimétrico como Portugal, em que o mercado de trabalho concentra as suas ofertas nas grandes cidades, os imigrantes são como que "empurrados" para a periferia dessas cidades, em zonas restritas, marcadas pela proletarização e pela segregação urbana. Apesar da redução das assimetrias regionais em termos demográficos devida ao regresso de emigrantes portugueses e de repatriados das ex-colónias, a região de Lisboa continua a ser o ponto de atracção não só de grande parte da população portuguesa, no percurso campo-cidade, como dos estrangeiros, pois o maior investimento na construção civil e obras públicas, na indústria e no comércio, promete uma maior oferta de trabalho. Além disso, na ausência de infra-estruturas de acolhimento no país de destino, existe uma "tendência" da parte de qualquer imigração em se dirigir para zonas onde já existam redes de apoio constituídas pelos primeiros grupos de imigrantes da mesma origem.

No entanto, se a partir de 1960 a grande maioria dos imigrantes se orientou para a região de Lisboa, em 1980 estendia-se a Setúbal, Aveiro, Faro e, para o Norte, especialmente às regiões do Porto e Braga.

França (1992) refere que um número significativo de imigrantes, sobretudo caboverdianos e são-tomenses, mora em "alojamentos rudimentares" Estes ou se situam em prédios antigos e degradados; muitos deles já desafectados, ou em bairros de construção espontânea ou ainda em construções inacabadas, abandonadas pelos empresários por falta de

financiamentos. A partir de um inquérito a 1000 indivíduos caboverdianos, França afirma que a situação habitacional dos menos favorecidos é considerada preocupante pelos entrevistados, *"sobretudo pela dimensão e complexidade com que se apresenta:*

- *ocupação ilegal de terrenos;*
- *construções precárias de madeira ou já de tijolo, mas com deficientes condições de conforto;*
- *inexistência de infra-estruturas básicas na habitação e, por vezes mesmo, nos bairros;*
- *elevada densidade de ocupação dos bairros e das casas"* (França, 1992, pp. 63-64).

Rodrigues (1989) analisa este tipo de bairros na perspectiva das "relações de coabitação", defendendo que apesar da concentração dos caboverdianos em bairros degradados e da marginalização que vivem, não se pode considerar que constituam ghettos. Com efeito, são estabelecidas interações com os portugueses e outros grupos já aí existentes embora se pautem mais pelo confronto cultural do que pela homologia das situações socio-económicas. Qualquer dos grupos constitui no seu quotidiano uma ameaça para o outro, que mais não seja uma ameaça de intrusão.

No âmbito do trabalho⁸², 16% dos guineenses são quadros ou têm profissões liberais, enquanto as correspondentes percentagens são baixas para as outras nacionalidades, nomeadamente para os caboverdianos que têm 1% nesta categoria e 35% na construção civil. No comércio a maior

⁸² Dado que estas percentagens são função do número total de cada grupo e este tem uma grande variação e sendo a sua distribuição irregular, importa ter presente que em determinadas categorias existem, por exemplo, tantos ou mais caboverdianos do que guineenses.

percentagem vai para os moçambicanos, seguidos pelos angolanos e pelos guineenses.

Com base numa amostra de 1061 famílias de imigrantes dos PALOP, residentes em bairros degradados de Lisboa e arredores, Perista e Pimenta (1993) verificam que

- a incidência da pobreza absoluta é da ordem dos 90%;
- o nível de instrução é extremamente baixo :
 - 22% são analfabetos
 - 15% não concluíram qualquer ciclo escolar
 - 37% têm 4 anos de escolaridade
 - 15% têm o ciclo
 - 11% com um nível de estudos igual ou superior ao 9º ano
- A maior parte tem uma profissão remunerada (78%).

Os homens trabalham predominantemente na construção civil e as mulheres em serviços pessoais e domésticos. Mas o emprego é precário e os seus direitos não são respeitados : 33% não efectuaram descontos para a Segurança Social e 34% não recebeu subsídio de férias. A maior parte, quando passou pela situação de desemprego, não auferiu do respectivo subsídio. Muitos sobrevivem à custa do trabalho clandestino. As transferências para outros empregos, normalmente, não correspondem a uma mudança de actividade, a não ser no caso da passagem a trabalhador por conta própria que, sendo em número cada vez maior, não significa um percurso ascendente pois se concentra na profissão de vendedor ambulante, sempre precária e, muitas vezes não oficializada.

Perista e Pimenta (1993) põem em relevo que *"a precaridade do emprego, a subterraneidade e a ausência de protecção social são elementos que caracterizam predominantemente as primeiras etapas do processo*

migratório sem que, no entanto, deixem de ser uma constante da trajetória profissional do conjunto destes migrantes" (pp.441-442).

A lógica de abordagem que subjaz à maior parte da pesquisa realizada em Portugal relativamente aos imigrantes permite-nos esboçar o retrato-tipo do imigrante como um trabalhador sem qualificação profissional, concentrado preferencialmente na zona de Lisboa, vivendo em condições precárias, num quadro de pobreza e exclusão.

Esta imagem, realista no que se refere ao contexto socio-económico de uma grande percentagem de imigrantes, mas incompleta pelo seu âmbito, assemelha-se fortemente aos traços produzidos pela comunicação social, que nela se inspira para focalizar os instantâneos do quotidiano da imigração.

3. Comunicação Social e opinião pública

Os meios de comunicação social participam na construção das representações sociais de uma sociedade, na medida em que formam a opinião pública tanto quanto são um resultado desta e uma resposta aos seus interesses.

Como produto cultural as representações permitem a catalização de conhecimentos, mas também de estereótipos, constituindo dialecticamente o eco e o meio de propagação de medos, desejos e aspirações, configurando todo um imaginário social com o qual cada um se identifica ou do qual se distancia consoante os seus valores, que por sua vez são socialmente construídos.

Os processos de representação inserem-se na socialização, reproduzindo modelos e/ou gerando mudança. A construção de determinadas categorias sociais tem na transmissão social um papel

importante, não só em termos de leitura e reconhecimento do outro como constituindo modelos de identificação ou de diferenciação.

Chombart de Lauwe (1984) aborda a construção de categorias dominadas, através do estudo dos percursos e transformações sofridos na sociedade ocidental pelas categorias de "mulher" e "criança", considerando que, do ponto de vista epistemológico, o estudo destas categorias por si mesmas *"equivalaria a excluí-las de uma sociedade em que têm um lugar evidentemente essencial"* (p.877). Com efeito, sendo baseadas em diferenças biológicas, são também atravessadas pelas relações de classe que criam outros laços de pertença e de distinção.

Ainda segundo Chombart de Lauwe (1984), tendo sempre por referência o modelo dominante, a representação dos dominados efectua-se segundo dois modos:

- o primeiro modo apresenta o dominado como tendo os mesmos atributos que o dominante, mas em menor grau. *"É semelhante, mas menos perfeito, mais fraco, de menor importância"* (p. 884). Neste modo pode acontecer que o dominado nem surja como uma categoria mas sim como uma sub-categoria da categoria do referente, para a qual ele evolui;
- o segundo modo é o da inversão, pelo qual os atributos do referente encontram na categoria dominada os seus opostos. Pela articulação do sistema de representações com o sistema de valores, a categoria dominada é, frequentemente conotada negativamente, ou, quando aparece positivamente, é fruto de uma "idealização des-realizante", que não constitui elemento para um maior prestígio na sociedade real.

Estes dois modos, que por vezes se misturam, constituindo um modo misto e incoerente, variam no tempo em função das transformações da própria sociedade.

Interessa-nos pois, por um lado, destrinçar os perfis que os meios de comunicação social desenham, os modos como o fazem, e questioná-los, detectando as deformações e mitos que sugerem, as expectativas para que apontam e confrontá-los com a realidade vivida pelos grupos representados. Com efeito, os modelos emergentes são elementos que se apresentam aos indivíduos do grupo dominado questionando os seus sentimentos de identidade, e as suas respostas fundamentam, pelo menos em parte, as estratégias escolhidas para se situarem relativamente a si próprios e ao meio envolvente.

4. Comunicação social e imigração na Comunidade Europeia

São numerosos os estudos que analisam a forma como os meios de comunicação social orientam, implícita ou explicitamente, a opinião pública para a adesão a determinados valores em detrimento de outros. No que se refere à indução de concepções e imagens sobre o estrangeiro/imigrante Ford⁸³ (1990) apresenta uma análise comparativa de produções da imprensa, rádio e televisão de diversos países da Europa, relativamente ao imigrante, verificando que, mesmo em países em que a percentagem de migrantes é reduzida, existe uma tendência geral para noticiar casos em que o "estrangeiro aparece como criminoso". Pela análise de duas revistas alemãs (Stern e Quick) entre 1960 e 1982 destaca-se que as notícias focando a criminalidade se relacionam com as condições económicas. Assim, em períodos de crise económica falar-se-ia da

⁸³ Glyn Ford, deputado do Parlamento Europeu, é o relator do Relatório da Comissão de Inquérito sobre o Racismo e a Xenofobia sobre as conclusões da Comissão de Inquérito, de 23 de Julho de 1990.

criminalidade do estrangeiro em geral (que representaria como que uma ameaça para a segurança económica e pessoal da sociedade), enquanto que em períodos de equilíbrio ou desenvolvimento económico os crimes seriam individualizados. Na Dinamarca, refere-se um estudo que conclui que *"Os imigrantes quase nunca são mencionados em associação com temas como a família, as personalidades, os tempos livres, a habitação e a economia, as crianças e a juventude - e são-no com pouca frequência a propósito de divertimentos"* (p.139). Na França, refere-se Le Pen e a sua tetralogia -"imigração - insegurança - delinquência - desemprego dos franceses", que teria ganho tal importância que segundo Yaya Togora, do Institut Français de Presse, *"se transformou numa ideologia dominante"* (cit. p. 139). Na Espanha e na Itália o panorama é descrito como idêntico. As referências mais positivas procuram legitimar a participação dos imigrantes no desenvolvimento económico do país e revelam atitudes paternalistas. *"(...) As minorias étnicas são vistas como dependendo da boa vontade dos grupos majoritários"* (p.138)

No entanto, nestes países, nomeadamente na Bélgica, na Dinamarca, na Alemanha, na França, no Reino Unido, etc., há também programas de televisão apresentando imagens mais positivas e, por outro lado, fazendo as diferentes comunidades culturais participar nos programas, sendo alguns nas suas próprias línguas. Por exemplo, a Grã-Bretanha criou uma rede pública de televisão destinada aos imigrantes, desde 1965. (Dhoukar, 1992). Após 1970 a criação do Canal 4 da BBC, tornou-se um exemplo da possibilidade de produzir um *"espaço televisual próprio das minorias, permitindo a realização de magazines, de ficções, de folhetins, de sit-coms, de documentários, etc "* (Dhoukar, 1992, p. 38). A BBC investe numa formação permanente de quadros para a produção

de programas multiculturais, dando relevo à necessidade de informar as minorias e de lhes permitir manter elos com o seu país e língua de origem, "*proporcionando-lhes assim um meio para adquirirem auto-confiança e capacidade para agir que poderão constituir um ponto de partida para a criação de novos <mapas de referência> na sociedade que as recebe*" (Ford, 1990, p.141), mas dando também visibilidade às realizações dos países de origem apresentando séries e ficções aí produzidas, e, por outro lado fazendo análises críticas do comportamento dos ingleses face às minorias.

Mas de um modo geral, com excepção feita a programas como os que citámos do Canal 4, da televisão belga com o programa Sindbad, da Itália com a emissão de *Nonsolonero*, a "vitimização" é a forma mais comum de visibilidade transmitida nos écrans europeus. A televisão "*participa na 'constituição do imaginário social' através de uma valorização do 'ganhante' e pela relegação mediática dos excluídos*" (Dhoukar, 1992, p. 42).

4.1 Comunicação social e imigração em Portugal

Não existe ainda nenhum estudo rigoroso e aprofundado sobre as representações sociais relativas aos imigrantes em Portugal, dado que só recentemente começaram a ser personagem identificada na cena social.

Portugueses até 1974, confundem-se em seguida, durante algum tempo com os "retornados". Estes, vieram, na sua maior parte de Angola e Moçambique, tendo-se integrado com relativa facilidade dado que na sua grande maioria tinham migrado para África a partir dos anos sessenta. Quanto aos naturais das *colónias* as dificuldades foram maiores, concentrando-se nas zonas de Lisboa e Setúbal, vivendo, muitos deles, com recurso a instituições de solidariedade social. "*Grande parte dos*

indivíduos que estão nesta situação não só nasceram nas colónias, como também são africanos, o que poderá indicar que a questão racial constitui um dos mais sérios problemas no processo de integração dos retornados na sociedade portuguesa" ⁸⁴. (R.P. Pires e outros, 1984, p. 69).

Assim, porque numa primeira fase não eram legalmente imigrantes e, posteriormente, porque eram confundidos com os retornados, os trabalhadores vindos das *colónias* africanas não constituíam na opinião pública nenhuma imagem bem definida. No entanto, já nestes dois primeiros períodos começavam a delinear-se traços que marcariam representações posteriores. Se a grande maioria dos trabalhadores que vieram antes do 25 de Abril era caboverdiana, aqueles que se integraram nos chamados "retornados", como vimos, eram na sua maior parte angolanos e moçambicanos. No entanto, a comunicação social assimilou-os rapidamente aos primeiros. Foram precisos os debates sobre a legalização, para que a imprensa comesçasse a distinguir nacionalidades, embora ainda hoje mantenha alguma confusão.

Apesar da indiferença e mesmo ignorância até aos anos 80, algumas pistas surgem de onde em onde, como bases para a construção de uma representação. Pereira (1992) cita o "Expresso", em 1973, para assinalar a discriminação no que se refere ao alojamento e ao emprego de trabalhadores caboverdianos. E o mesmo autor refere, já em 1975, a decisão dos trabalhadores das Minas da Panasqueira de expulsarem os trabalhadores caboverdianos, tendo em conta a crise laboral que as Minas atravessavam.

⁸⁴ Reproduzimos a negro o fim da frase, para manter o destaque que, no original se encontrava em itálico.

Pires (1991) apresenta uma análise de imprensa (realizada por Guibentif), baseada no semanário Expresso (de Janeiro 1987 a Julho de 1989) e no Diário de Notícias (de Janeiro de 1983 a Julho de 1989), compreendendo 12 artigos, verificando que os raros textos relativos aos imigrantes se limitam a uma "abordagem social", sem adoptarem uma perspectiva política nem apontarem para possíveis projectos de alteração das situações.

Nestes artigos existe em geral uma justaposição entre os termos africano e caboverdiano, de tal forma que são usados praticamente como sinónimos. Apenas se destacam os refugiados angolanos e moçambicanos distinguindo-os dos imigrantes "económicos".

Globalmente trata-se de uma representação com uma forte conotação negativa, apresentando um carácter pronunciadamente miserabilista, em que se mistura um certo interesse pelo exotismo. Em suma, é a descrição das condições de vida do imigrante pobre, sem acesso a um alojamento digno, com empregos precários, duros, sem gozar dos seus direitos à segurança social. Os seus filhos têm sistematicamente insucesso escolar quer pelas dificuldades da língua quer pelas suas condições de sobrevivência. Paralelamente surgem críticas às autoridades portuguesas pela falta de medidas que melhorem as condições de vida do imigrante.

As referências à clandestinidade reportam-se sempre ao imigrante africano. Ora se aponta a violência e a criminalidade dos "africanos" como um facto, ora se consideram como resultado de preconceitos e medos irracionais dos portugueses.

Quanto ao racismo ele não aparece como um facto mas como uma afirmação ou negação expressa pelos africanos entrevistados.

No entanto, Pereira⁸⁵ (1992) faz um levantamento dos casos de racismo noticiados na imprensa portuguesa e abrangendo sensivelmente o mesmo período. Para além de dois casos de assassinato de caboverdianos - de um homem idoso (1979) e de um jovem de dezoito anos (1981) - o autor refere a perseguição policial contra cidadãos caboverdianos noticiada em 1986. Em 1988 e 89 são ainda referidos vários casos de violência racista de que são autores grupos que se auto-intitulam "skinheads".

A partir de 1991 o tom altera-se, como se pode ver na análise de imprensa realizada por Lopes (1992)⁸⁶. O autor divide a sua análise em quatro temas : o acolhimento, o racismo, encontros relativos ao estatuto e situação dos imigrantes e regularização.

No tema acolhimento referem-se os estrangeiros em geral e as dificuldades que a burocracia portuguesa apresenta quer a africanos e brasileiros, quer a americanos e europeus. Segundo a imprensa o governo ter-se-ia esquecido de criar uma política de imigração, aparentemente pela inexperiência de Portugal como país de acolhimento.

Quanto ao tema do racismo, cita-se Maria Belo, deputada europeia (Jornal de Leiria, 17-10-91) para afirmar de novo a importância de uma política de imigração de que se faz depender a luta contra o racismo. Mais adiante, citando o Correio do Minho, referem-se os desejos expressos por Cavaco Silva de que a xenofobia não atinja Portugal. Ainda neste âmbito compara-se o tratamento relativo aos imigrantes brasileiros com o que se

⁸⁵ O autor não refere as publicações a partir das quais foi feito este levantamento.

⁸⁶ Todos os artigos citados se situam entre Setembro e Dezembro de 1991, com maior relevo para o Público (4 números) e o Diário de Notícias (4 números). O Expresso, o Comércio do Porto, o Jornal (2 números) e, em seguida, o Jornal de Leiria, o Semanário, o Independente, o Diabo, o 1º de Janeiro, o Correio da Manhã e o Jornal de Notícias (1 número).

refere aos africanos, que estariam em piores condições, subordinados à luta pela sobrevivência e sem espaço para uma integração. Sendo uma população genericamente com maior instrução e formação técnica, os brasileiros aparecem nos jornais como uma "imigração de elite", que uma sondagem realizada pelo Semanário mostra ser considerada por 70% dos inquiridos (n=300) como afectando o mercado de trabalho.

Na rubrica dos encontros, apenas é dado relevo ao Encontro da CGTP, divulgado por diversos jornais, que alarga as questões da integração à crítica ao Acordo de Schengen e defende não só a integração dos imigrantes, que inclui a igualdade de direitos e deveres relativamente aos trabalhadores portugueses, como o seu direito à diferença.

A regularização dos imigrantes, para além de ser afluída nos outros temas, começa a ser abordada sob uma visão política, com diversos artigos de opinião. Três projectos de lei apresentados pelo PS visam "*a defesa dos direitos dos imigrantes dos países lusófonos*" (Público, 08-11-91). Anuncia-se para breve (Expresso, 21-12-91) o tratamento da questão da regularização pela Assembleia da República.

A par e a pretexto das críticas aos acordos de Maastricht e Schengen, é de facto a questão da regularização que se vai tornar notícia em 1992⁸⁷. Sob vários aspectos um dos temas fortes é a questão de saber se fazer parte da Europa significará virar as costas aos povos com os quais, pelo bem e pelo mal, se partilhou uma História. Entretanto, a questão da regularização é agudizada pelos protestos relativos aos prazos curtos, à falta de informação, às exigências de documentos de difícil obtenção. Movimentos que se criam de defesa e esclarecimento e debates à volta do problema são notícia, dando-se também relevo a estudos

⁸⁷ Ver em Anexo nº 1 o conjunto dos artigos consultados.

publicados neste âmbito. São entrevistados responsáveis de associações caboverdianas e guineenses, e representantes das embaixadas e consulados dos diversos países lusófonos. A criação de grupos de opinião e de associações de defesa e os múltiplos debates que se fazem à volta do processo de legalização, assim como estudos que se publicam no domínio da imigração, merecem relevo da parte da Comunicação Social. Perpassa por vezes, alguma ironia mesclada de paternalismo, quer da parte dos responsáveis do governo entrevistados quer dos próprios jornalistas : os africanos desde que tenham "louras" (cerveja) tudo está bem, guardam para a última hora a legalização *à portuguesa*, (quando os prazos curtos, a falta de informação e o número reduzido de locais de entrega de documentos, que inicialmente foi posto à disposição dos imigrantes explicavam suficientemente as longas filas dos últimos dias), os imigrantes "esquecem-se" que têm filhos e não pedem a sua legalização, "toda a gente sabe que a família africana não se casa com papel", etc.

O avanço da direita em França, os ataques neo-nazis a imigrantes na Alemanha, os acontecimentos em Los Angeles servem de pano de fundo a grande parte dos artigos publicados em 1992 e 1993. A imprensa reproduz como que um grande medo de que a incapacidade do governo em controlar a situação produza dois efeitos articulados : por um lado, que um país de "bons costumes" dê lugar ao desequilíbrio racista e, por outro lado, que os alvos do racismo reajam. Existe nomeadamente um artigo, *HZN em vias de explosão*⁸⁸, que parece situar-se neste quadro. O jornalista, que refere várias vezes Los Angeles, ao mesmo tempo que mostra simpatia e mesmo uma certa cumplicidade para com os jovens de

⁸⁸ Público, 19 de Maio de 1992.

um bairro da Amadora, acena com a ameaça de que o HZN é uma "bomba" inventada por eles e que funciona. Ao mesmo tempo, descreve situações em que responderam "à letra" a provocações racistas.

Durante o ano de 92 pelo menos dois órgãos da imprensa realizam sondagens sobre o racismo, a que se segue, em 94 nova sondagem, concluindo todas elas que os portugueses não se consideram racistas.

Antes de prosseguirmos este levantamento, importa sublinhar que a pesquisa científica, psicossociológica, oferece sem dúvida mais garantias, como é o caso da sondagem de opinião realizada em França pela Commission Nationale des Droits de l'Homme (1990), publicada e tratada pela mesma. As sondagens que referimos, realizadas em Portugal, efectuaram-se sob condições diversas e as suas fichas técnicas não nos permitem ajuizar do seu grau de fiabilidade, para além de sabermos que a sondagem telefónica é mais superficial que as que são realizadas por entrevista directa. Assim, podendo ser mais ou menos fiáveis, têm, apesar de tudo, um papel importante na opinião pública, não só porque, em geral, abrangem um maior número de pessoas do que um estudo científico, que deve respeitar certas condições, mas também porque os seus resultados são devolvidos ao grande público, permitindo que cada leitor se interroge, se situe e, muitas vezes, tome consciência de problemas que ignora. Não sendo um barómetro neutro, podem ter "*efeitos perversos*", nomeadamente neste âmbito, através de uma banalização e legitimação de estereótipos e do racismo, por um lado, porque as opiniões racistas são apresentadas em pé de igualdade com

as outras e, por outro lado, porque para além de a escolha e formulação das questões nem sempre ser adequada, misturam conceitos que não são do mesmo nível, nem significam o mesmo e são vulgarizadas pelos meios de comunicação social em função das interpretações de cada jornalista, quase sempre parcelarmente e sem os cuidados que factos sensíveis da actualidade exigem. Mas, por isso mesmo, as sondagens interessam-nos como elemento na emergência da categoria dominada "imigrante".

A primeira sondagem (inquérito telefónico a 300 adultos de Lisboa e do Porto), apresentada pelo Público (92-05-11), centra-se no racismo, abordando as questões mais comuns, ligadas a estereótipos e a medos (quem é racista, conhecimento de casos de racismo, o casamento, insegurança, vizinhança e "tirar o trabalho"), acrescentando uma novidade, em Portugal, a questão do direito ao voto. A segunda sondagem (entrevista directa a 400 adultos de diversas minorias étnicas e a 2046 adultos "brancos"), publicada no Expresso (92-09-05) é dividida em duas partes. A primeira, dirigida à maioria dominante, aborda questões do mesmo tipo, mas avança com perguntas no âmbito das relações do trabalho, não pondo as minorias apenas na situação de empregadas (dos entrevistados), mas também como possíveis superiores hierárquicos. Uma outra questão, relacionada com algumas notícias de discriminação nas escolas, diz respeito à presença de "negros" nas mesmas escolas que os filhos dos entrevistados.

A segunda parte, dirigida às minorias étnicas mais conhecidas como vítimas de racismo em Portugal (indianos, africanos negros e ciganos) recolhe dados objectivos como estado civil, número de filhos,

grau de instrução e procura saber os sentimentos destes grupos relativamente à discriminação da parte da polícia, tribunais e portugueses em geral. Note-se que das perguntas⁸⁹ dirigidas à maioria dominante apenas se apresentam, exceptuando uma sobre o casamento, as que se referem aos negros.

A terceira sondagem (300 entrevistas, sem se especificar se são entrevistas directas ou telefónicas), apresentada pelo semanário Visão (1994-02-24) organiza-se à volta de quatro temas : o maior ou menor controlo de entrada dos estrangeiros dos PALOP, as questões do emprego (os entrevistados são os hipotéticos empregadores), a hipótese de racismo na selecção das entradas de estrangeiros no país e os apoios sociais aos imigrantes, aliás considerados suficientes pela maior parte dos entrevistados.

No entanto, o ano de 1993 iniciou-se duramente para os moradores de Camarate. Em pleno inverno (1993-01-12) cinco centenas de pessoas, entre as quais duzentas crianças (na sua maior parte, de Angola, Moçambique e da Guiné- Bissau, mas muitas delas com a nacionalidade portuguesa) são expulsas do Lar Panorâmico, edifício que tinha sido alugado pelo IARN, dezasseis anos atrás. Os desalojados ficam acampados, segundo os seus próprios meios, junto ao Lar, até que os legalizados foram abrigados em tendas militares. A tentativa de os alojar numa escola desafectada na Portela de Sacavém provocou uma manifestação de rua dos moradores desta zona. A imprensa, rádio e televisão, deram larga cobertura a este acontecimento e detectaram outros locais em que se previa o mesmo problema. Por outro lado, ficou claro

⁸⁹ Não há informação suficiente que nos permita afirmar que a focalização no "negro" é da autoria dos responsáveis da sondagem. O mais provável é que o jornal tenha feito uma escolha das questões e respostas a publicar.

que os estrangeiros não tinham acesso à habitação social (Lei 797/76 de 6 de Novembro). A comunicação social faz comparações com a Lei francesa que proíbe a discriminação, recorre à Constituição Portuguesa e aos Acordos bilaterais com a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Um outro ponto ressalta, principalmente desde 1993. É a violência policial que, não sendo recente como fenómeno, passa a ser notícia e desta feita as vítimas têm nomes e nacionalidade. O facto de começarem a ser nomeados deve-se provavelmente ao estatuto social de alguns (entre outros, um advogado, um médico, um agrónomo, um professor universitário e, recentemente o filho do Presidente da República de Angola), à actividade das Associações de Caboverdianos, de Angolanos e de Guineenses, e a várias Associações de Solidariedade, assim como ao facto de terem dado lugar a processos judiciais de cujos resultados, aliás, quase não houve notícia.

As questões de fronteira, a lei do Asilo, os "centros de transição", são largamente referidos em 93. Mas são as expulsões, nomeadamente de brasileiros e africanos, em especial Angolanos (entre outros o caso Vuvu), que trazem à comunicação social a implicação dos políticos portugueses.

Regularmente, em geral, no fim do primeiro trimestre de cada ano, os estudantes bolseiros são referidos pelo não pagamento das respectivas bolsas, a que se acrescentam alguns detalhes sobre as condições difíceis em que vivem. De um modo geral, nunca fica claro de quem é a responsabilidade.

São praticamente excepcionais os artigos ou notícias que referem personalidades ou intelectuais, escritores ou artistas dos PALOP, quer vivendo em Portugal quer nos seus países. Em compensação, assume-se

(e, por vezes, teme-se) a influência cultural do Brasil, não só através das múltiplas telenovelas, mas também no âmbito da música e literatura.

As grandes personalidades africanas em foco são aquelas que estão ligadas ao evoluir das lutas internas, quer nas discussões sobre as guerras, quer sobre as questões eleitorais. Escritores como Pepetela ou Mia Couto ou cantores como Cesária Évora, conhecidos internacionalmente, não têm, até ao fim de 93⁹⁰ nenhum relevo na nossa imprensa ou televisão.

5. Representações sociais da categoria dominada "imigrantes"

Em síntese, no que diz respeito à construção da categoria "imigrante", como uma categoria dominada, em termos epistemológicos ela assenta, quanto a nós, no processo reducionista apontado por Chombart de Lauwe, desta feita com uma base económica articulada com uma visão biológica, identificando o todo-imigrante com a parte imigrante-trabalhador-pobre-negro. Esta redução pode ler-se, variando no tempo, mostrando as mudanças que a nossa sociedade tem atravessado, através de duas fases:

1ª FASE: "Portugueses" Migrantes

Embora a categoria "imigrante" não existisse tanto no período que precede a aceitação das independências⁹¹, como naquele que imediatamente lhes sucede, podemos considerar que se trata de uma fase prévia, dividida em duas sub-fases que já esboçam alguns dos traços que

⁹⁰ Em 94 e sobretudo em 95 o interesse dos meios de comunicação social neste domínio alarga-se e há programas mais ou menos regulares sobre África, assim como se publicam textos de Africanos. Em 1994, por exemplo, é dada grande cobertura (comparativamente com realizações anteriores) às Jornadas de Reflexão sobre Racismo e Xenofobia (24 e 25 de Maio) organizadas pela Câmara Municipal da Amadora.

⁹¹ Não esquecendo que a declaração (unilateral) da independência da Guiné data de 1973.

viremos a encontrar a partir dos anos 80, e que, portanto, merecem uma referência.

Anos 60-74 - Sub-fase A: (I) Migrantes

Porque o mito do "lusotropicalismo" procurava ainda manter-se num período em que já não era possível esconder as lutas pela independência nas diversas colónias africanas; porque o mercado do trabalho aparentemente equilibrado pelas saídas dos portugueses quer como emigrantes, quer pela sua participação nos recentes investimentos nas colónias e como militares nas guerras em África, quer ainda pelo desenvolvimento que, em especial, Lisboa experimentou em termos de obras públicas, os migrantes vindos em especial de Cabo Verde não se fizeram notar na comunicação social. No entanto, segundo o Censo de 1981, 46% do caboverdianos residentes em Portugal chegaram nesta fase. Como categoria inseriam-se entre os mais pobres, os mais mal alojados dos portugueses, excluídos socialmente, mas, mesmo assim, identificados oficialmente como portugueses.

Anos 75-82 - Sub- Fase B: "Retornados" e "Transferidos"

Neste período, em especial, logo a seguir ao 25 de Abril, a sua identificação com os "retornados" não contribuiu para a melhoria da imagem. Embora os "retornados" se tenham integrado rapidamente na vida portuguesa, o aparente radicalismo que então se vivia identificou os de origem portuguesa como colonialistas (embora a sua grande maioria, se o título se justificasse, o fosse de fresca data) e os naturais das colónias como traíndo as maiores aspirações dos seus países.

QUADRO XVI - Fases da Construção da Categoria dominada "imigrante"

FASES	SUB-FASES	ANOS DE REFERÊNCIA	CATEGORIZAÇÃO
1ª	A	60-74	Indefinição : (i)migrante
	B	75-82	Indefinição : "retornado", "transferido" (pobreza, exclusão)
Transit	C	83-89	Massificação Caboverdiano/Africano/Imigrante
2ª	D	90-91	Massificação Africano/Ílegal Vitimização versus risco de invasão
....	E	92-94	Massificação versus Personalização

Outro termo usado é o de "transferidos" por referência a caboverdianos, de vários grupos sociais, que se radicam na zona de Lisboa, encontrando trabalho mais ao sabor da sorte do que de uma política de inserção laboral.

A imagem da pobreza e da exclusão reforça-se (ver atrás a referência às questões de alojamento e desemprego, assim como a tentativa de expulsão nas Minas da Panasqueira). Mantêm-se ainda no quadro da nacionalidade portuguesa.

2ª FASE: Identificação do imigrante: da massificação à personalização

Anos 83-89 - Sub-fase C:

"Caboverdiano/Africano/imigrante"

Só durante a década de 80 é que começa a identificar-se o trabalhador vindo das ex-colónias com a categoria "imigrante". Nesta sub-fase, constitui-se como caboverdiano assimilado à designação genérica de africano : mantêm-se como características as condições precárias de vida em que se encontram muitos daqueles que mantêm a nacionalidade portuguesa e os de imigração mais recente, fugindo quer à guerra quer às dificuldades políticas e económicas que os seus países atravessam. Para além da visão miserabilista acrescentam-se ao retrato duas novas facetas : a da delinquência (como sujeito) e a do racismo (como objecto).

É assim, caboverdiano/africano/imigrante delinquente e vítima de racismo. A abordagem é genérica, reducionista. Da representação que então se começa a construir não constam nem intelectuais, nem outros grupos que tendo melhores condições para se inserirem na vida social portuguesa, mantêm alguma "invisibilidade", que mais não seja em termos de comunicação social.

Anos 90-91 - Sub-Fase D: "Africano/Ilegal"

A partir dos acordos de Schengen, momento em que a questão da legalização ganha força, ilegalidade começa a ser sinónimo de africano. Mas a par disso, é também vítima da burocracia e da ambiguidade das estratégias políticas do governo português pelas suas referências à Comunidade Europeia e "esquecimento" de Acordos anteriores com os PALOP e Brasil. Detecta-se também uma distinção entre "imigrante-

africano-pobre" e "imigrante-brasileiro-de elite". A última denominação perderá, nos anos seguintes, o seu impacto.

Anos 92-93 - Sub-Fase E: "Personalização"

Após o chamado período da legalização, pela primeira vez, começam a aparecer em debates, os imigrantes têm voz, nome, profissão e nacionalidade.

A par da manutenção da imagem massificadora "imigrante-pobre-negro", em que a semelhança com os portugueses aparece frequentemente, tal como aponta Chombart de Lauwe, na base das fraquezas (as "louras", o atraso em cumprir prazos, etc), surgem representações ambivalentes : delinquentes ou não, ameaçadores e/ou vítimas de discriminação e racismo. Mas a inovação desta construção é, pela primeira vez, serem ouvidos como pessoas nomeadas, serem reconhecidos como representantes de Associações, serem distinguidos em termos de países de origem ou enquanto profissionais com estatutos sociais diferenciados.

Esta tendência para a personalização vai-se alargando a partir de 1993. É de assinalar o papel dos movimentos anti-racistas - chamados diversas vezes a debates nos canais da televisão - e o despertar de alguns partidos políticos para a defesa do imigrante-objecto político⁹², na maior sensibilização dos meios de comunicação social para dimensões não miserabilistas e mais adequadas à complexidade da problemática das estratégias de Portugal como sociedade de acolhimento de imigrantes dos PALOP.

⁹² Particularmente no já referido caso Vuvu, que provocou manifestações de apoio à entrada do Aeroporto em que estava detida com a filha e a visita com as respectivas declarações à imprensa de vários deputados.

A partir de 1993, verifica-se ainda uma multiplicação de "lusofonias", nem sempre muito convincentes, mas expressando a intenção de desenvolver as relações entre países e pessoas utilizando oficialmente a língua portuguesa.

Entre 94 e 95 são, como se verá os estudantes bolseiros, que como se verá, têm direito às primeiras páginas. Os angolanos, particularmente, apesar da sua já longa situação de insegurança, são "descobertos", pela imprensa, dando-se relêvo à falta de respostas adequadas da Embaixada Angolana.

Estranhamente, a sociedade portuguesa surge numa cândida atitude proteccionista, com uma aparente falta de consciência das suas responsabilidades como país cooperante. Os estudantes proclamando o direito à sua dignidade, exigem ao seu país que cumpra os acordos estabelecidos, mas, como veremos, não se deixam obnubilar no que diz respeito às responsabilidades do país de acolhimento.

CAPÍTULO VII

ANÁLISE DE CONTEÚDO/"DIÁLOGOS"

I. Conhecer de outra forma...

1. Uma escuta/leitura necessária

O recurso ao questionário, tal como dissemos, surge como resultado de um conjunto de contactos, entrevistas e trabalhos de grupo que frequentemente fugiram à nossa lógica para se embrenharem em lógicas que, quase obsessivamente, nos reenviavam quer ao momento actual vivido nos países de origem, quer à situação do imigrante económico em Portugal, quer ainda aos percursos colonialistas que trouxeram até nós as farpas do racismo. Evitando negar estas lógicas, que retomámos em pontos anteriores, necessitávamos de um material que reconstituísse uma ordem possível, sem enveredar pela linearidade, estabilizando o nível da informação (como refere Clapier-Valladon) e simultaneamente criando um espaço mais individualizado, mais pessoal, em que os reflexos da história e do contexto convergissem nas estratégias sociais e identitárias dos estudantes, como pontes entre o psicológico e o social. É nesse sentido que, como veremos em seguida, constituímos um questionário com um leque suficientemente alargado de questões abertas.

Assim, formalmente, o questionário compreende sete grupos de questões, sendo estas de 4 tipos:

TIPO A: questões fechadas

- A¹ - dicotómicas
- A² - de escolha múltipla

TIPO B: questões abertas

TIPO C: itens de resposta, para uma ou mais escolhas, e, caso a listagem seja insuficiente ou inadequada, item "outros" em aberto;

TIPO D: Alternativa sim/não, com espaço aberto para especificação, sendo caso disso.

QUADRO XVII - Características das questões

GRUPO		Questões	A	B	C	D
I. Identificação			X			
II. Meios de subsistência			X			
III. Situação Familiar			X			
IV. Cond. Alojamento			X			
V. Apresentação de Si				X		
VI. Exp ^a . em Portugal						
	1	Razões			X	
	2	Preocupações			X	
	3	Representações a) Prévias b) Actuais		X X		
	4	Sentimentos a) 1 ^{os} tempos b) Mais tarde c) Actualmente		X X X		
	5	Resultados	X			
	6	Causas		X		
	7	Futuro		X		
	8	Apoio	X			
	9	Quem apoiou			X	
	10	Associações do país de origem	X			
	11	Outras associações africanas	X			
	12	Papeis das associações			X	
	13	Associações portuguesas				X
	14	Papel das Ass. portuguesas		X		

QUADRO XVII - Características das questões
(cont.)

GRUPO		Questões	A	B	C	D
VI. (cont.)	15	Assoc. Estud.				X
	16	Amigos			X	
	17	Religião				X
	18	Semelhanças		X		
	19	Diferenças		X		
	20	Caract. conservar		X		
	21	Caract. mudar		X		
	22	Ident. Cultural		X		
	23	Mom. Consciência		X		
	24	Cult.Portuguesa		X		
	25	Cult.Origem		X		
	26	Estratégias		X		
	27	Repres. da estadia			X	
	28	Regresso	X			
VII.Sistemas/Processos de Ensino						
	1	Aspectos pos/neg.			X	
	2	Diferenças S.Ens. Port./Origem	X			
	3	Condições sucesso	X			
	4	Críticas/sugestões		X		

2. Análise das respostas ao questionário

Na análise do questionário, em função do tipo de questões, foi necessário um tratamento diferenciado.

2.1 Respostas às questões fechadas

As respostas às questões fechadas foram tratadas como dados "objectivos" quantificáveis. Tratando-se de um estudo exploratório e, tendo em conta que os 60 questionários não foram produzidos por uma população "compacta", mas sendo ela mesma constituída por grupos nacionais distintos e de número variável (37 angolanos, 6 caboverdianos, 5 guineenses, 11 moçambicanos e 1 santomense), o tratamento

quantitativo foi limitado à descrição dos efectivos, em cada item de resposta, acompanhado pelas respectivas percentagens. Estas foram calculadas :

- ora em função do número total de respondentes - considerados genericamente semelhantes, numa lógica preponderante de caracterização da amostra;

- ora em função do número total de respondentes de cada grupo nacional, conforme a origem rural ou urbana ou ainda segundo o género, numa lógica puramente indicativa, já que o reduzido número dos seus elementos não justificaria outra abordagem. A este nível, foi sobretudo a comparação entre os angolanos (37) e o conjunto dos "Outros" (23) que nos sugeriu algumas pistas de reflexão plausíveis.

2.2 Respostas às questões abertas

Tendo em conta os objectivos da pesquisa, as questões abertas foram tratadas através de um processo de análise de conteúdo.

Segundo L'Écuyer (1990) a análise de conteúdo deve seguir um percurso *"essencialmente orientado para uma objectivação cada vez maior"*, através de *"regras cada vez mais claras e de uma codificação mais segura"*, ser exaustiva e sistemática, quantitativa - sempre que os objectivos da investigação o exijam e sejam respeitadas as condições para um tratamento quantitativo e desde que este seja uma etapa e não um fim-, qualitativa, centrada na procura da significação do material analisado, generativa inferencial. Neste domínio L'Écuyer (1990) afirma que tal não significa que o investigador deva forçosamente fornecer a sua interpretação pois *"uma excelente análise descritiva oferece muito a aprender sobre o fenómeno estudado e possui então a imensa vantagem de*

permitir ao leitor fazer as suas próprias inferências e interpretações"
(p.12).

II. A análise de conteúdo

1. Características e opções

Leitura flutuante

Tendo em mente o quadro teórico que presitiu ao nosso estudo e os objectivos deste assim como a contextualização histórica e social que re-construímos, fizemos, diversas vezes, a leitura flutuante na "vertical", ou seja, do conjunto de todas as respostas individuais em cada questionário e, na "horizontal", ou seja, do conjunto das respostas a cada questão. Este processo, para além de um conhecimento geral do material, permitiu-nos tomar algumas decisões.

Assim, verificámos que certas questões abertas (que serão identificadas posteriormente) obtiveram respostas de variação tão reduzida que decidimos excluí-las da análise de conteúdo passando a tratá-las como questões de tipo C (ver quadro).

Escolha e definição das unidades de classificação

Sendo, para nós, fundamental a "escuta" da mensagem de cada sujeito, considerámos mais adequada a opção de utilizar "*unidades de sentido*" como base de análise. Para além de que o uso de determinadas palavras por parte dos sujeitos respondentes era induzido pelas próprias questões, o que nos interditava uma contabilização puramente lexical, pareceu-nos que aquela "escuta" seria mais próxima da mensagem transmitida se identificássemos no texto das respostas "*elementos que constituíssem um 'sentido completo' em si mesmos*" elementos esses que poderiam ser frases ou temas, re-situados em função do seu contexto.

Como diz l'Écuyer (1990) "*(...) o facto de se reconduzir artificialmente o material a um sentido único com medo de se enganar e pretender seguir assim um percurso 'objectivo' deve ser considerado como um procedimento incontestavelmente mais subjectivo do que o de tentar o mais escrupulosamente possível encontrar as semelhanças de sentido entre diversos elementos, tendo em mente a plena consciência do risco de se enganar ocasionalmente*" (p.63).

Processo de categorização e de classificação

No processo de categorização e classificação L'Écuyer (1990) refere que, em geral, os investigadores optam por um de 3 modelos:

Modelo A - modelo aberto, sem categorias à partida. Estas são induzidas a partir de agrupamentos sucessivos do material em análise.

Modelo B - modelo fechado que, tendo em conta categorias pré-determinadas, quer em função do quadro teórico, pela desmontagem de conceitos, quer em função da aplicação de categorias utilizadas em estudos anteriores.

Modelo C - modelo misto que utiliza categorias pré-determinadas, mas permite a inclusão de outras, retiradas do próprio conteúdo das mensagens.

O nosso percurso foi orientado inicialmente pelo modelo A, tendo constituído listas de unidades de sentido, que fomos agrupando em função dos objectivos de pesquisa. Posteriormente, pelo confronto destas listas com material de outros estudos e em função do quadro teórico, os nossos procedimentos inseriram-se preferencialmente no Modelo C. Como diz l'Écuyer (1990), "*esta abordagem é interessante porque as suas categorias*

já não dirigem a análise de conteúdo (...) mas servem de guias permitindo evitar muitos descaminhos" (p.77).

No entanto, a opção não foi linear. O recurso a quadros teóricos e outras pesquisas é variável na medida em que algumas questões incidiam em problemáticas que têm sido trabalhadas em profundidade - e seria indesculpável ignorá-lo⁹³ - outras em temas que pouco têm interessado os investigadores, outras ainda eram questões complementares ou específicas à situação portuguesa. (Referiremos posteriormente, no tratamento de cada questão, os fundamentos que presidiram às escolhas).

Neste âmbito, L'Écuyer refere características das categorias a que é necessário estar atento tendo-nos confrontámos :

a) Exaustividade e número limitado

Procurámos a exaustividade, incluindo todas as unidades de sentido, reduzindo o mais possível o número de categorias. No entanto, em algumas questões, tendo em conta a natureza descritiva do nosso estudo, preferimos incluir categorias de menor significado quantitativo (por exemplo, no conjunto dos 60 sujeitos, apenas um está representado em algumas categorias), mas com interesse do ponto de vista qualitativo

b) Homogeneidade

Embora as categorias tenham sido construídas em função de uma procura rigorosa de analogia de sentido, estamos conscientes de que um maior número de sujeitos e de unidades de sentido nos teria conduzido a desmontar certas categorias⁹⁴, de forma a atingir uma homogeneidade mais forte.

93 Como é, nomeadamente, o caso de L'Écuyer.

94 Estas categorias serão assinaladas e a justificação da escolha será dada em cada caso particular.

c) Pertinência

Para garantir uma maior pertinência foi-nos necessário, por vezes, recorrer a respostas a outras questões, para melhor entender o significado de certos enunciados. Certos vocábulos utilizados pelos estudantes africanos coincidindo com os vocábulos portugueses não têm o mesmo sentido, o que exige uma grande precaução na sua leitura (por exemplo, a palavra *simpatia*, aparece por vezes no sentido de *hipocrisia*).

d) Objectivação

O recurso a outros codificadores foi extremamente reduzido e não seguiu as regras habituais. De facto, recorremos a colegas que comentaram as nossas escolhas e também a universitários africanos que nos permitiram clarificar a organização e denominação dos dados obtidos. Alguns dos comentários dos próprios estudantes após a resposta aos questionários, ou em outros momentos, foram também uma ajuda preciosa.

e) Produtividade e fiabilidade

A produtividade é uma característica das categorias que pode não estar sempre presente pois, segundo L'Écuyer (1990) "*Uma pesquisa descritiva, isto é, visando um bom conhecimento e uma boa descrição de uma situação será sem dúvida menos rica na produção de hipóteses novas e em inferências, visto que não é esse o seu fim. Mas toda a análise de conteúdo deve produzir <dados fiáveis>*" (p. 26).

Apesar do carácter descritivo do nosso estudo, algumas categorias, se não nos permitiram formular hipóteses, e, muito menos, chegar a resultados conclusivos, levantaram-nos questões que merecem um aprofundamento e sugerem pistas para estudos posteriores.

Por outro lado, para garantir a fiabilidade dos dados, as respostas foram, como já se disse, conferidas na sua significação em confronto com o conjunto de respostas de cada questionário. Enunciados cuja ambiguidade nos foi difícil discernir foram assinalados como tal.

Quantificação.

Para uma melhor sumariação dos dados e para poder efectuar algumas comparações, seguimos L'Écuyer na "*quantificação do número de sujeitos tendo formulado enunciados codificados numa dada categoria*" ao invés de quantificarmos os enunciados. Estes são subjectivos e o seu número depende de características como, por exemplo, ser mais analítico ou mais sintectico, estar mais ou menos à vontade, mais ou menos implicado nas questões, etc. A opção pelo número de sujeitos tem, assim, vantagens para o tratamento estatístico, porque trata-se de quantidades objectivas (escala proporcional). Além disso, permite-nos uma leitura mais estruturada dos dados, na medida em que as categorias são agrupadas em sub-estruturas ou sub-domínios e estes em estruturas ou domínios.

Por outro lado, os sujeitos são identificados o que nos abre a possibilidade de uma leitura a diversos níveis seguindo as formas de se situar e de exprimir os seus sentimentos de um sujeito. Para um melhor entendimento deste tipo de organização damos um exemplo :

A categoria *bel* tem enunciados de 3 sujeitos e a categoria *fac+* de 6 sujeitos.

Estas 2 categorias são reagrupadas na sub-estrutura *Paraíso*:

VISÃO IDEALIZADA (VID)	<i>Paraíso (Par)</i>	bel
nº 11a, 12a, 13cv, 15a, 25a, 28a, 32g, 39a, 48m, 59m t=10	nº 11a, 12a, 13cv, 15a, 28a, 32g, 48m, 59m t= 8	nº 12a, 13cv, 15a t=3
	<i>Fraternidade (Fra)</i>	fac+
	nº 11a, 25a, 39a, t= 3	nº 11a, 13cv, 28a, 32g, 48m, 59m t= 6

Nesta encontramos todos os sujeitos que produziram enunciados na 1ª e/ou na 2ª categoria. Assim, 13cv que produziu um enunciado para cada uma destas categorias na sub-estrutura é identificado uma única vez. Do mesmo modo, na estrutura *VISÃO IDEALIZADA* encontramos reunidos os sujeitos presentes nas duas sub-estruturas. Ao nível das estruturas obtemos uma visão mais global, enquanto das sub-estruturas às categorias é possível uma cada vez maior especificação. Particularmente no nosso caso, diríamos que, em geral, da direita para a esquerda a significação quantitativa aumenta e, no sentido inverso, aumenta a significação qualitativa.

Estes quadros, com a discriminação dos sujeitos, têm quadros correspondentes com uma descrição dos efectivos e respectivas percentagens que nos permitem avaliar a importância, para os sujeitos, de cada estrutura, sub-estrutura e categoria. (ver Anexos A. e B.)

Este processo permitindo-nos uma análise pormenorizada quer quantitativa, quer qualitativamente, proporciona-nos ao mesmo tempo uma visão global sem que nos percamos na profusão de dados. Por outro

lado, a identificação dos sujeitos dá-nos uma leitura fácil dos seus percursos e escolhas e da maior ou menor coerência entre estes.

2. Definição das unidades de classificação

GRUPO V :

- a) *Apresente-se (Sem se identificar. Diga por exemplo, características que o distinguem dos outros, qualidades, defeitos, etc.)*
- b) *Que características gostaria de manter?*
- c) *Que características gostaria de mudar?*

Na discriminação das respostas procurámos fazer uma primeira organização agrupando as unidades de sentido, tendo em conta o contexto das respostas, recolhendo do texto original palavras (adjectivos e substantivos abstractos) e, por vezes, frases inteiras sempre que necessário para o entendimento da resposta, utilizando como interface as respostas às questões "manter" e "mudar".

Em seguida, confrontámos as unidades obtidas com o modelo de L'Écuyer (1990), que seguimos de perto, tanto do ponto de vista metodológico como teórico.

O "*modelo experiencial - desenvolvimental da organização interna de diversos elementos constitutivos do conceito de si, segundo a análise de resultados obtidos junto de pessoas entre os 3 e os 100 anos de idade*" (p.133) tem em conta 5 dimensões ou estruturas, que são sub-divididas em sub-estruturas, contendo diversas categorias (ver Quadro XVIII).

I. A ESTRUTURA do *SI MATERIAL* (SM) "*compreende todas as referências ao corpo (SSo) e todas as diferentes possessões a que a pessoa se identifica de uma forma ou de outra (SPo)*" (L'Écuyer, 1990, pp. 154-155).

Como veremos na nossa organização dos dados prescindimos desta sub-estrutura (SPo) na medida em que nenhuma das respostas ao questionário se inseria neste quadro.

II. A ESTRUTURA *SI PESSOAL* (SP) "*compreende as características mais internas ou psíquicas formuladas pela pessoa. Algumas são de ordem geral ou descritiva e são articuláveis à sub-estrutura Imagem de si. As características mais profundas correspondem à sub-estrutura Identidade de Si*

1. Sub-estrutura *Imagem de Si* (ImS) (descritiva) - "*Compreende uma grande variedade de descrições cobrindo diversos aspectos da experiência de si.*"
 - a) Categoria aspirações (asp)- desejos, projectos, ideais, ambições, de ver coisas realizar-se.
 - b) Categoria *enumeração de actividades* (ena) - jogos, desportos, actividades escolares, físicas, intelectuais, culturais, manuais, artísticas profissionais.
 - c) Categoria *sentimentos e emoções* (sem) - diversos estados emocionais expressos pela pessoa (amor, ódio, felicidade, pena, irritabilidade, medos decepções, depressão, alegria
 - d) Categoria *gostos e interesses* (int) - refere às coisas atraem (ou não) a pessoa, tudo o que gosta ou não
 - e) Categoria *capacidades e aptidões* (apt) -natureza dos recursos ou talentos pessoais sem um juízo de valor, constatação de sucesso ou insucesso

f) Categoria *qualidades e defeitos* (def) - descrição de si em termos positivos ou negativos, mas sem juízo de valor (quando dizem muito ou pouco passa para valor pessoal)

QUADRO XVIII - Elementos constitutivos do Conceito de Si

ESTRUTURAS	SUB-ESTRUTURAS	CATEGORIAS
SI MATERIAL (SM)	<i>Si-Somático (SSo)</i>	- traços e aparência física (tra) - condição física e saúde (cph)
	<i>Si-Possessivo (SPo)</i>	- posse de objectos (obj) - posse de pessoas (per)
SI PESSOAL (SP)	<i>Imagem de Si (ImS)</i>	- aspirações (asp) - enumeração de actividades (ena) - sentimentos e emoções (sem) - gostos e interesses (int) - capacidades e aptidões (apt) - qualidades e defeitos (def)
	<i>Identidade de Si (IdS)</i>	- denominação simples (nom) - papel e estauto (rol) - consistência (con) - Ideologia (ide) - identidade abstracta (ida)
SI ADAPTATIVO (SA)	<i>Valor de Si (VaS)</i>	- competência (com) - valor pessoal (vap)
	<i>Actividades do Si (AcS)</i>	- estratégia de adaptação (sta) - autonomia (aut) - ambivalência (amb) - dependência (dep) - actualização (act) - estilo de vida (sty)
SI SOCIAL (SS)	<i>Preocupações e atitudes Sociais (PaS)</i>	- receptividade (rec) - dominação (dom) - altruísmo (alt)
	<i>Referência à Sexualidade (RaS)</i>	- referência simples (res) - atracção e experiência sexuais (sex)
SI-NAO-SI (SN)	<i>Referência ao Outro (ReA)</i>	- nenhuma
	<i>Opinião dos Outros sobre si (OpA)</i>	- nenhuma

(in L'ÉCUYER, 1990, p.136)

2. Sub-estrutura da *Identidade de Si* (IdS) - ultrapassa o nível descritivo - para reflectir mais profundamente a consciência de ser e de existir da pessoa.

- categoria *denominações simples* (nom) - é o estilo BI, ausente no questionário. Foi, no nosso estudo, substituída pela categoria *etnia*, que inclui referências significativas como a origem, a cor, etc.
- categoria *papel e estatuto* (rol)- postos, profissão etc
- categoria *consistência* (con) - sentimento geral de coerência ou incoerência interna, de continuidade ou de discontinuidade, de estabilidade ou instabilidade, de compreensão ou incompreensão daquilo que se passa em si (tento compreender-me, sou do género de não me deixar submeter, sempre fui orgulhosa
- categoria *ideologia* (ide) - todos os enunciados desde a mais simples opinião pessoal sobre os acontecimentos da vida ou da sociedade até uma verdadeira filosofia da vida - Acho que hoje em dia as pessoas complicam a vida. Vejo a vida do bom lado. Tento ser positivo na vida. Gosto de compreender o porquê e o como de tudo navida.
- categoria *identidade abstracta* (ida)- comporta referências existenciais vagas que não tiveram lugar no nosso trabalho.

III. A ESTRUTURA do *SI ADAPTATIVO* (SA) corresponde às acções que a pessoa refere, conforme as percepções que tem dela própria ou relativamente às suas reacções frente às percepções ou realidades da vida.

1. Sub-estrutura *Valor de Si (VaS)* - todos os enunciados implicando uma avaliação, um juízo sobre si. Nem todas são necessariamente positivas ou negativas. Sou muito perfeccionista é neutro. Demasiado perfeccionista é negativo

- categoria *competência* (com) - enunciado traduzindo a impressão de eficácia real (sei o que faço, Tudo o que fazia era bem feito) o que é diferente de (aprendi a tocar piano) que é uma aptidão..
- categoria *valor pessoal* (vap) enunciados comportando um juízo sobre si enquanto pessoa, como por exemplo, "sou uma pessoa vulgar..."

2. Sub-estrutura *Actividades do Si (AcS)* - contém enunciados indicando os diversos modos de acção ou de reacção face às percepções de si-mesmo ou à realidade a fim de manter, promover ou defender o seu si.

- categoria *estratégias de adaptação* (sta)- conforma-se ou não às exigências exteriores, índices globais de adaptação, mecanismos de adaptação ou de defesa, condições preparatórias da acção (preciso de reflectir antes de agir).
- categoria *autonomia* (aut) - enunciados em que mostra como faz face à realidade, esforços pessoais, iniciativas, forma como assume a responsabilidade dos seus actos.
- categoria *ambivalência* (amb) - hesitações, contradições antes de passar à acção.
- categoria *dependência* (dep) - recusa de fazer face à acção ou de tomar responsabilidades (submergida pela situação)

- categoria *actualização de si* (act) - sensação geral de evolução positiva, de progressão (articulada com a acção)
- categoria *estilo de vida* (sty) - vivo o presente, gozo a vida, etc. Como se verá, as três últimas categorias, estão ausentes das respostas que analisámos.

IV. A ESTRUTURA *SI SOCIAL* (SS) engloba os enunciados em que a pessoa revela que sai de si mesma se abre aos outros, entra em interacção com o outro ou ainda quando descreve o tipo de interacção positiva entr ela e o outro.

1. Sub-estrutura *Preocupações e atitudes Sociais (PaS)* - participação ou desejo de participar em actividades com outros, a sua comunicação ou desejo de comunicar ou o tipo de comunicação.

- categoria receptividade aos outros (rec) - atitude positiva (acolhimento, abertura) : "tenho muitos amigos, não tenho amigos nem quero ter."
- categoria *dominação* (dom)- aspecto mais negativo pelo qual a pessoa domina ou se sente dominada pelos outros; inexistente no nosso caso.
- categoria *altruismo* (alt) - é prestavel ou gosta de ser

2. Sub-estrutura *Referência à Sexualidade (RaS)*

- categoria referência simples (res) - referências simples
- categoria sexualidade (sex) - ligadas à atracção ou experiência sexual.

V. A ESTRUTURA SI-Não SI (SN) é constituída por enunciados em que o indivíduo não fala dele próprio directamente, mas apesar de tudo continua implicado (forma indirecta de falar dele próprio)

1. Sub-estrutura *Referencia ao Outro (ReO)* - a pessoa fala de outro mas percebe-se que lhe diz respeito (Os meus filhos estão todos bem colocados na vida);

2. Sub-estrutura *Opinião dos outros sobre si (OpO)* -juízo que os outros fazem da pessoa.

Embora o quadro teórico e metodológico de L'Écuyer tenha sido essencial no tratamento desta questão, a leitura das respostas ao nosso pedido de "Apresentação de Si" não pode deixar de ter em conta que o ponto de partida, o percurso e os objectivos são diferentes. Com efeito, o método GPS, apresentado por L'Écuyer, parte da questão "Quem sou eu", trabalhada em entrevistas e questionários. Cada sujeito (individualmente ou em grupo) passa por mais do que uma entrevista e responde a mais do que um questionário (teste, reteste e teste dos limites).

A "Apresentação de Si" do nosso questionário é apenas uma questão (tripartida) que não tem a pretensão de uma abordagem tão rigorosa nem tão aprofundada como a de L'Écuyer.

Por outro lado, inclui-se num projecto de abordagem mais lato, pelos objectivos do nosso estudo, que não se cingem ao "conceito de si".

Assim, verificámos a presença de algumas respostas, incluídas na sub-estrutura *Identidade de Si*, relacionadas com a nacionalidade e origem, que nos interessavam particularmente, e acrescentámos a esta sub-estrutura a categoria *etnia*..

Mantivêmos, na análise das alíneas b) e c) a mesma categorização a fim de proceder a uma comparação e tentar encontrar pistas para situar a positividade ou negatividade do conceito de si dos sujeitos, tanto mais que esta é, como vimos, uma área de estudo importante quando se trata das estratégias identitárias dos imigrantes.

Identificámos ainda, em qualquer das alíneas as não respostas assim como uma fuga à resposta (fug = "não gosto de me identificar, deixo esse trabalho aos outros"). Uma reflexão à volta das não respostas (sr) e da sua possível significação ou significações pareceu-nos útil, muito especialmente no que se refere às alíneas b) e c)

GRUPO VI.3

Antes de vir para Portugal tinha expectativas e representações que eventualmente se foram alterando.

a) Qual a ideia que fazia de Portugal antes de vir para cá?

b) Qual a ideia que faz de Portugal actualmente ?

Na análise das respostas a esta questão é necessário ter em conta que a "ideia" sobre Portugal é reconstruída à posteriori. Ou seja, a sua formulação depende da forma como se vive hoje a relação com a sociedade portuguesa. Assim, esta reconstrução dá-nos sobretudo a imagem dos sentimentos actuais.

Dividimos as respostas à alínea a) representação "anterior" e b) representação actual em três estruturas ou domínios, tendo cada uma delas uma ou mais sub-estruturas e categorias. Tal como fizemos na apresentação de si, tivemos em conta, simultaneamente, os sujeitos das respostas e as unidades de significação, ou seja identificámos os sujeitos tendo formulado enunciados codificados em cada categoria. A organização em estruturas ou domínios obedece à lógica das unidades de

significação, verificando-se que a 1ª *VISÃO IDEALIZADA* diz respeito ao país, a 2ª *PERSONALIDADE* se refere aos portugueses e a 3ª *DESENVOLVIMENTO* à sociedade :

I. ESTRUTURA *VISÃO IDEALIZADA* (VID)- reúne os enunciados que exprimem uma imagem ideal de Portugal, quer do ponto de vista da sua beleza ou das condições de vida e das relações com as ex-colónias.

1. Sub-estrutura *Paraíso* (Par) - a construção das imagens é abstracta e geral, englobando a ideia de paraíso (ou de inferno), pela beleza física, pela facilidade de vida ou pelo oposto. Por exemplo, um dos sujeitos afirma na a) que imaginava que Portugal era "*talvez um paraíso*", para na b) falar de "*inferno*", enquanto outro refere "*um verdadeiro abismo*".

- categoria *beleza* (bel) refere-se à beleza física do país;
- categoria *facilidade* (fac) reúne enunciados tendo por referência uma vida ideal, fácil, sem problemas, etc.

2. Sub-estrutura *Fraternidade* (Fra)

Sem categorias.

II. ESTRUTURA *PERSONALIDADE* (PER) engloba os enunciados referentes a supostas características da personalidade do povo português ou atitudes que lhe são imputadas.

1. Sub-estrutura *Comunicação* (Com) conjuga as referências à capacidade (ou incapacidade) de comunicar do português, de se relacionar e acolher o outro.

- categoria acolhimento (aco) tem como referência a capacidade de acolhimento dos portugueses, abrangendo características como

abertura, solidariedade, compreensão, (aco+). Aparece também na perspectiva oposta (aco-).

- categoria racismo e xenofobia (rx) referida de forma positiva (rx+) quando se considera que o português não é racista nem xenófobo, ou luta contra estas atitudes e na sua forma negativa (rx-) sempre que os enunciados lhe imputam estas atitudes.

2. Sub-estrutura *Mentalidade* (*Men*) em que se inserem enunciados que apontam directamente para a mentalidade do português, como "*mentalidade moderna*", "*mentalidade europeia*" (men+) ou então "*mentalidade atrasada*" (men-).

III. ESTRUTURA *DESENVOLVIMENTO* (DES) reúne os enunciados que têm como referência o desenvolvimento político, económico e social português.

1. Sub-estrutura *Interface* (Int) engloba as comparações entre Portugal e o país de origem, e Portugal e a Comunidade Europeia, em termos de mais desenvolvido do que, tão desenvolvido como ("*o mesmo que o meu país*", ou menos desenvolvido do que...

- categoria *país de origem* (por) refere-se às comparações com o país de origem.
- categoria *europa* (eur) refere-se às comparações com os países da Comunidade Europeia, assim como a atribuição de um estatuto de autonomia ou dependência relativamente a esta.

2. Sub-estrutura *Socio-Política* (SPo) engloba descrições das características socio-económicas e políticas de Portugal.

- categoria *Democracia* (dem) é anotada sempre que há referências à igualdade de oportunidades, às relações sociais, aos direitos de cidadania ou de forma mais geral se diz que Portugal é um país democrático (ou o seu contrário).
- categoria *Paz* (paz) com enunciados relativos directamente à Paz vivida em Portugal, à ausência de conflitos, à calma social, etc.

3. Sub-estrutura *Economia* (Eco) reúne todos os enunciados que apontam para o desenvolvimento económico e tecnológico (eco+) ou para a ausência deste (eco-).

IV. ESTRUTURA *NEUTRALIDADE* (NEU) - engloba os enunciados em que não podemos situar claramente a percepção do sujeito, na medida em que parece querer manter uma posição de distância, de não dizer efectivamente o que pensa. Hesitámos na designação desta estrutura por entendermos, por um lado, que não existem efectivamente posições neutras, e porque os enunciados nos apontam para uma atitude mais defensiva, quando se afirma, por exemplo, "país diferente". Os enunciados que expressam a ausência de qualquer ideia sobre Portugal ("*nenhuma* ") se nos parecem poder coadunar-se com a situação de alguns estudantes que, com efeito, teriam pouca ou nenhuma informação antes de virem para Portugal, já nos parecem uma afirmação menos neutra quando se considera que essa é a percepção actual. Mantivemos, no entanto, a designação na medida em que queríamos evitar interpretações abusivas.

1. Sub-estrutura *Nenhuma* (Nen) é anotada sempre que o sujeito afirma não ter nenhuma ideia do que seria (ou do que é) Portugal.

2. Sub-estrutura *Diferença* (Dif) reúne os enunciados em que o sujeito escolhe designações anódinas ("pensava que era um país diferente", "um país com características próprias").

Grupo VI.4

Como descreveria a forma como se sentiu

a) *nos primeiros tempos da sua chegada a Portugal*

b) *Mais tarde*

c) *Como se sente actualmente*

Utilizámos para as três alíneas a mesma classificação, de forma a ser possível comparar a percepção das três. A análise desta questão, como veremos, remete-nos para os estudos atrás citados, nomeadamente de HABIMANA E. e CAZABON C. (1992).

I. ESTRUTURA *CHOQUE* (CHO) inclui reacções ou sentimentos fortes de isolamento, contraste cultural, deslocamento e arrependimento e ainda as comuns reacções de estranheza, como a dificuldade de adaptação ao clima, a insegurança, a saudade e o sentimento de se ser subavaliado.

1. Sub-estrutura *Choque propriamente dito* (Cpp) refere as reacções mais fortes à mudança e ao confronto com a sociedade de acolhimento.

- categoria *Isolamento* (iso) engloba todas as referências à falta de convívio, à solidão ("*a solidão foi sem dúvida o grande sentimento*").
- categoria *arrependimento* (arr) reúne referências ao arrependimento, desejo de regressar imediatamente ao seu país.

- categoria *choque cultural* (cul) tem por referência enunciados que sublinham "*o choque de mentalidades e cultura*" ou afirmam a "*desorientação cultural*".
- categoria *sentimento de deslocamento* (des) engloba várias expressões do sentimento de estar deslocado, inadaptado, desorientado.

2. Sub-estrutura *Estranheza* (Est) refere sensações comuns a qualquer estrangeiro num país de acolhimento, quer pela distância dos amigos e familiares, quer pelo desconhecimento do novo contexto.

- categoria *clima* (cli) engloba as reacções ao clima frio comparativamente aos países tropicais.
- categoria *insegurança* (ins) reúne expressões como "*senti-me insegura*", "*senti-me um estranho*", "*a sensação que um indivíduo tem quando se encontra noutra país, sobretudo quando é de raça diferente.*"
- categoria *saudade* (sau) tem por referência a nostalgia do país, da família, dos amigos.
- categoria *subavaliação* (sub) refere-se ao sentimento de se ser "*subavaliado*" ou então a reacções de inibição.

II. Estrutura *INSERÇÃO* (INS) engloba diferentes representações da forma de se inserir na sociedade de acolhimento.

- categoria *ajustamento* (aju) refere-se a um tipo de inserção em que alguém ou alguma coisa ajuda ao equilíbrio de uma situação ainda sentida como instável ("*graças aos convívios, consigo superar as dificuldades de vária ordem*", "*estou conformado*", "*familiarizado*").

- categoria *entusiasmo* (ent) reúne expressões de bem-estar, de alegria, de entusiasmo ("*senti-me motivado e entusiasmado por ter vindo para um país europeu*", "*foi uma sensação agradável, ainda tinha muitas ilusões*", "*alegre porque conheci outro país*")
- categoria *integração* (int) inclui as referências directas à integração ("*sinto-me integrado na sociedade portuguesa*") ou a expressão "*sinto-me melhor*" quando esta se sucede a uma fase em que se afirma estar-se bem..
- categoria *objectivos* (obj) reúne as representações da estadia concentradas nas finalidades que são o sustentáculo da inserção.
- categoria *amizade* (ami) engloba as referências aos amigos como apoio para se inserirem.
- categoria *aclimação* (cli) reúne referências como "*habituei-me ao clima*", "*com o aquecedor já não tenho tanto frio*".

III. Estrutura *DIFICULDADES ECONÓMICAS* (DIF) inclui referências às dificuldades de sobrevivência e de alojamento.

- categoria *alojamento* (alo) referências à dificuldade em arranjar um alojamento adequado.
- categoria *sobrevivência* (sob) referências aos atrasos das bolsas, às dificuldades em sobreviver, sem trabalho e sem apoios.

IV. Estrutura *DISTANCIAMENTO* (DIS) inclui enunciados que sugerem uma atitude de distanciamento, evitando descrever quaisquer sentimentos.

- categoria *normal* (nor) em que a resposta é, pura e simplesmente "normal"

- categoria *crítica* (cri) inclui referências críticas à sociedade portuguesa ou à situação ("*Portugal como um país pouco desenvolvido em termos tecnológicos*", "*passei por uma fase de meditação em termos comparativos e cheguei á conclusão de que não estava tão bem como a princípio pensava ser/estar*").

Questão VI. 18

O que considera mais semelhante entre os jovens do seu país e os jovens portugueses?

As semelhanças entre jovens portugueses e jovens dos países de origem distribuem-se por 4 domínios :

I. ESTRUTURA FASE DE DESENVOLVIMENTO (FAS) reúne todo o tipo de enunciados que têm por referência características próprias à fase de desenvolvimento : é a imaturidade, a preocupação com o futuro, o idealismo, a irreverência, a alegria, a o gosto pelo desporto, a liberdade de expressão, o espírito de aventura, a abertura à cultura universal.

- categoria *imaturidade* (ima) compreende enunciados que se cingem a representações gerais relativas à juventude, como a afirmação de que a sua semelhança é serem jovens, ou então, "falta de capacidade para pensar", imediatismo, espírito de aventura, irreverência.
- categoria *futuro* (fut) abrange enunciados que referem o desejo de aprender, de preparar o futuro.
- categoria *idealismo* (ide) reúne os enunciados que exprimem o desejo de mudar o mundo ("*é que todos eles pensam que são*

capazes de mudar o mundo de tudo quanto esteja errado do seu ponro de vista"), a vontade de acabar com a guerra, etc.

- categoria *actividades e gostos* (act) abrange enunciados que dizem respeito ao gosto partilhado pelos divertimentos, pela música (americana), por um certo tipo de vestuário, etc.

II. ESTRUTURA *CULTURA* (CUL) tem por referência a língua portuguesa comum aos jovens portugueses e aos conterrâneos e o fenómeno de aculturação que aparece quer no sentido da assimilação ("*a 500 e tal anos de colonização o meu povo aprendeu qualquer coisa de comum aos portugueses*") quer pela apreensão de uma "cultura universal".

- categoria *língua* (lin) referindo a língua portuguesa;
- categoria *aculturação* (acu) no sentido da assimilação da cultura portuguesa pelos jovens conterrâneos ou então pela comunhão de uma "cultura universal".

III. Grupo de enunciados *RECUSA* (RCS) no qual se nega qualquer semelhança entre jovens portugueses e jovens conterrâneos.

Questão VI 19

O que considera mais diferente entre os jovens do seu país e os jovens portugueses?

I. ESTRUTURA *RESPOSTAS GLOBAIS* (GLO) compreende os enunciados que se apresentam globalmente de uma forma neutra.

1. Sub-estrutura *Cultura* (Cul) aborda a diferença do ponto de vista das mentalidades, comportamentos em geral, dos costumes, das

diferenças na organização familiar ("*relações sociais entre as famílias*", "*questões familiares*").

2. Sub-estrutura *Condições de Vida (CVi)* refere-se em geral a posses, oportunidades e perspectivas diferentes.

II. ESTRUTURA *DIFERENÇAS ESPECÍFICAS (DIF)*

1. Sub-estrutura *Contexto (Ctx)* aponta para um contexto de guerra (Angola, Moçambique) em confronto com a paz (Portugal), para um contexto que favorece a construção de projectos de futuro ou que a impede, que exige trabalho e sacrifício ou facilita a vida.

categoria *guerra (grr)* expressa por angolanos e moçambicanos que se referem à guerra no seu país e ainda à fuga ao serviço militar "propria" dos seus conterrâneos, enquanto que, segundo eles, os jovens portugueses, vivendo em paz, se sentem "atraídos" pelo serviço militar.

categoria *futuro (fut)* exprime aqui as condições mais difíceis para os jovens africanos, quando se trata de projectar o futuro ("*O futuro dos jovens angolanos está comprometido*", "*esses (os angolanos) têm menos possibilidades de formação e os de cá têm essa facilidade relativa*").

2. Sub-estrutura *Relações Sociais (RSc)* abrange enunciados relativos à forma de estar em sociedade, que no que diz respeito à participação na vida política, às atitudes cívicas e à capacidade de comunicar, à abertura e solidariedade.

- categoria *sacrifício (sac)* refere-se ao espírito de sacrifício, luta e participação na vida produtiva a que estão votados os jovens

africanos em contraste com os portugueses, apresentados como "dependentes económicos" e sem necessidade de se sacrificarem.

- categoria *cidadania* (cid) engloba a participação na vida política do país em confronto com a indiferença e as atitudes de civismo, presentes nuns e ausentes noutros.
- categoria *solidariedade* (sol) reúne a referência a atitudes de solidariedade, capacidade de comunicação e abertura em confronto com as dificuldades de comunicação, o egoísmo, o racismo e os preconceitos em geral.
- categoria *família* (fam) refere as representações da dependência prolongada dos jovens portugueses relativamente às suas famílias em contraste com os jovens "conterrâneos" que cedo têm que construir as suas vidas autonomamente.
- categoria *alegria* (ale) abrange os enunciados que referem comportamentos perante a vida em geral, opondo alegria e tristeza, mas também uma vida normalizada ao "*o vício de fumar*" e à delinquência.

III. O grupo *RECUSA* (Rcu) engloba os enunciados que afirmam a diferença total entre os conterrâneos e os portugueses ou afirmam "não saber".

Questão VI.20

Entre os seus conterrâneos há características fundamentais que deveriam conservar? Quais?

As respostas dividem-se apenas por três dimensões ou estruturas:

I. ESTRUTURA *IDENTIDADE CULTURAL* (IDC) abrange enunciados que se referem quer à identidade cultural, quer à língua.

- categoria *identidade* (idt) distribui-se por enunciados que afirmam a necessidade de conservar a cultura ou "*salvaguardar a nossa identidade*", ou ainda enunciados como "*o orgulho de ser e de se dizer caboverdiano*", "*assumir-se sempre guineense*", "*o africanismo*", etc.
- categoria *língua* (lin) com referência à língua.

II. ESTRUTURA *DEFESA DA UNIDADE* (UNI) enunciados exprimindo a preocupação de manter a unidade entre os conterrâneos, a que se acrescenta, por vezes, a importância de regressar ao país natal.

- categoria *unidade* (uni) referente à manutenção da unidade.

III. ESTRUTURA *CARACTERÍSTICAS DA PERSONALIDADE* (PER) reúne enunciados descrevendo formas de estar com o outro, consideradas próprias dos conterrâneos.

- categoria *alegria de viver* (ale) engloba enunciados que referem especificamente a alegria de viver, o prazer do convívio.
- categoria *solidariedade* (sol) abrange enunciados que se articulam em torno do "*espírito colectivista*", da solidariedade, fraternidade e hospitalidade.

IV. Grupo de enunciados *TODAS* (TS) que afirmam a necessidade de manter todas as características.

V. Grupo de enunciados *RECUSA* (RCS) em que os sujeitos afirmam não saber responder, ou não verem nenhuma característica para manter.

Questão VI.21

Considera que há, entre os seus conterrâneos, características que deveriam mudar? Quais?

I. ESTRUTURA *CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS* (PSI)

em que a mudança aponta para a necessidade de ultrapassar complexos de inferioridade ou de superioridade, assim como atitudes de pessimismo, irresponsabilidade, de hipocrisia, oportunismo, que vêm, por vezes, acompanhados pela expressão "se existir". Surge também, neste domínio, a necessidade de sentido crítico e de persistência na prossecução dos objectivos.

- categoria *objectividade* (obj) abrange a importância de uma maior persistência na prossecução dos objectivos, e a necessidade de desenvolver o sentido crítico e o bom senso.
- categoria *complexos* (cpx) abrange os complexos que seria bom perder, o pessimismo, a hipocrisia, etc

II. ESTRUTURA *RELAÇÕES SOCIAIS* (RLS) compreende as formas de inserção na sociedade portuguesa, quer em termos globais ("*a forma como se comportam na sociedade*"), quer em termos particulares ("*respeitar a hora de recolher com os vizinhos de apartamento*"), quer ainda sublinhando a importância de não viver isolado e não conviver apenas com conterrâneos ("*evitar a convivência exclusiva com guineenses. Sair da sozinhez: ousar dialogar*"; abrange ainda a necessidade de evitar a delinquência, a droga e o cigarro ("*assimilados na sociedade portuguesa*") e um conjunto de enunciados que afirma a importância de não se deixarem assimilar pela sociedade de acolhimento ("*não se alienar na cultura alheia*") ou pelo europeísmo.

- categoria *inserção* (ins) refere-se à necessidade de inserção na sociedade de acolhimento.
- categoria *vícios* (vic) compreende os enunciados sobre a delinquência, a droga e o cigarro.
- categoria *assimilação* (ass) reúne enunciados que apelam à manutenção da identidade cultural, considerando que os jovens devem evitar deixar-se assimilar pela cultura portuguesa.

III. ESTRUTURA *UNIDADE* (UNI) engloba enunciados que apelam à unidade, tendo como referência a necessidade de serem unidos na resolução dos problemas que enfrentam, ou sublinhando a importância da unidade nacional (evitar conflitos étnicos, unificar as religiões, etc.)

IV. Grupo *RECUSA* (RCS) abrange os enunciados que negam a necessidade de mudar.

Questão VI. 22

Para si, que elementos constituem a "identidade cultural" de uma pessoa?

Os enunciados relativos à identidade cultural distribuem-se por dois domínios que são em geral articulados com o conceito de cultura e um terceiro que engloba a afirmação de desconhecimento.

I. ESTRUTURA *CULTURA* (CUL) reúne enunciados que se referem ao sentimento de pertença a uma cultura através do respeito por usos e costumes, de tradições e pela utilização de uma língua. Outros identificam identidade cultural e nacionalidade.

- categoria costumes (cos) refere-se aos usos e costumes.

- categoria tradições (trd) tem por referência a manutenção e respeito por tradições de grupo.
- categoria língua (lin) uso de uma língua
- categoria nacionalidade (nac) identificando identidade cultural e nacionalidade.

II. ESTRUTURA *EDUCAÇÃO* (EDU) engloba enunciados que em termos de senso comum apontam para a noção de educação, ou seja, a instrução e o civismo.

- categoria estudos (est) com enunciados que representam a identidade cultural de uma pessoa como os estudos por ela realizados.
- categoria civismo (civ) com enunciados que exprimem aquilo a que em geral se chama "boa educação", bom comportamento na sociedade.

III. Grupo *IGNORÂNCIA* (IGN) com enunciados em que se afirma que é muito difícil explicar ou que não se sabe responder.

Questão VI. 23

Em que momento da sua vida ganhou uma maior consciência deste fenómeno?

Os enunciados distribuem-se por vários momentos da vida dos sujeitos :

I. ESTRUTURA *FASES DE CRESCIMENTO* (CRE) enunciados que referem de uma forma geral que a tomada de consciência do fenómeno da identidade cultural aconteceu naturalmente na adolescência.

II. ESTRUTURA *CONTACTO COM OUTROS* (CTC) enunciados que referem o confronto com pessoas de outras culturas, por contacto no próprio país, por visitas ao estrangeiro ou pela vinda para Portugal.

- categoria *outros países* (oup) inclui as visitas a outros países.
- categoria *estrangeiros* (out) inclui os contactos com estrangeiros no próprio país.
- categoria *Portugal* (por) refere-se à vinda para Portugal.
- categoria *Universidade* (uni) refere a entrada na universidade no próprio país
- categoria *independência* assinala o momento da independência;
- categoria *agora* refere o momento de resposta ao questionário.

III Grupo *IGNORÂNCIA* (IGN) enunciado de apenas um sujeito que diz não saber quando tomou consciência do fenómeno da identidade cultural.

Questão VI. 24

Se lhe pedissem para explicar às pessoas que chegam a Portugal como é a cultura portuguesa, quais as cinco principais características que apontaria?

Os enunciados distribuem-se por cinco domínios ou estruturas:

I. ESTRUTURA *QUADRO FORMAL* (FOR) reúne os enunciados que se limitam a uma listagem de tópicos que permitiriam descrever qualquer cultura ("*linguagem, cultura, alimentação, hábitos e costumes, recursos culturais*").

II ESTRUTURA *CARACTERÍSTICAS CULTURAIS* (CUL) englobando enunciados que qualificam a música portuguesa, a língua, as

tradições, a identidade cultural e as relações de dependência cultural relativamente a outros países.

- categoria *expressão* (exp) reúne enunciados que se referem à maior ou menor riqueza expressiva da cultura portuguesa, tendo em conta a importância e a criatividade do folclore, da oralidade, do papel dos idosos, etc.
- categoria *língua* (lin) com referência à língua portuguesa.
- categoria *identidade* (idt) reúne enunciados que afirmam que a cultura portuguesa tem "*identidade própria*".
- categoria *ocidentalismo* (oci) reúne enunciados que caracterizam a cultura portuguesa como ocidental ou sofrendo influências de outros países ("*admiram os ingleses e os americanos*", "*sofre influências espanholas*").
- categoria *turismo* (tur) reúne referências a aspectos tipicamente portugueses : o fado, o bacalhau, o vinho tinto...

III. ESTRUTURA *CONTEXTO* (CTX) incide em dados contextuais que dizem respeito às condições de vida em geral e ao nível médio de instrução dos portugueses.

- categoria *pobreza* (pob) apontando para a pobreza em que vive grande parte da população portuguesa.
- categoria *instrução* referindo a diminuição do analfabetismo e em geral as melhores condições para atingir um nível de instrução superior ao dos seus países de origem

IV. ESTRUTURA *CARACTERÍSTICAS DOS PORTUGUESES* (CAR) engloba enunciados descrevendo características dos portugueses.

- categoria *comunicação* (com) engloba referências à dificuldade de comunicar do português, ao seu carácter fechado, tendência ao isolamento, etc.
- categoria *preconceito* (pre) inclui referências directas ao racismo e xenofobia, à dificuldade em aceitar os africanos e também referências ao carácter preconceituoso e conservador.
- categoria *tristeza* (tri) reúne representações dos portugueses como pessoas tristes, pouco divertidas.
- categoria *simpatia* (sim) engloba referências à simpatia e abertura dos portugueses.
- categoria *trabalho* (trb) apresenta o português como trabalhador, honesto e poupado.
- categoria *cidadania* (cid) inclui enunciados que referem a implicação do português como cidadão.
- categoria *calculismo* (cal) com referências a atitudes de calculismo ("*mesquinho, interesseiro, ... respeito pelo valor material*")
- categoria *ambivalência* (amb) engloba unidades de significação ambivalentes ("*acolhedora, hipócrita*" "*desconfiados mas prestativos*")

V. Grupo de enunciados **IGNORÂNCIA** (IGN) em que afirmam não saber ou não conhecer suficientemente Portugal.

Questão VI.25

Se lhe pedissem para explicar aos Portugueses como é a cultura do seu país, quais as cinco principais características que apontaria?

Distribuem-se por cinco domínios ou estruturas

I. ESTRUTURA *QUADRO FORMAL* (FOR), tal como na questão anterior, reúne os enunciados que se limitam a uma listagem de tópicos que permitiriam descrever qualquer cultura ("*linguagem, cultura, alimentação, hábitos e costumes, recursos culturais*").

II. ESTRUTURA *CARACTERÍSTICAS CULTURAIS* (CUL) englobando enunciados que qualificam as formas de expressão do país de origem, a diversidade linguística, as tradições, a identidade cultural e as relações de dependência cultural relativamente a outros países.

- categoria *expressão* (exp) reúne enunciados que se referem à maior ou menor riqueza expressiva da cultura do país de origem, tendo em conta a importância e a criatividade do folclore, da oralidade, do papel dos idosos, etc.
- categoria *tradicionalismo* (trd) refere um excesso de apego às tradições.
- categoria *língua* (lin) com referência à língua ou línguas existentes no país do sujeito.
- categoria *ocidentalismo* (oci) reúne enunciados que caracterizam a cultura como ocidentalizada, quer pela influência dos "quinhentos anos de colonialismo", quer pela admiração por outros países ocidentais.
- categoria *turismo* (tur) reúne dados sobre aspectos típicos da cultura do país em referência.

III. ESTRUTURA *CONTEXTO* (CTX) incide em dados contextuais que dizem respeito às condições de vida em geral e ao nível médio de instrução dos conterrâneos.

- categoria *luta* (lut) englobando referências à guerra e à vida quotidiana de luta pela sobrevivência.
- categoria *instrução* (ins) reunindo as referências ao nível de estudos geral da população do seu país.

IV. ESTRUTURA *CARACTERÍSTICAS DOS CONTERRÂNEOS* (CAR) engloba enunciados descrevendo características dos seus conterrâneos.

- categoria *comunicação* (com+) engloba referências à facilidade de comunicar, à abertura, à capacidade de acolher os outros.
- categoria *solidariedade* (sol) inclui enunciados tendo por base a solidariedade entre as pessoas, o sentido do colectivo.
- categoria *alegria* (ale) reúne representações dos conterrâneos como pessoas alegres e divertidas.
- categoria *relaxamento* (rel) engloba referências à despreocupação, à preguiça, à incapacidade de investir no futuro pelo trabalho e pelo esforço.
- categoria *cidadania* (cid) inclui enunciados que referem a implicação do conterrâneo como cidadão.

V. Grupo *RECUSA* (RCS) com enunciados que afirmam não ter nada para dizer ou que não valeria a pena "*porque os portugueses não estão interessados*".

Questão VI. 26

Supondo que um familiar seu chegava a Portugal, com intenções de aqui residir, que lhe aconselharia, para além de legalizar a sua estadia, a fim de tornar a sua estadia o melhor possível?, (organização da vida, comportamentos, etc.)

As respostas distribuem-se por quatro estruturas ou domínios :

I. ESTRUTURA *INSERÇÃO* (INS) reúne enunciados que apontam diversas formas de inserção na sociedade portuguesa, desde a procura de integração e de relação com os portugueses, à procura de meios de subsistência ou ainda à proposta de estratégias de invisibilidade.

1. Sub-estrutura *Subsistência* (Sub) engloba enunciados que apontam para a procura de trabalho, sugerem o recurso a instituições de apoio ou ainda consideram fundamental ser capaz de poupar.

- categoria *trabalho* (trb) - enunciados relativos à procura de trabalho.
- categoria *organizações* (org) - enunciados relativos ao recurso a instituições de apoio.
- categoria *poupança* (pou) - enunciados relativos à necessidade de poupar, tendo em conta a carestia de vida em Portugal.

2. Sub-estrutura *Integração* (Int) - enunciados que referem especificamente a palavra "integração", sem que no conjunto da resposta se encontrem unidades de sentido que neguem a sugestão de integração. Acrescentam-se ainda os enunciados que sugerem para além da procura de trabalho o bom relacionamento com os portugueses.

3. Sub-estrutura *Invisibilidade* (Inv) - reúne enunciados que referem a necessidade de cumprir as leis portuguesas, a manutenção de uma atitude "simpática", articulada com estratégias de defesa, () e ainda a estratégia de conformismo.

- categoria *normatividade* (leg) - apelo ao cumprimento da lei e das normas em geral
- categoria *objectivos* (obj) - reúne enunciados que definem como estratégia a concentração nos objectivos que os trouxeram a Portugal.
- categoria *simpatia* (sim) - enunciando a necessidade de ter atitudes "simpáticas".
- categoria *conformismo* (con) - reúne enunciados que referem a necessidade de se "*conformar com tudo*".

II. ESTRUTURA *DEFESA* (DEF) engloba enunciados que referem cuidados a ter na relação com os portugueses e na sociedade portuguesa em geral.

1. Sub.estrutura *Defesa Pessoal* abrangendo enunciados centrados nas relações pessoais com os portugueses e nos cuidados a ter nestas relações.

- categoria *amizades* (ami) - sugere o cuidado a ter na escolha dos amigos.
- categoria *portugueses* (por) - descrição de cuidados a ter nas relações com os portugueses.
- categoria *delinquência* (del) - reúne os riscos de andar sozinho, de sair à noite, por causa da delinquência em Portugal.

2. Sub-estrutura *Defesa da Identidade Cultural* (IdC) constituída pelo apelo à manutenção da identidade cultural.

III. Grupo *RECUSA* (REC) constituído por respostas que negam sugerir qualquer estratégia ou, muito simplesmente, afirmam que proporiam o regresso ao país de origem.

Questão VII 3

Em seu entender a Universidade e outras instituições do Ensino Superior proporcionam condições de sucesso aos estudantes estrangeiros em Portugal?

(tratada em conjunto com a seguinte)

Questão VII 4

Se respondeu Não à questão anterior identifique as falhas que são para si mais evidentes e sugira soluções (Por exemplo, criar ou alterar determinados serviços...)

I. ESTRUTURA *COOPERAÇÃO* (COO) engloba enunciados incidindo nas relações de cooperação entre Portugal e os Palop, seus efeitos e deficiências.

- categoria *acesso* (ace) incide na importância de que os acordos permitam um acesso mais alargado ao ensino superior da parte dos estudantes dos Palop.
- categoria *formação* refere uma maior eficácia na formação no próprio país (importação de docentes ao invés de exportação de estudantes), evitando aos estudantes os problemas de adaptação.
- categoria *regresso* (reg) sugere a importância de preparar o regresso ao país de origem, incluindo-se aqui a necessidade de manter os laços , nomeadamente através de subsídios de férias no país.

II. ESTRUTURA *SERVIÇOS SOCIAIS* (SOC) abrange as referências às dificuldades de sobrevivência dos estudantes e à insuficiência dos apoios sociais.

- categoria *bolsas* (bolsas) inclui a necessidade de aumentar em número e o montante das bolsas, abrangendo também estudantes

africanos que não sejam bolseiros pelos seus países de origem ou ainda a isenção de propinas.

- categoria *cantinas* (can) tem por referência a necessidade de aumentar o número de cantinas e reduzir os preços das refeições.
- categoria *lares* (lar) incide na necessidade de alojamentos para estudantes estrangeiros.
- categoria *gabinete de apoio social* (gab) sugere a necessidade de criar um gabinete de apoio social para estudantes estrangeiros.

III. ESTRUTURA *QUALIDADE DA DOCÊNCIA* (DOC) abrange representações relativas aos docentes tanto do ponto de vista da qualidade de ensino, como da sua capacidade de se relacionarem com estudantes africanos.

- categoria *imagem* (ima) diz respeito às representações negativas ("*determinismo colonialista*") que se supõe que os docentes portugueses têm sobre os estudantes africanos.
- categoria *investimento no sucesso* (suc) reúne referências à necessidade de um maior investimento dos docentes portugueses no sucesso dos estudantes africanos (falta de diálogo, falta de apoio, necessidade de aulas extra).

IV. ESTRUTURA *RECURSOS PEDAGÓGICOS* (PED) inclui a ausência de ambiente e de meios de estudo, nomeadamente no que se refere às bibliotecas e à necessidade de adquirir material didáctico que ultrapassa os recursos económicos dos estudantes.

- categoria *bibliotecas* (bib) refere-se à pouca qualidade do atendimento das bibliotecas: os horários limitados que não são adequados aos estudantes trabalhadores e insuficiente bibliografia.

- categoria *material didático* (did) refere-se à indisponibilidade do material didático, sublinhando a tendência dos professores de trabalharem à base de fotocópias, que são excessivamente dispendiosas.

V. ESTRUTURA *FUTURO PROFISSIONAL* (FUT) refere-se aos limites do mercado de trabalho após os estudos, em especial para recém licenciados dos Palop.

As questões VI.6 (*A que se devem esses resultados?*), VI.7 (*Como vê o seu futuro ?*), e VI.14 (*O que pensa do papel desempenhado por essas associações?*), tendo em conta que as respostas correspondiam a categorias limitadas, que se adaptavam a uma reorganização de tipo C, foram tratadas como tal).

CAPÍTULO VIII

AQUELES PARA QUEM SOMOS "OUTRO"

I. Estudantes dos PALOP em Portugal

1. Alguns dados sobre a população da amostra abrangida pelo questionário⁹⁵

Sendo uma amostra constituída segundo o critério da acessibilidade, a distribuição dos estudantes pelas diferentes nacionalidades é desigual.

Quadro XIX - Distribuição das nacionalidades

PAÍSES	EFFECT	%
ANGOLA	37	61,67
CABO VERDE	6	10,00
GUINÉ	5	8,33
MOÇAMBIQUE	11	18,33
S.TOMÉ	1	1,67
total	60	100,00

Como se pode verificar no Quadro I a maior parte é originária de Angola (37), seguindo-se-lhe os estudantes Moçambicanos (11), e em números próximos encontram-se os caboverdianos (6) e guineenses (5). Obtivemos respostas de apenas um santomense.

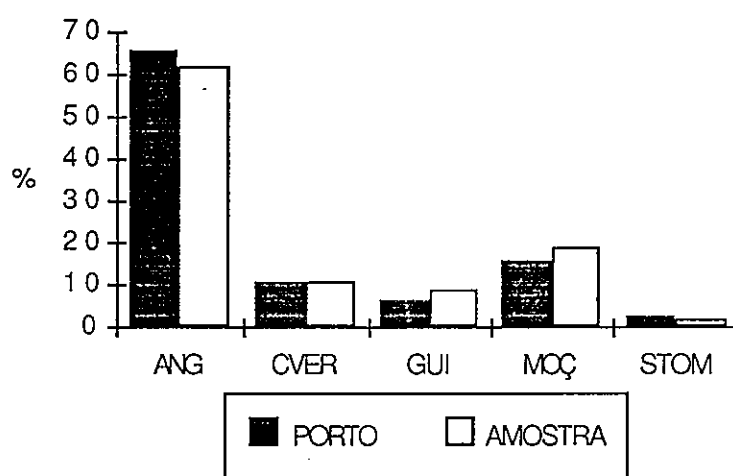
Mesmo tendo em conta que o nosso estudo é apenas exploratório, em termos globais a amostra é significativa e, se nos referirmos à

⁹⁵ Ver Anexos II- pp. v-xvi.

distribuição no quadro das nacionalidades, verificamos que a distribuição real⁹⁶ é também muito desigual.

Por exemplo, comparando a nossa amostra com a população imigrante vivendo no Grande Porto (segundo o Censo de 91) obtivemos valores percentuais muito semelhantes:

Gráfico I - Comparação entre as percentagens de distribuição da população Palop no grande Porto e da distribuição da amostra⁹⁷



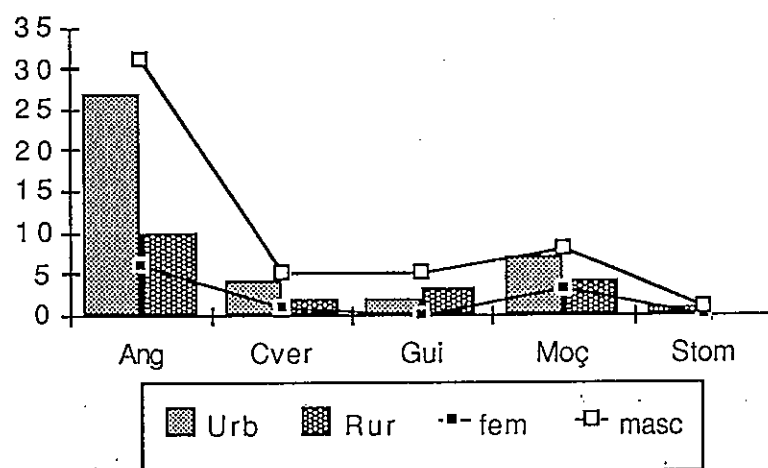
Embora tentássemos recolher respostas de diferentes zonas de Portugal, nomeadamente, Porto, Lisboa, Coimbra, Braga e Aveiro, também neste aspecto a amostra é desequilibrada, pois nem de Braga nem de Lisboa nos foram devolvidos questionários (os 2 que obtivemos de Lisboa, foram respondidos por estudantes que se encontravam de passagem no Porto).

⁹⁶ Diríamos melhor, "supostamente real", na medida em que, tendo em conta o número não calculado de imigrantes em situação não legalizada, os dados do Censo não representam a população real.

⁹⁷ Ver Anexo III- p. xvii, dados do Censo do Grande Porto.

No conjunto da amostra verificamos que 41 (68,33%) vêm de um meio urbano (ver Anexos Quadro A.II) e 19 (31,66) de meio rural; 50 (83,3) são do sexo masculino e 10 (16,66) do sexo feminino (ver Anexos Quadro A.III). O gráfico II, com a distribuição da população da amostra em função do meio e do género permite-nos verificar que os estudantes originários de meio urbano são majoritários no que se refere a Angola, Moçambique e Caboverde e que, no que se refere ao sexo, apenas responderam angolanas (7) e moçambicanas (3), sendo todos os outros do sexo masculino.

Gráfico II - Distribuição da população da amostra em função do meio e do género

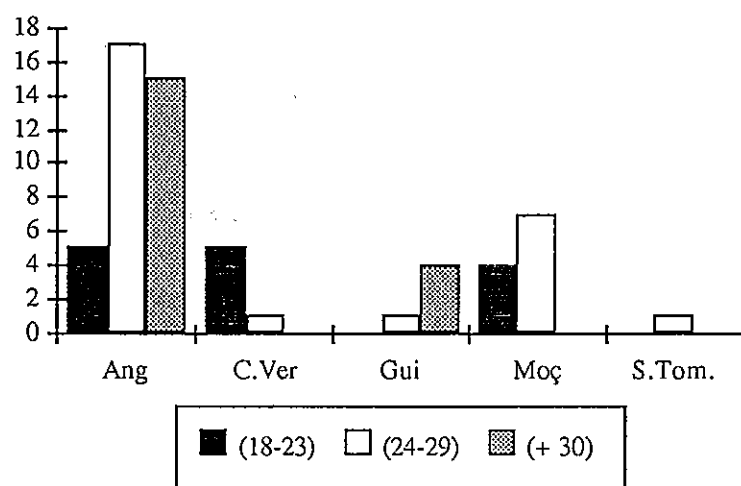


Como se pode ver no gráfico III, quase metade destes estudantes (45%) tem entre 24 e 29 anos (ver também Anexos : Quadro A.IV). Este grupo etário é constituído marcadamente por angolanos (17) e moçambicanos (7), 1 caboverdiano, 1 guineense e 1 santomense. Os 4 guineenses restantes e 15 angolanos situam-se no grupo com mais de 30

anos. No grupo entre os 18 e 23 anos situam-se 5 angolanos, 5 moçambicanos e a maior parte dos caboverdianos (5).

A maior parte dos estudantes-respondentes vive no Norte (ver Anexos Quadro A.V), 34 no Porto, 5 em Viana, 21 estudam em Coimbra e 2 em Lisboa.

Gráfico III - Distribuição por idades (efectivos)



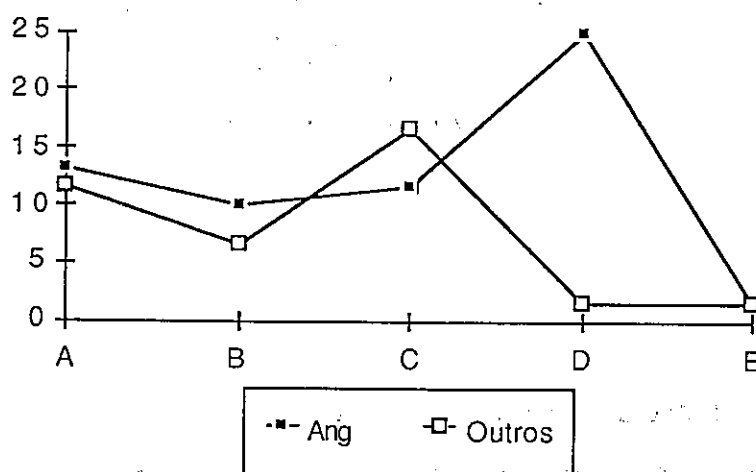
Apesar de se tratar de estudantes, o seu tempo de estadia em Portugal varia entre alguns meses e dez anos. Para uma menor dispersão dividimos em três categorias: dos 0 aos 3 (26,6%), dos 3 aos 6 (55%) e mais de seis anos (18,3%). Comparando o número de estudantes angolanos com o conjunto dos "outros" verificamos (Gráfico IV) que, percentualmente, não há diferenças significativas entre estes grupos neste domínio.

Tendo em conta a dispersão destes estudantes pelas diferentes áreas de estudos existentes em Portugal foi-nos necessário agrupá-las em 5

categorias, sendo as 4 primeiras de grau superior e a última de grau médio ou secundário (ver Quadro A.VII⁹⁸) :

- A = Sociologia, C.Educação, Economia, Direito,
Relações Internacionais, Letras;
B= Geologia, Biologia, Química, Medicina, Farmácia;
C= Engenharia, Arquitectura;
D=Educação Física, Educação Artística, Educação da
Infância;
E= Hotelaria, Turismo, Secundário.

Gráfico IV - Comparação percentual da distribuição pelas áreas de estudos de angolanos e "outros"

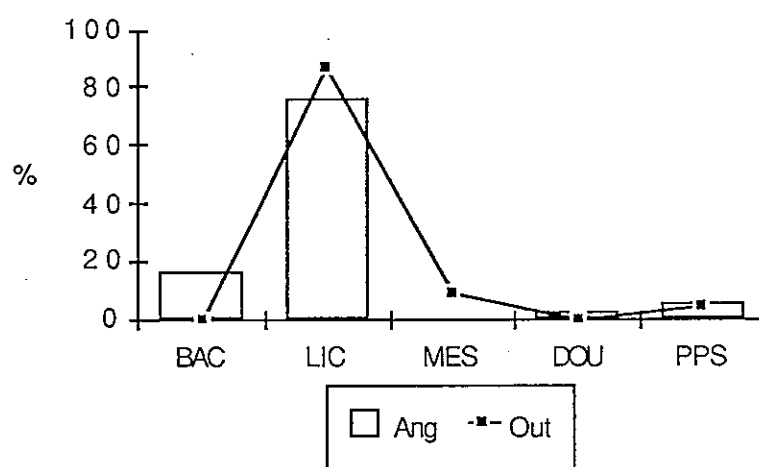


A maior parte dos estudantes respondentes (28,33%) situa-se na área C (Engenharia, Arquitectura), com a quase totalidade dos caboverdianos (4) e, em seguida, (26,67%) na área D (Educação Física, Educação Artística, Educação da Infância), em que os angolanos são em

⁹⁸ Os Quadros de categoria A. e B. encontram-se em anexo.

maior número (15), seguindo-se 25% na área A (Sociologia, C.Educação, Economia, Direito, Relações Internacionais, Letras), onde encontramos a maior parte dos moçambicanos. De menor importância neste grupo são os 16,67% na área B (Geologia, Biologia, Química, Medicina, Farmácia) e os 3,3% na E (Hotelaria, Turismo, Secundário). No gráfico V podemos ver como são os angolanos que marcam a importância da área D, enquanto os "outros" sublinham a área C.

Gráfico V - Comparação percentual da distribuição segundo os graus académicos de angolanos e "outros"



Esta distribuição levanta-nos algumas questões de difícil resposta, pelo menos na situação actual. Tendo conferido estes dados com estudantes africanos foi-nos lembrado que algumas das escolhas são apenas o "salto"⁹⁹ para áreas mais próximas dos seus interesses e que mesmo aqui há sinais de possíveis contradições entre os interesses dos países (de origem/de acolhimento) e dos próprios estudantes. Por outro lado, é de sublinhar que a Categoria E aparece forçosamente prejudicada

⁹⁹ Ver mais adiante : 3. Uma opção? Ou "qualquer coisa desde que possa partir?"

na medida em que os espaços em que maior acesso tivemos, no que diz respeito ao questionário, foram os de ensino Universitário.

A maior parte encontra-se em Portugal para obter o grau de licenciatura (80%), em percentagens aproximadas para angolanos e "outros". Em muito menor número (10%), todos angolanos, esperam obter o grau de bacharelato.

A quase totalidade encontra-se a estudar no ensino oficial português, quer na Universidade (81,66%), quer em Escolas Superiores de Educação.

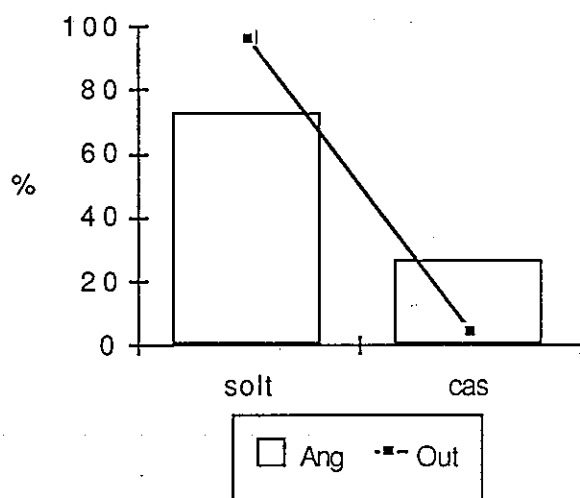
2. Condições de vida

Não é forçoso que um estudante bolseiro viva nas melhores condições. Pelo contrário, muitos, depois de terem iniciado os seus estudos em Portugal, esperam longo tempo para receber a bolsa, que raras vezes é regular. Além disso, em grande parte dos casos, as bolsas são baixas. O "ponto de partida de 60.000\$" na distribuição que fizemos no questionário foi sugerido pela nossa própria percepção do mínimo necessário para estudar em Portugal, desde que outras condições, como alojamento a preço reduzido, cantina, fornecimento de material didático, saúde, estivessem garantidas paralelamente. Em alguns questionários o respondente escreveu ao lado a quantia que realmente recebe, distanciando-se claramente do que supúnhamos. Há casos de 12, 16, 18 contos. Estes números foram confirmados por entrevistas que fizemos. Às despesas que qualquer um deles tem com a sua sobrevivência em Portugal acrescenta-se, em certos casos, a necessidade de sustentar a família em Portugal ou no seu país, o que abrange uma parte significativa do seu orçamento. Assim, a questão de ter ou não filhos é aqui importante. 60% dos respondentes têm como orçamento até 60.000

escudos, e quase 50% (29 em 60) são bolseiros. Dos 36 estudantes que vivem com um orçamento "até 60.000\$", 29 são bolseiros e 9 têm filhos (2 vivendo em Portugal e 7 no país de origem).

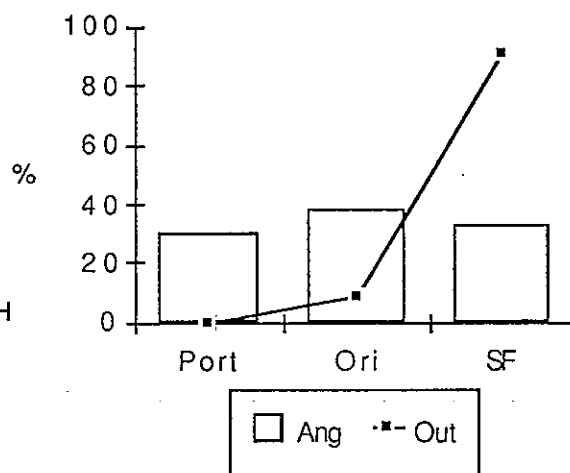
Gráfico VI - Situação familiar a) Estado civil; b) sem filhos ou com filhos em Portugal ou no país de origem)

a)



solt: solteiros; cas: casados

b)

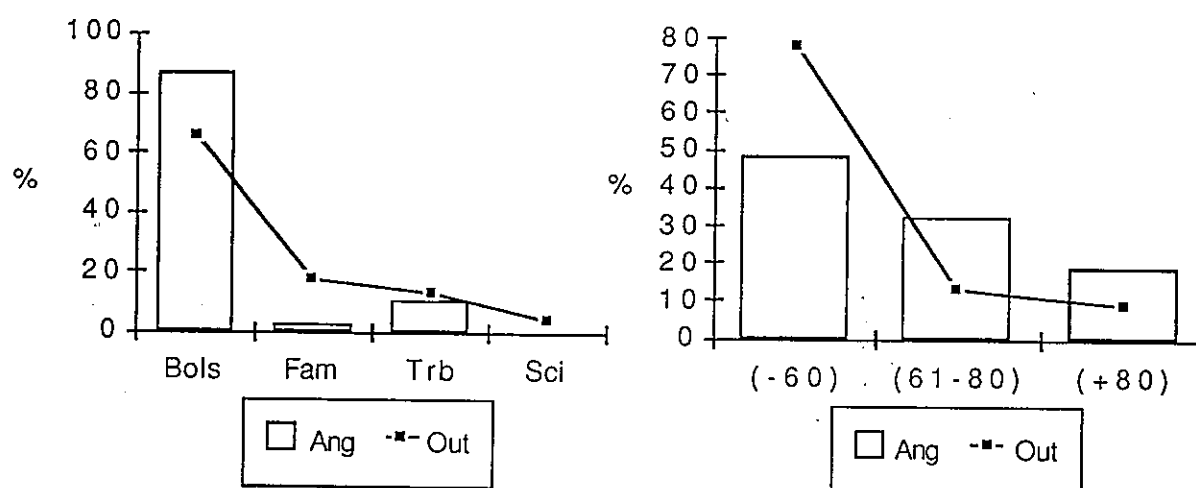


Port: filhos em Portugal; Ori: no país de origem; SF: sem filhos.

O gráfico VI mostra-nos uma diferença clara entre os angolanos e os "outros" que é um indicador relativamente às condições de vinda e sobrevivência em Portugal. Assim, no que diz respeito ao "estado civil" a quase totalidade dos casados está entre os angolanos (10), pois, para além destes, apenas 1 moçambicano assinala esta condição. Embora a relação seja diferente quando se trata dos filhos, pois também dois estudantes guineenses têm filhos (no país de origem), os angolanos são os únicos a ter filhos em Portugal (PORT=11) e em número mais elevado a ter filhos no país de origem (ORI=14). Caboverdianos, moçambicanos e santomense declaram não ter filhos (SF).

Embora a maior parte dos estudantes-respondentes (78,2%) tenha como meio de subsistência uma bolsa (quase sempre do seu país de origem¹⁰⁰), sendo o orçamento da maior parte muito reduzido é de crer que um maior número do que aquele que é referido no gráfico VII tenha que recorrer ao trabalho (Trb), a apoios familiares (Fam) ou a apoios sociais (Sci).

Gráfico VII - Meios de subsistência/Orçamento(angolanos-"outros")

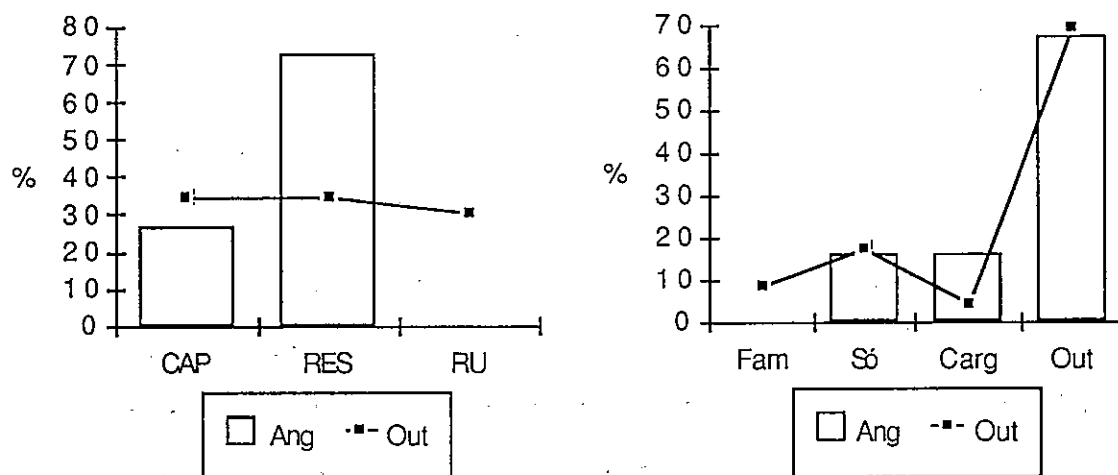


Quanto ao alojamento as dificuldades não são menores. A maior parte vive em quartos de pensão ou residencial (58,3%), dividindo esse quarto com outros. Não pedimos, no questionário, informação sobre o número de pessoas a partilhar cada quarto. Através dos contactos pessoais realizados demo-nos conta de que muitos destes alojamentos são sobrelotados e as condições são precárias (sobrealuguer, horas e dias rígidos para os banhos, instalação eléctrica perigosa, etc.). Como se pode ver pelo gráfico VIII a maior parte dos angolanos vive em

¹⁰⁰ Por exemplo, um estudante de Aveiro tem uma bolsa da Caritas.

"residenciais"¹⁰¹ (Res), e, apesar de 32 deles serem bolseiros, nenhum deles teve acesso a uma residência universitária; quanto aos "outros" distribuem-se de forma semelhante por pensões ou residências, residências universitários (RU) e casas ou apartamentos (Cap). Tanto no que se refere aos angolanos como aos "outros" a maior percentagem partilha o alojamento. Tendo em conta que 11 dos angolanos têm filhos em Portugal, são também eles, para além de um moçambicano, aqueles que vivem com família a cargo (Carg), embora o seu número se reduza aqui a 6.

Gráfico VIII - Alojamento/Partilha (angolanos - "outros")



Em suma, a maior parte destes estudantes, angolanos e "outros", vive com um orçamento dependente de uma bolsa inferior a 60 contos,

¹⁰¹ Como pudemos verificar, em visitas a alguns amigos africanos, "Residencial" é, muitas vezes um eufemismo relativo a um alojamento reduzido, sobrelotado, sem condições mínimas de segurança, em subaluguer, sob o controlo onnipresente de um "senhorio"...

em pensões ou residenciais em que partilham o seu alojamento com outros. Também aqui, a situação dos angolanos se apresenta mais difícil na medida em que é entre eles que se encontra a quase totalidade dos que têm família a cargo.

3. Uma opção ? Ou "qualquer coisa, desde que possa partir"?

Sem dúvida que uma decisão tão importante como a de "continuar os seus estudos" num país estrangeiro desencadeia toda uma série de outras decisões no domínio afectivo, económico, académico, etc.

A escolha do país, por exemplo, vem antes ou depois da escolha do curso? A escolha do curso supõe um leque de alternativas que permitem responder aos interesses e capacidades pessoais, dentro de um conjunto de opções orientadas em função dos interesses e necessidades do próprio país de origem?

As respostas que nos foram dadas neste quadro apontam-nos para a ideia de que a "escolha" de Portugal nem sempre é feita com plena consciência do que realmente o país oferece. Grande parte das vezes, sobretudo no que diz respeito aos angolanos, são as condições do próprio país (guerra, crise social e económica) que orientam a decisão, que se reduz a uma opção por *"qualquer coisa, desde que possa partir"*. A bolsa aparece como a grande oportunidade de fuga, mas também de agarrar o direito ao futuro, seja ele qual for. E, num projecto de futuro em que o "mito do ocidente" ainda funciona, Portugal (Pasárgada dos novos tempos?) aparece mais como a ponte para a "modernidade", para o "desenvolvimento" do que como uma verdadeira opção.

Estas determinações existem e não podem ser ignoradas porque elas marcam profundamente as formas de sentir relativamente aos países

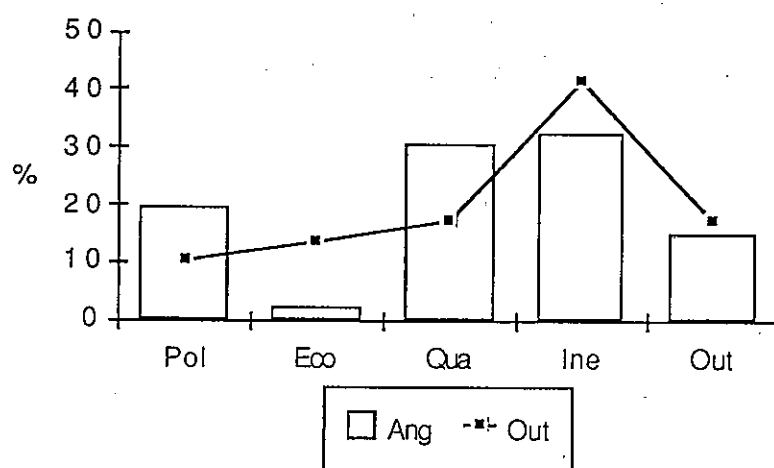
cooperantes onde fazem os seus cursos, assim como o maior ou menor sucesso nas áreas de estudo em que se inserem.

É assim, que alguns testemunhos se referem aos cursos que frequentam como estando longe das suas verdadeiras motivações e como tendo sido a única oportunidade de bolsa : *"o que eu queria era fazer uma licenciatura em História, mas a única bolsa que tive foi para Farmácia. Enfim, logo que acabe a licenciatura vou tentar fazer um mestrado em Sociologia..."*. É de salientar que esta frase não corresponde, quanto a nós, a uma incoerência da pessoa, mas sim a uma situação incoerente. Com efeito, este estudante, ao mesmo tempo que desenvolve os seus estudos em Farmácia, não perde de vista os seus interesses e objectivos, tendo já realizado trabalhos e publicações no domínio do social que o aproximam da meta almejada.

No entanto, as "razões de vinda para Portugal" apontadas pelos estudantes¹⁰² através do questionário distribuem-se, como se pode ver no gráfico IX, com maior peso pela "área de estudos inexistente no meu país" (Inex) e pela "qualidade dos estudos superiores" (Qual). As razões compreendidas pela "Situação política do meu país" (Pol) são apenas assumidas por Angolanos (9) e Moçambicanos (3). A "situação económica" (Eco) é apontada por moçambicanos (3), um angolano e um guineense.

¹⁰² Note-se que a esta questão respondem os 60 estudantes. 45 escolhem apenas uma alínea e os restantes escolhem 2, o que justifica o total de 75 respostas.

Gráfico IX - Razões de vinda para Portugal



Pol: políticas; Eco: Económicas; Qua: Qualidade dos estudos superiores; Ine: área de estudos inexistente no meu país; Out: Outras.

Alguns estudantes acrescentam às razões anteriormente assinaladas, a dificuldade de acesso ao ensino superior, a inexistência de infra-estruturas de apoio nas cidades em que há universidades, ausência de "bolsas interiores" (destinadas a estudos no próprio país) ou ainda certas áreas de estudos que mantêm os cursos apesar da ausência de professores.

As "Outras razões" (Out) abrangem respostas que se situam em torno de três aspectos:

- Dificuldades de acesso ao ensino superior.
- Intercâmbio cultural, que permitiu o acesso a bolsas em Portugal e também "ilusões relativamente à Europa".
- razões matrimoniais (2 raparigas estudantes que dizem ter acompanhado os maridos).

Em estudo recente, Laundes, Paquete e Neves (1995) no que se refere às razões de emigração distinguem trabalhadores e estudantes neste

quadro : "enquanto os TCC ¹⁰³ fogem a uma situação de guerra e de más condições de existência, que são sentidas como próximas, os EUN não evidenciam uma tão forte ameaça directa pelo contexto de guerra ou de difíceis condições de vida.." (p.69-70). Aparentemente, parecem coincidir com as respostas a esta questão, nas quais a "guerra" não aparece referida. No entanto, quando os angolanos (grupo que o trabalho citado entrevistou) e os moçambicanos assinalam a "situação política do meu país" sugerem-nos indirectamente o mesmo significado. Como veremos ao longo do questionário, os problemas económicos, políticos e a guerra são apontados frequentemente.¹⁰⁴

Esta referência surge também, por exemplo, em testemunhos dos jovens que contactámos : *Idade? que idade? a verdadeira ou a dos papeis? Que agora já tenho a verdadeira nos papeis. É que, para não fazer a guerra diminuí à idade*" ou ainda *"Estive a estudar para padre. Já tenho o 12º. Eu cá queria continuar a estudar para padre, mas as minhas irmãs e a minha mãe dizem que já não é preciso...aqui não há guerra."*

O estudo citado conclui que os trabalhadores entrevistados têm, em geral, mais estudos do que os trabalhadores portugueses com quem trabalham. Com efeito, durante o "1º período de legalização extraordinária"¹⁰⁵, conhecemos jovens com uma escolaridade regular bem sucedida no seu país (especialmente Angola), que tinham aproveitado "viagens de estudo", de fim de curso, a participação em espectáculos, etc.

¹⁰³ Os autores entrevistaram "trabalhadores da construção civil" (TCC) e "estudantes universitários" (EUN).

¹⁰⁴ O que não significa que esta questão não seja mais premente para trabalhadores e, mesmo entre estes, as pressões são certamente diferentes em função das regiões de origem, tocadas, em maior ou menor profundidade pela guerra e pela pobreza.

¹⁰⁵ Decorre actualmente um novo período de legalização de Junho a Novembro de 96.

para após uma entrada perfeitamente legal, como turistas, se conservarem em Portugal através do sub-emprego e do apoio de amigos. Duas razões principais os tinham feito "fugir" : o medo de serem absorvidos pelo serviço militar e o desejo de "descobrir a Europa".

Alguns deles puderam posteriormente inserir-se em Escolas Profissionais ou conseguiram locais de trabalho onde era também possível obter formação. Outros, apesar do seu nível de estudos (ou por causa do seu nível de estudos) dificilmente se inserem no mercado de trabalho de forma adequada, vendo as suas esperanças goradas. Por exemplo, um jovem guineense com uma licenciatura e post-graduação em Economia obtidas na ex-União Soviética, em Portugal não só não obteve nenhuma equivalência¹⁰⁶, como não obteve trabalho minimamente adequado.

Como veremos em seguida, não existe uma informação correcta sobre o país cooperante, pelo menos no que diz respeito a Portugal. Mesmo sabendo que a tomada de decisão não assenta num leque de alternativas, todo um trabalho de informação sobre as características do país, condições de estadia e recursos poderia fazer parte de um programa de acolhimento, como acontece em outros países (ver Habimana, 1992), onde, particularmente no que diz respeito às Universidades, existe um apoio organizado, mais ou menos eficaz. Assim, grande parte das representações sobre a sociedade portuguesa são construções imaginárias que dificilmente serão confirmadas.

¹⁰⁶ Aparentemente, sem solução por parte dos serviços universitários ou das Faculdades Apesar de nos termos implicado pessoalmente na tentativa de encontrar soluções mais adequadas, a sua origem, o facto de ter estudado como bolseiro na União Soviética e não ter regressado ao seu país, a par da "autonomia das Universidades, só dificultaram a sua situação. Recentemente, como outros, era varredor graças à "boa vontade" de um conhecido.

II O Sistema de Ensino Português : Avaliações

O que foi dito relativamente à imprecisão de números no âmbito da imigração repete-se no quadro mais limitado dos estudantes dos PALOP nas instituições de ensino em Portugal. Com efeito, as instituições portuguesas confundem frequentemente local de nascimento e nacionalidade, ao mesmo tempo que as embaixadas têm uma informação mais controlada sobre os bolseiros e um conhecimento muito variável sobre os outros.

Os estudantes angolanos são os que mais estão representados neste estudo, mas não se trata, pelo menos conscientemente, de uma escolha nossa. Eles foram, sobretudo, os mais disponíveis não só para entrevistas como para responder ao questionário que realizámos. Com efeito, representam mais de metade da amostra abrangida pelo questionário e permitem-nos, com maior segurança, aprofundar as questões levantadas, tanto mais que, em grande parte, no que diz respeito à sociedade portuguesa, as suas respostas não se distanciam do conjunto dos grupos de outras nacionalidades. Apesar de os angolanos serem, com maior frequência, objecto de referências da parte dos meios de comunicação social a imprecisão dos dados mantém-se.

Há em Portugal entre 1.000 e 1.300 estudantes angolanos bolseiros. A estes acrescentam-se muitos outros, apoiados por instituições portuguesas, pelas famílias e/ou estudantes-trabalhadores.

Os cerca de 3000 bolseiros angolanos, distribuídos por Portugal, Espanha, França, Bélgica, Brasil e Rússia¹⁰⁷, apesar de terem atribuídas bolsas que lhes permitiriam realizar dignamente os seus estudos (188

¹⁰⁷ Público, 6/02/95. Note-se que há também estudantes angolanos em vários países do leste europeu e em Cuba, onde têm acesso a residências universitárias.



contos para licenciaturas e 314 para pós-graduações¹⁰⁸), vivem prolongados períodos de dificuldades tendo em conta os atrasos no envio das mesmas, dificuldades essas que são mais ou menos agudizadas em função das condições que os países de acolhimento lhes proporcionam. Para além do Instituto Nacional de Bolsas de Angola, o Instituto Português de Cooperação atribui bolsas (30 a 40 contos) a cerca de 15% destes estudantes. Outras instituições, como por exemplo a Caritas e a Cruz Vermelha, a Gulbenkian e o Instituto da Juventude e também as Universidades contribuem como recurso, em geral esporádico, para compensar os atrasos.

A situação de dificuldade, tornada mais evidente a partir de 93, tem-se mantido, aparentemente sem soluções eficazes. Em Junho de 1994¹⁰⁹, a embaixada de Angola anunciava que o número de bolseiros, que se dizia serem mil em Portugal, iria ser reduzido, assim como o montante das bolsas. No entanto, os problemas têm-se mantido. Em 1995, pela primeira vez em Portugal, após 13 meses à espera de receberem as suas bolsas, os estudantes manifestaram-se publicamente. Para além do conflito com a Embaixada centrado em acusações mútuas - de um lado, a exigência do pagamento das bolsas e a denúncia de distinção entre os estudantes em função das suas relações com o poder e, de outro lado, a ameaça de suspensão de bolsas aos "maus estudantes"¹¹⁰ - tornaram-se evidentes as más condições em que sobrevivem estes estudantes no nosso país. Se a guerra, os conflitos económicos e políticos e as consequentes insuficiências no apoio aos seus estudantes são

¹⁰⁸ Também aqui os números são imprecisos : vimos referências a 105, 124, 188 para os que realizam licenciaturas e 500, 314 para pós-graduações.

¹⁰⁹ Público, 27/06/94.

¹¹⁰ Público, 16/03/95.

justificações apresentadas pela República de Angola, a sociedade de acolhimento parece ignorar que lhe cabe também uma parte nas responsabilidades. E estas responsabilidades vão do âmbito mais geral de uma política de cooperação coerente ao quadro mais particular dos espaços em que se movem estes estudantes, abrangendo medidas no domínio das condições de sobrevivência como no domínio de um investimento para o seu sucesso escolar. Seria incorrecto dizer que as Universidades não têm procurado colmatar a ausência de uma política de apoio aos estudantes estrangeiros, mas as suas iniciativas, não se inserindo num quadro de estratégias mais globais, limitam-se a respostas quase sempre imediatistas, abrangendo estudantes bolseiros e ignorando os estudantes-trabalhadores, privilegiando aqueles que vêm de uns países em detrimento de outros.

Sem dúvida, os estudantes dos PALOP sofrem das mesmas restrições que os portugueses, que sentem, também eles, necessidade de uma política de ensino mais conforme com as estratégias de desenvolvimento que têm sido apanágio do projecto de inserção de Portugal na Comunidade Europeia. Mas para além dessas restrições a sua condição é profundamente marcada pela sua situação de estrangeiros de países do "terceiro mundo", que têm possibilidades diferentes de negociar acordos que defendam os seus emigrantes e, particularmente - neste caso - os seus estudantes.

Numa entrevista a um docente de uma universidade angolana (a realizar o seu doutoramento em Portugal), foram levantadas algumas questões que nos permitem, embora de uma forma obviamente insuficiente, colocar algumas questões ao nível do sistema de decisão do Ministério da Educação do país de origem na procura de estratégias para solucionar a falta de quadros de que o colonialismo português e o

processo de descolonização foram os primeiros responsáveis. Para suprir esta falha, foi necessário ter em conta um levantamento das maiores e mais urgentes necessidades, desde uma formação profissional especializada, às licenciaturas e pós-graduações. Daí a aposta em enviar estudantes para áreas de formação inexistentes ou insuficientes no país. Para além disso, foi também essencial ter em conta as ofertas de recursos dos países "cooperantes". Estas dividem-se entre o envio de docentes cooperantes, a atribuição de verbas para bolsas de estudo no país cooperante, assim como o acesso às suas universidades e condições muito diversas de estadia.

A alternativa de formação no próprio país seria, segundo o docente que entrevistámos, a melhor decisão, pois pouparia aos estudantes um período mais ou menos longo de adaptação e evitaria o risco de perda de "cérebros", ou seja, de pessoas que, após a sua especialização, preferem ficar nos países em que se formaram.

Mas esta é uma solução que tem os seus limites pois levanta outros problemas:

- a) Insuficiência de meios técnicos que permitam aos docentes estrangeiros realizar a formação;
- b) Visões neo-colonialistas, euro-centricas ou fechadas pelo "ocidentalismo" incapacitando, muitas vezes, estes docentes de adaptarem os seus quadros teórico-práticos às realidades concretas do país;
- c) Dificuldades de adaptação destes docentes ao modo de vida e às condições oferecidas;
- d) Dificuldades de comunicação entre os docentes do país e os docentes cooperantes, que têm salários e condições privilegiadas relativamente àqueles;

e) Os docentes autóctones apesar de terem sido os pioneiros de certos centros de formação, além de verem desvalorizados e ignorados os seus saberes (mais próximos das realidades concretas do país) muitas vezes, quando se opõem às estratégias dos cooperantes, são forçados a esperar que a própria realidade lhes dê razão;

f) A formação, assente na dependência, esquece frequentemente que serão (ou deveriam ser) os autóctones a manter e dar continuidade aos projectos após a partida dos cooperantes;

g) Por vezes, é também a falta de consciência profissional e um certo oportunismo dos "cooperantes" que, além de se julgarem "donos do mundo e do saber", consideram a sua estadia como umas férias tropicais, *"passando a maior parte do tempo na praia..."*

Simultaneamente, o envio de bolseiros para os países "cooperantes" tem limites, alguns dos quais já referidos :

a) Dificuldades de adaptação ao país cooperante que têm a ver com o clima, com a cultura e com as condições diversas que lhes são proporcionadas;

b) Dificuldades de inserção em termos académicos, desde os problemas relativos às equivalências à compreensão da língua, inadequação entre a formação anterior e a do país cooperante, etc.;

c) Prolongamento da estadia devido às dificuldades anteriores, responsáveis, em parte, pelo insucesso da sua formação;

d) Como consequência do prolongamento da estadia e da não adequação da formação às situações concretas dos seus países de origem, um distanciamento relativamente a estes de tal forma que se corre o risco de preferirem manter-se no país cooperante ("perda de cérebros") ou de se sentirem inadaptados quando regressam.

As opções a nível macro-sistémico ignoram os interesses e motivações individuais. Na realidade, como diz um estudante que entrevistámos num *"país com enormes problemas, estas questões são secundárias, ninguém as quer discutir."* As necessidades de um país que está a sair de uma guerra e de uma crise económica são vistas mais em função do desenvolvimento económico que do desenvolvimento humano, esquecendo-se ou ignorando-se áreas do saber mais ligadas às ciências humanas e sociais. Por outro lado, as ofertas dos países cooperantes, para além da formação para o ensino, centram-se sobretudo no desenvolvimento tecnológico, que exige, também ele formação adequada e meios locais de implementação.

Evidentemente, sendo criadas condições de formação adequada no país estrangeiro, e condições de aplicação dos saberes adquiridos aquando do regresso ao país de origem, certas vantagens poderão ser postas em relevo, tanto do ponto de vista do desenvolvimento do país, como do crescimento de relações de troca mais igualitárias, como ainda em termos psico-sociais de uma maior abertura à comunicação com o Outro.

É pois no quadro do sistema de Ensino - particularmente, no caso em análise, do ensino superior - que acontece ou deveria acontecer uma parte importante do "acolhimento" e "inserção" destes estudantes, pois é o acesso a este sistema que justifica a sua entrada e estadia em Portugal.

1. Avaliação e comparação com os sistemas dos países de origem

Ao propor uma avaliação do sistema de ensino português versus sistema de ensino do país de origem tínhamos em mente a dimensão organizacional (duração da escolaridade, carga horária, formação básica,

adequação do currículo às necessidades, articulação teoria/prática) e a dimensão comunicacional (relações professor/aluno, relações entre estudantes; investimento ou indiferença quanto ao sucesso dos alunos, incentivo à colaboração ou incentivo à competição), deixando em aberto outros possíveis tópicos da parte dos respondentes

Quando pedimos aos estudantes que avaliassem o sistema de ensino português e o sistema de ensino do país de origem deparámo-nos com uma "inversão"¹¹¹ Ikonstruída em função de duas dimensões do currículo:

a) Dimensão organizacional

Nesta dimensão o sistema de ensino português (ver gráfico X) é avaliado de forma francamente positiva. É a "formação básica" (bas=+45-3)¹¹², que mais avaliações positivas conjuga; seguem-se a "duração da escolaridade" (dur=+39-11), a "articulação teoria-prática" (tp=+27-14), a "adequação do currículo às necessidades" (cur=+30-11);

O sistema de ensino do país de origem é, nesta dimensão, avaliado de forma negativa: a "formação básica" conjuga mais avaliações negativas (bas=+13-36), seguindo-se a "articulação teoria-prática" (tp=+12-28) e a "adequação do currículo às necessidades" (Cur=+18-26).

b) Dimensão comunicacional

É neste domínio que os sistemas de ensino dos países de origem têm uma avaliação mais positiva. Mas ela acontece sobretudo no que diz respeito às relações entre estudantes (est = +45-2), pois em todos os outros tópicos com avaliações positivas existe também um número

¹¹¹ver Anexos pp..XX, XXI.

¹¹² Ou seja, (bas = 45-3) significa que a formação básica é avaliada positivamente por 45 sujeitos e negativamente por 3. A descodificação é a mesma nas expressões seguintes.

semelhante ou superior de avaliações negativas : O incentivo à colaboração entre estudantes, que é o tópico seguinte mais positivo (col = +22 -18) é pouco evidente, tal como a relação professores/alunos (pa=+24-21).

Em compensação, é no tópico das relações entre estudantes que encontramos o maior número de avaliações negativas quando se fala do sistema de ensino em Portugal (est=+13-31), seguindo-se a alguma distância a avaliação relativa ao incentivo à colaboração (col= +19-22), também negativa.

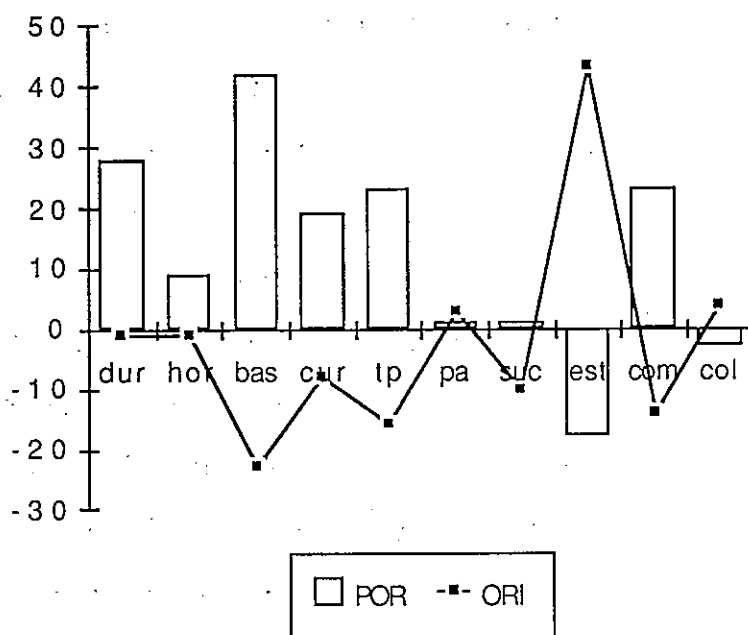
O gráfico X é construído em função da positividade e da negatividade, como uma forma mais pregnante de visulaisar as respostas: a avaliação do sistema de ensino português distribui-se com alguns picos que se distinguem (bases, duração, teoria/prática, competição) sempre pelo quadrante positivo, com excepção de dois tópicos relativos à relação entre estudantes e ao incentivo à colaboração que se evidenciam no quadrante negativo. Quanto ao sistema de ensino do país de origem existe uma clara depreciação a todos os níveis exceptuando o da relação entre estudantes, que é avaliado de forma positiva por quase todos os respondentes

A nossa própria avaliação do sistema de ensino português fazia-nos crer que alguns tópicos seriam pouco significativos em termos de diferenças.

A "duração da escolaridade" (dur) e a "carga horária" (hor) são, em geral, vividas, em Portugal, como o resultado de uma organização que a todos parece transcender, tornando-se quase inconcebível uma negociação articulada entre os diferentes graus, permitindo uma mudança no sentido

de uma progressão coerente e de um reconhecimento das aquisições anteriores.

Gráfico X - Avaliação dos Sistemas de Ensino



dur: duração; hor: carga horária; bas: formação de base; cur: currículo; suc.: investimento no sucesso; est: relações entre estudantes; com: competição; col: colaboração.

Quanto à "formação básica" (bas) ela é, em geral, considerada como insuficiente por docentes de todos os graus de ensino (tendo por referência o grau ou graus anteriores. Ela é sempre um espaço de reformulação, na medida em que necessita - talvez mais do que qualquer outra - de acompanhar as mudanças da sociedade, o que faz dela quase sistematicamente uma área de insatisfação¹¹³.

No ensino superior, muitas vezes, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes nos seus primeiros anos são justificadas precisamente por um "acúmulo de falta de bases", apesar das exigências de acesso. Assim, os

¹¹³ Insatisfação essa que não é forçosamente negativa, na medida em que pode ser motor de inovação.

estudantes africanos não seriam uma "excepção à regra", antes teriam ainda - para além de uma formação diferente, que, em princípio, deveria ser mais adequada aos conhecimentos e saberes necessários nos seus países - os normais problemas de integração numa sociedade estrangeira.

Existe alguma ambivalência da parte dos estudantes respondentes. Por um lado, avaliam positivamente a "formação básica" em Portugal e negativamente a que se realiza nos seus países de origem, e, por outro lado, na questão relativa "*às falhas e sugestões àcerca do sistema português*" (que veremos no ponto 2), os docentes portugueses são criticados por uma visão paternalista e colonialista relativamente aos jovens africanos, em particular no que se refere ao preconceito de que estes não terão uma formação básica suficiente. Ora, as diferenças de currículo (cur) não constituem necessariamente diferenças de qualidade ou de nível, embora estas possam existir, se tivermos em conta os problemas económicos e sociais que estes países têm enfrentado.

Os estudantes, ao considerarem de forma tão negativa a "formação básica" no seu país, parecem confirmar e ter interiorizado a imagem que os docentes lhes reenviam.

A *contrario* esta imagem vai em seguida ser negada ou, pelo menos, re-situada. Como veremos, as causas de insucesso vão ser predominantemente atribuídas a factos e condições exteriores, situados no contexto português. Ou seja, a exterioridade assenta não só em bases exteriores à pessoa, como também ao seu país de origem. No que diz respeito às "falhas e sugestões" para proporcionar condições de sucesso, a imagem negativa que os docentes portugueses parecem ter dos estudantes africanos é apontada como uma falha, que é necessário corrigir.

2. As condições de sucesso e o ensino superior

Em seu entender a Universidade e outras instituições do Ensino Superior proporcionam condições de sucesso aos estudantes estrangeiro em Portugal? (Questão VII 3)

Se respondeu Não à questão anterior identifique as falhas que são para si mais evidentes e sugira soluções (Por exemplo, criar ou alterar determinados serviços...) (Questão VII 4)¹¹⁴

À 1ª questão respondem que as condições são suficientes 16 sujeitos e 34 afirmam que são insuficientes. De entre aqueles que consideram as condições insuficientes, apenas 29 fazem sugestões no sentido de minorar as falhas do Sistema.

As críticas e sugestões distribuem-se por 5 estruturas : *COOPERAÇÃO* (COO), *SERVIÇOS SOCIAIS* (SOC), *QUALIDADE DA DOCÊNCIA* (DOC), *RECURSOS PEDAGÓGICOS* (PED) e *FUTURO PROFISSIONAL* (FUT), a que se acrescenta um 6º tópico, *Ignorância*. com respostas em que um sujeito afirma que não sabe e outro que não vale a pena sugerir nada¹¹⁵. As duas estruturas com maior importância são a que aponta para uma reorganização dos *SERVIÇOS SOCIAIS* (58,62%) e a que refere a *QUALIDADE DA DOCÊNCIA* (44,82%).

I. A estrutura *COOPERAÇÃO* (COO) engloba enunciados de 8 sujeitos (4 angolanos, 3 guineenses e 1 moçambicano). Nesta estrutura a categoria *acesso* abrange respostas de 3 angolanos e 1 moçambicano; 1 guineense refere a preocupação de que os acordos deviam proporcionar

¹¹⁴ Ver discriminação de dados : Anexos pp. XXIII, XLII, XLIII

¹¹⁵ "Não vale a pena sugerir nada" , apesar de ser uma resposta apenas, é talvez mais significativa do que algumas das sugestões.

uma *formação* no país de origem . Na categoria *regresso* encontram-se as preocupações expressas por 1 angolano e 2 guineenses quanto à manutenção dos laços com o país de origem, através de subsídios que permitissem aos estudantes passar as férias nos seus países, guardando o desejo de regressar.

II. A estrutura **SERVIÇOS SOCIAIS (SOC)** abrange o maior número de unidades de sentido (28) produzidas, como dissemos, pelo maior número de sujeitos, referindo-se, particularmente, às dificuldades de sobrevivência dos estudantes e à insuficiência dos apoios sociais. A categoria que aqui aparece com maior importância é a que refere a necessidade de criação de *lares* para estudantes estrangeiros, nomeadamente os dos países de língua oficial portuguesa. Esta categoria abrange enunciados de 12 estudantes, 8 angolanos, 1 caboverdiano, 2 guineenses e 1 moçambicano. A necessidade de mais *bolsas* é apontada por 7 sujeitos (6 de meio urbano e 1 de meio rural); em seguida vêm os enunciados que se referem à necessidade de criar *gabinetes de apoio* aos estudantes estrangeiros, produzidas por 5 sujeitos e de aumentar o número de *cantinas* (4 estudantes).

III. A estrutura **QUALIDADE DA DOCÊNCIA** abrange representações relativas aos docentes de 13 sujeitos. Estes referem uma *imagem* negativa (4 sujeitos) que os docentes terão relativamente aos estudantes africanos e a pouca qualidade e reduzido *investimento do sucesso* dos estudantes (10 sujeitos, 8 angolanos, 1 guineense e 1 moçambicano).

IV. A estrutura **RECURSOS PEDAGÓGICOS** inclui 5 enunciados, produzidos por 2 angolanos, no que se refere à má qualidade

das *bibliotecas* e aos seus horários pouco compatíveis com os horários de estudantes trabalhadores e 2 angolanos e 1 guineense no que diz respeito às dificuldades em obter o *material didáctico* necessário ao bom acompanhamento dos estudos. Com efeito, as nossas bibliotecas são quase sempre insuficientes, quer em número, quer em horários, quer ainda por algumas opções - que não são óbvias - como a opção entre as obras de base (interessando sobretudo os estudantes) e as obras de actualização e especialização (interessando sobretudo os investigadores e especialistas). Esta é também uma questão que diz respeito a todos os estudantes, mas cujos efeitos se agudizam quando se trata de estudantes estrangeiros.

V. A estrutura *FUTURO PROFISSIONAL* é apenas referida por um estudante, preocupado com o seu futuro profissional em Portugal, onde efectivamente não existe em muitos campos uma planificação que permita ao recém-licenciado inserir-se no mundo do trabalho.

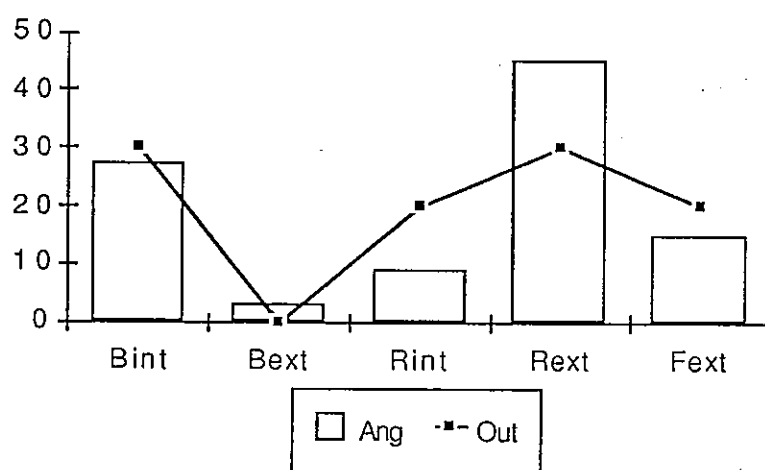
3. Atribuição de causas de sucesso nos estudos

A questão relativa aos resultados obtidos nos estudos (Questão 5) é uma questão de tipo A² (fechada, de escolha múltipla: Muito Bons, Bons, Regulares, Fracos, Muito Fracos). Assim, a maior parte dos 54 sujeitos respondentes (35 angolanos, 11 moçambicanos, 6 caboverdianos, 5 guineenses), não está totalmente insatisfeita com os resultados obtidos nos seus estudos. É verdade que apenas 29,4% destes estudantes considera ter muito bons ou bons resultados, mas 51,6% refere resultados regulares. A menor percentagem, 18,45%, diz ter resultados fracos ou muito fracos.

A questão relativa às causas destes resultados (Questão VI.6 : *A que se devem esses resultados?*)¹¹⁶, articulando-se com a anterior, foi portanto cruzada com esta.

Para aqueles cujos resultados são "regulares" ou bons, tal acontece graças aos esforços e às qualidades intrínsecas dos sujeitos (rint) e apesar das condições exteriores adversas (rext).

**Gráfico XI - Comparação de resultados/atribuição de causas
(Angolanos/Outros)**



A primeira letra corresponde ao nível dos resultados : bons, regulares, fracos;
A designação int é utilizada para a atribuição das causas ao esforço pessoal e
ext para a atribuição às dificuldades exteriores

Como podemos ver pelo gráfico XI há uma colagem clara das atribuições das causas internas aos "muito bons" e "bons" resultados (bint) e das causas externas aos resultados "fracos" e "muito fracos" (fext):

Esta colagem tem por consequência que as causas, atribuídas a si próprios, se pautem sempre pelo esforço, dedicação, determinação e vontade de ultrapassar as dificuldades e que, por seu lado, as causas externas sejam sobretudo atribuídas às dificuldades económicas, à falta de

¹¹⁶ Como atrás se explicou, esta questão foi transformada em questão de tipo C. Ver Anexos pp. XI, XII.

alojamento e de condições para trabalhar, nomeadamente à insuficiência de material didático.

Tudo parece indicar uma forte necessidade de constituir uma imagem positiva de si, tanto mais forte quanto a imagem reenviada pela sociedade de acolhimento, em geral, e pelos professores em particular, lhes parece deturpada ou negativa.

CAPÍTULO IX

OS ENGANOS DE PASÁRGADA

I. Processos de reactualização da Identidade Cultural

1. Noções de Identidade Cultural

Apesar de os sentimentos de identidade cultural se constituírem, a partir de um processo dinâmico, ao longo da vida, acompanhando o crescimento e as mudanças de vida de um indivíduo, é muitas vezes no encontro com outras culturas que cada um se re-conhece e re-nova sentimentos de pertença cultural.

Num país estranho, a avaliação deste encontro, em função dos constrangimentos sociais, da sua biografia e das suas próprias características, condiciona o espaço (simbólico e social) que o sujeito constrói para assumir a sua identidade pessoal e cultural e fazer-se reconhecer como tal. Esta construção é tecida através de um questionamento de Si e do Outro, que não acontece sem conflitos.

Assim, a forma como estes estudantes concebem a identidade cultural e o momento que consideram importante na "tomada de consciência" permitem-nos uma primeira abordagem da forma como encaram este encontro com este "outro", que a sociedade portuguesa representa.

*Para si, que elementos constituem a "identidade cultural" de uma pessoa?(Questão VI. 22)*¹¹⁷.

Nas respostas a esta questão encontramos sobretudo uma visão da identidade cultural, focando uma noção de cultura essencialista, estática, assente no já adquirido, nos costumes, na tradição, na língua, que nos reenvia para resultados semelhantes obtidos em França por Camilleri (1991)¹¹⁸; no entanto, existem algumas raras referências ao sujeito como agente na construção da sua identidade cultural, que vai desde a articulação do "*conceito de si próprio*" com a cultura, ao "*conhecer e descobrir coisas nossas*" ou ainda, numa perspectiva de autonomia da pessoa relativamente à cultura, a ideia de que se trata da "*capacidade de seleccionar os valores que a sociedade apresenta*"¹¹⁹e, numa clara referência ao confronto de culturas "*é quando ela (a pessoa) consegue integrar-se numa outra sociedade mantendo traços da sua origem, isto é, quando não for por destruição*"¹²⁰. Um grupo mais reduzido de sujeitos insere-se na noção do senso comum que identifica cultura com (boa) educação ou instrução: "*Saber-se apresentar no meio das pessoas, escrever e ser conhecedor do mundo no ponto científico*" ou então "*o saber falar, o saber escrever, conhecimento geral da literatura, conjunto de elementos que o indivíduo conhece*."

Assim, na discriminação dos enunciados produzidos por 45 sujeitos, como mostra o gráfico XII¹²¹, pudemos identificar:

I. Na estrutura **CULTURA** (cul) os enunciados de 36 sujeitos (80%) distribuídos pelas seguintes categorias:

¹¹⁷ Ver Anexos P. XXIV, XLIV.

¹¹⁸ Ver, neste trabalho, Estratégias identitárias dos jovens em situação de imigração.

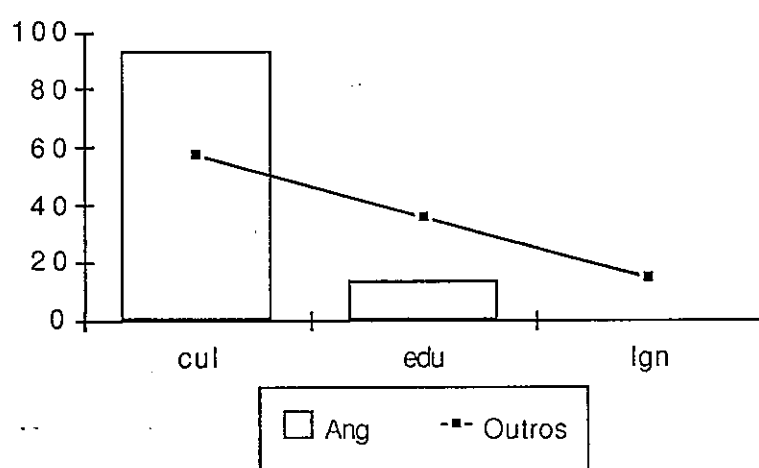
¹¹⁹ Ver Pagé, 1991.

¹²⁰ Idem, ver Pagé, 1991.

¹²¹ Ver Anexos Quadro A.11 e B.XXIII.

- *costumes* : referida por 21 angolanos, 2 caboverdianos, 2 guineenses e 4 moçambicanos;
- *tradições* (3 angolanos e 1 moçambicano);
- *língua* a que se referem 15 angolanos, 1 caboverdiano e 2 moçambicanos; *nacionalidade* apontada por 3 angolanos.

Gráfico XII - Noções de "identidade cultural"



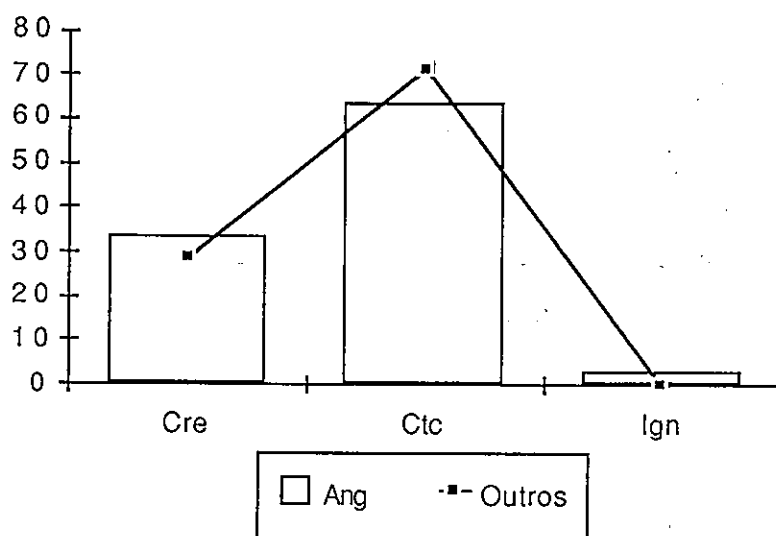
II. Na estrutura **EDUCAÇÃO** (edu) estão englobados enunciados de 9 (20%) sujeitos (4 angolanos, 3 guineenses e 2 moçambicanos), com referências de 6 sujeitos na categoria *estudos* e 3 na categoria *civismo*.

III. Nos enunciados que se agrupam em **IGNORÂNCIA** (ign) dois moçambicanos consideram ser demasiado difícil ou complexo dar uma definição deste conceito.

Em que momento da sua vida ganhou uma maior consciência deste fenómeno? (Questão VI. 23)¹²²

A designação do momento em que tomaram consciência da existência da identidade cultural distribui-se por dois grupos de respostas, assinalados no gráfico XIII¹²³.

Gráfico XIII - Momento de tomada de consciência



I. Na estrutura *FASES DE CRESCIMENTO* (cre), em que 14 sujeitos apontam para uma consciência que aconteceu naturalmente durante o seu crescimento, "*quando estes elementos fizeram parte do meu modo de ser e estar na sociedade*", "*quando dei conta de mim! Não podemos ficar indiferentes ao ritmo da evolução social*", ou referem apenas a idade ou a escolaridade "*no fim do básico*", "*aos 18 anos*";

II. Na estrutura *CONTACTO COM OUTROS* (Ctc), que engloba 29 estudantes (65,9%), 7 referem a visita a *outros países*, 3 o

¹²² Ver Anexos pp. XXV, XLV.

¹²³ Ver também Anexos A.12 e B.XXIV.

contacto com *estrangeiros* no seu próprio país; além disso, a *vinda para Portugal* foi o momento de consciência para 12 sujeitos. Embora sem referência directa ao contacto com outros, foram também situados nesta estrutura os enunciados de 5 estudantes que apontam para a entrada na *universidade* como importante nesta tomada de consciência. Com efeito, 4 deles, conferindo o seu tempo de estadia em Portugal e idade, fazem-nos supor que se referem à entrada numa universidade portuguesa. Apenas um refere especificamente a Universidade do seu país, onde aparentemente, alguns dos docentes seriam estrangeiros.

Por último, 1 estudante afirma que foi o facto de responder ao questionário que o fez tomar consciência da importância da identidade cultural.

Com menor segurança, incluímos nesta estrutura o enunciado de um sujeito que refere o momento da *independência* de Moçambique, pois embora tenha sido um período marcado por numerosas entradas de estrangeiros, foi também uma fase de afirmação da nacionalidade que, como vimos, entrou em conflito com as práticas culturais de diversos grupos étnicos.

Situámos em *Ignorância* (Ign) o enunciado de um sujeito que diz não saber quando tomou consciência do fenómeno da identidade cultural.

2. Representações "anteriores" e actuais da sociedade portuguesa : de passagem pelo "purgatório"?

Antes de vir para Portugal tinha expectativas e representações que eventualmente se foram alterando. (Questão VI.3)

a) Qual a ideia que fazia de Portugal antes de vir para cá?¹²⁴

b) Qual a ideia que faz de Portugal actualmente ?¹²⁵

Na compreensão das respostas às alíneas desta questão é essencial não esquecermos que a alínea a) - que referiremos sob a designação de "expectativas" - é constituída por uma re-construção actual das possíveis representações anteriores à chegada a Portugal. Sem dúvida nenhuma, esta reconstrução é influenciada pelos sentimentos que, no momento da resposta, os sujeitos experimentam relativamente à sociedade de acolhimento e às suas relações com os portugueses. Estes sentimentos são, de resto, marcados pelo contexto geral da imigração em Portugal e pela própria experiência de cada estudante desde o momento da sua chegada.

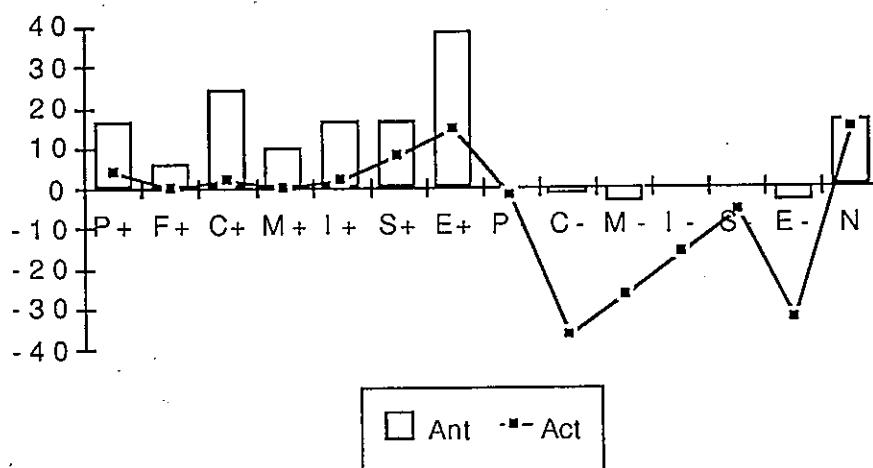
A esta questão responderam 49 indivíduos, com 86 unidades de sentido para a alínea a) e igual número para a alínea b).

Como vemos na análise dos dados que se segue, a distribuição pelos quatro domínios em que estruturámos as respostas altera-se sensivelmente de a) para b), e altera-se em sentidos opostos (ver Gráfico XIV), produzindo uma espécie de inversão entre a positividade das "expectativas" e a negatividade da visão actual.

¹²⁴ Ver Anexos p. XXVI, XXVII, XLVI, XLVII.

¹²⁵ Ver Anexos p.p. XXVII, XLVIII, XLIX.

Gráfico XIV - Comparação entre a Ideia "Anterior" e a Ideia "Actual" tendo por referência a positividade/negatividade expressa nas sub-estruturas



P=paraíso; F= fraternidade; C= comunicação; M= mentalidade; I= interface; S= desenv. socio-político; E= desenv. económico; N= enunc. neutros

Esta inversão deixa-nos supor uma dupla lógica *a contrario*, consciente ou inconsciente, entre o "Paraíso" e o "Inferno" (para utilizarmos as expressões de alguns), afirmando a positividade do primeiro, para melhor sublinhar a negatividade do segundo.

Esta lógica é mais ou menos evidente nos diferentes domínios em que as respostas foram estruturadas: Visão Idealizada, Personalidade, Desenvolvimento e Neutralidade.

Como se pode ver no gráfico XV, a comparação entre os enunciados dos Angolanos e os dos restantes estudantes sugere-nos algumas diferenças tanto nas "expectativas" como no "confronto": nas primeiras (expectativas), a reflexão dos angolanos centra-se com maior peso nas questões do *desenvolvimento*, que aparecem como menos significantes para os "outros", que focam sobretudo a *personalidade*; no segundo (confronto), os "outros" dão maior significado ao

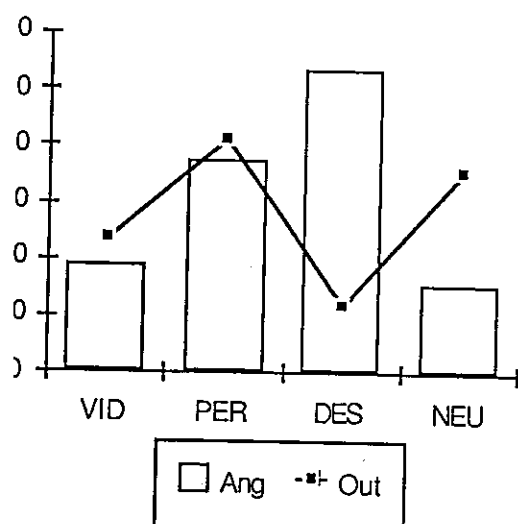
desenvolvimento, embora mantendo-se de menor importância que as características da *personalidade*, que são ainda mais referidas. Os angolanos não têm uma variação muito significativa, embora também eles aumentem a sua percentagem de respostas com referência à *personalidade*.

I - O domínio da *VISÃO IDEALIZADA* (VID) abrange respostas de 10 sujeitos na a) e 3 na b).

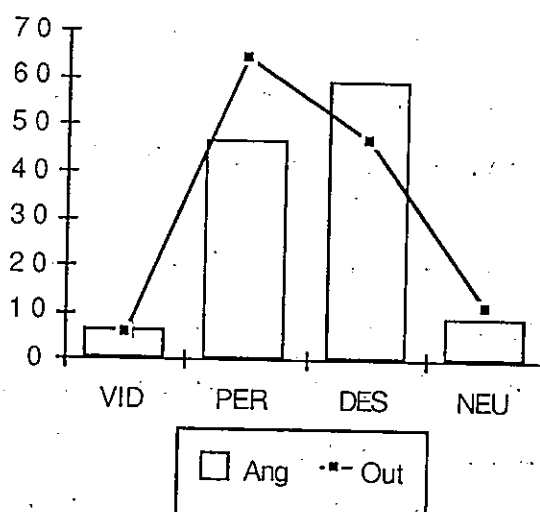
• A sub-estrutura *Paraíso* que inclui na "ideia anterior" enunciados de 8 indivíduos, distribuídos pelas categorias beleza (bel) e facilidade (fac) - no sentido positivo -, vê-se reduzida, na "ideia actual" a 3 sujeitos, dos quais apenas uma estudante mantém a mesma opinião sobre a "beleza de Portugal". Para os outros, já não se trata, como dissemos, de um "paraíso" mas de um verdadeiro "precipício" ou inferno.

Gráfico XV- Distribuição em função das Estruturas
(angolanos/outros)

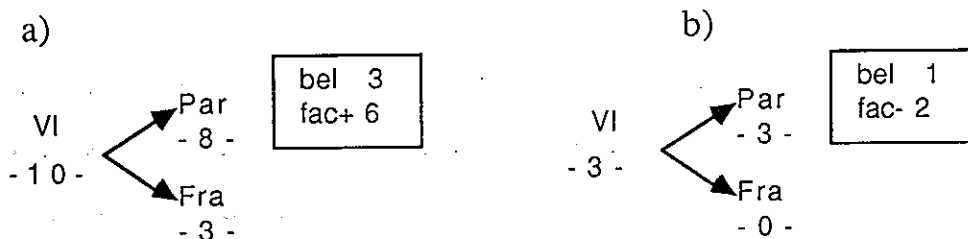
"Expectativas"



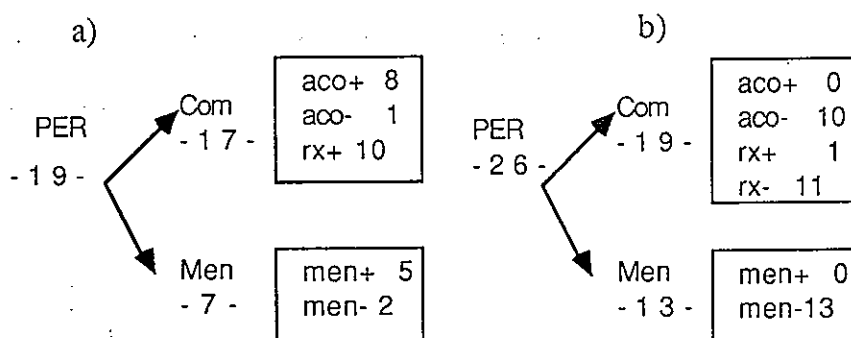
"Confronto"



- A sub-estrutura *Fraternidade*, que na "ideia anterior" apenas incluía enunciados de angolanos, desaparece na "ideia actual".



II - O domínio da *PERSONALIDADE (PER)* passa de 19 sujeitos na "ideia anterior" para 26 na "ideia actual". É sobretudo por referência à relação dos portugueses com os imigrantes, em especial com os africanos, que são expressos os enunciados que aqui se situam.



- A sub-estrutura *Comunicação* inclui enunciados de 17 sujeitos (todos de meio urbano) em a) e 19 em b).

Nas categorias verificamos que 8 estudantes consideravam os portugueses acolhedores (aco+) e apenas 1 estudante caboverdiano tinha uma "ideia anterior" negativa quanto à capacidade de *acolhimento* dos portugueses (aco-); em compensação, na "ideia actual" surgem 11

- na "ideia anterior" 5 sujeitos referindo que julgavam que os portugueses tinham uma *"mentalidade avançada"* e 2 sujeitos que apontam para a frieza, hipocrisia e "salve-se quem puder";
- na "ideia actual" não nos surge nenhum enunciado no sentido positivo, mas 13 estudantes referem-se a Portugal como *"País de brandos costumes versados na hipocrisia e falsidade"*, ou então, *"os portugueses não aceitam que perderam as ex-colónias"*, *"não conhecem a realidade mundial, principalmente a Angolana"*, *"é um país de hipócritas, começando pelo próprio governo que faz acordos com os países africanos e não cumpre ou arranja maneira de complicar a situação dos estudantes africanos com despachos contraditórios"*, etc.

III - No domínio do *DESENVOLVIMENTO* 24 estudantes produzem 33 enunciados positivos e apenas 2 negativos na "ideia anterior"; na "ideia actual" os enunciados positivos reduzem-se a 14, enquanto os negativos aumentam para 25.

- Tanto na a) como na b) é à volta do desenvolvimento *Económico* que se situa o maior número de sujeitos. Nesta sub-estrutura, referida por 21 sujeitos na "ideia anterior" e por 23 na "ideia actual", também o contraste se situa ao nível das categorias que englobam percepções positivas de 19 e percepções negativas de 2 estudantes na a), contrariadas por 16 e mantidas por 7 sujeitos na b).
- Também na sub-estrutura *Interface* esta diferença se faz sentir, embora menos acentuada : na "ideia anterior" 4 estudantes "julgavam" que Portugal era melhor que o seu país de origem (Angola e Moçambique) e 4 outros consideravam que Portugal estava "ao nível da Europa ", enquanto que na "ideia actual", 2 consideram que Portugal está ao nível do seu próprio país e 6 afirmam que comparado com a Europa "está ainda muito atrasado", "é uma colónia de Espanha", "está estagnado, porque os governantes defendem muito a União Europeia". Existe aqui também a ideia de que Portugal se terá afastados dos países africanos : " mais europeu do que lusófono".
- Quanto à situação *Socio-Política* a redução é pouco sensível pois na a) é referida por 8 sujeitos e por 7 na b).

No âmbito das categorias, a *democracia*, numa percepção positiva, é referida por 7 sujeitos nas "expectativas" e por 4 na "ideia actual". Nesta

aparece apenas um caso de percepção da sociedade portuguesa como pouco democrática. É um país pacífico na "ideia anterior" de apenas um estudante, e uma sociedade perturbada, com um "aumento de criminalidade" para 2 estudantes na "ideia actual".

IV - A estrutura *NEUTRALIDADE* abrange as respostas de 11 sujeitos na a) e 6 na b). Julgavam que Portugal era *diferente* 5 sujeitos e 6 "*não tinham nenhuma ideia formada*" antes de emigrarem, enquanto 3 actualmente dizem ter confirmado que "*é diferente*" e outros 3 asseguram que continuam a não ter *nenhuma* ideia sobre Portugal.

Apesar de termos dado a esta estrutura a designação de *NEUTRALIDADE*, cremos que existe, no que diz respeito às expectativas, uma intenção de apontar para a ausência de informações que caracteriza, em geral, a opção de vir estudar para Portugal. Em compensação, este tipo de enunciados quando se referem à "ideia actual" parecem ter o aspecto "defensivo" das respostas em que se "evita responder" (porque nem valerá a pena?) ...

O contraste entre o "esperado" e o "encontrado" e, muito especialmente, no que diz respeito à sub-estrutura *Comunicação* articula-se com a ausência de medidas concretas de recepção dos estudantes. Se é verdade que 46 afirmam ter tido "apoio quando chegaram a Portugal"¹²⁶, apenas 2 se referem a instituições portuguesas. Todos os outros, e sublinhe-se que são em grande parte bolseiros, recorreram a redes de solidariedade do seu próprio país, a pessoas ou instituições e, entre estas, muitas vezes, mas nem sempre, às embaixadas ou consulados. Por outro lado (como veremos de forma mais detalhada mais adiante¹²⁷),

¹²⁶ Anexos pp. XIII, XIV.

¹²⁷ Ver II.3. Representações acerca da cultura portuguesa (...).

as diferentes associações portuguesas empenhadas no apoio a imigrantes são ignoradas pela quase totalidade dos estudantes (81,66%) que respondem ao questionário.

Dir-se-ia que as representações situadas em termos de "expectativas" coincidem, pelo menos em parte, com um certo discurso de fachada da sociedade portuguesa, na sua relação com os PALOP, na sua situação de país europeu (integração na Comunidade Europeia) e nos já antigos mitos dos "brandos costumes" e da "miscigenação" (referidos em outro capítulo deste estudo). Esta coincidência, se tivermos em conta a oposição que surge nos enunciados relativos à "ideia actual", parece-nos apontar para uma vontade de mostrar a não correspondência entre a "apresentação de si" que a sociedade de acolhimento constroi e a realidade vivida pelos estudantes respondentes.

3. Fases e graus de inserção

Como descreveria a forma como se sentiu

a) nos primeiros tempos da sua chegada a Portugal.

b) Mais tarde

c) Como se sente actualmente (Questão VI. 4)¹²⁸

Tal como na questão anterior, também aqui é necessário ter em conta a reconstrução da representação das formas de estar dos "primeiros tempos" ao "momento actual". Por outro lado, esta questão é mais pessoal e põe em jogo já não apenas a imagem de Portugal e dos portugueses, mas sobretudo a própria capacidade de inserção dos sujeitos. Como vimos, esta "capacidade" não depende apenas do sujeito mas também, e muito, da sociedade de acolhimento. No entanto, naturalmente, ao questionarmos a pessoa sobre os seus sentimentos, levamo-la a pôr-se em causa e, talvez,

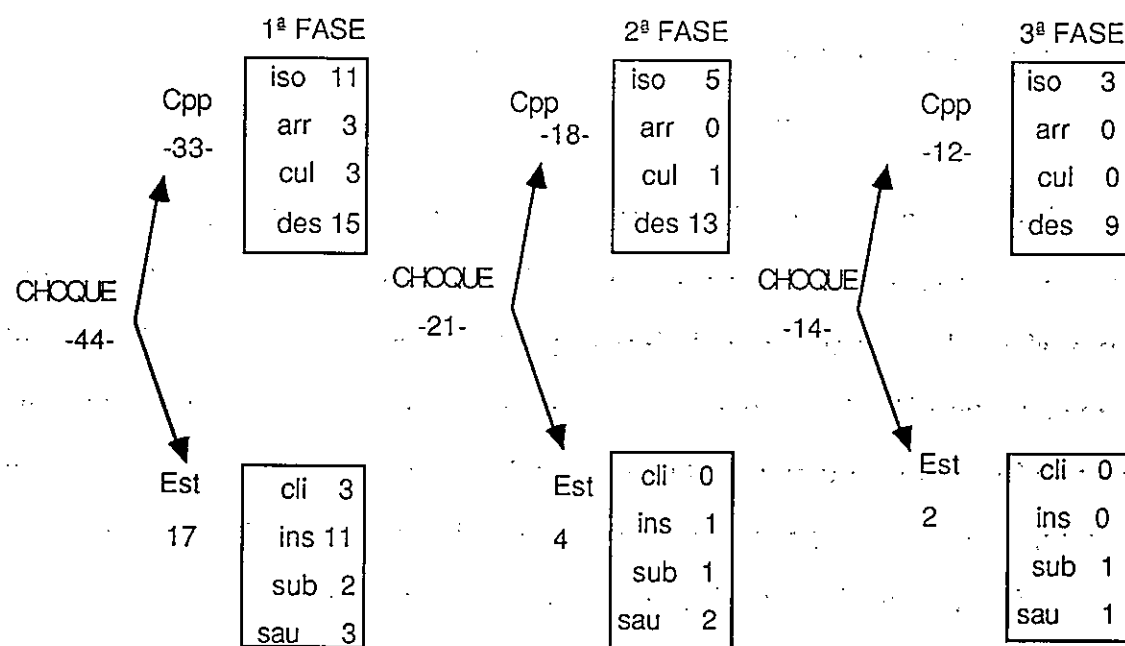
¹²⁸ Ver Anexos p.XXVIII, XIX, XXX., L, LI, LII, LIII, LIV, LV.

tomar uma posição de querer "provar qualquer coisa"; de sublinhar o seu esforço pessoal.

Este posicionamento verifica-se não só nas respostas a esta questão como na própria "apresentação de si", ou na avaliação dos resultados obtidos nos estudos e na atribuição das causas desses resultados.

A esta questão responderam 53 estudantes (5 Angolanos, 5 Caboverdianos, 5 Guineenses, 10 Moçambicanos) com 68 unidades de significação tanto para a 1ª fase (a), como para a 2ª fase (b) e 62 para a 3ª fase (c).

I. Estrutura **CHOQUE**¹²⁹ inclui os enunciados de 44 sujeitos na 1ª fase (78,7% dos 33 angolanos, a totalidade dos caboverdianos que responderam a esta questão, ou seja, 5, a totalidade dos guineenses e 9 dos 10 moçambicanos que responderam à questão)



¹²⁹ Estrutura central

- No que se refere à sub-estrutura *Choque propriamente dito* encontramos aqui enunciados de 33 sujeitos, enquanto que a sub-estrutura *Estranheza* inclui 17, dos quais 4 produzem também enunciados que se situam na sub-estrutura anterior. As respostas dos caboverdianos situam-se todas, no que se refere à 1ª e à 2ª fase, nesta estrutura.

O mesmo acontece com as raparigas, que na 1ª fase se situam todas na estrutura *CHOQUE*. No que se refere às categorias é o *sentimento de deslocamento* a categoria que mais enunciados reúne (1ª fase : 20 sujeitos; 2ª fase : 13 sujeitos).

Na 3ª fase há ainda 14 indivíduos que produzem enunciados situados nesta estrutura, sendo a sub-estrutura *Choque propriamente dito* a que abrange maior número de pessoas (12, sendo oito rapazes e 4 raparigas). Note-se que destes 12 estudantes, 10 vivem em Portugal há mais de 2 anos (7 entre 3 e 5 e 3 há mais de 6). Nem os estudantes de meio rural, nem as raparigas apresentam enunciados que, nesta 3ª fase, se situem na sub-estrutura *Estranheza*.

II. A estrutura *INSERÇÃO* conta apenas com unidades de significação de 5 sujeitos na 1ª fase, 31 na 2ª e 36 na 3ª. Nesta última fase 21 angolanos, todos os caboverdianos, 2 guineenses e 8 moçambicanos produzem enunciados que se situam nesta estrutura.

É nas categorias que encontramos uma maior especificação das formas de se inserirem.

- Na 1ª fase, 2 angolanos sentiam-se *integrados* e 3 outros estudantes (1 angolano, 1 guineense e 1 moçambicano) descrevem-se como *entusiasmados*.

- Na 2ª fase, 21 referem que se foram *ajustando*, 2 consideram-se *integrados* (1 dos quais, já assim se afirmava na 1ª fase), 4 referem que conseguiram inserir-se, graças à concentração nos *objectivos* que orientaram a sua vinda para Portugal, 6 referem que a vida melhorou sensivelmente devido à ajuda dos *amigos*, e 3 situam a sua inserção em Portugal apenas em função da sua adaptação ao *clima*.

Na 3ª fase, mantêm-se as mesmas categorias : 23 *ajustados*, 12 *integrados*, 4 centrados nos seus *objectivos*, 3 inseridos graças à solidariedade dos *amigos* e 1 *aclimatado*.

INSERÇÃO	1ª FASE	INSERÇÃO	2ª FASE	INSERÇÃO	3ª FASE																								
- 5 -	<table><tr><td>int</td><td>2</td></tr><tr><td>ent</td><td>3</td></tr></table>	int	2	ent	3	- 3 1 -	<table><tr><td>aju</td><td>21</td></tr><tr><td>int</td><td>2</td></tr><tr><td>obj</td><td>4</td></tr><tr><td>ami</td><td>6</td></tr><tr><td>acl</td><td>3</td></tr></table>	aju	21	int	2	obj	4	ami	6	acl	3	- 3 6 -	<table><tr><td>aju</td><td>23</td></tr><tr><td>int</td><td>12</td></tr><tr><td>obj</td><td>4</td></tr><tr><td>ami</td><td>3</td></tr><tr><td>acl</td><td>1</td></tr></table>	aju	23	int	12	obj	4	ami	3	acl	1
int	2																												
ent	3																												
aju	21																												
int	2																												
obj	4																												
ami	6																												
acl	3																												
aju	23																												
int	12																												
obj	4																												
ami	3																												
acl	1																												

III. A estrutura das *DIFICULDADES ECONÓMICAS* é apontada por enunciados de 3 angolanos, na 1ª fase; 4 sujeitos na 2ª (2 angolanos, 1 caboverdiano e um moçambicanos) e 3 (2 angolanos e um moçambicanos) na 3ª fase, referindo-se a problemas de sobrevivência e a dificuldades em encontrar alojamento. Tendo em conta que cada estudante produz, em geral, mais do que um enunciado, é de notar que na 1ª fase um dos angolanos se considera também *deslocado*; na 2ª fase o caboverdiano refere-se ao *choque cultural*, uma angolana ao *isolamento*, e um moçambicano continua a considerar-se *deslocado*; na 3ª fase, esta acumulação com categorias da estrutura *Choque* verifica-se ainda num angolano e num moçambicano.

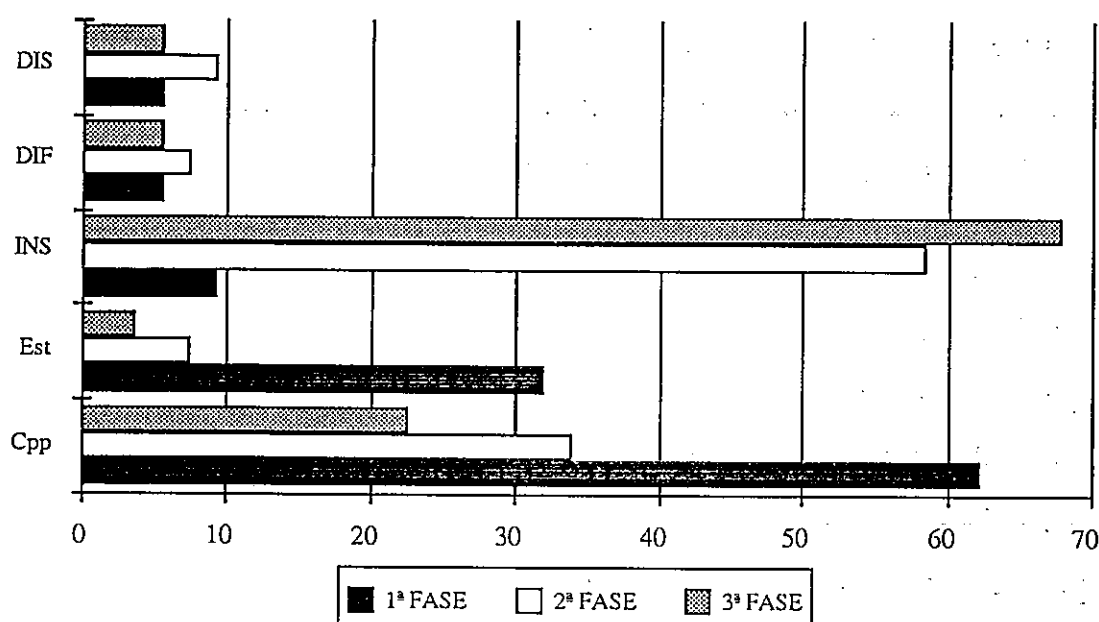
IV. A estrutura *DISTANCIAMENTO* abrange enunciados de 3 sujeitos na 1ª fase, um dos quais (angolano) diz ter-se sentido *normal* enquanto os outros 2 (1 angolano e 1 guineense) *criticam* o modo de vida português; na 2ª fase situam-se os enunciados de 5 sujeitos : o mesmo guineense mantém-se crítico, tal como 2 angolanos e 2 outros angolanos dizem que se sentiram *normais* ; na 3ª fase, encontramos enunciados produzidos por 3 angolanos (1 *crítico* e 2 *normais*).

As estruturas *CHOQUE* e *INSERÇÃO* são, sem dúvida, as mais significativas, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo. Daí que seja interessante verificar (ver gráfico XVI) que o *CHOQUE* se reduz da 1ª para a 2ª fase de 44 para 21 sujeitos e da 2ª para a 3ª de 21 para 14, ao mesmo tempo que o processo é inverso, mas mais pronunciado, no que diz respeito ao domínio da *INSERÇÃO* que aparece na 1ª fase referido por 5 sujeitos e na 2ª por 31, com um ligeiro aumento para a 3ª fase, com 36 estudantes.

Evidentemente este percurso parece ser o "normal", o desejável, mas é de sublinhar que a existência de 14 pessoas com enunciados no domínio do *CHOQUE* na 3ª fase, se não nos faz esquecer as características individuais destas pessoas, é ainda questionador da sociedade de acolhimento. Tanto mais que - e é aí que, para nós, está o interesse daquela inversão e da procura do seu significado - os estudantes, ao explicarem as suas formas de inserção na sociedade portuguesa (ver categorias), distanciam-se, em grande parte, de uma inserção que vá para além de um *ajustamento*. Mesmo entre os 12 que se consideram *integrados*

há 3 que dizem que tal acontece porque se concentram nos seus *objectivos* ou graças aos *amigos*.

Gráfico XVI- Fases e graus de inserção



Procurando as respostas destes 12 sujeitos no quadro em que se discriminam os dados da questão anterior (ver em anexo Quadro A.1 e A.2), a sua *visão actual* no que diz respeito aos portugueses é negativa para 4 deles (racismo, mentalidade atrasada) e apenas um (já citado) considera que "se tem feito alguma coisa relativamente ao racismo", situando-se os restantes no domínio do **DESENVOLVIMENTO**, com apenas dois sujeitos afirmando uma visão positiva da democracia, do desenvolvimento económico e das relações com a Europa.

É este posicionamento que nos sugere a ideia de que os autores da maior parte dos enunciados entendem a sua inserção como o resultado do seu **esforço pessoal** apesar das características da sociedade de

acolhimento. Esta nossa interpretação confirma-se, como vimos, na avaliação que fazem do sistema de ensino português, nas falhas que lhe apontam e na atribuição de causas dos resultados obtidos nos estudos.

II. Representações de Si e do "Outro"

1. Da "percepção de si" à "apresentação de si como um "si-para-o-Outro"

É tempo de retomar o "conceito de si" na primeira pessoa do singular. Vimos, no início deste trabalho, como o "conceito de si", sendo da ordem de um saber sobre si, se situa no terreno da interacção ao qual deve a sua natureza interpessoal. Da sua multidimensionalidade, L'Écuyer (1978) pôs em relêvo a "dimensão acção"¹³⁰ (o que uma pessoa faz para manter e promover a sua adaptação) e a "dimensão percepção" (o que uma pessoa pensa dela própria e formula a respeito de si). É a dimensão percepção, que, segundo L'Écuyer, a questão "Quem sou eu?" procura abordar.

No entanto, entre o "saber sobre si" de um indivíduo e a informação-sobre-si que fornece a Outro há diferenças - sublinhadas pela própria situação de ser objecto de pesquisa. Estas ganham um particular relevo no contexto em que se encontram estes estudantes: em situação de migração temporária, respondendo a um questionário¹³¹ elaborado por alguém da "sociedade de acolhimento". Daí que tenhamos optado claramente pela formulação "apresentação de si", com a certeza de que ela poderá constituir, pelo menos em parte, uma ficção identitária sem perder

¹³⁰ Mais adiante, esta "dimensão acção" será retomada em III. "Quando a realidade não se compadece com o sonho".

¹³¹ O relevo que damos à situação de migrante temporário foi, em grande parte, sugerido por entrevistas em que as nossas orientações para o "aqui e agora" eram regularmente "descaminhadas" para as trajectórias políticas e sociais dos seus países, afirmando, por exemplo: "O que vivo agora não tem interesse. O que é importante é o que se passa no meu país."

por isso a significação. Pelo contrário, esta pode emergir na configuração das estratégias identitárias demarcando um espaço intersubjectivo nos percursos conflituais da semelhança e da diferença.

- a) *Apresente-se (Sem se identificar. Diga por exemplo, características que o distinguem dos outros, qualidades, defeitos, etc.)*
- b) *Que características gostaria de manter?*
- c) *Que características gostaria de mudar? (Questão V)¹³²*

As respostas a esta questão são produzidas por 47 dos estudantes e os seus enunciados foram organizados em 4 estruturas : *SI-MATERIAL*, *SI PESSOAL*, *SI ADAPTATIVO* e *SI-NÃO SI*. Acrescentou-se ainda um ponto relativo à *Fuga* (FUG) à resposta ("*não gosto de me identificar, deixo esse trabalho aos outros*") e, nas respostas à alínea b) surge um novo grupo *Todas* (manter todas as características); finalmente, na c) o grupo *Nenhuma* (não mudar nenhuma característica).

No conjunto, os diferentes grupos (quer em função do meio, do sexo ou da nacionalidade) distribuem-se, com reduzidas diferenças, em termos percentuais, por estas estruturas.

I. A ESTRUTURA do *SI-MATERIAL* aparece como uma estrutura secundária¹³³. Apenas está representada na sub-estrutura do *Si-Somático*, situando-se todas as respostas (4 - um angolano, um caboverdiano, uma moçambicana e um guineense, todos de meio urbano) ao nível da categoria *traços*, com indicações relativas à altura, peso e cor

¹³² Ver Anexos pp. XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV; LVI, LVII, LVIII; LIX.

¹³³ L'ÉCUYER (1990) considera de valor "central" para os sujeitos os domínios com mais de 70%, "intermediário" os que têm entre 30 e 70% e "secundário" com menos de 30%.

(*Estatura média, 1,71, magro, raça negra*). O conjunto das respostas tipo Bilhete de Identidade, que frequentemente aparece nos questionário "Quem sou eu?", não está aqui representado. Com efeito, supomos que tal se deve à existência de questões relativas à identificação, na primeira parte do questionário, e também porque exemplificámos o tipo de respostas, em termos de "qualidades e defeitos".

II. A Estrutura do *SI-PESSOAL*, ao contrário da anterior, é para todos os grupos uma estrutura central, abrangendo 45 indivíduos. Apenas 2 sujeitos não estão aqui representados. Algumas diferenças podem ser identificadas nas sub-estruturas :

- 1. A Sub-estrutura *Imagem de Si* é, sem dúvida, a mais importante, como se pode ver no gráfico XVII. Tanto os angolanos como os de outras nacionalidades produzem a maior parte dos enunciados nesta sub-estrutura (27 dos 29 estudantes angolanos e todos os "outros"). O mesmo acontece se tivermos por referência o género ou o meio.

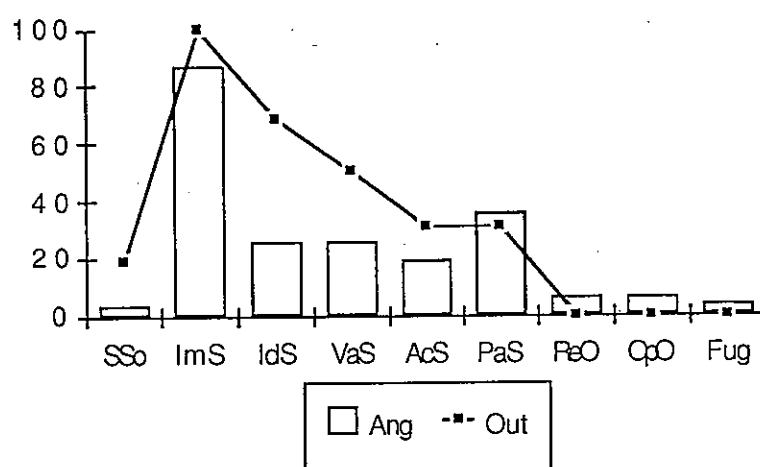
No que se refere às categorias os enunciados dispersam-se, sendo o número de sujeitos que as produziu pouco significativo em 4 delas (*aspirações, enumeração de actividades, interesses e aptidões*), ao mesmo tempo que a categoria *defeitos* concentra a maior parte (32), sendo seguida pela categoria *sentimentos e emoções* (12):

- Nas *aspirações* (asp) encontramos apenas um angolano, com um enunciado de índole religiosa.

- Na categoria *enumeração de actividades* (ena) situa-se um angolano, um caboverdiano e um moçambicano (*Pratico desporto, mais propriamente o futebol*). É, quanto a nós, uma categoria que sofre uma

redução de enunciados por se tratar já de uma população estudante, ou seja, com uma actividade previamente definida.

Gráfico XVII - Distribuição percentual dos sujeitos (angolanos/outros) em função das sub-estruturas



- Na categoria *sentimentos e emoções* (sem) há enunciados de 9 angolanos (6 do sexo masculino e 3 do sexo feminino), 1 caboverdiano e 2 guineenses (*Alto grau de sensibilidade, generoso*", "*propensão para me irritar*", "*muito sentimental, amor ao próximo, tolerante, impulsiva*", "*Detesto dependências, às vezes prefiro a solidão*", "*pessimismo*").

- Na categoria *gostos e interesses* (int) encontramos apenas o enunciado de 1 angolano.

- Na categoria *capacidades e aptidões* (apt) situam-se os enunciados de 1 angolano, 1 guineense e 2 moçambicanos ("*bom estudante, perspicaz, reflexivo*").

- As *qualidades e defeitos* aparecem como centrais entre os angolanos (77,77%) e intermediárias (68,75%) nos "outros"¹³⁴. Se tivermos por referência o meio verificamos que a maior percentagem é de meio urbano (70,96). Para os de meio rural a sua importância é intermediária (66,66%). A quase totalidade das raparigas (9 em 10) situa-se nesta categoria (*"introvertida, muito teimosa, compreensiva", "Sou honesta, sincera, íntegra, inteligente, lutadora, dedicada. Nervosa, vaidosa natural"*).

Grande parte das qualidades apresentadas situam-se por referência a um quadro socialmente valorizado : *"pontual, exigente, sentido de responsabilidade, sou honesto, trabalhador (preguiçoso), consequente, dinâmico, activo, cumpridor, organizado (desorganizado)"*. Outras têm por referência a comunicação, a relação com o outro : *" simpático , (antipático), gosto de partilhar, comunicativo, conversador, divertido, compreensivo, de fácil relacionamento, franco, solidário"*.

- 2. A sub-estrutura *Identidade de Si* é secundária (25,80%) para os angolanos e intermediária (68,75) para os "outros". Se nos referirmos ao meio ou ao género a sub-estrutura mantém-se como intermediária em todos.

- Categoria *etnia* (etn) : os jovens de meio urbano referem-se mais à sua origem étnica (meio urbano 19,35% e rural 6,66%) e, no que se refere à nacionalidades, os caboverdianos estão ausentes desta categoria.

¹³⁴ Esta concentração nas *qualidades e defeitos* , embora seja apresentada como frequente por L'Écuyer, pode também dever-se, no nosso caso, à forma como foi apresentada a questão, dando precisamente o exemplo de "qualidades e defeitos".

Os enunciados identificam-nos como africanos, de "raça negra" ou como sendo de origem indiana.

- Categoria *consistência* (con) : engloba mais características de jovens de meio rural (20%), em comparação com os de meio urbano (9,67). Assumem-se como pessoas "*com personalidade própria*", "*com originalidade*", etc.

- Categoria *ideologia* (ide) : tem também mais peso para o grupo de meio rural (20%) do que para o de meio urbano (12,90), embora tenha uma importância secundária para ambos. Nesta categoria as raparigas estão ausentes. Refere-se aqui a "*liberdade*", a importância da "*harmonia*" a "*busca do equilíbrio*", o empenho necessário para "*prosseguir objectivos*".

III. A estrutura do *SI-ADAPTATIVO* é intermediária em termos de análise global (48,93%), mas aparece como Central para os Moçambicanos.

- 1. A sub-estrutura *Valor de Si* é de maior peso (34,04%) que a sub-estrutura *Actividades do Si* (23,40%), concentrando-se as "percepções de si" na categoria *valor pessoal* :

- Categoria *competência* (com) em que se situa apenas 1 angolano;

- Categoria *valor pessoal* (vap) em que se encontram sujeitos de todas as nacionalidades : angolanos 7 (22,58%) e "outros" 8 (50%). Aparecem aqui muitas das qualidades já apontadas em *qualidades e defeitos*, mas desta feita são marcados por avaliações : *muito trabalhador*, *muito pontual*, etc.

- 2. Na sub-estrutura *Actividades do Si* a maior percentagem de sujeitos situa-se na categoria *estratégias de adaptação* :

- Categoria *estratégias de adaptação* reúne características apontadas por sujeitos de todas as nacionalidades (angolanos (6,45%) e "outros" (25%): "*gosto que as pessoas sejam como eu quero*", "*Sou muito ambicioso, e procuro alcançar sempre o que acho essencial e fundamental*", "*gosto de me expor, sem preconceitos*".

- Categoria *autonomia* engloba respostas de 3 angolanos (3) e de 1 guineense, estando ausente nos outros grupos.

- A *ambivalência* é uma categoria ausente de todos os grupos, excepto no que se refere a um angolano, que refere a *dificuldade em tomar decisões*.

IV. A estrutura do *SI SOCIAL* é intermediária do ponto de vista do conjunto (34,08), mas está ausente entre os caboverdianos.

- 1. A sub-estrutura *Preocupações e atitudes Sociais* é intermediária em termos globais (34,08%).

- A categoria *receptividade* é a mais significativa, sobretudo no que diz respeito aos angolanos que são 11, seguindo-se 3 moçambicanos e 1 guineense. Sublinham a sua sinceridade, frontalidade, capacidade de comunicar, sociabilidade, extroversão, embora, alguns refiram momentos em que a necessidade de isolamento é importante.

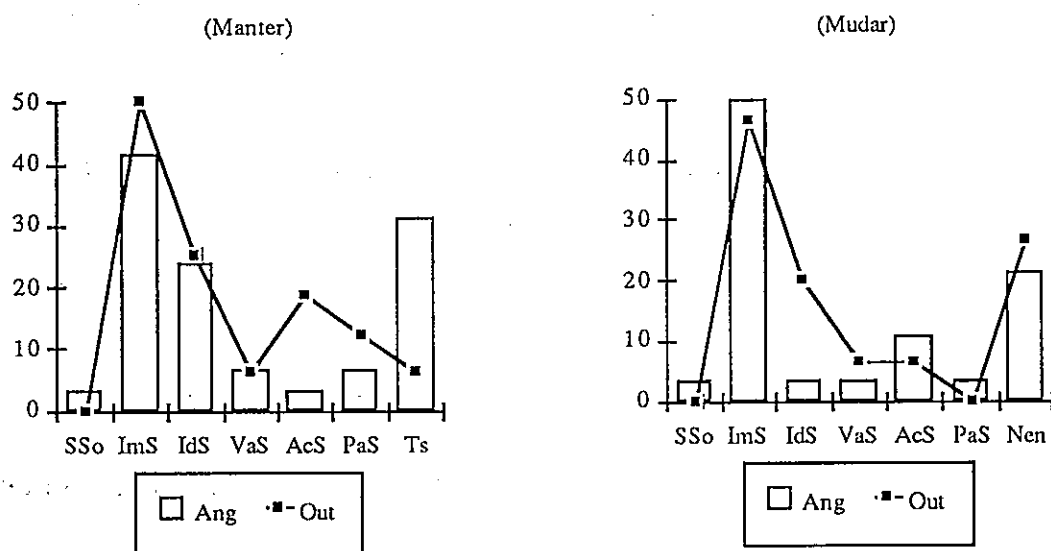
- Na categoria *altruísmo* estão apenas presentes um angolano e 1 guineense, sublinhando a sua generosidade e capacidade de ajuda.

• 2. A *Referência à Sexualidade* está presente apenas na percepção de si de um angolano, na categoria *referência simples*.

V. A estrutura *SI-NÃO-SI* apenas reúne percepções de angolanos, com um peso secundário, distribuindo-se igualmente pelas sub-estruturas *Referência ao Outro e Opinião dos outros sobre Si* (2 angolanos em cada uma).

Apenas um angolano deu uma resposta de Fuga.

Gráfico XVIII - Distribuição percentual dos sujeitos (angolanos e outros) em função das sub-estruturas



Nas respostas às questões das alíneas b) Manter e c) Mudar encontramos a mesma importância central na Estrutura do *SI PESSOAL*, com especial relevo para a sub-estrutura *Imagem de Si*. Quanto à *Identidade de Si* ela aparece com peso idêntico para Angolanos e "Outros" em "manter", mas parece ser de maior importância

para os "Outros" em "mudar". É de notar que, alguns dos que têm enunciados em **Manter**, expressam o seu interesse em **Mudar** outras características, tal como anteriormente se referiram a **qualidades e defeitos**. Daí que, seguir à Estrutura do *SI PESSOAL* o que merece relevo nas respostas às alíneas a) e b) é o grupo **Todas**, em **Manter** (10 em 45 sujeitos), e o grupo **Nenhuma**, em **Mudar** (10 em 43 sujeitos).

Parece-nos de considerar que a "apresentação de si" destes estudantes se pauta pela "positividade". Mesmo os enunciados que são situados como defeitos são, na sua maior parte, socialmente (referimo-nos a valores da sociedade portuguesa) aceites :

- por um lado dizem respeito ao controle das emoções, mais do que à definição de uma personalidade: *emotividade, timidez, pessimismo, irritabilidade, falar demais; antipático;*

- por outro lado, dizem respeito ao controle das coisas e das relações no dia a dia: *desleixado, desorganizado, distraído, rebelde, egoísta;*

- Apenas dois referem a excessiva atracção pelo *álcool*.

- Há também aqueles que consideram defeito serem "bons demais": *demasiado generoso, demasiado preocupado ou demasiado franco*; são atributos que pressupõem uma relação com o "outro" ou com situações que não merecem o investimento, ou seja, de certa forma existe aqui uma certa introjecção de culpa por acontecimentos ou relações menos satisfatórios.

As "preocupações e atitudes sociais", fortemente marcadas quando na referência ao "nós" (cultura de origem ou jovens conterrâneos) em

contraste com os "outros"¹³⁵; têm na "apresentação de si" uma importância intermediária.

Em síntese, a "apresentação de si" que nos é devolvida é, apesar dos "retratos" que a sociedade portuguesa tem desenvolvido a seu respeito, uma imagem francamente positiva. E, sobretudo, são sublinhadas precisamente aquelas características a que "idealmente" uma sociedade europeia em desenvolvimento dá valor : o trabalho, a inteligência, sentido da responsabilidade, pontualidade, honestidade, dinamismo, ambição, etc. Este relêvo dado a valores europeus levanta-nos algumas dúvidas :

- Será a nossa interpretação eurocêntrica?
- Será a própria apresentação de si que - num esforço de defender a sua imagem numa sociedade que aparece aos olhos dos sujeitos como indiferente, sub-avaliadora ou mesmo discriminatória - adopta o discurso normativo eurocêntrico, a fim de reduzir possíveis diferenças e distâncias?
- Ou os valores serão de facto semelhantes, levantando-nos a questão de uma influência evidente de uma possível moral europeia, em particular de uma moral cristã? Como veremos no ponto "*Representações acerca da cultura portuguesa e seu confronto com as representações das culturas de origem*" grande parte destes estudantes são cristãos. Não podemos também deixar de referir a língua comum que cria quadros cognitivo-normativos comuns, embora com possíveis interpretações distintas.

¹³⁵ Ver, em seguida, 2. "Sentimentos relativos à semelhança e à diferença" e 3. "*Representações acerca da cultura portuguesa e seu confronto com as representações das culturas de origem*".

- Decerto seria excesso de interpretação responder a qualquer destas questões de forma positiva. Qualquer uma delas terá, provavelmente, a sua justificação, conforme o sujeito respondente.

2. Sentimentos relativos à semelhança e à diferença

As questões da semelhança e da diferença conduzem-nos ao cerne da problemática identitária, no que ela tem de mais conflitual. No que se refere aos grupos a que são dirigidas, acontecem num espaço e num tempo de consciência viva desse conflito. Com efeito o *"exílio reaviva os conflitos identitários e exige ao sujeito e ao seu grupo que re-mobilize as construções de si"*¹³⁶ (Douville O. e Galap J., 1994, p.340).

Assim a abordagem da semelhança e da diferença é aqui feita de um modo menos pessoal, concentrando-se de forma mais abstracta em "jovens conterrâneos". Como diz Gurvitch (1958), *"os Nós podem, por exemplo, servir de quadro à percepção ou à representação colectiva, à memória colectiva, etc. (p. 174)"*. Os jovens conterrâneos constituem um "outro" dentro do "nós"¹³⁷, como elementos de *"uma sociabilidade por fusão parcial"*¹³⁸ e exprimem, até certo ponto, a dupla da identificação e da distanciação. Do mesmo modo, construindo-se como "Outro", na base de uma *"sociabilidade por oposição parcial"*¹³⁹, a distanciação encontra-se

¹³⁶ Embora o "exílio" seja uma designação demasiado forte para estudantes que se encontram num período de migração transitória, o sentimento de "estar exilado" não é de todo alheio a estes jovens que vêm prolongar-se o tempo de estadia por resultados insuficientes nos estudos, por razões políticas e também, frequentemente, porque as condições económicas dos seus países não lhes permitem exercer as profissões em que se especializaram.

¹³⁷ Ver também Zavalloni, 1986.

¹³⁸ Gurvitch, obra citada, p. 174.

¹³⁹ Idem.

reduzida, pela charneira articulada dialecticamente que é, neste caso, a referência "jovens".

O que considera mais semelhante entre os jovens do seu país e os jovens portugueses? (Questão VI. 18¹⁴⁰)

As 49 unidades de sentido compreendidas por esta questão são produzidas por 46 estudantes.

28 - situam-se na estrutura *FASE DE DESENVOLVIMENTO*;

7 - situam-se na estrutura *CULTURA*

11 - negam qualquer semelhança entre jovens portugueses e jovens do seu país (8 angolanos, 2 guineenses e 1 moçambicanos) - grupo de respostas designado por *RECUSA*.

I. Estrutura *DESENVOLVIMENTO*

Como se verifica no gráfico XIX, a maior parte das semelhanças refere-se ao tipo de *actividades e gostos* (act=15) comuns aos jovens como as festas, os divertimentos, a música americana, etc. Os outros enunciados distribuem-se por categorias como a *imaturidade* (ima=7 sujeitos), a preparação do *futuro* (fut=4 sujeitos) e o *idealismo* (ide=4 sujeitos). As respostas desta estrutura são de valor central e coerentes com a figura de charneira que referimos atrás, tendo um tom quase sempre muito abstracto (identidade defensiva ?).

II. Estrutura *CULTURA*

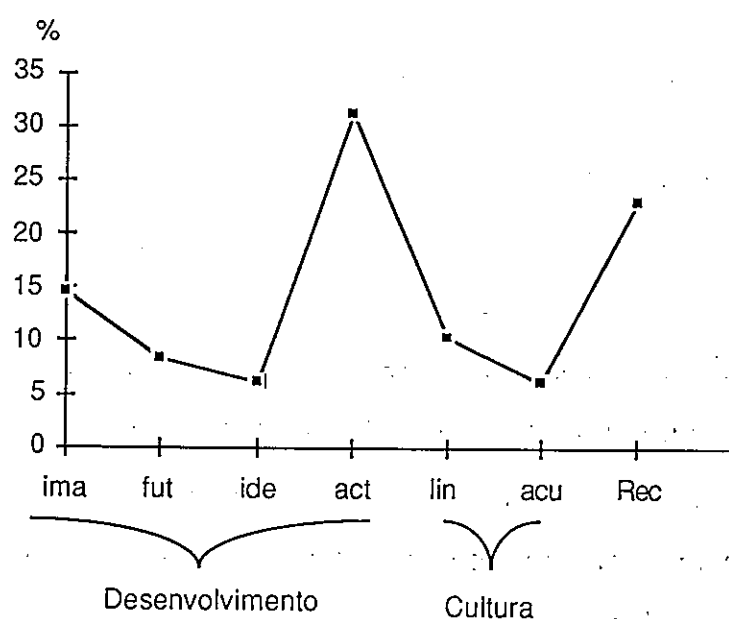
As referências à *língua* (lin) comum são produzidas por 5 estudantes e à *aculturação* (acu) sofrida pelos seus conterrâneos em

¹⁴⁰ Ver Anexos pp. XXXV; LX, LXI.

Portugal, por 3 estudantes. É de notar que, nesta categoria, o referente da *aculturação* para um deles é o da cultura universal; os outros dois têm por referente a da cultura portuguesa, quer tendo em conta a miscigenação, quer porque em " 500 e tal anos de colonização o meu povo aprendeu qualquer coisa com os portugueses".

III. O grupo de respostas incluído em *RECUSA* (REC) abrange enunciados de 11 estudantes (8 angolanos, 2 guineenses e 1 moçambicano) que negam qualquer semelhança entre os jovens portugueses e os seus conterrâneos.

Gráfico XIX - Posicionamento relativo à semelhança
(com base nos enunciados distribuídos por categorias)



Para além de que o número de não respostas aumentou (de 7 na questão anterior, para 14 nesta), o que poderia ser entendido, pelo menos em parte, como uma negação das semelhanças, é de notar que 84,7 % dos estudantes se situam quer numa posição de "semelhança universal" típica da idade, da Fase de crescimento, quer numa posição de *RECUSA*, o que nos parece significativo de uma vontade de marcar a diferença, que

vai ser sublinhada nas respostas à questão seguinte. Os jovens conterrâneos são assim percebidos como tão semelhantes aos portugueses como a quaisquer outros jovens de qualquer outro país : "*Todos os jovens tanto portugueses como de outras nacionalidades e origens têm características comuns como : a maneira de levar a vida, desfrutar do bom e do melhor e gozar ao máximo a sua juventude*".

Embora a referência ao passado comum surja ela é pouco significativa no conjunto dos enunciados.

O que considera mais diferente entre os jovens do seu país e os jovens portugueses? (Questão VI 19)¹⁴¹

A esta questão respondem 48 sujeitos com 65 unidades de sentido.

I. A estrutura de respostas *GLOBAIS* abrange as respostas de 13 estudantes (9 angolanos, 1 caboverdiano, 1 guineense e 2 moçambicanos) que afirmam que a *cultura* (cul) é diferente, sem especificarem as diferenças; nesta estrutura estão também as referências a *condições de vida* (cvi) diferentes expressas por 2 angolanos e 2 moçambicanos.

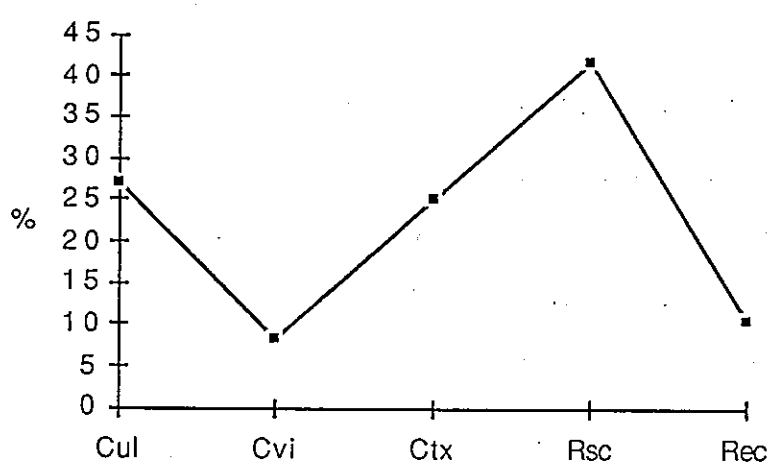
II. Estrutura das *DIFERENÇAS ESPECÍFICAS* engloba as respostas de 27 sujeitos, exprimindo por um lado referências às condições de vida nos seus países, que dificultariam a vida dos jovens conterrâneos, em oposição às melhores condições dos portugueses e, por outro lado uma melhor capacidade de se relacionarem da parte daqueles.

• Assim, na sub-estrutura *Contexto* integram-se os enunciados de 12 estudantes, distribuídos por duas categorias : a categoria

¹⁴¹ Ver Anexos p. XXXVI; XLII, XLIII.

guerra (grr) de 4 angolanos e 2 moçambicanos referindo a insegurança e as dificuldades enfrentadas pelos jovens angolanos e moçambicanos, devido ao prolongado período de guerra sofrido nos seus países; a categoria *futuro* (fut), abrangendo referências a um "*futuro cortado*", "*o futuro dos jovens angolanos está comprometido por causa da guerra*", à ausência de horizontes dos seus conterrâneos, tendo em conta a crise económica social e política, é abordada por 7 estudantes (4 angolanos, 2 caboverdianos e 1 guineense).

Gráfico XX - Posicionamento relativo à diferença (com base nos enunciados distribuídos por sub-estruturas)



>--Diferenças globais--<

- Na sub-estrutura *Relações Sociais* (RLS), situam-se 20 sujeitos (14 angolanos, 3 caboverdianos, 1 guineense, 2 moçambicanos), ou seja, é esta a estrutura que mais se demarca em termos de "diferença", como se pode ver no gráfico XXI. Nesta sub-estrutura encontramos duas categorias que têm a ver com a participação na sociedade :

- o *sacrifício* (sac), a que são obrigados devido às dificuldades vividas no seu país (Angola, Moçambique e Caboverde), devendo

participar na produção, lutando com muitos sacrifícios para conseguirem estudar, o que não acontece, do seu ponto de vista, com os portugueses, sustentados pelas famílias enquanto estudam;

- a *cidadania* (cid)- 3 angolanos, 1 caboverdiano e 1 guineense - sublinhada especificamente pela participação dos jovens conterrâneos na vida política e pelo seu civismo, em contraste com os portugueses que são apontados como desinteressados e sem qualidades cívicas (falta de educação e de respeito pelos outros, indiferença pela vida social e política).

- Uma terceira categoria, a *solidariedade* (sol), concentra-se nas formas de estar em Portugal, opondo a inter-ajuda, a abertura, a capacidade de comunicação dos conterrâneos (7 angolanos, 2 caboverdianos e 1 moçambicano) às atitudes egoístas, ao racismo, à incapacidade de comunicar que seriam próprias dos jovens portugueses, "*os jovens portugueses são racistas e desprezam os negros*".

Acrescentam-se ainda 2 outras categorias :

- a das relações com a *família* (fam), subsidiária de categorias anteriores (nomeadamente *cidadania* e *sacrifício*), na qual 2 angolanos, 1 caboverdiano e 2 moçambicanos exprimem a sua imagem sobre a sua vida, distante das famílias, mais autónomos destas, porque têm que se desenvencilhar mais cedo, enquanto os portugueses se conservariam até muito tarde dependentes dos familiares;

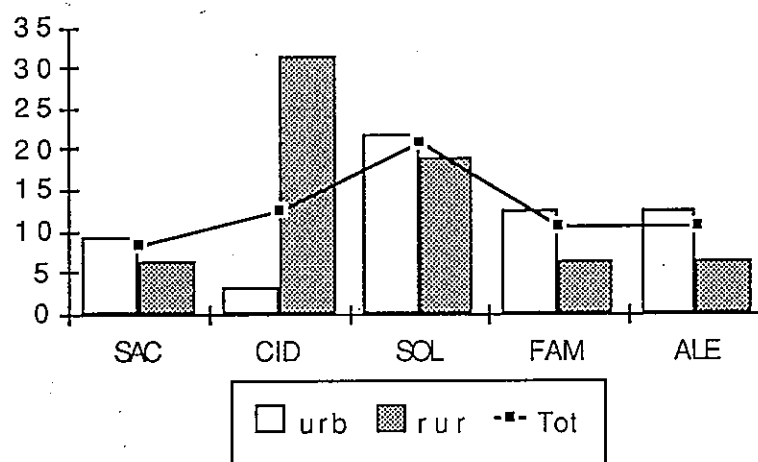
- a categoria *alegria* (ale) abrangida por 4 angolanos e um caboverdiano, que consideram os jovens portugueses tristes, demasiado preocupados com a carreira, "*stressados*", ao passo que os seus

conterrâneos seriam, apesar de tudo, alegres, vivendo o dia a dia com mais intensidade.

III. O grupo de respostas *RECUSA* (REC) inclui os enunciados de 5 sujeitos, 4 dos quais (2 guineenses e 2 moçambicanos) consideram que jovens portugueses e jovens conterrâneos são diferentes em "*tudo*"; 1 angolano que não sabe dizer quais são as diferenças e que, aliás também afirmara "*nada posso assinalar*" na questão relativa às semelhanças.

Esta questão dá a oportunidade de assinalar as marcas da diferença, que aparecem como "negativas" por referência aos jovens do país de origem no que diz respeito ao Contexto do seu crescimento. É evidente a ferida que as guerras em Moçambique e em Angola provocaram nos seus povos, especificamente, no caso em análise, nos seus estudantes. Também a insegurança relativamente ao *futuro* é sublinhada pelas condições económicas e sociais em Angola, Cabo Verde e Guiné, embora esta insegurança possa ser mais ou menos pronunciada em função dos meios actualmente desenvolvidos. Por outro lado, esta visão negativa permite o reverso da medalha, ou seja, a nível da implicação na sociedade de origem (ver gráfico XXII), comparados com os portugueses, têm um grande "espírito de sacrifício" (que não aparece sempre como realmente voluntário, diga-se de passagem) e a sua prática como cidadãos - relativamente ao seu próprio país - surge através da descrição da participação na construção de novas sociedades, ao contrário dos portugueses que são pautados como indiferentes e - relativamente a Portugal - é sobretudo o civismo, a boa educação que é imputada aos jovens conterrâneos em oposição aos portugueses. Aqui o "favoritismo" endogrupal é evidente.

Gráfico XX - Diferenças - categorias da sub estruturaRelações sociais



A análise mais pormenorizada das categorias da sub-estrutura **Relações Sociais**, contrapondo as percentagens de sujeitos de meio urbano e meio rural que produziram enunciados nelas inseridos (ver gráfico XXII), permite-nos verificar que existe uma certa proximidade nas suas posições.

- Esta proximidade é sobretudo aparente nas categorias *sacrifício* (sac) e *solidariedade* (sol), com alguma distanciação nas categorias *família* (fam) e *alegria* (ale) em que existe uma maior percentagem de sujeitos de meio urbano do que rural.

- Na categoria *cidadania* surge uma diferença de maior significado: o meio rural eleva-se claramente, ao lado de uma reduzida coluna representando as percentagens do meio urbano.

Entre os seus conterrâneos há características fundamentais que deveriam conservar? Quais? (Questão VI.2)¹⁴²

¹⁴² Ver Anexos pp. XXXVII; LXIV, LXV.

A esta questão respondem 48 sujeitos, cujos 67 enunciados se situam fundamentalmente em 3 estruturas : *IDENTIDADE CULTURAL* (IDE) com enunciados de 54,1% dos sujeitos, *UNIDADE* (UNI) com enunciados de 20,8% dos sujeitos e *CARACTERÍSTICAS DA PERSONALIDADE* (PER) com enunciados de 50% dos sujeitos¹⁴³. A estes acrescentam-se o grupo de respostas de RECUSA e um isolado que afirma ser necessário conservar todas (TS) as características.

Características a conservar



I. A estrutura *IDENTIDADE CULTURAL* reúne os enunciados de 26 sujeitos (21 rapazes, 8 dos quais de meio rural e 5 raparigas, todas de meio urbano). No que se refere às nacionalidades, dos 30 angolanos que responderam a esta questão, 19 produziram enunciados relativos à necessidade de manter a *IDENTIDADE CULTURAL* (IDC), seguindo-se 3 guineenses, 3 moçambicanos e 1 caboverdiano. Nesta estrutura encontramos também a referência à importância de conservar a língua de origem, por parte de um angolano e um moçambicano.

¹⁴³ Lembramos que as percentagens são calculadas em função do número de respondentes a cada questão e que cada um deles, ao produzir mais do que um enunciado, pode ser situado em mais do que uma categoria, sub-estrutura ou estrutura, mas em cada uma destas constará uma só vez.

É a estrutura mais importante em termos gerais e a representação dos angolanos neste domínio não nos deixa dúvidas de que para eles é uma preocupação forte, que aliás, se articula com a **DEFESA DA UNIDADE** (UNI).

II. A estrutura **DEFESA DA UNIDADE** (UNI) abrange as respostas de 20,8% dos 48 sujeitos que responderam a esta questão.

III. A estrutura **CARACTERÍSTICAS DA PERSONALIDADE** (PER) reúne as respostas de 24 (50%) estudantes (16 rapazes e 8 raparigas). Estas características distribuem-se por duas categorias: *alegria* (ale), com os enunciados de 9 sujeitos, e *solidariedade* (sol), mais importante, referida por 15 sujeitos.

A importância de manter **TODAS** (TS) as características é referida apenas por um angolano.

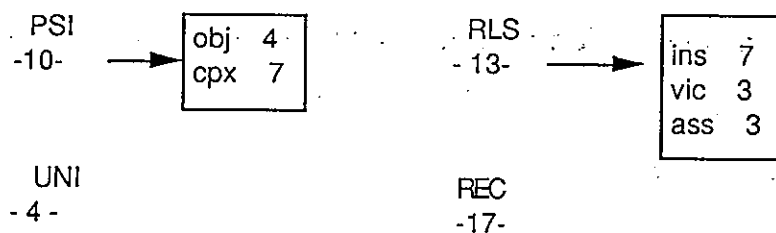
O grupo de enunciados **RECUSA** (REC) reúne as respostas de 2 angolanos e um moçambicano que não sabem ou não vêem razões para manter qualquer característica.

Considera que há, entre os seus conterrâneos, características que deveriam mudar? Quais? (Questão VI.21)¹⁴⁴

As 47 unidades de sentido produzidas por 42 sujeitos distribuem-se por 4 estruturas : **CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS, RELAÇÕES SOCIAIS, UNIDADE, RECUSA.**

¹⁴⁴ Ver Anexos pp. XXXVIII; XLVI.

Características a mudar



I. ESTRUTURA CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS

(PSI) abrange enunciados de 10 sujeitos, distribuídos pela preocupação mais importante de que estes jovens deixem de ser pessimistas, de não se tornarem oportunistas, de evitarem os *complexos* (cpx), expressa por 7 angolanos e 1 moçambicano, sendo 4 de meio rural, e pelo sentimento de que é necessário um maior sentido crítico e persistência nos *objectivos* (obj) que os trouxeram a Portugal, expresso por 4 angolanos.

II. Estrutura *RELAÇÕES SOCIAIS* (RLS) compreende enunciados de 13 sujeitos, quase todos angolanos (11 angolanos, 1 guineense e 1 moçambicano), quase todos do sexo masculino (11 rapazes e 2 raparigas) e, na sua maior parte (9) de meio urbano.

Estes enunciados distribuem-se pela categoria *inserção* (ins) com 5 angolanos e 1 guineense referindo a necessidade de "*evitar a convivência exclusiva com guineenses. Sair da sozinhez*:¹⁴⁵ *ousar dialogar*", ou então, de fugir a "*tudo o que seja anti-social*", de "*serem mais sociáveis na comunidade portuguesa, não se isolarem pois só lhes é prejudicial e anti-social*"; pela categoria *vícios* (vic), em que 3 angolanos referem "vícios" como beber e fumar; e pela categoria *assimilação* (ass), na qual se inserem 2 angolanos e 1 moçambicano assinalando o "*Individualismo que*

¹⁴⁵ "sozinhez" : expressão a que devemos parte do título deste estudo.

foi assimilado nesta sociedade", "o europeísmo se houver" e a recomendação de "não se alienar na cultura alheia".

III. ESTRUTURA UNIDADE (UNI) engloba enunciados de 4 sujeitos (1 angolano, 1 guineense e 2 moçambicanos), demarcando a importância de uma unidade interna que permita a evolução: *"O desentendimento de línguas e religiões diferentes. Adaptação maior aos meios modernos, ser menos tradicionalistas".*

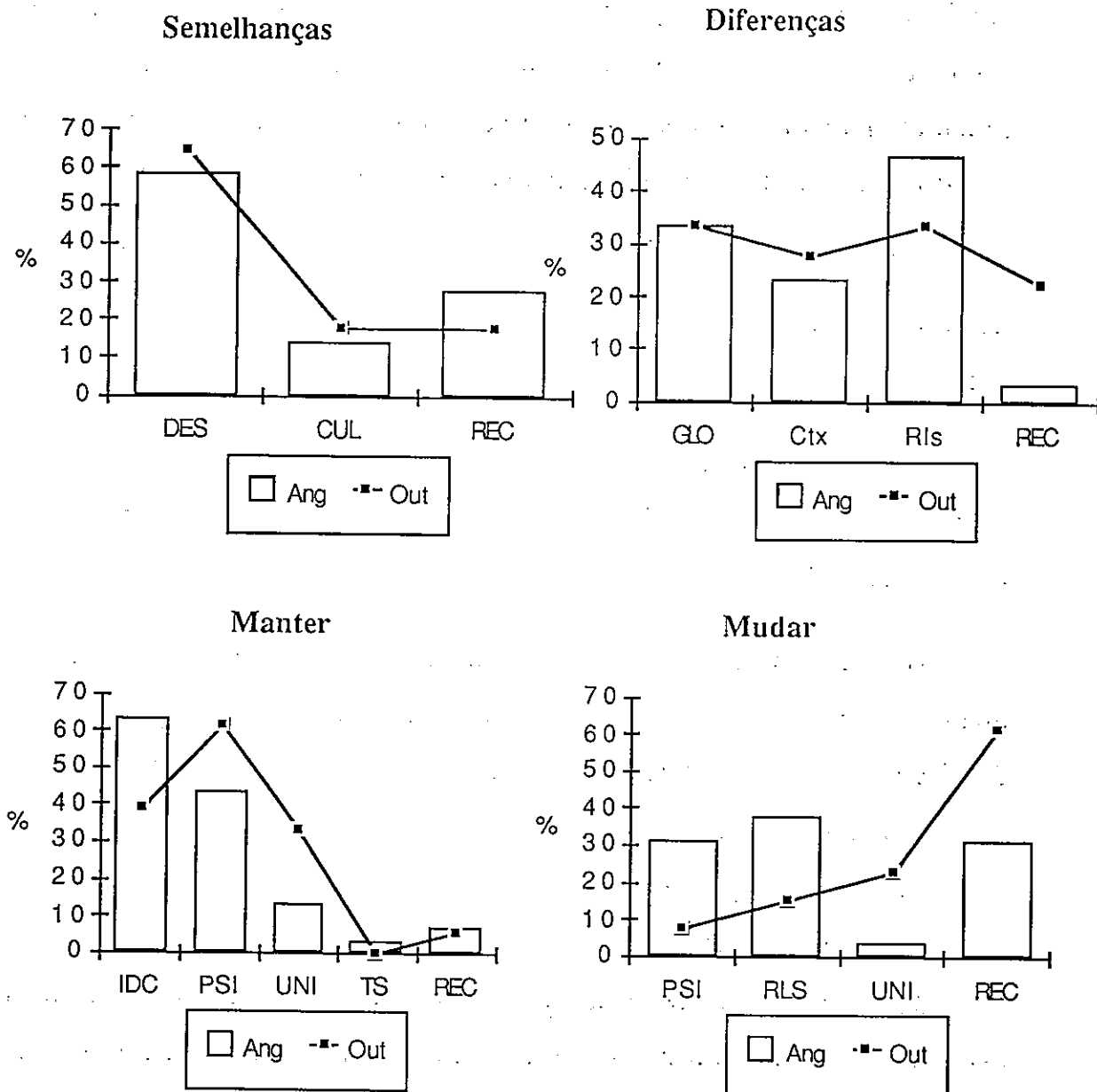
IV. Grupo de respostas de RECUSA (REC) na qual 17 sujeitos negam a necessidade de mudar (9 angolanos, 1 caboverdiano, 2 guineenses e 5 moçambicanos).

No gráfico XXII podemos ter uma visão do posicionamento dos estudantes no conjunto das 4 questões, comparando simultaneamente Angolanos e Outros.

No que se refere às "Semelhanças" é evidente a centração de qualquer dos grupos (Angolanos/Outros) nas referências às características da idade (Des), - apenas se verificando um pequeno desnível, nas Recusas, em que os Angolanos superam os Outros. No domínio das "Diferenças" a incidência nas relações sociais (RLS) verifica-se com maior nitidez nos angolanos, que superam os Outros. Aliás, aparece aqui uma "estratégia ofensiva", em que os angolanos preferem marcar as diferenças, favorecendo o endogrupo, enquanto os Outros produzem enunciados mais próximos de uma "estratégia defensiva", situados nas respostas de Recusa, em que os angolanos estão muito menos representados. É de lembrar que os enunciados inseridos na sub-estrutura Contexto articulam as preocupações relativas ao futuro com a guerra da parte dos angolanos e

moçambicanos, enquanto caboverdianos e guineenses se concentram nas questões económicas.

Gráfico XXII- Semelhanças/Diferenças - Manter/Mudar segundo Angolanos e Outros



No quadro das características a "Manter" à maior concentração de enunciados dos angolanos no quadro da Identidade Cultural corresponde

uma maior incidência dos Outros nas características psicológicas (PSI) e na importância de manter a unidade (UNI).

Com coerência, no quadro das características a "Mudar" reduzem-se em Angolanos e Outros os enunciados no domínio das características psicológicas, embora de forma mais evidente nos Outros, e aumentam as Recusas, também com um carácter mais marcado da parte dos Outros. As referências à unidade (UNI), tanto em "Manter" como em "Mudar", são mais específicas dos Outros. Os angolanos estão mais claramente preocupados com as atitudes e relações sociais dos seus conterrâneos, que é, de resto, um domínio que aparece tanto nas "Diferenças" como em "Mudar" como uma delimitação entre as características próprias (pessoais e culturais) e as características dos portugueses.

Em síntese, poderíamos dizer que o conjunto das respostas nos sugere a articulação de identidades que têm por referência a cultura própria (identidade-defesa) e a oposição ao Outro (identidade-polémica)¹⁴⁶.

Nesse sentido, no quadro de análise XX sublinhamos alguns dos aspectos mais evidentes dos sentimentos expressos por estes jovens neste terreno de confronto da dupla identidade/diferenciação.

Com efeito, as semelhanças, porque são semelhanças com o Outro, pautam-se pela "universalidade" (Nós Jovens), enquanto que as diferenças se distribuem-se por características de oposição ao Outro, marcadas pelo contraste de culturas, mas, sobretudo, pelo confronto social e pela delimitação de uma identidade-participação em que a implicação do

¹⁴⁶ Ver no Capítulo III a descrição da pesquisa de Camilleri (1986).

endogrupo no domínio da cidadania é posta em relevo, embora o referente seja o país de origem.

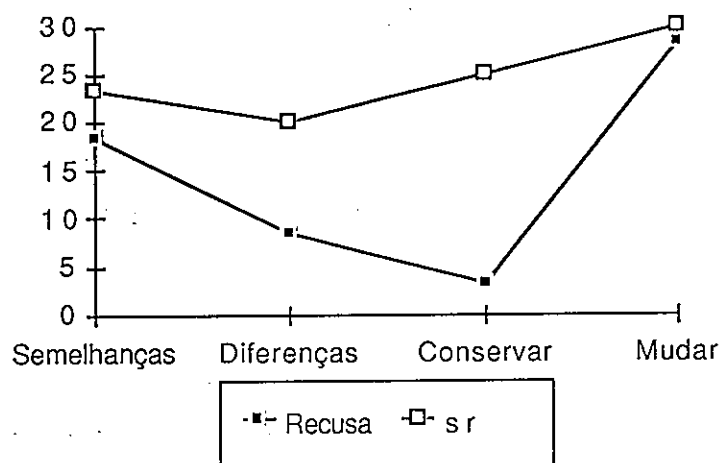
QUADRO XX- Confronto identidade/diferenciação

"Semelhanças" identidade-defesa Universalidade (humana)	"Diferenças" identidade-polémica (reacção ao Outro) identidade-participação (grupo de origem) identidade social (demarcação positiva relativamente ao Outro)
"Conservar" identidade cultural singularidade	"Mudar" identidade defensiva "mudar o que foi mudado por influência do Outro"; "mudar-modernizar preservando a identidade cultural"

As características a conservar reenviam-nos para a singularidade e para a especificidade cultural, ao mesmo tempo que "as características a mudar" devolvem os "jovens conterrâneos" às suas origens, desfazendo-se de aspectos indesejáveis adquiridos através da assimilação.

Por outro lado, as "não respostas" e os enunciados de "recusa" sugerem-nos o mesmo tipo de interpretação. Como se pode ver no gráfico XXIII o percurso é, certamente, significativo :

Gráfico XXIII - Comparação das percentagens de sujeitos com enunciados de "recusa e "não respostas" nas questões da semelhança/diferença/conservar/mudar



- na questão das semelhanças as recusas e "não respostas"(sr) aparecem com percentagens altas e próximas, representando simbolicamente uma posição radical de diferença;

- na questão das diferenças as recusas e "não respostas" diminuem; as recusas (com uma redução ainda mais significativa) são substituídas por enunciados exprimindo uma identidade-polémica, que sublinha a oposição ao Outro;

- na questão das características a conservar recusas e não-respostas afastam-se significativamente, pois aumentam de novo as "não respostas", enquanto as recusas se reduzem radicalmente;

- na questão das características a mudar as recusas quase se encontram no ponto mais elevado com as "não-respostas".

Em síntese, neste conjunto de respostas de recusa e "não respostas", a par de uma procura de homogeneidade, de similaridade em termos de endogrupo, exprime-se a vontade de "*não se alienar na cultura alheia*"

3. Representações acerca da cultura portuguesa e seu confronto com as representações das culturas de origem

As representações sobre a sociedade de acolhimento marcam, como um "filtro", as estratégias assumidas pelos imigrantes. Evidentemente este "filtro" é também produto dos "retratos" de si próprios que essa sociedade lhes reenvia e das condições em que estas interações se desenvolvem. Por outro lado, sendo ideologicamente orientadas, seria provável que as representações produzidas divergissem em função das nacionalidades e dos grupos sociais de pertença.

Embora a aculturação e assimilação sejam fenómenos frequentes, pode-se supor que um estudante estrangeiro, como imigrante temporário, tenha maior tendência a delinear estratégias de acomodação que lhe permitam guardar os laços do passado, que afinal são também a configuração do seu horizonte futuro, ao mesmo tempo que no presente assume um "modus vivendi" que lhe permita relacionar-se, dialogar com o outro, sem transformações identitárias profundas, particularmente no que se refere à sua identidade cultural. No entanto este percurso não é linear. O regresso pode estar previsto mas ser constantemente adiado, quer por precalços da carreira escolar, quer por vontade de prosseguir os estudos num grau mais elevado. Na realidade, é provável que estratégias de acomodação sejam, com o tempo, substituídas por um processo de

aculturação e mesmo de assimilação¹⁴⁹. Apesar disso, qualquer que seja o grau de inserção na sociedade de acolhimento, cremos que as representações que lhe conferem têm interferência neste processo.

Retomando a abordagem de Boski (1994), levanta-se-nos a questão de que a distância cultural (ver Quadro X¹⁵⁰) entre as culturas dos imigrantes dos PALOP e a cultura portuguesa não parece poder ser deduzida como simplesmente próxima ou distante. Efectivamente, durante o colonialismo uma política assimiladora conduziu ora a processos de assimilação, ora a processos mais complexos de acomodação superficial e operacional, ora ainda a dinâmicas de defesa das culturas ancestrais que os portugueses, quase sempre, ignoraram. É de supor, no entanto, que nas zonas urbanas e litorais de maior implantação do colonialismo as políticas de assimilação tenham tido alguma eficácia, nomeadamente através da religião Católica e da escola portuguesa, que aliás competiam, em algumas colónias, com outras religiões e com a formação escolar e religiosa que estas desenvolviam. Por outro lado, foi nessas mesmas zonas que o nacionalismo pró-independentista ganhou corpo, embora as suas forças se tenham multiplicado graças às populações de regiões que tinham sempre mantido a defesa de uma identidade própria. Após as independências assistiu-se a uma revalorização das culturas autóctones, que simultaneamente entrou em conflito com os poderes nacionais concentrados na construção de uma unidade e de uma identidade nacional.

Portugal, vivendo as mutações que o 25 de Abril trouxe e, apesar de tudo, sem transformações profundas no pensamento mítico que incluía

¹⁴⁹ Aliás referidas como justificação para dificuldades de re-integração quando os imigrantes regressam ao país de origem.

¹⁵⁰ Ver as nossas referências a este autor no Capítulo II (II. 4. Espaços culturais em sociedades pluralistas).

as ex-colónias, iniciou um período de relações de "cooperação", nem sempre feliz, nem sempre eficaz e em competição com outros países (como a União Soviética, a China, Cuba, Estados Unidos da América, etc) que tinham tido uma participação nas lutas pela independência e dispunham, na sua maior parte, de meios económicos e tecnológicos mais desenvolvidos e estratégias definidas relativamente aos interesses próprios que pautavam a sua "cooperação", que nem sempre se coadunavam com os interesses dos novos estados.

Estas múltiplas influências, ambiguidades e conflitos marcaram decerto os anos de escolaridade que precederam a vinda para Portugal dos estudantes que respondem a este questionário. Assim sendo, a "*componente de identidade criterial*" poderá não ser efectivamente tão sólida como Boski propõe, mas sobretudo ambígua e conflitual, em particular se tivermos em consideração o peso que este autor dá ao papel da escola e da educação religiosa.

Pondo entre parênteses a maior ou menor ancoragem a culturas ancestrais, que não terão sido penetradas pela cultura portuguesa, podemos considerar que, sobretudo no que se refere às populações de meio urbano e, no caso em análise, aos estudantes¹⁵¹, existe um "espaço cultural comum" que justifica uma abordagem em termos de "relações de vizinhança".

A religião situa-se numa esfera produtora de valores comuns em que a penetração europeia, nomeadamente a portuguesa, aparece confirmada nas respostas ao questionário. Com efeito, dos 58 estudantes

¹⁵¹ Quer como herança do colonialismo, quer a nível da "cooperação", a sua instrução foi dominada por orientações semelhantes às do sistema de ensino português. Subjacentes à instrução existem aspectos de socialização do "currículo escondido" que não podem ser ignorados. Mesmo tendo por referência a "cooperação" de outros países, neste quadro, é a "cultura ocidental" que, em geral, está subjacente.

que respondem à questão "Pratica alguma religião?"¹⁵²; 23 praticam uma religião cristã (católica ou protestante), 2 a muçulmana e 1 pratica o hinduísmo. Os restantes 32 afirmam não praticar qualquer religião. Apenas 5 não têm possibilidades de praticar a sua religião em Portugal, 4 por falta de disponibilidade e 1 porque "*a mesquita é demasiado longe*". A forte percentagem de cristãos (41,37%), a par dos não-praticantes (53,44%), deixa supor a não existência de conflitos significativos neste domínio. Simultaneamente, não podemos esquecer que a influência religiosa se processou certamente marcada por símbolos reconstruídos (mantidos?), a partir das religiões ancestrais¹⁵³

Como veremos, a avaliação do "leque de símbolos comuns" (atributos criteriosais) é diferente. Assenta num passado recente de relações entre dominantes e dominados, apontando necessariamente para um conflito de identidades, tanto mais certo quanto as contradições entre uns e outros foram historicamente construídas e os mitos de exaltação de uns foram os mitos de degradação de outros. Esta avaliação procura ainda critérios - de forma mais ou menos consciente - na construção das intersubjectividades nas relações actuais com a "sociedade de acolhimento", num quotidiano muitas vezes sentido como discriminatório e subavaliador.

No que se refere aos atributos "correlativos" podemos afirmar que existe uma "similaridade de valores", em que se reconhecem os traços dos códigos morais das religiões de pretensão universal como as religiões

¹⁵² Ver Anexos pp. XVII, XVIII.

¹⁵³ Exemplos, bem conhecidos pelos portugueses, desta reconstrução tão conflitual e ambígua como enriquecedora são as práticas e símbolos religiosos de ciganos e, particularmente de brasileiros. No que se refere aos brasileiros, o exemplo é tanto mais interessante no nosso caso, na medida em que para além da manutenção de grande parte da simbologia autóctone, a pregnância das religiões trazidas pelos escravos africanos é singularmente viva.

cristãs e a religião muçulmana, assim como valores das sociedades civis modernas - defendidos pela ainda jovem democracia portuguesa - muitos deles subjacentes aos ideais revolucionários das lutas pela independência (unidade, solidariedade, democracia, participação, respeito pelo outro...); aparentemente tudo nos indicaria uma inserção relativamente pouco conflitual. Como veremos em seguida, as contradições expressas assentam menos na diferença de valores e mais no grau de significação desses mesmos valores¹⁵⁴, que varia não só de grupo para grupo, mas também em função das condições de vida proporcionadas pela sociedade portuguesa.

Para os estudantes respondentes, as redes de solidariedade criadas por Associações Portuguesas não têm qualquer impacto, pois a maior parte, 49 (81, 67%) diz desconhecer a sua existência. Apenas 11 afirmam conhecer Associações Portuguesas¹⁵⁵ interessadas em apoiar a inserção dos africanos em Portugal. As referências vão, por um lado, para o Grupo de Amizade Portugal-Guiné, Movimento Inter-Povos, SOS Racismo e, por outro lado para outro tipo de instituições como a Reitoria de Coimbra, a Associação Académica de Coimbra, a Associação Luís de Camões, o Instituto da Juventude e a Pastoral Universitária (Coimbra). Os sentimentos relativamente ao papel destas associações e instituições oficiais são de uma certa frustração pois, apesar de se considerarem louváveis as suas "boas intenções" na tentativa de inserção dos africanos em Portugal, de luta contra a discriminação, de melhoramento das relações entre comunidades, as críticas referem fortes limitações: são

¹⁵⁴ Ver, por exemplo, as atribuições de individualismo, hipocrisia, mercantilismo, etc. apontadas aos portugueses.

¹⁵⁵ Ver Anexos p. XVI.

pouco activas, "*caem no esquecimento*", "*nunca chegaram até nós*", ou então, "*são pouco sinceras*", "*são segregacionistas*". Convém lembrarmos que a quase totalidade dos estudantes que respondem ao questionário vive no Norte, onde efectivamente a acção destas associações é limitada, quer por falta de investimento, quer por falta de meios, quer ainda por uma menor concentração geográfica de africanos.¹⁵⁶ Muito provavelmente, as respostas seriam diferentes se a população respondente residisse em Lisboa.

Voltando ao questionário em análise, se, em termos metodológicos, convém tratar separadamente as representações da cultura portuguesa e das culturas destes estudantes, a sua comparação permitir-nos-á, em seguida, construir uma visão mais sistémica do conjunto das representações e entender como se processa este confronto em que, como afirmámos acima, as relações inter-culturais são pautadas por

- um "leque de símbolos comuns", submetido a avaliações diferentes, configuradoras, segundo Boski, de "conflitos de aculturação"
- e uma "similaridade de valores conducentes a uma "aculturação sem conflito".

¹⁵⁶ Com efeito, as respostas seriam provavelmente diferentes se os estudantes fossem em maior número de Lisboa, onde existe uma alargada rede de Associações Portuguesas. Para além disso, muitas delas trabalham frequentemente em colaboração com associações de imigrantes e/ou têm como sócios activos imigrantes. Realizando projectos de formação, de actividades recreativas, ou projectos educativos em articulação com escolas, defendendo os direitos dos imigrantes, etc., têm uma acção certamente mais visível.

3.1 Características da Cultura Portuguesa...

A - Se lhe pedissem para explicar às pessoas que chegam a Portugal como é a cultura portuguesa, quais as cinco principais características que apontaria? (Questão VI. 24)¹⁵⁷

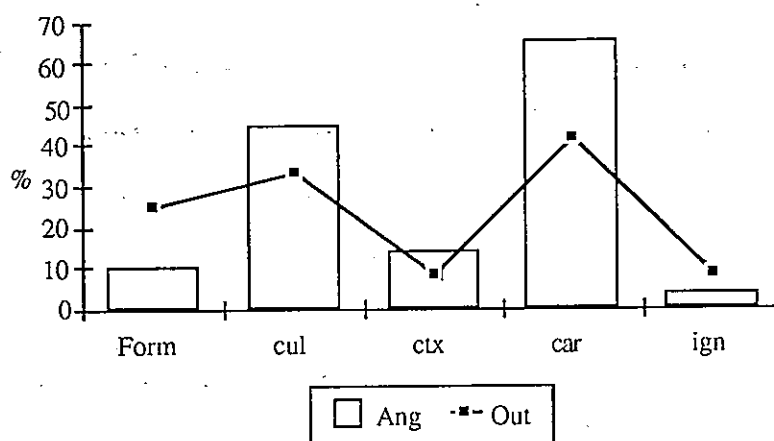
As respostas são produzidas por 41 sujeitos, abrangendo 90 unidades de sentido, ou seja, uma média de 2,19 enunciados por respondente o que mostra que a indicação de "5 características" não foi tida em conta.

Distribuímos as categorias de organização dos enunciados em 4 estruturas: *QUADRO FORMAL*, *CARACTERÍSTICAS CULTURAIS*, *CONTEXTO*, *CARACTERÍSTICAS DOS PORTUGUESES*, a que se acrescenta um 5º grupo de respostas assumindo insuficiência de conhecimentos sobre Portugal, que designámos de *IGNORÂNCIA*.

As curvas delineadas pelas percentagens em cada estrutura de sujeitos de meio urbano e rural são quase sobrepostas (ver Anexos Quadro B.XIX). É no que se refere às nacionalidades que podemos identificar algumas diferenças. Como se pode verificar pelo gráfico XXIV os angolanos dão proporcionalmente menos respostas formais e de "ignorância", ao mesmo tempo que superam a proporção de respostas dos de outras nacionalidades no que se refere à cultura, contexto e características dos portugueses. É nesta última estrutura que a diferença é mais significativa (65, 51% de sujeitos angolanos, para 41,66% de outras nacionalidades)

¹⁵⁷ Ver Anexos pp. XL; LXIX, LXX.

Gráfico XXIV- Características de Portugal
Distribuição dos enunciados pelas estruturas
(angolanos/outros)



I. ESTRUTURA *QUADRO FORMAL* (FOR) reúne os enunciados de 6 sujeitos (3 angolanos, 1 guineense e 2 moçambicanos), que preferem fazer uma listagem de tópicos "neutros" : "*falaria da língua, da cultura da alimentação, dos hábitos, etc.*"; "*museus, monumentos históricos, tradições populares*".

II. ESTRUTURA *CARACTERÍSTICAS CULTURAIS* (CUL) engloba os enunciados de 19 estudantes.

• Na categoria *expressão* encontramos 5 angolanos e 1 moçambicano (os 6 de meio urbano) que consideram que a cultura portuguesa é pobre e pouco expressiva : "*Pouco manifestada nos diversos aspectos. Pouco divulgada. É estática e pouco dinâmica*", "*A cultura portuguesa é muito fraca*", "*pouco expressiva*"; "*Pouco respeito pela tradição; pouca tradição oral; desaparecimento do folclore*", "*os velhos são afastados dos valores tradicionais*".

Nesta categoria apercebemo-nos, por um lado, do efeito da "apresentação de si" do meio urbano português (onde, pelo menos em grande parte, vivem confinados estes estudantes) em que efectivamente certas formas de expressão cultural específicas, se não estão extintas, aparecem como lembrança estática do passado (folclorizada) e, por outro lado, do significado de dimensões culturais - a tradição, a oralidade, o folclore, o papel dos idosos - que têm raízes profundas na construção da História em África. Elas são produtoras de um "leque de símbolos", que reenvia à função ontológica da cultura, opondo-se ao quadro de significações que se tem construído em Portugal a partir de uma dinâmica de inserção na Comunidade Europeia, investindo no desenvolvimento e, em termos globais, assente numa função pragmática da cultura¹⁵⁸.

- A categoria *língua* compreende os enunciados de 2 angolanos e 1 caboverdiano, com a referência "*falam português*". É de notar que não se diz que se trata de uma língua partilhada, ou "língua de troca", que poderia ser a base para uma comunicação facilitada, num quadro simbólico comum.

- 1 guineense e 1 caboverdiano consideram que a cultura portuguesa tem *identidade* própria. De certo modo, esta categoria poderia situar-se na estrutura do "Quadro Formal" pois não é concretizada e, além disso, no conjunto dos sujeitos não é quantitativamente significativa. No entanto, ela parece opor-se, embora sem conteúdo definido, à categoria *expressão*, que retirava à "identidade cultural" portuguesa o valor e o sentido. Com efeito, afirmar que a "*cultura portuguesa tem identidade própria*" é marcá-la na sua diferença, sem lhe retirar expressamente o valor.

¹⁵⁸ Ver, neste estudo, as referências ao conceito de cultura apresentado por Camilleri (1991).

- 2 angolanos e 1 guineense referem o *ocidentalismo*, a influência da Espanha, Inglaterra, América, considerando que Portugal está a perder a sua especificidade. Esta caracterização parece estar na mesma linha dos enunciados que, na questão relativa às "expectativas e confronto" com a sociedade de acolhimento, se situavam na sub-estrutura *Interface* e levantavam a questão da entrada na Comunidade Europeia como um afastamento relativamente aos países africanos.

- Na categoria *turismo* 10 angolanos, 1 caboverdiano e um moçambicano (7 de meio urbano e 5 de meio rural) referem as usuais representações sobre os costumes portugueses coerentes com uma "apresentação de si" que é datada : o fado, o bacalhau, o vinho tinto... Com efeito, a propaganda do Estado português, anterior à democracia, apresentava esta tripla, acrescentada pelo vira minhoto, como emblemática do povo português. Esta "apresentação de si" superficial da sociedade portuguesa coexiste com movimentos actuais de revitalização cultural, que são ignorados por estes jovens. Este desconhecimento, para além da efectiva pouca visibilidade que estes movimentos possam ter¹⁵⁹, tem provavelmente relação com quadros de leitura que se integram ainda nas leituras fornecidas pelo passado e também porque a sua "*sozinhos*" e as suas condições de vida, a maior parte das vezes, não lhes permitem senão um olhar indiferente ou simplificador.

III. ESTRUTURA *CONTEXTO* (CTX) reúne enunciados de 4 angolanos e um caboverdiano :

- 2 angolanos referem que há muita *pobreza* em Portugal;

¹⁵⁹ A expressão cultural portuguesa dispersa-se por movimentos heterogêneos (ver, por exemplo, Santos, 1991) que não se inserem numa preocupação de construir um emblema unitário e são, por isso, menos visíveis.

- 2 angolanos e um caboverdiano consideram que os portugueses têm "já " um grau de *instrução* "aceitável" (referências à redução do analfabetismo).

IV. ESTRUTURA *CARACTERÍSTICAS* DOS *PORTUGUESES* (CAR) é a de maior importância, englobando enunciados de 24 sujeitos. É também aqui que melhor se verifica a existência de "símbolos comuns" com avaliações diferentes. Com efeito, 5 das categorias são juízos de valor negativos sobre as formas de ser dos portugueses. Algumas das atitudes descritas referem-se a valores que a cultura portuguesa integra ao nível dos discursos ideológicos, mas que estes estudantes identificam como sendo negados ao nível particular das práticas. Aqui articulam-se dois fenómenos :

- a negação da universalidade da instituição ideologia ao nível do particular, isto é, de facto os portugueses, no seu quotidiano, não são (todos) os cidadãos abertos, com a facilidade de comunicar e de se relacionar com outros povos que se retratam nos mitos nacionais;

- os estudantes, como cidadãos estrangeiros - em situação (mais ou menos agravada) de isolamento na sua "não-relação"¹⁶⁰ com os portugueses - vivem esta negação com maior intensidade. Com efeito, se a cultura pode ser entendida como um "facilitador social", na medida em que as inter-acções se desenvolvem num quadro simbólico comum, o confronto de culturas diferentes, só por si, dificulta as relações sociais, complexificando-as. Esta complexificação é, de certo modo, uma faca de dois gumes, pois, sendo potencialmente enriquecedora, é também terreno favorável para a multiplicação de estereótipos, em que se não toma em

¹⁶⁰ De facto, esta "não-relação" é mais um sentimento do que uma realidade, na medida em que no seu dia a dia forçosamente têm relações com os seus colegas, professores e outros, sejam elas boas ou más.

conta a diferença ou em que ela é considerada numa abordagem defeituosa através de uma visão etnocêntrica (ver Camilleri, 1991).

- É assim que a categoria *comunicação* aparece com maior importância nesta estrutura : inclui referências ao carácter fechado do português de 11 angolanos (37,1% de 29 sujeitos), 1 caboverdiano, 2 guineenses e 1 moçambicano : "*São fechados com pessoas de outras nacionalidades*", "*orgulhosos, pouco hospitaleiros, bastante reservados, tímidos, ambiente pouco sociável*", "*muito introvertidos*".

- As atribuições de racismo, xenofobia e o *preconceito* em geral são expressas por 9 sujeitos (4 angolanos, 1 caboverdiano, 3 guineenses e 1 moçambicano), de que citamos um dos enunciados que melhor explica os sentimentos neste ponto: "*são muito pessimistas quando se trata dos africanos, consideram-se superiores aos africanos, [admiram os americanos e os ingleses,]*¹⁶¹ *consideram os africanos como pessoas que não têm para onde ir*".

Esta é uma caracterização que assenta essencialmente na interacção: o português não é descrito por traços próprios, mas por formas de ser e estar com o outro, mais especificamente com o africano. Os "retratos" miserabilistas que são reenviados ao imigrante - neste caso ao estudante - não são aqueles em que possa reconhecer-se mantendo um auto-conceito positivo. (Daí sentimentos de subavaliação expressos atrás na questão relativa às fases de inserção e na avaliação do Sistema de Ensino em Portugal).

¹⁶¹ Entre parenteses um enunciado classificado em outra estrutura.

Por outro lado, assistimos a uma maior visibilidade¹⁶² do fenómeno racista em Portugal, que, naturalmente, tem o seu lugar nesta questão.

- Na categoria *calculismo* encontramos enunciados de 3 angolanos e 2 guineenses. Os portugueses são aqui considerados como pessoas que apenas respeitam "*o valor material*".

Esta é uma das categorias que nos reenvia para o conflito, que referimos acima, entre a função ontológica da cultura (reivindicada na situação de confronto multicultural em que se encontram os imigrantes) e a função pragmática da cultura (sobrevalorizada pelas exigências de desenvolvimento da União Europeia, especialmente em meio urbano). Os portugueses são vistos como *calculistas* por pessoas que se encontram numa fase da vida em que a sua identidade, o seu *ser* é questionado e o recurso à função ontológica é valorizado.

- A pouca implicação dos portugueses na vida social e política, a sua má educação e ausência de civismo são referidas na categoria *cidadania* por 3 sujeitos.

Dois aspectos merecem ser postos em realce :

- a cidadania-participação na vida política e social tem vindo efectivamente a tornar-se acomodatória e os sentimentos de pertença e afiliação têm-se instrumentalizado¹⁶³ em Portugal, ao mesmo tempo que a re-construção dos países africanos privilegia necessariamente, pelo menos enquanto discurso ideológico, este aspecto;

¹⁶² Quando dizemos "maior visibilidade" queremos distanciar-nos de uma posição que defende que o racismo tem aumentado em Portugal. Na realidade, o que aumentou foi a consciência de que é uma das contradições mais revoltantes que podemos viver numa sociedade que se diz democrática. Daí que se torne mais evidente, que se "aponte" e seja publicamente repudiado.

¹⁶³ Ver neste trabalho o Capítulo VI. 1.2.1 Das dimensões da cidadania às lógicas da exclusão.

- a cidadania-civismo pode aqui ser entendida de duas formas, qualquer delas encontrando argumentos justificativos:

- por um lado, os portugueses não parecem desenvolver a preocupação pelo bem comum e a sua participação nas solidariedades aparenta ter-se reduzido desde os anos 80, quando a *normalização* tomou o lugar da dinâmica criativa que se instalara em Portugal após o 25 de Abril;

- por outro lado, os estudantes referir-se-ão, mais uma vez, à ausência de "respeito pelo outro", que se articula com a questão dos preconceitos, racismo, etc.

Por último, neste grupo de juízos de valor negativos, 6 angolanos e 1 caboverdiano consideram que os portugueses são um povo *triste*, melancólico e pouco divertido.

- Os portugueses são honestos, dedicados ao *trabalho e poupados* para 3 angolanos e 1 caboverdiano.

Tanto a imagem de "povo triste" como a da "dedicação ao trabalho" resultam, por um lado, de ideias comuns sobre os portugueses, que se têm apresentado ao olhar exterior como um "povo esforçado", marcado pela "saudade" nas suas migrações pelo mundo, e, por outro lado, talvez surjam nesta questões para dar maior relevo à caracterização *a contrario*, dos países de origem e dos seus povos, como veremos em seguida.

- A *simpatia* é referida por 4 angolanos. Esta categoria, embora tenhamos distinguido os enunciados que nela se incluem dos da categoria *ambivalência*, deixou-nos algumas dúvidas quanto à valoração subjacente, dada a frequência com que ouvimos tratar como sinónimos *simpatia* e *falsidade* ou *simpatia* e *hipocrisia*.

- Outros 4 angolanos apontam também características positivas dos portugueses, mas acompanhadas por características que reduzem o

sentido positivo, exprimindo uma certa *ambivalência*, como a articulação entre simpatia e hipocrisia¹⁶⁴.

V. Grupo **IGNORÂNCIA** (IGN) com enunciados de 1 angolano ("*sinceramente, mesmo depois de viver 4 anos em Portugal ainda não consigo caracterizar bem a cultura portuguesa*") e 1 moçambicano ("*não faço a mínima, não faz o meu estilo*"), ambos vivendo em Portugal há mais de 3 anos. Embora sejam apenas dois os sujeitos a produzir estes enunciados, eles não deixam de nos fazer sentir, pela forma como são expressos, que esta "*ignorância*" se situa num campo de dificuldades de comunicação, semelhante ao da categoria *comunicação*, mas tendo por sujeitos da dificuldade os próprios estudantes e não os portugueses.

3.2 Características dos conterrâneos...

Se lhe pedissem para explicar aos Portugueses como é a cultura do seu país, quais as cinco principais características que apontaria?
(Questão VI. 25)¹⁶⁵

Os 87 enunciados de 41 sujeitos distribuem-se por cinco grupos (uma média de 2,12 enunciados por sujeito).

As categorias de organização dos enunciados incluem-se em 4 estruturas: **QUADRO FORMAL**, **CARACTERÍSTICAS CULTURAIS**, **CONTEXTO**, **CARACTERÍSTICAS DOS CONTERRÂNEOS**; acrescenta-se um 5º grupo, com a designação **IGNORÂNCIA**, incluindo respostas de recusa ou assumindo um conhecimento insuficiente sobre a sua própria cultura de origem.

¹⁶⁴ Aliás, esta articulação foi frequente em conversas que tivemos com estudantes africanos (e também brasileiros) que se sentiam frustrados com uma certa afabilidade e hospitalidade portuguesa que era negada por outras atitudes preconceituosas e individualistas.

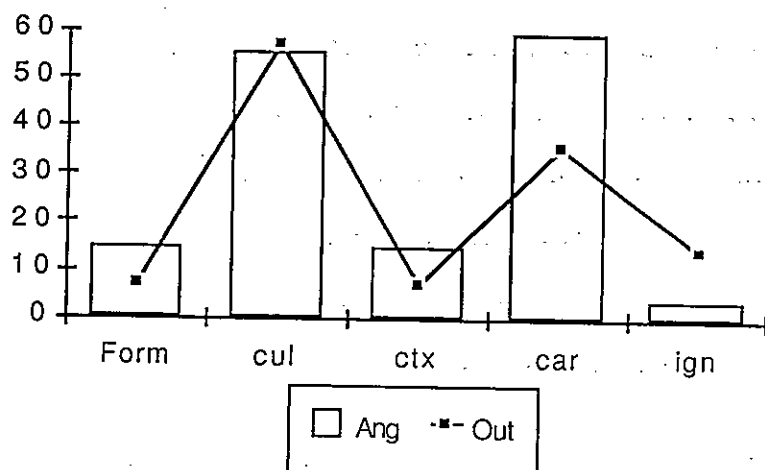
¹⁶⁵ Ver Anexos XXXIX;; LXVII, LXVIII.

Encontramos, de novo, uma quase perfeita sobreposição entre as curvas delineadas pelas percentagens de sujeitos de meio urbano e meio rural, ao mesmo tempo que as diferenças de género não aparecem como significativas. É na comparação entre angolanos e estudantes dos outros países que se identificam proporções desiguais, como se pode ver no Gráfico XXV, principalmente no que se refere à percentagem de estudantes que produzem enunciados na Estrutura das **CARACTERÍSTICAS DOS CONTERRÂNEOS**. Com efeito, nesta estrutura, são os angolanos os mais representados.

É de notar que relativamente aos enunciados sobre a Cultura Portuguesa as respostas da estrutura do *Quadro Formal* aumentam (4,5%) entre os Angolanos, quando se referem à sua própria cultura, enquanto que os "Outros" têm menos enunciados nesta estrutura (menos 17,86%). Os enunciados situados na Estrutura *Cultura* aumentam tanto entre Angolanos como nos restantes (que têm aqui o maior número de enunciados) quando tratam a sua cultura de origem. Em compensação, apesar de a estrutura *Características* se manter como aquela que reúne enunciados do maior número de sujeitos, há uma redução sensível na segunda questão (angolanos : menos 6,3%; "Outros" : menos 5,96%).

I. A estrutura **QUADRO FORMAL** (FOR) reúne os enunciados de 4 angolanos e 1 moçambicano (12,1%): "*hábitos, alimentação, linguagem, tipo de culturas, tipo de vestes, tipo de recursos culturais*".

Gráfico XXV - Características do país de origem - Distribuição dos enunciados pelas estruturas(angolanos/outros)



II. A estrutura *CARACTERÍSTICAS CULTURAIS* (CUL), é uma estrutura de valor intermediário, pois engloba enunciados de 23 sujeitos (56%).

- A categoria que tem maior importância, nesta estrutura, é a da *expressão*, que reúne as representações de 14 sujeitos, relativas à riqueza da cultura do seu país de origem (10 angolanos, 2 caboverdianos, 1 guineense e 1 moçambicano). As formas de pôr em realce a *expressividade* da sua cultura são mais sugestivas, mais marcadas subjectivamente, são avaliadas positivamente e sublinhadas por recortes descritivos. Assim, alguns enunciados apresentam-se em termos de uma caracterização mais global : "*grande valorização da cultura tradicional*", "*há uma grande valorização dos velhos*", "*rica na tradição oral*"¹⁶⁶, é a *mais rica de África*", "*a família é o centro da estrutura social*", "*a*

¹⁶⁶ Ver o último livro de Mia Couto (1996), *A Varanda do Frangipani*, que tem como pano de fundo os idosos e o abandono dos costumes ancestrais em Moçambique: "*estes velhos estão morrendo dentro de nós*" (p.60)

religiosidade tem uma expressão cultural muito forte"; outros, apontam para valores ou espaços típicos como "*Tem uma literatura muito rica, criativa e encantadora. A música faz parte do ser angolano*"; "*valoriza-se muito a canção e o conto*"; "*uma mistura de magia negra na tradição cultural, mistura do real e do imaginário no misticismo*"; "*o nascimento, a morte e o casamento são os momentos mais importantes e mais ricos culturalmente*", "*Danças tradicionais numa fantasia sem fim*".

- Há, todavia, 2 angolanos que referem o excesso de *tradicionalismo* entre os seus contemporâneos, "*falta de unidade nacional por respeito às culturas*". Embora sem importância numérica no conjunto das categorias, ela salienta um dos problemas mais importantes que Angola tem vivido como tal desde a sua independência, ou seja, a unidade nacional. Evidentemente, outros interesses antagónicos atravessam esta questão, mas de facto, a diversidade cultural tem sido apontada e utilizada como argumento e justificação para os processos de luta que têm obstaculizado a unidade nacional.

- A categoria *língua* inclui enunciados de 3 angolanos, que se referem à existência de "*vários idiomas*" e 2 caboverdianos, um deles realçando a "*língua crioula*" e outro que se trata de um "*país de língua oficial portuguesa*".

- Reúnem-se na categoria *ocidentalismo* referências de 1 angolano, 2 guineenses e 1 moçambicano, que realçam quer a influência portuguesa, quer a de outros países da Europa.

- Na categoria *turismo*, os aspectos "típicos de bandeira turística" do país de origem são apontados apenas por 1 angolano e 1 caboverdiano, "*culinária excelente*", "*vestuário*".

III. A estrutura *CONTEXTO* (CTX) (12,1%) engloba enunciados de 5 sujeitos (4 angolanos e 1 caboverdiano).

- A *luta* pela sobrevivência (1 caboverdiano), as referências à guerra (2 angolanos) : "*Povo sofredor por causa da guerra*";

- Quanto ao nível de *instrução* é referido como baixo por 3 angolanos, que realçam os níveis altos de analfabetismo.

IV. A estrutura *CARACTERÍSTICAS DOS CONTRERRÂNEOS* (CAR) engloba enunciados de 21 sujeitos (51,2%), na sua maior parte (16) exprimindo juízos de valor positivos (4 categorias de valoração positiva e 1 de valoração negativa). Esta é, tal como a estrutura IV da questão anterior, aquela que mais sujeitos reúne e contém o maior número de avaliações contrárias à expressas sobre os portugueses.

- Na categoria *comunicação* estão englobados juízos de 13 angolanos, 1 caboverdiano, 2 guineenses e 1 moçambicano: os contrerrâneos são "*abertos em relação às pessoas de outras nacionalidades*", "*extrovertidos, hospitaleiros*", "*é um povo muito acolhedor, (...) não é racista*", "*muito comunicativos*".

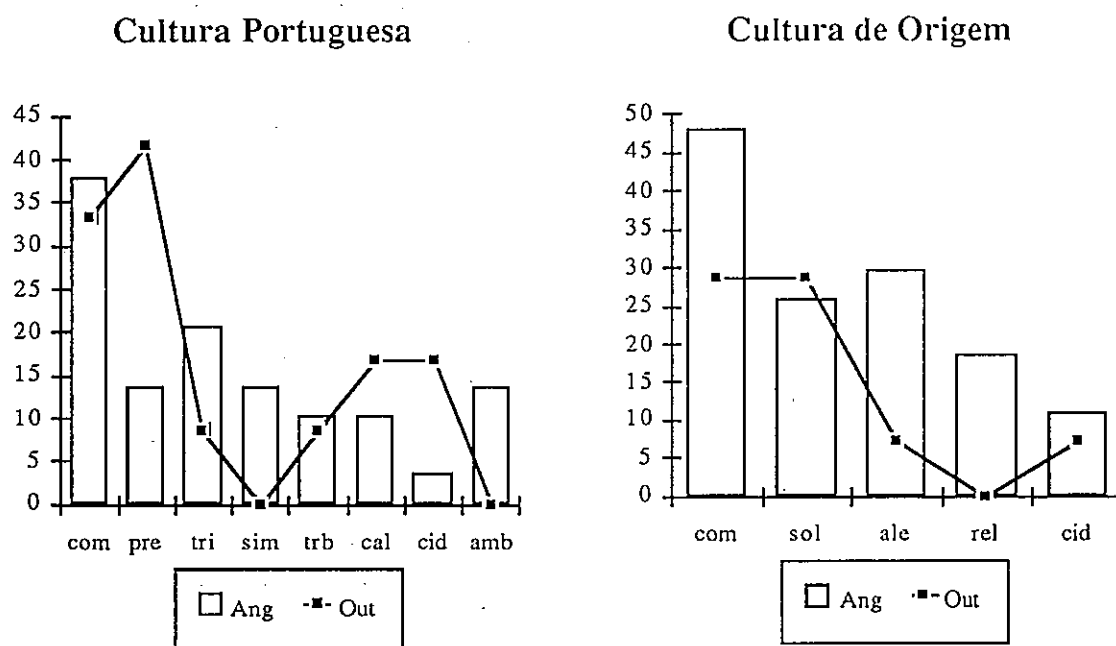
- Os contrerrâneos são pessoas com grande sentido da vida colectiva e da *solidariedade* para 7 angolanos, 1 caboverdiano, 2 guineenses e 1 moçambicano : "*Ajudam-se mutuamente, independentemente de conhecer ou não a pessoa*", "*Forte sociabilidade e solidariedade entre os membros*", "*solidários [e extrovertidos]*", "*convivência mútua e inter-ajuda*"; "*[sociáveis], simpáticos, pensam nos outros*".

- A *alegria* é referida como qualidade por 8 angolanos e 1 caboverdiano : "*é alegre, vive a vida dia a dia*", "*muito divertidos*", "*muito desinibidos*".

- a participação na vida social e política e outras qualidades ("*boa educação*", "*respeito pelos outros*") incluídas na *cidadania* são apontadas por 3 angolanos e 1 guineense.

- 5 angolanos lamentam a tendência dos seus conterrâneos a entregar-se a um certo *relaxamento*, não pensando no futuro e sendo demasiado despreocupados. Tendência que é o reverso da qualidade que outros salientam ao referirem a alegria e o viver o dia a dia.

Gráfico XXVI - Distribuição percentual dos sujeitos com enunciados nas sub-estruturas Características(angolanos/outros)

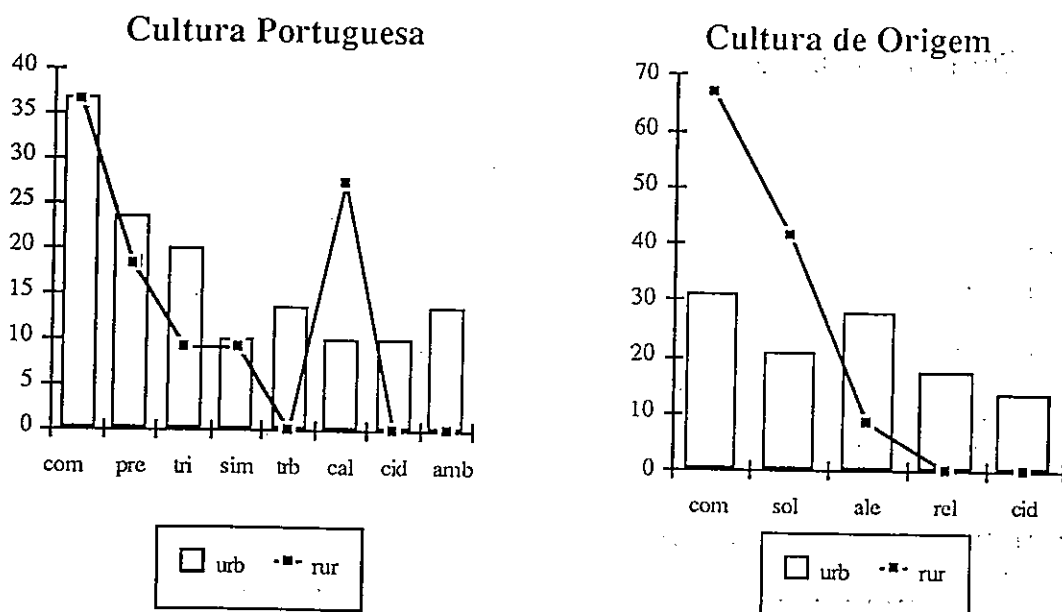


V. O grupo de enunciados *RECUSA* (RCS) de 3 sujeitos (7,3%) mantem-se com a mesma designação utilizada na questão anterior, para efeitos de comparação. Desta feita, aparece claramente com um sentido de recusa e de sentimento de exclusão em dois dos respondentes : "*não o faria*", "*não explicava porque os portugueses não estão interessados na*

"*nossa cultura*". Esta é também uma outra forma de avaliar os portugueses como fechado, xenófobos, etc.

Como dissemos atrás, a sub-estrutura *Características* é a que mais se evidencia no conjunto dos enunciados, tanto no quadro da cultura portuguesa como no da cultura de origem. Assim sendo, a sua análise comparativa (Gráfico XXVI), distinguindo as respostas dos Angolanos dos "outros", permite algumas reflexões.

Gráfico XXVII - Distribuição percentual dos sujeitos com enunciados nas sub-estruturas - Características(urbano/rural)



Por um lado é interessante verificar que a categoria de maior importância em termos de conjunto é a da comunicação, tanto no que se refere à Cultura portuguesa (com um valor negativo) como à Cultura de origem (com um valor positivo). Mas é a percentagem de angolanos a produzirem enunciados nesta categoria que marca esta importância, que nos "outros" aparece como menos forte dos que as referências aos "preconceitos" dos portugueses e com igual peso nos enunciados que sublinham a solidariedade dos conterrâneos.

- A "tristeza" portuguesa em contraste com a "alegria" no país de origem toca também mais os angolanos do que os "outros". Em compensação, estes são, proporcionalmente, mais sensíveis do que os angolanos ao "calculismo" e à ausência de implicação na "cidadania" com que caracterizam os portugueses.

Também as características apontadas para os seus conterrâneos são diferentes consoante se trata do meio urbano ou rural. Com efeito comunicação e solidariedade são sublinhadas pelos estudantes de meio rural, enquanto a alegria é mais salientada pelos de meio urbano, que são os únicos a produzir enunciados nas categorias relaxamento e cidadania.

4. Objectivação do Outro e Objectivação de Si: a comunicação, um encontro possível?

Importa re-colocar o posicionamento daqueles que respondem ao questionário : eles são, na nossa leitura, o **Outro** que fala de **Si**. Mas, para **SI Mesmos**, nós somos o **Outro** a quem se "apresentam".

E o que acontece nos enunciados de resposta a estas duas questões é um duplo processo de objectivação/projecção, em que a Cultura Portuguesa é "olhada" como um **Outro** e a Cultura de Origem é "olhada" como uma projecção de **Si**.

Este olhar sobre a Cultura Portuguesa é um olhar totalizante, solidificado pelo momento, pelos estereótipos construídos, tal como os "retratos" que os portugueses lhes reenviam lhes retiram a possibilidade de se apresentarem como pessoas, já que a imagem é compacta e massificadora, manietando a individualidade dos seus actos.

A sua identidade, alienada pelas representações que os portugueses construíram com farrapos de informações, para ser re-construída, aqui e agora neste espaço de passagem que é Portugal, supõe a negação do **Si**.

para-Outrem. Mas, para se afirmar na sua positividade, supõe também a negação do Outro.

Daí a presença dominante das Estruturas de características de pessoas, quando as questões se referem especificamente às características da **Cultura**, como se fosse possível fixar a ideia de um "português típico" ou de um "angolano típico" (ver, no capítulo II, a crítica de Devereux a esta noção de tipicidade). Trata-se da configuração da "personalidade étnica"¹⁶⁷ de cada um dos grupos, mas em que é apenas possível reconhecer-se - e só em parte - o autor da descrição. Por outro lado, esta é também, como aponta Devereux, a *afirmação de uma identidade, que aparece como um modelo ideal, impregnada de juízos de valor*. E na oposição entre a valoração positiva e a valoração negativa reencontramos o favoritismo do endogrupo, atrás referido.

É evidente que, tal como não há fumo sem fogo, existe veracidade em ambas as configurações. Mas decerto não é por solidariedade (mas por solidariedades e interesses opostos) que se mantêm as lutas internas e a exploração em países africanos (tal como, de resto, existem em muitos outros, e Portugal não é excepção). E decerto que a solidariedade que unia os portugueses nos bairros da lata parisienses, nos anos 70, não fazia de todos os portugueses um povo solidário.

As racionalidades da "imaginação de centro" em Portugal poderão conduzir a sentimentos como os que Jelloum (1984) situa nos países industrializados : *"obedecendo a uma racionalidade fria, tiveram que desaprender a hospitalidade. O tempo é precioso; o espaço limitado. Aí reina uma falta de disponibilidade, isto é, de generosidade e de liberdade,*

¹⁶⁷ A personalidade étnica é, como vimos atrás, um "esquema conceptual construído através de generalizações indutivas a partir de dados concretos" (Devereux, 1985, p. 170) relativos a comportamentos directa ou indirectamente observáveis.

porque tudo é calculado, tudo é medido. As portas fecham-se. Os corações também. Fica o indivíduo na sua intimidade, um universo em que o recuo sobre si próprio cultiva o egoísmo e a solidão." (p. 13)¹⁶⁸.

Mas, sendo uma leitura factual, é construção totalizante. E é esta totalização (na objectivação do Outro) que está aqui em causa, que pode responsabilizar-se pela aparência de uma comunicação impossível. É justamente a comunicação que, particularmente nas relações interculturais, perturbada por mecanismos psico-sociológicos¹⁶⁹, parece falhar. É ela que é salientada pelos estudantes como uma "falha" dos portugueses. Mas é precisamente porque estes comunicam a sua "incapacidade" de se descentrarem para poderem reconhecer o Outro, que este Outro, ferido na sua identidade, ultrapassados os seus limites de resistência à frustração, surge, por sua vez, acusador e "incapaz" de descentração.

Neste círculo vicioso, despontam os apelos de quem quer romper a *sozinhos*. Mas o esforço tem que ser mútuo, evitando que cada um se deixe aprisionar num Si-para-o-Outro, criando relações de exterioridades vazias de ser. Como diz Sartre (1993), "*a minha relação a outrem é antes de mais e fundamentalmente um laço de ser a ser, não de conhecimento a conhecimento (...)*"(p 233).

¹⁶⁸ Com efeito, ao ler estas palavras, temos a sensação que Jelloum é um dos estudantes respondentes deste questionário.

¹⁶⁹ Ver, por exemplo, Camilleri C.(1991), Ladmiral J.-R e Lipiansky E. M. (1989), Lipiansky E. M. (1992).

III. Quando "*a realidade não se compadece com o sonho...*"

As estratégias de inserção em Portugal dependem da avaliação pessoal da situação em que cada um se encontra. Verificámos como a "ideia actual" destes estudantes dava relevo ao que eles consideravam como incapacidade de acolhimento, racismo e "mentalidade atrasada" da parte dos portugueses. Vimos ainda como, apesar de na sua maior parte se considerarem ajustados e de um quinto deles se dizerem integrados, esta integração era matizada pela dependência do apoio dos amigos e pela urgência em atingir os objectivos que foram o motor da sua vinda para Portugal.

Um discurso minimalista, que faz do presente um interregno *in-significante* entre o passado e o futuro, deixa-nos entender as flutuações entre o *ser* e o *não-ser* face aos constrangimentos estruturais. No entanto, as estratégias identitárias constituem-se como motores de novos espaços de actuação, a partir de um ponto de saturação em que se torna necessário re-inventar o presente.

1. Socialidade: a procura de "laços de ser a ser"

As dificuldades de comunicação com os portugueses (negação de Si) e a referência às redes de solidariedade constituídas por conterrâneos (afirmação de um Nós) poderiam fazer-nos crer numa orientação da sua escolha no que diz respeito aos laços de amizade. A própria descrição das características dos portugueses aponta para relações aversivas e não para uma procura de proximidade.

No entanto, as respostas à questão relativa aos amigos em Portugal (com os tópicos *portugueses*, *conterrâneos*, *outros...*)¹⁷⁰, parecem sublinhar, essa procura de proximidade com os portugueses.

Tendo em conta que se trata de uma questão de tipo C¹⁷¹, reconstituímos as respostas (59 sujeitos) em função de 4 itens:

Quadro XXI - "Laços de amizade"

Tópicos	N .	%
<i>Conterrâneos</i>	19	31,67
<i>Portugueses e conterrâneos e outros africanos</i>	1	1,67
<i>Portugueses e conterrâneos</i>	26	43,33
<i>Todos (sem distinção)</i>	14	23,33
Total	60	100,00

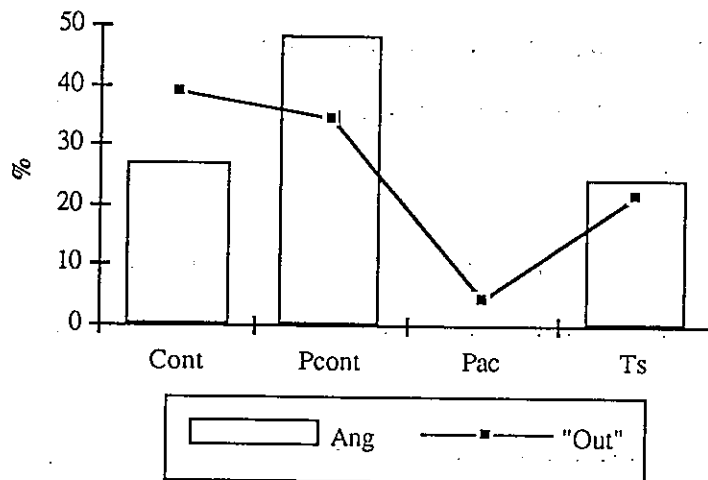
Assim, se 19 destes estudantes dizem manter relações apenas com conterrâneos, 26 referem expressamente os portugueses para além dos conterrâneos, enquanto a relação com outros africanos aparece secundarizada (1 única opção de *pac* ou incluídos em *ts*).

A comparação entre as escolhas dos angolanos e dos estudantes de outras nacionalidades mostra que os primeiros se destacam na opção "portugueses e conterrâneos", enquanto os segundos, dispersando-se mais pelos 4 itens, privilegiam as relações com conterrâneos (ver Gráfico XXVIII).

¹⁷⁰ Questão VI.16. Ver Anexos p. XVII.

¹⁷¹ Ou seja, com itens de resposta, para uma ou mais escolhas, e, caso a listagem seja insuficiente ou inadequada, item "outros" em aberto;

Gráfico XXVIII
Redes de socialidade



Cont=conterrâneos; Pcont=portugueses e conterrâneos; Pac=portugueses, conterrâneos e outros africanos; Ts=todos sem distinção.

Tendo comparado os que estão em Portugal há menos de 4 anos com os que estão há mais de 4 anos, verificamos que os os angolanos têm uma posição muito semelhante (percentagem um pouco mais elevada relativamente aos "*conterrâneos*", da parte dos que têm um tempo de estadia mais prolongada); quanto aos estudantes de outras nacionalidades as escolhas daqueles que vivem em Portugal há mais de 4 anos dão maior significado ao item "portugueses e conterrâneos".

É de realçar que, durante as reuniões que realizámos com jovens africanos (estudantes e trabalhadores), tanto angolanos como os outros, mantinham uma distância que demarcava as nacionalidades, pela forma de se agruparem, pela troca de opiniões mais centrada nos seus próprios grupos ou dirigida aos coordenadores das sessões (em geral portugueses). Este é, como vimos, o posicionamento descrito por diversos autores, como sendo o mais frequente entre grupos de nacionalidades diferentes, mesmo quando existe uma língua de troca comum.

As relações interculturais assentam, num primeiro momento, em construções objectivantes sobre o outro, mais ou menos estereotipadas. Quando aprofundadas, a comunicação e o conhecimento mútuo resultantes vão permitindo a desconstrução das representações anteriores e abrindo brechas ao encontro de ser a ser.

Por outro lado, a relação entre estudantes e trabalhadores da mesma nacionalidade exige um processo semelhante. O Nós, na sua dinâmica homogeneizante, nunca representa a similaridade total: há histórias diferentes, pertenças sociais hierarquizadas, projectos de vida que, cruzando-se, mantêm direcções divergentes.

Nos diálogos com os estudantes sentimos, várias vezes, um certo desinteresse (em que se exceptuavam os caboverdianos, então mais activos no movimento associativo), ou ainda algum sentimento de humilhação no que dizia respeito aos imigrantes económicos ou às formas menos lícitas que alguns desenvolviam para sobreviver. O sentimento de pertença a uma classe social mais favorecida impedia-os de representar os problemas existentes na sociedade de acolhimento como problemas comuns, ao mesmo tempo que os comportamentos que não correspondiam aos seus valores apareciam como pondo em causa a imagem do seu país, da sua cultura e, por conseguinte, a sua própria imagem pessoal.

Assim, o contacto com associações socio-culturais/recreativas do país de origem, em Portugal¹⁷² é assinalado como "regular" apenas por 16 estudantes (26,67%) e como "esporádico" por 17 (28,33%). Os restantes, ou não têm "nenhum" contacto ou "desconhecem" a sua existência. Quanto ao conhecimento de outras associações africanas do

¹⁷² Questão VI.10, Anexos p.XIV.

mesmo âmbito¹⁷³ 27 (45%) dos 60 estudantes afirmam que "não conhecem".

Com efeito, embora sejam criadas com a participação e, por vezes, pela iniciativa de intelectuais, estas associações dirigem-se prioritariamente aos imigrantes económicos, na defesa dos seus direitos, na criação e manutenção de redes de solidariedade e na realização de momentos de convívio em que predomina a festa, como expressão da cultura popular na "sociedade de acolhimento". Deste modo, atraem em menor grau "os imigrantes temporários" que, embora reconhecendo-lhes o interesse e a necessidade de existência, não as sentem como coisa sua.

É assim que a quase totalidade considera que estas associações têm um papel importante¹⁷⁴ na manutenção das relações entre conterrâneos (31 escolhas), na manutenção das características culturais próprias aos seus países (22 escolhas), na defesa dos seus direitos em Portugal (17 escolhas), na valorização da cultura de origem (11 escolhas), no enriquecimento da cultura portuguesa (9 escolhas), na inserção em Portugal (8 escolhas).

Convém, no entanto, situar estes comportamentos e estas respostas num tempo de maior isolamento entre estes grupos de diferentes nacionalidades e ter em conta que a maioria dos estudantes vive no Porto. Neste período (1993-94) estavam constituídas, no Porto, apenas algumas comissões ou associações de bolseiros, sem grandes contactos entre elas. Como dissémos no capítulo IV, a realidade não se compadece da nossa lentidão reflexiva, movendo-se num ritmo diferente do nosso. Assim,

¹⁷³ Questão VI. 11, Anexos p. XIV.

¹⁷⁴ Questão VI.12, Anexos p.XV.

entre 1995-96 o movimento associativo tem-se desenvolvido no Norte e existem associações que reúnem imigrantes de diversas nacionalidades, e, por outro lado, as associações de estudantes realizam actividades em conjunto, demarcando-se como um espaço cultural africano, para além do apoio a grupos limitados.

Em síntese, embora esteja presente ao longo de todo o questionário uma representação negativa dos portugueses (como uma negação da negação de que se sentem objecto), os estereótipos mútuos esfazem-se, encontrando da parte destes estudantes uma disponibilidade para, na sua singularidade, estabelecerem laços de ser a ser e de reconhecimento do seu espaço e do seu papel na sociedade portuguesa, sem os quais se encontrariam perante uma insustentável invisibilidade.

2. "Prisioneiros da passagem": projectos de agência diferida

Apesar desta necessidade de relação, simbolicamente, a estadia destes estudantes em Portugal é representada como um momento de passagem. São os projectos de futuro próximo que os mantêm "prisioneiros da passagem"¹⁷⁵ e, ao mesmo tempo, lhes surgem como garantia de libertação. Esta apresenta-se como um momento de realização, quiçá seguido de novos encadeamentos que temem e desejam, na medida em que o presente dos seus países os impregna com ambivalência de dúvidas, angústia e esperança quanto ao seu futuro distante.

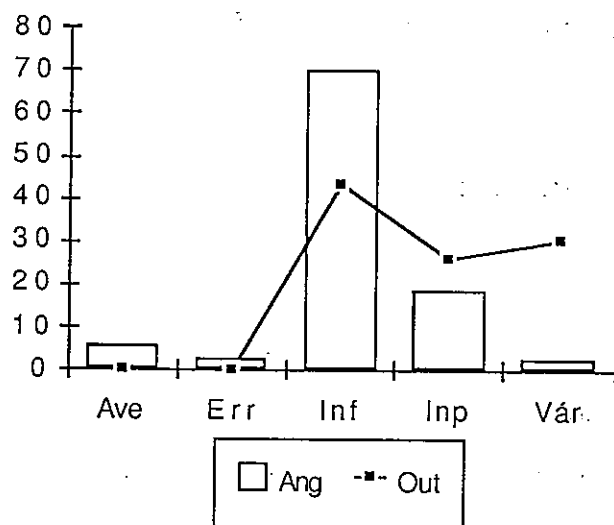
A importância dos objectivos aparece com muita nitidez nas respostas à questão 27: "*Depois da sua experiência de vida em Portugal,*

¹⁷⁵ Recorremos a Foucault (1961) que em outro contexto afirma: "É o Passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da passagem"

considera a sua estadia aqui ... (à escolha: uma aventura; um erro; um investimento no seu futuro; um investimento no futuro do seu país; outra).

O gráfico XXIX mostra-nos que, apesar dos pesares, a sua estadia em Portugal continua a ser vivida como um investimento no futuro pessoal e no futuro do país de origem. Apenas três angolanos a consideram como uma aventura ou como um erro.

Gráfico XXIX
Representação da estadia

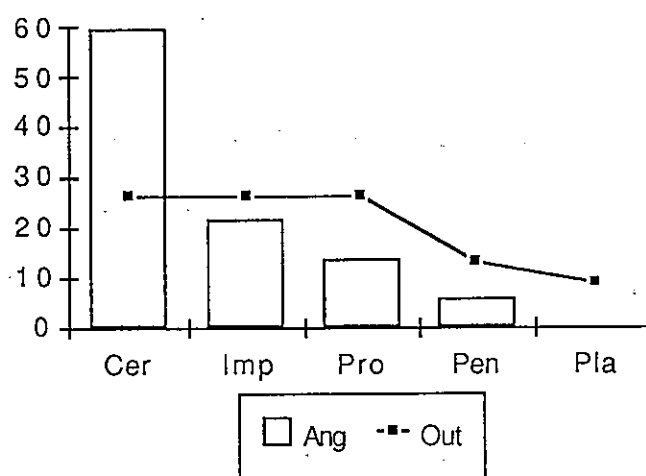


Ave = aventura; Err=erro; Inf= Investimento no seu futuro; Inp= investimento no futuro do seu país; Vár= outras respostas

Há uma diferença nítida entre o futuro pessoal e o futuro do país, que nos poderia fazer prever que o regresso não está propriamente nos seus planos. Pelos contactos que tivemos, pelas respostas à pergunta directa que fizemos sobre este tema e também por algumas frases que foram surgindo ao longo do questionário, acreditamos que o desejo de regresso é premente. Note-se que desejo não é intenção de acção. Voltar

ao país de origem depende das condições de existência futura - nomeadamente uma inserção adequada no mercado de trabalho - que, para muitos, têm ainda uma configuração nebulosa.

Gráfico XXX
Regresso ao país



Cer = certo; Imp = imprescindível; Pro = provável;
Pen = uma coisa para pensar, Pla = não está nos meus planos.

As respostas à questão 28 (*O regresso ao seu país... é certo / imprescindível / provável / uma coisa para pensar / não está nos seus planos / é improvável*) são, assim, fortemente marcadas pela intenção de regressar, especialmente no que diz respeito aos angolanos. O que constitui efectivamente estes estudantes como imigrantes temporários, como "*prisioneiros da passagem*."

Neste sentido, (ver gráfico XXX) dos 37 angolanos, 30 (81,08%)¹⁷⁶, não parecem ter dúvidas quanto ao seu regresso, o mesmo acontecendo com 12 (52,17%) dos 23 estudantes dos outros países.

¹⁷⁶ Acumulamos aqui as respostas "certo" (= 22) e "imprescindível" (= 8). Ver Anexos p.XIX.

Apenas 4 (6,66%¹⁷⁷) afirmam que o regresso não "*faz parte dos seus planos*".

Esta declaração de intenção de regresso pode evidentemente ser questionada. Habimana e Cazabon (1992) referem, por exemplo, que os bolseiros são, por vezes, objecto de pressão dos seus países, temendo que as bolsas lhes sejam retiradas ao *menor deslize*. Esta afirmação não é, de resto, incoerente com afirmações de representantes de Angola, que pudemos ler nos meios de comunicação social¹⁷⁸.

No entanto, é incontestável que estas respostas são coerentes com a maior parte das respostas a outras questões. De qualquer forma, seja por desejo próprio, seja por constrangimentos políticos ou sociais, a verdade é que tudo indica uma forma de ver a sua estadia em Portugal como um episódio passageiro, correspondendo a algumas finalidades importantes que se espera atingir o mais breve possível.

Daí que as suas "preocupações actuais" (Questão VI.2)¹⁷⁹ se orientem basicamente para a finalização dos seus cursos. Com efeito, "*terminar os estudos*" tem o maior número de assinalações (56) e está em 1º lugar para 40 (67,79%) dos 59 respondentes. Apenas 2 angolanos e 1 guineense não assinalam este tópico. Em seguida, o tópico assinalado com maior frequência é "*arranjar meios de sobrevivência*". No entanto há algumas diferenças se compararmos as respostas de angolanos e dos estudantes de outras nacionalidades (ver Quadro XXI).

¹⁷⁷ Percentagem com base no número total de respondentes.

¹⁷⁸ Ver Capítulo VI.

¹⁷⁹ Nas suas respostas, os estudantes ordenam por grau de importância tópicos relativos às suas principais preocupações actuais" (Terminar os estudos; arranjar alojamento; arranjar meios de sobrevivência; defender os meus direitos; assuntos de natureza pessoal; a situação dos estrangeiros em Portugal; o racismo e a xenofobia em Portugal; Outros).

Se "*terminar os estudos*" é o tópico que aparece mais assinalado, tanto por angolanos como pelos outros grupos, já a questão da "*sobrevivência*" se situa com o 2º maior número de escolhas pelos angolanos, enquanto os "outros" dão maior importância à defesa dos seus direitos. Em 3º lugar está, para ambos os grupos, "*o racismo e a xenofobia em Portugal*".

QUADRO XXI - "Preocupações actuais"¹⁸⁰

Tópicos	Ang	Ord	Out	Ord	tot*
Estudos	35	1º	21	1º	56
Alojamento	18	6º	10	7º	28
Sobrevivência	29	2º	14	3º	43
Direitos	23	5º	16	2º	39
Pessoais	16	7º	13	5º	29
Situação	24	4º	11	6º	35
Racismo	26	3º	14	3º	40

* total de escolhas e não de sujeitos.

Em síntese, a avaliação geral da estadia, entre sonhos frustrados e dificuldades de sobrevivência, tem como ponto positivo o seu investimento no futuro, o empenho em atingir as finalidades que estão subjacentes à vinda para Portugal e à esperança do regresso-libertação. Esta representação do futuro, na sua positividade, constitui-se apesar disso como uma **posição**¹⁸¹ que exprime a intencionalidade da acção como uma agência diferida. É certo que o tempo de espera está impregnado pelo esforço, pelas acções exigidas pelo quotidiano, mas simbolicamente o seu valor só assume importância por aquilo que será e não por aquilo que

¹⁸⁰ Ver também Anexos pp. IX, X.

¹⁸¹ Ver Blasi A. (1988)

é no "*aqui e agora*". Este não se apresenta como elo de continuidade, mas como um interregno identitário. O *ser para si* encontra a sua unidade no passado e no futuro. Preso à *sozinhez* pela teia invisível da indiferença ou da exclusão tecida por mútuas relações objectivantes, vive conflitualmente a ausência de um campo intersubjectivo que lhe permita reconhecer-se no "Outro" ou ser por ele reconhecido.

3. Estratégias de inserção em Portugal

A agência diferida não impede o desenho de estratégias de inserção no terreno de *passagem* que é Portugal. A procura de brechas que deixem infiltrar-se a comunicação e a relação supõe trajectórias vividas com ambivalência entre a abertura e o enclausuramento. Esta ambivalência teve, provavelmente, um dos seus momentos fortes no quadro referencial da produção das respostas ao questionário. Com efeito, esta produção coincidiu com o "período de legalização extraordinária" e com uma, pelo menos aparente, focalização de interesses de grupos políticos e dos meios de comunicação social sobre as condições de vida dos imigrantes em Portugal, nomeadamente tendo por referência o racismo e o miserabilismo¹⁸². Enquanto em Lisboa se multiplicavam as Associações de apoio e as Associações de imigrantes, no Norte este movimento estava praticamente embrionário, questionando-se sobre os terrenos de acção e sobre a sua eficácia.

¹⁸² Ver Capítulo V.

As respostas à questão sobre as possíveis estratégias de inserção a aconselhar a um Outro (próximo), a um Outro (Nós) iam assim ao encontro de uma de reflexão existente, mas marcada pela ambiguidade.

Como veremos em seguida, as propostas de inserção ora apontam para o "fechamento" sobre o próprio grupo, ora para a "abertura" relativamente à sociedade portuguesa, o que não é nem contraditório, nem paradoxal se tivermos em conta o contexto da sua produção.

Supondo que um familiar seu chegava a Portugal, com intenções de aqui residir, que lhe aconselharia, para além de legalizar a sua estadia, a fim de tornar a sua estadia o melhor possível? (organização da vida, comportamentos, etc.) (Questão VI. 26).¹⁸³

As respostas de 43 sujeitos contêm 88 unidades de sentido, distribuídas por quatro estruturas ou domínios:

I. A estrutura *INSERÇÃO* (INS) reúne os enunciados de 32 sujeitos (69,5%), 22 de meio urbano e 10 de meio rural, que apontam diversas formas de inserção na sociedade portuguesa.

- A sub-estrutura *Subsistência* (Sub) engloba enunciados de 23 sujeitos (50%), 17 angolanos, os 2 caboverdianos que respondem a esta questão, 2 guineenses e 2 moçambicanos. Como verificámos, esta era uma das grandes preocupações apontadas, especialmente pelos angolanos.

- Na categoria *trabalho* (trb) situa-se a maior parte dos enunciados desta sub-estrutura, produzidos por 12 angolanos, 2 caboverdianos, 2 guineenses e 2 moçambicanos. É de relembrar que a maior parte destes estudantes tem uma bolsa. No entanto, a questão

¹⁸³ Ver Anexos XLI; LXXI, LXXII

de arranjar trabalho aparece como urgente e sem opções que se relacionem com o seu nível de estudos: "*Que arranjasse trabalho para sobreviver*", "*arranjar de imediato emprego (compatível ou não)*", "*saber da profissão do contrerrâneo...*".

Não definimos, voluntariamente, a situação do "*familiar*" a quem seriam feitas as sugestões. Ele poderia ser visto como um "*trabalhador*" ou como um "*estudante*", mas as respostas mostram que o trabalho é visto como a forma mais provável de sobreviver. Parece ter sido esquecida a possibilidade de se tratar de um estudante bolseiro. Na medida em que a maioria dos respondentes tem essa situação, este "lapso" reenvia-nos para a precaridade da sua existência actual.

- A importância de recorrer ao apoio de *organizações* é apenas apontada por 1 angolano: "*Procurar meios de subsistência, dirigindo-se a entidades sociais (Caritas, Cruz Vermelha)*".

- A *poupança* é referida por 4 angolanos "*Aconselharia a ser simples, ter cuidado com gastos inúteis de dinheiro*", "*economizar o máximo possível*", "*gastar o necessário, poucas fantasias*".

- A sub-estrutura *Integração (Int)* reúne enunciados de 5 sujeitos: "*maior convívio entre todos os portugueses, facilitando a sua maior integração na sociedade*"; "*integrar-se no meio social, conviver com colegas tanto do seu país como de Portugal, procurar o convívio com pessoas dedicadas, mentalidades diversas*".

- A sub-estrutura *Invisibilidade (Inv)* encontra-se distribuída por 4 categorias, com estratégias apontadas por 24 sujeitos (52,1%).

- Na categoria *normatividade* (leg), 13 angolanos, 1 caboverdiano, 1 guineense e 1 moçambicano apelam à importância de cumprir a lei e as normas em geral: "*Ser Honesto*", "*Ser pontual*", "*ser disciplinado*", "*ser simpático*", "*cingir-se às Leis portuguesas e respeitá-las*", "*integrar-se na nova sociedade respeitando as normas e princípios que a regem*", "*cumprir as regras e normas cívicas*", "*que obedeça às leis portuguesas, assim como respeite os seus hábitos e costumes, para ter uma vida calma*"; "*Quanto ao comportamento aconselhava-o a adaptar-se à forma de ser e estar da sociedade em questão. Primeiramente mentalizava-os a seguir as regras e os costumes de uma nova comunidade, tentando sobretudo assimilar novos comportamentos e depois estruturar a sua vida*".

- 2 angolanos definem como importante manter-se concentrado nos *objectivos* que levaram à deslocação para Portugal : "*dedicar -se aos seus objectivos de futuro*."

- 3 estudantes (2 angolanos e 1 guineense) apontam para a necessidade de se ser "muito" simpático: "*tentar ser muito atencioso no relacionamento com os portugueses, porque são falsos e interesseiros*."

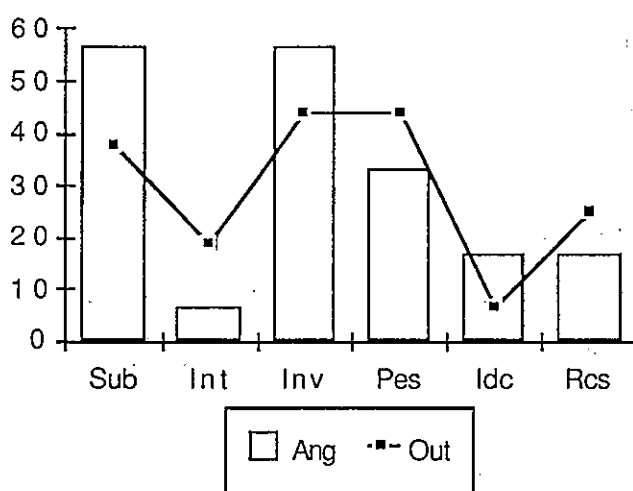
- 5 sujeitos (4 angolanos e um guineense) consideram ser necessário o *conformismo*: *conformar-se com tudo, minimizar qualquer reacção pouco favorável* ".

II. A estrutura *DEFESA* (DEF) engloba 21 enunciados distribuídos por 2 sub-estruturas *Defesa Pessoal* e *Defesa da Identidade Cultural*.

- A sub-estrutura *Defesa Pessoal* (Pes) com 36,9% dos sujeitos, distribui-se

- pela categoria que aponta a necessidade de ter cuidado com as *amizades* em enunciados de 3 angolanos e 2 moçambicanos;
 - pela categoria que aponta cuidados a ter com os *portugueses* reunindo indicações de 7 angolanos, 1 guineense e 2 moçambicanos;
 - e pela categoria que aponta a necessidade de se precaver contra a *delinquência*, expressa por 1 caboverdiano, 1 guineense e 1 moçambicano.
- A sub-estrutura *Defesa da Identidade Cultural (Idc)* é apontada por 5 angolanos e 1 caboverdiano: "*sem perder a sua angolanidade*", "*mas sem se deixar desvalorizar*", "*sem perder a sua identidade*", "*assumir a sua identidade*", "*respeitar-se e respeitar os outros sem nunca se subjugar*".

Gráfico XXXII. Estratégias de inserção



Sub = subsistência; Int = integração; Inv = Invisibilidade; Pes = Defesa Pessoal; Idc = Defesa da Identidade Cultural; Rcs = Recusa.

IV. O grupo *RECUSA* (REC) é constituído por respostas de 5 angolanos, 1 guineense e 3 moçambicanos: "*Falava com o homem para não ficar em Portugal*", "*não aconselharia a vir*", "*não aconselho nenhum*

familiar meu a vir para Portugal, salvo situações excepcionais", "tento convencê-lo de que a realidade não se compadece com o sonho", "não convinha ficar em Portugal", "não aconselhava ninguém a ficar aqui, o nosso país é sempre nosso, temos que voltar", "aconselharia a regressar".

As estratégias que transparecem nestes enunciados mostram que tanto os angolanos como os estudantes de outras nacionalidades se concentram especialmente nas sub-estruturas que qualificamos de *subsistência e invisibilidade*. A *defesa pessoal* é também apontada pelos dois grupos, embora, percentualmente, apareça com mais importância para os "outros", do que para os angolanos.

É de notar que os sujeitos que referem a *integração* como estratégia, apenas acumulam esta com a estratégia de *subsistência* e de *defesa pessoal*. A par disto, as sub-estruturas que são acumuladas pelo maior número de sujeitos são as de *subsistência/invisibilidade* (15 sujeitos).

4. Estratégias identitárias : "*flutuação entre o ser e o não ser*"

As estratégias de inserção, marcadas por racionalidades pragmáticas, apresentam-se como "jogos de soma nula"¹⁸⁴, sugerindo um grau de convergência nula entre os estudantes e a "sociedade de acolhimento". Esta configura-se como um terreno em que os "dados estão lançados" e o desenho das estratégias submete-se, globalmente, aos constrangimentos estruturais, apontando para um predomínio da função pragmática da identidade. A conformização ao "tem que ser" reduz o

¹⁸⁴ Ver, nomeadamente, Capítulo III.



campo das intersubjectividades e o domínio da função ontológica a um insólito "banho maria". Com efeito, nas estratégias de inserção, a dimensão ontológica emerge dificilmente de um conjunto de enunciados que parecem sobrevalorizar a função pragmática.

Se tivéssemos apenas em conta as estratégias de inserção delineadas, assumiríamos, numa análise de orientação situacional (Kastersztejn, Taboada Leonetti), que as estratégias identitárias são estratégias de *conformização*. A distância relativamente à sociedade de acolhimento levaria a uma procura de ajustamento dos seus comportamentos ao que a sociedade espera, reduzindo assim os conflitos externos.

Mas a moderação dos conflitos corre o risco de des-realização de items anti-téticos menos suportáveis (Camilleri, 1989)¹⁸⁵, daí que, por vezes, venha à tona, particularmente na comparação entre jovens portugueses e conterrâneos e nas representações da sociedade portuguesa, uma certa agressividade, apontando para uma *identidade polémica*, (mais do que para uma *identidade defesa*) opondo-se precisamente à *conformização*.

A vinculação íntima às comunidades de origem emerge nas comparações, sistematicamente favoráveis aos endogrupos, e na necessidade iterada de manter a unidade e a identidade cultural. Esta não encontra, muitas vezes, um espaço privado em que se possa exprimir, na medida em que as condições de existência (particularmente no Porto) não facilitam o encontro de pessoas da mesma comunidade, pela dispersão dos lugares de habitação, pela sua exiguidade e pelo ritmo de vida em que se acumulam tempos de estudo e tempos de trabalho para a sua subsistência.

¹⁸⁵ Já citado, p. 139.

Por outro lado, "*fazer-se reconhecer como um dos possíveis no campo do social*" (Kastertszein, 1986)¹⁸⁶ exige recursos e os constrangimentos sociais marcam fortemente as estratégias de inserção. Como diz Morgan (1989) "*os recursos são a base do poder e sem recursos não há estratégias*".

Mais do que conformização parece-nos estar-se aqui perante um discurso *minimalista* que se situa na confluência de análises pessoais contraditórias entre a ausência de poder, o desejo de comunicar, a necessidade de criar espaços novos de aceitação social e o sentimento de serem "*prisioneiros da passagem*", nada valendo a pena senão suportar e centrar-se em objectivos limitados numa temporalidade marcada pela articulação directa e irrealizável entre o passado e o futuro. Esta contradição insustentável é bem a expressão de um ponto de saturação em que (no contexto em que se situou a produção das respostas a este questionário) despontavam estratégias de acção colectiva - a exemplo do que já acontecia em Lisboa - no sentido de criar novos espaços de vida, de visibilidade social e de defesa do presente.

Assim, a identidade defensiva, expressa pela necessidade de defesa pessoal e de defesa da identidade cultural e pela própria conformização, mantém um "*flutuamento entre o ser e o não ser*"¹⁸⁷ corporizado pela situação de *prisioneiros da passagem*.. É neste flutuamento entre a afirmação do *ser para si e do ser para o outro* e o calor da recusa de alguns em se adaptarem a uma "*realidade que não se compadece com o sonho*" que emerge a necessidade de construção de um espaço de vida que no seu apego ao passado e na fecundação do futuro não esvazie o presente.

¹⁸⁶ Já citado p. 128.

¹⁸⁷ Sayad (1990), p.7, já citado no Capítulo III.

IN-CONCLUSÕES...

In-conclusões porque nos recusamos a concluir. *In-conclusões* porque este estudo é apenas um prelúdio.

Um prelúdio do desbravar de um terreno que, em Portugal, só recentemente despertou o interesse de alguns estudiosos, e em áreas científicas diferentes da nossa;

Um prelúdio que não se cingindo a um "olhar para os outros", se orientou para uma reflexão com eles sobre os espaços possíveis de intervenção comunitária no domínio das comunidades culturais;

Um prelúdio que não se cingiu à procura de informações, à construção de um saber, mas se alargou à experiência de um diálogo que, na nossa condição específica¹⁸⁸, se constituiu num retorno a raízes presentificadas com o calor de velhas amizades.

Deste prelúdio convém-nos pôr em relevo alguns pontos-síntese que nos servirão de ponto de partida para novos percursos :

- Se os estudantes dos PALOP foram privilegiados neste estudo, tal não se deve apenas a uma delimitação necessária, mas à opção de evitar a concentração em problemas - aliás tratados por outros - fortemente marcados por condições sociais e económicas precárias, como é, em geral, o caso do imigrante económico. Além disso, tendo em conta as significações das situações, quisemos evitar a introdução, no diálogo, de um acúmulo de preconceitos de classe. Estes, mesmo contrariando as nossas intenções, estariam certamente presentes e confundidos com preconceitos culturais.

No entanto, sendo os estudantes "imigrantes temporários", as comunidades culturais a que consciente ou inconscientemente pertencem

¹⁸⁸ Ou seja, angolana de nascimento, portuguesa de nacionalidade.

situam-se como parte integrante de um contexto simbólico, que não deixámos de ter em conta.

Sem nos orientarmos directamente para o imigrante e os seus problemas na sociedade de destino, pudemos, no entanto, pôr em relevo a necessidade de ter em conta as estratégias identitárias, como um elemento implicado na sua inserção e, particularmente, o papel das representações sociais e culturais na construção destas estratégias.

Parece-nos ainda, que embora não tenhamos incluído na amostra com que trabalhámos outros imigrantes em condições económicas menos favoráveis, nos foi possível - sem pôr de lado o peso dessas condições e a urgência de encontrar soluções condignas, inseridas em políticas de imigração adequadas - chamar a atenção para os erros da massificação e para a importância de um reconhecimento dos direitos de cidadania de pessoas que contribuem para o desenvolvimento de Portugal. Por outro lado, embora as estratégias identitárias dos imigrantes económicos sejam certamente diferentes das dos estudantes, a influência das representações sociais e o choque cultural experimentado por aqueles tem provavelmente um impacto maior em pessoas com menor capacidade de defesa social e económica e com um ainda mais reduzido direito à palavra. De resto, alguns dos estudos que referem as estratégias identitárias dos imigrantes, mostram bem como elas são conflituais, quer se orientem para a conformização, para a invisibilidade ou no sentido de uma identidade polémica. Kasterszteín (1990), por exemplo, articula a importância dos constrangimentos culturais com a necessidade de ser reconhecido como pessoa com uma determinada pertença e lugar específico no sistema social.

Quando no Capítulo IV, a propósito dos grupos de discussão e intervenção, nos referíamos a um aparente "atalho" na pesquisa numa fase

em que os interesses dos estudantes se envolviam em laços de solidariedade fortalecidos frente ao posicionamento "correctivo" do governo, verificámos que este "atalho" nos permitiu sentir por dentro o pulsar da ansiedade, da insegurança, da injustiça e entender melhor estratégias identitárias de estudantes, vivendo com os seus compatriotas um momento de crise. Daí a consciência da importância de uma contextualização situando o momento em que as respostas ao questionário foram produzidas.

- Lamentamos não ter podido alargar a "amostra" a estudantes de outras cidades de Portugal, nomeadamente de Lisboa. As nossas expectativas foram goradas, na medida em que uma abertura inicial nos fez prever a colaboração de estudantes que, tendo aceite dialogar connosco, - e, tendo contribuído de forma empenhada na análise da sua própria situação, - adiaram indefinidamente a devolução dos questionários. Seria esclarecedor, entre outras pistas, comparar as respostas de uns e outros, de modo a entender os processos de solidariedade que se têm desenvolvido mais rapidamente em Lisboa (embora lancemos algumas explicações superficiais), a articulação entre estudantes e trabalhadores que é menos evidente no Norte, assim como as redes de comunicação entre grupos de diversas nacionalidades em função da cidade em que vivem.

Estudantes de outras nacionalidades, como os brasileiros, teriam certamente enriquecido este trabalho com posicionamentos próprios da sua cultura e da sua História. Mas, como dissemos, este é apenas um prelúdio. Em percursos futuros teremos certamente a sua participação.

- Embora utilizássemos, para efeitos comparativos, as designações "Angolanos" e "Outros", tivemos uma preocupação constante

em identificar as nacionalidades dos estudantes respondentes. Esta preocupação tem subjacente uma reflexão sobre a *africanidade*. Com efeito, quando pessoas de diferentes nacionalidades africanas assumem a sua africanidade, encontramos-nos perante uma identidade cultural mais global, com raízes profundas na Mãe África, que garantiu elos de unidade num tempo em que a Europa espartilhava e procurava dividir entre si o continente. Mas as lutas pelas independências, guardando uma vinculação forte a África, pugnaram por identidades nacionais, permitindo aos novos estados a definição de "personalidades" distintas, embora integrando, muitas vezes, etnias também presentes em outros Estados. A designação de africano pelos próprios tem, assim, um sentido que difere daquele que certos povos aplicam indiscriminadamente a qualquer indivíduo de uma das nações africanas. Em Portugal, como vimos, perdura ainda uma certa tendência para identificar qualquer sujeito de qualquer das nacionalidades africanas com a designação generalizada de "caboverdiano"; o que não é correcto, nem bem aceite pelos próprios e, evidentemente, pelos caboverdianos.

Fomos apontando algumas diferenças sugeridas pelas respostas de Angolanos e "Outros". Mas estas distinções devem ser lidas como pistas para possíveis estudos posteriores, na medida em que a designação "Outros" também é abusiva, embora possa dar alguma satisfação estatística, contraditória com a nossa própria concepção, já várias vezes expressa, de que guineenses, moçambicanos, caboverdianos e santomenses, tendo histórias e condições de vida diferentes, deveriam ser destacados e não aglomerados. É nesse sentido que foram discriminados na descrição das respostas, mantendo-se o mesmo posicionamento nos Anexos, mesmo no conjunto de quadros em que se apresentam percentagens que, não

sendo estatisticamente significativas, permitem o levantamento de questões. Permitiram-nos, por exemplo, verificar que os estudantes angolanos e moçambicanos tinham em comum as preocupações relativas à situação política dos seus países e que os moçambicanos apesar de a guerra ter terminado, tinham, tal como os angolanos, uma aguda consciência das suas consequências.

• A leitura das estratégias identitárias dos estudantes ficaria certamente empobrecida sem o constante recurso a autores que, orientando-se por vias diferentes, trabalharam as questões, nomeadamente, do auto-conceito, da identidade, da identidade social, da identidade cultural e das estratégias; por outro lado, o nosso entendimento das estratégias identitárias enriqueceu-se pelo seu confronto com a abordagem dos espaços nacional, transnacional, dos países de referência e pelo interface entre estes. Este cruzamento permitiu-nos, pelo menos em parte, entender diferenças entre as formas de ser e estar apresentadas por estes jovens; é o conhecimento desta trama mais global que nos reenvia para as responsabilidades de uma "sociedade de acolhimento" que não acolhe, sobrevalorizando a sua "imaginação de centro" e esquecendo a sua natureza semi-periférica mais vocacionada (ou também vocacionada) para as relações com países da periferia. A ausência de uma política de imigração, a ausência do poder da palavra da parte dos imigrantes são consistentes com a inconsistência dos direitos de cidadania dos imigrantes. Daí que se entenda plenamente a frustração, a decepção generalizada e mesmo a revolta com que muitos vivem a sua estadia em Portugal.

• Nesse sentido, justifica-se uma chamada de atenção para os efeitos indirectos da constituição do imigrante como categoria social dominada. Esta deixa os estudantes entre a interiorização de retratos

distorcidos - muitas vezes miserabilistas - e a devolução de uma identidade atribuída, que procuram fazer equivaler aos retratos que constroem sobre os portugueses (típicos), acrescentando-lhes com acuidade e, por vezes, com ironia, estereótipos vulgarizados tão merecedores de confiança como aqueles que lhes traçam.

Apesar de uma generalizada recusa das representações que os portugueses lhes reenviam, é de pôr em relevo que algumas hesitações aparecem, nomeadamente quando comparam o sistema de ensino do país de origem com o português, ou ainda, quando poucos referem a possibilidade de as suas culturas enriquecerem a cultura portuguesa.

Maior risco de interiorização de uma identidade negativa correm os filhos de imigrantes, alguns deles filhos destes estudantes. Frequentando escolas portuguesas, são submetidos a diferentes - senão contraditórios - processos de socialização, sendo apanhados na trama das expectativas dos professores, nem sempre destacadas das caracterizações e das imagens que, em tempo recente (colonialista) eram oficialmente avocadas, e cujas sequelas presenciamos com demasiada frequência.

As publicações dos projectos desenvolvidos em Portugal neste domínio, (nomeadamente, pelo Centro de Investigação e Intervenção Educativas, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto, já referidos na Introdução) e o número crescente de estudos sobre os filhos de imigrantes em outros países da Europa, (alguns dos quais citados no Capítulo III) deveriam constituir-se como uma chamada de atenção para a formação dos docentes em Educação Intercultural.

- Os jovens que participaram neste estudo apresentam-se como "*prisioneiros da passagem*", manietados por uma fidelidade ao passado e ao futuro que parece impedi-los de construir em Portugal um espaço de vida que signifique mais do que um interregno. Os recursos disponíveis

na sociedade de acolhimento são restritos, reduzindo as estratégias de inserção a uma actuação que se centra na concretização de objectivos delimitados, aliás, nem sempre com sucesso. No entanto, estes estudantes têm sugestões a fazer ao Sistema de Ensino Português, nomeadamente às Universidades que frequentam. Podemos verificar, através deste trabalho, que se a ausência de infra-estruturas é gravemente sentida por alguns deles, é generalizada a importância dada a uma certa ausência de interesse pelos seus resultados e, sobretudo a uma percepção negativa das suas capacidades e das suas formações de base por parte dos professores. A comunicação (entre professores e estudantes e entre estes) ganha aqui, como em quase todos os items do questionário, uma saliência que não pode ser minimizada. Com efeito, a sua afirmação como pessoas, em espaços de vida comuns, passa por um sentimento de ser reconhecido e de agir autonomamente espaços de relação, em que a trama das intersubjectividades aconteça num diálogo assente em bases de igualdade, em que o reconhecimento das diferenças seja catalizador da troca. A aparente contradição com os aspectos objectivantes em que, pela negação do português, se afirmam as qualidades dos conterrâneos, põe em evidência a necessidade de des-construção dos retratos que lhes têm sido re-enviados. Estes impelem os africanos em geral para posições defensivas, ou de forma mais marcada, para uma expressão de identidades polémicas, que os mantêm numa *sozinhez* insustentável.

Não podemos deixar de lembrar o papel da "Casa dos Estudantes do Império" que, durante o colonialismo, conseguiu pela sua acção marcar um espaço de solidariedade (incluindo portugueses), de defesa, de afirmação e de expressão cultural da africanidade, que ainda hoje perdura.

Neste domínio, as associações de estudantes, mas especialmente as associações dirigidas às suas comunidades no seu conjunto, com estratégias e finalidades adequadas ao momento presente, têm permitido - sem se desligarem do passado e sem perder de vista os projectos de futuro - criar espaços de vida aqui e agora, reconstituir a sua cidadania em Portugal vencendo aos poucos a mudez política; assumir uma visibilidade social actuante, que valorizando-se valoriza a sociedade portuguesa, permitindo-lhes libertarem-se, pelo menos em parte, do sentimento de "prisioneiros da passagem".

- Consideramos este estudo como um ponto de partida fundamentado (entre outros, evidentemente) para projectos de intervenção que têm como principal terreno a Universidade na cooperação com outras Universidades dos PALOP e na sua relação com estudantes destes países. Estes, tal como os que participaram deste estudo, exigem, pela sua presença, condições que lhes permitam realizar as suas finalidades ao nível dos estudos, e, também constituir-se como elementos actuantes de uma Universidade que, ao recebê-los, lhes pertence.

A cooperação, que é pensada em função de troca de docentes e de estudantes, acontece quase sistematicamente de forma unidireccional. São os países africanos que recebem docentes portugueses e são as universidades portuguesas a receber estudantes africanos.

Por outro lado, seria de comparar as relações de cooperação das diferentes Universidades com as Universidades dos PALOP. Impõe-se ainda uma análise dos meios adoptados pelas diferentes Universidades no atendimento destes estudantes, assim como nas intervenções desenvolvidas com as diversas comunidades culturais. Estas comparações, sem necessariamente discutirem o papel de super-estruturas que têm a seu

cargo os acordos de cooperação - ganhariam com uma articulação mais equilibrada e criativa.

Os estudantes, como se viu, são impelidos para cursos que não correspondem, muitas vezes, à sua vocação e, desde os primeiros tempos, têm que enfrentar, para além do normal choque cultural, toda uma burocracia, de que as dificuldades de equivalências não têm sido o menor problema. A par disso, a procura de um alojamento, a espera da bolsa, a incapacidade económica de fazer frente às necessidades de material didáctico agravam as angústias da mudança.

Referimos atrás a importância de uma informação sobre as condições que os esperam e das características da sociedade portuguesa. Referimos também a importância de um verdadeiro acolhimento. Embora produto de uma re-construção *a posteriori*, as expectativas descritas pelos estudantes e a sua negação no confronto com a realidade portuguesa mostram bem que, para eles, a sua estadia não foi minimamente preparada pelo "país cooperante". Nem na recepção, nem no entrosamento das burocracias a enfrentar, nem no pôr em contacto com conterrâneos que teriam aqui um papel importante de ambientação...

Mas para além disso, parece-nos de dar relevo a uma necessária capacidade dos docentes universitários de re-equacionarem as respectivas áreas disciplinares em função dos estudantes que participam nos cursos, para que estas não se perpetuem como blocos de saberes imperecíveis e repetidos ad infinitum. Se esta necessidade se faz sentir relativamente a todos os estudantes, ela agudiza-se quando se trata de estrangeiros que consideram a formação em Portugal pior ou melhor, mas, em geral, inadequada às necessidades concretas dos seus países de origem.

De igual modo, este problema levanta-se quando docentes portugueses se encontram em outras universidades, se não tiverem

abertura suficiente para entender a importância do diálogo com os seus colegas autóctones, de forma a ganharem consciência das necessidades locais e re-orientarem a expressão dos seus saberes.

Parece pois que, para além de se aprofundarem as relações formais de troca e de cooperação, uma formação dos docentes cooperantes, particularmente no domínio da comunicação intercultural - a exemplo do que se faz em outros países (França e Quebec, por exemplo) - é essencial para a optimização e continuidade da cooperação no quadro da Educação.

- Decorrendo das reflexões anteriores, é de sublinhar que não tivemos intenção de comprovar uma verdade universal, mas de dialogar com as verdades e sentimentos de outros na sua singularidade. O nosso estudo vale o que vale como estudo exploratório e não tem pretensões a qualquer espécie de generalização. Outros o julgarão, mas cremos que uma parte do seu interesse está na chamada de atenção para a importância de analisar criticamente as responsabilidades dos países de destino, nomeadamente no que se refere às políticas de imigração, e de situar cada grupo na sua História e Cultura enquanto processos dinâmicos, evitando abusos massificadores e relativismos fixistas.

A desmontagem das histórias que da História nos contaram, apesar de incompleta, contribuiu para uma descolonização das nossas próprias referências míticas, abrindo o caminho para uma consciência consciente do cruzamento interessado de "verdades" e "in-verdades" ao longo da nossa vida e da dos nossos interlocutores.

Esta consciência consciente, se não nos garantiu a desmontagem de grande parte das ideias corporizadas na nossa própria existência, permitiu-nos evitar seguranças ilusórias agudizando-nos, neste domínio, o sentido crítico quanto aos outros e quanto a nós, proporcionando a

abertura a um diálogo. Com efeito, este só acontece quando encaramos os nossos estereótipos e nos abrimos à sua desconstrução, ao mesmo tempo que aceitamos que outros vivam esse processo. Tal como nós, na sua própria história, eles corporizaram com maior ou menor consciência, histórias mitificadas e mistificadoras.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ABDALLAH-PRETCEILLE M. (1991), "Langue et Identité Culturelle", *Enfance*, Tome 45, n°4, pp. 305-309.
- ABDALLAH-PRETCEILLE & CAMILLERI C. (1994), "La Communication interculturelle", in LABAT C. & VERMES G., *Cultures ouvertes sociétés interculturelles*, Paris, L'Harmattan, vol. II, pp.47-51.
- ABOU S. (1992), *Cultures et droits de l'homme*, Paris, Hachette.
- ABRAMS D. & HOGG M.A. (1990), *Social Identity Theory Constructive and critical advances*, London, Harvester Wheatsheaf.
- AEBISCHER V. (1994), "Formation et représentations catégorielles et de jugements sociaux au contact d'un autre groupe national", *Bulletin de Psychologie*, n° 419, pp 379-389.
- AHMAD W.I. U. & SHELDON T.A. (1993) , " 'Race' and Statistics", in HAMMERSLEY M., *Social Research*, London, The Open University & Sage Publications, p.124-130.
- ALAVO Y. (1991), redactor do Groupe de Travail pour les Jeunes, du Ministre de la Santé et des Services Sociaux, *Mémoire sur la situation, les réalités et les actions préventives relatives aux jeunes des communautés culturelles et des minorités visibles*, Québec, Conseil des Communautés Culturelles et de l'immigration.

- ALEXANDRE V. (1993), *Os sentidos do Império, Questão Nacional e Questão Colonial na crise do Antigo Regime Português*, Porto, Afrontamento.
- ALTHABE G. (1991), "Production de l'étranger dans les couches populaires urbaines", in *Critiques Sociales*, nº 2, Dezembro.
- AMIN S. (1988), *L'Eurocentrisme*, Paris, Anthropos.
- AMSELLE J.-L. (1990), *Logiques Métisses, Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*, Paris, Payot.
- ANDRADE M. (1975), *Antologia Temática de Poesia Africana. Na noite grávida de punhais*, Lisboa, Sá da Costa.
- ANDREWS G. (1991), *Citizenship*, London, Lawrence & Wishart.
- ANTHIAS F. & YUVAL-DAVIS N. (1982), *Racialized boundaries*, London, Routledge.
- ARIÈS (1986), "Pour une histoire de l'adolescence", Lisboa, *Alter Ego*.
- AUGÉ M. (1992), *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobre-modernidade*, Lisboa, Bertrand.
- BAILLEAU F. (1989), "L'insertion des jeunes en difficultés",
LORREYTE B. *Les politiques d'intégration des jeunes issus de l'immigration*, Paris, l'Harmattan, pp. 63-89.
- BALANDIER G. (1974), "Quelques remarques sur l'interdisciplinarité bioanthropologique. Inégalité et société", in MORIN E. & PIATTELLI-PALMARINNI, *Pour une anthropologie fondamentale*, Paris, Seuil, Points.

- BALIBAR E. & WALLERSTEIN I. (1988), *Race Nation Classe - Les Identités Ambigues*, Paris, La Découverte.
- BALIBAR E. (1988), *La forme nation: histoire et idéologie*, in BALIBAR E. & WALLERSTEIN I., *Race, Nation Classe Les identités ambigues*, Paris, Les Éditions La Découverte.
- BARBIER R. (1977), *La recherche-action dans l'institution éducative*, Paris, Gauthier-Villars.
- BARDIN L. (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Ed.70.
- BAROU J. (1993), "Les Paradoxes de l'intégration", in *Ethnologie Française*, XXIII, 2.
- BARTH F.(1995) "Les groupes ethniques et leurs frontières", in POUTIGNAT P. & STREIFF-FENART, *Théories de l'éthnicité*, Paris, PUF, pp 203-249.
- BATAILLE P. & WIEVIORKA M. (entrev. 1992), "Exclusion sociale et racisme, l'exemple de Roubaix", in *Hommes & Migrations*, 1157, sept 1992, pp 15-29.
- BAUDOT A., JAUBERT J.C. & SABOURIN R. (1980), *Identité Culturelle et francophonie dans les Amériques* (III), Quebec, Centre international de recherche sur le bilinguisme, CIRB.
- BEAUCHESNE H. (1989), "Rupture, Crise et Changement chez l'adolescent entre cultures", in YAHYAOUÏ A. *Identité, Culture et situation de crise*, Paris, Ed. La Pensée Sauvage.

- BAUGNET L. (1994), "Identités géopolitiques et nationalités", *Bulletin de Psychologie*, n° 419, pp. 389-399.
- BEAUVOIS J. -L., JOULE R. -V. & MONTEIL J. -M. (Dir., 1987), *Perspectives cognitives et conduites sociales*, Cousset (Fribourg): Ed. Delval, vol.I e II.
- BENEDICT Ruth, "O Desenvolvimento da Cultura", in SHAPIRO H.L.(1982), *Homem, Cultura e Sociedade*, S. Paulo: Ed. Martins Fontes, pp 235-249.
- BENOIST J. (1980), "L'Anthropologie et l'identité culturelle" in Baudot A., JAUBERT J. -C. & SABOURIN R.(Dir), *Identité culturelle et francophonie dans les Amériques (III)*, Québec: Centre International de Recherche sur le bilinguisme, pp. 14-20.
- BERGER G. (1992), "A investigação em educação. Modelos socio-epistemológicos e inserção institucional", in *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação*, Porto, 3/4, pp. 23-36.
- BERQUE J. (1978), "Identités collectives et sujets de l'histoire", in MICHAUD D. (Dir.), *Identités collectives et relations inter-culturelles*, Bruxelles, Ed. Complexe, pp.11-18.
- BERZONSKY M.D., RECE K.G. & NEIMEYER G. J (1990). "Identity status and self-construct systems: process X structure interactions", in *Journal of Adolescence*, 13, 251-263.
- BIVAR M.F. (1975), *Ensino Primário e Ideologia*, Lisboa, Seara Nova.
- BLAIS A. (1992), "Le sondage", in GAUTHIER B. (Dir.), *La recherche sociale*, Montréal, PUQ, pp. 361-398.

- BLASI A. (1988), *Identity and the Development of the self* in LAPSLEY & POWER, pp. 226-242.
- BOAHEN A. A. (Dir., 1989), *Histoire Générale de l'Afrique*, vol. VII: *L'Afrique sous domination coloniale, 1880-1835*, Paris, Présence Africaine-Edicef-Unesco.
- BOAVIDA A. (1981), *Angola cinco séculos de exploração portuguesa*, Lisboa, Ed. 70-UEA.
- BORDELAIS S. (1993), *L'intégration des jeunes issus des communautés culturelles et des minorités visibles*, documento de trabalho, policopiado, Quebec, Conseil des Communautés Culturelles et de l'immigration.
- BOSKI P. (1994), "Vers une psychologie culturelle de l'identité nationale: approches théorique et empirique", *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, n° 23, pp. 54-75.
- BOUDON R. & LAZARSFELD P. (1979), *Metodologia de las ciencias sociales*, Barcelona, Ed. Laia.
- BOURDIEU & BOLTANSKI (1976), "La production de l'idéologie dominante", *Actes de la Recherche en sciences sociales*, 2/3, pp. 4-73.
- BOURDIEU P. (1992), "Un progrès de la réflexivité" préface à DOISE W., CLÉMENCE A. & LORENZI-CIOLDI F., *Représentations sociales et analyses de données*, Grenoble, PUG.
- BOXER C. R. (1977), *A mulher na expansão ultramarina ibérica*, Lisboa, Horizonte.

- BOXER C. R. (1988), *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*, Porto, Afrontamento.
- BRUNEAU M. (1994), "Espaces et territoires de diasporas, *L'espace géographique*, n°1, pp. 5-18.
- CABRAL A. (1976), *A arma da teoria. Unidade e luta*, Lisboa, Seara Nova.
- CALDEIRA I. (1993), "O Afro-americano e o cabo-verdiano: identidade étnica e identidade nacional", SANTOS B.S. (1993^b), *Portugal: Um retrato singular*, Porto, Afrontamento, pp.593-628.
- CALOGIROU C. (1991), "De l'influence du lieu sur les rapports microsociaux Ses conséquences sur la socialisation des jeunes", in MALEWSKA-PEYRE H. e TAP P. (Dir), *La socialisation de l'enfance à l'adolescence*, Paris, PUF, pp. 219-232.
- CAMILLERI C. (1985), *Anthropologie Culturelle et éducation*, Lausanne, Unesco-Delachaux & Niestlé.
- CAMILLERI C. (1986), "Les étudiants étrangers en France et leur discours sur l'identité culturelle", *Bulletin de Psychologie*, Tome XXXVII, n° 364.
- CAMILLERI C. (1989) "La notion de crise en situation d'acculturation", in YAHYAOUÏ A. *Identité, Culture et situation de crise*, Paris, Ed. La Pensée Sauvage.
- CAMILLERI C. & al , (1990), *Stratégies Identitaires*, Paris, PUF.

- CAMILLERI C. & COHEN-EMERIQUE M. (Dir., 1991), *Chocs de Cultures: Concepts et enjeux pratiques de l'interculturel*, Paris, L'Harmattan.
- CAMILLERI C. (1991^a), "La culture et l'identité culturelle: champ notionnel et devenir" in CAMILLERI C. & COHEN-EMERIQUE M. (Dir.), *Chocs de Cultures: Concepts et enjeux pratiques de l'interculturel*, Paris : L'Harmattan.
- CAMILLERI C. (1991^b), "La communication dans la perspective interculturelle, in CAMILLERI C. & COHEN-EMERIQUE, *Chocs de Cultures: Concepts et enjeux pratiques de l'interculturel*, Paris, L'Harmattan, pp. 363-398.
- CAMILLERI C. (1993), "Les conditions structurelles de l'interculturel", *Revue Française de Pédagogie*, n° 103, avril-mai-Juin, pp. 43-50.
- CAMILLERI C. (1994), "La psychologie, du culturel à l'interculturel", *Bulletin de Psychologie*, Tome XLVIII, n° 419, pp. 236-242.
- CAMPOS B. P. & COSTA M.E.(1986), "Identidade de estudantes universitários. Diferenças de Curso e de Sexo", in *Cadernos de Consulta Psicológica*, 2, pp. 5-11.
- CAPELA J. (1974), *Moçambique pelo seu povo*, Porto, Afrontamento.
- CARLOS L.P. (1993), "Imigração e Integração", in SILVA M.B., BAGANHA M.I., MARANHÃO M.J. & PEREIRA M.H. (org.) *Actas do II Congresso de Sociologia, Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, vol II, *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, pp.415-421.

- CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS (1988), *Moçambique Cultura e História de um país*, Coïmbra, Instituto de Antropologia, Universidade de Coïmbra.
- CÉSAIRE A. (1948), "Introduction", in SCHOELCHER V., *Esclavage et colonisation*, Paris, PUF, pp. 1-28.
- CHALIFOUX J.-J. (1992), "L'histoire de vie", in GAUTHIER B. (Dir.), *La recherche sociale*, Montréal, PUQ, pp.295-310.
- CHOMBART DE LAUWE M. J. (1984), "La représentation des catégories sociales dominées : rôle social, intériorisation", *Bulletin de Psychologie*, Tome XXXVII, n° 366, p.877-886.
- CLAES M. (1985), *Os problemas da adolescência*, Lisboa : Verbo.
- CLANET C. (1985, org.) , *L'interculturel en éducation et en sciences humaines*, Toulouse, FOL.
- CLANET C. (1994), "L'interculturel et l'articulation des approches disciplinaires" in LABAT C. & VERMES G., *Cultures ouvertes sociétés interculturelles*, Paris, L'Harmattan, , vol. II, pp 399-418.
- CLAPIER-VALADON S. (1980), " L'enquête psycho-sociale et son analyse de contenu", *Psychologie Française*, 25 (2), pp.149-160.
- CODOL J.-P. (1980), "La quête de la similitude et de la différenciation sociale", in TAP, dir., *Identité Individuelle et personnalisation*, Toulouse : Privat. pp. 153-163

- CODOL J.-P. (1984), "Social differentiation et non-differentiation", in
TAJFEL H. (dir), *The social dimension*, Cambridge, Cambridge
University Press, vol II, pp.314-337.
- CODOL J.-P. (1986), "Différentiation et indifférenciation sociale,
Bulletin de Psychologie, tome XXXVII, n° 365, pp. 515-529.
- COHEN-EMERIQUE M. (1991), "Travailleurs sociaux et migrants La
reconnaissance identitaire dans le processus d'aide" in CAMILLERI
C. & COHEN-EMERIQUE, *Chocs de cultures: concepts et enjeux
pratiques de l'interculturel*, Paris, L'Harmattan, pp. 77-115.
- COMMISSION NATIONALE CONSULTATIVE DES DROITS DE
L'HOMME (1990), *La lutte contre le racisme et la xenofobie*,
Paris, La documentation française.
- CONDOR S: (1990), "Social stéréotypes and social identity", ABRAMS
D. & HOGG M.A. (1990), *Social Identity Theory Constructive
and critical advances*, London, Harvester Wheatsheaf, pp 230-249.
- COOLEY C.H. (1909), *Social organization: a study of the larger mind*,
New York: Charles Scribner's Sons.
- COOLEY C.H. (1911), *The individual and society*, New York: Charles
Scribner's Sons.
- COOLEY, C.H. (1902), *Human nature and the social order*. New York:
Charles Scribner's Sons.
- CORNEILLE O. (1994), " Le contact comme mode de résolution du
conflit intergroupes : une hypothèse toujours bien vivante.", *Les
Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, n° 23, pp.40-60.

- COSLIN P.G., WINNYKAMEN F. (1980), "Attribution d'actes négatifs ou positifs en fonction de l'aspect vestimentaire et de l'apparence ethnique", Actes du Congrès Internationale de Psychologie de l'enfant, Paris, Juillet, 1979, *Enfance*, 1980, 1-2.
- COSLIN P.G. & WINNYKAMEN F. (1994), Stéréotypes inter-ethniques et connaissances réciproques, in LABAT C. & VERMES G., *Cultures ouvertes sociétés interculturelles*, Paris, L'Harmattan, vol. II, pp 182-193.
- COSLIN P.G. & VINSONNEAU G. (1994^a), "A propos des contacts de cultures", *Bulletin de Psychologie*, Tome XLVIII, n° 419, pp. 233-235.
- CÔTÉ J.E. & LÉVINE C.G. (1989), "An Empirical Test of Erikson's Theory of Ego Identity Formation", in *Youth & Society*, vol. 20, n° 4, June, 388-415.
- CRAIG P.E., (1980), "Solitude, amour et identité", in TAP P. (dir.), *Identité Individuelle et personnalisation*, Toulouse, Privat, pp.252-253.
- CROW G. (1989), "The use of the concept of strategy in recent sociological literature", *Sociology (CRSA)*, vol 23, n°1, pp.1-24.
- CROZIER, MICHEL & FRIEDBERG, ERHARD (1977), *L'acteur et le Système*, Paris, Seuil.
- CVETKOVICH E OUTROS (1985), "Perspective groupale : la perception des différences" in *Initiation à la Psychologie Sociale*, éd. H.R.M., pp. 151-161.

- CUNHA S. (1959), *Aspectos dos movimentos associativos na África Negra*, 2 vol., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- DAVIDSON B. (1981), *Os Africanos Introdução à sua história Cultural*, Lisboa, Ed. 70.
- DECONCHY J. -P. (1987), "Conduites sociales, comparaison sociale et représentation du patrimoine comportemental commun à l'homme et à l'animal", in BEAUVOIS J. -L., JOULE R. -V. & MONTEIL J. -M. (Dir.), *Perspectives cognitives et conduites sociales*, Cousset (Fribourg) : Ed. Delval, vol.I, pp. 151-185.
- DECONCHY J. -P. (1987), La notion d'"idéologie", BEAUVOIS J. -L., JOULE R. -V. & MONTEIL J. -M. (Dir.), *Perspectives cognitives et conduites sociales*, Cousset (Fribourg), Ed. Delval, Vol. I, pp. 194-195.
- DELAURIERS J.-P. (Dir., 1988), *Les méthodes de la recherche-qualitative*, Quebec, PUQ.
- DEMORGON J. (1989), *L'exploration interculturelle*, Paris, Armand Colin.
- DENOUX P. (1994), "L'identité interculturelle", *Bulletin de Psychologie*, Tome XLVIII, n° 419, pp. 264-270.
- DESCHAMPS H. (1971) *Histoire de la traite des noirs de l'antiquité à nos jours*, Paris Fayard.
- DESJEUX D: (1991), *Le sens de l'autre - Stratégies, réseaux et cultures en situation interculturelle*, Paris, UNESCO.

- DESLAURIERS J.-P. (1988), *Les méthodes de la recherche qualitative*, Québec, PUQ.
- DEVEREUX G. (1985), *Ethnopsychanalyse complémentariste*, Paris, Flammarion.
- DHOUKAR H. (1992), "Les télévisions européennes et l'immigration", in *Hommes & Migrations*, 1157, sept 1992, pp 38/42.
- DIRECTION DES COMMUNICATIONS DU MINISTÈRE DES COMMUNAUTÉS CULTURELLES ET DE L'IMMIGRATION (1990), *Le mouvement d'immigration d'hier à aujourd'hui*, Québec, Ministère des Communautés culturelles et de l'immigration.
- DOISE W. & PALMONARI A. (Dir., 1986), *Textes de base en Psychologie : L'étude des représentations sociales*, Neuchâtel, Paris, Delachaux & Niestlé.
- DOISE W. & PALMONARI A. (1986), "Caractéristiques des représentations sociales", in DOISE W. & PALMONARI A. (Dir.), *Textes de base en Psychologie : L'étude des représentations sociales*, Neuchâtel, Paris, Delachaux & Niestlé, pp. 12-33.
- DOISE W. (1986), "Les représentations sociales : définition d'un concept", in DOISE W. & PALMONARI A. (Dir.), *Textes de base en Psychologie : L'étude des représentations sociales*, Neuchâtel, Paris, Delachaux & Niestlé, pp. 81-94.
- DOISE W., CLÉMENCE A. & LORENZI-CIOLDI F. (1992), *Représentations sociales et analyses de données*, Grenoble, PUG.

- DOUVILLE O. & GALAP J. (1994), Stratégies identitaires à l'épreuve du déracinement : l'exemple antillais, *Bulletin de Psychologie*, Tome XLVIII -nº 419, pp. 332-341.
- DUBAR, C. (1991), *La socialisation - Construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- DUBET F. (1989), "Les politiques de la jeunesse : modèles d'analyse et modes d'intervention, in LORREYTE B. *Les politiques d'intégration des jeunes issus de l'immigration*, Paris, l'Harmattan, pp. 50-61.
- DUCHET Michèle (1971), *Anthropologie et Histoire au siècle des Lumières*, Paris, François Maspéro.
- DURAND G. (1982), *Mito, Símbolo e Mitodologia*, Porto, Presença.
- DURKHEIM E. (1984), *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Ed. Presença. 2 vol.
- ERIKSON E. H. (1976), *Identidade, Juventude e Crise*, Rio de Janeiro, Zahar.
- ERNY P. (1981), *Ethnologie de l'éducation*, Paris, L'Harmattan.
- ESTEVES M^a C. (Dir, 1991), *Portugal, País de imigração*, Lisboa, IED.
- EVANS- PRITCHARD E. (1985), *Antropologia Social*, Lisboa, Edições 70.
- FAGAN B.M. (1985), " As bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500", in NIANE D. T. (DIR.), *História da África*, (vol. IV), São Paulo, Ática/Unesco, pp. 537-563.

- FANON F. (1992), "The fact of blackness", in DONALD J. & RATTANSI A., *'Race', Culture and Difference*, London, Sage Pub, 220-240.
- FERRAROTTI F. (1988), *Oltre il Razzismo*, Roma, Armando Ed.
- FERREIRA E.S. (1974), *Aspectos do Colonialismo Português*, Lisboa, Seara Nova.
- FESTINGER L. & ARONSON E. (1965), "Éveil et réduction de la dissonance dans des contextes sociaux", in LEVY A., *Psychologie Sociale - Textes Fondamentaux anglais et américains*, Paris, Dunod, pp. 192-211.
- FILLOUX (1968), "Préface", in LINTON R., *Le Fondement Culturel de la Personnalité*, Paris, Dunod.
- FISCHER, G.-N. (1987), *Les concepts fondamentaux de la Psychologie Sociale*, Paris, Bordas.
- FLYE SAINTE MARIE A. (1994), "Actions de formation pour la compréhension de la diversité culturelle : un détour au-delà des images et un retour vers le 'nous'...", in *Bulletin de Psychologie*, n° 419, pp. 431-437.
- FORD G. (relat. 1990), *Relatório da Comissão de Inquérito sobre o Racismo e a Xenofobia sobre as conclusões da Comissão de Inquérito*, de 23 de Julho de 1990, policopiado.
- FORTIN A. (1987), "L'observation participante : au coeur de l'altérité", in DESLAURIERS J.P. (DIR.), *Les méthodes de la recherche qualitative*, Quebec, PUQ, pp. 23-33.

- FOUGEYROLLAS P. (1985), *Les métamorphoses de la crise*, Paris : Hachette.
- FRANÇA L. (Dir., 1992), *A Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, IED.
- FRELIMO (1978), *História de Moçambique*, Maputo, Ed. do Departamento de Trabalho Ideológico.
- FREUD S. (1973), *Essais de Psychanalyse*, Paris, Petite Bibliothèque Payot.
- FREUDENTAL A., MAGALHÃES R., PEDRO H. & VEIGA PEREIRA C. (Org.,1994), *Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império 1951-1963*, 2 vol., Lisboa, ACEI.
- GAGNON G. (1987), "L'intervention; place à l'acteur", in DESLAURIERS J.P. (DIR.), *Les méthodes de la recherche qualitative*, Quebec, PUQ, pp. 121-131.
- GALLO D. (1988), *O saber português*, Lisboa, Heptágno.
- GASS J.R. (Dir., 1987), *L'Éducation Multiculturelle*, Paris, OCDE.
- GAUTHIER B. (Dir., 1992), *Recherches sociales*, Quebec, PUQ
- GEOFFRION P. (1992), "Le groupe de discussion" in GAUTHIER B. (Dir.), *La Recherche sociale*, Montréal, PUQ, pp. 311-335.
- GIDDENS A. (1987), *La constitution de la société*, Paris: PUF.
- GIDDENS A. (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- GIORDAN H, (DIR.,1992), *Les minorités en Europe*, Paris, Ed Kimé

- GODINHO V.M. (1983), "Entre o Mito e a Utopia : os descobrimentos, construção do espaço e invenção da Humanidade nos séc. XV e XVI", in *Revista de História Económica e Social*, nº 12, Julho e Dezembro, Lisboa, Sá da Costa Ed. (pp. 1-43).
- GOFFMAN E. (1973), *La mise en scène de la vie quotidienne*, Paris : Minuit.
- GOFFMAN E. (1982), *Estigma*, Rio de Janeiro, Zahar
- GORDON, C. (1968), "Self conceptions : configurations of content", in C. GORDON & K.J. GERGEN (Ed.), *The self in social interaction*, vol. I : *Classic and contemporary perspectives* , pp. 115-136, New York, Wiley.
- GREEN A. (1983), "Atome de Parenté et relations oedipiennes", in LÉVI-STRAUSS C. (Dir.), *L'Identité*, Paris, PUF.
- GUERRA H. (1979), *Angola, estrutura económica e classes sociais*, Lisboa, Ed.70.
- GUERRAOUI Z. & REGNAULT E. (1994), "Le chercheur en interculturel et son choix des concepts" in LABAT C. & VERMES G., *Cultures ouvertes sociétés interculturelles*, Paris, L'Harmattan, vol. II, pp . 328-337.
- GUIDANO V.F. (1987), *Complexity of the Self : A developmental approach to psychopathology and therapy*, New York: Guilford Press.

- GUILLAUMI C. (1985), "Avez vous vraiment parlé de peur?" in CLANET C. (org.) , *L'interculturel en éducation et en sciences humaines*, Toulouse, FOL, pp. 441-444.
- GUILLAUMIN J. (1980), "L'Identité et l'agressivité", in TAP, dir., *Identité Individuelle et personnalisation*, Toulouse, Privat, pp.221-226.
- GURVITCH G. (1958), *Tratado de Sociologia*, Paris, PUF.
- HABIMANA E. ET CAZABON C. (1992), Troubles d'adaptation et manifestations psychopathologiques chez les étudiants étrangers, in IONESCU S.(Dir), *Psychopathologie de la vie étudiante*, Paris, Armand Colin.
- HALL E. T. (1984), *Le langage silencieux*, Paris, Seuil.
- HAMILTON R. S. (1983), *Literatura Africana Literatura Necessária* (2 Vol.), Lisboa, Ed 70.
- HAMMERSLEY M. (1993), *Social Research*, London, The Open University & Sage Publications.
- HARTER S.(1988), "The construction and conservation of the self: James and Cooley Revisited", in LAPSLEY & POWER, *Self, Ego and Identity*, New York : Springer-Verlag, pp.43-70.
- HELD D. (1991), "Between State and Civil Society : Citizenship", in ANDREWS G., *Citizenship*, London, Lawrence & Wishart, pp. 19-25.

- HENRY-LORCERIE F. (1989), "L'intégration scolaire des jeunes d'origine immigrée en France", in LORREYTE B. *Les politiques d'intégration des jeunes issus de l'immigration*, Paris, l'Harmattan, pp. 95-124.
- HENWOOD K.L. & PIDGEON N.:F. (1993), "Qualitative Research and Psychological Theorizing", in HAMMERSLEY M., *Social Research*, London, TheOpen University & Sage Publicationspp 14-32.
- HEREDIA-DEPREZ C. & VARRO G. (1991), "Le bilinguisme dans les familles, *Enfance*, Tome 45, nº4, pp. 297-304.
- HINKLE S. & BROWN Rupert (1990), "Intergroup comparisons and social identity : some links and lacunae", in ABRAMS D. & HOGG M.A. (Dir.), *Social Identity Theory Constructive and critical advances*, London, Harvester Wheatsheaf, pp. 48 - 70.
- HONESS T. e YARDLEY K. (1987), *Self and Identity*, London and New York : Routledge & Kegan Paul.
- HOUTART F. e outros (1970), *Dossier sur les colonies portugaises*, Bruxelas, E.V.O.- A.S.B.I.
- IONESCU S.(1992, Dir), *Psychopathologie de la vie étudiante*, Paris, Armand Colin.
- ISAACMAN A. & B. (1979), *A tradição da resistência em Moçambique*, Porto, Afrontamento.
- JACKSON L.A., SULLIVAN L.A. & HODGE C.N. (1993), "Stereotype effects on attributions, predictions and evaluations : No two social

- judgements are quite alike", in *Journal of Personality and Social Psychology* ; vol 6.5, n° 1, pp 69-84.
- JACQUES J: (1987) , org., *Séminaire sur les relations raciales dans le contexte urbain*, Québec, Conseil des Communautés culturelles et de l'immigration
- JACQUES R.L. (1991), "Entrevues auprès de jeunes des minorités en difficulté d'adaptation", in JOHNSON J.; *Identité et intégration, rapport-synthèse de la table ronde des jeunes des communautés culturelles*, Québec, Conseil des Communautés culturelles et de l'immigration, pp. 21-27.
- JAMES W. (1892), *Psychology: The Briefer Course*, New York, Holt, Rinehart & Winston.
- JAMES W.(1890), "Principles of Psychology", Cap.X, *The consciousness of Self*, London, Encyclopaedia Britannica, vol.53, 1952.
- JELLOUN T.B. (1984), *Hospitalité Française*, Paris, Seuil
- JODELET D. (1976), "Réflexions sur le traitement de la notion de représentation sociale en psychologie sociale", *Communication Information*, vol. VI, n° 2/3, pp. 15-41.
- JODELET D. (Dir., 1989), *Les Représentations sociales*, Paris : PUF.
- JODELET D. (1987), "Représentations et idéologie", in BEAUVOIS J. -L., JOULE R. -V. & MONTEIL J. -M. (Dir.), *Perspectives cognitives et conduites sociales*, Cousset (Fribourg) : Ed. Delval, vol. I, pp. 187-193.

- JODELET D. (1989), "Représentations sociales : un domaine en expansion", in JODELET D. (Dir., 1989), *Les Représentations sociales*, Paris : PUF., pp. 31-61.
- JOHNSON J (1991):, *Identité et intégration, rapport-synthèse de la table ronde des jeunes des communautés culturelles*, Québec, Conseil des Communautés culturelles et de l'immigration.
- KAES R. (1989), "Psychanalyse et représentation sociale", in JODELET D. (Dir.), *Les Représentations sociales*, Paris : PUF, pp. 87-114.
- KARDINER A. & PREBLE E.(1966), *Introduction à l'ethnologie*, Paris, Gallimard.
- KAESTERSZTEIN J. (1986), "L'hétérogénéité sociale : produit de la différence et/ou de la similitude", *Bulletin de Psychologie*, Tome XXXVII, n° 365, pp.507-513.
- KAESTERSZTEIN J. (1990), "Les stratégies identitaires des acteurs sociaux", in CAMILLERI C. e outros, *Stratégies Identitaires*, Paris, PUF, pp.27-41.
- LANDRY R. (1992), "L'Analyse de contenu", in GAUTHIER B. *Recherche sociale* , Québec, PUQ.
- L'ECUYER R. (1978), *Le concept de soi*, Paris, PUF.
- L'ECUYER R. (1988), "L'analyse de contenu", in DESLAURIERS J.-P. (Dir.), *Les méthodes de la recherche qualitative*, Québec, PUQ.

- L'ÉCUYER R. (1990), *Méthodologie de l'analyse développementale de contenu*, Québec, PUQ.
- LABAT C. & VERMES G. (1994), *Cultures ouvertes sociétés interculturelles*, vol II, Paris, L'Harmattan
- LACAN J. (1978), *A Família*, Porto, Assírio e Alvim.
- LADMIRAL J.-R. E LIPIANSKY E.-M. (1989), *La communication interculturelle*, Paris, Armand Colin.
- LAPASSADE G.(1983), "Dérive sur les Beur", in *Pratiques de formation*, Univ. Paris VIII, pp. 83-101
- LAPERRIÈRE A. (1994) , La construction sociale de l'identité ethnique en contextes multiethniques contrastés, in LABAT C. & VERMES G., *Cultures ouvertes sociétés interculturelles*, Paris, L'Harmattan, vol. II, pp 194-207.
- LAPEYRONNIE D. (1989), "Les jeunes d'origine immigré, acteurs de leur intégration, in LORREYTE B. *Les politiques d'intégration des jeunes issus de l'immigration*, Paris, l'Harmattan, pp. 319-333.
- LAPLANCHE J. & PONTALIS J. B. (1967), *Vocabulaire de Psychanalyse*, Paris, PUF.
- LAPSLEY, D.K., & POWER, F.C., (Ed.), (1988), *Self, Ego and Identity*, New York, Springer-Verlag.
- LAUNDES A, PAQUETE J. & NEVES T. (1995), Num país de brandos costumes... como se sente aqui ? - Análise exploratória das percepções do racismo e das condições de integração da

comunidade imigrante angolana negra no Porto - Porto, plicopiado,
Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

LECA J. (1990), Entrevista, in SAYAD A., "Les maux-à-mots de l'immigration," entretien avec J. Leca, *Politix*, nº12, p. 7-24

LECA J. (1991), "La citoyenneté en question", in TAGUIEFF P.-A., *Face au racisme*, vl 2, Paris, La Découverte, pp. 311-336

LECOMTE A. & GLADY M. (1987), "Analyse du discours et représentations sociales", BEAUVOIS J. -L., JOULE R. -V. & MONTEIL J. -M. (Dir.), *Perspectives cognitives et conduites sociales*, Cousset (Fribourg), Ed. Delval, vol. II, pp. 143-183.

LE GALL D. (1988), "Les récits de la vie: approcher le social par le pratique", in DESLAURIERS J.-P (Dir), *Les Méthodes de la recherche*, Quebec, PUQ.

LEE D.J. & LAPOINTE J. (1980), " Identité culturelle et identité stucturelle dans l'Ontario francophone : Analyse d'une transition", in BAUDOT A., JAUBERT J.C. & SABOURIN R. (1980), *Identité Culturelle et francophonie dans les Amériques* (III), Quebeque, Centre international de recherche sur le bilinguisme, CIRB.e outros.

LEFRANÇOIS R. (1987), "Les nouvelles approches qualitatives et le travail sociologique", in DESLAURIERS J.P. (DIR.), *Les méthodes de la recherche qualitative*, Québec, PUQ, pp. 143-153..

LÉVI-SRAUSS (1977), *L'Identité*, Paris Grasset:

LÉVI-STRAUSS (1952), *Race et Histoire*, Paris, Gonthier.

- LÉVINE J. (1980), "Stratifications précoces de l'identité et non désirabilité", in TAP P. dir. (1980), *Identité Individuelle et personnalisation*, Toulouse, Privat, pp.227-236.
- LEVY A., (Dir.,1965), *Psychologie Sociale - Textes Fondamentaux anglais et américains*, Paris, Dunod.
- LÉVY J. (1991), "Analyse des facteurs qui peuvent influencer sur le développement d'une estime de soi normale chez les jeunes des communautés culturelles, in JOHNSON J.; *Identité et intégration, rapport-synthèse de la table ronde des jeunes des communautés culturelles*, Québec, Conseil des Communautés culturelles et de l'immigration, pp.35-38
- LINTON R. (1968), *Le fondement culturel de la personnalité*, Paris, Dunod.
- LIPIANSKY E. -M. (1978), "Groupe et identité" in MICHAUD G. (Dir.), *Identités collectives et relations inter-culturelles*, Bruxelles, Ed. Complexe, pp. 59-88.
- LIPIANSKY E.M., TABOADA-LEONETTI I. & VASQUEZ A. (1990), "Introduction à la problématique de l'identité", in CAMILLERI C. e outros, *Stratégies Identitaires*, Paris, PUF, pp.7-26.
- LIPIANSKY E. -M. (1992), *Identité et communication*, Paris, PUF
- LIPIANSKY E.M. (1994), "Approche de la communication interculturelle à travers la dynamique des groupes" in LABAT C. & VERMES G., *Cultures ouvertes sociétés interculturelles*, Paris, L'Harmattan, vol. II, pp 108-118.

- LOPES C. (1982), *Etnia, Estado e Relações de poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, Ed. 70.
- LOPES S. (1992), Le Portugal et ses immigrés, *Migrations Société*, vol 4, nº 19, pp. 69-76.
- LOPES S. & PACHECO N. (1992), "Algumas questões relativas à identidade e práticas identitárias desenvolvidas pelo migrante no país de destino", Comunicação apresentada no *Seminário Racismo e Xenofobia, hoje*, Porto, 23-5-92 (policopiado)
- LOURENÇO E. (1986), "Da contra-epopeia à não-epopeia. De Fernão Mendes Pinto a Ricardo Reis", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20 Fevereiro. 1986, pp. 27-35
- LOUTFI M. A. (1971), *Littérature et Colonialisme*, Paris, Mouton
- LUCAS M^a.M. e PIRES E.B. (1988), "Acesso Histórico-Antropológico à Cultura Maconde", in CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, *Moçambique Cultura e História de um país, Actas da V semana de Cultura Africana*, Coimbra, Instituto de Antropologia - Universidade de Coimbra, pp.31-98
- MACHADO F.L. (1993), "Etnicidade em Portugal: o grau zero de politização", in SILVA M.B., BAGANHA M.I., MARANHÃO M.J. & PEREIRA M.H. (org.), *Actas do II Congresso de Sociologia, Estruturas Sociais e Desenvolvimento, vol II, Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, pp. 407-414.

MADRUGA E. F. (1988), "Os percursos da literatura Moçambicana : da dor à alegria", in CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, *Moçambique Cultura e História de um país, Actas da V semana de Cultura Africana*, Coimbra, Instituto de Antropologia - Universidade de Coimbra, pp. 99-105.

MALEWSKA-PEYRE H. (1984), " L'image de soi des jeunes délinquants immigrés", *Bulletin de Psychologie*, Tome XXXVI, n° 359, pp. 363-376.

MALEWSKA-PEYRE H. (1985^a), " Processus de socialisation des adolescents enfants de migrants en situation interculturelle, in CLANET C. (org.) , *L'interculturel en éducation et en sciences humaines*, Toulouse, FOL, pp 593-602

MALEWSKA-PEYRE H. (1985^b), "Stratégies de construction de l'identité et d'insertion sociale de la seconde génération", *Actes des Vèmes Journées Internationales*, Vaucresson, CRIV, mai, pp. 27-38.

MALEWSKA-PEYRE H. e TAP P. (1991), (Dir), *La socialisation de l'enfance à l'adolescence*, Paris, PUF.

MALEWSKA-PEYRE H. (1991^a), "La socialisation en situation de changement interculturel , in MALEWSKA-PEYRE H. e TAP P. (Dir), *La socialisation de l'enfance à l'adolescence*, Paris, PUF, pp 195-217.

MALEWSKA-PEYRE H. (1991^b), "Problèmes d'identité des adolescents enfant de migrants et travail social, in CAMILLERI C. e COHEN-EMERIQUE (Dir), *Chocs de Cultures : concepts et enjeux pratiques de l'interculturel*, Paris, L'Harmattan, pp. 117-134.

- MALRIEU, P., (dir.,1989), *Dynamiques sociales et changements personnels*, Paris, Ed. du CNRS.
- MARC E. & PICARD D. (s.d.), *A interacção social*, Porto, Rés Ed.
- MARCIA J. (1988), "Common Processes Underlying Ego Identity, Cognitive/Moral Development, and Individuation", in LAPSLEY, D.K., & POWER, F.C., (Ed.), (1988), *Self, Ego and Identity*, New York, Springer-Verlag, pp. 211-225.
- MARGARIDO A. (1991), Prefácio in TORRES A., *O império português entre o real e o imaginário*, Lisboa, Escher, pp.7-21.
- MARGARIDO A. (1994^a), "A literatura e a consciência nacional", in FREUDENTAL A., MAGALHÃES R., PEDRO H. & VEIGA PEREIRA C. (Org.), *Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império 1951-1963*, vol.1, Lisboa, ACEI, pp. 9 - 23.
- MARGARIDO A. (1994^b), "Prefácio à Antologia Poetas Angolanos" (1962), in FREUDENTAL A., MAGALHÃES R., PEDRO H. & VEIGA PEREIRA C. (Org.), *Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império 1951-1963*, vol. 1, Lisboa, ACEI, pp. 79 - 103.
- MARGARIDO A. (1994^c), Prefácio à Antologia Poetas de Moçambique (1960), in FREUDENTAL A., MAGALHÃES R., PEDRO H. & VEIGA PEREIRA C. (Org.), *Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império 1951-1963*, vol.2, Lisboa, ACEI, pp. 59 - 70.

MARGARIDO A. (1994^d), Prefácio à Antologia Poetas de S. Tomé e Príncipe (1963), in FREUDENTAL A., MAGALHÃES R., PEDRO H. & VEIGA PEREIRA C. (Org.), *Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império 1951-1963*, vol.2, Lisboa, ACEI, pp. 251-277.

MARGARIDO A. (1994^e), "Prefácio à Antologia Poetas de Moçambique (1962)", in FREUDENTAL A., MAGALHÃES R., PEDRO H. & VEIGA PEREIRA C. (Org.), *Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império 1951-1963*, vol.2, Lisboa, ACEI, pp. 125-143

MARQUES A. H. O. (1973), *História de Portugal*, Lisboa, Ed. Ágora.

MARTIN C. (1987), "Entre les logiques du savoir et de l'action: les voies d'une alternative?", in DESLAURIERS J.P. (DIR.), *Les méthodes de la recherche qualitative*, Quebec, PUQ, pp. 107-119..

MARX G.T. (1993), "La cage de fer de la culture. Réflexions sur le problème complexe de la race, du racisme et des mass media" in WIEWIORKA M. (Ed), *Racisme et Modernité*, Paris, Ed. La Découverte, pp.60-77.

MATOS A.M. SAINT-MAURICE (1994), *Reconstrução das identidades no processo de emigração a população caboverdiana residente em Portugal*, Dissertação de doutoramento em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, policopiado.

MATOS S.C. (1990), *História, Mitologia e Imaginário Social*, Lisboa, Livros Horizonte

- MAUGER G. (1989), "Les définitions sociales de la jeunesse: discontinuités sociales et évolution historique", LORREYTE B., *Les politiques d'intégration des jeunes issus de l'immigration*, Paris, l'Harmattan, pp. 25-49.
- MAUSS M., (1985), *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF
- MEAD G.H. (1962), *L'esprit, le soi et la société*, Paris, PUF. (1^a Ed. 1934)
- MEAD M. & BALDWIN (1973), *O racismo ao vivo*, Lisboa, D. Quixote.
- MEMMI A. (1993), *O racismo*, Lisboa, Caminho
- MERLE M. (1969), *L'anticolonialisme européen de Las Casas a Marx*, Paris, Armand Colin.
- MERTON R.K.(1965), *Éléments de théorie et de méthode sociologique*, Paris, Plon.
- MICHAUD G. (Dir.), *Identités collectives et relations inter-culturelles*, Bruxelles, Ed. Complexe.
- MILLER, Daniel R. (1983), "Self, Symptom and Social Control", in SARBIN Theodore R. & SCHEIBE Karl E., *Studies in SOCIAL IDENTITY*, New York, Praeger, pp. 319-338.
- MOERMAN M: (1994), " Le fil d'Arianne et le filet d'Indra. Réflexions sur l'ethnographie, ethnicité, identité, culture et interactionn, in LABAT C. & VERMES G., *Cultures ouvertes sociétés interculturelles*, Paris, L'Harmattan, vol. II, pp 129-146.

- MOHANTY S. P. (1989), "Us and them : on the Philosophical Bases of Political Criticism", in *Yale Journal of Criticism*, vol. 2, Yale University, pp.1-31.
- MOREIRA A. (1961), *Política Ultramarina*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- MORGAN D.H.J. (1989), "Strategies and Sociologists : a comment on Crow," *Sociology (CRSA)*, vol 23, nº1, pp.25-29.
- MORIN (1982), *Ciência com consciência*, Sintra, Publicações Europa-América.
- MORIN E.& KERN A.B.(1993), *Terra-Pátria*, Lisboa, Inst. Piaget
- MORIN E. & PIATTELLI-PALMARINI M.(Dir,1974), *Pour une anthropologie fondamentale*, Paris, Seuil, Points.
- MORIN F.(1986), "Identité ethnique et ethnicité : analyse critique des travaux anglo-saxons", in TAP P. (Dir), *Identités collectives et Changements sociaux*, Toulouse , Privat., pp. 55-58.
- MORIN M & BERTRAND C. (1979), *Le territoire imaginaire de la culture*, Quebeque, Ed. Hurtubise.
- MOSCOVICI S. & RICATEAU P. (1972), "Conformité, minorité et influence sociale", in MOSCOVICI S. (DIR.), *Introduction à la Psychologie Sociale*, Paris Larousse, pp. 139-191.
- MOSCOVICI S. (Dir.,1973), *Introduction à la Psychologie Sociale*, Paris, Larousse, Vol. 2.

- MOSCOVICI S. (1976), *La psychanalyse, son image et son public*, Paris, PUF.
- MOSCOVICI S. (Dir., 1984), *Psychologie Sociale*, Paris, PUF.
- MOSCOVICI S. (1986), "L'ère des représentations sociales", in DOISE W. & PALMONARI A. (Dir), *Textes de base en Psychologie : L'étude des représentations sociales*, Neuchâtel, Paris, Delachaux & Niestlé, pp. 34-80.
- MOSCOVICI S. (1989), "Des représentations collectives aux représentations sociales : éléments pour une histoire", in JODELET D. (Dir.), *Les Représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 62-86.
- MOSCOVICI S. & DOISE W. (1991), *Dissensões e Consenso*, Lisboa, Horizonte.
- MOZZICAFREDDO J. (1993), Cidadania e Estado-Providência, in *Actas do II Congresso de Sociologia, Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, vol II, Lisboa, Ed. Fragmentos, pp. 671-676.
- MUCHIELLI A. (1986), *L'Identité*, Paris, PUF.
- MUNOZ M.-C. (1994), "Soi-même et l'autre : une approche interculturelle en éducation", in *Bulletin de Psychologie*, nº 419, pp. 438-445.
- N'GANGA J.P. (1995), *Preto no Branco*, Coimbra, Ed. Autor.
- NIANE D. T. (DIR., 1985), *História da África*, (vol. IV), São Paulo, Ática/Unesco

- NIANE D.T. (1985), "O Mali e a segunda expansão manden", in NIANE D. T. (DIR.), *História da África*, (vol. IV), São Paulo, Ática/Unesco, pp. 135-189
- NOAM G.G. (1988), "The self, Adult Development and the Theory of Biography and Transformation", in LAPSLEY, D.K., & POWER, F.C., (Ed.), (1988), *Self, Ego and Identity*, New York, Springer-Verlag, p.p. 3-29.
- NOEL P. (1991), "L'image de soi chez les jeunes" in in JOHNSON J., *Identité et intégration, rapport-synthèse de la table ronde des jeunes des communautés culturelles*, Québec, Conseil des Communautés culturelles et de l'immigration, pp.31-33.
- NOIRIEL G. (1989), "Les jeunes d'origine immigrée" n'existent pas", in LORREYTE B. *Les politiques d'intégration des jeunes issus de l'immigration*, Paris, l'Harmattan, pp 211-221
- NOT L.(dir.,1986), *Regards sur la Personne*, Toulouse, Travaux de l'Université de Toulouse-le-Mirail, série B, Tome 16.
- NOT L. (1986), "Conclusions" in NOT L. (dir.), *Regards sur la Personne*, Toulouse, Travaux de l'Université de Toulouse-le-Mirail, série B, Tome 16, pp.257-269.
- OLIVEIRA M. A. (1990), *Reler África*, Coimbra, Inst. Antropologia, Coimbra, Universidade de Coimbra
- OLIVEIRA M. A. (1994), "Introdução à Colectânea de Poetas Angolanos (1959)", in FREUDENTAL A., MAGALHÃES R., PEDRO H. &

- VEIGA PEREIRA C. (Org.), *Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império 1951-1963*, vol.1, Lisboa, ACEI, pp. 29-42.
- OLLIVIER E. (1988), "Stratégies paradoxales des migrants et dimensions paradoxales de l'éducation interculturelle", in OUELLET (dir,1988), *Pluralisme et école. Jalons pour une formation à une pédagogie interculturelle*, Quebec, Institut Québécois de Recherche sur la Culture, pp. 85-106.
- OLLIVIER E. (1993), Intervenção in *Séminaire sur l'intégration des immigrants dans un Québec francophone, démocratique et pluraliste*, Québec, Conseil des Communautés culturelles et de l'immigration, pp. 30-35 / 64-65.
- ORIOU M. (1994), "Le statut épistémologique des théories de l'identité", *Bulletin de Psychologie*, Tome XLVIII, n° 419, pp. 260-263.
- ORTIGUES M.C. & ORTIGUES Ed. (1973), *Oedipe africain*, Paris, Plon 10/18.
- OUELLET F. (dir,1988), *Pluralisme et école. Jalons pour une formation à une pédagogie interculturelle*, Quebec, Institut Québécois de Recherche sur la Culture.
- OUELLET F. (1991), *L'Éducation interculturelle*, Paris, L'Harmattan.
- OUELLET F. & PAGÉ M. (dir, 1991), *Pluriethnicité, Éducation et société Construire un espace commun*, Québec, Institut Québécois de Recherche sur la Culture.
- PACHECO N. (1996), "Da luta anti-racista à educação intercultural", *Rev. Inovação*, 8. (no prelo).

- PAGÉ M. (1991), "Intégration, identité ethnique et cohésion sociale", in OUELLET F. & PAGÉ M. (dir), *Pluriethnicité, Éducation et société Construire un espace commun*, Québec, Institut Québécois de Recherche sur la Culture.
- PAIGC (1974), *História da Guiné e ilhas de Cabo Verde*, Porto, Afrontamento.
- PARAF P. (1972), *Le racisme dans le monde*, Paris, Payot.
- PARSONS, T. (1959), "An approach to psychological theory in terms of a theory of action" in Koch, S. (ed.) *Psychology : a study of a science*, vol 3, New York : McGraw-Hill, pp. 612-711.
- PÉLISSIER R. (1986), *História das Campanhas de Angola*, (2 Vol.), Lisboa, Ed. Estampa.
- PEREIRA A. (1992), "Portugal, país de brandos costumes: desmontagem de um mito", *Guia Anti-Racista*, Lisboa, SOS Racismo
- PÉREZ J.A. & MUGNY G., "Minority influence, manifeste discrimination and latent influence", in ABRAMS D. & HOGG M.A. (1990), *Social Identity Theory Constructive and critical advances*, London, Harvester Wheatsheaf.
- PERISTA H. & PIMENTA M. (1993), "Trajectórias profissionais e inserção laboral dos migrantes residentes em bairros degradados de Lisboa", in *Actas do II Congresso de Sociologia, Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, vol II, Lisboa, Ed. Fragmentos, pp. 434-445.
- PEROTTI (1990), "L'Éducation dans les sociétés pluriculturelles en Europe", in *Migrations Société*, mars Avril, pp 29-54

- PEROTTI A. (1992), "Flash sur la presse française", *Migrations Société*, vol 4, nº 19, pp. 77-87.
- PERROT M. (1989), "Jeunesse et société en France ", in LORREYTE B. *Les politiques d'intégration des jeunes issus de l'immigration*, Paris, l'Harmattan, pp. 13-24.
- PERSON Y. (1985), "Os povos da costa - primeiros contactos com os portugueses - de Casamance às lagunas da Costa do Marfim", in NIANE D. T. (DIR.), *História da África*, (vol. IV), São Paulo, Ática/Unesco, pp. 315-336.
- PHINNEY J.S. & ALIPURIA L.L. (1990), "Ethnic identity in college students from ethnic groups", *Journal of Adolescence*, 13, pp. 172-183.
- PHINNEY J.S. (1989), "Stages of ethnic identity development in minority group adolescents", *Journal of Early Adolescence*, 9, pp. 49-69
- PIAGET J., (1962), "O papel da imitação na formação da representação", in ZAZZO R., (1978), *Henri WALLON Psicologia e Marxismo*, Lisboa, Vega, p. 167-178.
- PIAGET J., (1985), *Le Jugement Moral chez l'Enfant*, Paris, PUF.
- PINTASILGO M.L. (1986), Deambulação pelo espaço/tempo do 25 de Abril, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20 Fevereiro. 1986, pp. 63-70.
- PIRES R. P. e outros (1984), *Os retornados um estudo sociográfico*, Lisboa, IED

- PIRES R.P. (1993), Immigration in Portugal : a typology, in ROCHA-TRINDADE M^a. B. (Dir), *Recent Migration trends in Europe : The new framework of migration policies*, Lisboa, Univ. Aberta, pp. 179-194.
- PLON M.(1972), "'Jeux et conflits", in MOSCOVICI S. , *Introduction à la Psychologie sociale*, Paris, Larousse Université, pp. 230-271.
- POIRIER J., CLAPIER VALLADON S., RAYBAUT P. (1983), *Les récits de vie*, Paris, PUF.
- POUTIGNAT P. & STREIFF-FENART (1995), *Théories de l'éthnicité*, Paris, PUF.
- POUTIGNAT P. (1994), "La problématique de l'éthnicité : du groupe ethnique à l'organisation sociale des différences culturelles", in LABAT C. & VERMES G., *Cultures ouvertes sociétés interculturelles*, Paris, L'Harmattan, vol. II, pp 147-159.
- QUIMINAL C. (1991), *Gens d'ici, gens d'ailleurs*, Breteuil-sur-Thon, Ed. Christien Bourgeois.
- RADICH M.C. (1979), *Temas de História em livros escolares*, Porto, Afrontamento.
- RAPOPORT T. (1988), "Socialization patterns in the family, the school and the Youth movement", in *Youth & Society*, vol. 20, n^o2, Dec. 1988, pp. 159-179.
- RATTANSI A:& WESTWOOD S. (1994), ed, *Racism, Modernity and Identity*, Cambridge, Polity Press.

- RETSCHITZKI J. (Dir., 1989), *La recherche interculturelle*, Paris, L'Harmattan, Tome I-II.
- REY M. (1994), "Des maux aux actes", in LABAT C. & VERMES G., *Cultures ouvertes sociétés interculturelles*, Paris, L'Harmattan, vol. II, pp 388-398.
- RIBEIRO A. S. (1986), "O povo e o público, reflexões sobre a cultura em Portugal no Pós-25 de Abril", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20 Fevereiro. 1986, pp. 11-26.
- ROCHA I. (1988), "Um exemplo de resistência cultural - os Chope de Moçambique", in CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, *Moçambique Cultura e História de um país, Actas da V semana de Cultura Africana*, Coimbra, Instituto de Antropologia, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 15-30.
- ROCHA-TRINDADE M^a. B. (Dir., 1993), *Recent Migration trends in Europe*, Lisboa, Universidade Aberta.
- ROCHA-TRINDADE M^a. B. (1993), "Minorias. Polissemia do conceito e diversidade de manifestações", in *Actas do II Congresso de Sociologia, Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, vol II, Lisboa, Ed. Fragmentos, pp. 422-433.
- ROCHA-TRINDADE M^a. B. (1993), "Portugal : The new framework of migration policies", in ROCHA-TRINDADE M^a. B. (Dir), *Recent Migration trends in Europe*, Lisboa, Univ. Aberta, pp. 167-177.
- ROCHER G. (1968), *Introduction à la sociologie générale*, (2 vol) Paris, Ed. HMM

- ROCHER G: (1993), Intervenção in *Séminaire sur l'intégration des immigrants dans un Québec francophone, démocratique et pluraliste*, Québec, Conseil des Communautés culturelles et de l'immigration, pp. 21-24.
- RODRIGUES W. (1989), "Comunidade Caboverdiana : marginalização e identidade", in *Sociedade e Território*, nº 8, pp. 96-103.
- RODRIGUEZ-TOMÉ, H. (1972), *Le moi et l'autre dans la conscience de l'adolescent*, Paris, Delachaux & Niestlé.
- RODRIGUEZ-TOMÉ e al (1980), "Recherche interculturelle sur la structure de l'identité", in TAP.P.(dir.), *Identité Individuelle et personnalisation*, Toulouse, Privat, p. 179-182.
- ROGERS C.R. (1974), *A Terapia centrada no paciente*, Lisboa : Moraes. (1ª ed. 1951)
- SAINT-MAURICE A: (1993), "Cabo-verdianos residentes em Portugal - imagens a preto e branco" in SILVA M.B., BAGANHA M.I., MARANHÃO M.J: & PEREIRA M.H. (org.) *Actas do II Congresso de Sociologia, Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, vol II, *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, pp.392-406.
- SANTOS B.S. (1993), "Descobrimentos e Encobrimentos", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 38- Dezembro, Coimbra, pp. 5-10.
- SANTOS B.S. (1993a), Modernidade, identidade e cultura de fronteira, in *Rev. Crítica de Ciências Sociais*, nº 38, Dez., Coimbra, Centro de Estudos Sociais

- SANTOS B.S. (1993^b), *Portugal : Um retrato singular*, Porto, Afrontamento
- SANTOS B.S. (1994), *Pela mão de Alice. O social e político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento
- SARAIVA J.H. (1978), *História concisa de Portugal*, Lisboa, Pub. Europa América
- SARBIN, Theodore R. & SCHEIBE, Karl E.(1983), "A Model of Social Identity", in SARBIN, Theodore R. & SCHEIBE, Karl E., dir. , *Studies in Social Identity*, New York, Praeger, pp. 5-28.
- SARTRE J-P. (1960), *Critique de la raison dialectique*, Paris, Gallimard.
- SARTRE J-P. (1993), *O Ser e o Nada*, Lisboa, Círculo de leitores.
- SAYAD A. (1987), "De 'populations d'immigrés' a 'Minorités', in GASS J.R. (Dir.), *L'Éducation Multiculturelle*, Paris, OCDE, pp. 129 - 140.
- SAYAD A. (1990), Les maux-à-mots de l'immigration, entretien avec J. Leca, *Politix*, nº12, p. 7-24.
- SCHOELCHER V. (1948), *Esclavage et colonisation*, Paris, PUF.
- SCHOFIELD J:W: (1993), Increasing the generalizability and qualitative research, HAMMERSLEY M. (1993), *Social Research*, London, TheOpen University & Sage Publications, pp. 200-225.
- SCHURMANS M.-N. (1994), "Acculturation et transaction sociale Apports de la sociologie à la psychologie interculturelle", *Bulletin de Psychologie*, Tome XLVIII, nº 419, pp. 250-259.

- SCOTTO J.C. & ANTONI M. (1989), "L'événement migratoire en tant que fondateur d'un événement institutionnel : réflexions sur la dimension créative de la crise", in YAHYAOUÏ A., *Identité, Culture et situation de crise*, Paris, Ed. La Pensée Sauvage.
- SERRES M. (1983), "Discours et parcours", LÉVI-STRAUSS C. (Dir.), *L'Identité*, Paris, PUF, pp. 25-49.
- SÈVE L. (1974), *Marxisme et théorie de la personnalité*, Paris : Éditions Sociales.
- SÈVE L. (1990), "De la reconnaissance comme similitude et comme gratitude", in BERNARD J. (Dir.), *Soi et non-soi*, Paris, Seuil, p.138.
- SIMARD J.-J. (1988), "La révolution pluraliste: une mutation du rapport de l'homme au monde", in OUELLET F.(dir), *Pluralisme et école. Jalons pour une formation à une pédagogie interculturelle*, Québec, Institut Québécois de Recherche sur la Culture, pp. 23-55.
- SIMON G. (1995), *Géodynamique des migrations internationales dans le monde*, Paris, PUF.
- SIMON P.J. (Dir, 1993), "Vocabulaire historique et critique des relations inter-ethniques", *Pluriel*, Cahier n° 1, Paris, L'Harmattan.
- SOULET M.-H. (1987), "La recherche qualitative ou la fin des certitudes", in DESLAURIERS J.P. (DIR.), *Les méthodes de la recherche qualitative*, Québec, PUQ, pp. 9-22.

- SMITH P. (1974), "La nature des mythes", in MORIN E. & PIATELLI-PALMARINI M., *Pour une anthropologie fondamentale*, Paris, Seuil, pp. 248-264.
- SPERBER D. (1989), "L'étude anthropologique des représentations: problèmes et perspectives", in JODELET D. (DIR.), *Les Représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 115-130.
- SPERBER D., "Contre certains a priori anthropologiques". in MORIN E. & PIATELLI-PALMARINI M., *Pour une anthropologie fondamentale*, Paris, Seuil, Points, pp. 25-41.
- STENGERS I. & SCHLANGER J. (1991), *Les concepts scientifiques*, Paris, Gallimard
- STOETZEL J., (1963), *La Psychologie sociale*, Paris, Flammarion.
- TABOADA-LEONETTI I. (1994), "Formes d'intégration/exclusion. Le chômeur et l'immigré: un même cadre théorique?", *Bulletin de Psychologie*, n° 419, pp. 372-378.
- TAGUIEFF P.-A. (1987), *La force du préjugé*, Paris, Gallimard.
- TAJFEL H. (1972) "La catégorisation Sociale", in MOSCOVICI S. (DIR.), *Introduction à la Psychologie Sociale*, Paris Larousse, pp.272-302.
- TAJFEL H. (1982), *Grupos Humanos e Categorias Sociais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2 vol.
- TAJFEL H. (dir., 1984), *The Social Dimension*, Cambridge, Cambridge University Press, 2 vol.

TAP P. (dir., 1980), *Identité Individuelle et personnalisation*, Toulouse, Privat.

TAP P. (1980), L'Identification est-elle une aliénation de l'identité?, in TAP P. (dir.), *Identité Individuelle et personnalisation*, Toulouse, Privat, pp.237-250.

TAP P. (Dir., 1986), *Identités Collectives et Changements Sociaux*, Toulouse, Privat.

TAP P. (1988), *La société Pygmalion? Intégration sociale et réalisation de la personne*, Paris, Dunod.

THOMAS L.-V. (1978), "Théories et concepts : réflexions critiques", in MICHAUD G. (Dir.), *Identités collectives et relations inter-culturelles*, Bruxelles, Ed. Complexe, pp.35-43.

TODOROV T. (1989), *Nous et les autres*, Paris , Seuil.

TORRES A. (1991), *O império português entre o real e o imaginário*, Lisboa, Escher.

TOURAINÉ, A. (1982), *Pela sociologia*, Lisboa : Pub. Don Quixote.

TOURAINÉ, A. (1986a), *A produção da sociedade*, Lisboa, Don Quixote.

TOURAINÉ, A. (1986), "Les deux faces de l'identité", in TAP P. (dir.) (1986), *Identités collectives et changements sociaux*, Toulouse, Privat.

TRIANDIS H.C. & BRISLIN R.W. (1980), *Handbook of Cross-Cultural Psychology - Social Psychology*, vol 5, Boston, Allyn and Bacon, Inc.

- TRIANDIS H.C. (1994), "Recherches récentes sur l'individualisme et le collectivisme", *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, n° 23, pp. 14-27.
- TRINDADE (1993), "Minorias. Polissemia do conceito e diversidade das manifestações", in SILVA M.B.N., BAGANHA M.I, MARANHÃO M.J., PEREIRA M.H. (Org.), *Emigração Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, pp.422-433.
- VANSINA J. (1985), "A África equatorial e Angola : as migrações e o surgimento dos primeiros Estados", in NIANE D. T. (DIR.), *História da África*, (vol. IV), São Paulo, Ática/Unesco, pp 565-591.
- VENÂNCIO J.C. (1993), *Uma perspectiva etnológica da literatura de Angola*, Lisboa, Ulmeiro.
- VERBUNT G. (1985), "Une nouvelle profession dans le travail social, in CLANET C. (org.) , *L'interculturel en éducation et en sciences humaines*, Toulouse, FOL, pp. 399-403.
- VERBUNDT G. (1991), "Approche socio-communautaire: les associations ethniques comme lieux d'intégration sociale, in CAMILLERI C. e COHEN-EMERIQUE (Dir), *Chocs de Cultures: concepts et enjeux pratiques de l'interculturel*, Paris, L'Harmattan, pp. 135-163.
- VERMES G. "Communication 'in group' et 'communication publique' ", *Bulletin de Psychologie*, Tome XLVIII, n° 419, pp. 307-312.

- VINSONNEAU G. (1985), "L'identité négative de jeunes issus de l'immigration en France" in CLANET C. (org.) , *L'interculturel en éducation et en sciences humaines*, Toulouse, FOL, pp. 531-540.
- VINSONNEAU G. & CAMILLERI C. (1987), "Pour une approche en Psychologie culturelle : contribution a l'étude de la dynamique identitaire du jeune immigré en France", in *Neuropsychiatrie de l'enfance*, 35 (11-12), pp. 475-483.
- VINSONNEAU G. (1988), Psychologie sociale et communication intergroupes". in OUELLET F. & PAGÉ M. (dir, 1991), *Pluriethnicité, Éducation et société Construire un espace commun*, Québec, Institut Québécois de Recherche sur la Culture, pp. 305-338.
- VINSONNEAU G. (1994), "Appartenances culturelles, inégalités sociales et procédés cognitifs en jeu dans les comparaisons interpersonnelles", *Bulletin de Psychologie*, Tome XLVIII -n° 419, pp 422-430.
- WALLON H. (1979), *Psicologia e Educação da Criança*, Vega, Lisboa.
- WALLON H.(1979a), «O papel do "outro" na consciência do "eu"», in WALLON H., *Psicologia e Educação da Criança*, Vega, Lisboa.
- WATSON R: (1994), "L'Éthnométhodologie, l'analyse conversationnelle et la recherche interculturelle" in LABAT C. & VERMES G., *Cultures ouvertes sociétés interculturelles*, Paris, L'Harmattan, vol. II, pp . 119-128.

- WIEVIORKA M. (Dir., 1994), *Racisme et xénophobie en Europe*, Paris, Ed. La Découverte
- WIEVIORKA M. (1994), " Racisme in Europe: Unity and Diversity", in RATTANSI A. & WESTWOOD S., ed, *Racism, Modernity and Identity*, Cambridge, Polity Press.
- WILIE R.C., (1974), *The self-concept*, Vol.I, Lincoln and London, University of Nebraska Press.
- WINNICOTT D.W. (1983), *Jeu et réalité*, Paris, Ed. Gallimard.
- YOUNG R. (1992), "Colonialism and humanism", in DONALD J. & RATTANSI A., *'Race', Culture and Difference*, London, Sage Pub, pp. 243-251.
- ZACOT F. (1986), "Identité : trois pour le prix de deux", in TAP P. (Dir), *Identités collectives et Changements sociaux*, Toulouse, Privat.
- ZAVALLONI M. (1973), "L'Identité Psychosociale, un concept à la recherche d'une science", in MOSCOVICI S., *Introduction à la Psychologie Sociale*, Paris, Larousse, Vol 2, pp.245-263.
- ZAVALLONI, M. (1980) "Values" in TRIANDIS, H.C. & BRISLIN, R.W (ed.), *Handbook of Cross-Cultural Psychology Social Psychology*, vol 5, Boston, Edit. Allyn and Bacon inc., pp 73-120.
- ZAVALLONI, M. & LOUIS-GUÉRIN, C. (1984), *Identité Sociale et Conscience*, Toulouse, Privat.

ZAVALLONI M. (1986), "L'identité sociale et éco-égologie", in TAP P. (DIR) (1986), *Identités Collectives et Changements Sociaux*, Toulouse, Privat, pp. 195-209.

ZEBROOWITZ L.A., MONTEPARE J.M., LEE H.K (1993), " They don't all look alike : Individuated impressions of other racial groups", in *Journal of Personality and Social Psychology* , vol. 6.5, n° 1, pp. 85-101.

ZEHRAOUI A.(1992), "Catégories scientifiques et catégories du sens commun", in *Migrations Société*, CIEMI, n° 21, mai-Juin, pp.9-17.

ZIEGLER J. (1983), *La contre-révolution en Afrique*, Paris, Payot.

TEMPOS DE "SOZINHEZ" EM PASÁRGADA

Estratégias identitárias de estudantes dos PALOP em Portugal

(ANEXOS)

Volume II

Natércia Alves Pacheco

Porto, 1996

ANEXOS

I - II

ANEXO nº I: Jornais consultados..... ii

ANEXO nº II: Questionário iv

QUADROS-ANEXOS

QUADROS DE CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....I

Quadro I - Distribuição por nacionalidades I

Quadro II - Distribuição segundo o meio I

Quadro III - Distribuição segundo o género I

Quadro IV - Distribuição segundo a Idade II

Quadro V - Distribuição segundo local de residência..... III

Quadro VI - Distribuição segundo tempo de estadia III

Quadro VII - Distribuição segundo as áreas de estudos..... III

Quadro VIII - Distribuição segundo o grau académico a obter IV

Quadro IX - Instituições em que realizam os estudos..... IV

Quadro X - Meios de subsistência.....V

Quadro XI - Orçamento.....V

Quadro XII - Situação familiar (a)..... VI

Quadro XIII - Situação familiar (b)..... VI

Quadro XIV - Condições de alojamento (tipo)..... VII

Quadro XV - Condições de alojamento (partilha)..... VII

Questões de Tipo A ou C

Quadro XVI - Razões de vinda para Portugal.....VIII

Quadro XVII a) - Preocupações actuais IX

Quadro XVII b) - Preocupações actuais X

Quadro XVIII - Resultados dos Estudos.....X

Quadro XIX - Atribuição das causas dos resultados..... XI

Quadro XX - Representação do futuro..... XI

Quadro XXI - Apoio à chegada a Portugal.....	XII
Quadro XXII - Designação de quem apoiou	XII
Quadro XXIII - Contacto com associações do país de origem.....	XIII
Quadro XXIV - Conhecimento de Associações africanas.....	XIII
Quadro XXV - Papel das Associações Africanas	XIV
Quadro XXVI - Conhecimento de Associações Portuguesas	XIV
Quadro XXVII - Papel das Associações Portuguesas	XV
Quadro XXVIII - Participação em Associações de estudantes da Escola.....	XV
Quadro XXIX - Sociabilidade em Portugal	XV
Quadro XXX - Religião praticada	XVI
Quadro XXXI - Possibilidades de prática religiosa.....	XVI
Quadro XXXII - Representação da Estadia.....	XVII
Quadro XXXIII - Regresso ao País de Origem	XVII
Quadro XXXIV a) - Aspectos positivos/negativos dos Sistemas Educativos.....	XVIII
Quadro XXXIV b)	XIX
Quadro XXXV - Condições de Sucesso.....	XX
Questões de Tipo B (Discriminação de dados)	
Quadro A. 1 - Sugestões- Sist. Ensino.....	XXIII
Quadro A. 2 - Conceito de Identidade Cultural.....	XXIV
Quadro A. 3 - Momento de tomada de consciência.....	XXV
Quadro A. 4 - Visão Anterior.....	XXVI
Quadro A. 5 - Confronto	XXVII
Quadro A. 6 - 1ª Fase	XXVIII
Quadro A. 7 - 2ª Fase	XXIX
Quadro A. 8 - 3ª Fase	XXX

Quadro A. 9 - Apresentação de Si	XXXI
Quadro A. 10 - Apresentação de Si (Manter).....	XXXIII
Quadro A. 11 - Apresentação de Si (Mudar)	XXXIV
Quadro A. 12 - Semelhanças.....	XXXV
Quadro A. 13 - Diferenças	XXXVI
Quadro A. 14 - Características a Manter (Jovens conterrâneos)....	XXXVII
Quadro A.15 - Características a Mudar (Jovens conterrâneos)....	XXXVIII
Quadro A.16 - Cultura de Origem	XXXIX
Quadro A. 17 - Cultura Portuguesa.....	XL
Quadro A. 18 - Estratégias.....	XLI

Questões de Tipo B (referências quantitativas)

Quadro B. 1a Sugestões S. Ensino (Masc./Fem. - Urbano/Rural)	XLII
Quadro B. 1b. Sugestões Sist. Ens.(Países).....	XLIII
Quadro B. 2a - Identid. Cultural (Masc.-Fem./Urb.-Rur.)	XLIV
Quadro B. 2b - Identidade Cultural (Países).....	XLIV
Quadro B. 3a - Momento de Tomada de Consciência.....	XLV
Quadro B. 3b - Momento de Tomada de Consciência	XLV
Quadro B. 4a - Visão Anterior	XLVI
Quadro B. 4b -Visão Anterior.....	XLVII
Quadro B. 5a - Confronto	XLVIII
Quadro B. 5b - Confronto.....	XLXIX
Quadro B. 6a - 1ª Fase (Masc-Fem/Urb-Rur).....	L
Quadro B. 7a - 2ª Fase (Masc-Fem/Urb-Rur).....	LI
Quadro B. 8a - 3ª Fase (Masc-Fem/Urb.-Rur)	LII
Quadro B. 8b -1ª Fase (Países).....	LIII
Quadro B. 8b - 2ª Fase (Países).....	LIV
Quadro B. 9a - 3ª Fase (Países).....	LV
Quadro B. 10a - "Apresentação de Si"	LVI

Quadro B. 10b - "Apresentação de Si"	LVIII
Quadro B. 11a - Semelhanças (Masc./Fem.- Urb./Rur).....	LX
Quadro B. 11b - Semelhanças (Países)	LXI
Quadro B. 12a - Diferenças (Masc/Fem-Urb/Rur).	LXII
Quadro B. 12b - Diferenças (Países).....	LXIII
Quadro B. 13a - Caract. dos Jovens conterrâneos (Manter).....	LXIV
Quadro B. 13b - Carac. dos jovens conterrâneos (Manter).....	LXV
Quadro B. 14a - Características dos jovens conterrâneos (Mudar) ...	LXVI
Quadro B. 14b - Características dos jovens conterrâneos (Mudar)	LXVI
Quadro B. 15a - Cultura de origem.....	LXVII
Quadro B. 15b - Cultura de origem.....	LXVIII
Quadro B. 16a - Cultura portuguesa.....	LXIX
Quadro B. 16b - Cultura portuguesa.....	LXX
Quadro B. 17a - Estratégias.....	LXXI
Quadro B. 17b - Estratégias	LXXII

ANEXOS

JORNAIS/QUESTIONÁRIO

ANEXO Nº I- JORNAIS CONSULTADOS

Data	Publicação	Título
1991-03-08	Público	1) A indefinição dos números 2) Lisboa volta a ser cidade de pretos
1991-04-24	Sábado	Legais mas à margem
1991-07-08	Público	"Grupo anti-racista" denuncia novos ataques dos "skinheads"
1991-08-04	J.N.	1) Minorias étnicas na soc port. 2) Emigrantes e imigrantes
1991-07-07	Público	Estudantes africanos organizam-se em Coimbra
1991-12-08	Público	O racismo subterrâneo
1992-05-11	Público	Racista? Eu?
1992-05-17	Público	Agravamento de condições económicas pode generalizar racismo em Portugal
1992-05-18	Público	HZN em vias de explosão
1992-05-23	J.N.	Racismo ganha força nas crises económicas
1992-05-24	D.N.	Racismo envolto em manto de silêncio
1992-05-25	D.N.	Porto forma mov. para combater o racismo
1992-09-05	Expresso	Racismo português Suave
1992-11-08	Público	Por uma terra de todos nós
1993-01-13	Público	Despejo em Camarate veio sem avisar
1993-01-19	Público	1) Realojamento à vista 2) Não somos xenófobos nem neo-nazis
1993-01-24	Público	1) Estrangeiros querem casa 2) Imigrantes estão "a ser domesticados como cães"

ANEXO Nº 1
(c o n t)

1993-01-27	Público	Casas só para portugueses
1993-02-11	Sábado	À espera de piores dias
1993-02-19	Público	Faculdade de Ciências apoia alunos dos PALOP
1993-04-23	Público	Bispos reclamam legalização
1993-04-23	Público	Licínio foi libertado
1993-04-23	Público	Por uma terra de todos nós
1993-05-07	Público	1) Abriu a caça ao imigrante clandestino 2) Análise dos processos ainda vai a meio
1993-05-14	Público	Ilegais marroquinos aguardam expulsão
1993-06-03	Público	1) Europa fecha-se por dentro 2) "Imigração zero" em França
1993-09-16	Visão	Negros hábitos
1993-12-13	1º de Janeiro	Desconfiança é o grande obstáculo
1993-12-14	Público	Legalização de clandestinos a passo de caracol
1993-03-06	Expresso	O Governo dificulta direito de asilo
1993-06-03	J.N.	Clandestinos e Narcotraficantes na mira da Comunidade Europeia
1993-07-08	Público	Angolanos têm acesso ao ensino superior
1994-02-24	Visão	Imigrantes Os mal amados
1994-06-05	Público	Estudantes dos países lusófonos em Portugal
1994-06-08	Público	Bolseiros
1994-06-27	Público	Situação vai ser regularizada
1994-10-04	Público	Atribuições dos estudantes africanos em Lisboa (A. Cardosos Franco)

ANEXO Nº 1
(cont)

1995-01-19	Público	Estudantes angolanos entre a guerra e a corrupção A bolsa ou a fome (José Palmeira)
1995-01-19	Público	Bolseiros nas obras
1995-01-26	Público	Bolsas em atraso geram ondas de protesto Estudantes Angolanos em vigília
1995-02-06	Público	Bolseiros Angolanos revoltam-se em Lisboa
1995-02-07	Público	Manifestação de bolseiros angolanos
1995-03-14	Público	PSP carrega sobre estudantes angolanos
1995-03-15	Público	Imagens de Violência. A bolsa e a vida
1995-03-16	Público	Bolseiros angolanos continuam em "vigília de protesto". Greve de fome e viagem a Luanda (Joana Amado)
1995-03-18	Público	Problemas de transferência bancária
1995-03-17	Público	Dois Bolseiros em Luanda
1995-03-21	Público	Lusofonia e racismo (Maria Adelaide Lucas Pires)
1995-03-21	Público	Contra os desalojados negros
1995-04-08	Público	Embaixada Angolana contesta artigo do Público (António José Ribeiro)
1995-05-23	Público	Jornadas sobre educação nos PALOP

ANEXO II - QUESTIONÁRIO

Caro Colega :

Este Questionário, dirigido a estudantes do Ensino Superior, é um dos elementos para a realização de um estudo sobre a identidade cultural, integrado numa tese de doutoramento em Ciências da Educação a apresentar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto.

A sua colaboração é anónima.

Obrigada.

Natércia Pacheco

QUESTIONÁRIO

I- Identificação

a) Nacionalidade : _____

b) Local de nascimento : _____

Meio Urbano

Meio Rural

c) Sexo :

Masculino

Feminino

d) Idade : _____

e) Local de residência em Portugal: _____

f) Tempo de residência em Portugal : _____

g) Curso _____

h) Grau a que o curso conduz:

Bacharelato

Licenciatura

Pós-graduação

Mestrado

Doutoramento

i) Instituição em que realiza os seus estudos

II - Meios de subsistência

- a) Bolseiro(a)
b) Subsídio familiar
c) Trabalho remunerado

Qual _____

d) Orçamento mensal médio :

Até 60.000\$	60 a 70.000\$	70 a 80.000\$	100.000\$ ou mais

III - Situação familiar :

- Solteiro(a)
Divorciado(a)
Casado(a)
Viúvo(a)

- Com filhos
Vivendo em Portugal
Vivendo no país de origem

IV - Condições de alojamento :

a) Tipo de alojamento (assinale com uma cruz a resposta correcta) :

- Casa
Apartamento
Pensão ou residencial
Quarto alugado
Outro (especifique)

b)

Vive em casa de familiares

Vive só

Vive com a família a cargo

Partilha o alojamento com outros

V- Apresentação de si

a) Apresente-se (Sem se identificar. Diga, por exemplo, características que o distinguem dos outros, qualidades, defeitos, etc.)

b) Que características gostaria de manter?

c) Que características gostaria de mudar ?

VI - Experiência de vida em Portugal

1. Que razões o/a levaram a vir para Portugal ? (Assinale com uma cruz a resposta ou respostas mais adequadas)

a) Situação política do meu país

b) Situação económica do meu país

c) Qualidade dos estudos superiores

d) Área de estudos inexistente no meu país

e) Outras razões (especifique)

2. Selecciona entre os seguintes tópicos aqueles que constituem a sua principal preocupação, ordenando-os em função do grau de importância para si actualmente (Pode acrescentar outros tópicos. Por exemplo : Assuntos de natureza pessoal, Terminar os estudos , A situação dos estrangeiros em Portugal, A situação económica do meu país, etc.)

Terminar os estudos	☐
Arranjar alojamento	☐
Arranjar meios de sobrevivência	☐
Defender os meus direitos	☐
Assuntos de natureza mais pessoal	☐
A situação dos estrangeiros em Portugal	☐
O racismo e a xenofobia em Portugal	☐
Outras	

3. Antes de vir para Portugal tinha expectativas e representações que eventualmente se foram alterando.

a) Qual a ideia que fazia de Portugal antes de vir para cá?

b) Qual a ideia que faz de Portugal actualmente? O que se alterou?

4. Como descreveria a forma como se sentiu :

a) Nos primeiros tempos da sua estadia em Portugal

b) Mais tarde

c) Como se sente actualmente

5. Relativamente aos estudos os seus resultados, até este momento, são
(faça uma cruz na opção mais adequada)

Muito bons

Bons

Regulares

Fracos

Muito fracos

6. A que se devem esses resultados?

7. Como vê o seu futuro ?

8. Teve algum apoio quando chegou a Portugal?

Não ☐ Sim ☐

9. Se respondeu sim à questão anterior:

Foi apoiado por (faça uma cruz na ou nas respostas mais adequadas):

a) Pessoas que conhecia do seu país

b) Uma ou mais associações portuguesas

c) Associação do seu país existente em Portugal

d) Embaixada ou Consulado do seu país

e) Serviços de atendimento a estrangeiros

f) Outros (especifique)

10. Mantém contacto com alguma Associação Socio-Cultural/Recreativa do seu país, existente em Portugal

Regular
Esporádico
Nenhum
Não conheço nenhuma

11. Conhece outras associações africanas do mesmo âmbito?

Sim
Não

12. Faça uma cruz na frase ou frases que considerar mais adequadas, podendo acrescentar outras.

Na sua opinião, estas associações socio-culturais/recreativas

a) têm um papel importante na manutenção de características culturais próprias ao seu país

b) têm um papel importante na manutenção de relações com os seus conterrâneos

c) têm um papel importante na defesa dos vossos direitos em Portugal

d) permitem-vos uma melhor inserção no meio

e) têm um papel importante na valorização da vossa cultura

f) enriquecem a cultura portuguesa, pelas trocas que estimulam

g) outras

13. Conhece associações portuguesas que se interessem pelas dificuldades de inserção dos africanos em Portugal

Não ☐ Sim ☐ Quais ?

14. O que pensa do papel desempenhado por estas associações portuguesas?

15. Participa na Associação de Estudantes da sua Escola?

Sim ☐ Não ☐ Porquê?

16. Os seus amigos em Portugal são (assinale uma ou mais respostas)

a) portugueses

b) conterrâneos

c) outros

☐
☐

17. Pratica alguma religião?

Não ☐
Sim ☐ Qual?

a) Tem possibilidades de a praticar em Portugal?

Sim ☐
Não ☐ Porquê?

18. O que considera mais semelhante entre os jovens do seu país e os jovens portugueses?

19. O que considera mais diferente entre os jovens do seu país e os jovens portugueses?

20. Entre os seus conterrâneos há características fundamentais que deveriam conservar?
Quais?

21. Considera que há, entre os seus conterrâneos, características que deveriam mudar?
Quais?

22. Para si, que elementos constituem a “identidade cultural” de uma pessoa?

23. Em que momento da sua vida ganhou uma maior consciência deste fenómeno ?

24. Se lhe pedissem para explicar às pessoas que chegam a Portugal como é a cultura portuguesa, quais as cinco principais características que apontaria

1

2

3

4

5

25. Se lhe pedissem para explicar aos Portugueses como é a cultura do seu país, quais as cinco principais características que apontaria

1

2

3

4

5

26. Supondo que um familiar seu chegava a Portugal, com intenções de aqui residir, que lhe aconselharia, para além de legalizar a sua estadia, a fim de tornar a sua estadia o melhor possível? (organização da vida, comportamentos, etc.)

27. Depois da sua experiência de vida em Portugal, considera a sua estadia aqui (assinale uma das respostas)

uma aventura
um erro
um investimento no seu futuro
um investimento no futuro do seu país
outro

28. O regresso ao seu país (assinale uma das respostas)

é certo
é imprescindível
é provável
é uma coisa para pensar
não está nos seus planos
é improvável

VII - Sistemas/Processos de Ensino

1. Tendo em conta a sua experiência, aponte os 5 aspectos mais positivos e mais negativos em cada um dos países, relativamente aos processos de ensino e condições de realização. Sugere-se uma lista de tópicos que poderá ser alargada. Assim, frente a um tópico que considere mais positivo no seu país coloque o sinal + na respectiva coluna; frente a um tópico mais negativo no seu país coloque o sinal - ; faça o mesmo relativamente à coluna de Portugal.

Tópicos	-Portugal-		-.....-	
	+	-	+	-
1.Duração da escolaridade				
2.Formação básica				
3.Carga horária				
4. Currículo adequado às necessidades				
5. Articulação teoria e prática				
6. Relações Professor/aluno				
7.Investimento no sucesso dos alunos				
8. Indiferença quanto ao sucesso dos alunos				
9.Relações entre estudantes				
10. Incentivo à competição				
11. Incentivo à colaboração				
12.				
13.				
14.				
15.				
16.				
17.				
18.				
19.				
20.				

2. Em seu entender, a Universidade e outras Instituições do Ensino Superior, proporcionam condições de sucesso aos estudantes estrangeiros em Portugal?

Sim. As condições são suficientes

Não.

3. Se respondeu Não à questão anterior identifique as falhas que são para si mais evidentes e sugira soluções. (Por exemplo, criar ou alterar determinados serviços ...)

QUADROS ANEXOS

QUADROS DE CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Quadro I - Distribuição por nacionalidades

	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA	S.TOMÉ	TOTAL
EFFECT.	37	6	5	11	1	60
%	61,67	10	8,33	18,33	1,67	100

Quadro II - Distribuição segundo o meio

Meio	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA	S.TOMÉ	TOTAL
URB.	27	4	2	7	1	41
%	72,9	66,6	40	63,6	100	#
RURAL	10	2	3	4	0	19
%	27,0	33,3	60,00	36,3	0	#
TOTAIS	37	6	5	11	1	60

Quadro III - Distribuição segundo o género

	Nacionalidades					
Género	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA	S.TOMÉ	TOTAL
Fem.	6	1	0	3	0	10
%	16,2	16,6	0	27,2	0	#
Masc.	31	5	5	8	1	50
%	83,7	83,3	100	36,3	100	#
TOTAIS	37	6	5	11	1	60

Quadro IV - Distribuição segundo a Idade

Idades	Nacionalidades					TOTAL
	ANGOLA	C.VER	GUINÉ	MOÇA.	S.TOM	
18-23	5	5	0	4	0	14
%	13,5	83,3	0	36,3	0	#
24-29	17	1	1	7	1	27
%	45,9	16,6	20	63,6	100	#
+ 30	15	0	4	0	0	19
%	40,5	0	80	0	0	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

Quadro V - Distribuição segundo local de residência

Região	Nacionalidades					TOTAL
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	
Norte	24	2	2	11	0	39
%	66,8	33,3	40	100	0	#
Centro	12	4	2	0	1	19
%	32,4	66,5	40	0	100	#
Sul	1	0	1	0	0	2
%	2,7	0	20	0	0	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

Quadro VI - Distribuição segundo tempo de estadia

Tempo	Nacionalidades					TOTAL
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	
0-2	9	5	1	1	0	16
%	24,3	83,3	20	9	0	#
3-5	22	1	3	7	0	33
%	59,4	16,6	60	63,6	0	#
+6	6	0	1	3	1	11
%	16,2	0	20	27,2	100	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

Quadro VII - Distribuição segundo as áreas de estudos

Áreas	Nacionalidades					TOTAL
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	
A	8	1	0	6	0	15
%	21,62	16,67	0	54,55	0	#
B	6	0	2	1	1	10
%	16,22	0	40	9,09	100	#
C	7	5	3	2	0	17
%	18,92	83,33	60	18,18	0	#
D	15	0	0	1	0	16
%	40,54	0	0	9,09	0	#
E	1	0	0	1	0	2
%	2,70	0	0	9,09	0	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

A = Sociologia, C.Educação, Economia, Direito, Relações Internacionais, Letras;

B= Geologia, Biologia, Química, Medicina, Farmácia; C= Engenharia, Arquitectura;

D=Educação Física, Educação Artística, Educação da Infância;

E= Hotelaria, Turismo, Secundário.

Quadro VIII - Distribuição segundo o grau académico a obter

Grau	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
BAC	6	0	0	0	0	6
%	16,22	0	0	0	0	#
LIC	28	5	5	10	0	48
%	75,6	83,3	100	90,9	0	#
MES	0	1	0	0	1	2
%	0	6,0	0	0	100	#
DOU	1	0	0	0	0	1
%	2,7	0	0	0	0	#
PPS	2	0	0	1	0	3
%	5,4	0	0	9,0	0	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

Bac= bacharelato; Lic= licenciatura; Mes= mestrado;
Do= doutoramento; Prs= Profissional e secundário

Quadro IX - Instituições em que realizam os estudos

Género	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
OFU	28	6	5	9	1	49
%	75,67	100	100	81,81	100	#
ESE	3	0	0	1	0	4
%	8,10	0	0	9,09	0	#
PSU	3	0	0	0	0	3
%	8,10	0	0	0	0	#
PRO	3	0	0	1	0	4
%	8,10	0	0	9,09	0	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

OFU - Ensino oficial universitário; ESE - Escolas Superiores de Educação; PSU = Ensino Universitário particular; PR = Ensino secundário ou profissional particular

Quadro X - Meios de subsistência

Subs.	Nacionalidades					
Nacion.	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
BOL	32	5	2	8	0	47
%	86,48	83,33	40	72,73	0	#
FAM	1	1	0	2	1	5
%	2,70	16,67	0	18,18	100	#
TRB	4	0	2	1	0	7
%	10,81	0	40	9,09	0	#
SCi	0	0	1	0	0	1
%	0	0	20	0	0	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

BOL = bolseiro; FAM= subsídio familiar; TRB = trabalho remunerado; SCi= subsídio de instituição social

Quadro XI - Orçamento

Orçam.	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
-60	18	6	4	8	0	36
%	48,64	100	80	72,73	0	#
61-80	12	0	1	1	1	15
%	32,43	0	20	9,09	100	#
+ 81	7	0	0	2	0	9
%	18,92	0	0	18,18	0	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

Quadro XII - Situação familiar (a)

Est.Civ.	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
SOLT.	27	6	5	10	1	49
%	72,97	100	100	90,90	100	#
CAS.	10	0	0	1	0	11
%	27,02	0	0	9,09		#
TOTAL	37	6	5	11	1	60

Quadro XIII - Situação familiar (b)
(sem filhos ou com filhos em Portugal ou no País de origem)

Resid	Nacionalidades					
Filhos	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
Port	11	0	0	0	0	11
%	29,73	0	0	0	0	#
POR	14	0	2	0	0	16
%	37,83	0	40	0	0	#
SF	12	6	3	11	1	33
%	32,43	100	60	100	100	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

Port - filhos em Portugal; POR = filhos no seu país;
SF = sem filhos

Quadro XIV - Condições de alojamento (tipo)

Aloj.	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
CAP	10	2	2	4	0	18
%	27,03	33,33	40	36,36	0	#
RES	27	1	1	5	1	35
%	72,97	16,66	20	45,45	100	#
RU	0	3	2	2	0	7
%	0	50	40	18,19	0	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

CAP = casa ou apartamento; RES= residência;
RU= residência universitária;

Quadro XV - Condições de alojamento (partilha)

Género	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
FAM	0	0	0	2	0	2
%	0	0	0	18,18	0	#
SÓ	6	1	1	2	0	10
%	16,22	16,66	20	18,18	0	#
CARG	6	0	0	1	0	7
%	16,22	0	0	9,09	0	#
OUT	25	5	4	6	1	41
%	67,56	83,33	80	54,54	100	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

Fam= vive em casa de família; Só = vive só; Carg. = vive com família a cargo; Out= partilha o alojamento com outros

QUESTÕES TIPO A ou C

Quadro XVI - Razões de vinda para Portugal

Razões	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
POL	9	0	0	3	0	12
%	19,56	0	0	18,75	0	#
ECO	1	0	1	3	0	5
%	2,17	0	20	18,75	0	#
QUA	14	1	0	3	1	19
%	30,43	14,28	0	18,75	100	#
INE	15	5	4	3	0	27
%	32,60	71,42	80	18,75	0	#
OUT	7	1	0	4	0	12
%	15,21	14,28	0	25	0	#
TOT.	46	7	5	16	1	75

Pol = "situação política do meu país"; Eco = "situação económica do meu país"; Qua = "qualidade dos estudos superiores";

Ine = "Área de estudos inexistente no meu país"; Out = "Outras razões".

Questão de escolha múltipla : nº de enunciados=75

nº respondentes : 60

Quadro XVII a) - Preocupações actuais

ANGOLA

Ordem	Est	Aloj	SOB	DIR	Pes	Sit	RAC	TOT
1º	27	1	3	3	0	1	2	36
2º	1	2	14	5	4	2	4	32
3º	3	4	3	6	2	6	5	29
4º	1	4	3	5	2	6	4	25
5º	0	4	3	2	3	0	6	18
6º	1	1	3	2	1	7	0	15
7º	2	2	0	0	4	2	5	15
TOT	35	18	29	22	16	24	26	170

CABO VERDE

Ordem	Est	Aloj	SOB	DIR	Pes	Sit	RAC	TOT
1º	3	1	1	1	0	0	0	6
2º	1	0	1	1	2	0	1	6
3º	1	0	0	1	1	1	1	5
4º	1	0	1	1	0	0	2	5
5º	0	1	0	0	1	1	0	3
6º	0	0	0	1	0	0	2	3
7º	0	1	0	0	0	2	0	3
TOT	6	3	3	5	4	4	6	31

GUINE

Ordem	Est	Aloj	SOB	DIR	Pes	Sit	RAC	TOT
1º	2	0	1	1	0	0	0	4
2º	0	0	1	2	0	0	0	3
3º	1	0	0	0	0	1	1	3
4º	0	1	0	1	0	0	0	2
5º	0	0	0	0	1	0	0	1
6º	0	1	0	0	0	0	0	1
7º	0	0	0	0	0	0	0	0
TOT	3	2	2	4	1	1	1	14

MOÇAMBIQUE

Ordem	Est	Aloj	SOB	DIR	Pes	Sit	RAC	TOT
1º	7	1	2	0	1	0	0	11
2º	2	1	3	1	1	0	1	9
3º	2	0	2	0	1	1	3	9
4º	0	0	0	4	1	2	0	7
5º	0	0	1	1	2	1	0	5
6º	0	1	0	0	1	1	1	4
7º	0	1	0	0	0	0	3	4
TOT	11	4	8	6	7	5	8	49

SÃO TOMÉ

Ord	Est	Aloj	SOB	DIR	Pes	Sit	RAC	TOT
1º	1	0	0	0	0	0	0	1
2º	0	0	0	1	0	0	0	1
3º	0	0	0	0	1	0	0	1
4º	0	0	0	0	0	0	1	1
5º	0	0	0	0	0	1	0	1
6º	0	1	0	0	0	0	0	1
7º	0	0	1	0	0	0	0	1
TOT	1	1	1	1	1	1	1	7

Quadro XVII. b) - Preocupações actuais
(ordenação)

Preoc.	Nacionalidades				
Actuais	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ
EST	1º	2º	2º	1º	1º
ALOJ	4º	1º	5º	5º	6º
SOB	2º	3º	1º	2º	7º
DIR	3º	5º	3º	4º	2º
PESS	7º	4º	5º	3º	3º
SIT	6º	7º	4º	6º	5º
RAC	5º	6º	4º	7º	4º
	37	6	4	11	1

Quadro XVIII - Resultados dos Estudos

Result.	Nacionalidades					
Estudos	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
MB	2	0	0	0	0	2
%	5,72	0	0	0	0	#
B	8	3	0	3	0	14
%	22,85	50	0	27,27	0	#
R	20	2	4	5	0	31
%	57,14	33,33	80	45,46	0	#
F	4	1	0	3	0	8
%	11,43	16,67	0	27,27	0	#
MF	1	0	1	0	0	2
%	2,86	0	20	0	0	#
TOT	35	6	5	11	0	57

MB = muito bons; B= bons; R= regulares; F= fracos;
MF= muito fracos

Quadro XIX - Atribuição das causas dos resultados

Result.	Nacionalidades					
Causas	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
BINT	9	3	0	3	0	15
%	39,13	60	0	27,27	0	#
BEXT	1	0	0	0	0	1
%	4,35	0	0	0	0	#
RINT	3	0	1	3	0	7
%	13,04	0	33,33	27,27	0	#
REXT	5	1	1	2	0	9
%	21,74	20	33,33	18,18	0	#
FEXT	5	1	1	3	0	10
%	21,74	20	33,33	27,27	0	#
TOT	23	5	3	11	0	42

BINT= bons resultados (MB+B), atribuídos a causas internas;
 BEXT = bons resultados (MB+B), atribuídos a causas externas;
 RINT = resultados regulares atribuídos a causas internas;
 REXT = resultados regulares atribuídos a causas externas;
 FEXT = resultados fracos (MF+F) atribuídos a causas externas.

Quadro XX - Representação do futuro

Repr.	Nacionalidades					
Fut.	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
POS	22	4	2	5	0	33
%	59,45	66,67	40	45,45	0	#
NEG	3	0	1	0	0	4
%	8,10	0	20	0	0	#
DUV	8	1	2	3	0	14
%	21,62	16,66	40	27,27	0	#
NP	4	1	0	3	1	9
%	10,81	16,66	0	27,27	100	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

POS= positivo; NEG= negativo; DUV= duvidoso; NP= não pensou;

Quadro XXI - Apoio à chegada a Portugal

	Nacionalidades					
Apoio	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
SIM	28	6	4	7	1	46
%	75,68	100	80	63,64	100	#
NÃO	9	0	1	4	0	14
%	24,32	0	20	36,36	0	#
TOTAIS	37	6	5	11	1	60

Quadro XXII - Designação de quem apoiou

Quem	Nacionalidades					
Apoiou	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
PPO	19	6	4	6	0	35
%	67,86	100	100	85,71	0	#
IPO	8	0	0	0	1	9
%	28,57	0	0	0	100	#
IPA	1	0	0	1	0	2
%	3,57	0	0	14,28	0	#
TOT.	28	6	4	7	1	46

PPO = pessoas do país de origem; IPO = Instituições do país de origem;
IPA = Instituições do país de acolhimento

Quadro XXIII - Contacto com associações do país de origem

Assoc.	Nacionalidades					
País	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
REG	10	0	4	2	0	16
%	27,03	0	80	18,18	0	#
ESP	10	2	1	3	1	17
%	27,03	33,33	20	27,27	100	#
NEN	13	3	0	2	0	18
%	35,13	50	0	18,18	0	#
DESC	4	1	0	4	0	9
%	10,81	16,67	0	36,36	0	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

REG = regular; ESP = esporádico; NEN= nenhum; DESC= desconhece

Quadro XXIV - Conhecimento de Associações africanas

Assoc.	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
SIM	18	2	5	7	1	33
%	46,65	33,33	100	63,64	100	#
NÃO	19	4	0	4	0	27
%	51,35	66,67	0	36,66	0	#
TOTAL	37	6	5	11	1	60

Quadro XXV - Papel das Associações Africanas

Papel	Nacionalidades					
Assoc.	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
a.cul	16	2	2	2	0	22
%	25	16,67	18,18	13,33	0	#
b.rel	22	2	2	4	1	31
%	34,37	16,67	18,18	26,67	100	#
c.dir	11	3	1	2	0	17
%	17,19	25	9,09	13,33	0	#
d.ins	4	0	1	3	0	8
%	6,25	0	9,09	20	0	#
e.val	4	3	3	1	0	11
%	6,25	25	27,27	6,67	0	#
f.rig	3	2	2	2	0	9
%	4,69	16,66	18,18	13,33	0	#
g.out	4	0	0	1	0	5
%	6,25	0	0	6,67	0	#
T.esc	64	12	11	15	1	103
T.suj	35	5	5	9	1	55

a) manutenção da cultura de origem; b) Manutenção das culturas entre conterrâneos;
c) defesa dos direitos; d) inserção no meio ; e)valorização da cultura de origem;
f) enriquecimento da cultura portuguesa; g) outras;

Quadro XXVI - Conhecimento de Associações Portuguesas

Conh.	Nacionalidades					
Ass.	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
SIM	8	1	1	1	0	11
%	21,62	16,67	20	9,09	0	#
NÃO	29	5	4	10	1	49
%	78,38	83,33	80	90,91	100	#
TOTAL	37	6	5	11	1	60

Quadro XXVII - Papel das Associações Portuguesas

Assoc.	Nacionalidades					
Port.	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
IMP	7	2	2	2	0	13
%	53,84	100	66,67	50	0	#
LIM	4	0	1	2	0	7
%	30,76	0	33,33	50	0	#
DT	2	0	0	0	0	2
%	15,38	0	0	0	0	#
TOT.	13	2	3	4	0	22

IMP = importante; LIM= limitado; DT = direitos

Quadro XXVIII - Participação em Associações de estudantes da Escola

Part..	Nacionalidades					
Assoc.	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
SIM	8	1	3	0	0	12
%	21,62	16,66	60	0	0	#
NÃO	29	5	2	11	1	48
%	78,37	83,73	40	100	100	#
TOTAL	37	6	5	11	1	60

Quadro XXIX - Sociabilidade em Portugal

Assoc.	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
CONT	8	4	1	3	0	16
%	22,22	66,67	20	27,27	0	#
PAC	0	0	0	1	0	1
%	0	0	0	9,09	0	#
PC	19	1	3	5	1	29
%	52,78	16,66	60	45,45	100	#
TS	9	1	1	2	0	13
%	25	16,66	20	18,19	0	#
TOT.	36	6	5	11	1	59

CONT = conterrâneos; PAC = portugueses, africanos e conterrâneos;
PC = portugueses e conterrâneos; TS = todos sem distinção

Quadro XXX - Religião praticada

Relig.	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
CRIS	11	1	4	7	0	23
%	100	100	80	77,78	0	#
MUSS	0	0	1	1	0	2
%	0	0	20	11,11	0	#
HIND	0	0	0	1	0	1
%	0	0	0	11,11	0	#
TOT.	11	1	5	9	0	26

CRIS = cristã; MUSS.= muçulmana; HIND.= hindu

Quadro XXXI - Possibilidades de prática religiosa

Prática	Nacionalidades					
	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
SIM	12	5	5	8	0	30
%	34,29	83,33	100	72,73	0	#
NÃO	23	1	0	3	1	28
%	65,71	16,67	0	27,27	100	#
TOTA	35	6	5	11	1	58

Quadro XXXII - Representação da Estadia

Repres.	Nacionalidades					
Estadia	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
AVE	2	0	0	0	0	2
%	5,40	0	0	0	0	#
ERR	1	0	0	0	0	1
%	2,70	0	0	0	0	#
INF	26	3	4	2	1	36
%	70,27	50	80	18,18	100	#
INP	7	3	1	2	0	13
%	18,92	50	20	18,18	0	#
OUT	1	0	0	7	0	8
%	2,70	0	0	63,64	0	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

AVE= aventura; ERR=erro; INF= investimento no futuro;
INP = investimento no futuro do meu país; out=outras

Quadro XXXIII - Regresso ao País de Origem

	Nacionalidades					
Regr.	ANGOLA	C.VERD	GUINÉ	MOÇA.	S.TOMÉ	TOTAL
CER	22	1	2	3	0	28
%	59,45	16,67	40	27,27	0	#
IMP	8	3	1	1	1	14
%	21,62	50	20	9,09	100	#
PRO	5	2	2	2	0	11
%	13,51	33,33	40	18,18	0	#
PEN	2	0	0	3	0	5
%	5,40	0	0	27,27	0	#
PLA	0	0	0	2	0	2
%	0	0	0	18,18	0	#
TOT.	37	6	5	11	1	60

CER- certo; IMP- imprescindível; PRO -provável;
PEN - uma coisa para pensar;
PLA - não está nos meus planos;
a última opção : "improvável" não foi escolhida por ninguém.

Quadro XXXIV - Aspectos positivos/negativos dos Sistemas Educativos em Portugal (pp/pn) e no País de Origem (op/on)

AVAL.	pp	pn	op	on	TOTALS
DUR	39	11	23	24	97
%	8,88	2,50	5,21	5,44	#
HOR	26	17	22	23	88
%	5,92	3,87	4,98	5,21	#
BAS	45	3	13	36	97
%	10,25	0,68	2,94	8,16	#
CUR	30	11	18	26	85
%	6,83	2,50	4,08	5,89	#
TP	27	14	12	28	81
%	6,15	3,18	2,72	6,34	#
PA	23	22	24	21	90
%	5,23	5,01	5,44	4,76	#
SUC	22	21	18	28	89
%	5,01	4,78	4,08	6,34	#
EST	13	31	45	2	91
%	2,96	7,06	10,20	0,45	#
COM	33	10	12	26	81
%	7,51	2,27	2,72	5,89	#
COL	19	22	22	18	81
%	4,32	5,01	4,98	4,08	#
TOT	277	162	209	232	880
%	63,10	36,9	47,39	52,61	#

DUR= duração; HOR=horários; BAS= bases; CUR= currículo; PA= relações Professor/aluno;

TP= articulação teoria/prática; SUC= investimento no sucesso; EST= relações entre estudantes;

COM = competição; COL = colaboração.

Nº de sujeitos = 49 (30 angolanos; 5 Guineenses, 5 caboverdianos, 9 moçambicanos)

Quadro XXXIV a)

Soma dos aspectos positivos/negativos dos Sistema Educativo

Tópicos	+	-	
Bases	+45	-3	+42
Duração	+39	-11	+28
Teoria/prática	+27	-14	+23
Competição	+33	-10	+23
Currículo	+30	-11	+19
Horário	+26	-17	+9
Prof/alunos	+23	-22	+1
Sucesso	+22	-21	+1
Colaboração	+19	-22	-3
Estud/Estud	+13	-31	-18

Quadro XXXIV b) Soma dos aspectos positivos/negativos dos Sistema Educativo do país
de origem

Tópicos	+	-	
Estud/Estud	+45	-2	+43
Colaboração	+22	-18	+4
Prof/alunos	+24	-21	+3
Duração	+23	-24	-1
Horário	+22	-23	-1
Currículo	+18	-26	-8
Sucesso	+18	-28	-10
Competição	+12	-26	-14
Teoria/prática	+12	-28	-16
Bases	+13	-36	-23

Quadro XXXV - Condições de Sucesso

Cond.	Nacionalidades					
	ANGOLA	CVERD	GUIN	MOÇ	STOM	TOT
SIM	9	3	1	3	0	16
%	30	60	20	33,33	0	#
NÃO	21	2	4	6	1	34
%	70	40	80	66,67	100	#
TOTAL	30	5	5	9	1	50

QUESTÕES DE TIPO B (Discriminação dos sujeitos)

Quadro A. 1 - Sugestões- Sist. Ensino

COOPERAÇÃO (COO) 1a, 8a, 14m, 16a, 19a, 32g, 33g, 57g t=8	acc 1a, 14m, 16a, 19a t= 4
	for 57g t=1
	reg 8a, 32g, 33g t= 3
SERVIÇOS SOCIAIS (SOC) 1a, 6a, 11a, 14m, 15a, 16a, 17a, 18a, 19a, 20a, 23cv, 25a, 32g, 33g, 37a, 39a, 48m t= 17	bol 1a, 6a, 14m, 16a, 23cv, 32g, 33g t= 7
	can 6a, 11a, 14m, 19a t= 4
	lar 6a, 11a, 15a, 17a, 18a, 19a, 23cv, 32g, 33g, 37a, 39a, 48m t=12
	gab 16a, 17a, 20a, 25a, 39a t=5
QUALIDADE DA DOCÊNCIA (DOC) 4a, 18a, 20a, 26a, 29a, 31a, 39a, 41a, 48m, 51m, 54m, 56g, 57g t=13	ima 29a, 51m, 54m, 57g t=4
	suc 4a, 18a, 20a, 26a, 29a, 31a, 39a, 41a, 48m, 56g t=10
RECURSOS PEDAGÓGICOS (PED) 4a, 11a, 18a, 33g, 39a t=5	bib 4a, 18a t=2
	did 11a, 33g, 39a t= 3
FUTURO PROFISSIONAL (FUT) 37a t=1	ira 37a t=1
IGNORÂNCIA (IGN) 9a, 12a t=2	ns 9a, 12a t=2
sujeitos : 29	us : 58

Quadro A. 2 - Conceito de Identidade Cultural

CULTURA (CUL) 1a, 2a, 3a, 4a, 5a, 6a, 7a, 8a, 9a, 10a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 15a, 17a, 18a, 19a, 20a, 22cv, 25a, 26a, 27a, 28a, 29a, 31a, 33g, 36a, 37a, 39a, 41a, 48m, 51m, 52m, 57g, 60a t=36	cos 1a, 2a, 3a, 4a, 5a, 8a, 9a, 10a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 15a, 17a, 18a, 20a, 22cv, 28a, 29a, 31a, 33g, 37a, 39a, 41a, 48m, 51m, 57g, 60a. t=28 trd 6a, 7a, 14m, 19a t=4 lin 2a, 3a, 4a, 5a, 6a, 7a, 9a, 10a, 12a, 14m, 15a, 22cv, 25a, 26a, 36a, 37a, 41a, 52m t=18 nac 26a, 27a, 36a T=3
EDUCAÇÃO (EDU) 1a, 10a, 16a, 32g, 35a, 47g, 49m, 52m, 56g. t=9	ins 1a, 10a, 16a, 32g, 47g, 49m T= 6 civ 35a, 52m, 56g. t=3
IGNORÂNCIA (IGN) 54m, 55m T=2	
Sujeitos : 44 sr: 21cv, 23cv, 24cv, 30a, 34st, 38a, 40a, 42m, 43cv, 44a, 45a, 46a, 50a, 53m, 58m, 59m. t= 16	

Quadro A. 3 - Momento de tomada de consciência

FASES DE CRESCIMENTO (CRE) 3a, 4a, 5a, 8a, 12a, 18a, 29a, 32g, 33g, 35a, 36a, 41a, 48m, 56g. t=14	
CONTACTO COM OUTROS (CTC) 1a, 2a, 6a, 7a, 9a, 10a, 11a, 13cv, 14m, 15a, 16a, 17a, 19a, 20a, 21cv, 22cv, 25a, 26a, 27a, 31a, 37a, 39a, 47g, 49m, 51m, 52m, 54m, 57g, 60a. t=29	oup 1a, 6a, 15a, 17a, 22cv, 31a, 37a t=7 out 2a, 7a, 60a t=3 por 9a, 10a, 11a, 13cv, 20a, 21cv, 25a, 26a, 39a, 51m, 52m, 57g t=12 uni 19a, 27a, 47g, 49m, 54m t=5 ind 14m t=1 ago 16a t=1
IGNORANCIA (IGN) 28a t=1	
sujeitos : 44 sr: 23cv, 24cv, 30a, 34st, 38a, 40a, 42m, 43cv, 44a, 45a, 46a, 50a, 53m, 55m, 58m, 59m. t= 16	us: 44

Quadro A. 4 - Visão Anterior

VISÃO IDEALIZADA (VID) nº 11a, 12a, 13cv, 15a, 25a, 28a, 32g, 39a, 48m, 59m t=10	<i>Paraíso (Par)</i> nº 11a, 12a, 13cv, 15a, 28a, 32g, 48m, 59m t= 8 <i>Fraternidade (Fra)</i> nº 11a, 25a, 39a, t= 3	bel nº 12a, 13cv, 15a t=3 fac+ nº 11a, 13cv, 28a, 32g, 48m, 59m t= 6
PERSONALIDADE (PER) nº 1a, 3a, 6a, 10a, 12a, 14m, 15a, 16a, 20a, 21cv, 22cv, 23cv, 25a, 29a, 38a, 41a, 51m, 56g, 58m. t=19	<i>Comunicação (Com)</i> nº 1a, 3a, 6a, 10a, 12a, 14m, 16a, 20a, 21cv, 23cv, 25a, 29a, 38a, 41a, 51m, 56g, 58m t= 17 <i>Mentalidade (Men)</i> nº 14m 15a, 22cv, 23cv, 25a, 29a, 51m t= 7	aco+ nº 1a, 6a, 12a, 14m, 20a, 38a, 51m, 58m t= 8 aco- nº 23cv t= 1 rx+ nº 3a, 6a, 10a, 14m, 20a, 25a, 29a, 41a, 56g, 58m t= 10 ment+ nº 14m, 22cv, 25a, 29a, 51m t= 5 ment- nº 15a, 23cv t= 2
DESENVOLVIMENTO (DES) nº 3a, 4a, 9a, 10a, 11a, 14m, 15a, 16a, 18a, 19a, 22cv, 26a, 27a, 31a, 32g, 35a, 36a, 37a, 41a, 48m, 56g, 58m, 59m, 60a t= 24	<i>Interface (Int)</i> nº 4a, 18a, 27a, 31a, 36a, 58m, 59m, 60a t= 8 <i>Socio-Político (SPo)</i> nº 3a, 4a, 14m, 16a, 37a, 41a, 56g, 60a t= 8 <i>Económico (Eco)</i> nº 3a, 4a, 9a, 10a, 11a, 15a, 16a, 18a, 19a, 22cv, 26a, 27a, 28a, 30a, 32g, 35a, 36a, 48m, 56g, 58m, 60a t= 21	por+ nº 4a, 31a, 58m, 60a t= 4 cur+ nº 18a, 27a, 36a, 59m t=4 dem+ nº 3a, 4a, 14m, 16a, 37a, 41a, 60a t= 7 paz+ nº 56g t= 1 eco+ nº 3a, 4a, 9a, 10a, 11a, 16a, 18a, 19a, 22cv, 26a, 27a, 28a, 30a, 32g, 35a, 36a, 48m, 58m, 60a t= 19 eco- nº 15a, 56g t= 2

Quadro A. 4 - Visão anterior
(cont)

DESENVOLVIMENTO (DES) 3a, 4a, 6a, 7a, 11a, 13cv, 15a, 16a, 17a, 18a, 19a, 20a, 26a, 27a, 28a, 30a, 32g, 35a, 36a, 37a, 47g, 48m, 49m, 51m, 56g, 59m t=27	Interface nº 7a, 17a, 18a, 19a, 20a, 32g, 47g, 59m t= 8	por - nº 17a, 18a t= 2 cur- nº 7a, 18a, 19a, 32g, 47g, 50a, 59m t=7 cur+ nº 20a t=1
	Socio-Político (SPo) nº 3a, 4a, 13cv, 15a, 16a, 37a, 54m t= 7	dem+ nº 3a, 4a, 15a, 37a t=4 dem- nº 16a t=1
	Económico nº 3a, 4a, 6a, 7a, 11a, 13cv, 15a, 16a, 18a, 19a, 20a, 26a, 27a, 28a, 30a, 32g, 35a, 36a, 47g, 48m, 49m, 51m, 56g t= 23	eco+ nº 4a, 16a, 18a, 30a, 36a, 47g, 56g t= 7 eco- nº 3a, 6a, 7a, 11a, 13cv, 15a, 19a, 20a, 26a, 27a, 28a, 32g, 35a, 48m, 49m, 51m t= 16

Quadro A. 5 - Visão actual

VISÃO IDEALIZADA (VID) nº 15a, 31a, 48m t=3	Paraíso (Par) nº 15a, 31A, 48M t= 3	bel nº 15a t=1 fac- nº 31a, 48m t= 2
PERSONALIDADE (PER) nº 1a, 3a, 6a, 9a, 10a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 15a, 20a, 21cv, 22cv, 23cv, 25a, 29a, 32g, 38a, 39a, 41a, 51m, 54m, 56g, 58m, 59m, 60a t=26	Comunicação (Com) nº 1a, 3a, 6a, 9a, 10a, 11a, 14m, 20a, 22cv, 23cv, 25a, 29a, 32g, 38a, 41a, 51m, 54m, 58m, 60a. t= 19 Mentalidade (Men) nº 1a, 12a, 13cv, 14m, 15a, 21cv, 22cv, 23cv, 25a, 29a, 38a, 41a, 59m t= 13	aco- nº 14m, 22cv, 23cv, 32g, 38a, 41a, 51m, 54m, 58m, 60a t= 10 rx+ nº 20a t= 1 rx- nº 1a, 3a, 6a, 9a, 10a, 11a, 25a, 29a, 39a, 56g, 58m t= 11 ment- nº 1a, 12a, 13cv, 14m, 15a, 21cv, 22cv, 23cv, 25a, 29a, 38a, 41a, 59m t= 13
NEUTRALIDADE (NEU) nº 2a, 5a, 7a, 8a, 17a, 47g, 49m, 52m, 54m, 55m, 57g t=11	Diferença (Dif) nº 8a, 17a, 52m, 54m, 57g t=5 Nenhuma (Nen) nº 2a, 5a, 7a, 47g, 49m, 55m t= 6	
Respondentes : 49		

SR: 24cv, 33g, 34st, 40a, 42m, 43cv, 44a, 45a, 46a, 50a, 53m

us : 86

Quadro A. 6 - 1ª Fase

CHOQUE (CHO) 1a, 3a, 4a, 5a, 6a, 7a, 8a, 9a, 10a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 16a, 17a, 19a, 20a, 21cv, 22cv, 23cv, 25a, 26a, 28a, 29a, 30a, 31a, 32g, 33g, 39a, 41a, 42m, 43cv, 46a, 47g, 48m, 49m, 50a, 52m, 54m, 55m, 57g, 58m, 59m, 60a t=44	Choque propriamente dito (Cpp) 3a, 6a, 7a, 9a, 10a, 12a, 13cv, 14m, iso 16a, 17a, 19a, 21cv, 22cv, 23cv, 3a, 13cv, 14m, 17a, 19a, 22cv, 33g, 25a, 26a, 28a, 29a, 30a, 31a, 32g, 42m, 47g, 52m, 60a 33g, 39a, 41a, 42m, 47g, 52m, t=11 55m, 57g, 58m 59m, 60a t=32 arr 6a, 29a, 59m t= 3 cul 16a, 23cv, 50a t=3 des 7a, 9a, 10a, 12a, 14m, 16a, 22cv, 25a, 26a, 28a, 29a, 30a, 31a, 32g, 39a, 41a, 55m, 57g, 58m, 59m. t=20
	Estranheza (Est) 1a, 4a, 5a, 8a, 11a, 13cv, 16a, 19a, 20a, 21cv*, 26a, 43cv, 46a, 48m, 49m, 50a, 54m t=17 cli 5a, 21cv*, 26a t=3 ins 1a, 4a, 8a, 19a, 20a, 21cv, 46a, 48m, 49m, 50a, 54m t= 11 sau 11a, 13cv, 43cv t=3 sub 12a, 16a t=2
INSERÇÃO 2a, 18a, 35a, 51m, 56g t=5	ini 2a, 18a t=2 eni 35a, 51m, 56g t=3
DIFICULDADES ECONÔMICAS (DIF) 15a, 37a, 60a t=3	
DISTANCIAMENTO (DIS) 27a, 33g, 36a t=3	nor 36a t=1 cri 27a, 33g t=2
Total de respondentes : 53 sr= 7 24cv, 34st, 38a, 40a, 44a, 45a, 53m	Total de enunciados: 68

Quadro A. 7 - 2ª Fase

CHOQUE (CHO) 3a, 7a, 8a, 9a, 12a, 13cv, 14m, 15a, 16a, 25a, 27a, 28a, 29a, 31a, 33g, 42m, 43cv, 51m, 55m, 56g, 58m	<i>Choque propriamente dito</i> (Cpp) 3a, 7a, 8a, 9a, 12a, 13cv*, 14m, 15a*, 25a, 27a, 28a, 29a, 31a, 33g, 51m*, 55m, 56g, 58m t=18	iso 3a, 12a, 14m, 15a, 33g t= 5
t= 21		des 7a, 9a, 13cv, 14m, 25a, 27a, 28a, 29a, 31a, 51m, 55m, 56g, 58m t=13
		cul 13cv t=1
	<i>Estranheza (Est)</i> 8a, 16a, 42m, 43cv t=4	ins 8a t=1
		sau 42m, 43cv t=2
		sub 16a t=1
INSERÇÃO (INS) 1a, 4a, 5a, 6a, 10a, 11a, 16a, 17a, 18a, 19a, 20a, 21cv, 22cv, 23cv, 26a, 30a, 32g, 37a, 41cv, 42msau, 43cvsau1, 46a, 47g, 48m, 49m, 50a, 52m, 54m, 57g, 59m, 60a t=31		aju 1a, 4a, 5a, 6a, 10a, 16a, 17a, 19a, 20a, 22cv, 23cv, 30a, 32g, 37a, 46a, 49m, 50a, 52m, 54m, 57g, 59m t= 21
		int 18a, 48m t=2
		obj 11a, 23cv, 42m, 43cv t=4
		ami 22cv, 41a, 47g, 49m, 59m, 60a. t=6
		acl 5a, 21cv, 26a t=3
DIFICULDADES ECONÔMICAS (DIF) 2a, 13cv, 15a, 51m t= 4		
DISTANCIAMENTO (DIS) 16a, 33g, 35a, 36a, 39a t=5		nor 36a, 39a cri 16a, 33g, 35a
Total de respondentes : 53	Total de enunciados	68

Quadro A. 8 - 3ª Fase

CHOQUE (CHO) 7a, 10a, 12a, 15a, 16a, 25a, 26a, 27a, 31a, 33g, 51m, 55m, 56g, 58m t= 14	<i>Choque propriamente dito (Cpp)</i> 7a, 10a, 12a, 15a, 25a, 26a, 27a, 31a, 33g, 51m, 55m 58m t=12 <i>Estranheza (Est)</i> 16a, 56g t=2	iso 12a, 15a, 33g t=3 des 7a, 10a, 25a, 26a, 27a, 31a, 51m, 55m, 58m t=9 sau 56g t=1 sub 16a t=1
INSERÇÃO (INS) 1a, 3a, 4a, 5a, 6a, 8a, 9a, 11a, 13cv, 14m, 17a, 18a, 19a, 20a, 21cv, 22cv, 23cv, 28a, 29a, 30a, 32g, 35a, 37a, 41a, 42m, 43cv, 46a, 47g, 48m, 49m, 50a, 52m, 54m, 57g, 59m, 60a t=36		aju 1a, 3a, 5a, 8a, 11a, 13cv, 14m, 20a, 23cv, 28a, 29a, 30a, 37a, 41a, 42m, 46a, 47g, 49m, 50a, 52m, 54m, 57g, 60a t=23 int 4a, 6a, 9a, 17a, 18a, 19a, 20a, 22cv, 32g, 43cv, 48m, 59m t=12 obj 20a, 23cv, 35a, 42m t=4 ami 5a, 18a, 32g t=3 acl 21cv t=1
DIFICULDADES ECONÓMICAS (DIF) 2a, 18a, 51m t=3		
DISTANCIAMENTO (DIS) 16a, 36a, 39a t=3		nor 36a, 39a t= 2 cri 16a t= 1
Total de respondentes : 53	Total de enunciados	62

Quadro A. 9 - Apresentação de Si

SI-MATERIAL (SM) nº 3a, 22cv, 48m, 56g t= 4	Si-Somático (SSo) nº 3a, 22cv, 48m, 56g t=4	tra nº 3a, 22cv, 48m, 56g t= 4
SI-PESSOAL (SP) nº 1a, 2a, 3a, 4a, 5a, 6a, 7a, 9a, 10a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 15a, 16a, 17a, 18a, 19a, 20a, 21cv, 22cv, 25a, 26a, 28a, 29a, 31a, 32g, 33g, 36a, 38a, 39a, 41a, 43cv, 44a, 47g, 48m, 49m, 50a, 51m, 54m, 55m, 56g, 57g, 59m, 60a t=45	Imagem de Si (ImS) nº 1a, 2a, 3a, 4a, 5a, 6a, 7a, 9a, 10a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 16a, 17a, 18a, 19a, 20a, 21cv, 22cv, 25a, 26a, 28a, 31a, 32g, 33g, 36a, 38a, 39a, 41a, 43cv, 44a, 47g, 48m, 49m, 50a, 51m, 54m, 55m, 56g, 57g, 59m, 60a. t=43	asp nº 5a t=1 ena nº 22cv, 31a, 51m t=3 sem 6a, 10a, 11a, 12a, 13cv, 16a, 20a, 26a, 31a, 32g, 38a, 57g t= 12 int nº 5a t= 1 apt nº 4a, 32g, 54m, 55m t=4 def nº 1a, 2a, 4a, 5a, 7a, 9a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 16a, 17a, 18a, 19a, 20a, 21cv, 25a, 26a, 28a, 31a, 33g, 36a, 39a, 41a, 43cv, 44a, 47g, 48m, 49m, 50a, 54m, 55m, 59m t= 33
	Identidade de Si (IdS) nº 3a, 10a, 13cv, 15a, 16a, 18a, 22cv, 25a, 29a, 36a, 43cv, 48m, 51m, 54m, 55m, 56g, 57g, 59m, 60m t= 19	cin nº 3a, 10a, 25a, 29a, 48m, 55m, 56g t= 7 con nº 15a, 18a, 22cv, 36a, 51m, 55m n= 6 ide nº 13cv, 16a, 43cv, 54m, 57g, 59m, 60a n= 7
SI ADAPTATIVO (SA) nº 1a, 2a, 4a, 5a, 6a, 10a, 11a, 14m, 15a, 17a, 19a, 21cv, 22cv, 31a, 32g, 48m, 50a, 51m, 54m, 56g, 57g, 59m, 60a t=23	Valor de Si (VaS) nº 1a, 4a, 5a, 6a, 10a, 11a, 14m, 19a, 21cv, 22cv, 32g, 48m, 54m, 56g, 59m, 60a t= 16	com nº 6a t=1 vap nº 1a, 4a, 5a, 10a, 11a, 14m, 19a, 21cv, 22cv, 32g, 48m, 54m, 56g, 59m, 60a. t=15
	Actividades do Si (AcS) nº 2a, 15a, 17a, 22cv, 31a, 32g, 50a, 51m, 54m, 57g, 60a t=11	sta nº 17a, 22cv, 51m, 54m, 57g, 60a t=6 aut nº 2a, 31a, 32g, 50a t=4 amb nº 15a t=1

Quadro A. 9 - Apresentação de Si
(continuação)

SI SOCIAL (SS) 4a, 12a, <i>15a</i> , 18a, 20a, <i>25a</i> , 28a, 31a, 33g, 36a, 44a, <i>48m</i> , 51m, 54m, <i>57g</i> , 60a t= 16	<i>Preocupações e atitudes Sociais</i> (PaS) nº 4a, 12a, <i>15a</i> , 18a, 20a, <i>25a</i> , 28a, 31a, 33g, 36a, 44a, <i>48m</i> , 51m, 54m, <i>57g</i> , 60a t=16 <i>Referência à Sexualidade (RaS)</i> nº 20a t=1	rec nº 4a, 12a, <i>15a</i> , 18a, 20a, <i>25a</i> , 28a, 31a, 33g, 36a, 44a, <i>48m</i> , 51m, 54m, 60a t = 15 alt nº 12a, <i>57g</i> t=2 res nº 20a t=1
SI-NAO-SI (SN) nº 17a, 35a, 60a t=3	<i>Referência ao Outro (ReO)</i> nº 17a, 60a t=2 <i>Opinião dos Outros sobre si</i> (OpO) nº 35a, 60a t=2	
FUGA A RESPOSTA (FUG) Nº 37A T=1		
sujeitos respondentes : 47		
sr :nº 8a, 23cv, 24cv, 27a, 30a, 34st, 40a, 42m, 45a, 46a, 52m, 53m, 58m. t=13		

meio urbano - letra normal; meio rural - a bold
sexo masculino - letra normal; *sexo feminino - itálico*

Quadro A. 10 - Apresentação de Si (Manter)

<i>SI-MATERIAL (SM)</i>	<i>Si-Somático (SSo)</i>	Categ.
3a t=1	tra 3a t=1	tra 3a t=1
<i>SI-PESSOAL (SP)</i>	<i>Imagem de Si (ImS)</i>	asp 5a, 32g t=2
3a, 5a, 7a, 9a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 16a, 17a, 18a, 19a, 20a, 21cv, 26a, 28a, 32g, 35a, 37a, 41a, 43cv, 47g, 49m, 50a, 54m, 55m, 56g, 59m, 60a. t=29	5a, 7a, 9a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 17a, 19a, 20a, 21cv, 26a, 28a, 32g, 41a, 43cv, 47g, 49m, 50a, 59m. t=20	apt 14m, 50a t=2
		def 1a, 7a, 9a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 17a, 19a, 20a, 21cv, 26a, 28a, 41a, 43cv, 47g, 49m, 59m t=18
	<i>Identidade de Si (IdS)</i> 3a, 13cv, 16a, 18a, 26a, 35a, 37a, 54m, 55m, 56g, 60a t=11	cin 3a, 55m, 56g t=3
		con 18a, 26a t=2 ide 13cv, 16a, 54m, 60a t=4 ida 35a, 37a t=2
<i>SI ADAPTATIVO (SA)</i> 6a, 10a, 32g, 33g, 49m, 60a t=6	<i>Valor de Si (VaS)</i> 6a, 10a, 33g t=3	vap 6a, 10a, 33g t=3
	<i>Actividades do Si (AcS)</i> 32g, 33g, 49m, 60a t=4	sta 32g, 60a t=2 aut 33g, 49m t=2
<i>SI SOCIAL (SS)</i> 12a, 20a, 48m, 57g t=4	<i>Preocupações e atitudes Sociais (PaS)</i> 12a, 20a, 48m, 57g t=4	rec 12a, 20a, 48m t=3 all 57g t=1
<i>TODAS</i> 2a, 4a, 15a, 25a, 29a, 31a, 36a, 38a, 39a, 51m t=10		
sujeitos respondentes : 45		Unidades de sentido : 47
sr : n° 5a, 8a, 22cv, 23cv, 27a, 30a, 34st, 40a, 42m, 44a, 45a, 46a, 52m, 53m, 58m t=15		

Quadro A. 11 - Apresentação de Si (Mudar)

<i>SI-MATERIAL (SM)</i>	<i>Si-Somático (SSo)</i>	<i>Categorias</i>
3a t=1		ira 3a t=1
<i>SI-PESSOAL (SP)</i> 4a, 6a, 7a, 9a, 10a, 12a, 13cv, 14m, 16a, 18a, 19a, 20a, 26a, 28a, 33g, 35a, 41a, 43cv, 48m, 50a, 54m, 55m, 57g, 59m, 60a. t= 25	<i>Imagem de Si (ImS)</i> 4a, 6a, 7a, 9a, 10a, 12a, 13cv, 14m, 16a, 18a, 19a, 20a, 26a, 28a, 43cv, 48m, 50a, 54m, 55m, 57g, 60a. t=21	scm 4a, 6a, 10a, 13cv, 18a, 26a, 54m, 57g t=8 int 20a t=1 def 7a, 9a, 12a, 14m, 16a, 19a, 28a, 41a, 43cv, 48m, 50a, 55m, 60a t=13
	<i>Identidade de Si (IdS)</i> 33g, 35a, 48m, 59m t=4	con 48m t=1 ide 33g, 59m t=2 ida 35a t=1
<i>SI ADAPTATIVO (SA)</i> 1a, 11a, 15a, 17a, 33g, 56g. t=6	<i>Valor de Si (VaS)</i> 1a, 56g t=2	vap 1a, 56g t=2
	<i>Actividades do Si (AcS)</i> 11a, 15a, 17a, 32g, t=4	sta 11a, 17a, 32g t=3 amb 15a t=1
<i>SI SOCIAL (SS)</i> 2a t=1	<i>Preocupações e atitudes Sociais (PaS)</i> 2a t=1	rec 2a t=1
<i>NENHUMA</i> 21cv, 25a, 29a, 31a, 36a, 37a, 39a, 47g, 49m, 51m t=10		
sujeitos respondentes : 43		us: 34
sr : n° 5a, 8a, 22cv, 23cv, 24cv, 27a, 30a, 34st, 38a, 40a, 42m, 44a, 45a, 46a, 52m, 53m, 58m t=17		

Quadro A. 12 - Semelhanças

FASE DE DESENVOLVIMENTO (FAS) 1a, 2a, 3a, 4a, 5a, 6a, 8a, 12a, 13cv, 14m, 17a, 19a, 21cv, 22cv, 25a, 26a, 28a, 32g, 35a, 36a, 41a, 42m, 48m, 52m, 55m, 57g, 58m, 60a. t= 28	ima 1a, 2a, 4a, 19a, 22cv, 25a, 41a t= 7
	ful 3a, 32g, 52m, 57g t=4
	ide 35a, 36a, 42m t=3 Actividades 5a, 6a, 8a, 12a, 13cv, 14m, 17a, 21cv, 26a, 28a, 32g, 48m, 55m, 58m, 60a t=15
CULTURA (CUL) 16a, 20a, 37a, 39a, 47g, 49m, 54m t= 7	lin 20a, 37a, 39a, 47g, 49m t=5
	acu 16a, 47g, 54m t=3
RECUSA (RCS) 7a, 9a, 10a, 11a, 15a, 18a, 29a, 31a, 33g, 51m, 56g t=11	
sr 23cv, 24cv, 27a, 30a, 34st, 38a, 40a, 43cv, 44a, 45a, 46a, 50a, 53m, 59m t= 14	
t sujeitos resp= 46 unidades de sentido = 48	

Quadro A. 13 - Diferenças

GLOBAIS (GLO) 1a, 3a, 4a, 8a, 10a, 16a, 17a, 21cv, 27a, 36a, 39a, 42m, 52m, 55m, 57g, 59m t= 16	Cultura (Cul) 1a, 3a, 4a, 8a, 10a, 16a, 21cv, 27a, 36a, 39a, 42m, 57g, 59m t= 13 Condições de vida (Cvi) 16a, 17a, 52m, 55m t= 4
DIFERENÇAS ESPECÍFICAS (DIF) 2a, 5a, 6a, 7a, 9a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 15a, 19a, 20a, 22cv, 24cv, 25a, 26a, 28a, 29a, 31a, 32g, 35a, 37a, 41a, 48m, 56g, 58m, 60a t= 27	Contexto (Ctx) 2a, 5a, 14m, 22cv, 24cv, 26a, 35a, 37a, 41a, 48m, 56g, 60a t=12 Relações Sociais (Rsc) 2a, 6a, 7a, 9a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 15a, 19a, 20a, 22cv, 24cv, 25a, 28a, 29a, 31a, 32g, 58m, 60a t=20 Recusa (Rcs) 18a, 33g, 47g, 49m, 51m t= 5
	grr 2a, 5a, 14m, 26a, 37a, 48m t= 6 fut 2a, 22cv, 24cv, 35a, 41a, 56g, 60a t= 7 sac 6a, 14m, 24cv, 25a t=4 cid 9a, 11a, 12a, 13cv, 15a, 32g t= 6 sol 2a, 7a, 14m, 15a, 22cv, 24cv, 25a, 28a, 29a, 31a t=10 fam 11a, 14m, 15a, 22cv, 58m t=5 ale 19a, 20a, 24cv, 25a, 60a t=5
	tud 33g, 47g, 49m, 51m t= 4 nsa 18a t=1
sujeitos respondentes : 48 sr = 23cv, 30a, 34st, 38a, 40a, 43cv, 44a, 45a, 46a, 50a, 53m, 54m t=12	us= 65

Quadro A. 14 - Características a Manter (Jovens conterrâneos)

IDENTIDADE CULTURAL (IDE) 1a, 2a, 5a, 6a, 8a, 10a, 11a, 12a, 14m, 17a, 18a, 19a, 20a, 21cv, 25a, 27a, 29a, 31a, 32g, 35a, 36a, 37a, 48m, 51m, 56g, 57g. t=26	cul 1a, 2a, 5a, 6a, 8a, 10a, 11a, 12a, 14m, 17a, 18a, 19a, 20a, 21cv, 25a, 27a, 29a, 31a, 32g, 35a, 36a, 37a, 48m, 51m, 56g, 57g. t=26 lin 1a, 51m t=2
DEFESA DA UNIDADE (UNI) 6a, 12a, 13cv, 22cv, 24cv, 26a, 39a, 47g, 57g, 58m t=10	
PERSONALIDADE (PER) 3a, 4a, 6a, 7a, 9a, 11a, 14m, 17a, 18a, 22cv, 24cv, 25a, 26a, 28a, 31a, 33g, 34st, 41a, 47g, 48m, 49m, 52m, 55m, 56g t= 24	alc 7a, 9a, 17a, 18a, 24cv, 25a, 33g, 47g, 49m t= 9 sol 4a, 6a, 9a, 14m, 17a, 18a, 22cv, 24cv, 26a, 28a, 31a, 33g, 34st, 41a, 48m, 49m t=16
TODAS (TS) 15a t=1	t=1
RECUSA (RCS) 16a, 54m, 60a	t=3
sr 23cv, 30a, 38a, 40a, 42m, 43cv, 44a, 45a, 46a, 50a, 53m, 59m. t=12	
sujeitos = 48	u.s. 67

Quadro A.15 - Características a Mudar (Jovens conterrâneos)

CARACTERÍSTICAS	
PSICOLÓGICAS	obj
(PSI)	1a, 17a, 18a, 41a
1a, 2a, 3a, 5a, 9a, 17a, 18a, 39a, 41a, 48m	t=4
t= 10	
	cpx
	2a, 3a, 5a, 9a, 18a, 39a, 41a, 48m
	t=7
RELAÇÕES SOCIAIS (RLS)	
6a, 8a, 11a, 14m, 19a, 20a, 26a, 31a, ins	8a, 14m, 19a, 20a, 32g, 35a, 60a
32g, 35a, 37a, 50a, 60a	t=7
t=13	vic
	6a, 26a, 37a
	t=3
	ass
	14m, 31a, 50a
	t=3
UNIDADE (UNI)	
11a, 14m, 47g, 49m	11a, 14m, 47g, 49m
t=4	t=4
RECUSA (RCS)	
7a, 10a, 12a, 15a, 16a, 21cv, 25a, 28, 29	7a, 10a, 12a, 15a, 16a, 21cv, 25a, 28a, 2
a, 33g, 36a, 51m, 54m, 55m, 57g, 58m, 59m	9a, 33g, 36a, 51m, 54m, 55m, 57g, 58m, 59m
t= 17	t= 17
sr = 18	us=47
4a, 13cv, 22cv, 23cv, 24cv, 27a, 30a, 34st, 38a, 40a, 42m, 43cv, 44a, 45a, 46a, 52m, 53m, 56g.	

Quadro A.16 - Cultura de Origem

QUADRO FORMAL (FOR) 20a, 31a, 36a, 38a, 51m t= 5	
CARACTERÍSTICAS CULTURAIS (CUL) 3a, 5a, 6a, 7a, 9a, 10a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 15a, 16a, 19a, 21cv, 22cv, 26a, 32g, 37a, 41a, 47g, 48m, 49m, 60a t= 23	exp+ 3a, 6a, 7a, 9a, 10a, 11a, 12a, 13cv, 14m, 21cv, 26a, 32g, 37a, 41a t=14 trd- 16a, 19a t=2 lín 3a, 5a, 6a, 21cv, 22cv t= 5 oci 47g, 49m, 57g, 60a t=4 tur 15a, 21cv t= 2
CONTEXTO (CTX) 3a, 5a, 19a, 22cv, 25a. t= 5	lut 5a, 22cv, 25a t= 3 ins- 3a, 5a, 19a t=3
CARACTERÍSTICAS DOS CONTERRÂNEOS (CAR) 1a, 6a, 10a, 11a, 13cv, 15a, 17a, 18a, 19a, 22cv, 25a, 26a, 28a, 29a, 33g, 35a, 37a, 39a, 41a, 57g, 59m	com+ 1a, 10a, 11a, 15a, 17a, 18a, 19a, 22cv, 25a, 26a, 29a, 33g, 35a, 37a, 39a, 57g, 59m t= 17 sol 1a, 13cv, 15a, 25a, 28a, 33g, 35a, 37a, 39a, 41a, 57g t= 11 ale 15a, 17a, 18a, 19a, 22cv, 26a, 28a, 29a, 37a t= 9 rel 17a, 18a, 19a, 25a, 29a t= 5 cid+ 6a, 29a, 33g, 41a t=4
RECUSA (RCS) 8a, 55m, 56g t= 3	
sujeitos : 41 sr 2a, 4a, 23cv, 24cv, 27a, 30a, 34st, 36a, 40a, 42m, 43cv, 44a, 45a, 46a, 50a, 52m, 53m, 54m, 58m t= 19	
us: 87	

Quadro A. 17 - Cultura Portuguesa

QUADRO FORMAL (FOR) 20a, 31a, 38a, 47g, 49m, 51m t= 6	
CARACTERÍSTICAS CULTURAIS (CUL) 3a, 4a, 5a, 6a, 7a, 9a, 10a, 11a, 12a, 14m, 15a, 16a, 21cv, 22cv, 32g, 36a, 48m, 56g, 60a. t= 19	exp- 6a, 7a, 10a, 12a, 14m, 60a T=6 lín 3a, 5a, 22cv, t=3 idc 32g, 48m t=2 oci 9a, 56g, 60a t=3 tur 3a, 4a, 5a, 6a, 9a, 11a, 12a, 15a, 16a, 21cv, 36a, 48m t= 12
CONTEXTO (CTX) 3a, 5a, 16a, 22cv, 26a t=5	pob 16a, 26a t=2 ins+ 3a, 5a, 22cv t= 3
CARACTERÍSTICAS DOS PORTUGUESES (CAR) 1a, 3a, 5a, 7a, 8a, 11a, 15a, 16a, 17a, 18a, 19a, 22cv, 24cv, 25a, 26a, 28a, 29a, 33g, 35a, 37a, 39a, 56g, 57g, 59m, 60a	com- 1a, 7a, 8a, 15a, 19a, 22cv, 25a, 29a, 33g, 35a, 37a, 39a, 57g, 59m, 60a t= 15 pre- 1a, 17a, 19a, 24cv, 25a, 33g, 56g, 57g, 59m t=9 tri 16a, 19a, 22cv, 26a, 35a, 37a, 60a t=7 sim+ 3a, 5a, 16a, 26a t=4 trb 22cv, 25a, 26a, 37a t=4 cal 11a, 15a, 25a, 33g, 57g t=5 cid- 19a, 33g, 59m t=3 amb 17a, 18a, 28a, 37a. t= 4
IGNORÂNCIA (IGN) 41a, 55m t=2	
sujeitos : 41 sr 2a, 13cv, 23cv, 24cv, 27a, 30a, 34st, 40a, 42m, 43cv, 44a, 45a, 46a, 50a, 52m, 53m, 54m, 55m, 58m t=19	us= 90

Quadro A. 18 - Estratégias

INSERÇÃO (INS) 1a, 2a, 3a, 5a, 6a, 7a, 8a, 11a, 13cv, 15a, 16a, 17a, 18a, 19a, 20a, 22cv, 25a, 26a, 28a, 29a, 32g, 33g, 34st, 35a, 36a, 37a, 42m, 47g, 48m, 49m, 57g, 60a. t= 32	Subsistência (Sub) 1a, 2a, 5a, 6a, 8a, 13cv, 15a, 16a, 17a, 18a, 20a, 22cv, 25a, 26a, 28a, 29a, 32g, 36a, 37a, 42m, 49m, 57g, 60a. t=23	trb 5a, 6a, 8a, 13cv, 15a, 16a, 17a, 18a, 20a, 22cv, 26a, 28a, 32g, 36a, 37a, 42m, 49m, 57g. t= 18 org 1a t=1 pou 2a, 25a, 29a, 60a t=4
	Integração (Int) 1a*, 32g*, 36a*, 42m*, 49m* t=5	
	Invisibilidade (Inv) 2a, 3a, 5a, 6a, 7a, 11a, 13cv, 16a, 17a, 18a, 19a, 20a, 22cv, 25a, 26a, 28a, 29a, 33g, 34st, 35a, 47g, 48m, 57g, 60a t= 24	leg 3a, 5a, 6a, 11a, 16a, 17a, 18a, 19a, 20a, 22cv, 28a, 29a, 34st, 35a, 47g, 48m, 60a t= 17 obj 2a, 13cv, 29a t=3 sim 3a, 33g t=2 con 7a, 25a, 26a, 28a, 57g t=5
DEFESA (DEF) 2a, 4a, 7a, 8a, 9a, 12a, 13cv, 14m, 17a, 18a, 22cv, 25a, 28a, 29a, 33g, 35a, 41a, 42m, 49m, 51m, 57g, t=21	Pessoa (Pes) 2a, 4a, 8a, 9a, 12a, 13cv, 14m, 25a, 28a, 29a, 33g, 35a, 41a, 42m, 49m, 51m, 57g t= 17	ami 2a, 8a, 28a, 42m, 49m t= 5 por 4a, 9a, 12a, 14m, 25a, 29a, 33g, 35a, 41a, 51m t= 10 del 13cv, 14m, 57g t=3
	Identidade Cultural (IdC) 4a, 7a, 17a, 18a, 22cv, 29a t=6	4a, 7a, 17a, 18a, 22cv, 29a t=6
RECUSA (RCS) 10a, 29a, 31a, 38a, 39a, 54m, 55m, 56g, 59m t= 9		
SR : 21cv, 23cv, 24cv, 27a, 30a, 40a, 43cv, 44a, 45a, 46a, 50a, 52m, 53m, 58m. t= 14	s= 46	us. = 88

QUESTÕES DE TIPO B (DADOS QUANTITATIVOS)

B. 1ª Sugestões S. Ensino : (Masculino/Feminino - Urbano/Rural)

TOT 29		MASC N=21	FEM N=8	URB N= 21	RUR N=8
COOP 8 (27,58)	ace for reg	6 (28,5) 2 (9,5) 1 (4,7) 3 (14,2)	2 (25) 2 (25) 0 0	6 (28,5) 4 (19) 0 2 (9,5)	2 (25) 0 1 (12,5) 1 (12,5)
SOC 17 (58,62)	bol can lar gab	11 (52,3) 5 (23,8) 3 (14,2) 9 (42,8) 3 (14,2)	6 (75) 2 (25) 1 (12,5) 3 (37,5) 2 (25)	13 (61,9) 6 (28,5) 3 (14,2) 8 (38) 4 (19)	4 (50) 1 (12,5) 1 (12,5) 4 (50) 1 (12,5)
DOC 13 (44,82)	ima suc	10 (47,6) 4 (19) 7 (33,3)	3 (37,5) 0 3 (37,5)	9 (42,8) 2 (9,5) 8 (38)	4 (50) 2 (25) 2 (25)
PED 5 (17,24)	bib did	5 (23,8) 2 (9,5) 3 (14,2)	0 0 0	3 (14,2) 2 (9,5) 2 (9,5)	2 (25) 0 1 (12,5)
FUT 1 (3,44)		1 (4,7)	0	1 (4,7)	0
IGN 2 (6,89)		2 (9,5)	0	1 (4,7)	1 (12,5)

B. 1b. Sugestões Sist. Ens.: Países

TOT 29		ANG N= 20	CABV N= 1	GUIN N= 4	MOÇ N= 4
COOP 8 (27,58)	ace for reg	4 (20) 3 (15) 0 1 (5)	0 0 0 0	3 (75) 0 1 (25) 2 (50)	1 (25) 1 (25) 0 0
SOC 17 (58,62)	bol can lar gab	12 (60) 3 (15) 2 (10) 8 (40) 5 (25)	1 (100) 1 (100) 0 1 (100) 0	2 (50) 2 (50) 0 2 (50) 0	2 (50) 1 (25) 2 (50) 1 (25) 0
DOC 13 (44,82)	ima suc	8 (40) 1 (5) 8 (40)	0 0 0	2 (50) 1 (25) 1 (25)	3 (75) 2 (50) 1 (25)
PED 5 (17,24)	bib did	4 (20) 2 (10) 2 (10)	0 0 0	1 (25) 0 1 (25)	0 0 0
FUT 1 (3,44)		1 (5)	0	0	0
IGN 2 (6,89)		2 (10)	0	0	0

Quadro B. 2^a - Identid. Cultural (Masc.-Fem./Urb.-Rur.)

N= 44			MASC. N= 34	FEM N= 10	URB N= 28	RUR N= 16
CUL			27 (77,1)	9 (90)	25 (89,2)	11 (68,7)
36 (81,8)		cos	22 (64,7)	6 (60)	19 (67,8)	9 (56,2)
		trd	2 (5,8)	2 (20)	4 (14,2)	0
		lin	12 (35,2)	6 (60)	12 (42,8)	6 (37,5)
		nac	2 (5,8)	1 (10)	2 (7,1)	1 (6,2)
EDU			7 (20,5)	2 (20)	5 (17,8)	4 (25)
9 (20,4)		ins	4 (11,7)	2 (20)	4 (14,2)	2 (12,5)
		civ	3 (8,8)	0	1 (3,5)	2 (12,5)
IGN			2 (5,8)	0	0	2 (12,5)
2 (4,5)						

Quadro B. 2^b - Identidade Cultural (Países)

N= 44			Ang N= 30	Cver. N= 2	Guin. N= 5	Moç. N= 7
CUL			28 (93,3)	2 (100)	2 (40)	4 (57,1)
36(81,8)		cos	21 (70)	2 (100)	2 (40)	3 (42,8)
		trd	3 (10)	0	0	1 (14,2)
		lin	15 (50)	1 (50)	0	2 (28,5)
		nac	3 (10)	0	0	0
EDU			4 (13,3)	0	3 (60)	2 (28,5)
9 (20,4)		ins	3 (10)	0	2 (40)	1 (14,2)
		civ	1 (3,3)	0	1 (20)	1 (14,2)
IGN			0	0	0	2 (28,5)
2 (4,5)						

Quadro B. 3^a - Momento de Tomada de Consciência
(Masc.-Fem./Urb.-Rur.)

N= 44			MASC. N= 34	FEM N= 10	URB N=29	RUR N= 15
CRE 14 (31,8)			12 (35,2)	2 (20)	10 (34,4)	4 (26,6)
CTC 29 (65,9)			21(61,7)	8 (80)	18 (62)	11 (73,3)
	oup		4 (11,7)	3 (30)	5 (17,2)	2 (13,3)
	out		2 (5,8)	1 (10)	2 (6,8)	1 (6,6)
	por		10 (29,4)	2 (20)	6 (20,6)	6 (40)
	uni		4 (11,7)	1 (10)	3 (10,3)	2 (13,3)
	ind		1 (2,9)	0	1 (3,4)	0
	ago		1 (2,9)	0	1 (3,4)	0
IGN 1 (2,2)			1 (2,9)	0	1 (3,4)	0

Quadro B. 3^b - Momento de Tomada de Consciência
(Países)

N= 44			Ang N= 30	Cver N= 3	Gui. N= 5	Moç N= 6
CRE 14 (31,8)			10 (33,3)	0	3 (60)	1 (16,6)
CTC 29 (65,9)			19 (63,3)	3 (100)	2 (40)	5 (83,3)
	oup		6 (20)	1 (33,3)	0	0
	out		3 (10)	0	0	0
	por		7 (23,3)	2 (66,6)	1 (20)	2 (33,3)
	uni		2 (6,6)	0	1 (20)	2 (33,3)
	ind		0	0	0	1 (16,6)
	ago		1 (3,3)	0	0	0
IGN 1 (2,2)			1 (3,3)	0	0	0

Quadro B. 4ª - VISÃO ANTERIOR
(Masculino/Feminino - Urbano/Rural)

N=49	N=49	MASC 39	FEM 10	URB. 32	RUR 17
VID 10 (20,4)		7(17,9)	3 (30)	5(15,6)	5 (29,4)
	<i>Par</i>	6(15,3)	2 (20)	4(12,5)	4 (23,5)
	8 (16,3)				
	<i>bel</i>	2 (5,1)	1(10)	1(3,1)	2(11,7)
	<i>fac</i>	5 (12,8)	1(10)	3 (9,3)	3 (17,6)
	<i>Fra</i>				
	3 (9,3)	2(5,1)	1 (10)	2(6,2)	1(5,8)
PER 19 (38,7)		14 (35,8)	5 (50)	18 (56,2)	1 (5,8)
	<i>Com</i>	13 (33,3)	4 (40)	18(56,2)	0
	17 (34,6)				
	<i>aco+</i>	6 (15,3)	2 (20)	8 (25)	0
	<i>aco-</i>	1(2,5)	0	1 (3,1)	0
	<i>rx+</i>	7 (17,9)	3 (30)	10 (31,2)	0
	<i>Men</i>	4 (10,2)	3 (30)	6 (18,7)	1 (5,8)
	7 (14,2)				
	<i>men+</i>	3 (7,6)	2(20)	5 (15,6)	0
	<i>men-</i>	1 (2,5)	1(10)	1 (3,1)	1 (5,8)
DES 24 (48,97)		19 (48,7)	5 (50)	17 (53,1)	7 (41,1)
	<i>INt</i>	8 (20,5)	0	6 (18,7)	2 (11,7)
	8 (16,3)				
	<i>por+</i>	4 (10,2)	0	3 (9,3)	1(5,8)
	<i>eur+</i>	4 (10,2)	0	3 (9,3)	1 (5,8)
	<i>SPo</i>	6 (15,3)	2 (20)	8 (25)	0
	8 (16,3)				
	<i>dem+</i>	5(12,8)	2(20)	7 (21,8)	0
	<i>paz-</i>	1(2,5)	0	1(3,1)	0
	<i>Eco</i>	18(46,1)	3 (30)	14(43,7)	7 (41,1)
	21 (42,8)				
	<i>eco+</i>	17(43,5)	2 (20)	13 (40,6)	6 (35,2)
	<i>eco-</i>	1(2,5)	1 (10)	0	2 (11,7)
NEUT 11 (22,44))		8 (20,5)	3 (30)	4 (12,5)	7 (41,1)
	<i>Dif</i>	4 (10,2)	1(10)	2(6,2)	3 (17,6)
	<i>Nen</i>	4 (10,2)	1 (10)	1(3,1)	4 (23,5)

Quadro B. 4^b -VISÃO ANTERIOR
(Países)

N=49	N=49	Ang N=32	CaboV N=4	GUI N=4	Moç N=9
VID 10 (20,4)		6 (18,7)	1 (25)	1(25)	2 (22,2)
	Par 8 (16,3)	4(12,5)	1(25)	1(25)	2 (22,2)
	bel	2 (6,2)	1(25)	0	0
	fac	2(6,2)	1(25)	1(25)	2(22,2)
	Fra 3 (9,3)	3 (9,3)	0	0	0
PER 19 (38,7)	Com 17 (34,6)	12 (37,5)	3 (75)	1 (25)	3 (33,3)
	aco+	11 (34,3)	2(50)	1(25)	3 (33,3)
	aco-	5 (15,62)	0	0	3 (33,3)
	rx+	0	1(25)	0	0
	Men 7 (14,2)	7 (21,8)	0	1(25)	2 (22,2)
	men+	3 (9,3)	2(50)	0	2 (22,2)
	men-	2 (6,2)	1(25)	0	2(22,2)
		1 (3,1)	1(25)	0	0
DES 24 (48,9)	INt 6 (12,2)	17(50)	1(25)	2 (50)	4 (44,4)
	por+	6 (18,6)	0	0	2 (22,2)
	eur+	3 (9,3)	0	0	1(11,1)
	SPo 8 (16,3)	3 (9,3)	0	0	1 (11,1)
	dem+	6 (18,6)	0	1(25)	1 (11,1)
	paz-	0	1 (25)	0	1 (11,1)
	eco+	15 (46,8)	1 (25)	1 (25)	2 (22,2)
	eco-	1 (3,1)	0	1 (25)	0
NEUT 11 (22,44))	Dif	2 (6,2)	0	1 (25)	2 (22,2)
	Nen	3 (9,3)	0	1(25)	2 (22,2)

Quadro B. 5ª - CONFRONTO
(Masculino/Feminino - Urbano/Rural)

N=49	N=49	MASC 39	FEM 10	URB 32	RUR 17
VID 3 (6,1)		1 (2,5)	2 (20)	1 (3,1)	2 (11,7)
	<i>Par-</i>				
	3 (6,12)	0	1 (10)	0	1 (5,8)
	<i>bel</i>	0	1 (10)	0	1 (5,8)
	<i>fac-</i>	1 (2,5)	1 (10)	0	2 (11,7)
PER 26 (53,0)		21 (53,8)	5 (50)	19 (59,3)	7 (41,1)
	<i>Com</i>				
	19 (38,7)	15 (38,4)	4 (40)	15 (46,8)	4 (23,5)
	<i>aco-</i>	8 (20,5)	2 (10)	8 (25)	2 (11,7)
	<i>rx+</i>	1 (2,5)	0	1 (3,1)	0
	<i>rx-</i>	9 (23,0)	2 (20)	8 (25)	3 (17,6)
	<i>Men</i>	8 (20,5)	5 (50)	11 (34,3)	2 (11,7)
	13 (26,5)				
	<i>men-</i>	8 (20,5)	5 (50)	11 (34,3)	2 (11,7)
DES 27 (55,1)		21 (53,8)	6 (60)	19 (59,3)	8 (47,0)
	<i>Int</i>	6 (15,3)	2 (20)	6 (18,7)	2 (11,7)
	8 (16,3)				
	<i>por-</i>	1 (2,5)	1 (10)	2 (6,2)	0
	<i>eur-</i>	5 (13,3)	1 (10)	4 (12,5)	2 (11,7)
	<i>eur+</i>	1 (2,5)	0	1 (3,1)	0
	<i>SPo</i>	6 (15,3)	1 (10)	5 (15,6)	2 (11,7)
	7 (14,2)				
	<i>dem+</i>	3 (7,6)	1 (10)	3 (9,3)	1 (5,8)
	<i>dem-</i>	1 (2,5)	0	1 (3,1)	0
	<i>paz-</i>	2 (5,1)	0	2 (6,2)	0
	<i>Eco</i>	18 (46,1)	5 (50)	15 (46,8)	8 (47,0)
	23 (46,9)				
	<i>eco+</i>	7 (17,9)	0	4 (12,5)	3 (17,6)
	<i>eco-</i>	11 (28,2)	5 (50)	11 (34,3)	5 (29,4)
NEUT 6 (12,2)					
	<i>Dif</i>	3 (7,6)	0	1 (3,1)	2 (11,7)
	<i>Nen</i>	3 (7,6)	0	3 (9,3)	0

Quadro B. 5^b - CONFRONTO

(Países)

N=49	N=49	Ang N=32	CaboV N=4	Gui N=4	Moç N=9
VID 3 (6,1)	Par- 3 (6,12)	2 (6,2)	0	0	1 (11,1)
	bel	2(6,2)	0	0	1 (11,1)
	fac-	1(3,1)	0	0	0
		1 (3,1)	0	0	1 (11,1)
PER 26 (53,0)	Com 19 (38,7)	15 (46,8)	4 (100)	2 (50)	5 (55,5)
	aco-	12 (37,5)	2(50)	1(25)	4 (44,4)
	rx+	3 (9,3)	2 (50)	1 (25)	4(44,4)
	rx-	1(3,1)	0	0	0
		9 (28,1)	0	0	2 (22,2)
	Men 13 (26,5)	7 (21,8)	4(100)	0	2 (22,2)
	men-	7 (21,8)	4(100)	0	2(22,2)
DES 27 (55,1)	Int 8 (16,3)	19 (59,3)	1(25)	3 (75)	4 (44,4)
	por+	5 (15,6)	0	2 (50)	1 (11,1)
	eur-	2 (6,2)	0	0	0
	eur+	3 (12,5)	0	2 (50)	1 (11,1)
		1 (3,1)	0	0	0
	SPo 7 (14,2)	5 (15,6)	1 (25)	1 (25)	0
	dem+	4 (12,4)	0	0	0
	dem-	1 (3,1)	0	0	0
	paz-	0	1 (25)	1 (25)	0
	Eco 23 (46,9)	16 (50)	1 (25)	3 (75)	3 (33,3)
	eco+	5 (15,6)	0	2 (50)	0
	eco-	11 (34,3)	1 (25)	1 (25)	3 (33,3)
NEUT 6 (12,2)	Dif Nen	1 (3,1)	0	1 (25)	1 (11,1)
		2 (6,2)	0	0	1(11,1)

Quadro B. 6ª - 1ª FASE: Masc-Fem/Urb-Rur

N= 53			MASC. N= 43	FEM N= 10	URB N= 36	RUR N=17
CHO.			35 (81,3)	9 (90)	31 (86,1)	13 (76,4)
44 (83,0)	Cpp		27 (62,7)	6 (60)	17(47,2)	16 (94,1)
	33 (75)	iso	9 (20,9)	2 (20)	8(22,2)	3 (17,6)
		arr	3 (6,9)	0	3 (8,3)	0
		cul	3 (6,9)	0	3 (8,3)	0
		des	15 (34,8)	5 (50)	13 (36,1)	7 (41,1)
	Est		13 (30,2)	4 (40)	13 (36,1)	4 (23,5)
	17 (38,6)	cli	2 (4,6)	1 (10)	2 (5,5)	1 (5,8)
		ins	8 (18,6)	3 (30)	10 (27,7)	1 (5,8)
		sub	2 (4,6)	0	2 (5,5)	0
		sau	3 (6,9)	0	1 (2,7)	2 (11,7)
INSERÇ.			5 (11,6)	0	3 (8,3)	2 (11,7)
5 (9,43)		int	2 (4,6)	0	1 (2,7)	1 (5,8)
		ent	3 (6,9)	0	2 (5,5)	1 (5,8)
DIFIC.E			2 (4,6)	1 (10)	1 (2,7)	2 (11,7)
CON.		sob	2 (4,6)	1 (10)	2 (5,5)	1 (5,8)
3 (5,66)		alo	0	1 (19)	0	1 (5,8)
DIS			3 (6,9)	0	2 (5,5)	1 (5,8)
3 (5,66)		nor	1 (2,3)	0	0	1 (5,8)
		cri	2 (4,6)	0	2 (5,5)	0

Quadro B. 7ª - 2ª FASE
(Masc-Fem/Urb-Rur)

N= 53			MASC N=43	FEM N=10	URB N=36	RUR N=17
CHO. 21(39,6)	Cpp 18 (33,9)		17 (39,5)	4 (40)	16 (44,4)	5 (29,6)
			14 (32,5)	4 (40)	2(5,5)	4 (23,5)
		iso	3 (6,9)	2 (20)	4(11,1)	1 (5,8)
		des	10 (23,2)	3 (30)	8 (22,2)	5 (29,6)
		cul	1 (2,3)	0	0	1 (5,8)
	Est		4 (9,3)	0	4 (11,1)	0
	4 (7,5)	ins	1 (2,3)	0	1 (2,7)	0
		sub	1 (2,3)	0	1 (2,7)	0
		sau	2 (4,6)	0	2 (5,5)	0
INS. 31 (58,4)			25 (58,1)	6 (60)	23 (63,8)	8 (47,0)
		aju	18 (41,8)	3 (30)	15 (41,6)	6 (35,2)
		int	1 (2,3)	1 (10)	2 (5,5)	0
		obj	4 (9,3)	0	3 (8,3)	1 (5,8)
		ami	4 (9,3)	2 (20)	5 (13,8)	1 (5,8)
		acl	2 (4,6)	1(10)	2 (5,5)	1 (5,8)
DIFIC. 4 (7,5)			3 (6,9)	1(10)	1 (2,7)	3 (17,6)
DIS 5 (9,4)			5 (11,6)	0	2 (5,5)	3 (17,6)
		nor	2 (4,6)	0	0	2 (11,7)
		cri	3 (6,9)	0	2 (5,5)	1 (5,8)

Quadro B. 8ª - 3ª FASE: Masc-Fem/Urb.-Rur

N= 53	N=53		MASC N= 43	FEM N=10	URB N=36	RUR N=17
CHO.			10 (23,2)	4 (40)	11 (30,5)	3 (17,6)
14 (26,4)	Cpp		8 (18,6)	4 (40)	9 (25)	3(17,6)
	12	iso	2 (4,6)	1 (10)	2 (5,5)	1 (5,8)
	(22,6)	des	6 (13,9)	3 (30)	7 (19,4)	2 (11,7)
	Est		2 (4,6)	0	2 (5,5)	0
	2	sub	1 (2,3)	0	1 (2,7)	0
	(3,7)	sau	1 (2,3)	0	1(2,7)	0
INS.			30 (69,7)	6 (60)	25 (69,4)	11 (64,7)
36 (67,9)		aju	19 (44,1)	4 (40)	15 (41,6)	8 (47,0)
		int	10 (23,2)	2(20)	10 (27,7)	2 (11,7)
		obj	4 (9,3)	0	3 (8,3)	1 (5,8)
		ami	3 (6,9)	0	1 (2,7)	2 (11,7)
		acl	1 (2,3)	0	1 (2,7)	0
DIFIC.			3 (6,9)	0	2 (5,5)	1(5,8)
3 (5,6)						
DIS			3(6,9)	0	0	0
3(5,6)		nor	2 (4,6)	0	0	2 (11,7)
		cri	1 (2,3)	0	1 (2,7)	0

Quadro B. 8^b -1^a FASE: Países

N= 53			Angolan. N=33	Cabov. N=5	Guin. N=5	Moçamb N=10
CHO. 44 (83,0)			26 (78,7)	5 (100)	4 (80)	9 (90)
	Cpp		19 (57,5)	4 (80)	4(80)	6 (60)
	33 (75)	iso	4 (12,1)	2(40)	2(40)	3 (30)
		arr	2 (6,06)	0	0	1 (10)
		cul	2 (6,06)	1 (20)	0	0
		des	13 (39,3)	1(20)	2(40)	4 (40)
	Est		11 (33,3)	3 (60)	0	3 (30)
	17 (38,6)	cli	2 (6,0)	1 (20)	0	0
		ins	7 (21,2)	1 (20)	0	3 (30)
		sub	2 (6,0)	0	0	0
		sau	1 (3,0)	2 (40)	0	0
INSERÇ. 5 (9,43)			3 (9,0)	0	1 (20)	1 (10)
		int	2 (6,0)	0	0	0
		ent	1 (3,0)	0	1 (20)	1 (10)
DIFIC.E CON. 3 (5,66)			3 (9,0)	0	0	0
		sob	3 (9,0)	0	0	0
		alo	1 (3,0)	0	0	0
DIS 3 (5,66)			2 (6,0)	0	1 (20)	0
		nor	1 (3,0)	0	0	0
		cri	1 (3,0)	0	1 (20)	0

Quadro B. 8^b - 2^a FASE: Países

N= 53			Angol N=33	Cabove. N=5	Guin. N=5	Moçamb N=10
CHO. 21(39,6)			12 (36,3)	2 (40)	2 (40)	5 (50)
	Cpp					
	18		11(33,3)	1(20)	2(40)	4 (40)
	(33,9)	iso	3 (9,0)	0	1(20)	1 (10)
		des	7 (21,2)	1 (20)	1 (20)	4 (40)
		cul	0	1 (20)	0	0
	Est		2 (6,0)	1 (20)	0	1 (10)
	4	ins	1 (3,0)	0	0	0
	(7,5)	sub	1 (3,0)	1 (20)	0	0
		sau	0	0	0	1 (10)
INS. 31 (58,4)			19 (57,5)	4 (80)	3 (60)	5 (50)
		aju	13 (39,3)	2 (40)	2(40)	4 (40)
		int	1 (3,0)	0	0	1 (10)
		obj	1 (3,0)	2	0	1 (10)
		ami	2 (6,0)	1(20)	1 (20)	2(20)
		acl	2 (6,0)	1(20)	0	0
DIFIC. 4 (7,5)			2 (6,0)	1(20)	0	1(10)
DIS 5 (9,4)			4 (12,1)	0	1(20)	0
		nor	2 (6,0)	0	0	0
		cri	2 (6,0)	0	1 (20)	0

Quadro B. 9ª - 3ª FASE: Países

N= 53	N=53		Angol N=33	Cabove. N=5	Guin. N=5	Moçamb N=10
CHO. 14 (26,4)	Cpp 12 (22,6)		9 (27,2)	0	2 (40)	3 (30)
			8 (24,2)	0	1(20)	3(30)
		iso	2 (6,0)	0	1(20)	0
		des	5 (15,1)	0	0	3 (30)
		Est				
	2		1 (3,0)	0	1(20)	0
	(3,7)	sub	1 (3,0)	0	0	0
		sau	0	0	1(20)	0
INS. 36 (67,9)			21 (63,6)	5 (100)	2 (40)	8 (80)
		aju	14 (42,4)	2 (40)	2(40)	5 (50)
		int	7 (21,2)	2(40)	1(20)	2 (20)
		obj	2 (6,0)	1 (20)	0	1 (10)
		ami	2 (6,0)	0	1 (20)	0
		acl	0	1(20)	0	0
DIFIC. 3 (5,6)			2 (6,0)	0	0	1(10)
DIS 3(5,6)			3(12,1)	0	0	0
		nor	2 (6,)	0	0	0
		cri	1 (3,0)	0	0	0

Quadro B. 10ª - "Apresentação de Si"
(Masc.-Fem./Urb.-Rur.)

N= 47			MASC. N= 37	FEM N= 10	URB N= 32	RUR N=15
SM 4 (8,69))			3 (8,10)	1(10)	4 (12,5)	0
	SSo (8,69)	tra	3 (8,10)	1(10)	4 (12,5)	0
SP 45 (95,74)	ImS 43 (92,48)	asp	1 (2,70)	0	0	1 (6,66)
		ena	3 (8,10)	0	2 (6,25)	1 (6,66)
		sem	11 (29,7)	1 (10)	7 (21,87)	5 (33,33)
		int	1 (2,70)	0	0	1 (6,66)
		apt	4 (10,81)	0	2 (6,25)	2 (13,33)
		def	24 (64,8)	9 (90)	24 (75)	9 (60)
	IdS 19 (40,42)	etn	5 (13,51)	2 (20)	6 (18,75)	1 (6,66)
		con	5 (13,51)	1 (10)	3 (9,37)	3 (20)
		ide	7 (18,91)	0	4 (12,5)	3 (20)
SA 23 (48,93)	VaS 16 (34,04)	com	1 (2,70)	0	1 (3,12)	0
		vap	12 (32,4)	3 (30)	11 (34,3)	4 (26, 6)
	AcS 11 (23,40)	sta	5 (13,51)	1 (10)	4 (12,5)	2 (13,33)
		aut	4 (10,81)	0	1 (3,12)	3 (20)
		amb	0	1 (10)	0	1 (6,66)
SS 16 (34,08)	PaS 16 (34,08)	rec	12 (32)	3 (30)	11 (34,3)	4 (26,66)
		alt	2 (5,40)	0	1 (3,12)	1 (6,66)
	RaS 1 (2,12)	res	1 (2,70)	0	1 (3,12)	0

Quadro B. 10^a (cont) - "Apresentação de Si"
(Masc.-Fem./Urb.-Rur.)

N= 47			MASC. N= 37	FEM N= 10	URB N= 32	RUR N=15
SN	ReO					
3 (6,38)	2 (4,25)		1 (2,70)	1 (10)	1 (3,12)	1 (6,66)
	OpO					
	2 (4,25)		2 (5,40)	0	2 (6,25)	0
FUG						
1 (2,12)						
Sujeitos = 47						
Unidades de Sentido = 128						

Quadro B.10^b - "Apresentação de Si"
(Países)

N= 47			Ang 31	C.Ver 4	Gui 5	Moç 7
SM 4 (8,69))						
	SSo (8,69)	tra	1 (3,22)	1 (25)	1 (20)	1 (14,28)
SP 45 (95,74)	ImS 43 (91,48)	asp	1 (3,22)	0	0	0
		ena	1 (3,22)	1 (25)	0	1 (14,28)
		sem	9 (29,03)	1 (25)	2 (40)	0
		int	1 (3,22)	0	0	0
		apt	1 (3,22)	0	1 (20)	2 (28,57)
		def	22 (70,9)	3 (75)	2 (40)	6 (85,71)
	IdS 19 (40,92)	etn	4 (12,90)	0	1 (20)	2 (28,57)
		con	3 (9,67)	1 (25)	0	2 (28,57)
		ide	2 (6,45)	2 (50)	1 (20)	2 (28,57)

Quadro B. 10^b (cont) - "Apresentação de Si"
(Países)

N= 47			Ang 31	C.Ver 4	Gui 5	Moç 7
SA 23 (48,93)	VaS 16 (34,04)	com vap	1 (3,22) 7 (22,58)	0 2 (50)	0 2 (40)	0 4 (57,14)
	AcS 11(23,40)	sta aut amb	2 (6,45) 3 (9,67) 1 (3,22)	1 (25) 0 0	1 (20) 1 (20) 0	2 (28,57) 0 0
SS 16 (34,08)	PaS 16 (34,08)	rec alt	11 (35,48) 1 (3,22)	0 0	1 (20) 1 (20)	3 (42,85) 0
	RaS 1 (2,12)	res	1 (3,22)			
SN 3 (6,38)	ReO 2 (4,25)		2 (6,45)	0	0	0
	OpO 2 (4,25)		2 (6,45)	0	0	0
FUG 1 (2,12)			1 (3,22)			
Sujeitos = 47						
Unidades de Sentido = 128						

Quadro B. 11ª - Semelhanças: Masculino/Feminino- Urbano/Rural

A	B				
TOT 46		MASC N=36	FEM N=10	URB N=30	RUR N=16
FAS 28 (60,8)		21 (58,3)	7 (70)	19 (63,3)	9 (56,2)
	ima	4 (11,1)	3 (30)	7 (23,3)	0
	fut	4 (11,1)	0	0	4 (25)
	ide	3 (8,3)	0	1 (3,3)	2 (12,5)
	Act	11 (30,5)	4 (40)	11 (36,6)	4 (25)
CUL 7 (15,3)		6 (16,6)	1 (10)	4 (13,3)	3 (18,7)
	lin	4 (11,1)	1 (10)	3 (10)	2 (12,5)
	acu	3 (8,3)	0	1 (3,3)	2 (12,5)
REC 11 (23,9)		8 (22,2)	3 (30)	5 (16,6)	6 (37,5)

FAS= fase de desenvolvimento; ima= imaturidade;
 fut=preparação do futuro; ide= idealismo; act= actividades;
 CUL = referências à cultura; lin= mesma língua;
 acu= aculturação; REC = sem semelhanças.

A- % calculadas em função do nº total de respondentes

B - 1ª fila : nº de sujeitos respondentes por estrutura e grupo;

% calculadas em função do nº de elementos de cada grupo;

Filas seguintes : sujeitos tendo produzido enunciados para cada categoria (note-se que o mesmo sujeito pode estar representado em mais do que uma categoria); % calculadas em função do nº de elementos de cada grupo;

Quadro B. 11^b - Semelhanças: Países

A	B				
TOT 46		ANG N=29	CABV N= 3	GUIN N= 5	MOÇ N= 9
FAS 28 (60,86)		17 (58,6)	3 (100)	2 (40)	6 (66,6)
	ima	6 (20,6)	1 (33,3)	0	0
	fut	1 (3,4)	0	2 (40)	1 (11,1)
	ide	2 (6,8)	0	0	1 (11,1)
	act	8 (27,5)	2 (66,6)	1 (20)	4 (44,4)
CUL 7 (15,22)		4 (13,7)	0	1 (20)	2 (22,2)
	lin	3 (10,3)	0	1 (20)	1 (11,1)
	acu	2 (6,8)		1 (20)	1 (11,1)
REC 11 (23,91)		8 (27,5)	0	1 (20)	2 (22,2)

FAS= fase de desenvolvimento; ima= imaturidade;
 fut=preparação do futuro; ide= idealismo; act= actividades;
 CUL = referências à cultura; lin= mesma língua;
 acu= aculturação; REC = sem semelhanças.

A- % calculadas em função do nº total de respondentes

B - 1ª fila : nº de sujeitos respondentes por estrutura e grupo;

% calculadas em função do nº de elementos de cada grupo;

Filas seguintes : sujeitos tendo produzido enunciados para cada categoria (note-se que o mesmo sujeito pode estar representado em mais do que uma categoria) ; % calculadas em função do nº de elementos de cada grupo;

Quadro B. 12ª - Diferenças: Masc/Fem-Urb/Rur.

TOT 48		MASC. N=38	FEM. N=10	URB. N=32	RUR. N=16
GLO 16 (33,3)	Cul 13 (27,0)	14 (36,8) 12 (31,5)	2 (20) 1 (10)	11 (34,3) 10 (3,1)	5 (31,2) 3 (18,7)
	Cvi 4 (8,3)	3 (7,8)	1 (10)	2 (6,2)	2 (12,5)
DIF.ESP. 27 (56,2)	Ctx 12 (25)	20 (52,6) 8 (21,0)	7 (70) 4 (40)	17 (53,1) 8 (25)	10 (62,5) 4 (25)
	grr	3 (7,8)	3 (30)	4 (12,5)	2 (12,5)
	fut	6 (15,7)	1 (10)	4 (12,5)	3 (18,7)
	Rsc 20 (41,6)	16 (42,1)	4 (40)	12 (37,5)	8 (50)
	sac	2 (5,2)	2 (20)	3 (9,3)	1 (6,2)
	cid	5 (13,1)	1 (10)	1 (3,1)	5 (31,2)
	sol	6 (15,7)	4 (40)	7 (21,8)	3 (18,7)
	fam	4 (10,5)	1 (10)	4 (12,5)	1 (6,2)
	ale	4 (10,5)	1 (10)	4 (12,5)	1 (6,2)
REC 5 (10,4)	td	4 (10,5) 3 (7,8)	1 (10) 1 (10)	4 (12,5) 3 (9,3)	1 (6,2) 1 (6,2)
	nsa	1 (26,3)	0	0	0

Quadro B. 12^b - Diferenças: PAÍSES

TOT 48		Ang N=30	C.Verde N=4	Guin N=5	Moç. N=9
GLO 16 (33,3)	Cul 13 (27,0)	10 (33,3) 9 (30)	1 (25) 1 (25)	0 0	5 (55,5) 2 (22,2)
	Cvi 4 (8,3)	2 (6,6)	0	0	2 (22,2)
DIF.ESP. 27 (56,2)	Ctx 12 (25)	19 (63,3) 7 (23,3)	3 (75) 2 (50)	2 (40) 1 (20)	4 (44,4) 2 (22,2)
	grr	4 (13,3)	0	0	2 (22,2)
	fut	4 (13,3)	2 (50)	1 (20)	0
	Rsc 20 (41,6)	14 (46,6)	3 (75)	1 (20)	2 (22,2)
	sac	2 (6,6)	1 (25)	0	1 (11,1)
	cid	4 (13,3)	1 (25)	1 (20)	0
	sol	7 (23,3)	2 (50)	0	1 (11,1)
	fam	2 (6,6)	1 (25)	0	2 (22,2)
	ale	4 (13,3)	1 (25)	0	0
REC 5 (10,4)	td	1 (3,3) 0	0 0	2 (40) 2 (40)	2 (22,2) 2 (22,2)
	nsa	1 (3,3)	0	0	0

Quadro B. 13^a - Características dos Jovens conterrâneos (Manter):
Masc.-Fem./Urb.-Rur.

N= 48			MASC. N= 38	FEM N= 10	URB N= 31	RUR N=17
IDE.			21 (55,2)	5 (50)	18 (58,0)	8 (47,0)
26 (54,1)	cul		21 (55,2)	5 (50)	18 (58,0)	8 (47,0)
	lin		1 (2,6)	1 (10)	2 (6,4)	0
UNI			9 (23,6)	1 (10)	6 (19,3)	4 (23,5)
10 (20,8)						
PER			16 (42,1)	8 (80)	18 (58)	6 (35,2)
24 (50)	ale		5 (13,1)	4 (40)	6 (19,3)	3 (17,6)
	sol		10 (26,3)	6 (60)	13 (41,9)	3 (17,6)
TS.			0	1 (10)	0	1 (5,8)
1 (2,08)						
RCS			3 (7,89)	0	2 (6,4)	1 (5,8)
3 (6,25)						

**Quadro B. 13^b - Características dos jovens conterrâneos (Manter)
(PAÍSES)**

N= 48			ANG N=30	C.VERD. N=4	GUIN. N=5	MOÇ. N=8	S.TOM N=1
IDE.			19 (63,3)	1 (25)	3 (60)	3 (37,5)	0
26 (54,1)	cul		19 (63,3)	1 (25)	3 (60)	3 (37,5)	0
	lin		1 (3,3)	0	0	1 (12,5)	0
UNI			4 (13,3)	3 (75)	2 (40)	1 (12,5)	0
10 (20,8)							
PER			13 (43,3)	2 (50)	3 (60)	5 (62,5)	1 (100)
24 (50)	ale		5 (16,6)	1 (25)	2 (40)	1 (12,5)	0
	sol		9 (30)	2 (50)	1 (20)	3 (37,5)	1 (100)
TS.			1 (3,3)	0	0	0	0
1 (2,08)							
RCS			2 (6,6)	0	0	1 (12,5)	0
3 (6,25)							

Quadro B. 14^a - Características dos jovens conterrâneos (Mudar)
(Masc-Fem./Urb.-Rur.)

N= 42			MASC. N= 32	FEM N= 10	URB N= 28	RUR N=14
PSI			6 (18,7)	4 (40)	6 (21,4)	4 (28,5)
10 (23,8)	obj		1 (6,2)	3 (30)	4 (14,2)	0
	cpx		6 (18,7)	2 (20)	4 (14,2)	4 (28,5)
RLS			11 (34,3)	2 (20)	9 (32,1)	4 (28,5)
13 (30,9)	ins		6 (18,7)	1 (10)	5 (17,8)	2 (14,2)
	vic		2 (6,2)	1 (10)	3 (10,7)	0
	ass		2 (6,2)	1 (10)	2 (7,1)	1 (7,1)
UNI			2 (6,2)	1 (10)	2 (7,1)	2 (14,2)
4 (9,5)						
RCS			11 (34,3)	6 (60)	12 (42,8)	5 (35,7)
17 (40,4)						

Quadro B. 14^b - Características dos jovens conterrâneos (Mudar)
(PAÍSES)

N= 42			ANG N=29	C.VERD. N=1	GUIN. N=4	MOÇ. N=8
PSI			9 (31,0)	0	0	1 (12,5)
10 (23,8)	obj		4 (13,7)	0	0	0
	cpx		7 (24,1)	0	0	1 (12,5)
RLS			11 (37,9)	0	1 (25)	1 (12,5)
13 (30,9)	ins		5 (17,2)	0	1 (25)	0
	vic		3 (10,3)	0	0	0
	ass		2 (6,8)	0	0	1 (12,5)
UNI			1 (3,4)	0	1 (25)	2 (25)
4 (9,5)						
RCS			9 (31,0)	1 (100)	2 (50)	5 (62,5)
17 (40,4)						

Quadro B. 15ª - CULTURA DE ORIGEM
(Masc.-Fem./Urb.-Rur.)

N= 41			MASC. N= 31	FEM N= 10	URB N= 29	RUR N=12
Q.FOR			5 (16,1)	0	3 (10,3)	2 (16,6)
M.						
5 (12,1)						
CUL			16 (51,6)	7 (70)	16 (55,1)	7 (58,3)
23 (56,0)	exp+		10 (32,2)	4 (40)	10 (34,4)	4 (33,3)
	trd-		1 (3,2)	1 (10)	1 (3,4)	1 (8,3)
	lin		5 (16,1)	0	4 (13,7)	1 (8,3)
	oci		3 (9,6)	1 (10)	2 (6,8)	2 (16,6)
	tur		1 (3,2)	1 (10)	1 (3,4)	1 (8,3)
CTX			4 (12,9)	1 (10)	4 (3,7)	1 (8,3)
5 (12,1)	lut		2 (6,4)	1 (10)	2 (6,8)	1 (8,3)
	ins-		3 (9,6)	0	2 (6,8)	1 (8,3)
CAR			15 (48,3)	6 (60)	15 (51,7)	6 (50)
21 (51,2)	com+		12 (38,7)	5 (50)	9 (31)	8 (66,6)
	sol		7 (22,5)	4 (40)	6 (20,6)	5 (41,6)
	ale		6 (19,3)	3 (30)	8 (27,5)	1 (8,3)
	rel		3 (9,6)	2 (20)	5 (17,2)	0
	cid		3 (9,6)	1 (10)	4 (13,7)	0
RCS			3 (9,6)	0	2 (6,8)	1 (8,3)
3 (7,3)						

Quadro B. 15^b - CULTURA DE ORIGEM

(PAÍSES)

N= 41		ANG N=27	C.VERD. N=3	GUIN. N=5	MOÇ. N=6
Q.FOR		4 (14,8)	0	0	1 (16,6)
M.					
5 (12,1)					
CUL		15 (55,5)	3 (100)	2 (40)	3 (50))
23 (56,0)	exp+	10 (37,0)	2 (66,6)	1 (20)	1 (16,6)
	trd-	2 (7,4)	0	0	0
	lin	3 (11,1)	2 (66,6)	0	0
	oci	1 (3,7)	0	2 (40)	1 (16,6)
	tur	1 (3,7)	1 (33,3)	0	0
CTX		4 (14,8)	1 (3,4)	0	0
5 (12,1)	lut	2 (7,4)	1 (3,4)	0	0
	ins-	3 (11,1)	0	0	0
CAR		16 (59,2)	2 (66,6)	2 (40)	1 (16,6)
21 (51,2)	com+	13 (48,1)	1 (33,3)	2 (40)	1 (16,6)
	sol	7 (25,9)	1 (33,3)	2 (40)	1 (16,6)
	ale	8 (29,6)	1 (33,3)	0	0
	rel	5 (18,5)	0	0	0
	cid	3 (11,1)	0	1 (20)	0
RCS		1 (3,7)	0	1 (20)	1 (16,6)
3 (7,3)					

Quadro B. 16ª - CULTURA PORTUGUESA
(Masc-Fem/Urb.-Rur.)

N= 41		MASC. N= 31	FEM N= 10	URB N= 30	RUR N=11
Q.FOR		5 (16,1)	1 (10)	4 (13,3)	2 (18,1)
M.					
6 (14,6)					
CUL		15 (48,3)	4 (40)	13 (43,3)	6 (54,5)
19 (46,3)	exp-	4 (12,9)	2 (20)	6 (20)	0
	lin	3 (9,6)	0	2 (6,6)	1 (9)
	ide	1 (3,2)	1 (10)	1 (3,3)	1 (9)
	oci	3 (9,6)	0	2 (6,6)	1 (9)
	tur	10 (32,2)	2 (20)	7 (23,3)	5 (45,4)
CTX		4 (12,9)	1 (10)	4 (13,3)	1 (9)
5 (12,1)	pob	1 (3,2)	1 (10)	2 (6,6)	0
	ins+	3 (9,6)	0	2 (6,6)	1 (9)
CAR		18 (58)	6 (60)	18 (60)	6 (54,5)
24 (58,5)	com-	11 (35,4)	4 (40)	11 (36,6)	4 (36,3)
	pre-	6 (19,3)	3 (30)	7 (23,3)	2 (18,1)
	tri	6 (19,3)	1 (10)	6 (20)	1 (9)
	sim+	3 (9,6)	1 (10)	3 (10)	1 (9)
	trb	2 (6,4)	2 (20)	4 (13,3)	0
	cal	3 (9,6)	2 (20)	3 (10)	3 (27,2)
	cid-	3 (9,6)	0	3 (10)	0
	amb	3 (9,6)	1 (10)	4 (13,3)	0
IGN		1 (3,2)	0	1 (3,3)	1 (9,0)
2 (4,8)					

Quadro B. 16^b - CULTURA PORTUGUESA

(PAÍSES)

N= 41		ANG N=29	C.VERD. N=2	GUIN. N=5	MOÇ. N=5
Q.FOR		3 (10,3)	0	1 (20)	2 (40)
M.					
6 (14,6)					
CUL		13 (44,8)	2 (100)	2 (40)	2 (40)
19 (46,3)	exp-	5 (17,2)	0	0	1 (20)
	lin	2 (6,8)	1 (50)	0	0
	ide	0	0	1 (20)	1 (20)
	oci	2 (6,8)	0	1 (20)	0
	tur	10 (34,4)	1 (50)	0	1 (20)
CTX		4 (13,7)	1 (50)	0	0
5 (12,1)	pob	2 (6,8)	0	0	0
	ins+	2 (6,8)	1 (50)	0	0
CAR		19 (65,5)	1 (50)	3 (60)	1 (20)
24 (58,5)	com-	11 (37,1)	1 (50)	2 (20)	1 (20)
	pre-	4 (13,7)	1 (50)	3 (60)	1 (20)
	tri	6 (20,6)	1 (50)	0	0
	sim+	4 (13,7)	0	0	0
	trb	3 (10,3)	1 (50)	0	0
	cal	3 (10,3)	0	2 (40)	0
	cid-	1 (3,4)	0	1 (20)	1 (20)
	amb	4 (13,7)	0	0	0
IGN		1 (3,4)	0	0	1 (20)
2 (4,8)					

**B. 17ª - ESTRATÉGIAS
(MASCULINO/FEMININO - URBANO/RURAL)**

TOT 46		MASC N=36	FEM N=10	URB N=31	RUR N=15
INS 32 (69,5)	<i>Sub</i>	24 (66,6)	8 (80)	22 (70,9)	10 (66,6)
	23 (50)	17 (47,2)	6 (60)	16 (51,6)	7 (46,6)
	trb	14 (38,8)	4 (40)	12 (38,7)	6 (40)
	org	0	1 (10)	1 (3,2)	0
	pou	3 (3,83)	1 (10)	3 (9,6)	1 (6,6)
	<i>Int</i>	3 (8,3)	2 (20)	3 (9,6)	2 (13,3)
	5 (10,86)				
	<i>Inv</i>	19 (52,7)	5 (50)	17 (54,8)	7 (46,6)
	24 (52,1)				
	leg	15 (41,6)	2 (20)	13 (4,9)	4 (26,6)
	obj	3 (8,3)	0	1 (3,2)	2 (13,3)
	sim	2 (5,5)	0	2 (6,4)	0
	con	2 (5,5)	3 (30)	4 (12,9)	1 (6,6)
DEF 21(45,6)		15 (41,6)	3 (30)	5 (16,6)	6 (37,5)
	<i>Pes</i>	13 (36,1)	4 (40)	12 (38,7)	5 (33,3)
	17(36,9)				
	ami	4 (11,1)	1 (10)	4 (12,9)	1 (6,6)
	por	7 (19,4)	3 (30)	8 (25,8)	2 (13,3)
	del	2 (5,5)	1 (10)	1 (3,2)	2 (13,3)
	<i>Idc</i>	4 (11,1)	2 (20)	6 (19,3)	0
	6 (13,0)				
RCS 9 (19,5)		9 (25)	0	5 (16,1)	4 (26,6)

B. 17^b - ESTRATÉGIAS
(Países)

TOT 46		ANG N= 30	CABV N= 2	GUIN N= 5	MOÇ N= 8	S.TOM N= 1
INS 32 (69,5)	<i>Sub</i>	22 (72,3)	2 (100)	4 (80)	3 (37,5)	1 (100)
	23 (50)	17 (56,6)	2 (100)	2 (40)	2 (25)	0
	trb	12 (40)	2 (100)	2 (40)	2 (25)	0
	org	1 (3,3)	0	0	0	0
	pou	4 (13,3)	0	0	0	0
	<i>Int</i>	2 (6,6)	0	1 (20)	2 (25)	0
	5 (10,86)					
	<i>Inv</i>	17 (56,6)	2 (100)	3 (60)	1 (12,5)	1 (100)
	24 (54,1)					
	leg	13 (43,3)	1 (50)	1 (20)	1 (12,5)	1 (100)
	obj	2 (6,6)	1 (50)	0	0	0
	sim	1 (3,3)	0	1 (20)	0	0
	con	4 (13,3)	0	1 (20)	0	0
DEF 21(45,6)		13 (43,3)	2 (100)	2 (40)	4 (50)	0
	<i>Pes</i>	10 (33,3)	1 (50)	2 (40)	4 (50)	0
	17(36,9)					
	ami	3 (10)	0	0	2 (25)	0
	por	7 (23,3)	0	1 (20)	2 (25)	0
	del	0	1 (50)	1 (20)	1 (12,5)	0
	<i>Idc</i>	5 (16,6)	1 (50)	0	0	0
	6 (13,0)					
RCS 9 (19,5)		5 (16,6)	0	1 (20)	3 (37,5)	0



